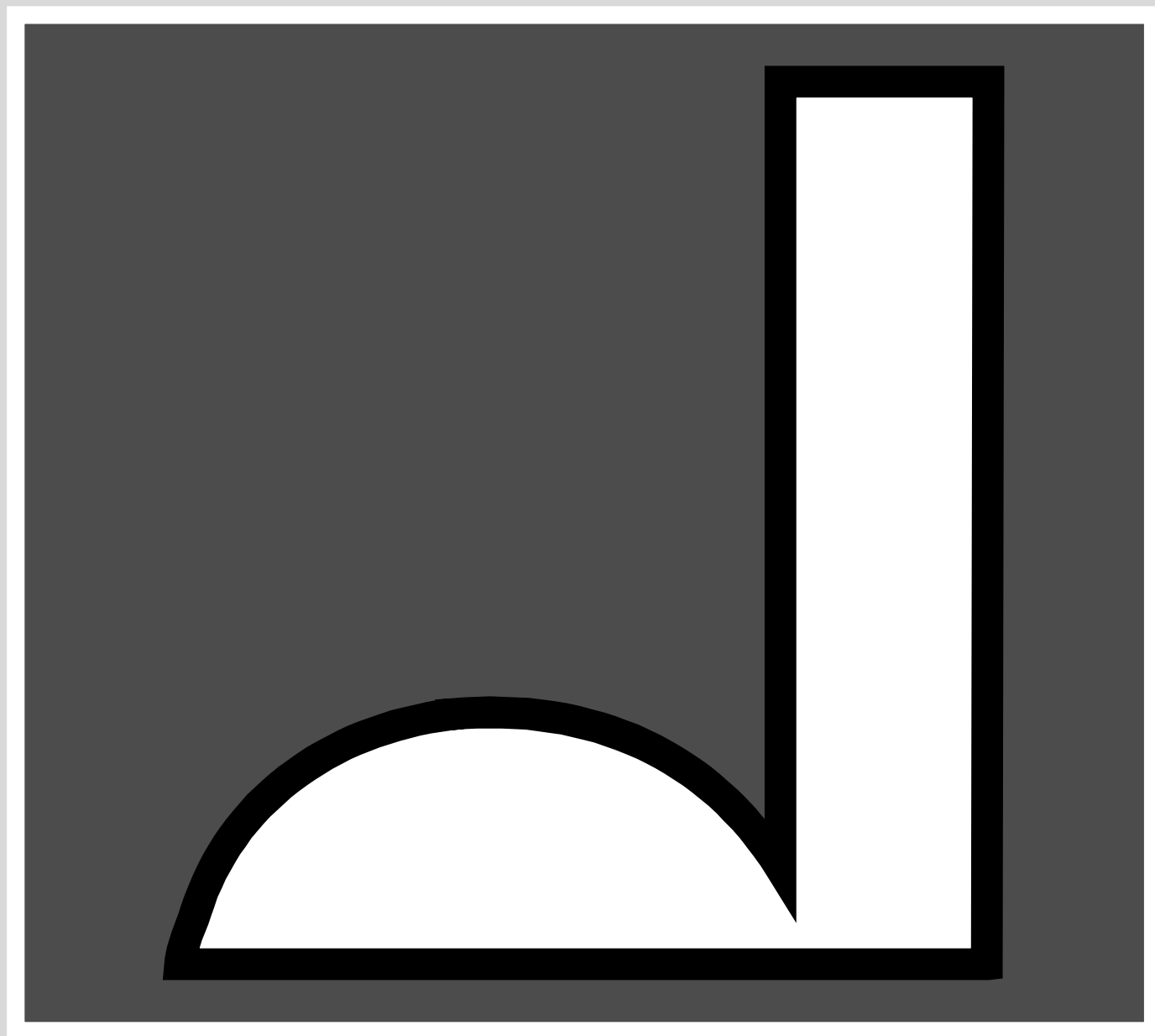




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 115 – SEXTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI		3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL <i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Moraes PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá LIDERANÇA DO PFL -18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 22ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE JULHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2003 (nº 2.016/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Demócrito Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará..... 20775

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2003 (nº 2.081/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Claret para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo. 20777

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2003 (nº 2.153/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Governador Manoel de Castro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará..... 20780

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2003 (nº 2.346/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alto da Serra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serrana, Estado de São Paulo. 20783

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2003 (nº 2.393/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo..... 20788

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2003 (nº 2.394/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à RGJ – Comunicações Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco. 20793

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2003 (nº 2.427/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina..... 20798

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2003 (nº 2.430/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais..... 20802

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2003 (nº 2.448/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais. 20808

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2003 (nº 2.450/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedra do Indaiá, Estado de Minas Gerais..... 20812

Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2003 (nº 2.452/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais. 20820

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2003 (nº 2.453/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais. 20825

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2003 (nº 2.503/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Top Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. 20833

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2003 (nº 2.518/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro. 20839

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2003 (nº 2.522/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul. 20849

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2003 (nº 2.523/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. 20852

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2003 (nº 2.544/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. 20854

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2003 (nº 2.551/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. 20858

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2003 (nº 2.555/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Felicidade FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. 20863

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2003 (nº 2.557/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. 20865

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 404 a 423, de 2003, e abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará as matérias em caráter terminativo. 20868

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2003-Complementar, de autoria do Senador José Jorge, que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras. 20868

1.2.4 – Ofícios

Nº 151/2003, de 30 do corrente, da Liderança do Partido Popular Socialista no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Relações Exteriores e defesa Nacional. 20870

Nº 664/2003, de 30 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do deputado Marcelino Fraga, para integrar, como titular, a referida Comissão. 20870

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 25, de 2003 (nº 1.551/2003, na origem), de 16 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 904/2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria no Programa de Trabalho PT 12.364.0041.0048.0150 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais – Brasília – DF (Faculdade de Medicina), TC – 010.228/2003-0 20870

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Despedida de S. Exª do Senado Federal. 20871

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Preocupação com o aumento de crimes entre familiares.... 20873

SENADOR SIBÁ MACHADO – Comentários sobre tese de S. Exª intitulada “Globalização e Organização Econômica do Território”. 20875

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Apoio à recriação da superintendência de desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. 20890

SENADOR PAULO PAIM – Esclarecimentos sobre o posicionamento do ministro do desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, referente ao aumento da carga tributária ao vinho nacional e sobre o conflito no campo. Par-

tipificação de S. Exa. em seminário onde foi discutido o plano plurianual – PPA. Expectativa com relação à sanção do Estatuto da Igualdade Racial e Social. SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> – Considerações sobre a reforma agrária. Relato das atividades da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Banestado..... SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i>, como Líder – Realização de encontro nacional do PSDB. SENADOR <i>AUGUSTO BOTELHO</i> – Realização da 14ª edição dos Jogos Panamericanos, em Santo domingo, República dominicana. SENADOR <i>JOÃO CAPIBERIBE</i> – Proposta da Rede Parlamentar Internacional à Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a realizar-se em Cancún, México. SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Necessidade de maior atenção ao setor leiteiro. Abertura de Canal de TV pela Unisinos. SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Exalta o Programa do Leite criado no Estado do Rio Grande do Norte para incrementar a produção naquele estado. Elogios à conduta parlamentar da Senadora Iris de Araújo, que se despediu hoje do Senado Federal. 1.2.7 – Ofício Nº 1.046/2003, de 10 do corrente, do Senador Maguito Vilela, comunicando a sua reassunção ao mandato de Senador da República pelo Estado de Goiás, a partir de 1º de agosto de 2003..... 1.2.8 – Fala da Presidência Referente as matérias apreciadas durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional. 1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Mudança de opinião dos dirigentes do MST a respeito da liberação dos transgênicos. SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Comentários sobre as matérias: “Aniversário no escuro”, publicada no Jornal <i>O Popular</i> e “Projeto emperrado”, publicada no Jornal <i>Correio Braziliense</i>..... 1.3 – ENCERRAMENTO 2 – ATAS DE COMISSÕES Ata da 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no Dia 1º de Abril de 2003, em conjunto com as Comissões: Mista de Planos,	Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Ata da 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, conjuntamente, com a Comissão de Assuntos Sociais, no dia 15 de Abril de 2003, às 11 Horas. Ata da 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de Maio de 2003, às 10 horas. Ata da 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de Maio de 2003, às 11 Horas. Ata da 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de Maio de 2003, às 10 horas. Ata da 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de Junho de 2003, às 10 horas. Ata da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de Junho de 2003, às 11 horas. Ata da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 3 de Junho de 2003. Ata da 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de Junho de 2003, às 10 horas. 3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de convocação, compreendido entre os dias 1º e 31 de julho de 2003..... 4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 89, de 2003..... 5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Apostila referente a aposentadoria do servidor Pedro Ricardo Melo. Nºs 4.451 a 4.464, de 2003.	20892 20894 20897 20900 20901 20905 20907 20909 20909 20909 20910 20911 20914 20956 20987 20991 21027 21067 21075 21099 21124 21157 21199 21200 21201

6 - COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

7 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

8 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

9 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 - CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

12 - CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL

13 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

14 - COMISSÃO PARLAMENTAR CON -
JUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasi-
leira)

15 - COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 - COMISSÃO REPRESENTATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL

Ata da 22ª Sessão não Deliberativa, em 31 de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys Slhessarenko
e do Sr. Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2003

(Nº 2.016/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Demócrito Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Demócrito Rocha para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 251, 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 1º de abril de 2002, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Demócrito Rocha, na cidade de Fortaleza-CE; e

2 – Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE, na cidade de Lambari – MG.

Brasília, 10 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 320 EM

Brasília, 20 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso protesto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de som e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e unidades da Federação indicadas:

- Fundação Demócrito Rocha, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 53650. 000959/00);

- Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE, na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001259/99).

2. De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outo-

bro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cumpra ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 1º DE ABRIL DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Demócrito Rocha, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000959/00);

II – Fundação de Arte, Comunicação, Cultura e Ensino – FACCE, na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001259/99). – Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

PARECER Nº 46, DE 2002

Referência: Processo nº 53650.000059/00

Interessada: Fundação Demócrito Rocha

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão.

Ementa: – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Demócrito Rocha, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 48 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, microfilmado sob o nº 0011, aos 29 dias do mês de maio de 1985, na cidade de Fortaleza, Ceará, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente está ocupado pela Sra. Maria Lúcia Rocha Montenegro, cabendo a ela representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também três cargos de Diretores, ocupados pelos Srs. Demócrito Rocha Dummar e José Raymundo de Albuquerque Costa e pela Sra. Albanisa Dummar Pontes.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea “a”).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no DOU de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles, juntadas às fls. 84, 91, 92 e 93 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 6 de março de 2002. – **Fernando Sam-
paio Netto**, Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 6 de março de 2002. – **Napoleão Vala-
dares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 7 de março de 2002. – **Hamilton de
Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 7 de março de 2002. – **Antonio Carlos
Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação – decisão
terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2003

(Nº 2.081/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Fundação Claret para executar serviço
de radiodifusão sonora em frequência
modulada, na cidade de Batatais, Estado
de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 248, de 5 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Claret para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 256, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades.

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova – CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curralinho – PA;

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, na cidade de Virginópolis – MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho – RS;

5 – Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo – RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Palmeira das Missões – RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas – MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo – AL;

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Palmeira dos Índios – AL;

10 – Portaria nº 132, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA;

11 – Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul – RJ;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares – AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais – SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira – MG;

15 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama – PR; e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva, na cidade de Belém – PA.

Brasília, 11 de abril de 2002.

MC 272 EM

Brasília, 18 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53830.001176/99, do interesse da Fundação Claret, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 248, DE 5 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.001176/99, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Claret para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

PARECER Nº 024/2002

Referência: Processo nº 53830.001176/99

Interessada: Fundação Claret

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão.

Ementa – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Claret, com sede na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 289 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela TV e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, microfilmado sob o nº 12.204, aos 4 dias do mês de outubro de 1999, na cidade de Batatais, São Paulo, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente, que terá mandato de duração de três anos, de acordo o artigo 11 Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Sérgio Ibanor Piva, cabendo a ele representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pelo Sr. Fernando Garavaglia, de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pelo Sr. Luiz Claudemir Botteon, de Diretor de Produção e Programação, ocupado pelo Sr. Hélio Aparecido Alves de Oliveira e de Diretor Técnico Operacional, ocupado pelo Sr. Reni Bresolin.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.
(...)”

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles, juntadas às fls. 100 e 127 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminha-

dos ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 18 de fevereiro de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de fevereiro de 2002. – **Anacleto Rodrigues Cordeiro**, Coordenador-Geral de Outorga, Substituto.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 18 de fevereiro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 18 de fevereiro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão Interino.

(À Comissão de Educação-Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 406, DE 2003

(nº 2.153/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Governador Manoel de Castro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Governador Manoel de Castro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 256, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova – CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curralinho – PA

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virgíópolis, na cidade de Virgíópolis – MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho – RS;

5 – Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo – RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo.. na cidade de Palmeira das Missões – RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas – MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo – AL;

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Palmeira dos Índios – AL;

10 – Portaria nº 132, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA

11 – Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul – RJ;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares – AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais – SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira – MG;

15 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama – PR e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva, na cidade de Belém – PA

Brasília, 11 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 270 EM

Brasília, 18 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53650.000879/2000, de interesse da Fundação Governador Manoel de Castro objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 562,
DE 18 DE SETEMBRO DE 2001**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000879/2000, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Governador Manoel de Castro pm executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Nos termos do §3º do art.223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **João Pimenta da Veiga.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA
DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Parecer nº 187/2001

Referência: Processo nº 53650.000879/00

Interessada: Fundação Governador Manoel de Castro

Ementa: Outorga de serviço de radiodifusão.

– Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Governador Manoel de Castro, com sede na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela, mediante a utilização do canal 292 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Livro “A – 2”, sob o nº 312, aos 15 dias do mês de setembro de 2000, na cidade de Morada Nova, Ceará, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Presidente, que terá mandato de cinco anos, de acordo com o art. 11 do Estatuto da Fundação, está ocupado pelo Sr. Manoel Castro Neto, cabendo a ele a representação ativa e passiva da Fundação, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também os cargos de Diretor Vice-Presidente, ocupado pela Sra. Maria Gabriela Santiago de Castro, de Diretor Secretário, ocupado pelo Sr. Antônio Maximiliano Santiago Lopes e de Diretor Tesoureiro, ocupado pela Sra. Maria Cesar Barreira.

II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi

dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU**, de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13

.....

§ 1º – E dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos “

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto – Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 21, 31, 41 e 79 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 27 de agosto de 2001. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 27 de agosto de 2001. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de agosto de 2001. – **Antonio Carlos Tardeli**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento

Brasília, 28 de agosto de 2001. – **Paulo Menicucci**, Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação (decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 407, DE 2003**

(nº 2.346/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar
serviço de radiodifusão sonora em fre-
quência modulada, na cidade de Serrana,
Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 694, de 14 de novembro de 2001, que outorga permissão à Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serrana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.375, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 693, de 14 de novembro de 2001 – Rádio Jardinópolis Comunicações S/C Ltda., na cidade de Jardinópolis – SP; e

2 – Portaria nº 694, de 14 de novembro de 2001 – Rádio Alto da Serra Ltda., na cidade de Serrana – SP.

Brasília, 12 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 762 EM

Brasília, 26 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 082/97-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serrana, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de

1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Alto da Serra Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente. – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 694, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2001

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.001331/97, Concorrência nº 082/97-SFO/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Alto da Serra Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serrana, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

CONTRATO SOCIAL

RÁDIO ALTO DA SERRA LTDA

Por este instrumento particular de CONTRATO SOCIAL, os abaixo assinados, Srs. ALI ZAHER, brasileiro naturalizado a mais de dez anos, casado, empresário, nascido no Líbano aos 22.11.57, residente e domiciliado na Av. Queiroz Filho, 1.288, Vila Harmonia, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, CEP 14.802.610, com RG.SP.7.308.171 e CPF nº 802.845.158-68 e WILSON REIS, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, nascido em Olímpia, SP, aos 07.05.51, residente e domiciliado na Rua Visconde de Inhaúma, nº 166, apto 8-B, Centro, cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com RG.SP.5.006.027-2 e CPF nº 259.951.038-49, resolvem, como de fato resolvido tem e na melhor forma de direito, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE CIVIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA que se regerá pelas disposições legais aplicáveis à espécie e pelas seguintes cláusulas e condições:

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

I - A denominação social será RÁDIO ALTO DA SERRA LTDA.

II - A sociedade terá sede na cidade de ~~SERRANA~~ Estado de São Paulo, na Rua José Venâncio, nº 308, Bairro Dom Camilo, CEP 14.150-000.

III - A sociedade terá como principal objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, através dos meios de comunicação e radiodifusão, podendo também executar, se necessário, os serviços auxiliares ou especiais quando autorizado pelo Poder Concedente, além de, na consecução de seus objetivos, empreender todos os serviços de telecomunicações utilizáveis, codificados ou não.

DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

IV - O capital subscrito pelos sócios em moeda corrente nacional é de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) divididos em 200.000 (Duzentas

Mil) cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real), que ~~podera ser~~ integralizado em até 10 (dez) parcelas, assim que receber a autorização para funcionamento, cujo capital ficará assim distribuído entre os sócios:

ALI ZAHER

180.000 cotas no valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 180.000,00

WILSON REIS

20.000 cotas no valor unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 20.000,00

200.000 - totais - R\$ 200.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos termos do art. 2º, "in fine" do Decreto 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

DA GERÊNCIA E REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

V - A sociedade será gerida e administrada pelo sócio ALI ZAHER, individualmente, sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração e representação da sociedade; é vedado ao sócio-gerente o uso da denominação social em negócios alheios aqueles do objeto social e, na prática de atos a este não inerentes, será o mesmo responsabilizado nos termos da lei civil.

VI - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e a investidura dos mesmos nos cargos somente poderão ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

VII - Fica o sócio-gerente dispensado de prestar caução em garantia de seus atos de administração.

VIII - Pelo exercício da administração, os sócios poderão mensalmente, efetuar retiradas de lucros ou receber o pró-labore. Os valores serão fixados de comum acordo entre os sócios.

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

IX - A sociedade terá duração por prazo ~~indeterminado~~ extinguido-se, todavia, por decisão de sócios ~~que representem~~ a totalidade do capital social a qualquer tempo ou na ocorrência de fatos que impossibilitem a consecução de seus objetivos.

X - O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, a 31 de dezembro, será elaborada as Demonstrações Financeiras. Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital, exceto se, havendo lucro, deliberarem os sócios levá-lo ao Patrimônio Líquido da sociedade para posterior utilização.

DA ABERTURA DE FILIAIS

XI - A sociedade poderá abrir filiais, em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhe o capital simbólico de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) para fins fiscais.

DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

XII - As quotas de capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estranhos ou a pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferências de quotas, de prévia autorização do Poder Concedente. Os sócios terão preferência na aquisição das cotas.

XIII - No caso de morte de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios sobreviventes e os herdeiros, meeira ou sucessores do sócio falecido. Caso não haja acordo entre os sócios sobreviventes e os herdeiros do sócio extinto para a continuidade da sociedade com estes, seus haveres e direitos serão apurados na forma da lei e as condições de pagamento serão estabelecidas de comum acordo entre as partes.

XIV - Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, será este excluído da sociedade mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma descrita na cláusula XIII deste contrato, caso seus herdeiros não queiram prosseguir na sociedade.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

XV - Nenhuma alteração contratual ou estatutária poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações, após a entidade haver recebido a concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão.

DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

XVI - Fica eleito para dirimir as dúvidas e resolver os conflitos oriundos deste instrumento o foro da Comarca de Serrana, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVII - Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de conformidade com as disposições legais aplicáveis.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, que serão assinadas por todos os sócios, e duas testemunhas, devendo ser registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas, Comarca de Serrana, Estado de São Paulo.

Serrana, SP, 27 de maio de 1997.-


Ali Zaher

Wilson Reis

Testemunhas:

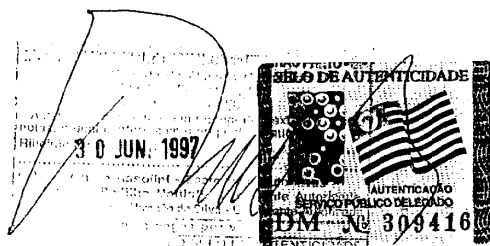
a)

b)

3. SERVIÇO NOTARIAL DE ARARAQUARA - SP & JOSE JAMONE - TABELIAO
Avenida Duque de Caxias n. 260 - Telefone: (16) 232-8999
RECONHEÇO, por semelhança a(s) firma(s) de ALI ZAHER, de 26.05.97
Araraquara, 03 de junho de 1997.
E VALIDAR JUNTAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE II

3º SERVIÇO NOTARIAL DE ARARAQUARA - SP
ARARAQUARA
Cristiane Regina S.
Escritora Autorizada

Advogado: Dr. Nilson Curti - OAB.SP.79.175



À Comissão de Educação (Decisão Terminativa)

Publicado no Diário do Senado Federal de 1º/08/2003

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 408, DE 2003**

(Nº 2.393/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Oeste Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 338, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Radiodifusão Oeste Paulista Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM 283, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinando com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 283, de 19 de março de 2002 – Rádio Marco Zero Ltda., na cidade de Macapá – AP;

2 – Portaria nº 287, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Campo Maior – PI

3 – Portaria nº 295, de 19 de março de 2002 – Rádio Frequência Divinense Ltda., na cidade de Divinópolis – MG

4 – Portaria nº 298, de 19 de março de 2002 – Associação da Comunidade Baependiana de Serviço, e Comunicação Ltda., na cidade de Cruzília – MG,

5 – Portaria nº 299, de 19 de março de 2002 – Acrópole Sistema de Radiodifusão Ltda., na cidade de Rio Casca-MG;

6 – Portaria nº 327, de 19 de março de 2002 – Rádio Nova Cidade FM Ltda., na cidade do Cuparaque-MG;

7 – Portaria nº 328, de 19 de março de 2002 – Rádio Fortaleza FM Bauru Ltda., na cidade de Lima Campos-MA;

8 – Portaria nº 330, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Elói Mendes-MG;

9 – Portaria nº 333, de 19 de março de 2002 – Central de Telecomunicações Ltda., na cidade de Corinto-MG,

10 – Portaria nº 334, de 19 de março de 2002 – Sistema Santa-mariense de Ltda. – ME, na cidade de Santa Maria de Itabira-MG

11 – Portaria nº 337, de 19 de março de 2002 – Canabarra Comunicações Ltda., na cidade de Descalvado-SP;

12 – Portaria nº 338, de 19 de março de 2002 – Radiodifusão Oeste Paulista Ltda., na cidade de Dracena-SP; e

13 – Portaria nº 379, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão do Piauí Ltda., na cidade de Oeiras-PI.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 382 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 034/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, conclui que a Radiodifusão Oeste Paulista Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos turnos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

Esclareço que, de acordo como § 3º do art. 223 da constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga.**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 338, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no ato de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000706/98, Concorrência nº 034/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Radiodifusão Oeste Paulista Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA

**RADIODIFUSÃO OESTE PAULISTA LTDA.
CGC/MF 02.263.923/0001-61**

EDUARDO HOSOUNE, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na Rua Tomé de Souza nº 54, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.544.405-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 792.363.328-20; **RUI DIAS FERREIRA DA PALMA**, brasileiro, casado, cirurgião-dentista, residente e domiciliado na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na Rua Agata nº 05 - Jardim Eldorado, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.641.444-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 035.750.818-16 e **CELSONAOTO KASHIURA**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na Av. Expedicionários nº 1267 - s. 202, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.284.202-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 970.373.038-87, únicos sócios da Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada denominada **RADIODIFUSÃO OESTE PAULISTA LTDA.**, com sede e foro na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na Rua Agata nº 05 - Jardim Eldorado, com seus Atos Constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35.214.880.515 em sessão de 02.12.97 e ainda na qualidade de novo sócio **GILSON CARRETEIRO**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, residente e domiciliado na cidade de Monte Castelo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio Ucles Robles Bernardi nº 332, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.195.170-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 034.165.918-52, têm justo e acordado o que abaixo segue:

I - O capital social, que é de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), dividido em 66 (sessenta e seis) cotas, no valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, passa a ser de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), com o aumento de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), dividido em 88 (oitenta e oito) cotas, no valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), subscritas e integralizadas, pelo sócio admitido Gílson Carreteiro.

II - A integralização da cota parte do sócio ora admitido será da seguinte forma:

10% (dez por cento), ou seja, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), no ato da assinatura da presente alteração contratual e os restantes 90% (noventa por cento), vale dizer, R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), conforme a letra "b" da Cláusula Décima Segunda do Contrato Social.

III - O sócio aqui admitido, Sr. GILSON CARRETEIRO, a partir deste contrato, assume todos os deveres e direitos sociais, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados aos demais sócios, conforme estão dispostos no contrato constitutivo da sociedade.

IV - O sócio, que ora ingressa na sociedade, declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis.

Em consequência das alterações acima expostas, ficam modificadas as cláusulas Décima Primeira e letra "b" da Cláusula Décima Segunda do Contrato Social, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O Capital Social é de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), dividido em 88 (oitenta e oito) cotas, no valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma:

COTISTAS	Nº COTAS	VALOR R\$	SER
EDUARDO HOSOUME	22 cotas	R\$ 22.000,00	MINIS
RUI DIAS FERREIRA DA PALMA	22 cotas	R\$ 22.000,00	COA
CELSONATO KASHIURA	22 cotas	R\$ 22.000,00	ET
GILSON CARRETEIRO	22 cotas	R\$ 22.000,00	
TOTAL GERAL	88 cotas	R\$ 88.000,00	

§ Primeiro - De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto 3708, de 10.01.1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância do capital social.

§ Segundo - As cotas são individuais em relação à Sociedade, que para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

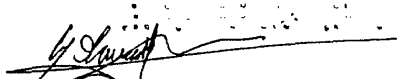
A integralização do capital social, em moeda corrente nacional, pelos sócios, efetivada conforme cronologia, a saber:

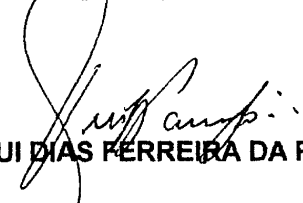
- a. R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) no dia 06.12.1997;
- b. R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) neste ato;
- c. R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais), como integralização total do capital, 60 (sessenta) dias após a data em que o Ministério das Comunicações publicar em Diário Oficial da União o ato de outorga da concessão ou permissão, se este for deferido em nome da sociedade."

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas do contrato de constituição, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento.

Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Dracena, 23 de dezembro de 1997.

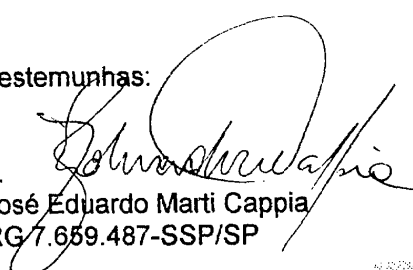

EDUARDO HOSOUME


RUI DIAS FERREIRA DA PALMA

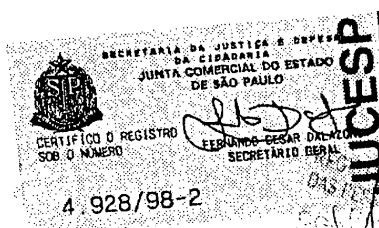

CELSONAOTO KASHIURA

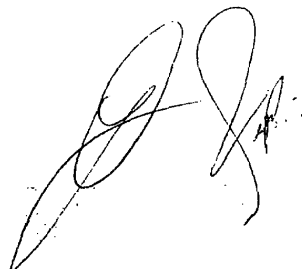

GILSON CARRETEIRO

Testemunhas:

1. 
José Eduardo Marti Cappia
RG 7.659.487-SSP/SP

2. 
Adriana Brilhante
RG 29.510.682-7-SSP/SP




(À Comissão de Educação
– Decisão Terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 409, DE 2003**

(Nº 2.394/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à RGJ – Comunicações Ltda., para explo-
rar serviço de radiodifusão sonora em
frequência modulada, na cidade de Casi-
nhas, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 315, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à RGJ – Comunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 284, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223. da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 300, de 19 do março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Coronel Sapucaia-MS;

2 – Portaria nº 301, de 19 de março de 2002 – Rádio FM M.M. Ltda., na cidade de Eldorado-PE;

3 – Portaria nº 306, de 19 de março de 2002 – Rádio e TV Sucesso Ltda., na cidade de Catende-PE;

4 – Portaria nº 315, de 19 do março de 2002 – RGJ – Comunicações Ltda., na cidade de Casinhas-PE;

5 – Portaria nº 316, de 19 de março de 2002 – Fundação Terceiro Milênio, na cidade de Itaporã-MS;

6 – Portaria nº 325, de 19 de março de 2002 – Rádio Marabá Ltda., na cidade de Maracaju-MS;

7 – Portaria nº 350, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., na cidade de Rochedo-MS;

8 – Portaria nº 351, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Rio Brillhante-MS;

9 – Portaria nº 356, de 19 de março de 2002 – Paraíba TV/FM Ltda., na cidade de Paudalho-PE;

10 – Portaria nº 357, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., na cidade de Selvíria-MS;

11 – Portaria nº 361, de 19 de março de 2002 – Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda., na cidade de Pedro Gomes-MS;

12 – Portaria nº 371, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Inocência-MS; e

13 – Portaria nº 375, de 19 de março de 2002 – Fundação Artística e Cultural Imaculada Conceição, na cidade de Iguatemi-MS.

Brasília, 17 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 442 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 085/2000-SSB/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado de Pernambuco.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pois Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades propostas, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a RGJ – Comunicações Ltda., obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da me Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 315, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 de Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000291/2000, Concorrência nº 085/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RGJ – Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Casinhas, Estado do Pernambuco.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SOCIEDADE
POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA**

CONTRATO SOCIAL

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, os senhores abaixo-assinados, **ROSSIVALDO ARAÚJO PAULO NUNES**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado à Avenida da Liberdade, s/n, Oratório, Casinhas, Estado de Pernambuco, portador da Cédula de Identidade nº 1234819-SSP/PE, e de CPF/MF nº 141.656.604-00, **GILNELSON BELÉM BARBOSA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Avenida da Liberdade, nº 122, Oratório, Casinhas, Estado de Pernambuco, portador da Cédula de Identidade de nº 1.857.042-SSP/PE, e de CPF/MF sob o nº 190.023.434-34, e **JOÃO BARBOSA CAMELO NETO**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Avenida da Liberdade, nº 168, Oratório, Casinhas, Estado de Pernambuco, portador da Cédula de Identidade nº 2.826.508-SSP/PE, e de CPF/MF de nº 416.583.884-53, resolvem constituir, como de fato constituem entre si, uma **SOCIEDADE POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LTDA.**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e, nas suas omissões, pelo que dispuser a legislação pertinente, especialmente o Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro - e a Lei nº 4.404, de 15 de dezembro de 1976, todos utilizados de forma subsidiária:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade Comercial, instituída nos termos e por força do presente Contrato, girará sob a firma ou denominação Social de **RGJ - COMUNICAÇÕES LTDA**, e terá sua sede provisória à Avenida da Liberdade, nº 45, Oratório, Casinhas, Estado de Pernambuco.

CLÁUSULA SEGUNDA: Constitui-se objeto da presente Sociedade Comercial a exploração, única e exclusiva, dos serviços de radiodifusão, nos termos preceituados pela *Lei Federal nº 4.117, de 27 de agosto de 1962* e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social é de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, divididos em 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado nesta data, em moeda corrente e legal do país, distribuída da seguinte forma:

- 1- O sócio Rossivaldo Araújo Paulo Nunes possui 5.000 (cinco mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- 2- O sócio Gilnelson Belém Barbosa possui 5.000 (cinco mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- 3- O sócio João Barbosa Camelo Neto possui 5.000 (cinco mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

CLÁUSULA QUARTA: As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento dos sócios, que terão direito de preferência, se manifestado em 30 (trinta) dias, e, nas reuniões deliberativas, cada quota dá direito a um voto, sendo que as deliberações dos quotistas, inclusive as tendentes a alterar o Contrato Social, serão tomadas pela maioria do capital social.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos precisos termos do Art. 2º, *in fine*, do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA SEXTA: Os negócios sociais serão geridos pelo sócio **ROSSIVALDO ARAÚJO PAULO NUNES**, sendo-lhe, no entanto, vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais constantes do presente Contrato, cabendo-lhe, ainda, representar, ativa ou passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, independentemente de caução ou de instrumento procuratório.

CLÁUSULA SÉTIMA: A Sociedade possui prazo de duração indeterminado, iniciará suas atividades a partir da assinatura do presente Contrato, e seu exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro, data em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, apurando-se, com base na contabilidade, o resultado do exercício.

PARÁGRAFO ÚNICO: O lucro líquido verificado em cada exercício poderá, conforme dispuser em comum acordo os sócios, ser dividido entre eles, revertido ao Fundo de Reserva, ou destinado ao aumento do capital, e os prejuízos serão suportados pelos sócios sempre de maneira proporcional, podendo a Sociedade levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de resultados.

CLÁUSULA OITAVA: Anualmente será levantado um balanço geral, cabendo ao sócio-gerente, uma retirada mensal, em dinheiro, a título de pro labore, na forma que ficar anualmente fixada pelo consenso dos sócios, em reunião da qual se lavrará termo, conforme dispuser a Lei das Sociedades Anônimas, ficando o remanescente pertencendo ao **Fundo de Reserva da Sociedade**.

CLÁUSULA NONA: O Fundo de Reserva só poderá ser movimentado com a concordância dos sócios, podendo o sócio-gerente delegar tal atribuição a uma pessoa estranha ao quadro associativo, que terá direito a um *pro labore*.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Surubim para a solução de qualquer demanda fundada no presente Contrato, caso não haja sido solucionado pelo Juízo Arbitral indicado de comum acordo pelos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: A Sociedade não se dissolverá com o falecimento, interdição de qualquer dos sócios, bem como em caso de falência de seus integrantes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: Os Livros Contábeis ficarão à disposição dos sócios-quotistas, que, para qualquer consulta, deverá requerer vistas ao sócio-gerente, por no prazo máximo de 10 (dez) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: Os sócios declaram, sob a forma da lei, que não estão incursos em quaisquer hipóteses e/ou impedimentos tipificados na Alínea IV do Art. 53, do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que os impeça de exercer atividade mercantil.

E por estarem assim, justos e contratados, os contraentes e as testemunhas a tudo presentes, **Maria das Neves Correia e Antonio Araújo Barbosa**, após a leitura em voz alta dos termos deste Instrumento, que é feito em 05 (cinco) vias de igual teor, conteúdo e forma, para um só fim,

assinam de próprio punho, para/que produza todos os efeitos legais.

Casinhas (PE), em 22 de maio de 2.000.

Rossivaldo Araújo Paulo Nunes
ROSSIVALDO ARAÚJO PAULO NUNES,
 C. I. nº 1234891-SSP/PE
 CPF/MF nº 141.650.000-00

Gilnelson Belém Barbosa
GILNELSON BELÉM BARBOSA
 C.I. nº 1.857.042-SSP/PE
 CPF/MF nº 190.023.400-04

João Barbosa Camelo Neto
JOÃO BARBOSA CAMELO NETO
 C.I. nº 2.826.508-SSP/PE
 CPF/MF de nº 416.533.800-03

Maria das Neves Correia
Maria das Neves Correia
 Testemunha
 C.I. nº 1.186.606 -SSP/PE
 CPF/MF nº 197.642.004-00

Antonio Araújo Barbosa
Antonio Araújo Barbosa
 Testemunha
 C.I nº 3.757275 - SSP/PE
 CPF/MF nº 653.709.294-91

Nelson de Sousa e Silva
 ADVOGADO - CAB-PE Nº 7.841

NELSON DE SOUSA E SILVA

(À Comissão de Educação –
 Decisão Terminativa.)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 04/07/2000

SOB O NÚMERO:
 26201338685

Protocolo: 000438111

Jorge da Costa Pinto Neves
 JORGE DA COSTA PINTO NEVES
 SECRETÁRIO GERAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 410, DE 2003**

(Nº 2.427/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Integração do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 11 de dezembro de 2001, que renova, a partir de 16 de fevereiro de 1996, a concessão da Rádio Integração do Oeste Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.403, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 11 de dezembro de 2001, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., na cidade de Juazeiro do Norte – CE;

2 – Rádio Carajá de Anápolis Ltda., na cidade de Anápolis – GO;

3 – Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, na cidade de Coronel Fabriciano – MG;

4 – Rádio Pioneira de Tangará da Serra Ltda., na cidade de Tangará da Serra – MT;

5 – Rádio Sete Lagoas Ltda., na cidade de Sete Lagoas – MG;

6 – Rádio Cabiúna Ltda., na cidade de Bandeirantes – PR;

7 – Rádio Club de Palmas Ltda., na cidade de Palmas – PR;

8 – Campos Difusora Ltda., na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ;

9 – Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., originariamente Rádio Macaé LTDA., na cidade de Macaé – RJ;

10 – Mossoró Rádio Sociedade Ltda., na cidade de Alexandria – RN;

11 – Radiodifusão Índio Condá Ltda., na cidade de Chapecó – SC;

12 – Rádio Difusora Alto Vale Ltda., na cidade de Rio do Sul – SC;

13 – Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., na cidade Laguna – SC;

14 – Rádio Difusora Maravilha Ltda., na cidade de Maravilha – SC;

15 – Rádio Integração do Oeste Ltda., na cidade de São José do Cedro – SC;

16 – Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., originariamente Rádio Estadual Ltda., na cidade de Ibirama – SC;

17 – Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., na cidade de Itajaí – SC;

18 – Rádio Educadora de Piracicaba. Ltda., na cidade de Piracicaba – SP; e

19 – Rádio Nova Dracena Ltda., na cidade de Dracena – SP.

Brasília, 18 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 747 EM

Brasília, 20 de novembro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e unidades da Federação indicadas:

• Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará (Processo nº 53650.000808/96);

• Rádio Carajá de Anápolis Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás (Processo nº 53670.000122/94);

• Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000951/96);

• Rádio Pioneira de Tangará da Serra Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53690.000298/94);

- Rádio Sete Lagoas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000006/96);

- Rádio Cabiúna Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000368/96);

- Rádio Club de Palmas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palmas, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000383/95);

- Campos Difusora Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.001251/95);

- Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53770.000885/96);

- Mossoró Rádio Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000087/95);

- Radiodifusão Índio Condá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000770/95);

- Rádio Difusora Alto Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000771/95);

- Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000066/94);

- Rádio Difusora Maravilha Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000707/95);

- Rádio Integração do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000708/95);

- Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000068/94);

- Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em

onda média, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000072/94);

- Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000731/95);

- Rádio Nova Dracena Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000131/95).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 83.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe na Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 11 DE 2001

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, Decreta:

Art 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Rádio Progresso de Juazeiro Ltda., a partir de 26 de agosto de 1996, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 58.383, de 10 de maio de 1966, autorizada a mudar a sua denominação social para a atual, conforme Portaria Dentel nº 290, de 26 de outubro de 1983, e reno-

vada pelo Decreto s/nº, de 29 de julho de 1992 (Processo nº 53650.000808/96);

II – Rádio Carajás de Anápolis Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, outorgada pelo Decreto nº 42.947, de 31 de dezembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 95.641, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53620.000122/94);

III – Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso – Rádio Educadora, a partir de 8 de novembro de 1996, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 58.764, de 28 de junho de 1966 e renovada pelo Decreto nº 94.417, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53710.000951/96);

IV – Rádio Pioneira de Tangará da Serra Ltda., a partir de 23 de agosto de 1994, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, outorgada pelo Decreto nº 89.916, de 4 de julho de 1984 (Processo nº 53690.000298/94);

V – Rádio Sete Lagoas Ltda., a partir de 11 de abril de 1996, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Decreto nº 92.411, de 20 de fevereiro de 1986 (Processo nº 53710.000006/96);

VI – Rádio Cabiúna Ltda., a partir de 16 de novembro de 1996, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 858, de 21 de outubro de 1966, e renovada pelo Decreto nº 94.183, de 6 de abril de 1987 (Processo nº 53740.000368/96);

VII – Rádio Club de Palmas Ltda., a partir de 12 de agosto de 1995, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 636, de 6 de agosto de 1975, renovada pela Portaria nº 204, de 17 de julho de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 4, de 7 de janeiro 1986, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53740.000383/95);

VIII – Campos Difusora Ltda., a partir de 26 de outubro de 1995, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, outorgada pelo Decreto nº 56.717, de 12 de agosto de 1965, e renovada pelo Decreto nº 96.844, de 28 de setembro de 1988 (Processo nº 53770.001251/95);

IX – Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, outorgada originariamente à Rádio Macaé Ltda., pela Portaria MVOP nº 862, de 20 de setembro de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, e transferida pelo

Decreto nº 90.160, de 6 de setembro de 1984, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53770.000885/96);

X – Mossoró Rádio Sociedade Ltda., a partir de 3 de dezembro de 1995, na cidade de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 91.126, de 13 de março de 1985 (Processo nº 53780.000087/95);

XI – Radiodifusão Índio Condá Ltda., a partir de 8 de março de 1996, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 77.129, de 11 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.330, de 13 de dezembro de 1985 (Processo nº 53820.000770/95);

XII – Rádio Difusora Alto Vale Ltda., a partir de 8 de março de 1996, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, outorgada à emissora Rural de Rio do Sul Ltda., pelo Decreto nº 57.378, de 3 de dezembro de 1965, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 1.471, de 2 de setembro de 1970, e renovada pelo Decreto nº 95.626, de 13 de janeiro de 1988 (Processo nº 53820.000771/95);

XIII – Rádio Difusora de Laguna Sociedade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 64, de 22 de janeiro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.406, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000066/94);

XIV – Rádio Difusora Maravilha Ltda., a partir de 10 de fevereiro de 1996, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 151, de 3 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.665, de 16 de maio de 1986 (Processo nº 53820.000707/95);

XV – Rádio Integração do Oeste Ltda., a partir de 16 de fevereiro de 1996, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 175, de 9 de fevereiro de 1976, e renovada pelo Decreto nº 92.664, de 16 de maio de 1985 (Processo nº 53820.000708/95);

XVI – Rádio Sentinela Alto Vale Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, outorgada originalmente à Rádio Estadual Ltda., pela Portaria MVOP nº 580, de 4 de outubro de 1956, renovada pelo Decreto nº 90176, de 3 de outubro de 1984, e transferida pelo Decreto s/nº de 12 de fevereiro de 1997, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50820.000068/94);

XVII – Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 354, de 26 de maio de 1958, e renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 50820.000072/94);

XVIII – Rádio Educadora de Piracicaba Ltda., a partir de 5 de outubro de 1995, na cidade de Piracicaba, Estado do São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 56.375, de 31 de maio de 1965, e renovada pelo Decreto nº 93.641, de 2 de dezembro de 1986 (Processo nº 53830.000732/95);

XIX – Rádio Nova Dracena Ltda., a partir de 19 de maio de 1995, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 405, de 13 de maio de 1975, renovada pela Portaria nº 72, de 18 de março de 1986, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 153, de 4 de agosto de 1987, do Ministério das Comunicações (Processo nº 53830.000131/95).

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de maio de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER Nº 30/99/JURÍDICO/SC

Referência: Processo nº 53820.000708/95

Origem: UO3.1/ER-3/ANATEL

Interessada(o): Radio Integração do Oeste Ltda.

Assunto: Renovação de Outorga.

Ementa: Concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo teve seu termo final em 16-2-96. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo Deferimento.

A Radio Integração do Oeste Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de São José do Cedro, SC, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 16-2-96.

Dos Fatos

Mediante Portaria nº 175, de 9 de fevereiro de 1972, foi outorgada permissão à Radio Integração do Oeste Ltda. para explorar por 10 anos o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de São José do Cedro, SC.

A outorga em questão teve sua vigência renovada a partir de 16-2-86, data especificada no Decreto nº 92.664, de 16 de maio de 1986, de renovação de outorga da entidade.

Cumprе ressaltar que durante o último período de vigência da outorga, a entidade sofreu penas conforme se verifica nos seus assentamentos cadastrais.

A(s) punição(ões) aplicadas foi(ram) as seguinte(s):

	QUANTIDADE
ADVERTÊNCIA	02
MULTA	—
SUSPENÇÃO	—
CASSAÇÃO	—
TOTAL	02

O atual quadro societário da entidade foi aprovado pela Portaria nº 159, de 19 de outubro de 1998, e é o seguinte:

SÓCIOS	COTAS	VALOR EM R\$
Mauro Neme	17.360	17.360,00
Nereo Lopes de Lima	14.106	14.106,00
Armando Rosa	5.021	5.021,00
Olvide Maraschim	4.586	4.586,00
José Odalsi Link	1.963	1.963,00
Maria Glaci Zimmer Link	1.964	1.964,00
TOTAL	45.000	45.000,00

O atual quadro diretivo da empresa foi aprovado pela portaria nº 20, de 13 de março de 1997:

SÓCIOS	CARGO
Nereo Lopes de Lima	Diretor Gerente
Maria Glaci Zimmer Link	Diretora Comercial

Do Mérito

O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para o serviço de Televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º) períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

De acordo com o art. 4º, da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final dia 16-2-96, porquanto começou a vigorar em 16-2-86, com a publicação do extrato de contrato de concessão no **Diário Oficial**, e os efeitos jurídicos da outorga foram mantidos pelo prazo residual, conforme disposto no Decreto de 10 de maio de 1991, publicado no **Diário Oficial** do dia 13 subsequente.

O pedido de renovação de outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia no dia 16-11-95, portanto, tempestivamente, uma vez que de acordo com o disposto na Lei de Renovação o pedido deveria ser apresentado entre 16-8-95 e 16-11-95.

Encontram-se regulares os quadros societário e diretivo da empresa, conforme acima mencionado; bem como, a empresa encontra-se operando regularmente dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos (fls. 66 a 69 dos autos).

É regular a situação da pressionaria perante o Fundo de Fiscalização das Comunicações – FISTEL, fl. 53 dos autos.

Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo art. 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado à partir de 16-2-96.

Conclusão

Diante do exposto e estando o processo devidamente instruído nos termos da legislação vigente, opino pelo deferimento do presente pleito.

Submeto a elevada consideração do Sr. Chefe do Posto Avançado do Ministério das Comunicações

no Estado de Santa Catarina para apreciação e prosseguimento (Departamento de Outorgas e Licenciamento).

É o parecer **sub censura**.

Florianópolis/SC, 24 de maio de 1999. – **Secundino da Costa Lemos**, Advogado, ANATEL – UO -3.1 – OAB/SC – 11066.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 411, DE 2003

(Nº 2.430/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 359, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 298, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 286, de 19 de março de 2002 – Medina FM Ltda., na cidade de Medina-MG;

2 – Portaria nº 288, de 19 de março de 2002 – Futura FM Minas Cidade de Monte Santo Ltda., na cidade de Monte Santo de Minas-MG;

3 – Portaria nº 310, de 19 de março de 2002 – Sistema de Comunicação Camargo Gonçalves Ltda., na cidade de Primavera do Leste-MT;

4 – Portaria nº 311, de 19 de março de 2002 – Continental Comunicações Ltda., na cidade de São José do Xingu-MT;

5 – Portaria nº 319, de 19 de março de 2002 – Rádio Educadora Nova Geração Ltda., na cidade de Nova Brasilândia-MT;

6 – Portaria nº 344, de 19 de março de 2002 – Rádio Rio Verde Ltda., na cidade de Baependi-MG;

7 – Portaria nº 345, de 19 do março de 2002 – Sistema de Rádio Difusora Astolfo Dutra Ltda., na cidade do Astolfo Dutra-MG;

8 – Portaria nº 358, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., na cidade de Antônio Dias-MG;

9 – Portaria nº 359, de 19 de março de 2002 – Rádio Pioneira Andrelândia Ltda., na cidade de Andrelândia-MG;

10 – Portaria nº 360, de 19 de março de 2002 – TV Norte Ltda, na cidade de Açucena-MG;

11 – Portaria nº 362, de 19 de março de 2002 – Rádio FM SL Ltda, na cidade de Ivinhema-MS;

12 – Portaria nº 363, de 19 de março de 2002 – Sistema Riopardense de Comunicação Ltda., na cidade de Ribas do Rio Pardo-MS;

13 – Portaria nº 365, de 19 de março de 2002 – Rádio FM de Comunicação Frutal Ltda., na cidade do Frutal-MG; e

14 – Portaria nº 378, de 19 de março de 2002 – Rádio Som da Terra Ltda., na cidade de Poxoréo-MT.

Brasília, 24 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 411 EM

Brasília 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 064/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilita-

ção e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 do junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Pioneira Andrelândia Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da concorrência, conforme ato da mesma comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 359, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000712/2000, Concorrência nº 064/ 2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Pioneira Andrelândia Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga.**

RÁDIO PIONEIRA ANDRELÂNDIA FM LTDA.:**CONTRATO SOCIAL**

Geraldo Adriano Nogueira de Souza, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à Ave. Getúlio Vargas, nº. 154, centro, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais, portador da carteira de identidade nº M-2.350.701, expedida pela SSP-MG e CPF nº 485.317.746-91; Geraldo Eustáquio de Souza, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à Rua Cônego Miguel, nº. 105, centro, na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais, portador da carteira de identidade nº M-4.301.001, expedida pela SSP-MG e CPF nº 585.961.516-72, resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade limitada que regerá pela seguinte legislação: artigos 211 e 223 e seus parágrafos da Constituição Federal, Lei nº 3708, de 10 de janeiro de 1919, Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, Decreto nº 52795, de 31 de outubro de 1963, Lei nº 8934, de 18 de novembro de 1994, Decreto nº 1800, de 30 de janeiro de 1996 e Decreto - Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas a seguir;

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de RÁDIO PIONEIRA ANDRELÂNDIA FM LTDA. Tendo sua sede e foro na cidade de Andrelândia, Estado de Minas Gerais, à Ave. Getúlio Vargas, nº. 154-A, centro, em Andrelândia Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade será constituída por prazo indeterminado observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento, dada pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUARTA: O capital sócial, será de R\$10.000,00(dez mil reais), divididos em 10(dez) quotas, no valor nominal de R\$1.000,00(mil reais) cada uma, integralizados em moeda corrente nacional, neste ato, fica assim distribuído entre os sócios:

Geraldo Adriano N. de Souza	cotas 05
Geraldo Eustáquio de Souza	cotas 05
TOTALIZANDO	cotas 10

CLÁUSULA QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sem pessoas físicas brasileiras.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas ou ações representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo de qualquer alteração contratual ou estatutária de prévia autorização do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade será administrada por um sócio gerente, a quem compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA OITAVA: Fica estabelecido que a responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da entidade caberá somente a brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA: Os administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no país e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios que desejarem transferir ou alienar suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade discriminando-lhes o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo à critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade dos sócios será limitada à importância total do capital social, nos termos do artigo segundo a Lei nº 3708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade, por todos os seus sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes, ou que vierem a vigorar, referentes à radiodifusão e à segurança nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o consentimento unânime dos demais sócios, cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das cotas que possuem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA : Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, a título de PRÓ-LABORE , a quantia mensal fixada em comum, até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação fiscal do imposto de renda, a qual será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica investido na função de Diretor Gerente da sociedade o sócio Sr. Geraldo Adriano Nogueira de Souza, para o qual fica dispensada a prestação de caução, conforme preceitua o artigo 12 da Lei nº 3708, de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O sócio gerente poderá fazer-se representar por procurador, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, devendo, neste caso, ser solicitado para tal designação, prévia autorização da autoridade fiscalizadora, apresentando-se na oportunidade, a prova de nacionalidade do procurador, que deverá ser sempre brasileiro nato e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, devendo, a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o balanço patrimonial da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às cotas de capital que possuem, podendo os lucros, a critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender as despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na cláusula décima nona deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nele fazerem representar-se, enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais .

RÁDIO PIONEIRA ANDRELÂNDIA FM LTDA**CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em Leis que os impeçam de exercer atividades mercantis.

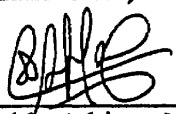
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 3708, de 10 de janeiro de 1919, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se abrigam os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios elegem o foro da comarca de Andrelândia, Estado de Minas Gerais, para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este, inclusive de cláusulas omissas.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

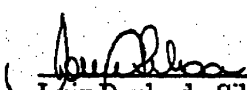
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/06/2000

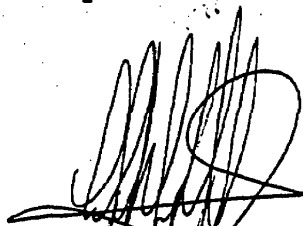
Andrelândia, 20 de junho de 2000.

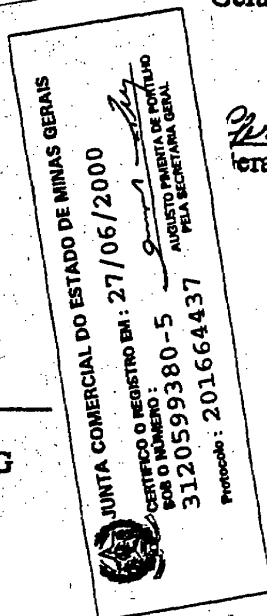

Geraldo Adriano N. de Souza


Geraldo Eustáquio de Souza

Testemunhas:


Luiz Paulo da Silva
CIM 3.851.229 SSPMG
CPF 505.932.426-53


Charles A. C. da R. Coutinho
CIM 4.149.154 SSPMG
CPF 585.843.906-34



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 412, DE 2003**

(Nº 2.448/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda.
para explorar serviço de radiodifusão sono-
ra em frequência modulada, na cidade de
Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 347, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Caracol-MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 de março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro-SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Prados-MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Limitada, na cidade de Alcinópolis-MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Jaboticatubas-MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas Ltda, na cidade de Bom Despacho-MG;

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda, na cidade de Barão de Cocais-MG;

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda, na cidade de Paraopeba-MG;

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá-MG;

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha-MG;

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda, na cidade de Mutum-MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiú Ltda., na cidade de Dois Irmãos do Buriti-MS;

13 – Portaria nº 368, de 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era-MG;

14 – Portaria nº 372, de 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas MF Limitada, na cidade de Odópolis-MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzambinho-MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso-MG; e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais-MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 415 EM

Brasília, 27 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 064/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos

pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 347, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000703/2000, Concorrência nº 064/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

CONTRATO SOCIAL

SOCIEDADE CENTRO MINAS DE RÁDIO LTDA

Luis Fernando Santos Bolina, brasileiro, casado, engenheiro civil, nascido em 31/07/1959, portador da Carteira de Identidade N.º 32784, expedida por CREA-MG em 18/07/1983, portador do C.P.F. N.º 327.369.916-72, residente e domiciliado na Avenida Guaratá, 1945, Prado, CEP 30480-340, Belo Horizonte, Minas Gerais;

Gilberto Brasil de Sousa, brasileiro, casado, médico, nascido em 14/09/1952, portador da Carteira de Identidade N.º M-168.062, expedida por SSP-MG em 22/11/1971, portador do C.P.F. N.º 175.703.106-59, residente e domiciliado na Rua Geraldo Rodrigues da Costa, 241, apto 1001, Centro, CEP 35560-000, Santo Antônio do Monte, Minas Gerais;

Constituem uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, nos termos do Decreto 3.708 de 10/01/1919, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Nome Comercial, Sede e Foro

A sociedade reger-se-á sob a denominação social de **Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda**, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Gávea, 130, Loja 01, Jardim América, CEP 30.460-400.

Cláusula Segunda - Objeto Social

A sociedade terá por objeto a exploração do ramo de serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente.

Parágrafo único: os objetivos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão, sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.

Cláusula Terceira - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), divididos em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas em moeda corrente do País neste ato, com a seguinte distribuição entre os sócios:

Sócios	Quotas	R\$	%
Luis Fernando Santos Bolina	20.000 Quotas	R\$ 20.000,00	50%
Gilberto Brasil de Sousa	20.000 Quotas	R\$ 20.000,00	50%
Total	40.000 Quotas	R\$ 40.000,00	100%

SERVICÓ NOTARIAL DO BO OFÍCIO DE RHTÉ/MG
RUA São Paulo, 689 - LJ. 09 - RHTÉ/MG
AUFENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original
que me foi apresentada. Dou fe.
Belo Horizonte, 03/07/2000 13:23:39 23370

Parágrafo único: As quotas do Capital Social são indivisíveis e somente transferíveis a terceiros com o prévio e expresso consentimento dos quotistas, o qual se dará no próprio instrumento de alteração contratual. Os sócios terão prioridade de aquisição em igualdade de condições e preços entre si e com terceiros.

Cláusula Quarta - Responsabilidade dos Sócios

A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade está limitada ao total do capital social.

Cláusula Quinta - Prazo de Duração da Sociedade e Término do Exercício Social

A sociedade iniciará suas atividades na data de registro deste instrumento no órgão competente e seu prazo de duração será por tempo indeterminado, encerrando seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

Cláusula Sexta - Gerência e uso do Nome Comercial

A gerência da sociedade e o uso do nome comercial ficarão a cargo do sócio **Luís Fernando Santos Bolina** que representará a sociedade **isoladamente** em juízo ou fora dele, perante instituições financeiras e bancárias e o comércio em geral, responsabilizando-se pelos excessos de mandatos, se os praticarem.

Parágrafo Primeiro: Na representação perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais e autarquias, para inscrições, requerimento de certidões e assinatura de documentos administrativos que não criem responsabilidade para com terceiros, a sociedade será representada por qualquer dos sócios, isoladamente.

Parágrafo Segundo: Os sócios declaram sob as penas da lei, que não estão incurso nas proibições de arquivamento e a inexistência de condenação judicial, que vede o acesso a atividades mercantis, nos termos do inciso IV, do artigo 53 do Decreto 1.800/96.

Cláusula Sétima - Retirada "Pró Labore"

O sócio gerente poderá, de comum acordo e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal a título de "Pró-Labore".

Cláusula Oitava - Lucros e / ou Prejuízos

Os lucros ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social, serão distribuídos entre os sócios na proporção do capital social, podendo os sócios optarem pelo aumento de capital utilizando estes lucros, e, compensar os prejuízos em exercícios futuros.


SERVICO NOTARIAL DO 3º OFICIO DE BHTÉ/MG
Rua São Paulo, 688 - Lj. 09 - BHTÉ/MG
AUTENTICACAO
Conferida e achada conforme original
que me foi apresentada. Dou fe.
Belo Horizonte, 03/07/2000 13:23:40 28210

SERVICO NOTARIAL DO 8º OFICIO DE BHTE/MG
Rua Sao Paulo, 684 - Lj. 09 - BHTE/MG
AUTENTICACAO
Conferida e achada conforme original
que me foi apresentada. Dou fe.
Belo Horizonte, 03/07/2000 13:23:41 286

000010

Cláusula Nona - Deliberações Sociais

As deliberações sociais serão tomadas pelos sócios quotistas em conjunto, que decidirão os destinos da sociedade.

Cláusula Décima - Filiais e Outras Dependências

A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberações dos sócios.

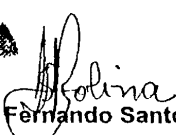
Cláusula Décima Primeira - Dissolução da Sociedade

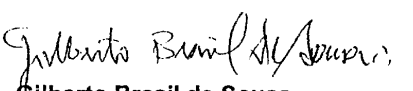
O falecimento, a interdição e a inabilitação de qualquer dos sócios, a dissolução da sociedade, ficando os herdeiros e sucessores, em todo e qualquer caso, sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus" ou interdicado, tendo nela fazerem se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dos seus credenciados pelos demais.

Parágrafo único: Todavia, somente mediante consenso do sócio superstite, os herdeiros ou sucessores poderão ingressar na sociedade caso não haja impeditivo legal e se observe a anuência dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

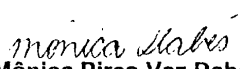
E, estando os sócios justos e contratados, assinam este instrumento em três vias de igual teor e para o mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2000

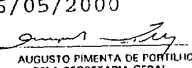

Luís Fernando Santos Bolina


Gilberto Brasil de Sousa

Testemunhas:


Mônica Pires Vaz Dabés
MG-11.637.097 SSP/MG


Rodrigo Siqueira de Oliveira
M-7.343.975 SSP/MG

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/05/2000	
SOB O NÚMERO:	
3120596828-2	
Protocolo: 201698951	
 AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO PELA SECRETARIA GERAL	

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 413, DE 2003**

(Nº 2.450/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à
Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda.
para explorar serviço de radiodifusão sonora
em frequência modulada, na cidade de
Pedra do Indaiá, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 353, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedra do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em rol comunicações Ltda., na cidade de Caracol–MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 do março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro–SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Prados–MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Limitada, na cidade de Alcinópolis–MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Jaboticatubas–MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda., na cidade de Bom Despacho–MG;

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., na cidade do Barão de Cocais–MG;

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Paraopeba–MG;

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá–MG;

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha–MG;

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Mutum–MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiú Ltda., na cidade de Dois Irmãos do Buriti–MS;

13 – Portaria nº 368, do 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era–MG;

14 – Portaria nº 372, do 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas MF Limitada, na cidade de Odópolis–MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzumbinho–MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso–MG, e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais–MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 00425 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 071/2000–SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedra do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., obteve a maior pontuação do valor

ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 353, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o

que consta do Processo nº 53710.000932/2000, Concorrência nº 071/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedra do Indaiá, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA “CACHOEIRA ALTA TELECOMUNICAÇÕES LTDA”

Kelson Souza Vilarinho, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG- 4.819.722-SSP/MG e do CPF/MF 499.709.501-00, residente e domiciliado(a) à Av. Presidente Vargas, nº 717, Centro, Cachoeira Alta-GO; e

Jardan Barros Jardim, brasileiro(a), solteiro(a) empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG-3176884-2025841-SSP/GO e do CPF/MF, 825.291.831-04 residente e domiciliado(a) à Av. Presidente Vargas, nº 717, Centro, Cachoeira Alta-GO,

tem entre si justo e combinado a constituição de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que será regida sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

A sociedade girará sob a razão social de “Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda.” com sede na cidade de Cachoeira Alta-GO, à Av. Presidente Vargas, nº 717-A, Centro, CEP 75.870-00, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer ponto do território Nacional, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA II DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 31 DEZ 2001

[Handwritten signatures and initials]

A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de áudio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA III DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em 21/06/2000. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IV DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR (R\$)
Kelson Souza Vilarinho	50	30.000	30.000,00
Jardan Barros Jardim	50	30.000	30.000,00
TOTAL	100	60.000	60.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social, conforme Decreto-lei Federal n.º 3.708, de 10.01.1919, art. 2ª, *in fine*.

CLÁUSULA V

A sociedade obedecerá aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes especialmente o que determina o artigo 10, incisos I a V, do Decreto n.º 85.064, de 26.08.1980, que regulamenta a Lei 6.634 de 02.05.1979:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos;

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas”.

CLÁUSULA VI
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
DE 12/2001

A gerência da empresa será exercida pelo(a) sócio(a) **Kelson Souza Vilarinho**, no cargo de **Gerente** a quem caberá a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele(a) cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA VII

O uso da razão social caberá ao(s) Gerente(s) nomeado(s) na cláusula VI, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem.

CLÁUSULA VIII

[Handwritten signatures and initials]

O(a/s) Gerente(s) terá(ão) direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 (um) salário mínimo mensal, a título de *pró-labore*, levada a débito na conta de despesas da sociedade, observados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda, para cada exercício financeiro.

CLÁUSULA IX

O(a/s) Gerente(s), depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá(ão), em nome da Entidade, nomear procurador(a/es) para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 1 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA X

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, ~~os demais sócios~~, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(a/s) sócio(a/s), na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(a/es).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa consulta e respectiva autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XI

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento, para apuração dos direitos e deveres do(a) sócio(a) retirante, inabilitado(a), interdito(a) ou falecido(a), pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do(a) falecido(a),

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 31 DEZ 2001

4

seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

CLÁUSULA XII

Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

Fls. 20
Visto

CLÁUSULA XIII

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XIV

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificarse a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 31 DE JULHO

CLÁUSULA XV

Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CLÁUSULA XVI

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

5

CLÁUSULA XVII

O instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XVIII

A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XIX

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei, que impedem de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA XX

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA XXI

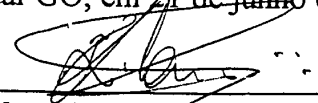
Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica, desde já, eleito o foro da sede da sociedade, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

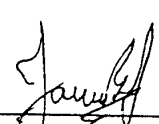
E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 31 DE JUL 2001

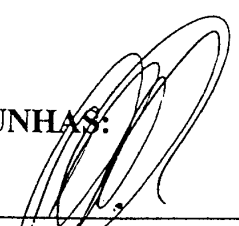
[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

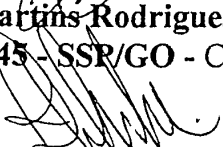
Jataí-GO, em 21 de junho de 2000.

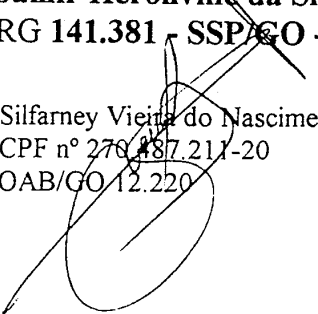

Kelson Souza Vilarinho
 SÓCIO(A)-GERENTE


Jardim Barros Jardim
 SÓCIO(A)

TESTEMUNHAS:


Ademair Martins Rodrigues
 RG 1.052.845 - SSP/GO - CPF 168.938.671-15


Jamir Heronville da Silva
 RG 141.381 - SSP/GO - CPF 019.035.192-68


 Silfarney Vieira do Nascimento
 CPF nº 270.487.211-20
 OAB/GO 12.220

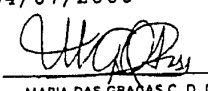
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, **31 DEZ 2001**



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/07/2000

SOB O NÚMERO:
 52201694568

Protocolo: 000512486


 MARIA DAS GRAÇAS C. D. DE ASSIS
 SECRETÁRIA GERAL



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 414, DE 2003**

(Nº 2.452/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda.
para explorar serviço de radiodifusão so-
nora em frequência modulada, na cidade
de Nova Era, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 368, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., na cidade de Caracol-MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 de março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro-SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Prados-MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Limitada, na cidade de Alcinópolis-MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Rádio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Jaboticatubas-MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas de Rádio Ltda., na cidade de Bom Despacho-MG

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda., na cidade de Barão de Cocais-MG,

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Paraopeba-MG,

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá-MG,

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha-MG,

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Mutum-MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de Radiodifusão FM Tuiuiu Ltda, na cidade de Dois Irmãos do Buriti-MS;

13 – Portaria nº 368, do 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era-MG

14 – Portaria nº 372, de 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas MF Limitada, na cidade de Odópolis-MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzambinho-MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso – MG; e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais – MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 422 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 070/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada, na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda. obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência,

conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 368, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000917/2000, concorrência nº 070/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Sistema Alfa de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas proposta.

Art 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

CONTRATO SOCIAL

SISTEMA ALFA DE COMUNICAÇÃO LTDA

VICENTE DE PAULA OLIVEIRA, brasileiro, casado, nascido em 19/07/1944, empresário, residente e domiciliado na cidade de Nova Era, MG, à Praça Ubatan nº 111, Bairro Serra portador da Cédula de Identidade MG-10.717283 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais em 29/04/1996 com o CPF-024.112.296-15 e **RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, nascido em 31/01/1979 empresário, residente e domiciliado na cidade de Nova Era, MG, à Rua José de Lima Bruzzi nº 285, Bairro Serra, portador da Cédula de Identidade nº M- 8.895.138 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, em 09/03/1994, com o CPF – 038.574.696-25.

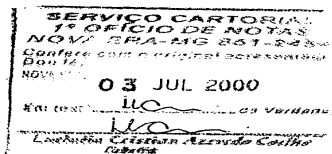
CONSTITUEM

entre si e na melhor forma de direito, uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e condições serão redigidos pelas cláusulas seguintes:

1ª) A sociedade terá como denominação social, **SISTEMA ALFA DE COMUNICAÇÃO LTDA**.

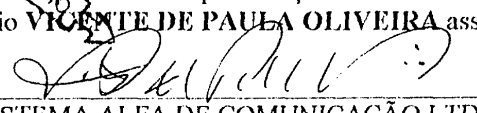
2ª) A sociedade terá como sede e foro a cidade de Nova Era, Estado de Minas Gerais, à Rua Carlos Augusto Felipe, nº 55, Sala 20, Bairro Serra, Cep: 35920.000

3ª) A sociedade se propõe a executar e explorar o serviço de **radiodifusão sonora**, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da **Legislação de Radiodifusão** vigente.

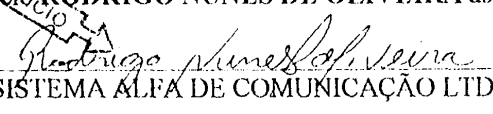


- 4ª) Os objetivos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão, sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.
- 5ª) O início das atividades da sociedade será na data da assinatura deste contrato e o prazo de sua duração é indeterminado.
- 6ª) O capital da sociedade é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) representado por 50 (Cinquenta) quotas no valor nominal de R\$1.000,00 (Hum mil reais) cada uma, subscritas pelos sócios na seguinte proporção:
- | | | |
|---------------------------|-----------|---------------|
| VICENTE DE PAULA OLIVEIRA | 25 quotas | R\$ 25.000,00 |
| RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA | 25 quotas | R\$ 25.000,00 |
| Total | 50 quotas | R\$ 50.000,00 |
- 7ª) O capital da sociedade R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) será integralizado em moeda corrente nacional na forma que se segue:
- a) cada sócio integraliza, neste ato, 50% (Cinquenta por cento) das quotas por eles subscritas, totalizando R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)
- 8ª) A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor do capital-social.
- 9ª) As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas, e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.
- 10ª) A sociedade será administrada por ambos os sócios, isolada ou conjuntamente. Ambos terão poderes de representação da sociedade em juízo ou fora dele.

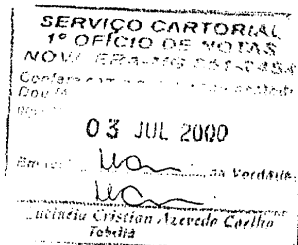
O sócio **VICENTE DE PAULA OLIVEIRA** assinará:


SISTEMA ALFA DE COMUNICAÇÃO LTDA

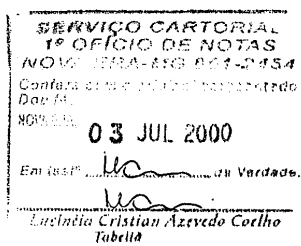
O sócio **RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA** assinará:


SISTEMA ALFA DE COMUNICAÇÃO LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 17/12/01



- 11ª) Todos os documentos onde conste a venda ou a oneração de bens do patrimônio da sociedade somente serão válidos com a assinatura dos dois sócios, ficando proibido o uso da firma em fianças, avais, endossos e outros favores estranhos aos interesses da sociedade.
- 12ª) Poderá haver retirada Pró-Labore dos sócios, que efetivamente participem dos trabalhos de implantação e operação dos serviços que venham a sociedade obter permissão da autoridade competente, nos valores estabelecidos em lei.
- 13ª) Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador, locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.
- 14ª) As quotas sociais somente poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade, com o consentimento expresso do outro sócio. Para este fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito ao outro sócio concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para que exerça em condições de igualdade o direito de preferência na aquisição de suas quotas.
- 15ª) Fica ajustado entre as partes que ao sócio que se retira caberá receber o valor das cotas realizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, cujo pagamento será feito em 06(seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros.
- 16ª) O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou seu representante legal sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus" ou interdito, devendo nela fazerem se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles credenciados pelos demais.
- 17ª) Todavia, somente mediante consenso do sócio supérstite, os herdeiros ou sucessores, poderão ingressar na sociedade caso não haja impeditivo legal e se observe a anuência dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.
- 18ª) Os herdeiros e sucessores que não quiserem participar das sociedade terão os seus haveres apurados em balanço especialmente levantado para este fim e serão pagos em 06(seis) prestações mensais iguais e sucessivas.



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL
Em 17 12 01

19ª) Em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral das atividades da empresa. O resultado será dividido proporcionalmente ao capital de cada sócio.

20ª) Os casos omissos neste contrato social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3708, de 10 janeiro de 1919 e da Lei nº 4726 de 13 de julho de 1965, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste contrato, se obrigam os sócios.

Declaração:

Ambos os sócios já acima identificados, nascidos nas cidades Santana do Alfie e Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, o primeiro em 19/07/1944, filho de Edelberto de Oliveira e Rosa da Rocha Castro e o segundo em 31/01/1979, filho de Valdecir Justino de Oliveira e Ernestina Nunes Coelho Oliveira, declaram, sob as penas da Lei, que não estão sendo processados e nem estão definitivamente condenados em qualquer parte do território nacional pela prática de crime, cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, ou, ainda, por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública, nem que exerçam cargos que lhes proporcionem foro privilegiado. Esta declaração é firmada para que produza os efeitos legais, e os sócios e signatários estão cientes de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito o registro do comercio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato social em 6(seis) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante as testemunhas abaixo que também o assinam.

Nova Era, 05 de Junho de 2000

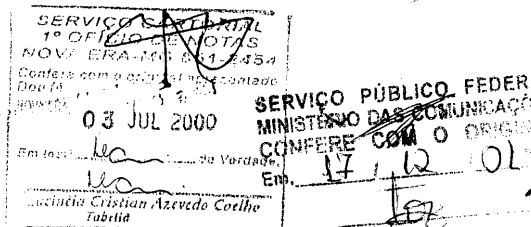
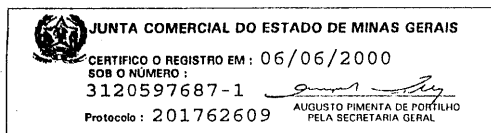
VICENTE DE PAULA OLIVEIRA

RODRIGO NUNES DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS

Afonso Gregório da Silva
CPF: 113.114.106-78
C.I.: M-789.404 SSP-MG

Ana Lúcia Martins da Costa Silva
CPF: 318.978.196-68
C.I.: M-1465.372 SSP-MG



(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 415, DE 2003**

(Nº 2.453/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 376, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 325, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII combinado, com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossa Excelências acompanhadas de Exposições

de Motivos do Senhor Ministro do Estado das Comunicações, permissões para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 275, de 19 de Março de 2002 – Prisma Engenharia em Telecomunicações. Ltda., na cidade de Caracol –MS;

2 – Portaria nº 302, de 19 Março de 2002 – Rádio Viradouro AM Ltda., na cidade de Viradouro –SP;

3 – Portaria nº 341, de 19 de Março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Prados –MG;

4 – Portaria nº 343, de 19 de março de 2002 – FM Primavera Limitada, na cidade de Alcinópolis –MS;

5 – Portaria nº 346, de 19 de março de 2002 – Radio e Televisão Libertas Ltda., na cidade de Jaboticatubas –MG;

6 – Portaria nº 347, de 19 de março de 2002 – Sociedade Centro Minas de Radio Ltda., na cidade de Bom Despacho –MG;

7 – Portaria nº 348, de 19 de março de 2002 – Mello e Bruno Comunicação Participações Ltda., na cidade de Barão de Cocais –MG;

8 – Portaria nº 352, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Paraopeba –MG;

9 – Portaria nº 353, de 19 de março de 2002 – Cachoeira alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Pedra do Indaiá – MG;

10 – Portaria nº 354, de 19 de março de 2002 – Fundação Santa Cruz de Jequitinhonha, na cidade de Jequitinhonha – MG;

11 – Portaria nº 366, de 19 de março de 2002 – Ibiapina Radiodifusão Ltda., na cidade de Mutum – MG;

12 – Portaria nº 367, de 19 de março de 2002 – Empresa de radiodifusão FM Tuiuiú Ltda., na cidade de dois irmãos do Buriti – MG;

13 – Portaria nº 368, de 19 de março de 2002 – Sistema Alfa de Comunicação Ltda., na cidade de Nova Era – MG;

14 – Portaria nº 372, de 19 de março de 2002 – Emissoras Integradas M.F Limitada, na cidade de Odópolis – MS;

15 – Portaria nº 374, de 19 de março de 2002 – Go'el Ltda., na cidade de Muzambinho – MG;

16 – Portaria nº 376, de 19 de Março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Padre Paraíso MG; e

17 – Portaria nº 377, de 19 de março de 2002 – Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., na cidade de Piedade dos Gerais –MG.

Brasília, 6 de maio de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC 423 EM

Excelentíssimo senhor Presidente da República,

Da conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 071/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

A Comissão Especial de âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica do radiodifusão, concluiu que a Cachoeira

Alta Telecomunicações Ltda., obteve a maior pontuação de valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja referido ato.

Respeitosamente

Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 376, DE 19 DE MARÇO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº

1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000932/2000, Concorrência nº 071/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos turnos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. — **Pimenta da Veiga**.

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DA “CACHOEIRA ALTA TELECOMUNICAÇÕES LTDA”

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 19/03/2002

Kelson Souza Vilarinho, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG 4.819.722-SSP/MG e do CPF/MF 499.709.501-00, residente e domiciliado(a) à Av. Presidente Vargas, nº 717, Centro, Cachoeira Alta-GO; e

Jardan Barros Jardim, brasileiro(a), solteiro(a) empresário(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG-3176884-2025841-SSP/GO e do CPF/MF, 825.291.831-04 residente e domiciliado(a) à Av. Presidente Vargas, nº 717, Centro, Cachoeira Alta-GO,

tem entre si justo e combinado a constituição de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que será regida sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DA DENOMINAÇÃO E SEDE SOCIAL

A sociedade girará sob a razão social de “Cachoeira Alta Telecomunicações Ltda.” com sede na cidade de Cachoeira Alta-GO, à Av. Presidente Vargas, nº 717-A, Centro, CEP 75.870-00, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e sucursais em qualquer ponto do território Nacional, após prévia autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA II DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como principal objetivo a execução de serviços de radiodifusão sonora (AM, FM, OM, OT e OC), de sons e imagens (TV) e de Televisão por Assinatura (TVA), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, representações publicitárias, publicidade, apoio em marketing e produção de áudio vídeo, edição de jornais e revistas, produção de panfletos, anuários e documentários, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como, exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 31/12/2004

CLÁUSULA III DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em 21/06/2000. O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA IV DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR (R\$)
Kelson Souza Vilarinho	50	30.000	30.000,00
Jardan Barros Jardim	50	30.000	30.000,00
TOTAL	100	60.000	60.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social, conforme Decreto-lei Federal n.º 3.708, de 10.01.1919, art. 2ª, *in fine*.

CLÁUSULA V

A sociedade obedecerá aos dispositivos constitucionais e legais pertinentes especialmente o que determina o artigo 10, incisos I a V, do Decreto n.º 85.064, de 26.08.1980, que regulamenta a Lei 6.634 de 02.05.1964.

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos;

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas”.

CLÁUSULA VI DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A gerência da empresa será exercida pelo(a) sócio(a) **Kelson Souza Vilarinho**, no cargo de **Gerente** a quem caberá a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele(a) cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA VII

O uso da razão social caberá ao(s) Gerente(s) nomeado(s) na cláusula VI, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interesses sociais, ficando, pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem.

CLÁUSULA VIII

O(a/s) Gerente(s) terá(ão) direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 (um) salário mínimo mensal, a título de *pró-labore*, levada a débito na conta de despesas da sociedade, observados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda, para cada exercício financeiro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 28/12/2003

CLÁUSULA IX

O(a/s) Gerente(s), depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderá(ão), em nome da Entidade, nomear procurador(a/s) para prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 1 (um) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA X

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(a/s) sócio(a/s), na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(a/es).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em qualquer hipótese de transferência, deverá haver sempre a prévia e expressa consulta e respectiva autorização do Poder Público Concedente.

CLÁUSULA XI

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento, para apuração dos direitos e deveres do(a) sócio(a) retirante, inabilitado(a), interdito(a) ou falecido(a), pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do(a) falecido(a),

4

seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 (doze) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

CLÁUSULA XII

Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91, do Decreto nº 52.795/63, com redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em. 31/12/2003

CLÁUSULA XIII

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XIV

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XV

Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão os liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

CLÁUSULA XVI

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita neste contrato, sem prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

5

CLÁUSULA XVII

O instrumento de alteração contratual será assinado, necessariamente, por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente, ressalva dos direitos dos interessados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 31/12/2003

CLÁUSULA XVIII

A sociedade, por todos os seus cotistas, se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

CLÁUSULA XIX

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei, que impedem de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA XX

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

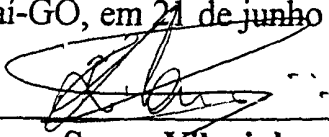
CLÁUSULA XXI

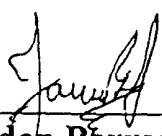
Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica, desde já, eleito o foro da sede da sociedade, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais necessários.



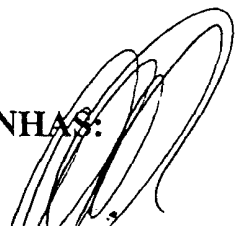
Jataí-GO, em 21 de junho de 2000.


Kelson Souza Vilarinho
SÓCIO(A)-GERENTE

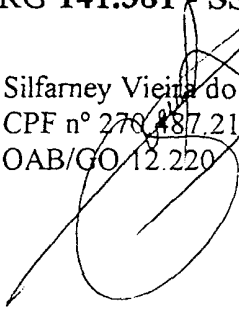

Jarden Barros Jardim
SÓCIO(A)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 31/08/2003

TESTEMUNHAS:


Ademair Martins Rodrigues
RG 1.052.845 - SSP/GO - CPF 168.938.671-15


Jamir Heronville da Silva
RG 141.381 - SSP/GO - CPF 019.035.192-68

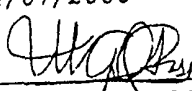

Silfarney Vieira do Nascimento
CPF nº 270.487.211-20
OAB/GO 12.220



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/07/2000

SOB O NÚMERO:
52201694568

Protocolo: 000512486


MARIA DAS GRAÇAS C. D. DE ASSIS
SECRETÁRIA GERAL

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 416, DE 2003**

(Nº 2503/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à TV TOP Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, que outorga concessão à TV Top Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 606, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 27 de junho de 2002, que "Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e da outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Rádio Sol Maior Ltda., na cidade de Maceió-AL (onda média);

2 – Rádio Clube Entre Amigos Ltda., na cidade de Pérola D'Oeste-PR (onda média);

3 – TV Top Ltda., na cidade de Blumenau-SC (sons e imagens).

Fernando Henrique Cardoso.

Brasília, 10 de julho de 2002

MC 805 EM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, com vistas a outorga de concessão para explorar serviços de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação abaixo indicadas.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de

1997, após analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que obtiveram a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelos respectivos Editais, tornando-se assim vencedoras das Concorrências, conforme atos da mesma Comissão, que homologuei, as seguintes entidades:

Rádio Sol Maior Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Processo nº 53610.000057/98 e Concorrência nº 119/97-SSR/MC);

Rádio Clube Entre Amigos Ltda., serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pérola D'Oeste. Estado do Paraná (Processo nº 53740.000356/98 e Concorrência nº 026/98-SSR/MC);

TV Top Ltda., serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000198/98 e Concorrência nº 032/98-SSR/MC);

Nessa conformidade, e em observância ao que dispõe o art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1720, de 28 de novembro de 1995, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de decreto que trata da outorga de concessão às referidas entidades para explorar os serviços de radiodifusão mencionados.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito sejam encaminhados os referidos atos.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002

Outorga concessão às entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963.

Decreta:

Art. 1º Fica Outorgada Concessão Às Entidades Abaixo Mencionadas Para Explorar, Pelo Prazo De

Dez Anos, Sem Direito De Exclusividade, Serviço De Radiodifusão Sonora Em Onda Média:

I – Rádio Sol Maior Ltda., Na Cidade De Maceió, Estado De Alagoas (Processo Nº 53610.000057/98 E Concorrência Nº 119/97-Ssr/Mc);

II – Rádio Clube Entre Amigos Ltda., Na Cidade De Pérola D'oeste, Estado Do Paraná (Processo Nº 53740.000356/98 E Concorrência Nº 026/98-Ssr/Mc).

Art. 2º Fica Outorgada Concessão À Entidade Abaixo Mencionada, Para Explorar, Pelo Prazo De Quinze Anos, Sem Direito De Exclusividade, Serviço De Radiodifusão De Sons E Imagens:

– Tv Top Ltda., Na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo Nº 53820.000198/98 e Concorrência Nº 032/98-Ssr/Mc).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo código brasileiro de telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do congresso nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tonar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de Junho de 2002: 181º da Independência e 114º da República. – Referencia Eletrônica: **Juarez Quadros Do Nascimento.**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL

TV TOP LTDA.

=====

LUCIANA CORREA PETRELLI, brasileira, separada judicialmente, empresária, residente e domiciliada na rua Delminda Silveira, 150, Aptº 301, Bairro Agrônômica, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portadora da Carteira de Identidade nº 736.910-7 SSP/PR, C.P.F. nº 299.515.269-34, e **FÁBIO DA SILVA COMELLI**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1/R 1.763.885 SSP/SC, C.P.F. nº 767.955.009-34, residente e domiciliado na rua Bento Goia nº 300, Bairro Coqueiros, em Florianópolis-Santa Catarina.

=====

RESOLVEM, POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE MERCANTIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, QUE SE REGERÁ PELAS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE E PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE :

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Primeira : A sociedade comercial adotará a denominação **TV TOP LTDA.**

Cláusula Segunda : A sociedade terá a sua sede na Rua das Missões, n. 630, sala 04, Ponta Aguda, Blumenau, SC, Estado de Santa Catarina, CEP 89.051.000, podendo abrir filiais, escritórios e agências em todo o País, sempre que assim lhe aprouver e permitirem os Poderes Públicos.

Parágrafo Único : Fica eleito o foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cláusula Terceira : A sociedade terá por finalidade a execução e veiculação de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer onda média, frequência modulada, som e imagem-Televisão, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgada(s) pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica. Propaganda comercial, atividades correlatas. Imprimir e distribuir publicidade, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

Cláusula Quarta : Será por tempo indeterminado o prazo de duração da sociedade, iniciando-se suas atividades na data de assinatura deste contrato, podendo extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, e observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da legislação vigente.

Parágrafo Único : O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício, sendo na época estes resultados destinados de acordo com a deliberação dos sócios.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula Quinta : O capital social da sociedade é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos e representados por 300.000 (trezentas mil) quotas, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um Real) cada, ficando assim distribuídas entre os sócios :

Nome do Sócio	Nº de Quotas	Valor Em R\$	%
LUCIANA CORREA PETRELLI	150.000	150.000,00	50%
FÁBIO DA SILVA COMÉLLI	150.000	150.000,00	50 %
TOTAL	300.000	300.000,00	100%

Parágrafo Único : A integralização do valor do capital social será feita em moeda corrente do País, sendo o equivalente a 05% (cinco por cento) integralizado no ato e o saldo restante a ser integralizado num prazo de 12 (doze) meses.

Cláusula Sexta : A responsabilidade dos sócios é considerada limitada ao valor do capital social.

CAPÍTULO III

DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

Cláusula Sétima : As quotas representativas do capital social, indivisíveis, são inalienáveis e incaucionáveis a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência em igualdade de condições.

Parágrafo Primeiro : O sócio que desejar transferir suas quotas no todo ou em parte deverá notificar por escrito os demais sócios, fornecendo o preço, forma e prazo do pagamento, para que estes, dentro de 90 (noventa) dias, exerçam o direito de preferência.

Parágrafo Segundo : As quotas sociais e todos os direitos a ela inerentes são declaradas impenhoráveis e não sujeitas à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares.

Cláusula Oitava : As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

Cláusula Nona : No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios remanescentes e os herdeiros do "de cujus", que se farão representar na sociedade por um dentre eles, aprovado por maioria simples pelos sócios quotistas.

Parágrafo Primeiro : A maioria dos sócios quotistas, inclusive com a participação do representante dos herdeiros, decidirá se aceitam ou não o ingresso na sociedade, dos demais herdeiros do sócio falecido.

Parágrafo Segundo : Em caso de não ingresso na sociedade de herdeiro(s) do "de cujus", será efetuado um balanço dos haveres do sócio falecido, sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação, à sociedade, da autorização judicial para recebimento.

Cláusula Décima : Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual aprovada pela maioria dos sócios, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data do evento.

Cláusula Décima Primeira : Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotistas remanescentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a exonerar o quotista que deixar a sociedade, das garantias pessoais existentes, por eles prestadas em favor de obrigações contraídas pela sociedade.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Décima Segunda : A sociedade será administrada por um(a) Diretor(a), neste ato designado a sócia quotista **LUCIANA CORREA PETRELLI**, sendo-lhe atribuído todos os poderes de representação ativa e passiva e os demais poderes de representação da sociedade, gestionando o seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades sociais e administrativas, podendo para isso praticar todos os atos necessários para a realização dos objetivos comuns, podendo ainda nomear procurador(es) com finalidades específicas.

Parágrafo Primeiro : Nos atos que gerem compromissos para a sociedade, em valor superior a 10% (dez por cento) do valor do capital social, será necessária manifestação formal dos demais sócios.

Parágrafo Segundo : A sociedade terá obrigatoriamente e exclusivamente, na sua administração, diretores e gerentes brasileiros.

Parágrafo Terceiro : O Diretor fica dispensado de prestar caução.

Cláusula Décima Terceira : Pelo exercício da administração caberá ao Diretor uma retirada mensal a título de "pro-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotistas.

Cláusula Décima Quarta : É vedado ao Diretor o uso da denominação social em negócios alheios aos da sociedade.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Décima Quinta : Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

Cláusula Décima Sexta : As modificações do contrato social, cessão ou transferência de quotas dependerão de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sétima : A sociedade manterá os seus registros contábeis necessários bem como todos os demais livros referentes à sua administração.

Cláusula Décima Oitava : A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente todas as normas, leis regulamentos e instruções emanadas dos Poderes Públicos, vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão.

Cláusula Décima Nona : A sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregados pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

Cláusula Vigésima : A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão, a ter a sua diretoria ou gerência, aprovada pelo Poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra fora especial.

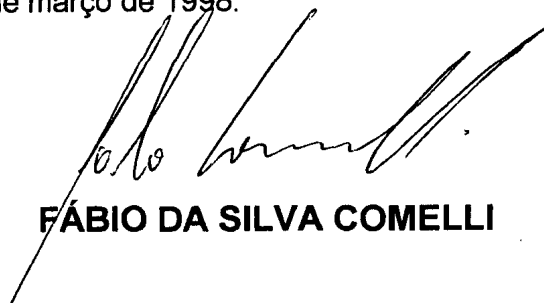
Cláusula Vigésima Primeira : Os sócios declaram que não estão e nunca estiveram incurso em crimes que impeçam o exercício da atividade mercantil.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Blumenau/SC, 02 de março de 1998.

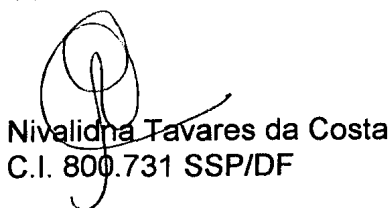


LUCIANA CORREA PETRELLI

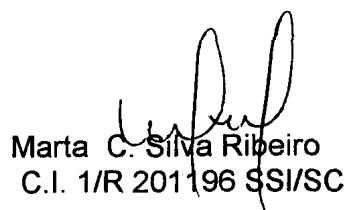


FÁBIO DA SILVA COMELLI

Testemunhas:

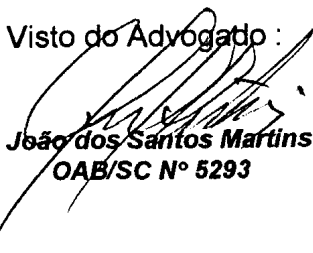


Nivalda Tavares da Costa
C.I. 800.731 SSP/DF



Marta C. Silva Ribeiro
C.I. 1/R 201196 SSI/SC

Visto do Advogado :



João dos Santos Martins
OAB/SC Nº 5293

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 417, DE 2003.**

(Nº 2.518/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato, que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 24, de 24 de Janeiro de 1994, que renova, a partir de 2 de dezembro de 1990, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 627

Senhores Membros do Congresso Nacional, Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 24, de 24 de janeiro de 1994, que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 11 de agosto de 1994.



E.M. nº6/MC

Brasília, 24 de janeiro de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Submeto à apreciação de Vossa Excelência a in-

clusa Portaria nº 24 de 24 de janeiro de 1994, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o devidamente instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 29101.000675/90 –13, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Djalma Bastos de Moraes**,
Ministro de Estado das Comunicações – Interino –.

**PORTARIA Nº 24,
DE 24 DE JANEIRO DE 1994**

O Ministro de Estado das Comunicações, interino, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29101.000675/90 – 13, Resolve:

I – Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, a partir de 2 de dezembro de 1990, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Nilópolis Ltda., pela Portaria nº 262, de 28 de novembro de 1980, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

II – A execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III – Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. – **Djalma Bastos de Moraes**.

Portaria nº 019 de 23 de março de 1995

O DELEGADO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições em conformidade com a competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 296, de 10 de maio de 1994, do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, publicada no D.O.U. de 16.05.94, e tendo em vista o que consta do Processo nº 98.748/79,

R E S O L V E:

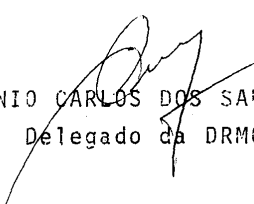
I. Aprovar, nos termos do artigo 97 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, os atos praticados pela RÁDIO CULTURA DE NILÓPOLIS LTDA., com sede no Município de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da autorização contida na Portaria número 597, de 12 de agosto de 1994.

II. Autorizar a entidade acima mencionada a: a) mudar a sua denominação social para RÁDIO FM O DIA LTDA; b) alterar a cláusula terceira do contrato social ficando assim distribuído o capital social entre os sócios:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$
ANTONIO ARY DE CARVALHO	30.260	30.260,00
WALTER DE MATTOS JUNIOR	1.700	1.700,00
CARLOS PINHEIRO DA SILVA	680	680,00
EUCIMAR DE JESUS LIMA DE OLIVEIRA	680	680,00
VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES	680	680,00
	<u>34.000</u>	<u>34.000,00</u>

c) consolidar o seu contrato social, de acordo com a minuta apresentada de fls. 213 a 216.

III. Determinar nos termos do artigo 102 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que a entidade apresente alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, para aprovação desta Delegacia, dependendo desta medida, o exame e a decisão de seus futuros pedidos.


ANTONIO CARLOS DOS SANTOS CURY
Delegado da DRMC/RJ

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA RÁDIO CULTURA DE NILOPÓLIS LTDA., COM MUDANÇA DE SUA DENOMINAÇÃO SOCIAL PARA RÁDIO FM O DIA LTDA

1) ANTONIO ARY DE CARVALHO, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da carteira de identidade no. 040.38503-1, emitida pelo IFP, inscrito no CPF sob o no. 000.228.530-49, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Paul Redfern 14, 4o. andar, Ipanema, WALTER DE MATTOS JUNIOR, brasileiro, separado judicialmente, economista, portador da carteira de identidade no. 04022398-8, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o no. 734.443.877-49, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Epitácio Pessoa 4578, apto. 702, Lagoa, CARLOS PINHEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade no. 4.051501, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o no. 625.754.907-82, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Sacopã 61, apto. 101, Lagoa, EUCIMAR DE JESUS LIMA DE OLIVEIRA, brasileiro, separado, jornalista, portador da carteira de identidade no. 01.333.141, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o no. 618.427.347-68, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Desembargador Burle 99, apto. 201, Humaitá, VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade no. 31-1/00690-6, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o no. 241.527.057-34, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Amoroso Costa 323, apto. 202, Tijuca, atuais sócios quotistas da RÁDIO CULTURA DE NILOPÓLIS LTDA., com sede nesta cidade na Rua Manoel Reis 144, Nilópolis, inscrita no CQC/MF sob o no. 29.576.576/0002-64, com seus documentos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA em 29.08.94, sob o no. 684867, resolvem: ALTERAR dito Contrato Social, re-ratificando-o e consolidando-o, tudo nos termos que se seguem:

I - DA ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade passa a denominar-se RÁDIO FM O DIA LTDA., alterando-se consequentemente a redação da cláusula primeira do Contrato Social.

"1. DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE"

A sociedade girará sob a denominação social de Rádío FM O DIA LTDA., e terá sua sede na Rua Manoel Reis no. 144, no Município de Nilópolis (RJ), podendo ainda abrir ou fechar filiais onde for julgado necessário".

II - DA ADEQUAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL AO NOVO PADRÃO MONETÁRIO

Em consequência da criação da nova moeda, o Real, o capital social da sociedade, que era de CR\$ 38.997.000,00 (trinta e oito milhões e novecentos e noventa e sete mil cruzeiros reais) passa a ser de R\$ 14.180,72 (quatorze mil, cento e oitenta reais e setenta e dois centavos), modificando-se a redação da cláusula terceira, o que se fará após a incorporação de reservas adiante especificada.

III - DA CAPITALIZAÇÃO DE RESERVAS

Deliberou-se capitalizar as reservas existentes em 30 de novembro de 1994, de correção monetária especial do capital, no montante de R\$ 19.819,28 (dezenove mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), alterando-se consequentemente a redação da cláusula terceira do Contrato Social que passa a ser a seguinte:

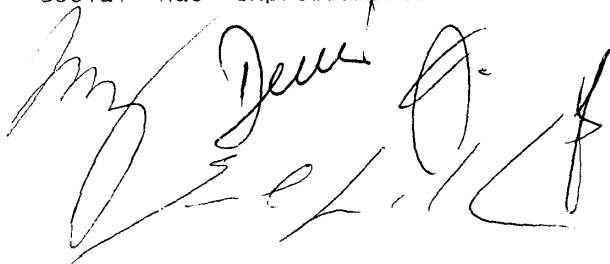
IV - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 34.000 (trinta e quatro mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

	QUOTAS	PERCENTUAL
ANTONIO ARY DE CARVALHO	30.260	89
WALTER DE MATTOS JUNIOR	1.700	5
CARLOS PINHEIRO DA SILVA	680	2
EUCIMAR DE JESUS LIMA DE OLIVEIRA	680	2
VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES	680	2
	-----	-----
	34.000	100

V - DA CONSOLIDAÇÃO

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato social não expressamente alteradas pelo presente

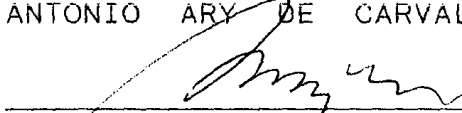


instrumento, passando o contrato social, com sua redação consolidada, a constituir o documento em anexo.

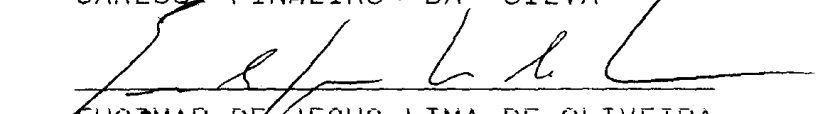
Estando assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam.

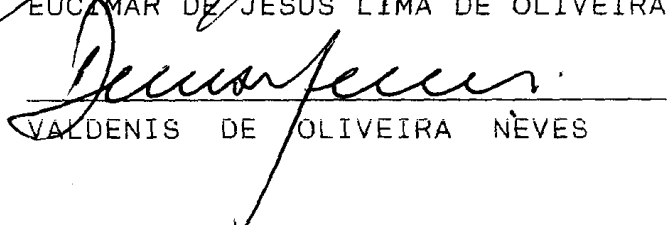
Nilopòlis, 16 de Janeiro de 1995.


ANTONIO ARY DE CARVALHO

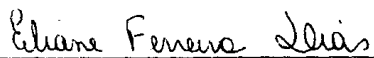

WALTER DE MATTOS JUNIOR


CARLOS PINHEIRO DA SILVA

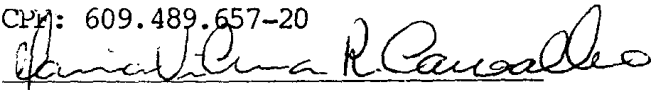

EUCIMAR DE JESUS LIMA DE OLIVEIRA


VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES

Testemunhas:


Eliane Ferreira Dias

Nome: Eliane Ferreira Dias
CPF: 609.489.657-20


Maria Vilma Rocha Carvalho

Nome: Maria Vilma Rocha Carvalho
CPF: 094.310.207-34

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **ANTONIO ARY DE CARVALHO**, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da carteira de identidade nº 040.38503-1 expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CIC/MF sob o nº 000.228.530-49, com escritório nesta Cidade na Rua Riachuelo nº 359, 6º andar, Centro; **VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 81-1/00690-6, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CIC/MF sob o nº 241.520.057-34, com escritório na Rua Riachuelo nº 359, 6º andar, Centro, e **CARLOS PINHEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 04051501-7 expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CIC/MF sob o nº 625.754.907-82, com escritório nesta Cidade na Rua Riachuelo nº 359, 6º andar, Centro; únicos e atuais sócios quotistas da **RÁDIO FM O DIA LTDA.**, sociedade comercial com sede na Rua Manoel Reis, 144, Nilópolis, inscrita no CGC/MF sob o nº 29.576.576/0001-83, concessionária do serviço de radiodifusão em frequência modulada, operando 90,3 MHz, têm entre si justo e acertado a alteração do Contrato Social, nos termos que se seguem:

I- Resolvem os sócios alterar a sede da Rua Manoel Reis, 144, Nilópolis para **RUA RIACHUELO Nº 359 - 7º ANDAR, PARTE, CENTRO**, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como eleger o foro da comarca do Rio de Janeiro, para resolver questões decorrentes do presente contrato social.

II - Deliberam, ainda, os sócios alterar a razão social de RADIO FM O DIA LTDA. para **RADIO ARCA LTDA.** e o nome fantasia para **RÁDIO OPUS 90 ou OPUS 90 FM.**

III- Em decorrência das alterações supra, passa o Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

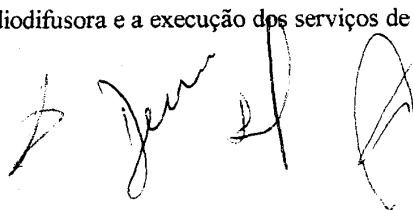
RÁDIO ARCA LTDA. **CONTRATO SOCIAL**

CLÁUSULA I: DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE:

A sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO ARCA LTDA.**, e o nome fantasia **RÁDIO OPUS 90 ou OPUS 90 FM**, e terá a sua sede na Rua Riachuelo, 359, 7º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, e filial na Rua Barão de Itaipu, 194, Andaraí, Rio de Janeiro, podendo ainda abrir e fechar filial onde julgar necessário.

CLÁUSULA II: DO OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO:

O objeto da sociedade é a instalação de estação de radiodifusora e a execução dos serviços de



radiofusão sonora, de sons e imagem (televisão), dos respectivos serviços auxiliares de radiodifusão como definidos na legislação pertinente, e ainda a exploração comercial dos referidos serviços, bem como a corretagem de anúncios e assinaturas. Na execução dos seus objetos e finalidades, poderá a sociedade acordar, estabelecer convênio ou ajustar com outras entidades nacionais. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA III: DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 174.080,00 (cento e setenta e quatro mil e oitenta reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 34.000 (trinta e quatro mil) quotas, no valor nominal de R\$5,12 (cinco reais e doze centavos) cada uma, assim distribuídas entre os sócios;

SÓCIOS:	QUOTAS:	PERCENTUAL:
ANTONIO ARY DE CARVALHO	32.640	96%
VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES	680	2%
CARLOS PINHEIRO DA SILVA	680	2%

Parágrafo Único A responsabilidade dos sócios será limitada a importância total do capital social, nos termos do artigo 2º *in fine*, do Decreto nº 3.708, de 10-01-1919.

CLÁUSULA IV: DAS QUOTAS:

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresso e unânime consentimento de todos os sócios, cabendo em igualdade de condições, o direito de preferência aos sócios que queiram adquirir as quotas, quando algum quotista desejar ceder as que possuir, valendo como prova de cessão a própria alteração de contrato social, contendo a cláusula respectiva.

Parágrafo 1º - As quotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo 2º - Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações.

Parágrafo 3º - Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA V: DA ADMINISTRAÇÃO:

A sociedade é administrada pelos sócios que, nos termos do artigo 13 do Decreto nº 3.708 de 10-01-1919, delegam os poderes de gerência a uma Diretoria composta de até 5 (cinco) membros, sendo um Presidente e 4 (quatro) Diretores, pessoas naturais domiciliadas no País.

Parágrafo 1º: Os membros da Diretoria serão nomeados e destituídos por decisão de sócio ou sócios que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, mediante instrumento de alteração deste contrato de sociedade ou de ato de nomeação ou destituição. Os instrumentos ou atos de nomeação e destituição de membro da Diretoria, quando subscritos por sócios ou sócios que representem o *quorum* mínimo previsto neste parágrafo, serão válidos e eficazes para o fim de seu arquivamento no Registro do Comércio.

Parágrafo 2º Os Diretores exercerão seus mandatos pelo prazo de 2 (dois) anos, independentemente de prestação de caução, podendo ser reeleitos, e permanecerão nos cargos até a posse dos seus substitutos.

Parágrafo 3º: A remuneração mensal dos membros da Diretoria será estabelecida por deliberação de sócios que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

CLÁUSULA VI: DAS ATRIBUIÇÃO DOS DIRETORES:

Na administração da sociedade, os membros da Diretoria terão as seguintes atribuições:

I- ao Presidente compete:

a) representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, podendo indicar outro Diretor para fazê-lo;

b) presidir as reuniões da Diretoria.

II- a Diretoria compete:

a) no caso de ausência ou impedimento do Presidente cada um dos Diretores responderá pelas atividades ordinárias da sociedade, limitando sua atuação a execução dos negócios em curso e a prática dos atos prévia e expressamente autorizados pelo Presidente.

CLÁUSULA VII: DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DA SOCIEDADE:

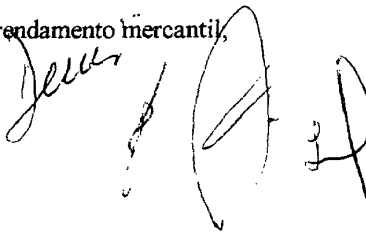
A sociedade será obrigatoriamente representada:

I- Pelo Presidente, agindo isoladamente, sem qualquer restrição; ou por um Diretor em conjunto com um mandatário *ad negotia*, constituído de acordo com o disposto no Parágrafo 1º, nos seguintes atos ou negócios jurídicos:

a) alienação de imóvel ou de outro elemento do ativo permanente da sociedade, de valor acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

b) constituição de ônus reais sobre bens e direitos da sociedade;

c) empréstimo, mútuo, financiamento e arrendamento mercantil.

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be 'Jesse' followed by a large stylized 'A' and the number '24'.

- d) aquisição de bem imóvel de qualquer valor ou de bens materiais de valor superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- e) aquisição de participações societárias;
- f) emissão ou aceite de títulos de créditos de qualquer espécie ou a cessão, por endosso, a terceiros, de títulos de crédito emitidos a favor da sociedade;
- g) prestação de fiança ou aval em garantia de obrigações de terceiros.

Parágrafo 1º: Os mandatários *ad negotia* da sociedade, inclusive para a prática dos atos enumerados no inciso I desta cláusula, serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Presidente isoladamente, com prazo de vigência não superior a 1 (um) ano, na qual deverão ser especificados os poderes outorgados.

Parágrafo 2º: A sociedade poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes específicos, constituído por procuração assinada pelo Presidente isoladamente ou por dois Diretores, perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, (a) em quaisquer atos que não criem ou modifiquem obrigações da sociedade, (b) no cumprimento de obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou parafiscais, e (c) na preservação de direito da sociedade em processos administrativos de qualquer natureza.

Parágrafo 3º: Os atos praticados com inobservância das regras de representação previstas nesta cláusula não terão validade perante a sociedade nem poderão contra ela ser opostos, para o que o presente contrato e suas alterações serão arquivados no Registro do Comércio.

Parágrafo 4º: O disposto no parágrafo 3º não exclui a responsabilidade civil e penal do membro da Diretoria que praticar ato com inobservância do disposto nesta cláusula, quando do ato resultar prejuízo para a sociedade ou terceiros.

CLÁUSULA VIII: DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado um balanço para apuração dos resultados dos negócios sociais. Se o resultado for negativo, este permanecerá na conta prejuízo e será coberto com os lucros futuros. Se o resultado for positivo, este terá o destino que os sócios determinarem, quer ordenando a sua distribuição total ou parcial na proporção das quotas do capital de cada sócio, quer conservando na conta lucros e perdas, aguardando decisão da administração quanto à sua aplicação.

CLÁUSULA IX: DO FALECIMENTO:

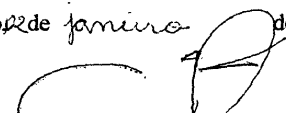
A sociedade não se dissolverá se ocorrer renúncia ou falecimento de qualquer dos sócios, podendo o cônjuge e ou os herdeiros substituir o sócio falecido, podendo também, os sócios remanescentes, reembolsá-los na forma da lei.

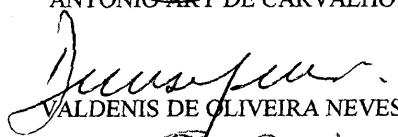
CLÁUSULA X: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Fica eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro, para quaisquer ações fundadas no presente contrato social. Aos casos omissos, aplicar-se-ão os dispositivos do Decreto nº 3.708 de 10-01-1919, e nos que forem aplicáveis, as normas da Lei nº 6.404 de 15-12-76.

Estando assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam.

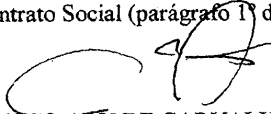
Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1998.


ANTONIO ARY DE CARVALHO

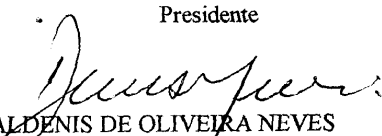

VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES

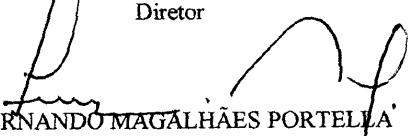

CARLOS PINHEIRO DA SILVA

Assinam pela sociedade, por escolha de todos os sócios, na qualidade de administradores e nos termos deste Contrato Social (parágrafo 1º da cláusula 5ª):

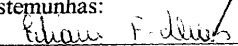

ANTONIO ARY DE CARVALHO
Presidente


CARLOS PINHEIRO DA SILVA
Diretor


VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES
Diretor


FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA
Diretor

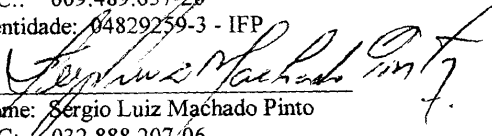
Testemunhas:

1) 

Nome: Eliane Ferreira Dias

CIC.: 609.489.657-20

Identidade: 04829259-3 - IFP

2) 

Nome: Sérgio Luiz Machado Pinto

CIC.: 032.888.207-06

Identidade: 019.466-3 - CRC

ELLANE/EMPRESA/CONTRATO/FMODIA.DOC



0906125

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO-Certifico que este documento foi arquivado sob
número e data apostos mecanicamente.

05 MAI 1998


MARIA CRISTINA V. CONTREIRAS
SECRETÁRIO GERAL

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 418, DE 2003**

(nº 2.522/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Charruá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 7 de janeiro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Charrua Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 44, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 7 de janeiro de 1997, que “renova a concessão da Rádio Charrua Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 13 de janeiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 252/MC

Brasília, 16 de dezembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000111/94, em que a Rádio Charrua Ltda., solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio Charrua S.A., conforme Portaria MVOP nº 561, de 7 de outubro de 1941, transferida para a requerente pela Portaria nº 1.074, de 21 de setembro de 1976, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União em 9 de maio subsequente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984,

cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que a outorga original está amparada juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 7 DE JANEIRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Charrua Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000111/94,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Charrua Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 561, de 7 de outubro de 1941, e renovada pelo Decreto nº 89.629, de 8 de maio de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10

de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Antonio Carlos Magalhães.

Livro Nº 81
de CONTRATOS

TRASLADO

Nº 14.443.- **ESCRITURA PÚBLICA**
ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL que EDINE MATTE COBELLI, JOÃO RENE COBELLI, MARIO DINO CANTISANI PAPALEO e O ESPOLIO DE ALBERTO LHAMBY à, na forma abaixo. SAIBAM os que esta escritura virem, que aos vinte e sete (27) dias, do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e oito (1998), nesta cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, este Primeiro Tabelionato, compareceram partes entre si justas e contratadas, de um lado, como outorgantes e reciprocamente outorgados: 1) EDINE MATTE COBELLI, brasileira, portadora da cédula de identidade RG número 1021012751, expedida pela SSP/RS, inscrita no C.P.F. sob número 059.693.010-00, viúva, residente e domiciliada nesta cidade na rua 15 de Novembro, 1424 apartamento 704; 2) JOÃO RENE COBELLI, brasileiro, radiodifusor, portador da cédula de identidade RG número 1022507535-SSPRS, inscrito no C.P.F. sob número 166.700.940-00, casado, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua General Vitorino, 1425, Apto. 300; 3) MARIO DINO CANTISANI PAPALEO, brasileiro, radiodifusor, portador da cédula de identidade RG número 1012984066, expedida pela SSP/RS, inscrito no C.P.F. sob número 060.662.160-15, casado, residente e domiciliado nesta cidade; e 4) O ESPOLIO DE ALBERTO LHAMBY, representado pela inventariante gra. Brigida Barreneche Lhamby, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade RG número 1008378869-SSPRS, inscrita no CICMF sob número 891.485.680-15, residente e domiciliada nestas cidade, conforme Termo de compromisso de inventariante feito em 28 de abril de 1998 no processo 29479 na 3ª Vara Cível desta Comarca, o qual fica arquivado nestas notas no livro 081 folhas 04. Os presentes identificados por mim Escrevente e pela Tabelião Substituta, de cuja identidade e capacidade para o ato dou fé; A seguir pelos outorgantes e reciprocamente outorgados me foi dito: PRIMEIRO - que são componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada com a denominação de RADIO CHARRUA LIMITADA, de comum acordo a conforme a Portaria nº 066 de dezesseis (16) de maio de mil e novecentos e noventa e seis (1.996), o Delegado do Ministério das Comunicações do Rio Grande do Sul no uso de suas atribuições, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria nº. 296 de 10 de maio de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 53790.001951/95. RESOLVE - I) Autorizar a RADIO CHARRUA LTDA, com sede na cidade de Uruguaiana-RS, a alterar seu contrato social da seguinte forma: I) TRANSFERENCIA DE COTAS - DE: LAHIRE SERPA JACQUES (Causa Mortis), para: Monica Cobelli Jacques 16.937,67 cotas; Maria da Graça Jacques Costi 16.937,67 cotas; Rene Walter Cobelli Jacques 16.937,67 cotas; III) Aquisição de Cotas: No mesmo instrumento o sócio João Rene Cobelli, adquire

Paulo Aguiar
Participando de S. Magalhães
613-353.5770
Advogado

(À Comissão de Educação – decisiva)
são terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 419, DE 2003**

(nº 2.523/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 15 de janeiro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Esperança Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 119, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de janeiro de 1997, que “renova a concessão da Rádio Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília 22 de Janeiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 264/MC

Brasília, 16 de dezembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 53790.000087/94 em que a Rádio Esperança Ltda. solicita renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Rádio Alto Taquari Ltda., conforme Portaria MVOP nº 61, de 30 de janeiro de 1956, transferida para a Rádio Sucesso Ltda., pela Portaria nº 133, de 27 de julho de 1981, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, nos termos da EM nº 23, de 24 de abril de 1989, sendo sua última renovação a promovida pelo Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 4 sub-

seqüente, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão, sendo, por isso, admitido o funcionamento precário das estações, mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a pendência de sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º de maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente, – **Sérgio Motta**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 1997

Renova a concessão da Rádio Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000087/94,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Esperança Ltda., outorgada originariamente à Rádio Alto Taquari Ltda., pela Portaria MVOP nº 61, de 30 de janeiro de 1956, transferida para a Rádio Su-

cesso Ltda., pela Portaria nº 133, de 27 de julho de 1981, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, nos termos da EM nº 23, de 24 de abril de 1989, e renovada pelo Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – *Sergio Mota*.

PARECER CONJUR/MC Nº 502/96

Referência: Processo nº 53790.000087/94

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul.

Interessada: Rádio Esperança Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para explorar radiodifusão sonora em onda média cujo prazo teve seu termo final em 1º de maio de 1994. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Esperança Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 1º de maio de 1994.

2. Mediante Portaria MVOP nº 61, de 30 de janeiro de 1956, foi originariamente concedida a permissão à Rádio Alto Taquari Ltda., transferida para a Rádio Sucesso Ltda., pela Portaria nº 133, de 27 de julho de 1981, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio Esperança Ltda., nos termos da EM nº 23, de 24 de abril de 1989, tendo passado à condição de

concessionária em virtude de aumento de potência autorizado pela Portaria nº 144/A, de 22 de julho de 1982.

3. A concessão foi renovada da última vez pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 1984, conforme Decreto nº 90.278, de 3 de outubro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 4 subsequente, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 – § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 – § 5º).

5. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art.27 – Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de maio de 1994, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, em 17/01/94, tempestivamente, portanto.

8. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de maio de 1994.

9. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Portaria nº 352, de 24/08/89, e E.M. nº 023/89-GM, de 24/04/89, com as seguintes composições:

COTISTAS	COTAS
Antônio Fedélis Marin	107.100
Marcelo Marin	92.400
Rosana Marin	10.500
TOTAL:	210.00

Quadro Diretivo:

Gerente: Antônio Fidélis Marin.

10. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade sofreu advertências e várias penas de multa e suspensão, conforme se verifica às fls.20.

11. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 18).

12. É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 26.

13. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

14. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da concessão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

15. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados da minuta dos atos próprios – Exposição de Motivos e Decreto – com vistas ao encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

16. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura

Brasília, 12 de novembro de 1996. – **Ilná Gurgel**

Rosado – Assistente Jurídico.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 12 de novembro de 1996. – **Adalzira**

França Soares de Lucca – Coordenadora de Comunicações

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 420, DE 2003**

(nº 2.544/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 152, de 17 de setembro de 1999, que renova, a partir de 14 de fevereiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.592, DE 1899

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 152, de 17 de setembro de 1999, que renova a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda., originariamente denominada Positivo-Radiodifusão Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Brasília, 29 de outubro de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 184/MC

Brasília, 8 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 152, de 17 de setembro de 1999, pela qual renovei a permissão para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Positivo-radiodifusão Ltda., pela Portaria nº 114, de 8 de fevereiro de 1977, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio FM Independência Ltda., pela Portaria nº 217, de 21 de agosto de 1987, cuja última renovação ocorreu nos termos da Portaria nº 76, de 6 de abril de 1987, publicada no Diário Oficial da União em 14 subsequente.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53740.001037/96, que lhe eu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**PORTARIA Nº 152, DE 17
DE SETEMBRO DE 1999**

Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001037/96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de fevereiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Independência Ltda., originariamente denominada Positivo-Rádiodifusão Ltda., pela Portaria nº 114, de 8 de fevereiro de 1977, publicada no **Diário Oficial** da União em 14 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de rádiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º A exploração do serviço de rádiodifusão, cuja outorga é renovada por esta portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

**RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA LTDA
CNPJ/MF SOB Nº 77.070.332/0001-77
23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

1 – MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à rua Rubens Arruda Ramos, nº 1010, Ed. Maria Porto – Florianópolis/SC, portador do RG sob nº 246.765-PR e CPF/MF sob nº 006.376.109-20; e **2 – LEONARDO PETRELLI NETO**, brasileiro, casado, telecomunicólogo, residente e domiciliado à rua Clóvis Beviláqua, nº 420, apto. 701, Curitiba/PR, portador do RG sob nº 736.678-7/PR e inscrito no CPF sob nº 401.596.049-15; únicos sócios da sociedade que gira sob a denominação **RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº 77.070.332/0001-77, com sede e foro na rua Amauri Lange Silvério, nº 516, Curitiba/PR, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 178.986 em sessão de 15.12.75 e última alteração arquivada sob nº 41 2 0415243 1 em 16.07.99, **resolvem**, por este instrumento particular, alterar os atos constitutivos e posteriores alterações segundo as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por decisão unânime dos sócios, restou aprovada e concretizada a operação de **CISÃO PARCIAL**, da **RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO PARANÁ LTDA**, consoante o que foi pactuado através do **PROTOCOLO DE CISÃO** firmado entre as partes nesta data, o qual passa a ser parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os bens, direitos e obrigações, recebidos da cindida **RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO PARANÁ LTDA**, no valor de R\$494.058,21 (quatrocentos e noventa e quatro mil, cinquenta e oito reais e vinte e um centavos) está representada pelos elementos ativos e passivos adiante descritos:

ATIVO		
- CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES		
- Caixa	1.400,49	(19.278,36)
- Bancos conta movimento	(20.678,85)	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		391.204,34
- Clientes	230.619,76	
- Clientes Permutas	102.008,63	
- Títulos descontados	(8.730,96)	
- Créditos diversos	67.306,91	
- REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
CONTAS CORRENTES		
- Sócios	122.132,23	122.132,23
TOTAL DO ATIVO		494.058,21

6ª TABELA DE NOTAS
Alfredo Braz
CTBA, 26 JAN 2001 PARANÁ
A presente fotocópia é reprodução
fidel do documento apresentado
nesse Cartório.

RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA LTDA
CNPJ/MF SOB Nº 77.070.332/0001-77
23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

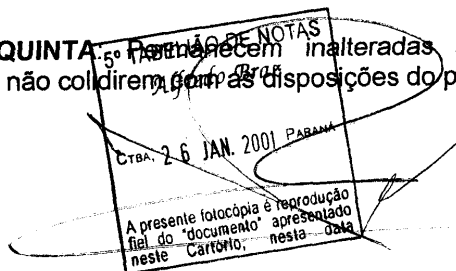
P A S S I V O		
- CIRCULANTE		
VALORES EXIGÍVEIS		202.623,09
- Fornecedores	16.183,35	
- Comissões de Agências a Pagar	2.304,22	
- Outras Contas a Pagar	12.495,34	
- Salários e Encargos Sociais a Pagar	133.103,75	
- Obrigações Tributárias	6.138,60	
- Adiantamento de Clientes	29.301,93	
- Credores Diversos	850,00	
- Obrigações tributárias - parcelamento	6.980,64	
- EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
CONTAS CORRENTES		676.621,42
- Interligadas	676.621,42	
OBRIG. TRIBUTARIAS - REPARC		32.576,32
- COFINS - Parcelamento	32.576,32	
PATRIMÔNIO		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(422.497,36)
- Capital Social	10,00	
- Prejuízos acumulados	(422.507,36)	
TOTAL DO PASSIVO		494.058,21

CLÁUSULA TERCEIRA: Também, em decorrência do processo de cisão, o capital que era de R\$359.000,00 (trezentos e cinquenta e nove mil reais), está sendo elevado para R\$359.010,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e dez reais), dividido em 359.010 (trezentos e cinquenta e nove mil e dez) quotas, sendo o aumento de R\$10,00 (dez reais), integralizado neste ato, com os bens, direitos e obrigações vertidos da empresa cindida, Rádio Independência do Paraná Ltda, sendo 3 novas quotas atribuídas ao sócio Mário José Gonzaga Petrelli e 07 (sete) quotas atribuídas ao sócio Leonardo Petrelli Neto.

CLÁUSULA QUARTA: Face as alterações havidas, resultantes do processo de cisão, o capital social de R\$359.010,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e dez), dividido em 359.010 (trezentos e cinquenta e nove mil e dez) quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL R\$
LEONARDO PETRELLI NETO	251.307	251.307
MARIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI	107.703	107.703
TOTAL	359.010	359.010,00

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

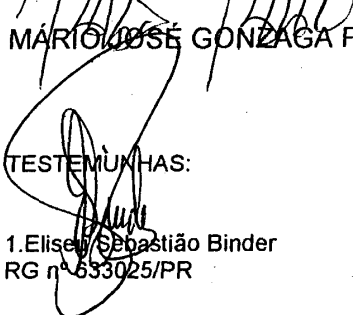


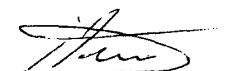
**RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA LTDA
CNPJ/MF SOB Nº 77.070.332/0001-77
23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração contratual, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se por si, seus herdeiros e ou sucessores, ao seu fiel cumprimento.

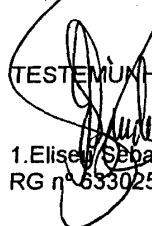
Curitiba, 30 de junho de 1.999.

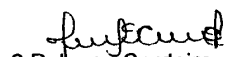

LEONARDO PETRELLI NETO


MÁRIO JOSÉ GONZAGA PETRELLI

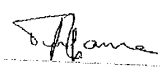

Dilvo Glustak
OAB-PR 21572-A

TESTEMUNHAS:


1. Elisete Sebastião Binder
RG nº 633025/PR


2. Poliana Cordeiro
RG nº 6672611-8/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/12/1999
SOB O NÚMERO:
99 1 582730
Protocolo: 99/158273-0


ALFREDO BRAZ
TUFIRAME
SECRETÁRIO GERAL

5º TABELIÃO DE NOTAS
Alfredo Braz
CTBA, 26 JAN. 2001 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução
fiel do "documento" apresentado
neste Cartório, nesta data

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 421, DE 2003**

(Nº 2.551/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 22 de agosto de 2000, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Rio Mar Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.234, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional, Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 22 de agosto de 2000, que "Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências". As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Verdes Florestas, a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Cruzeiro do Sul – AC (onda média);

2 – Rádio Gazeta de Alagoas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Maceió – AL (onda média);

3 – Fundação Dom Joaquim, originariamente Rádio Educação Rural de Tefé Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Tefé – AM (onda média);

4 – Rádio Difusora do Amazonas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Manaus – AM (onda média);

5 – Rádio Rio Mar Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Manaus – AM (onda média);

6 – Rede Amazonense de Comunicação Ltda., a partir de 7 de outubro de 1993, na cidade de Maués – AM (onda média);

7 – Rádio Vale do Rio Poty Ltda., a partir de 14 de julho de 1991, na cidade de Crateús – CE (onda média);

8 – Rádio São Francisco Ltda., a partir de 21 de julho de 1992, na cidade de Barra de São Francisco – ES (onda média);

9 – Fundação Santa Terezinha, originariamente Rádio Aquidabam Ltda., a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES (onda média);

10 – Rádio Pioneira de Formosa Ltda., a partir de 27 de outubro de 1997, na cidade de Formosa D'Oeste – PR (onda média);

11 – Rádio Eldorado do Paraná Ltda., originariamente Rádio Tapajós Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José dos Pinhais – PR (onda média);

12 – Rádio São Gabriel Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São Gabriel – RS (onda média);

13 – Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., a partir de 24 de novembro de 1997, na cidade de Cruz Alta – RS (onda média);

14 – Rádio Progresso de Descanso Ltda., a partir de 14 de setembro de 1992, na cidade de Descanso – SC (onda média);

15 – Rádio Itapiranga Ltda., a partir de 28 de junho de 1992, na cidade de Itapiranga – SC (onda média);

16 – Rádio Tupi AM Ltda., originariamente Rede Autonomista de Radiodifusão Ltda., a partir de 20 de julho de 1992, na cidade de Osasco – SP (onda média);

17 – Rádio Costa Azul Ltda., a partir de 19 de junho de 1998, na cidade de Ubatuba – SP (onda média);

18 – Rádio Siqueira Campos Ltda., a partir de 11 de novembro de 1992, na cidade de Colinas do Tocantins-TO (onda média);

19 – Fundação Verdes Florestas, a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Cruzeiro do Sul – AC (onda tropical);

20 – Fundação Dom Joaquim originariamente Rádio Educação Rural de Tefé Ltda., a partir de 1º de maio de 1993, na cidade de Tefé – AM (onda tropical);

21 – Televisão Rio Formoso Ltda., a partir de 1º de setembro de 1997, na cidade de Gurupi – TO (sons e imagens).

Brasília 4 de setembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 275/MC

Brasília, 14 de agosto de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacionadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Verdes Florestas, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre (Processo nº 53600.000030/94);

- Rádio Gazeta de Alagoas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Processo nº 50610.000165/93);

- Fundação Dom Joaquim, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tefé, Estado do Amazonas (Processo nº 50630.000111/93);

- Rádio Difusora do Amazonas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas (Processo nº 50630.000166/93);

- Rádio Rio Mar Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas (Processo nº 50630.000168/93);

- Rede Amazonense de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Maués, Estado do Amazonas (Processo nº 50630.000154/93);

- Rádio Vale do Rio Poty Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Crateús, Estado do Ceará (Processo nº 29108.000059/91);

- Rádio São Francisco Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Francisco, Estado do Espírito Santo (Processo nº 50660.000484/93);

- Fundação Santa Terezinha, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53660.000387/98);

- Rádio Pioneira de Formosa Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Formosa D'Oeste, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000479/97);

- Rádio Eldorado do Paraná Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000089/94);

- Rádio São Gabriel Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000219/94);

- Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 53790.000956/97);

- Rádio Progresso de Descanso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina (Processo nº 29820.000347/92);

- Rádio Itapiranga Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itapiranga, Estado de Santa Catarina (Processo nº 29820.000198/92);

- Rádio Tupi Am Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo (Processo nº 29830.001062/92);

- Rádio Costa Azul Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000617/98);

- Rádio Siqueira Campos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins (Processo nº 50000.002953/92);

- Fundação Verdes Florestas, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre (Processo nº 53600.000031/94);

- Fundação Dom Joaquim, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Tefé, Estado do Amazonas (Processo nº 50630.000033/93);

- Televisão Rio Formoso Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins (Processo nº 53665.000034/97).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº

88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias à renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição. Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO DE 22 DE AGOSTO DE 2000

Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I. Fundação Verdes Florestas, a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, outorgada pelo Decreto nº 89.647, de 11 de maio de 1984 (Processo nº 53600.000030/94);

II. Rádio Gazeta de Alagoas Ltda., a partir de 12 de novembro de 1993, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, outorgada pelo Decreto nº 43.986, de 5 de julho de 1958, e renovada pelo Decreto nº 91.492, de 29 de julho de 1985 (Processo nº 50610.000165/93);

III. Fundação Dom Joaquim, a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Tefé, Estado do Amazonas, outorgada originariamente à Rádio Educação Rural de Tefé Ltda., conforme Decreto nº 898, de 13 de abril de 1962, renovada pelo Decreto nº 91.746, de 4 de outubro de 1985, e transferida pelo

Decreto de 18 de janeiro de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50630.000111/93);

IV. Rádio Difusora do Amazonas Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, outorgada pelo Decreto nº 1.114, de 1º de junho de 1962, e renovada pelo Decreto nº 88.872, de 17 de outubro de 1983 (Processo nº 50630.000166/93);

V. Rádio Rio Mar Ltda., a partir de 1º de novembro de 1993, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, outorgada pelo Decreto nº 770, de 22 de março de 1962, e renovada pelo Decreto nº 90.578, de 28 de novembro de 1984 (Processo nº 50630.000168/93);

VI. Rede Amazonense de Comunicação Ltda., a partir de 7 de outubro de 1993, na cidade de Maués, Estado do Amazonas, outorgada pelo Decreto nº 88.754, de 26 de setembro de 1983 (Processo nº 50630.000154/93);

VII. Rádio Vale do Rio Poty Ltda., a partir de 14 de julho de 1991, na cidade de Crateús, Estado do Ceará, outorgada pelo Decreto nº 86.068, de 3 de junho de 1981 (Processo nº 29108.000059/91);

VIII. Rádio São Francisco Ltda., a partir de 21 de julho de 1992, na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, outorgada pelo Decreto nº 87.252, de 7 de junho de 1982 (Processo nº 50660.000484193);

IX. Fundação Santa Terezinha, a partir de 4 de outubro de 1998, na cidade de Cachoeira de Itaipemirim, Estado do Espírito Santo, outorgada originariamente à Rádio Aquidabam Ltda., conforme Decreto nº 96.792, de 27 de setembro de 1988, e transferida pelo Decreto de 30 de setembro de 1999, para a concessionária na de que trata este inciso (Processo nº 53660.000387/98);

X. Rádio Pioneira de Formosa Ltda., a partir de 27 de outubro de 1997, na cidade de Formosa D'Oeste, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 80.348, de 15 de setembro de 1977, e renovada pelo Decreto nº 95.501, de 16 de dezembro de 1987 (Processo nº 53740.000479/97);

XI. Rádio Eldorado do Paraná Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Tapajós Ltda., conforme Portaria MVOP nº 213, de 18 de maio de 1959, transferida pelo Decreto nº 89.005, de 16 de novembro de 1983, à Rádio Nova

Ltda., renovada pelo Decreto nº 89.626, de 8 de maio de 1984, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 86, de 31 de março de 1989, do Delegado do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná (Processo nº 53740.000089/94);

XII. Rádio São Gabriel Ltda., a partir de 12 de maio de 1994, na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada pela Portaria MVOP nº 665, de 29 de setembro de 1947, e renovada pelo Decreto nº 92.135, de 13 de dezembro de 1985 (Processo nº 53790.000219/94);

XIII. Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., a partir de 24 de novembro de 1997, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, renovada pelo Decreto nº 95.165, de 9 de novembro de 1987 (Processo nº 53790.000956/97);

XIV. Rádio Progresso de Descanso Ltda., a partir de 14 de setembro de 1992, na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 87.507, de 23 agosto de 1982 (Processo nº 29820.000347/92);

XV. Rádio Itapiranga Ltda., a partir de 28 de junho de 1992, na cidade de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 349, de 22 de junho de 1972, e renovada pelo Decreto nº 87.399, de 13 de julho de 1982 (Processo nº 29820.000198/92);

XVI. Rádio Tupi Am Ltda., a partir de 20 de julho de 1992, na cidade de Osasco Estado de São Paulo, outorgada originariamente à Rede Autônoma de Radiodifusão Ltda., conforme Decreto nº 87.351, de 12 de julho de 1982, transferida pelo Decreto nº 92.086, de 9 de dezembro de 1985, e autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme Portaria nº 131, de 8 de maio de 2000, do Delegado do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo (Processo nº 29830.001062/92);

XVII. Rádio Costa Azul Ltda., a partir de 19 de junho de 1998, na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo, outorgada pelo Decreto nº 81.703, de 23 de maio de 1978 (Processo nº 53830.000617/98);

XVIII. Rádio Siqueira Campos Ltda., a partir de 11 de novembro de 1992, na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, outorgada pelo Decreto nº 87.615, de 21 de setembro de 1982 (Processo nº 50000.002953/92).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical:

I. Fundação Verdes Florestas, a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, outorgada pelo Decreto nº 89.648, de 11 de maio de 1984 (Processo nº 53600.000031/94);

II. Fundação Dom Joaquim, a partir de 12 de maio de 1993, na cidade de Tefé, Estado do Amazonas, outorgada originariamente à Rádio Educação Rural de Tefé Ltda., conforme Decreto nº 897, de 13 de abril de 1962, renovada pelo Decreto nº 91.963, de 20 de novembro de 1985, e transferida pelo Decreto de 18 de janeiro de 2000, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 50630.000033/93).

Art. 3º Fica renovada, por 15 anos, a partir de 12 de setembro de 1997, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Gurupi, Estado de Tocantins, outorgada à Televisão Rio Formoso Ltda., pelo Decreto nº 87.534, de 30 de agosto de 1982 (Processo nº 53665.000034/97).

Art. 4º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição. Art. 62 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 22 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER CONJUR/MC Nº 883/2000

Referência: Processo nº 50630.000168/93

Origem: Delegacia do MC no Estado do Amazonas

Interessada: Rádio Rio Mar Ltda. **Assunto:** Renovação de outorga.

Ementa: Concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, cujo prazo teve seu termo em 1º de novembro de 1993.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

A Rádio Rio Mar Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, requer a renovação do prazo de vigência de sua concessão, outorgada mediante Decreto nº 770, de 22 de março de 1962, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, cujo prazo teve seu termo em 1º de novembro de 1993.

2. A outorga em questão foi renovada, a partir de 1º de novembro de 1983, por dez anos, conforme Decreto nº 90.578, de 28 de novembro de 1984, publicado no **Diário Oficial** da União de 29 seguinte, sendo que o prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

3. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorgas de 10 (dez) anos, para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33 § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223 § 5º).

4. Por sua vez, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art. 27. Os prazos de concessão e permissão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

5. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

6. O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final em 1º de novembro de 1993, sendo que o pedido de renovação foi protocolizado na Delegacia do MC no Estado do Amazonas em 22 de julho de 1993, tempestivamente portanto.

7. A renovação deverá ocorrer a partir de 1º de novembro de 1993.

8. A peticionária tem seus quadros societário e diretivo aprovados pela Exposição de Motivos nº 258, de 26 de setembro de 1997, publicada no **Diário Oficial** da União de 7 de outubro seguinte, cujos atos legais decorrentes foram aprovados pela Portaria nº 124, de 27 e novembro de 1997, com as seguintes composições:

COTISTAS	COTAS
Luiz Soares Vieira	32.000
Tiago de Souza Braz	6.000
Luiz Gonzaga de Sousa	2.000
Total	40.000

Quadro Diretivo: Luiz Soares Vieira
Tiago de Souza Braz
Luiz Gonzaga de Sousa

9. Vale ressaltar que, durante o período de vigência da outorga a entidade sofreu advertências, conforme se verifica dos seus assentamentos cadastrais.

10. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas (fls. 33).

11. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, consoante informação de fls. 34.

12. A outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e documentação hábil.

13. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, desta forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determina, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

14. Mediante o exposto, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, acompanhado das minutas dos atos próprios – Decreto e Exposição de Motivos, com vistas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

15. Posteriormente, de acordo com o artigo 223, § 3º da Constituição, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer **sub censura**.

Brasília, 26 de julho de 2000. – **Zilda Beatriz de Campos Abreu**, Assessora.

De acordo. Submeto à Srª Consultora Jurídica.

Brasília, 26 de julho de 2000. – **Maria da Glória Tuxi F. Santos**, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2003

(Nº 2.555/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 24 de julho de 2000, que renova, a partir de 27 de junho de 1996, a permissão da Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.441, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovação de per-

missões para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 353, de 24 de julho de 2000 – Rádio Hertz de Franca Ltda., na cidade de Franca-SP (frequência modulada);

2 – Portaria nº 354, de 24 de julho de 2000 – Emissoras Interioranas Ltda., na cidade de Bragança Paulista-SP (frequência modulada);

3 – Portaria nº 358, de 24 de julho de 2000 – Rádio Felicidade FM Ltda., originariamente Total Comunicações de Radiodifusão Sonora e Televisada Ltda., na cidade de Ivoti-RS (frequência modulada);

4 – Portaria nº 359, de 24 de julho de 2000 – Rádio Ondas Verdes de Catanduva Ltda., na cidade de Catanduva-SP (frequência modulada);

5 – Portaria nº 362, de 24 de julho de 2000 – Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda., na cidade de Itacoatiara-AM (frequência modulada);

6 – Portaria nº 365, de 24 de julho de 2000 – Empresa de Radiodifusão Olímpia Stereo Ltda., na cidade de Olímpia-SP (frequência modulada);

7 – Portaria nº 413, de 31 de julho de 2000 – Sociedade Rádio Cultura de Vargem Grande do Sul Ltda., na cidade de Vargem Grande do Sul-SP (onda média);

8 – Portaria nº 416, de 31 de julho de 2000 – Rádio Eldorado Ltda., originariamente Rádio Eldorado S/A., na cidade de São Paulo-SP (frequência modulada);

9 – Portaria nº 419, de 31 de julho de 2000 – Rádio Clube de Tupã Ltda., na cidade de Tupã-SP (onda média);

10 – Portaria nº 447, de 14 de agosto de 2000 – Meaípe Empresa de Comunicações Ltda., na cidade de Guarapari-ES (frequência modulada);

11 – Portaria nº 448, de 14 de agosto de 2000 – Rádio Paranaíba Ltda., na cidade de Itumbiara-GO (frequência modulada);

12 – Portaria nº 514, de 23 de agosto de 2000 – Rádio Caraíbas Ltda., na cidade de Irecê-BA (frequência modulada);

13 – Portaria nº 534, de 14 de setembro de 2000 – Rádio Galiléia FM de Porangatu Ltda., na cidade de Porangatu-GO (frequência modulada).

Brasília, 16 de outubro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 434/MC

Brasília, 26 de setembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 358, de 24 de julho de 2000, pela qual renovei a permissão outorgada originariamente à Total Comunicações de Radiodifusão Sonora e Televisada, pela Portaria nº 177, de 25 de junho de 1986, publicada em 27 de julho subsequente, e transferida para a Rádio Felicidade FM Ltda., pela Portaria MC nº 24 de 17 de janeiro de 1997, publicada no **Diário Oficial** da União do dia 4 de fevereiro seguinte, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53790.000339/96, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 358, DE 24 DE JULHO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000339/96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de junho de 1983, a permissão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada originariamente à Total Comunicações de Radiodifusão Sonora e Televisada Ltda., pela Portaria nº 177, de 25 de junho de 1986, publicada no **Diário Oficial** da União em 27 subsequente, e transferida para a Rádio Felicidade FM Ltda., pela Portaria nº 24, de 17 de janeiro de 1997, publicada no **Diário Oficial** da União 4 de fevereiro seguinte.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á

pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

PARECER CONJUR/MC Nº 399/2000

Referência: Processo nº 53790.000339/96

Origem: Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul

Interessada: Total Comunicações de Radiodifusão Sonora e Televisada Ltda. (Rádio Felicidade FM Ltda.)

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo em 27.06.96.

Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão formulado pela Total Comunicações de Radiodifusão Sonora e Televisada Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, conforme Portaria nº 177, de 25 de junho de 1986, publicada no **Diário Oficial** da União em 27 subsequente.

2. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 48/98, fls. 57/58, dos autos.

3. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/RS, concluo, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando o seguinte:

- No curso dos procedimentos da renovação a permissionária solicitou autorização para proceder a transferência direta de sua outorga para a Rádio Felicidade FM Ltda.;
- Tem entendido esta Consultoria Jurídica, pela juridicidade da decisão de transferência direta ou indireta das concessões e

permissões no curso dos procedimentos da renovação das respectivas outorgas;

- Em consequência, prosperou o pedido de transferência direta da permissão, que resultou na expedição da Portaria nº 24, de 17 de janeiro de 1997, publicada no **Diário Oficial** de União do dia 4 de fevereiro seguinte, razão pela qual os atos de renovação deverão ser expedidos em nome da Rádio Felicidade FM Ltda.;

- Em decorrência, os quadros societário e diretivo da entidade ficaram assim constituídos:

COTISTAS	COTAS
Hilmar Kannenberg	117.600
Martha Ingeborg Kannenberg	1.200
Alexandre Kannenberg	1.200
TOTAL	120.000

DIRETORES:

Hilmar Kannenberg
Martha Ingeborg Kannenberg
Alexandre Kannenberg

4. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

5. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, dessa forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a

longo prazo, não determinam, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

6. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minuta dos atos próprios, à consideração do Exmº Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

7. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer **sub censura**.

Brasília, 26 de abril de 2000. – **Maria da Glória Tuxi F. dos Santos**, Coordenadora.

Aprovo. Submeto à Senhora Consultora Jurídica.

Brasília, 26 de abril de 2000. – **Adalzira França Soares de Lucca**, Coordenadora Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

DESPACHO CONJUR/MC Nº 565 /2000

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 399 /2000, que conclui pelo deferimento do pedido de renovação do prazo de vigência da permissão outorgada à Rádio Felicidade FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas de Exposição de Motivos e Portaria, à consideração do Exmº Senhor Ministro, para decisão.

Brasília, 26 de abril de 2000. – **Raimunda Nonata Pires**, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 423 , DE 2003

(Nº 2557/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Radio FM Iemanjá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 373, de 24 de julho de 2000, que renova, a partir de 21 de julho de 1996, a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.669, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações de permissão para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 373, de 24 de julho de 2000 – Rádio FM Iemanjá Ltda., a partir de 21 de julho de 1996, na cidade de Salvador – BA (frequência modulada);

2 – Portaria nº 513, de 23 de agosto de 2000 – Rádio Borborema S.A., a partir de 12 de novembro de 1993, na cidade de Campina Grande – PB (onda média);

3 – Portaria nº 523, de 25 de agosto de 2000 – Rádio Sul Capixaba FM de Guaçuí Ltda., a partir de 7 de fevereiro de 1994, na cidade de Guaçuí – ES (frequência modulada);

4 – Portaria nº 531, de 14 de setembro de 2000 – Rádio Tarumã Ltda., a partir de 7 de fevereiro de 1994, na cidade de Manaus – AM (frequência modulada);

5 – Portaria nº 532, de 14 de setembro de 2000 – Radiodifusão Índio Condá Ltda., a partir de 3 de fevereiro de 1994, na cidade de Chapecó – SC (frequência modulada);

6 – Portaria nº 533, de 14 de setembro de 2000 – Rádio Diário de Petrópolis Ltda., a partir de 25 de novembro de 1993, na cidade de Petrópolis – RJ (frequência modulada);

7 – Portaria nº 536, de 14 de setembro de 2000 – Fundação Rádio Educativa Promove, originariamente Fundação Rádio Educativa São Sebastião, a partir de 7 de outubro de 1992, na cidade de Belo Horizonte – MG (frequência modulada); e

8 – Portaria nº 641, de 13 de outubro de 2000 – Rádio Difusora Taubaté Ltda., a partir de 4 de março de 1996, na cidade de São José dos Campos – SP (frequência modulada).

Brasília, 9 de novembro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM nº 455 IMC

Brasília, 10 de outubro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 373, de 24 de julho de 2000, pela qual renovei a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda., conforme Portaria nº 200, de 17 de julho de 1986, publicada no **Diário Oficial** da União em 21 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53640.000128/96, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 373, DE 24 DE JULHO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000128/96, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de julho de 1996, a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda., pela Portaria nº 200, de 17 de julho de 1986, publicada no **Diário Oficial** da União de 21 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Pimenta da Veiga**.

PARECER SO/DCM/BA Nº 33/96**Referência:** Processo nº 53640.000.128/96**Origem:** DRMC/BA**Assunto:** Renovação da Outorga**Ementa:** Permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo em 21-7-96, pedido tempestivo. Regulares a situação técnica e a vida societária.**Conclusão:** Pelo Deferimento.**Dos Fatos**

A Rádio FM Iemanjá Ltda., Permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade do Salvador, no estado da Bahia, requer renovação do prazo de vigência de sua outorga, cujo termo final ocorreu em 21-7-96.

2 – A entidade obteve outorga mediante a portaria nº 200, de 17 de julho de 1986, publicada no diário oficial de 21-7-1986.

3 – A outorga em questão começou a vigorar a partir de em 21-7-86.

4 – Cumpre ressaltar que, durante o período de vigência da outorga, a entidade sofreu a penalidade de multa, sendo em outras ocasiões advertida, constantes dos antecedentes infracionais da permissionária, fls.33.

5 – Durante a realização da vistoria do dia 8-10-96, não foram constatadas quaisquer irregularidades técnicas, fls. 27,28.

Do Direito

6 – O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10(dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º). Períodos esses mantidos pela atual constituição (art. 223, § 5º).

7 – Por sua vez, o regulamento dos serviços de radiodifusão aprovado pelo decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, declara:

“Art. 27 – Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão”.

8 – De acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de vigência de sua outorga, deve-

rão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o sexto e terceiro mês anterior ao termino do respectivo prazo.

9 – O prazo de vigência desta permissão, teve seu termo final no dia 21-7-96, pois começou a vigorar em 21-7-86, data da publicação no diário oficial da portaria nº 200/86, fls. 44, dos autos principais.

10 – O pedido em questão foi protocolado em 2-2-96, dentro pois, do prazo legal.

11 – A permissionária tem o seguinte quadro social e diretivo, fls. 10/11-autos originais, sob número 29107.000.592/86:

COTISTAS	COTAS	VALOR CZ\$	CARGO
CARLOS BORGES LUZ	21.000	21.000,00	—
KLEBER PACHECO DE OLIVEIRA	56.000	56.000,00	GERENTE
CARLOS BERNARDO TORRES RODEMBURG	21.000	21.000,00	—
VALNEI SOUZA NUNES	21.000	21.000,00	—
LUIZ FERNANDO PEDREIRA LARANJEIRA	21.000	21.000,00	—
TOTAL=	140.000	140.000,00	—

12 – A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme mencionado às fls. 29.

13 – É regular a situação da permissionária perante o fundo de fiscalização das telecomunicações-fistel, de acordo fls. 34.

14 – Consultado o cadastro nacional de radiodifusão, verificou-se que a entidade, seus sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo art. 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, fls. 35 a 38

Conclusão

Do exposto concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à Coordenação-Geral de outorgas para submissão do assunto ao excelentíssimo senhor ministro de estado das comunicações.

É o parecer **SubCensura**.

Salvador, 19 de novembro de 1996. – **Nádia Maria Silva de Sena**, Chefe do serviço de outorgas advogada OAB 10557

Ao Sr. Delegado.

Salvador, 20 de novembro de 1996. – **Paulo José Borba da Trindade**, Chefe da divisão das comunicações.

De acordo.

Salvador, 20 de novembro de 1996. – **Roberto Loyola monte da silva**, Delegado do MC/BA

(À comissão de Educação – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 404 a 423, de 2003**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das agências reguladoras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo, renumerando os parágrafos seguintes:

“Art. 9º

.....

§ 3º Não serão objeto de limitação as despesas das agências reguladoras destinadas ao exercício das atividades que lhes são conferidas por suas respectivas leis de criação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras foram criadas, mediante leis específicas, em decorrência da política de reestruturação do Estado, direcionada para ampliar a participação do capital privado nos investimentos em infra-estrutura e estabelecer marcos regulatórios. Trata-se de autarquias sob regime especial, encarregadas do exercício do poder regulador e fiscalizador sobre as concessões e permissões de serviços públicos, exercitando o poder inicialmente conferido ao Poder Público.

Tais agências são vinculadas a ministérios pertinentes, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), vinculada ao Ministério das Comunicações.

Apesar da vinculação ministerial, a natureza das agências reguladoras é de entidade autônoma, integrante da Administração Pública Federal. Essa concepção está presente nas leis de criação das agências reguladoras, a exemplo da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que criou a ANATEL, que dispõe nos seus arts. 8º e 9º:

Art. 8º

.....

§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Art. 9º A Agência atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

Não obstante a clara intenção do legislador, de conferir independência administrativa e autonomia financeira às agências reguladoras, elas têm sido sujeitas a contingenciamento de recursos orçamentários.

A limitação orçamentária e financeira é realizada por órgão orçamentário (ministério), que abrange várias unidades orçamentárias, dentre as quais as agências reguladoras. Fica a critério de cada Ministro a escolha das ações que receberão recursos para serem realizadas. Dessa forma, a independência e a autonomia das agências ficam comprometidas, já que o contingenciamento pode eventualmente ser utilizado como forma de pressão por parte do Poder Executivo.

De fato, ao examinarmos os dados da execução orçamentária, até o dia 13 de junho do exercício de 2003, verificamos a magnitude do contingenciamento. Dos R\$1.416 milhões fixados na lei orçamentária para a ANP, apenas R\$89 milhões (6,3%) foram gastos. Dos R\$636 milhões do orçamento da ANATEL, apenas R\$67 milhões (10,5%) foram gastos. Já dos R\$202 milhões do orçamento da ANEEL, apenas R\$30 milhões (14,9%) foram executados.

Cabe lembrar que os recursos financeiros das agências reguladoras são provenientes da cobrança de taxas dos consumidores e são destinados a suas atividades de órgão regulador. O contingenciamento desses recursos significa o comprometimento de sua capacidade de oferecer serviços e cumprir suas finalidades legais, podendo mesmo vir a ser responsabilizadas legalmente pelos consumidores dos serviços públicos. Ademais, a legislação veda a utilização dos seus recursos para outros fins, mesmo que tais recursos venham a ser objeto de contingenciamento.

O cumprimento da missão institucional das agências reguladoras pressupõe independência administrativa e autonomia financeira. Para garantir isso, é necessário alterar o art. 90 da LRF, que trata da limitação de empenho e movimentação financeira, no sentido de vedar permanentemente a limitação das despesas dessas entidades destinadas ao exercício das atividades que lhes são conferidas por suas respectivas leis de criação.

Portanto, fica evidenciada a importância do projeto ora apresentado, motivo pelo qual espero contar com o apoio e a cuidadosa análise dos nobres pares.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2003. — **José Jorge.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

SEÇÃO IV

Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO II

Do Órgão Regulador e das Políticas Setoriais

TÍTULO I

Da Criação do Órgão Regulador

Art. 8º Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

§ 1º A Agência terá como órgão máximo o Conselho Diretor, devendo contar, também, com um Conselho Consultivo, uma Procuradoria, uma Corregedoria, uma Biblioteca e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas incumbidas de diferentes funções.

§ 2º A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Art. 9º A Agência atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta Lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

(Às Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 151/03-GLPPS

Brasília, 30 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Solicito de Vossa Excelência, na forma regimental, as providências necessárias no sentido de indicar o nome da Senadora Patrícia Saboya Gomes, na condição de suplente e o Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de titular, para a composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

Atenciosamente, – **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do Partido Popular Socialista no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/II/Nº 664

Brasília 30 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcelino Fraga passa a participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Sr. Deputado **Marcelino Fraga**, como titular, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Aviso de nº 25, de 2003** (nº 1.551/2003, na ori-

gem, de 16 do corrente), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão de nº 904/2003-TCU-Plenário, bem como respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre o levantamento de auditoria no Programa de Trabalho nº 12.364.0041.0048.0150 – apoio a entidades de ensino superior não federais. Brasília/DF, Faculdade de Medicina.

O Expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo, do PMDB do Estado de Goiás, por permuta com o nobre Senador Hélio Costa.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos, nobre Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, tanto no plenário do Congresso quanto no texto de grandes jornalistas ou nas declarações de personalidades, fala-se sobre o aquecimento do debate político e os episódios de enfrentamento e violência social.

Há uma espécie de consenso que diz: olha o perigo! E há acerto nesse alerta, porque há grande perigo para a paz, quando a política segue a trilha do enfrentamento.

Mas, se é necessário estar atento para o perigo da violência social, também é preciso serenidade, não se deixar levar pelas emoções. Para uma análise serena, precisamos abrir a escuta e o olhar, tentar enxergar a nossa realidade não apenas de um ângulo, mas pelo maior número possível de pontos de vista. Que, dependendo de mudança de ponto de vista, a paisagem também muda.

Eu mesma tenho falado da minha angústia. Inúmeras vezes, ao assomar esta tribuna, Sr. Presidente, de uma maneira sadia e verdadeira. Tenho procurado alertar, por intermédio do meu conhecimento, pelo contato que travo com as pessoas no dia-a-dia, pela leitura dos jornais, enfim, pela realidade do povo brasileiro, para determinadas circunstâncias em que vive o País e em relação as quais não podemos, como Senadores, representantes desse grande povo brasileiro, ficar omissos.

Hoje, quero mudar meu ponto de vista. E falar da minha esperança. É verdade que, na paisagem brasileira atual, o movimento das forças políticas, o debate áspero, certas indecisões do Governo, o avanço sobre limites legais falam de uma certa turbulência. E, se nós não ficarmos atentos, poderá se transformar

numa turbulência para valer, que é o que nós não queremos. A Nação brasileira, o cidadão brasileiro não quer viver essa turbulência.

Mas, felizmente, não estamos vivendo apenas de enfrentamento e de turbulência. A maioria do povo brasileiro está em paz, quer produzir em paz. O brasileiro é um povo pacífico. Pela sua índole, pela sua formação, pelo seu jeito de ser, o brasileiro é de paz. Uma paz que leva em conta a melhoria da qualidade de vida de todos nós.

O Brasil inteiro se discute, Senador Sibá Machado, felizmente. O Brasil, hoje, é um País consciente, como há muito não acontecia. E cada vez mais, Senador, tem gente querendo participar dessa discussão. Eu sinto que isso é importante, porque diz respeito à consciência de uma Nação, que se fortalece na democracia. Demonstra que o debate político não se trata apenas nos plenários das Assembleias Legislativas, das Câmaras de Vereadores ou aqui no plenário do Senado. Demonstra que, em qualquer lugar desta Nação, seja nas pequenas ou nas grandes cidades, as pessoas se reúnem e discutem um Brasil que querem para si.

Essa é a grande riqueza do momento histórico, refletido aqui nos debates deste plenário. Porque nós, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representamos o sentimento da Nação. A discussão de cada projeto de lei não trata apenas de uma questão pontual, uma tecnicidade; cada ato legislativo nasce do reconhecimento do direito de todos e de cada um.

Não tenho dúvida nenhuma de que o Brasil todo quer a democracia. Em períodos recentes da nossa história, já demos mostra de saber defender e garantir as instituições democráticas, seja no campo da política ou no da economia. E isto acontece porque estamos avançando no campo legal, combatendo as desigualdades regionais e sociais.

Por isso, ao correr o meu olhar pelas fileiras que formam esse auditório, seja aqui, dentro do plenário, seja nas galerias, que ocasionalmente nos assiste – muitas vezes são colégios inteiros, grupos inteiros, segmentos inteiros que lotam as galerias ou aqui, mais embaixo, com o segmento do próprio Senado, com os funcionários que aqui nos assistem – eu me sinto otimista. Sem eles, certamente, desde o **cameraman**, lá em cima, aos que trabalham nos gabinetes, aos que nos assessoram no cafezinho ou aqui dentro deste plenário, em todo este Senado, certamente, Srs. Senadores, não teríamos como fazer o nosso trabalho.

Hoje é um momento de despedida. Estou me despedindo e aproveitando a oportunidade para homenagear todos aqui dentro, como parte de um contexto que significa muito à Nação.

Ao olhar ao redor, sinto-me otimista, porque esta é uma Casa plural, constituída por homens e mulheres, maduros ou moços, das mais diferentes origens e vivências políticas. O Brasil como um todo é muito diferente. Cada Estado tem a sua cultura. Ao adentrarmos o plenário, nós, Senadores, trazemos a representatividade do nosso Estado. Compomos, dentro deste universo, a face verdadeira do Brasil.

Nestes poucos meses de convívio, aprendi muito aqui dentro. A mulher que entrou pela primeira vez neste plenário, decidida, mas muito insegura, sai fortalecida e conhecendo muito o Brasil, por intermédio de V. Ex^{as}.

O criterioso e democrático sistema de comunicação social desta Casa, – observo que o Senador Presidente Eduardo Siqueira Campos, todas as vezes, faz questão de saudar a Nação, porque S. Ex^a sabe que não fala apenas para o Plenário; falamos para uma grande platéia, que é a comunidade brasileira, que acompanha os nossos passos, as nossas palavras e que espera muito de nós – divulga tudo o que aqui se faz. Por isso, quando falamos neste microfone, como acabei de dizer, não são apenas os nossos Pares que nos ouvem, mas milhões de cidadãos brasileiros. Sempre que uso da palavra, faço-o com esta consciência. Sei do projeto que pretende levar também para a tevê aberta o registro das ações do Senado. Dou o meu apoio a essa idéia, porque ela democratiza o conhecimento. Se já é bom para muitos, que o seja para todos.

Para todos os que me ouvem, ao vivo, neste momento, pela rádio ou pela televisão, quero deixar o testemunho do quanto aqui se trabalha, neste momento, para o desempenho da missão que é a de representar o interesse de cada Estado e o equilíbrio da federação. Aquilo que justifica a existência do Senado Federal é exatamente o núcleo de toda discussão, hoje, sobre o Brasil: o combate às desigualdades, que ameaça o equilíbrio desta Nação.

Nesta Casa, Senhoras e Senhores que nos assistem neste momento, o debate é sério, fundamentado. Às vezes se torna apaixonado até a exaltação, mas se mantém sempre sob a normalidade do Regimento. Um debate que não é feito de subjetividades apenas, mas que se fundamenta em números, em idéias e, principalmente, em ideais.

Foi ouvindo esse debate que cresci e amadureci politicamente. E, ao deixar, hoje, esta Casa, levo co-

migo muito mais consciência da riqueza deste momento histórico e a certeza de que o Senado Federal, tanto como instituição quanto em relação às pessoas que o compõem, está à altura da riqueza e da complexidade deste momento.

Nobres Senadoras e Senadores, a partir de amanhã, estarei ausente deste plenário, mas continuarei participante, como sempre, da vida política; estarei sempre atenta ao que aqui se polemiza e decide, sabendo o que o povo quer, e que o Brasil pode mudar para melhor.

Neste momento, ao deixar este plenário e a condição de Senadora, levo comigo muito mais responsabilidade do que eu já tinha quando aqui entrei. A responsabilidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que compõem as galerias, de saber que as decisões do que pode acontecer de bom e de importante para o povo brasileiro estarão sendo tomadas aqui, neste recinto; de saber que um dia participei dessas discussões, que pude lutar para decidir; que ajudei, com projetos, a formatar, de maneira melhor e mais equilibrada, a vida do cidadão brasileiro. Tudo isso me enche de honra. Assim, honrada, despeço-me, neste momento, deste Plenário.

Que Deus nos abençoe e nos guarde a todos nesta hora.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senadora Iris de Araújo, os Anais da Casa, certamente, registram todos os discursos pronunciados por V. Ex^a desta tribuna.

Com certeza, a presença de V. Ex^a, nesta Casa, confirma o quanto é importante saber escolher um suplente de qualidade e quão foi importante a decisão do povo de Goiás ao enviá-la a esta Casa.

V. Ex^a falou com ternura, com o coração de mãe e de ex-Primeira Dama do Estado de Goiás quando o assunto era a criança, a pobreza, a miséria. E falou com determinação e coragem quando a indignação lhe trouxe à tribuna para apontar os problemas graves do seu Estado e do País.

Todos nós que convivemos com V. Ex^a, durante estes seis meses, guardamos a impressão de que Goiás tem realmente em V. Ex^a uma grande líder, que honra as tradições não apenas de Iris Rezende, mas do PMDB do Estado de Goiás.

V. Ex^a está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra, com alegria, a presença das professoras do Projeto Veredas, no querido Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.

Para nós, Senadores, é uma honra tê-las aqui.

Dando prosseguimento à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, do PL do Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para me pronunciar sobre algo que tem afligido a minha alma de maneira muito drástica. Refiro-me às freqüentes notícias na mídia sobre crimes que envolvem familiares.

Sr. Presidente, segundo estatísticas publicadas nos jornais, mais de 60% dos assassinatos cometidos hoje no Brasil são entre pessoas amigas, e mais da metade deles entre pessoas da mesma família.

Por isso, aqui estou exatamente para que possamos, nesta Casa Parlamentar, pensar no destino, nos caminhos da nossa sociedade, nos valores que agora estão sendo abalados no seio da família, levando filhos a matarem brutalmente seus pais ou mesmo praticar esse crime contra irmãos.

De início, podemos estabelecer uma nítida fronteira entre os assassinatos ocorridos no seio familiar, decorrentes de desequilíbrios, da patologia de seus autores, o que independe, em grande medida, da vontade dos integrantes de qualquer família.

Esses casos, que durante a maior parte do século passado representavam a causa predominante da ocorrência de crimes, estão cedendo o seu lugar a uma categoria comportamental desvinculada de qualquer anomalia de fundo patológico, pois estão se proliferando, larga e cruelmente, os criminosos de perfil considerado absolutamente normal, em que o moto criminoso está exclusivamente vinculado a divergências comportamentais de um membro com outro, dentro da própria família.

É sobre esse novo grupo de criminosos que deve pairar a nossa mais profunda reflexão. Precisamos pensar, falar, discutir, encontrar caminhos que nos mostrem as causas que levam pessoas que convivem intimamente, e que nos faria supor uma relação afetiva positiva, a resolverem suas diferenças de forma drástica e infelizmente definitiva, resultando na morte de pessoas que deveriam ser amadas.

O elenco de causas é efetivamente amplo e disperso, pois incluem desavenças conjugais, relações paternas, o papel da mulher, as questões financeiras e, ultimamente, a incidência desestabilizadora do uso da droga por um ou mais dos familiares.

Todas essas causas convergem, como bem resumiu o jornalista Carlos Alberto di Franco, em artigo recentemente publicado no jornal **O Globo**, no “esgarçamento das relações familiares”, no que ele intitulou um “blecaute de família e autoridade”.

Início minha reflexão, pois, no que efetivamente causou e continua causando a desestruturação das famílias. Origens endógenas e exógenas compõem um quadro de fatores, que, embora distintos, convergem.

A referência das funções paternas e maternas, historicamente responsáveis por uma qualidade intrínseca à missão de criar filhos, vem sendo paulatinamente perdida desde a segunda metade do Século XX, quando os movimentos culturais e comportamentais conduziram a uma apologia do “não diga não”, ocasionando uma perda de limites para as crianças de então, pela carência de referências morais e âncoras afetivas, ambas firmes e formadoras de caráter.

Essa verificada ausência de responsabilidade por parte de toda uma geração de pais foi objeto de uma tentativa de transparência para a escola, a qual não estava e continua não estando preparada para tal missão.

Em paralelo, no cenário exógeno, a geração de renda familiar foi também intensamente alterada nos últimos anos, modificando-se, para isso, o papel da mulher na sociedade, retirando-a da contínua assistência às coisas do lar, para uma situação de provedora de recursos e mesmo de chefe de família.

Da mesma forma, o expressivo aumento da competitividade interpessoal no ambiente de trabalho conduziu a uma deturpação de valores, em que o “ter” passou a ser mais considerado do que o “ser”. Para conviver com esse novo paradigma, homens e mulheres se viram forçados a um expressivo consumo de tempo nas atividades profissionais, que os afastou ainda mais do convívio familiar.

Sr. Presidente, uma das causas que se sobrepõem ao grave cenário sobre o qual discorro merece uma reflexão mais específica. Refiro-me à questão das drogas. Sobre essas, prefiro enquadrá-las num misto de causa e consequência, uma vez que a incidência nesse terrível vício é extremamente baixa em famílias bem ajustadas. Estudos sociológicos e psicológicos de alta confiabilidade indicam um desajuste no relacionamento familiar como uma das principais causas de ingresso no cenário das drogas. Mesmo as atualmente naturais pressões do ambiente social não têm o poder de confundir um jovem moralmente bem

informado e firme em seus valores de forma a incitá-lo ao consumo e à dependência de drogas.

Reconheço, finalmente, que, sob tal pano de fundo, o exercício da autoridade no ambiente familiar tornou-se extremamente difícil e mesmo impossível, fazendo com que a primazia do consumo viesse a imperar com sua inerente falácia de ausência de limites. Assim é que passam a ocorrer revolta e desajustes, quando da impossibilidade de realização de qualquer desejo por parte de um integrante da família ainda financeiramente dependente.

O quadro que descrevo é sumamente grave e não me sentiria cumpridor de meus deveres, se não enveredasse também por algumas reflexões sobre alternativas para minoração dos problemas que até agora abordei.

Diversas são as frentes em que devemos atuar, tanto na consolidação das células familiares, como na oferta de novas perspectivas sociais que propiciem oportunidade de vida digna e responsável para todos.

Tenho consciência que o novo modelo de geração de renda familiar não parece passível de mudança no que tange à participação de ambos, pai e mãe, na vida profissional, o que significa ser imprescindível que a sociedade consiga prover uma alternativa de construção e manutenção de valores para os jovens.

Isso demandará uma reformulação conceitual da filosofia da educação, agregando, aos atuais objetivos de transmissão de conhecimento, outros ainda mais relevantes de formação de padrões morais e comportamentais. Para tanto é fundamental uma revisão no que se vai ensinar, como se vai ensinar, quando se vai ensinar. Ou seja, novas disciplinas, novos métodos e, certamente, maior intensidade de carga horária para que os jovens estejam sujeitos a novos conceitos de relacionamento durante todo o tempo em que estiverem privados da companhia de seus pais.

Para a implementação de tal modelo, em que a docência irá pressupor não somente o conhecimento do conteúdo, mas a experiência e o regramento da sua transmissão, pode-se pensar seriamente na utilização de mão-de-obra de terceira idade para suprir, em quantidade e qualidade, um novo cenário de educação. Tal inclusão social teria efeitos altamente benéficos para todos, pois, além do aproveitamento da maturidade dos mais idosos, teríamos um relevante componente de respeito entre gerações no sentido de resgatar uma autoridade inerente à diferença de idades.

Um novo paradigma de completude do ensino, em que o exercício da solidariedade venha a ser um vetor positivo e a certeza da punibilidade seja um ve-

tor restritivo, terá, sem dúvida, o poder de formar um novo patamar de comportamento, que seria transferido de volta ao ambiente familiar.

Nesse ambiente, torna-se fundamental resgatar a qualidade das relações interpessoais, em que convívio e diálogo, numa premissa de apoio e respeito mútuos, devem ser os pilares do relacionamento entre seus integrantes. No entanto, deverá estar inserida nesse relacionamento a noção de autoridade, firme e indeclinável, por parte daqueles a quem cabe o papel de exercê-la.

Sr. Presidente, a missão de pensar, modelar e estruturar um novo caminho para a família brasileira é extremamente difícil, mas nela repousa a maior esperança de que podemos estancar essa grave tendência de sua deterioração e restaurar essa célula fundamental, que é o baluarte da constituição da nossa sociedade.

Sr. Presidente, ao falar aqui sobre família, falo sobre Deus. Há muitas definições para Deus. Mas, sem dúvida, a mais bonita é a de que Deus é família. Deus é Pai; Deus é Filho; Deus é Espírito Santo. Deus é família. E não existe coisa mais importante em nossa Nação, para cada um de nós, Senadores, no plano pessoal, do que a nossa própria família. A família brasileira tem sido vítima de contínuas crises econômicas, somando-se a isso crises morais. Há uma decadência nos meios de comunicação. A televisão, hoje, cumpre, muitas vezes, principalmente no período da tarde, o papel de mãe, de pai, de entreter, de educar, e acaba transmitindo conceitos tão errôneos, tão desfocados para nossos jovens.

Quando vemos, nas favelas, nos bairros pobres, um filho matar o pai, costumamos dizer que isso acontece em decorrência de problemas econômicos, de fome, de falta de perspectiva, de inveja, seja lá do que for. Mas, e quando isso ocorre em uma família de alta renda, em que a assassina já viajou para Europa, para os Estados Unidos, tem carro próprio, estuda numa boa faculdade, e não lhe falta nada? Por que uma moça, um rapaz, numa situação dessa, mata seus próprios pais?

É por isso que estou hoje, aqui, nesta tribuna. Tenho certeza de que precisamos todos, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e membros da nossa sociedade, de uma forma geral, pensar na família que está sendo gerada neste País, fruto do exemplo de cada um de nós, das nossas ações, que repercutem como uma pedrinha irresponsavelmente lançada em uma lagoa, que provoca, num esforço centrípeto, ondas que vão bater em todas as direções.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero crer que este País não muda sem que nós todos tenhamos como prioridade a família brasileira. Por isso, tenho elaborado um projeto de lei que dispõe que todas as empresas que derem oportunidade ao filho do operário, de ser contratado e trabalhar junto com o pai, na mesma fábrica, no mesmo ambiente, no mesmo comércio, na mesma indústria, possa se beneficiar de incentivos fiscais. Creio que manter filho e pai, ou filha e mãe, no mesmo ambiente, poderá dar uma nova direção, um novo caminho, uma nova oportunidade para tantas famílias que hoje estão cada vez mais distantes e, por isso mesmo, tristes, solitárias e vítimas de si próprias.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a anunciar em meu discurso.

Que Deus abençoe o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe, Senador Sibá Machado, de até 20 minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Aproveito o final deste período para trazer uma reflexão na linha do meu último pronunciamento, que iniciei falando sobre o comportamento dos blocos econômicos. Passarei à leitura de um documento que escrevi em 2001, intitulado “Globalização e Organização Econômica do Território”. É um trabalho apresentado ao curso de Geografia da Universidade Federal do Acre, quando tive a honra e o prazer de participar daquela instituição como acadêmico.

Porém, antes de tudo, quero dizer que, para nós, é motivo de um sentimento muito forte a despedida da Senadora Iris de Araújo. Acompanhei de perto a atuação de S. Ex^a, sempre assídua nesta Casa, e a seriedade com que tratou o seu mandato. S. Ex^a deve estar certa do cumprimento de seu dever de Senadora, motivo de orgulho para sua família, para todos os goianos e, com certeza, também para o Brasil. Parabênizos a Senadora pela brilhante atuação e pela contribuição dada aos debates nesta Casa.

Sr. Presidente, passo à leitura do documento a que me referi anteriormente, “Globalização e Organização Econômica do Território”:

A expansão do território é algo indissociável da luta pela sobrevivência de qualquer espécie animal e vegetal do planeta. O ciclo da vida é um perfeito equilíbrio de for-

ças tanto endógenas quanto exógenas em relação com o espaço sideral, num movimento constante. A origem da vida e o seu futuro continuam sendo incerteza e um dos principais fatores da curiosidade do ser humano, que sempre pesquisou a natureza e sua complexidade na tentativa de desvendar tais mistérios.

O crescimento demográfico forçou a expansão dos territórios, a descoberta de mecanismos de produção, o aperfeiçoamento de armas de guerra, o aperfeiçoamento das técnicas de combate para ocupar novos territórios, o aperfeiçoamento de técnicas de comunicação, a domesticação de animais e, por fim, a reestruturação da organização familiar, do Estado e do território.

O ser humano é por natureza fisicamente inferior aos demais animais e, por isso, teve que suprimir suas dificuldades para poder sobreviver. Conforme o escritor Domenico De Masi, “o ser humano, ao contrário, e eis aqui novamente o elogio à imperfeição, nasce indefeso. Se não fosse socorrido, morreria em poucas horas”. (De Masi, 2000: 23)

E ainda:

“(…) Contudo, sua fraqueza se transforma na sua força, pois a assistência biológica que se dá ao seu desenvolvimento durante tanto tempo implica também a aculturação do indivíduo. Nós somos os únicos animais que precisam de ao menos dez anos de assistência para que nos tornemos indivíduos em condições de sobreviver. E somos os únicos animais que não recomeçam sempre do início, mas que, além das características hereditárias e do saber instintivo, recebem dos adultos o saber natural.” (Idem.)

Assim, as dificuldades naturais da espécie humana serviram muito para o seu desenvolvimento intelectual e, com isso, ela pôde superar e dominar as demais espécies e, em seguida, passar a dominar a si própria. A curiosidade para desvendar os mistérios e expandir seus territórios impôs o desejo de dominar o mundo e tudo o que nele existir. Era a largada para a globalização.

A velocidade do pensamento de um povo tem exatamente a velocidade de seus meios de transportes e de seus meios de

comunicação. Se isso for uma verdade, podemos compreender melhor o desenvolvimento técnico de cada povo, sua cultura e sua economia. Tais fatores influenciam ou determinam as formas de sociedade, os sistemas econômicos e os regimes de governo em cada momento da história. Imaginemos uma tribo que ocupava determinada área, na qual existia fartura e boa comodidade. Num determinado momento, essa tribo cresceu sua população, a ponto de ter que buscar alimento cada vez mais longe. Depois, novas famílias que surgiram no antigo clã mudaram-se para outras terras também muito distantes. O resultado será certamente um conflito pela posse da nova terra.

Cada região é fruto das reações da natureza local e global, o que resulta na sua biosfera (clima, relevo, solo, vegetação, etc.). É de se imaginar que as famílias errantes pudessem “adaptar-se” ao novo local ou tornar-se nômades. O processo migratório é, então, tão antigo quanto a existência humana.

O desenvolvimento das técnicas de produção não foi e jamais será suficiente para suprir todas as necessidades imediatas e de longo prazo da humanidade, obrigando, assim, uma relação de trocas entre os povos. Ora, se há necessidade de se realizarem as trocas, será óbvio que o homem necessitaria viajar e transportar pertences de um lado para outro. Com isso, estava dada a partida para as relações comerciais e a invenção dos meios de transporte, e, com eles, a globalização dava mais um passo.

Vejamos Domenico de Masi:

“Nós atravessamos muitas eras glaciais. E numa época de gelo se necessitava de alguma coisa que puxasse os trenós: o cachorro foi o primeiro motor a serviço do homem.” (DE MASI, 2000: 24).

E ainda:

“(…) Quando nos perguntamos por que a roda foi inventada tão tardiamente, a resposta é: porque a roda sobre o gelo não servia para nada. Foi inventada quando, uma vez derretidas as geleiras em algumas zonas, como as da Mesopotâmia, tornou-se necessária alguma coisa que, em vez de deslizar, rodasse” (Idem).

Conforme as leis da Física, “tudo que existe está em movimento constante” (grifo nosso). Neste caso, os sistemas econômicos existem e, por conseguinte, estão em movimento constante e, em cada lugar, com sua dinâmica e velocidade própria. A Física afirma também que nenhum espaço será ocupado ao mesmo tempo por dois corpos distintos. Assim sendo, podemos também afirmar que os sistemas econômicos distintos não poderão existir ao mesmo tempo com as mesmas características e com a mesma dinâmica. Essas contradições nos deixam claro quanto às formas de apropriação do espaço natural e sua transformação em espaço geográfico, o que Leon Trotsky chamou de “desenvolvimento desigual e combinado”.

Para Trotsky, “as leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos de países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado”. (TROTSKY, 1980: 25)

Mais adiante, no Item VI, está posto:

VI – A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os teóricos do pensamento funcionalista diriam que as sociedades são órgãos vivos e funcionais e, como tal, não podem parar. Se lhes dermos um pouco de atenção, certamente veremos as sociedades em movimento constante, algumas mais aceleradas e outras menos. Conforme o grau de conhecimento técnico, as sociedades podem estar em maior ou menor convívio com a natureza e em maior ou menor transformação desta, embora ambas se apropriem dela para suprir suas necessidades e, assim, alcançar seu ótimo de conforto.

Do ponto de vista capitalista, toda atividade deve ser pensada a partir da sua viabilidade econômica, da gestão empresarial,

da competição, da eterna modernização e da lucratividade. Assim, o homem tornou-se um ser cosmopolita, tanto que as condições fito e zoogeográficas já não importam muito. A última região do mundo ainda por ser habitada é a Antártida, com seu rigorosíssimo inverno. Mesmo assim, justamente sobre essa região está estacionado o buraco de ozônio, fruto da ação humana.

A distribuição da população no mundo é uma disparidade, como também é uma disparidade a produção primária, secundária, terciária e o consumo dos bens produzidos.

Conforme lembra Pierre, “entre 3,4 bilhões de homens, cerca de 2 bilhões ocupam aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados da Ásia meridional e oriental”. (PIERRE, 1991:19)

E ainda:

“A característica dominante da distribuição geográfica da população do globo é, portanto, a concentração de três quartos dos homens sobre menos de um décimo da superfície dos continentes”. (Idem).

Essa situação se agrava ainda mais, quando se analisa a utilização dos bens produzidos. A globalização capitalista transforma as nações menos desenvolvidas tecnologicamente em simples produtoras de matéria-prima para suas indústrias e, ao mesmo tempo, em consumidoras de seus produtos. Desde o período mercantilista, a Inglaterra já descobrira que a riqueza comercial de uma nação dependia muito de uma balança comercial favorável. Ou seja, comprar matéria-prima in natura e barata e transformá-la em mercadoria industrializada.

Vejamos o que diz Leo Hubermman:

“A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada, anualmente, além dos mares, e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada (...).” (HUBERMMAN, 1959:120)

Para Pierre, “o desequilíbrio entre os recursos existentes e as necessidades da população não é resultante de uma ausência ou de uma insuficiência de recursos,

mas de uma fraca utilização dos recursos materiais e da força de trabalho representada pela população”. (PIERRE, 1991:24)

E ainda:

“(…) A prospecção nos países subdesenvolvidos é feita sob o impulso de interesses estrangeiros, tendo como objetivo não o estabelecimento de um balanço do patrimônio regional ou nacional, mas o inventário dos recursos necessários às economias externas, cuja exploração pode ser considerada rendosa”. (Idem)

Traduzindo esta compreensão para a realidade amazônica, vimos como se deu o processo de ocupação e exploração das riquezas locais em todas as fases da história. No início, a economia principal eram as “drogas do sertão”, depois a borracha, a madeira de lei, os minérios, a pecuária e, por último, a agricultura. Destes produtos, apenas a borracha mantinha uma relação de respeito com a vegetação e a rede hidrográfica. Do ponto de vista do aproveitamento local, apenas a agricultura e um pouco da pecuária destinavam-se a um certo fortalecimento da economia e da qualidade de vida, com distribuição de renda e geração de oportunidade de trabalho; as demais eram exclusivamente para exportação. A propriedade da terra foi quase completamente assumida por forasteiros que não tiveram nenhum preconceito em transformar brutalmente a paisagem da região.

Foi por força do interesse capitalista na aquisição da produção de borracha que o Estado do Acre foi anexado ao Brasil, por intermédio do movimento revolucionário de 1902. É importante lembrar a controvérsia vivida atualmente pela globalização capitalista: de um lado, o sistema tenta unificar o mundo num único povo (consumidor) e numa só cultura e, de outro, muitas etnias lutam para desmembrarem-se dos atuais estados-nação aos quais estão ligados. A principal arma utilizada pelo capitalismo é a submissão econômica e tecnológica dos países “colonizados” por meio das “ajudas” financeiras e das reformas propostas pelo capital e seus organismos sociais. “O estoque da dívida total de todos os países em desenvolvimento é da ordem de US\$1,9 bilhão

(1994)". (World Bank, in: CHOSSUDOVSKY (1999: 23).

O mesmo autor ainda diz:

"(...) As instituições desempenham um papel importante no processo de reestruturação das economias nacionais. A ratificação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e a formação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, constituem um marco no desenvolvimento do sistema econômico global. A missão da OMC consiste em regulamentar o comércio mundial em benefício dos bancos internacionais, bem como "supervisionar" a vigência das políticas de comércio nacional. O GATT viola os direitos fundamentais dos povos, particularmente nas áreas de investimento estrangeiro, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual.(Idem)

A concepção de desenvolvimento é determinante para se definir a forma de apropriação e utilização da natureza e a formação territorial. Atualmente, o modelo de desenvolvimento sustentado tem tomado muita importância no planejamento capitalista não por interesse em preservar a natureza e sim porque o consumidor é hoje muito exigente em relação a isso. Portanto, o desenvolvimento sustentado torna-se agora economicamente viável, alta rentabilidade, lucro certo e o melhor: a matéria-prima agora é por muito tempo.

A GLOBALIZAÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS

Novamente recorremos à física para ilustrar o assunto quando ela afirma que "toda ação provoca uma reação de igual intensidade e contrária". Neste sentido podemos admitir que Marx tinha razão: O capitalismo cava a sua própria sepultura. As crises no sistema são de superprodução e não de escassez de produtos e bens de consumo. De escassez mesmo é somente de combustíveis e de energia para mover suas máquinas. Quanto à população, a cada dia a tecnologia afasta mais pessoas do processo produtivo colocando-as na miséria absoluta. A reação se faz presente tanto na natureza

quanto na sociedade e também em nível mundial. Vejamos Yunus:

A pobreza não pertence à sociedade humana civilizada. Seu lugar é mesmo no museu. É lá que ela deve ficar. Quando os colegiais forem visitar os museus da pobreza, ficarão horrorizados ao ver a miséria e a indignidade dos seres humanos e culparão seus ancestrais por tolerarem essa condição desumana e por terem permitido que ela perdurasse em escala tão maciça até o início do século XXI. YUNUS, (2000: 281).

A pobreza é fruto não apenas da apropriação indébita de riquezas materiais, mas também quando se tiram das sociedades as suas próprias condições de encontrar soluções para os seus problemas. "Quando queremos ajudar os pobres, normalmente lhes oferecemos caridade". YUNUS (2000:282).

O senhor Muhammad Yunus é um ideólogo de um projeto realista e prático, posto em funcionamento desde 1976, chamado de The Grameen Bank, que trata de uma experiência de microcrédito para pessoas em estado de absoluta miséria, implantado em Bangladesh. Tal experiência colocou em xeque toda a concepção de funcionamento de uma instituição bancária e dos métodos de planejamento público e privado a respeito de como garantir espaço e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de quaisquer condições. O The Grameen Bank iniciou em 1976 com um capital de apenas US\$27, emprestados para 42 pessoas em Bangladesh. Atualmente opera em 30 países (inclusive da Europa e América do Norte), possui um capital de US\$2,5 bilhões [naquela época], trabalhando com um público de 2,3 milhões de ex-miseráveis (98% mulheres) e uma inadimplência abaixo de 2%.

(...) Em dezembro de 1997, o Grameen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados. Ultrapassamos o primeiro bilhão de dólares em março de 1995, cerca de dezoito anos depois do início da nossa jornada, em 1976, com 27 dólares concedidos a 42 pessoas. Levamos apenas 27 meses para chegar ao segundo bilhão de dólares. YUNUS, (2000:334).

A experiência do Grameen deu certo porque trata a solução dos problemas a partir das pessoas, colocando-as elas mesmas para resolvê-los, além de trabalhar muito com a moral, o caráter e a coletividade. Ninguém terá acesso ao banco isoladamente, tem que encontrar amigos, solidarizar-se com eles, buscar sempre melhorar de vida juntamente com a sua comunidade.

A globalização apresenta-se como algo irreversível para a humanidade. A cada dia a tecnologia nos coloca cada vez mais próximos dos outros. A banalização das invenções, o consumismo, a mundialização do idioma e da religião são desafios postos para as sociedades humanas desde que os europeus conseguiram cruzar os oceanos e os céus com suas máquinas cada vez mais sofisticadas e velozes. O sistema coloca a aceleração em tudo, inclusive no crescimento demográfico, o que acarreta o inchaço das áreas urbanas e um verdadeiro caos quanto à ocupação e formação do território.

O território é um espaço sentido, apropriado e transformado conforme a cultura de seus ocupantes. Com a globalização, o território é violado, a cultura é modificada e a economia é alterada. A cada novo contato o território é reapropriado pela força do estrangeiro que o modifica de alguma forma, conforme o seu interesse. Se a teoria da ocupação do continente americano pelos povos asiáticos for uma verdade, eles foram os primeiros a se apropriarem deste território e transformá-lo conforme seus interesses e suas necessidades. Com a chegada dos europeus, o território foi reapropriado e novamente modificado a partir de suas vontades. Depois, a região recebeu muitas fases migratórias internas e externas e, em cada uma delas, o território modificava-se, até chegar às condições que conhecemos atualmente. A paisagem torna-se, assim, a imagem dos processos de apropriação e modificação do território, e toda a mobilidade social pode ser também interpretada como passos da expansão do espaço vital e consequentemente da globalização.

As relações humanas são relações de troca, muito embora se assista ao debate entre os pensadores das ciências geográficas, no qual as críticas ao determinismo se-

jam a tônica; na verdade, o capitalismo imperialista se utiliza muito bem deste conceito para atuar no mundo. A economia de mercado tem como principal objetivo a expansão do território, sua apropriação e adaptação aos interesses dos negócios em escala mundial. O possibilismo pode ser interpretado então como uma teoria a serviço do capitalismo nacional, que tenta se fortalecer e preservar uma burguesia local, formando uma opinião e uma cultura nacionalista. Portanto, território livre é apenas o território não apropriado, e isto não existe mais no planeta. Até mesmo o continente antártico já está devidamente dividido pelos países do primeiro mundo como laboratório de prospecção científica e certamente mais tarde transformada em região produtora de matéria-prima.

Sr. Presidente, essa é uma pequena contribuição dos conhecimentos da área de Geografia para o debate do planejamento nacional, o comportamento do Brasil frente ao mundo hoje, em conformidade com os blocos econômicos.

Pretendo trazer, em seguida, outros temas seqüentes a este, como o debate sobre fronteiras, resgatando um pouco do histórico da formação do Estado do Acre e, principalmente, a necessidade de uma redefinição do território dos Estados amazônicos.

Lembro a V. Ex^a que o Acre está localizado praticamente nas nascentes dos principais rios que vão alimentar a margem direita do rio Amazonas. Há um debate muito forte e histórico sobre a preservação dessa área, tanto que o Acre ainda mantém cerca de 90% de sua área com florestas em pé. E imaginamos que toda essa região não pode receber uma colonização brutal, sendo justo e necessário que se faça, imediatamente, um aproveitamento da floresta em pé.

Portanto, Sr. Presidente, peço a publicação desse texto, pois gostaria de mandar várias cópias a todos os gestores, assembleias legislativas e câmaras municipais da Amazônia.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UMAC

GLOBALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ECONOMICA DO TERRITÓRIO

Por: Sebastião Machado Oliveira
GEOGRAFIA ECONOMICA III

Rio Branco
2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

GLOBALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ECONOMICA DO TERRITÓRIO

Trabalho acadêmico de Geografia Economi-
Ca III, apresentada como parte da avaliação
De n² sob a Orientação do Proº Waldemir
Lima dos Santos.

Por: Sebastião Machado Oliveira

Rio Branco, Junho de 2001

SUMÁRIO

I – OBJETIVOS.....	04
II – METODOLOGIA.....	05
III – APRESENTAÇÃO.....	06
IV – INTRODUÇÃO.....	07
V – UM BREVE HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO.....	08
VI – A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	10
VII – A GLOBALIZAÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS.....	13
VIII – CONCLUSÃO.....	15
IX – BIBLIOGRAFIA.....	16

I - OBJETIVOS:

Gerais:

- Aprender e apreender sobre o processo de globalização e o modelo de desenvolvimento econômico ora em curso, dentro do objeto de estudo de Geografia Econômica e do método de pesquisa científica, conforme as normas estabelecidas pela ABNT.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado e da nação, dentro do espírito da solidariedade entre os povos.

Específicos:

- Aprimorar o conteúdo da disciplina de Geografia Econômica;
- Iniciar-se no processo de pesquisa e redação técnica, conforme os critérios científicos da ABNT;
- Prestar avaliação do conteúdo recebido por todas as disciplinas do curso de Geografia durante o curso;
- Preparar-se para a elaboração da monografia;
- Capacitar-se para uma prestação de serviço de excelente qualidade;
- Contribuir para o desenvolvimento desta instituição de ensino.

II – METODOLOGIA:

- Primeira fase:
 1. Levantamento bibliográfico,
 2. Leitura das fontes,
 3. Seleção dos assuntos para a fundamentação,

- Segunda fase:
 1. Redação do artigo,
 2. Digitação,
 3. Revisão geral,

- Terceira fase:
 1. Apresentação ao orientador,
 2. Avaliação do trabalho pelo orientador,
 3. Conclusão do conteúdo da disciplina.

III – APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho pretende externar o conteúdo absorvido na disciplina de geografia econômica e ao mesmo tempo permear com as demais, praticadas no curso de geografia da Ufac. O trabalho é formatado nos critérios e normas da ABNT por se tratar de um curso para bacharéis. Falar sobre a globalização, foi o tema escolhido entre os demais que foram sugeridos pelo orientador da disciplina, devido este ter sido abordado durante os seminários sobre os sistemas econômicos em Geografia econômica III e os temas estudados nas disciplinas de Geografia das indústrias, Hidrografia e Amazônia II. A bibliografia do assunto é muito rica, o que facilitou um pouco mais a pesquisa e a elaboração final.

IV – INTRODUÇÃO:

A expansão do território é algo indissociável da luta pela sobrevivência de qualquer espécie animal e vegetal do planeta. O ciclo da vida é um perfeito equilíbrio de forças tanto endógenas quanto exógenas em relação com o espaço sideral num movimento constante. A origem da vida e o seu futuro, continuam sendo a incerteza e um dos principais fatores da curiosidade do ser humano que sempre pesquisou a natureza e sua complexidade na tentativa de desvendar tais mistérios.

O crescimento demográfico forçou a expansão dos territórios, a descoberta de mecanismos de produção, o aperfeiçoamento de armas de guerra, o aperfeiçoamento das técnicas de combate para ocupar novos territórios, o aperfeiçoamento de técnicas de comunicação, a domesticação de animais e por fim, a reestruturação da organização familiar, do estado e do território.

O ser humano é por natureza fisicamente inferior aos demais animais, e por isso teve que suprimir suas dificuldades para poder sobreviver. Conforme DE MASI (2000). *“O ser humano, ao contrário, e eis aqui novamente o elogio à imperfeição, nasce indefeso. Se não fosse socorrido, morreria em poucas horas”*. (DE MASI, 2000: 23)

E ainda:

(...) Contudo, sua fraqueza se transforma na sua força, pois a assistência biológica que se dá ao seu desenvolvimento durante tanto tempo implica também a aculturação do indivíduo. Nós somos os únicos animais que precisam de ao menos dez anos de assistência para que nos tornemos indivíduos em condições de sobreviver. E somos os únicos animais que não recomeçam sempre do início, mas que, além das características hereditárias e do saber instintivo, recebem dos adultos o saber natural. (Idem)

Assim, as dificuldades naturais da espécie humana, serviram muito para o seu desenvolvimento intelectual e com isso, pôde superar e dominar as demais espécies e em seguida passar a dominar a si próprio. A curiosidade para desvendar os mistérios e expandir seus territórios impôs o desejo de dominar o mundo e tudo o que nele existir. Era a largada para a globalização.

V – UM BREVE HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO:

A velocidade do pensamento de um povo tem exatamente a velocidade de seus meios de transportes e de seus meios de comunicação. Se isto for uma verdade, podemos compreender melhor o desenvolvimento técnico de cada povo, sua cultura e sua economia. Tais fatores influenciam ou determinam as formas de sociedade, os sistemas econômicos e os regimes de governo em cada momento da história. Imaginemos uma tribo que ocupava uma determinada área, na qual existia fartura e boa comodidade. Num determinado momento essa tribo cresceu sua população a ponto de ter que buscar alimento cada vez mais longe. Depois, novas famílias que surgiram do antigo clã mudaram-se para outras terras cada vez mais distante. O resultado será certamente um conflito pela posse da nova terra.

Cada região é fruto das reações da natureza local e global, o que resulta na sua biosfera (clima, relevo, solo, vegetação, etc). É de se imaginar que as famílias errantes pudessem “adaptar-se” ao novo local ou tornassem-se nômades. O processo migratório é então tão antigo quanto a existência humana. O desenvolvimento das técnicas de produção não foi e jamais será suficiente para suprir todas as necessidades imediatas e de longo prazo da humanidade, obrigando assim, uma relação de trocas entre os povos. Ora, se há uma necessidade de se realizar as trocas, será óbvio que o homem necessitaria viajar e transportar pertences de um lugar para outro. Com isso, estava dada a partida para as relações comerciais e a invenção dos meios de transporte e com eles a globalização dava mais um passo.

Vejamos De MASI:

“Nós atravessamos muitas eras glaciais. E numa época de gelo se necessitava de alguma coisa que puxasse os trenós: O cachorro foi o primeiro motor a serviço do homem” (De MASI, 2000: 24).

E ainda:

(...) Quando nos perguntamos porque a roda foi inventada tão tardiamente, a resposta é: porque a roda sobre o gelo não servia para nada. Foi inventada quando, uma vez derretidas as geleiras, em algumas zonas - as da Mesopotâmia, tornou-se necessária alguma coisa que em vez de deslizar, rodasse. (Idem).

Conforme as leis da física, *“tudo que existe está em movimento constante”* (grifo nosso). Neste caso, os sistemas econômicos existem e por conseguinte, estão em movimento constante e em cada lugar com sua dinâmica e velocidade própria. A física afirma também que nenhum espaço será ocupado ao mesmo tempo por dois corpos distintos. Assim sendo, podemos também afirmar que os sistemas econômicos distintos não poderão existir no mesmo espaço com as mesmas características ao mesmo tempo e com a mesma dinâmica. Estas contradições nos deixam claro quanto às formas de apropriação do espaço natural e sua transformação em espaço geográfico, o que Trotsk chamou de “Desenvolvimento desigual e combinado”.

(...) “As leis da história nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos de países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado”. (TROTSK, 1980: 25).

De certa forma existe um conceito muito restrito quanto à globalização, ao defini-la como um processo recente do sistema capitalista. Na verdade o que o capitalismo fez foi apropriar-se de um desejo de expansionismo maturado ao longo da história da humanidade, como já vimos anteriormente. A revolução comercial acelerou a acumulação de capitais financeiros e estes foram responsáveis pelo financiamento da revolução industrial e somente depois disso é que se observam os investimentos imperialistas transnacionais e transcontinentais popularmente conhecidos como globalização. Conforme LAJUGIE:

O alargamento do quadro geográfico da atividade econômica opera-se em duas fases, juntamente com a do mercado. Passa-se, inicialmente, de um mercado urbano para um mercado nacional, e depois, de um mercado nacional para um mercado mundial. (LAJUGIE, 1981: 41).

Globalização enquanto fase mais avançada do sistema capitalista e então o ponto principal do estudo em foco e suas conseqüências para a formação do território

VI – A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os teóricos do pensamento funcionalista diriam que as sociedades são órgãos vivos e funcionais, e como tal, não pode parar. Se lhe dermos um pouco de atenção, certamente veremos as sociedades em movimento constante, algumas mais aceleradas e outras menos. Conforme o grau de conhecimento técnico, as sociedades podem estar em maior ou menor convívio com a natureza e em maior ou menor transformação desta, embora que ambas se apropriam dela para suprir suas necessidades e assim alcançarem o seu ótimo de conforto.

Do ponto de vista capitalista, toda atividade deve ser pensada a partir da sua viabilidade econômica, da gestão empresarial, da competição, da eterna modernização e da lucratividade. Assim o homem tornou-se um ser cosmopolita, tanto, que as condições fito e zoogeográficas já não importam muito, a última região do mundo ainda por ser habitada é a Antártida com seu rigorosíssimo inverno. Mesmo assim, é justamente por sobre esta região onde está estacionado o buraco de ozônio, fruto da ação humana.

A distribuição da população no mundo é uma disparidade, como também é uma disparidade a produção primária, secundária, terciária e o consumo dos bens produzidos. Conforme PIERRE:

Entre 3,4 bilhões de homens, cerca de 2 bilhões ocupam aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados da Ásia meridional e oriental. (PIERRE, 1991: 19)

E ainda.

A característica dominante da distribuição geográfica da população do globo é, portanto, a concentração de três quartos dos homens sobre menos de um décimo da superfície dos continentes. (Idem).

Esta situação se agrava ainda mais quando se analisa a utilização dos bens produzidos. A globalização capitalista transforma as nações menos desenvolvidas tecnologicamente em simples produtoras de matéria prima para suas indústrias e ao mesmo tempo em consumidoras de seus produtos. Desde o período mercantilista, a Inglaterra já descobrira que a riqueza comercial de uma nação dependia muito de uma balança comercial favorável. Ou seja: comprar matéria prima inatura e barata e transforma-la em mercadoria industrializada. Vejamos HUBERMAN:

A única maneira de fazer com que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares e menor quantidade de seus produtos seja para cá transportada... (HUBERMAN, 1959: 120).

E PIERRE:

O desequilíbrio entre os recursos existentes e as necessidades da população não é resultante de uma ausência ou de uma insuficiência de recursos, mas de uma fraca utilização dos recursos materiais e da força de trabalho representada pela população. (PIERRE, 1991: 24).

(...) A prospecção nos países subdesenvolvidos é feita sob o impulso de interesses estrangeiros, tendo como objetivo não o estabelecimento de um balanço do patrimônio regional ou nacional, mas o inventário dos recursos necessários às economias externas, cuja exploração pode ser considerada rendosa. (Idem).

Traduzindo esta compreensão para a realidade amazônica, vimos como se deu o processo de ocupação e exploração das riquezas locais em todas as fases da história. No início a economia principal eram as “drogas do sertão”, depois a borracha, depois a madeira de lei, os minérios, a pecuária e a agricultura. Destes produtos, apenas a borracha mantinha uma relação de respeito com a vegetação e a rede hidrográfica. Do ponto de vista do aproveitamento local, apenas a agricultura e um pouco da pecuária destinavam-se a um certo fortalecimento da economia e da qualidade de vida com distribuição de renda e geração de oportunidades de trabalho, as demais eram exclusivamente para a exportação. A propriedade da terra foi quase completamente assumida por forasteiros que não tiveram nenhum preconceito em transformar brutalmente a paisagem da região.

Foi por força do interesse capitalista na aquisição da produção de borracha que o estado Acre foi anexado ao Brasil através do movimento revolucionário de 1902. É importante lembrar a controvérsia vivida atualmente pela globalização capitalista: de um lado o sistema tenta unificar o mundo num único povo (consumidor) e numa só cultura e de outro, muitas etnias lutam para desmembrar-se dos atuais estados-nação aos quais estão ligados. A principal arma utilizada pelo capitalismo é a submissão econômica e tecnológica dos países “colonizados” através das “ajudas” financeiras e das reformas propostas pelo capital e seus organismos sociais. “*O estoque da dívida total de todos os países em desenvolvimento é da ordem de US\$ 1,9 bilhão (1994)*”, World Bank, in: CHOSSUDOVSKY, (1999: 23)

(...) As instituições globais desempenham um papel importante no processo de reestruturação das economias nacionais. A ratificação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e a formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 constitui um marco no desenvolvimento do sistema econômico global. A missão da OMC consiste em regulamentar o comércio mundial em benefício dos bancos internacionais, bem como “supervisionar” a vigência das políticas de comércio nacional. O GATT viola os direitos fundamentais dos povos, particularmente nas áreas de investimento estrangeiro, biodiversidade e direitos de propriedade intelectual. (Idem).

A concepção de desenvolvimento é determinante para se definir a forma de apropriação e utilização da natureza e a formação territorial. Atualmente o modelo de desenvolvimento sustentado tem tomado muita importância no planejamento capitalista não por interesse em preservar a natureza e sim porque o consumidor é hoje muito exigente em relação a isso. Portanto, o desenvolvimento sustentado torna-se agora economicamente viável, alta rentabilidade, lucro certo e o melhor: a matéria prima agora é por muito tempo.

VII – A GLOBALIZAÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS:

Novamente recorreremos à física para ilustrar o assunto quando ela afirma que “toda ação provoca uma reação de igual intensidade e contrária”. Neste sentido podemos admitir que Marx tinha razão: *O capitalismo cava a sua própria sepultura*. As crises no sistema são de superprodução e não de escassez de produto e bens de consumo. De escassez mesmo é somente de combustíveis e energia para mover suas máquinas. Quanto à população, a cada dia a tecnologia afasta mais pessoas do processo produtivo colocando-as na miséria absoluta. A reação se faz presente tanto na natureza quanto na sociedade e também em nível mundial, vejamos Yunus:

A pobreza não pertence à sociedade humana civilizada. Seu lugar é mesmo no museu. É lá que ela deve ficar. Quando os colegiais forem visitar os museus da pobreza, ficarão horrorizados ao ver a miséria e a indignidade dos seres humanos e culparão seus ancestrais por tolerarem essa condição desumana e por terem permitido que ela perdurasse em escala tão maciça até o início do século XXI. YUNUS, (2000: 281).

A pobreza é fruto não apenas da apropriação indébita de riquezas materiais, mas também, quando se tiram das sociedades as suas próprias condições de encontrar soluções para os seus problemas. “*Quando queremos ajudar os pobres, normalmente lhes oferecemos caridade*”. YUNUS. (2000: 282).

O senhor Muhammad Yunus é um ideólogo de um projeto realista e prático, posto em funcionamento desde 1976 chamado de The Grameen Bank, que trata de uma experiência de micro crédito para pessoas em estado de absoluta miséria, implantado em Bangladesh. Tal experiência colocou em cheque toda a concepção de funcionamento de uma instituição bancária e dos métodos de planejamento público e privado a respeito de como garantir espaço e oportunidades para todas as pessoas independentemente de quaisquer

condições. O the grammen bank iniciou em 1976 com um capital de US\$ 27 dólares emprestados para 42 pessoas em Bangladesh. Atualmente opera em 30 países (inclusive da Europa e América do norte), possui um capital de US\$ 2,5 bilhões de dólares, trabalhando com um público de 2,3 milhões de ex-miseráveis (98% mulheres) e uma inadimplência abaixo de 2%.

(...) Em dezembro de 1997, o Grammen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados. Ultrapassamos o primeiro bilhão de dólares em março de 1995, cerca de dezoito anos depois do início da nossa jornada, em 1976, com 27 dólares concedidos a 42 pessoas. Levamos apenas 27 meses para chegar ao segundo bilhão de dólares. YUNUS, (2000: 334).

A experiência do Grammen deu certo porque trata a solução dos problemas a partir das pessoas colocando-as elas mesmas para resolvê-los, além de trabalhar muito com a moral, o caráter e a coletividade. Ninguém terá acesso ao banco isoladamente, tem que encontrar amigos, solidarizar-se com eles, buscar sempre melhorar de vida juntamente com a sua comunidade.

VIII – CONCLUSÃO:

A globalização apresenta-se como algo irreversível para a humanidade. A cada dia a tecnologia nos coloca cada vez mais próximo uns dos outros. A banalização das invenções, o consumismo, a mundialização do idioma e da religião são desafios postos para as sociedades humanas desde que os europeus conseguiram cruzar os oceanos e os céus com suas máquinas cada vez mais sofisticadas e velozes. O sistema coloca a aceleração em tudo, inclusive no crescimento demográfico, o que acarreta no inchaço das áreas urbanas e um verdadeiro caos quanto à ocupação e formação do território.

O território é um espaço sentido, apropriado e transformado conforme a cultura de seus ocupantes, com a globalização o território é violado, a cultura é modificada e a economia é alterada. A cada novo contato o território é reapropriado pela força do estrangeiro que o modifica de alguma forma, conforme o seu interesse. Se a teoria da ocupação do continente americano pelos povos asiáticos for uma verdade, eles foram os primeiros a se apropriarem deste território e transforma-lo conforme seus interesses e suas necessidades. Com a chegada dos europeus, o território foi reapropriado e novamente modificado a partir de suas vontades. Depois, a região recebeu muitas fases migratórias internas e externas e em cada uma delas, o território modificava-se, até chegar às condições que conhecemos hoje. A paisagem torna-se assim, a imagem dos processos de apropriação e modificação do território e toda mobilidade social pode ser também interpretada como passos da expansão do espaço vital e conseqüentemente da globalização.

O senhor Muhammad Yunus é um ideólogo de um projeto realista e prático, posto em funcionamento desde 1976 chamado de The Grameen Bank, que trata de uma experiência de micro crédito para pessoas em estado de absoluta miséria, implantado em Bangladesh. Tal experiência colocou em cheque toda a concepção de funcionamento de uma instituição bancária e dos métodos de planejamento público e privado a respeito de como garantir espaço e oportunidades para todas as pessoas independentemente de quaisquer condições. O the grammen bank iniciou em 1976 com um capital de US\$ 27 dólares emprestados para 42 pessoas em Bangladesh. Atualmente opera em 30 países (inclusive da Europa e América do norte), possui um capital de US\$ 2,5 bilhões de dólares, trabalhando com um público de 2,3 milhões de ex-miseráveis (98% mulheres) e uma inadimplência abaixo de 2%.

(...) Em dezembro de 1997, o Grammen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados. Ultrapassamos o primeiro bilhão de dólares em março de 1995, cerca de dezoito anos depois do início da nossa jornada, em 1976, com 27 dólares concedidos a 42 pessoas. Levamos apenas 27 meses para chegar ao segundo bilhão de dólares. YUNUS, (2000: 334).

A experiência do Grammen deu certo porque trata a solução dos problemas a partir das pessoas colocando-as elas mesmas para resolvê-los, além de trabalhar muito com a moral, o caráter e a coletividade. Ninguém terá acesso ao banco isoladamente, tem que encontrar amigos, solidarizar-se com eles, buscar sempre melhorar de vida juntamente com a sua comunidade.

VIII – CONCLUSÃO:

A globalização apresenta-se como algo irreversível para a humanidade. A cada dia a tecnologia nos coloca cada vez mais próximo uns dos outros. A banalização das invenções, o consumismo, a mundialização do idioma e da religião são desafios postos para as sociedades humanas desde que os europeus conseguiram cruzar os oceanos e os céus com suas máquinas cada vez mais sofisticadas e velozes. O sistema coloca a aceleração em tudo, inclusive no crescimento demográfico, o que acarreta no inchaço das áreas urbanas e um verdadeiro caos quanto à ocupação e formação do território.

O território é um espaço sentido, apropriado e transformado conforme a cultura de seus ocupantes, com a globalização o território é violado, a cultura é modificada e a economia é alterada. A cada novo contato o território é reapropriado pela força do estrangeiro que o modifica de alguma forma, conforme o seu interesse. Se a teoria da ocupação do continente americano pelos povos asiáticos for uma verdade, eles foram os primeiros a se apropriarem deste território e transforma-lo conforme seus interesses e suas necessidades. Com a chegada dos europeus, o território foi reapropriado e novamente modificado a partir de suas vontades. Depois, a região recebeu muitas fases migratórias internas e externas e em cada uma delas, o território modificava-se, até chegar às condições que conhecemos hoje. A paisagem torna-se assim, a imagem dos processos de apropriação e modificação do território e toda mobilidade social pode ser também interpretada como passos da expansão do espaço vital e conseqüentemente da globalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Por cessão da Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, do PPS do Estado do Espírito Santo.

V. Exª dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, s e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que assumo a esta tribuna para registrar o meu apoio incondicional à recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, por meio de projeto de lei complementar, apresentado pelo Executivo, que regulamenta o art. 43 da Constituição Federal.

A Sudene, Srs. Senadores, remonta a própria História do Brasil, notadamente por ter integrado o colossal Plano Nacional de Desenvolvimento apresentado pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que culminou com uma explosão de crescimento econômico em todas as direções do território nacional. O Congresso aprovou a proposta do Poder Executivo de criar a Sudene em 15 de dezembro de 1959, proposta que foi sancionada no mesmo dia pelo Presidente Juscelino.

Nos idos da década de 1950, aquele estadista já percebia a gravidade dos fatos e das intempéries que se abatiam sobre o povo nordestino, e o peso das consequências que adviriam com a falta de um instrumento governamental que lhes garantisse, além de condições mínimas de sobrevivência, meios para um crescimento socioeconômico condizente com a grandeza e potencialidade do Brasil e em sintonia com o progresso do País como um todo.

Naquela época, mais do que hoje, os investimentos em infra-estrutura e a industrialização concentravam-se, basicamente, no Sul e no Sudeste, o que concorria para o maior distanciamento da integração entre as regiões do País. Com isso, surge um mercado interno restrito geograficamente e altamente concentrador de renda e de população, em detrimento das demais regiões brasileiras.

Apesar das adversidades, o Nordeste seguiu, lentamente, sua marcha em direção ao progresso. Com a inauguração da Usina de Paulo Afonso, em 1955, primeiro passo na implantação do projeto da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, a região garantiu, pelo menos, uma infra-estrutura mínima para fazer face à demanda energética e, conseqüentemente, manter-se no rumo do crescimento.

Em 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek instituiu o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento

do Nordeste, vinculado diretamente à Presidência da República. O Grupo de Trabalho, após dois anos de sua criação, elaborou um relatório em que foi diagnosticada, minuciosamente, a situação nordestina e propôs investimentos em infra-estrutura, em programas de combate à seca, na indústria e na diversificação da economia da Zona da Mata.

Em decorrência da execução do Plano Nacional de Desenvolvimento, subsidiado por aquele grupo de trabalho que chegara à conclusão de que a renda **per capita** no Nordeste era de apenas um terço da observada no centro-sul do País, criou-se o Banco do Nordeste do Brasil, o BNB.

Dessa forma, assegurou-se à região os três elementos indispensáveis ao desenvolvimento: a energia produzida pela Usina de Paulo Afonso; o crédito, disponibilizado pelo Banco do Nordeste; e a política de planejamento, determinada pela Sudene.

A missão daquela Superintendência de planejar, articular e coordenar ações governamentais visando ao desenvolvimento sócio-econômico da Região Nordeste foi inicialmente confiada a seu idealizador e um dos mais brilhantes economistas brasileiros, o paraibano Celso Furtado, que havia sido nomeado interventor do Grupo de Trabalho que deu origem à Sudene e autor do estudo “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”, peça-chave para a criação do órgão.

Após décadas de ações voltadas a inúmeros municípios, não apenas do Nordeste mas do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo, a Sudene foi extinta sumariamente pelo Governo Fernando Henrique no ano de 2001.

Foi criada, então, a Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste –, por meio de medida provisória de 4 de maio do mesmo ano. No mister de substituir a Sudene, refletindo a abrangência do Plano de Desenvolvimento do Nordeste, pois a definição de áreas incentivadas é única, ou seja, não existe distinção entre a área de atuação da extinta Sudene e a da Adene, esta se mostrou inócua e ineficiente, fruto de grave erro político e administrativo.s

Sob o argumento de que a corrupção grassava no âmbito da Sudene, o Presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu extingui-la e criar uma agência pífia, destoante das expectativas de centenas de municípios nordestinos, mineiros e capixabas.

Aproveitando a caneta na mão, FHC extinguiu também a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, deixando igualmente desassistido o povo amazônico. No ato, deve ter se lembrado de

Fernando Collor de Mello, que extinguiu, em 1990, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco, criada no longínquo ano de 1967 e que, apesar de não ter sido contemplada com incentivos fiscais, assim como a Sudene e a Sudam, teve participação ativa na implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados e do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal.

Aqueles governantes pensaram ser mais fácil acabar do que criar. Como se isso acabasse também com os problemas e os desafios nacionais. Não se preocuparam em tentar aperfeiçoar instituições tão importantes para o desenvolvimento do País. Não quiseram otimizar e continuar as ações daqueles órgãos que tanto fizeram por nosso povo.

Ora, se havia corrupção, por que não puniram os culpados, em vez de extinguir um órgão fomentador da envergadura da Sudene? Por que não criaram meios mais rigorosos e eficientes de fiscalização? Por que não estimularam a estreiteza no relacionamento entre as diversas esferas do poder? FHC não quis isso. Era mais fácil extirpar o órgão doente e criar outro, de papel, mais fácil de ser manipulado pelo Palácio do Planalto e mais longe da dura realidade daquele povo.

A criação da Adene foi como substituir o remédio ministrado em dose errada por um paliativo. É como dar xarope para tosse a um paciente com tuberculose. Foi uma das mais infelizes ações da triste herança deixada por FHC.

Em sua trajetória meteórica e improdutiva, a nova autarquia não representou qualquer avanço nas políticas públicas de desenvolvimento e integração nacional. Pouco estimulada pelo próprio Governo Federal, a Adene já estava mal das pernas no mesmo ano de sua criação. Em novembro de 2002, todavia, a agência agonizava. Pela Portaria nº 704, de 14 de novembro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apenas vinte funcionários da extinta Sudene foram cedidos à Adene, garantindo-lhe o mínimo de recursos humanos para não fechar as portas definitivamente.

Mas graças à participação ativa do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, os parâmetros para a recriação da Sudene foram muito bem discutidos pelo grupo interministerial, que sugeriu um projeto de lei complementar que restabelecesse aquela autarquia, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema Federal de Planejamento e subordinada ao Ministério da Integração Nacional.

A nova Sudene funcionará com um conselho deliberativo, integrado por Ministros, representantes de

empresários e de trabalhadores, onde governadores terão participação ativa. O dirigente principal da Secretaria Executiva terá mandato por tempo determinado, e sua escolha dependerá de aprovação do Congresso Nacional, à semelhança do Presidente do Banco Central.

Conforme as *Bases para a Recriação da Sudene*, a missão desta será:

Articular e fomentar a cooperação das forças sociais representativas para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável do Nordeste e a integração competitiva da base econômica da região nos mercados nacional e internacional.

A nova Sudene desempenhará os papéis de articuladora das forças sociais representativas da região; de agente do sistema nacional de planejamento; de negociadora da regionalização das políticas nacionais e dos recursos federais; de integradora das políticas regionais; de promotora do conhecimento sobre o potencial econômico nordestino; de apoiadora das ações de captação de recursos no Brasil e no exterior; de definidora das prioridades para disponibilização financeira; de articuladora de políticas sociais, além de outros.

Até 2013, a Região Nordeste deverá ser beneficiada, de forma complementar, com instrumentos que se originam na renúncia fiscal. Será uma redução de pagamento de tributos para melhorar a competitividade no momento da operação das empresas e para abater custos de investimentos produtivos, lançando-se mão do Imposto de Renda, do IPI e do Imposto sobre Importação.

Acatando sugestão nossa para diminuir custos, as ações da nova Sudene prevêem que bancos públicos e outras entidades credenciadas pelo Banco Central se obrigarão da análise de projetos, previamente aprovados pelo Comitê Gestor, dispensando a constituição de um novo quadro de analistas pela própria Sudene.

A nova Superintendência terá, inicialmente, um orçamento três vezes superior ao da Adene, reforçado com verbas dos fundos regionais. Segundo o Ministro Ciro Gomes, estão garantidos, anualmente, R\$1,9 bilhão, além de R\$1,7 bilhão do fundo de desenvolvimento administrado pelo Banco do Nordeste e aproximadamente mais R\$2,9 bilhões oriundos da Reforma Tributária, ora em discussão no Congresso Nacional. Podemos contar, dessa forma, com pelo menos R\$5,5 bilhões por ano, para reduzir os desequilíbrios regionais. O Ministro Ciro Gomes se empe-

nha, também, na recuperação de R\$2 bilhões de empréstimos feitos anteriormente pelo Banco do Nordeste.

Registro, Sr. Presidente, minha especial alegria em poder, juntamente com meus colegas Deputados e Senadores, cancelar esse importantíssimo trabalho do Ministério da Integração Nacional, fruto do labor incansável do seu titular e do grupo interministerial coordenado pela competente economista Tânia Bacelar.

Aproveitando este feliz ensejo, parabenizo o Excelentíssimo Senhor Presidente da República por ter escolhido para a Pasta da Integração Nacional um Ministro da estirpe de Ciro Gomes, cuja competência, dedicação e descortino assegurarão não apenas o pleno êxito da nova Sudene, mas, brevemente, o restabelecimento de outras Superintendências Regionais. A esse homem incansável e preocupado com o desenvolvimento igualitário do País, credito todo o mérito e desejo pleno êxito em sua elevada missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, primeiro Vice-Presidente desta Casa, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, por permuta com o nobre Senador João Capiberibe.

S. Exª dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Srªs e Srs. Senadores, estou vindo de um almoço que tive no dia de hoje com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Nesse almoço, Sr. Presidente, tratamos de dois assuntos: O primeiro foi a questão do vinho, porque, conforme informações que nos passam, e já fiz pronunciamento nesse sentido, o recente aumento do IPI fez com que haja uma concorrência desproporcional entre o produto nacional e os vinhos importados, o que preocupa a todos aqueles que produzem vinho no Brasil – mais precisamente o Rio grande do Sul, que é o maior produtor de vinho –, pois isso poderá gerar inclusive mais desemprego.

O Ministro fez uma série de ponderações, inclusive já havia conversado sobre essa questão com a Receita Federal, mas recomendou-me a levar essa discussão para o Ministério da Fazenda, o que pretendo fazer no dia de amanhã ou, no mais tardar, segunda-feira.

Antes, porém, de falar sobre o outro assunto que conversamos, gostaria de lembrar que S. Exª e eu

somos companheiros de toda uma trajetória: já fomos sindicalistas, ele já foi vice-Governador do nosso Estado e também Deputado Federal, junto comigo, na Câmara dos Deputados. E, para nosso orgulho, hoje é Ministro da Reforma Agrária. Pois bem, o segundo assunto de que tratamos diz respeito à reforma agrária e a tensão no campo. O Ministro me falou que hoje pela manhã teve uma reunião com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e outros dez Ministros, quando o tema foi discutido.

Nesse encontro, S. Exª mostrou ao Presidente da República números que eu, inclusive, já havia colocado no dia de ontem nesta Casa. Disse ainda que o orçamento para a Reforma Agrária era da ordem de R\$480 milhões, mas que, de um momento para outro, devido ao represamento, o montante baixou para R\$180 milhões. S. Exª, então, tentou mostrar ao Presidente da República e aos demais Ministros que não é possível fazer uma reforma agrária, em um país continental como o nosso, com um aporte de recursos na faixa de R\$180 milhões.

Além disso, o Ministro Miguel Rossetto também demonstrou a sua preocupação com os conflitos no campo. Disse e repetiu o que vem dizendo para a imprensa, que é a favor da reforma agrária com negociação, com diálogo, com entendimento e, onde houver desapropriação, que haja a devida indenização.

E para aumentar a nossa preocupação, quando eu estava conversando com S. Exª, chegou-nos a notícia, por um assessor, de que a fazenda do Senador José Agripino havia sido ocupada. De imediato, perguntei sobre o assunto, e os assessores técnicos me responderam que já havia uma política de entendimento sobre essa fazenda e que o Incra estaria fazendo o devido levantamento.

O Ministro me disse que manteve o encaminhamento dado até o momento, ou seja, será feito o levantamento e, se for o caso, mediante entendimento com o proprietário da terra, será feita a devida indenização. Por isso que para fazer reforma agrária tem que haver aporte de recursos. Não haverá reforma agrária sem indenização dos legítimos proprietários das terras.

Sr. Presidente, enfatizo, mais uma vez, que o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, está à procura do entendimento, do diálogo, de saídas negociadas.

Eu disse ao Ministro que provavelmente, hoje à tarde, eu seria questionado, já que estive com ele, sobre essa ocupação, que envolve a figura de um Senador da República, proprietário da terra. O Ministro me disse que eu poderia tranquilizar o Senador, pois, a

depende do Ministério, todas as medidas seriam tomadas dentro da lei para se chegar a um entendimento e que, se for vontade do proprietário, haverá a correspondente indenização.

Concedo um aparte ao nobre Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Paulo Paim, é com alegria que ouço os esclarecimentos de V. Ex^a sobre a reforma agrária, tema que nos tem preocupado pela radicalização que está ocorrendo no campo, com dezenas e dezenas de invasões. No meu Estado, Pernambuco, temos uma ou duas invasões por dia. Portanto, já não é apenas um movimento, mas diversos. Em qualquer estrada por que se passa vêem-se dezenas, centenas de barracas instaladas. Em Pernambuco, o representante do Incra é do MST. Aparentemente, o Presidente do Incra, o Ministro da Reforma Agrária e muitas outras pessoas são ligadas ao MST direta ou indiretamente, passando a impressão de que o Governo não tem mais funcionários que possam realizar uma intermediação entre os proprietários e os invasores de terra. Nós, do PFL, não estamos particularmente preocupados com a invasão da fazenda do Senador José Agripino, pois a consideramos igual a tantas outras que estão sendo invadidas. Nossa preocupação reside no fato de que isso, de certa maneira, possa desestabilizar o setor agrícola. Todavia, recebemos com alegria a notícia de que mais recursos serão alocados ao Ministério para que se promova uma reforma agrária pacífica, que incentive a produção agrícola, gerando mais empregos. Não sabemos a que desfecho levará a radicalização do movimento quando não se cumpre a lei. Considero extremamente importante a reunião do Presidente Lula com o Ministro. Nós, do PFL, somos solidários a uma solução pacífica para o caso. Estamos dispostos, mesmo como Oposição, a colaborar nesse processo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador José Jorge pelo aparte, que mostra a linha do bom senso, da coerência dos homens públicos deste País. É muito fácil alguém, mesmo da Oposição – e fui muito tempo da Oposição –, só atirar pedras. Reconheço no seu pronunciamento essa boa vontade, que todos estamos demonstrando, de construir um grande entendimento para evitar o conflito no campo; campo que tanto produz e aumenta as nossas divisas, principalmente da forma como estamos produzindo e exportando.

Para tranquilizar ainda mais, o Ministro Miguel Rossetto me disse que ainda hoje à noite terá uma nova reunião com o Presidente Lula, cujo assunto é a

reforma agrária, a fim de buscar soluções para o conflito no campo.

Segundo o Ministro, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, onde está se realizando uma caminhada dos sem-terra, os ânimos, neste momento, não estão tão exaltados, porque a matéria está no Supremo Tribunal Federal, e poderá haver um entendimento mediante decisão daquela Corte. Se for decidida a desapropriação da fazenda, será feita a devida indenização.

Por isso entendo que estamos caminhando bem. O Presidente Lula está sensível a esta questão e, tenho certeza, vai assegurar um aporte de recursos maior para que o Ministro Miguel Rossetto possa assegurar aquilo que estamos preconizando quase que diariamente, que é a realização de uma reforma agrária de forma pacífica.

Sr. Presidente, quero também, aproveitando a tolerância de V. Ex^a, informar à Casa que, hoje pela manhã, estive em um seminário para discutir o Plano Plurianual (PPA), juntamente com a Ministra Matilde Ribeiro, exatamente no sentido do combate ao preconceito, ao racismo, ou seja, uma discussão entre Estado e sociedade para promover a igualdade racial. A Ministra Matilde demonstrou, mais uma vez, que está fazendo um belo trabalho, realizando reuniões nas principais capitais do País, discutindo o PPA. Estive presente ao seminário e fiz uma manifestação dizendo que é fundamental que já no PPA venham bem definidas políticas de combate ao racismo, ao preconceito, e que avancem na linha da inclusão – por exemplo, para garantir a titularidade da terra aos remanescentes de quilombos –, do investimento na saúde, na educação, na habitação, para fortalecer essa grande parte da população, tão discriminada.

Também naquela oportunidade fizemos, de forma muito carinhosa, uma homenagem à nossa Deputada Federal Francisca Trindade, recentemente falecida. Foi um momento de muita emoção, em que todos, durante um minuto, bateram palmas, de pé, dizendo: “Deputada Federal Francisca Trindade, você está presente”.

No encerramento da minha palestra sobre o PPA, sobre políticas de inclusão, políticas reparatórias, indenizatórias, afirmativas, fiz um apelo às lideranças de todo o País para que nos ajudem a fazer uma pressão democrática no Congresso Nacional, para que esta Casa vote, antes de setembro, o Estatuto da Igualdade Racial e Social, de minha autoria, que está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados. E disse também que tenho a grande esperança de que o Presidente Lula sancione o

Estatuto da Igualdade Racial e Social em 20 de novembro. Essa sanção seria um tributo à memória da nossa sempre Deputada Francisca Trindade e também ao maior herói de todos os tempos deste País, o grande Zumbi dos Palmares. Pela manifestação positiva do Plenário, entendi que haverá um grande movimento, tranquilo, de diálogo com Deputados e Senadores, para que o PPA contemple investimentos nas políticas públicas de inclusão e de combate à desigualdade racial e que se aprove o Estatuto.

Agradeço ao Presidente Eduardo Siqueira Campos, que, gentilmente, cedeu o seu tempo, em permuta, para que eu pudesse atender a um outro compromisso da minha agenda.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, é uma honra poder falar quando V. Exª preside os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa agradece a observação de V. Exª.

A rigor, já tendo usado da palavra o Senador Sibá Machado, após a chamada de outros Srs. Senadores, a próxima oradora inscrita seria a Senadora Serys Slhessarenko.

O Senador Sibá Machado usou da palavra estando inscrito após V. Exª, Senador Pedro Simon. V. Exª continua na lista e, em seguida à nobre Senadora Serys Slhessarenko, deixo de usar a palavra para concedê-la a V. Exª.

Senador José Jorge, a Mesa esclarece que V. Exª está inscrito nos termos do art. 17 do Regimento Interno, por já ter usado a palavra por duas vezes durante a semana. O Regimento Interno diz que, ocorrendo essa situação, V. Exª irá para o fim da lista, após o último orador inscrito, havendo tempo na sessão, o que a Mesa entende que é perfeitamente possível.

Com a palavra, portanto, a nobre Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso.

V. Exª dispõe de até 20 minutos, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema sobre o qual vou discorrer hoje não é aquele sobre o qual falarei num primeiro momento. Quero falar um pouco sobre a questão da reforma agrária, primeiro, por conta, inclusive, do discurso do Senador Paulo Paim, há poucos instantes.

Costumo dizer que não sei por que a questão da reforma agrária assusta tanto. Não tem por que assustar. Muitos países já fizeram sua reforma agrária. O Brasil, que tem tanta terra, não consegue fazer a reforma agrária. E não conseguiu fazê-la até hoje por não existir determinação e vontade política, porque potencial e possibilidades existem fartamente, aliás temos terra de sobra para fazer a reforma agrária.

Nós, em Mato Grosso, por exemplo – Estado pelo qual fui eleita Senadora da República –, temos dois problemas com relação à questão da terra. Em primeiro lugar, Senador Pedro Simon, não há necessidade de desapropriação em nosso Estado. Aliás, muitas desapropriações já foram feitas lá, inclusive muitas superfaturadas, por valores acima do que realmente valiam as terras. Tivemos terras superfaturadas, desapropriação de terras de péssima qualidade, que não servem para a reforma agrária, que não servem para a agricultura, porque não produzem nada. Enfim, toda sorte de desmando existiu com relação à reforma agrária em meu Estado.

E as pessoas ficam dizendo que não tem jeito, que a reforma agrária não vai para a frente, etc. Mas uma reforma agrária com terras superfaturadas, como ocorreu em meu Estado, do qual estou falando, com terras de péssima qualidade, sem uma política de crédito para a agricultura familiar, para o pequeno agricultor, sem uma política agrícola que envolva do crédito ao escoamento, à comercialização, à política de preços, etc., não atingirá o seu objetivo, pois o pequeno produtor não conseguirá produzir adequadamente.

Alguns perguntarão: em Mato Grosso não existem trabalhadores rurais sem-terra? Existem, e muitos. Mas o que mais existe lá é grande proprietário. É claro que alguns dos grandes proprietários têm suas terras regularizadas. Não temos por que combater os proprietários que têm as suas terras regularizadas.

O que queremos colocar aqui – e não sei se essa também não é uma realidade em outros Estados, pois no nosso é; Mato Grosso está dentro do contexto do Brasil, é óbvio, e dentro do contexto da política maior da Presidência da República, do Presidente Lula, com relação à reforma agrária – é que grandes proprietários de Mato Grosso apropriaram-se indevidamente de terras públicas, Srs. Senadores.

Segundo levantamento realizado, 464 imóveis, somando um total de 6,6 milhões de hectares de terras públicas, foram indevidamente apropriados por grandes proprietários. Desse montante, dos 6,6 milhões, o Incra do passado regularizou 3,2 milhões de

hectares de terra para grandes proprietários. Mas isso está regularizado. Fazer o quê? Está regularizado, vamos respeitar, apesar de não concordarmos, porque, enquanto os grandes se apropriaram de grandes extensões, a maioria ficou sem nada e muitos ficam olhando penalizados. "Coitados, estão passando necessidade, estão passando fome, tantas crianças, tantas pessoas idosas que lutaram tanto durante sua vida, que trabalharam tanto e acabaram sem a aposentadoria de R\$240,00 e sem sequer um pedaço de terra de onde pudessem tirar o seu sustento e a sua sobrevivência."

Três milhões e duzentos mil hectares de terras públicas estão regularizados. Mas sobram 3,4 milhões de hectares de terras públicas apropriadas de forma indevida e ainda não regularizadas. Essas, sim, serão retomadas pelo Incra, para a reforma agrária, até porque a Constituição Federal, no seu art. 188, assegura que a terra pública é para fins de reforma agrária e para isso deverá ser utilizada. Assim teremos uma reforma agrária feita com dignidade e não se necessitará mais desapropriar terras. Com o dinheiro da desapropriação, que se faça política agrícola, que se conceda crédito para os pequenos produtores, para que eles não tenham o medo, o pavor e o desespero de, ao adentrar um banco para fazer um pequeno empréstimo, correr o risco de perder a sua terra por falta de pagamento.

Muitos se perguntam: aqueles que estão nessas terras terão direito a quê? Existem proprietários que se apropriaram de 5, 10 mil hectares de terras públicas e sequer tiveram a preocupação de regularizá-las. Existem aqueles que as regularizaram e nós vamos respeitá-los – quando digo nós, refiro-me ao nosso Governo. Vamos respeitar, sim. Agora, aqueles que se apropriaram e sequer tiveram a preocupação de regularizar terão as terras retomadas. Ficarão com o lote da reforma agrária, que é de 100 hectares, o que é justo. E eu sou favorável a que sejam pagas à pessoa que terá a terra retomada pelo Incra para fins de reforma agrária as benfeitorias. É óbvio que quem vai decidir isso é a Justiça, pois essa decisão dependerá de uma avaliação e de outros procedimentos da Justiça.

Fiz questão de fazer esse esclarecimento porque não podemos continuar a desembolsar tanto dinheiro havendo terras que são da União, terras públicas, das quais poucos se apropriaram, ficando a grande maioria sem nada, sem sequer o lote de reforma agrária, que é de 100 hectares – ele pode, conforme a qualidade da terra, ser até menor do que 100 hectares.

Tudo isso depende, é óbvio, de uma avaliação que passa pelos processos de vistoria e por outras coisas mais de competência do Incra.

Fiz questão de abordar esse tema, porque, após o discurso do Senador Paulo Paim, é bom que fique muito claro para todos que nos ouvem, que nos assistem e que acompanham o trabalho do Senado, especialmente o nosso trabalho de plenário, que a reforma agrária tem que acontecer, com a merecida seriedade e profundidade. Precisamos fazer com que a terra seja daquele que nela vive e nela produz para a sua sobrevivência e a de sua família, como também precisamos essencialmente de uma política agrícola que dê ao pequeno produtor condições reais de produzir.

Dois grandes programas já foram anunciados pelo Governo Lula, quais sejam: a compra direta do produtor e a compra antecipada do produtor. O produtor da agricultura familiar produz, pelo nosso entendimento inicial, praticamente para a sua sobrevivência, mas não é só para isso que ele deve produzir. Digo sempre que os pequenos agricultores, os que se dedicam à agricultura familiar, devem ter em sua mesa produtos adquiridos da terra, do seu trabalho, mas também devem produzir a mais para adentrar no mercado, porque nem só de mesa farta vive o ser humano. Eles precisam de condições, de recursos para sua sobrevivência de um modo geral, que vai desde a compra de um remédio à de uma roupa e muitas outras coisas de que as pessoas necessitam no seu dia-a-dia.

O pequeno produtor deve ter a sua sobrevivência assegurada, a sua mesa farta, mas deve ter também a possibilidade de entrar no mercado. Para isso, algo que deve ser discutido com profundidade, do meu ponto de vista, é o sistema de cooperativismo, que considero da mais alta relevância. Sou uma defensora intransigente do cooperativismo em todos os setores. Esse sistema pode-se fazer presente praticamente em todos os setores. Há alguns até que dizem, Senador Pedro Simon, que o cooperativismo talvez seja a terceira via. É algo discutível, já que estamos com os pés enterrados nesse sistema capitalista tão infame que está posto aí, em que ficamos só entregando divisas e em que o povo sofre cada vez mais. Não é isso, Senador Garibaldi Alves Filho?

Acredito que o cooperativismo é uma das formas que podemos buscar como solução, construindo uma saída honrosa que dignifique a vida de todos os brasileiros, com certeza.

Quero ainda usar os poucos minutos que nos restam para falar um pouco sobre o nosso trabalho na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investi-

ga o caso Banestado. Temos realizado reuniões longas, com duração de dez a doze horas por dia, como se deu na quarta-feira e na quinta-feira. Eu diria até que o espaço que vem sendo dado, em termos de divulgação dos trabalhos dessa CPMI, presidida pelo Senador Antero Paes de Barros, talvez não esteja fazendo jus ao que temos realmente trabalhado.

Já ouvimos pessoas convidadas ou convocadas em várias reuniões, algumas secretas ou sigilosas – não sei bem qual é o termo correto –, e muita informação já temos auferido por meio de depoimentos e de documentos. E acredito que, com as convocações futuras e os documentos que já temos e outros que certamente estão chegando, teremos condições de esclarecer todo esse rombo feito no nosso País. Bilhões e bilhões de recursos foram retirados do País de forma corrupta. Há uma parte das contas CC5 que é regular, normal, mas grande parte delas foi utilizada para lavagem de dinheiro.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Primeiramente, eu diria que, sobre a reforma agrária, V. Exª tem toda a razão: não se fez reforma agrária até hoje por que não houve, nos Governos anteriores, disposição política para fazê-la. Não quiseram fazer a reforma agrária ou, pelo menos, não se esforçaram tanto quanto deviam para isso. Do atual Governo, estamos esperando tudo. Todos estamos torcendo. O Presidente Lula dizia, na campanha: “Se há algum candidato que pode fazer a reforma agrária, este candidato sou eu, porque, em mim, o povo confia”. É verdade! O povo confia que Sua Excelência a fará. Tenho o maior respeito pelo Ministro da Reforma Agrária. Conheço-o do Rio Grande do Sul, de onde foi Vice-Governador. É um homem que impõe o maior respeito. Mas a verdade é que faz sete meses, e as coisas estão passando. Não é que eu queira cobrar quantos hectares foram distribuídos para fins de reforma agrária, mas estou preocupado com o que não está acontecendo. Entendo que os sem-terra tenham ido às ruas para fazer manifestações, tenham invadido e feito tudo o mais para cobrar e exigir a reforma agrária nos Governos anteriores. Porém, se este Governo diz que fará a reforma agrária, algo está faltando. O Presidente Lula e seus assessores deveriam se reunir com os sem-terra para discutir: “Vamos fazer a reforma agrária. E o que podemos fazer é isso. Talvez não seja o tanto que imaginávamos antes, porque é mais caro do que imaginávamos. Não poderemos fazer 100 mil assentamentos neste ano, mas vamos fazer 60 mil

ou 70 mil”. O Presidente Lula deve dizer: “Vocês, meus amigos sem-terra, terão de entender. Precisamos de gente que vá aos assentamentos para trabalhar na terra, mas não vamos fazer o que os outros faziam: jogar os pequenos produtores na terra sem lhes dar água, crédito e instrumentos para que possam trabalhar. Os pequenos produtores viviam das bolsas alimentares, da caridade”. O Governo deve dizer que vai fazer a reforma agrária, os assentamentos, dando condições para eles produzirem. Entendo que esse diálogo deveria ser feito. Os líderes dos sem-terra teriam que se sentar à mesa, para se chegar a um entendimento neste sentido: “Parem! Vocês podem até começar a fazer invasões novamente daqui a um ano se o Governo não fizer a reforma. Mas vocês não estão nos dando chance, estão nos atrapalhando, criando uma confusão política, que está nos deixando em dificuldades”. Penso que isso está faltando. É estranho que, a esta altura, no Governo Lula, haja tanta invasão, como nunca houve. Nunca invadiram tanta terra como neste Governo do Lula. Parece-me algo incompreensível. O Presidente Lula deveria chamá-los e dizer-lhes: “Parem com isso. Garanto que vamos fazer a reforma agrária e juntos vamos decidir o esquema de assentamento”. Não se pode continuar como está. Com relação à nossa CPMI, V. Exª tem razão, pois estamos trabalhando e muito. E a nossa CPMI tem uma grande responsabilidade, pois está provado que, nesses últimos doze anos, bilhões e bilhões de dólares saíram escandalosamente para fora do País. O Banco Central não fez grande coisa. O Procurador-Geral de então, praticamente, arquivou tudo. A Polícia Federal trabalhou muito, mas, na verdade, não chegou a lugar algum. A esperança é a nossa Comissão. Ela tem o maior papel que já teve uma Comissão Parlamentar de Inquérito neste Congresso Nacional, o de esclarecer essa questão. O Sr. Boris Casoy, diga-se de passagem, é quem está dando imensa cobertura para a nossa Comissão. Ele está divulgando todos os fatos, e, como bem diz V. Exª, não são muitos os órgãos de imprensa que estão dando notícia, mas ele já está manifestando a sua ansiedade. Ontem, ele já falava em uma grande **pizza** na nossa Comissão. Eu creio que não.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu também não, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) Eu creio que haveremos de chegar lá, ainda que estejamos trabalhando de maneira confusa. Mas, na verdade, eu, como V. Exª, confio que haveremos de fazer o traba-

lho que deva ser feito. De resto, felicito V. Exª pela sua atuação dinâmica, brilhante e constante. V. Exª parece ser uma Senadora de trinta anos; de idade, parece. Mas eu diria que V. Exª parece ter trinta anos de mandato, pelo seu desempenho tanto na Comissão como aqui no plenário. Um abraço muito carinhoso a V. Exª.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT MT) – Muito obrigada, Senador. Realmente, Senador Pedro Simon, temos convicção de que esta CPI chegará não a lugar nenhum, como há alguns desejando que ela chegue, mas aonde ela tem de chegar. E, é certo, ela apontará aqueles que, criminosamente, levaram as nossas divisas, os nossos recursos e muitos recursos públicos, Senador! Isto é o pior: a lavagem de recursos públicos! Enquanto grande parcela da população está passando toda a sorte de necessidade, eles estão levando bilhões e bilhões de dólares. Não levaram para fora do País milhões de reais, mas bilhões de dólares, da maneira mais difícil que se possa imaginar, da forma mais mafiosa que se possa conceber. Espero que realmente desmanchemos o novelo, o enredo, o nó que fizeram.

Peço ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que ora preside a sessão, apenas mais um minuto. Senador Pedro Simon, V. Exª fez alusão à reforma agrária. Ressalto que, no Estado de Mato Grosso, o processo está andando mesmo, pois todas as terras públicas já foram mapeadas, o que não está agradando a muita gente grande que se apropriou de terras públicas. Embora todas as terras públicas tenham sido mapeadas, há quem diga que não é verdade. Mas o fato é que se tem mantido diálogo, com bastante seriedade, serenidade e profundidade, com a APR, Associação de Produtores Rurais do Estado, que está convencida de que as terras públicas têm de ser resgatadas. Então, só posso acreditar que a reforma agrária, pelo menos no nosso Estado, vai acontecer. Com o apoio da APR, não tenho dúvida de que, havendo entendimento com o Incra, poderemos fazer a reforma agrária acontecer.

Solicito apenas mais um segundo, Sr. Presidente. Prometi que, todo dia que assomasse à tribuna, cobraria a questão da Cide, contribuição que visa à arrecadação de recursos para preservação, conservação e construção de estradas federais. Embora bilhões de dólares tenham sido arrecadados, as estradas estão totalmente depauperadas. Logo, precisamos que esse recurso realmente tenha a função para a qual foi arrecadado.

Muito obrigada.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB RN) – Concede-me V. Exª um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT MT) – Pois não, Senador, mas depende do Sr. Presidente. Não sei se o meu tempo já se encerrou.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB RN) – É um aparte rápido, apenas para dizer que me associo às preocupações de V. Exª e às do Senador Pedro Simon, principalmente quando sabemos que, para a reforma agrária, só existem R\$160 milhões até o final do ano o que é muito pouco, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT MT) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Convido a nobre Senadora Serys Slhessarenko para assumir a Presidência, para que eu possa fazer uma comunicação, por cinco minutos, pela Liderança do PSDB. E deixo de usar da palavra como inscrito para que, em seguida, possamos retornar à lista de oradores, que já havia chegado ao seu final.

Durante o discurso do Sr. ,O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho rapidamente a esta tribuna para dar conhecimento não só a esta Casa, neste último dia de convocação extraordinária, mas também aos telespectadores da **TV Senado**, aos ouvintes da **Rádio Senado** de ondas curtas e aos populares que assistem a esta sessão não-deliberativa do Senado que amanhã, dia primeiro de agosto, o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira realizará um grande encontro nacional na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse encontro, denominado “Os Novos Desafios do PSDB”, haverá diversas palestras. A abertura será feita pelo ex-Governador Marcelo Alencar, Presidente do PSDB estadual do Rio de Janeiro. Em segui-

da, falará o Deputado Jutahy Junior, nosso Líder na Câmara dos Deputados; o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB aqui no Senado Federal; o Presidente Nacional do PSDB, José Aníbal. Haverá uma série de debates e de palestras, com a presença de Reinaldo Azevedo, jornalista; Sérgio Abranches, cientista político; Yoshiaki Nakano, economista e diretor da Escola de Economia de São Paulo; Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro, economista, ex-Presidente do BNDES e ex-Ministro. Deputados e Senadores também participação dos debates, além de diversos outros convidados para o evento.

Sr. Presidente, o PSDB é um partido de perfil privilegiado. Teve em seus quadros homens como Franco Montoro, Mário Covas, entre outros grandes nomes nacionais. Tem oito Governadores de Estado e a grande liderança do Governador Geraldo Alckmin e do Governador Aécio Neves. Sua bancada na Câmara dos Deputados é excelente, como também a do Senado Federal. Aliás, um dos debatedores de amanhã será o Senador Tasso Jereissati, motivo de orgulho para qualquer Partido que o tivesse em seus quadros.

Tenho certeza de que esse encontro marcará um momento importante de amadurecimento para o PSDB. Tenho dito sempre que, no meu entendimento, a nossa oposição não pode ser outra senão a oposição construtiva. O Brasil esperou demais por este momento. Todos nós, que temos sensibilidade política, devemos aceitar o fato de que quis a sociedade brasileira uma profunda mudança ao eleger o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem desejamos que faça o governo de seus sonhos. Sua Excelência disse, no plenário desta Casa, que não desperdiçaria essa oportunidade. E todos vimos o quanto foi difícil a sua luta para chegar à Presidência da República.

Desta tribuna, assevero o profundo respeito que temos pela figura do Presidente da República. Esse respeito sempre será mantido. Jamais, desta tribuna, rasgaremos a Constituição Federal, jamais participaremos de atos públicos em ofensa ao Presidente da República e ao seu Partido. Não vamos voltar a algumas páginas do passado. Entendemos que cada Partido tem a sua luta, a sua história, os seus quadros, a sua formação.

Srª Presidente, eu me orgulho muito de integrar o PSDB. Pretendo manter a minha filiação partidária por este mandato inteiro do Presidente Lula e pelos próximos anos e enquadrar-me dentro da Oposição,

com os limites, com as dificuldades, mas também com aquela empolgação de estar dando a minha contribuição crítica e construtiva ao que considero importante para o meu País. Disse ontem e repito hoje que não considero necessário para o meu Estado, para buscar maiores vantagens até para apoiar as ações do jovem Governador de meu Estado, Marcelo Miranda, que eu venha a mudar de Partido, indo para um Partido da dita base aliada. Não; entendo que ficando em meu Partido, que foi, há bem pouco tempo, Governo, do qual me orgulho e que tenho defendido desta tribuna na qualidade de vice-Líder, estarei dando uma contribuição maior à democracia, mostrando que existem os que acreditam nos Partidos, que entendem que Partido não serve apenas para eleição, mas para um mandato, uma vida inteira, a exemplo do procedimento de diversos Parlamentares desta e de outras Casas legislativas.

Aproveito para esclarecer a razão de não poder estar presente, amanhã, ao Encontro Nacional do PSDB, que irá acontecer no Rio de Janeiro, e que espero seja muito proveitoso, amplo em democracia; que seja profunda a reflexão do PSDB; que seja mantido um nível alto do que se entende como oposição. Mas, amanhã, primeiro de agosto, é um dia especial para os tocantinenses. Nele, comemoramos o aniversário do ex-Governador Siqueira Campos.

Srª Presidente, Siqueira Campos, por três vezes, foi eleito Governador do nosso Estado, sempre em primeiro turno. Como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-Governador não teve oportunidade de freqüentar as escolas; iniciou sua carreira, sua luta, como carregador de trens, no Rio de Janeiro, como **office-boy** do Partidão – teve sua carteira assinada por Luiz Carlos Prestes.

Homem humilde, simples, hoje, Siqueira Campos está fora do Governo. Tendo 80% das intenções de voto na disputa para o Senado, disse-me: “Meu filho, não darei essa contribuição negativa ao País nem ao Senado. Estando você naquela Casa, o Tocantins há de estar bem representado, pois eu serei o primeiro a criticá-lo e a cobrar-lhe o seu mandato e os votos que obtiver. Não prestarei o desserviço de estarmos, os dois, membros da mesma família, ocupando vagas no Senado. Não! Deixo o terceiro mandato que o povo me conferiu para passar a ser um conselheiro. É essa função que pretendo exercer daqui para frente”.

Pela razão do aniversário de alguém tão querido, não por se tratar de meu pai, mas por ter sido o

Constituinte que conseguiu, junto aos demais Srs. Senadores – muitos ainda aqui presentes, como o Senador Edison Lobão e tantos outros –, a vitória da criação do Tocantins, naquela Assembléia, por ter sido o fundador da cidade de Palmas, por ser um homem público que, com sua humildade, capacitou Tocantins a ter hoje a classificação “A” da Secretaria do Tesouro Nacional, como o Estado que menos gasta com folha de pagamento dos três Poderes.

Muito temos a comemorar em Tocantins. E, amanhã, celebraremos, em uma missa na cidade de Palmas, os 75 anos de vida de Siqueira Campos. Peço a Deus Todo-Poderoso que abençoe o meu Estado. Fico orgulhoso de ver o meu povo se reunir para homenagear meu pai, cidadão muito simples.

Srª Presidente, não posso deixar de ouvir o Senador Edison Lobão e, em seguida, o Senador Pedro Simon, haja vista que o Regimento me permite fazê-lo no horário destinado à comunicação de Liderança.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Exª, nesta tarde, fala do que sabe sobre seu ilustre pai, e permita-me dizer que também falo do que sei. Senador Eduardo Siqueira Campos, conheço seu pai há cerca de 40 anos. Quando cheguei a Brasília era jornalista político. Depois, tornei-me Deputado. Desde essa época fomos colegas de Partido. Fomos vice-Líderes do mesmo Partido e do Governo. Convivi com Siqueira Campos longamente, uma das melhores figuras da vida pública brasileira que conheci em todos os tempos. Homem de uma tempera extraordinária, obstinado na luta em favor do povo, nunca em favor de si próprio – jamais o vi lutar por algo que dissesse respeito a ele próprio. Sempre o encontrei na batalha pelo Brasil, por Goiás, Estado que representava, e na imensa batalha pela criação do novo Estado do Tocantins, o que, afinal, conseguiu quase com o sacrifício da própria vida. Só um homem com essa origem e obstinação seria capaz de fazer o que ele fez. O velho Siqueira Campos agora aniversaria. Sua pessoa confunde-se com o próprio Estado do Tocantins. Um e outro parecem caminhar juntos. Tocantins vive um período de crescimento econômico, demográfico e de importância. E Siqueira Campos também cresce – embora não seja mais portador de mandato eletivo – no respeito do seu povo e dos seus amigos. Leve ao seu ilustre pai esta minha mensagem, de que faz muita falta nesta Casa. Se Siqueira Campos aqui estivesse, seguramente estaria nos transmitindo as luzes da sua expe-

riência e competência. Portanto, ele nos faz falta, embora jamais tenha sido Senador. Leve a ele, Senador Eduardo Siqueira Campos, o meu abraço, de minha família, de meus filhos, que, como eu, gostam dele. Que Deus o ajude a ter um aniversário feliz ao lado da família, ao lado de seu povo de Tocantins e ao lado do Estado pelo qual ele tanto batalhou.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço suas palavras, Senador Edison Lobão, pois sei que V. Exª é um dos amigos de quem ele muito se orgulha. V. Exª sabe o quanto ele o admira, portanto, certamente, receberá, com alegria, o seu abraço e o de sua família. Agradeço a generosidade de suas palavras para com a figura simples de meu pai.

Srª Presidente, encerrarei logo após o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Eduardo Siqueira Campos, não tive a felicidade de conviver, como o ilustre Senador do Maranhão, com o ex-Governador Siqueira Campos, e também não sabia que ele tinha uma atividade tão intensa – 45 anos só como Parlamentar. Mas quero dizer que tenho a mais profunda admiração por seu pai. Lembro-me de como foi estranha a criação do seu Estado. Em todas as emancipações, na criação de novos Estados, houve uma luta tremenda. O coitado do Mato Grosso muito se esforçou para não deixar sair o Mato Grosso do Sul. Quanto a Goiás, não; foi uma tranquilidade. Todo o Goiás queria a emancipação do Tocantins. Eu perguntava para os Senadores: “Mas por que isso?” Ao que respondiam: “Aquela região é uma terra muito ruim; não há o que fazer ali; só atrapalha o desenvolvimento do Estado de Goiás; é muito difícil”. E vejo que as administrações seguidas daquele Governador fizeram uma revolução naquele Estado. Realmente, o desenvolvimento, o progresso, o crescimento e o avanço, a nova Brasília que se construiu em Palmas, com um lago que debocha do nosso, por ser muitas vezes maior que o de Brasília, tudo que foi feito ali nos dá uma demonstração da capacidade e do esforço excepcional do seu ilustre progenitor. Vejo a alegria com que V. Exª fala dele e a considero absolutamente justa e correta. V. Exª tem do que se honrar e a enorme responsabilidade de continuar uma obra tão importante e tão significativa como a do ex-Governador Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, fico comovido sabendo da sinceridade, da autenticidade do valor das suas

palavras, pois sei o que V. Exª representa para esta Casa. Levarei ao velho Siqueira Campos – como se diz no Tocantis – as palavras generosas de V. Exª.

Srª Presidente, volto a dizer que estarei ausente do Encontro do PSDB por razão mais do que justa. Agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Serys Shlessarenko, Srªs e Srs. Senadores, dentre os mais importantes eventos desportivos internacionais marcados para o corrente ano, desponta a realização, no período de 1 a 17 de agosto próximo, da 14ª edição dos Jogos Pan-Americanos, competição que reúne os melhores atletas das Américas, a cada quatro anos, desta feita tendo como sede a cidade de Santo Domingo, na República Dominicana.

Os Jogos são semelhantes às Olimpíadas e são realizadas a cada quadriênio, antecedendo em um ano às Olimpíadas, numa versão adstrita aos continentes americanos. Historicamente, sua origem deu-se em 1926, com a realização dos primeiros Jogos Centro-Americanos. Em 1932, sob a inspiração dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, representações de países latino-americanos no Comitê Olímpico Internacional (COI) propuseram a realização de competição reunindo as nações das Américas, com a finalidade precípua de nelas fortalecer o esporte.

A idéia originou o primeiro Congresso Esportivo Pan-Americano, realizado em 1940, na cidade de Buenos Aires, quando ficou definido que os Jogos iniciais seriam disputados em 1942, naquela capital. Porém, deflagrada a Segunda Guerra Mundial, somente ao término do conflito, no transcorrer do segundo Congresso, realizado em Londres, durante as Olimpíadas de 1948, ela foi confirmada como sede dos primeiros Jogos, com abertura então marcada para 25 de fevereiro de 1951. Esse evento reuniu 2.513 atletas, representando 21 países, em dezoito modalidades de disputa.

Desde então, em mais de meio século, jamais os Jogos deixaram de ser realizados. Nesse período, a competição, que teve a cidade brasileira de São Paulo como sede no ano de 1963, jamais deixou de ser realizada, crescendo de tamanho e de significado. Dobrou em número de países participantes, de moda-

lidades esportivas e de atletas, transformando-se num dos principais eventos do esporte mundial.

Para os Jogos de Santo Domingo, até o início do corrente mês, estava definida a representação brasileira em 40 modalidades, sendo que em judô e triatlo, serão as duas últimas competições que contarão pontos para definir a participação nas Olimpíadas de Atenas, em 2004.

O Brasil, tradicionalmente, vem edificando vitoriosa participação nos Jogos, revelando atletas que mereceram o aplauso e a admiração internacionais, como, entre outros, João Carlos de Oliveira, Hortência, Paula, Ricardo Prado, Fernando Scherer, Leandro Macedo, Cláudio Kano, Hugo Hoyama, Róbson Caetano, Eronilde de Araújo e Luisa Parente, vencedores em suas competições, além do nadador Gustavo Borges, que, em três Pan-Americanos, conquistou sete medalhas de ouro, seis de prata e duas de bronze.

Para tanto, sempre conta com o forte apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), criado em 8 de junho de 1914, por iniciativa da Liga Metropolitana de Sports Atléticos, tendo entre os seus maiores objetivos a representação e a difusão do ideal olímpico no território pátrio. Para isso, mantém, atualmente, programas de intercâmbio, convênios, estudos e incentivos. Atua em conjunto com as Confederações Nacionais que têm suas modalidades esportivas como componentes da programação dos Jogos Olímpicos.

A propósito, o COB foi cientificado de que a Confederação Brasileira de Futebol quer enviar equipes masculina e feminina de atletas com menos de vinte anos de idade para disputar, nos Jogos, os torneios da modalidade, enfrentando as representações da Argentina, Paraguai, México, Colômbia, Guatemala, Cuba, República Dominicana, Canadá, Haiti e Costa Rica.

Sob a Presidência de Carlos Arthur Nuzman, o Comitê Olímpico Brasileiro, em conjunto com as Confederações Brasileiras Olímpicas, os atletas e as equipes profissionais de apoio, vem trabalhando de modo incansável para o desenvolvimento do esporte em nosso País, para isso contando com os benefícios previstos nas disposições da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001, reconhecida como “mola propulsora do desenvolvimento das modalidades olímpicas”.

Mais conhecida como Lei Agnelo/Piva, numa precedente homenagem aos seus autores, o Senador Pedro Piva e o Deputado Agnelo Queiroz, esse mandamento legal constitui a garantia de que, pela primeira vez na história, o esporte olímpico pode dispor de

seus próprios recursos financeiros, para de modo permanente promover o planejamento e a execução dos programas das Confederações Brasileiras Olímpicas.

Assim, os valores provenientes da arrecadação de 2% dos prêmios das loterias federais são distribuídos para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no percentual de 85%, e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) – comitê das pessoas portadoras de necessidades especiais –, no percentual de 15%.

Na prática, os benefícios da Lei Agnelo/Piva vão permitir o planejamento e a execução de projetos de desenvolvimento de diferentes modalidades esportivas; a realização de treinamento contínuo e específico no País e no exterior; a participação de atletas e pessoal técnico nas competições oficiais e amistosas, no País e no exterior; criação de equipes olímpicas permanentes, mediante o pagamento de auxílio para manutenção de atletas e contratação de técnicos profissionais; investimento na formação do esporte de base e na descoberta de novos talentos; a modernização da gestão administrativa das entidades de direção; aquisição de material esportivo específico e essencial ao desenvolvimento de cada modalidade; e a realização de curso de formação, especialização e atualização de técnicos e árbitros. Tudo isso com aqueles 2% da loteria federal.

Até o primeiro trimestre do corrente ano, beneficiaram-se de ações mantidas com os recursos da Lei Agnelo/Piva o atletismo, o **badminton**, o basquetebol, o beisebol, o boxe e outras modalidades de esporte.

É inevitável repisar que essa é a primeira vez, na História do País, que se destinam recursos de modo continuado diretamente ao Comitê, com o objetivo de desenvolver o esporte olímpico brasileiro, num processo submetido à permanente fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Neste mês, serão liberados R\$3,48 milhões para as Confederações Brasileiras Olímpicas, observados os percentuais fixados em janeiro último. O atletismo, os desportos aquáticos, a vela a motor e o voleibol receberão R\$ 232 mil; a ginástica, o handebol, o hipismo, o judô e o remo receberão R\$174 mil; o Beisebol, o **softbol**, a canoagem, o ciclismo, o tênis, o tênis de mesa, o tiro esportivo e o triatlo receberão R\$116 mil.

Em síntese, Srª Presidente, os Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, como os que o antecederam, vão constituir, decerto, mais um dos exemplos de exaltação da filosofia olímpica, que se fundamenta

na liberdade, na solidariedade e na igualdade econômica, social e cultural, e que aponta o esporte, Senador Pedro Simon, como contribuição insubstituível ao aperfeiçoamento do homem e à exaltação do requisito permanente da cordialidade nas relações universais com seus semelhantes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA.. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, por 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da Tv Senado e ouvintes da Rádio Senado, com vistas à 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, que terá lugar em Cancun, no México, entre o dia 10 e 14 de setembro de 2003, a Rede Parlamentar Internacional, criada no âmbito do Fórum Parlamentar de Porto Alegre, propõe a inclusão de 10 propostas na agenda da conferência.

Os parlamentares associados à Rede se comprometeram a apoiar essas 10 medidas, nos debates parlamentares e nas resoluções, que serão adotadas tanto antes quanto durante a Conferência Ministerial da OMC, e a defendê-las no decorrer da mesma. Solicitam a todos os parlamentares do Planeta a subscrever uma declaração comum composta de 10 pontos anunciados abaixo.

Faço questão de enunciar os 10 pontos da proposta da Rede Parlamentar Internacional no sentido de que a sociedade civil, nós, que recebemos as consequências, os efeitos, da decisão da OMC, da decisão da globalização dos mercados, possamos ter efetivamente alguma participação.

1. Garantir o controle democrático.

As decisões foram tomadas até hoje à revelia dos parlamentos, das sociedades nacionais. O processo de negociação na OMC, que conduz à conclusão e à implementação de acordos, não pode continuar sendo um simples assunto intergovernamental. Acreditamos que assembléias eleitas democraticamente devem desempenhar seu papel em todo o processo de negociação e na implementação dos acordos da OMC. As tomadas de posição em matéria de comércio devem ser discutidas antecipadamente no interior dos parlamentos e, em conjunto, por assembléias em todos os países da Organização Mundial do Comércio.

Quero destacar a iniciativa do Governo brasileiro – do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – com relação à política externa ao convidar um representante desta Casa e da Câmara Federal para acompanhar a décima quarta reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, realizada em El Salvador. Lá estive, juntamente com o Senador Eduardo Azeredo, e pudemos constatar que as negociações aconteceram às portas fechadas, sem a menor legitimidade democrática. São decisões tomadas à revelia das sociedades nacionais, que não podem, de forma alguma, continuar a ocorrer. Por isso, o Presidente Lula, por deliberação, convidou uma representação do Parlamento Nacional.

2. Concluir primeiro os assuntos pendentes e construir consensos.

Não é hora de abordar novos tratados sobre investimentos, concorrências, mercados públicos ou regulamentação alfandegária (os chamados temas de Cingapura). Não se pode aceitar uma ampliação ainda maior das competências da OMC enquanto não se avança, enquanto não são tiradas conclusões sobre temas essenciais que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável. Inúmeras questões pendentes desde a criação da OMC não foram ainda suficientemente negociadas nem decididas ou implementadas. A OMC não cumpriu nenhum dos prazos que se tinha fixado, em temas como a implementação dos acordos passados, o tratamento especial e diferenciado, a propriedade intelectual, a saúde pública, as modalidades na agricultura, entre outros. Nada foi cumprido. Abrir negociações sobre os temas de Cingapura ampliaria ainda mais o campo de competência da OMC e serviria aos interesses dos Estados Unidos e das empresas multinacionais, em detrimento dos interesses dos países em vias de desenvolvimento.

3. Manter e fortalecer a cobertura dos serviços públicos.

As negociações sobre o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) põem em perigo o acesso aos serviços públicos. Nenhuma obrigação deveria ser imposta aos países, especialmente aos países em desenvolvimento, para que privatizem seus serviços públicos, em particular o acesso à água, o tratamento e a distribuição de energia, a educação e a saúde.

Essa recomendação já chega tarde no que diz respeito à privatização do setor elétrico no Brasil, cujo resultado foi o Apagão vivido por todos nós. Há tam-

bém outra preocupação em relação aos serviços públicos, que é a expansão da telefonia.

É evidente que a abertura da telefonia para os investimentos externos ampliou a oferta de serviços e o número de pessoas servidas, mas neste momento, em função do acordo tarifário da equiparação das tarifas nacionais com o dólar, existem algumas cidades em que quase 50% dos telefones estão mudos, porque a população não ganha em dólar. Portanto, não tem dinheiro para pagar a conta telefônica.

Essa manutenção dos serviços públicos precisa ser olhada com muita atenção, porque temos pelos menos uma experiência, que eu chamaria de desastrosa, que é a privatização do setor elétrico, e algumas dificuldades crescentes em relação à privatização das comunicações no nosso País.

Portanto, alguns setores de serviços como água e saúde têm uma importância especial para países em via de desenvolvimento e também para os menos desenvolvidos, porque geram um impacto direto e dramático na vida diária das populações. Por essa razão, exigem um tratamento especial.

Evidente que gostaríamos de ter uma saúde com assistência bem melhor do que é possível de se conseguir hoje. No entanto, se abirmos o serviço de saúde para a privatização, teremos uma regressão porque a maioria dos pobres não poderá pagar.

4. O acesso aos medicamentos deve ser garantido, a saúde pública é a prioridade.

Trata-se da questão dos medicamentos, onde o Brasil tem uma posição muito clara.

Na Conferência Ministerial da OMC em Doha, em novembro de 2001, foi estabelecido um acordo sobre a questão do acesso aos medicamentos essenciais. Lançamos um apelo a todos os membros da OMC para que tomem por base o acordo de Doha no que concerne ao tema essencial das licenças obrigatórias de importação (§ 6º da Declaração – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC/TRIPS) e também com a saúde pública).

Cada país deve ter a possibilidade de produzir e importar medicamentos genéricos caso necessite deles para proteger a saúde pública de seus habitantes.

5. Não às patentes sobre a vida.

E já temos alguns problemas que envolvem recursos da biodiversidade brasileira, patenteados em vários países.

Patentear as formas de vida deve ser proibido com o fim de preservar a biodiversidade, a segurança

alimentar e os direitos dos povos indígenas, visando protegê-los da usurpação dos recursos genéticos por parte das empresas transnacionais.

Nesse aspecto, eu gostaria de destacar aqui a presença da Deputada Janete Capiberibe, que é autora da lei de acesso e proteção da biodiversidade no Amapá, quando foi Deputada Estadual. Temos que ter também a lei nacional que proteja a nossa biodiversidade e o saber tradicional da nossa população. Isso é fundamental.

Contudo, em seu art. 27.3b, permite uma revisão dos dispositivos relacionados com o patenteamento das formas de vida. Apoiamos os países em vias de desenvolvimento em sua demanda de implementação do art. 27.3b e, em particular, a posição assumida pelo grupo de países africanos, pedindo que seja esclarecido que plantas, animais e microorganismos não podem ser patenteados, como fizeram com o cupuaçu; que um sistema **sui generis** de proteção de variedades de plantas pode incluir sistemas que protegem os direitos intelectuais dos povos indígenas e das comunidades camponesas; que o Acordo-Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) deve ser orientado de forma a ser compatível com a Convenção sobre Biodiversidade e o tratado da FAO sobre os recursos genéticos vegetais.

E conclamo as Sras e os Srs. Senadores para assinar esses dez pontos da nossa Declaração, propostos à OMC.

6. Proteger a independência dos Acordos Multilaterais Ambientais (AMA).

Esse é um ponto fundamental para uma potência ambiental como o Brasil. A OMC é o único organismo dotado de poder para sancionar. Entretanto, isso não significa que suas regras estejam acima de qualquer outra norma internacional. As preocupações ambientais, por exemplo, não deveriam depender da OMC. A proteção ao meio ambiente não tem por objetivo distorcer o comércio. A proteção do meio ambiente é uma medida necessária para garantir o futuro comum. Logo, não deve ser sancionada pela OMC. É por isso que nos opomos a qualquer mudança ou reformulação dos Acordos Multilaterais Ambientais para alinhá-los com a OMC, conforme propuseram os Estados Unidos e a União Européia, mas que foram recusados pela maioria dos participantes da Conferência de Johannesburg.

Está ficando rotineiro que as propostas originadas dos Estados Unidos ou da União Européia contrariem os interesses dos países do Sul, em vias de desenvolvimento. Se fizermos um balanço dos inves-

timentos feitos nos últimos 12 ou 13 anos – e no início da década de 90, um Presidente da República declarou que o Brasil precisava chegar à modernidade –, saibam que os investimentos nesse período se concentraram nos países do Norte. Para se ter uma idéia, os Estados Unidos têm mais investimentos na Holanda do que no México, País que faz parte do Nafta, o bloco composto pelo Canadá, Estados Unidos e México. Portanto, os Estados Unidos investiram mais em um único país europeu, a Holanda, do que em seu vizinho, o México. A União Européia, a Europa dos 15, de sua parte investiu mais no Texas, em um único Estado americano do que em toda a América do Sul.

Portanto, esse processo de ajuste estrutural em nossa economia nos últimos 12 anos e de ampliação nos tratados de livre comércio só beneficiou os países do Norte e ampliou a pobreza dos países do Sul. E nós precisamos estar muito atentos para essa nova rodada de negociações que ocorrerá em Cancun, entre os dias 10 e 14 de setembro. Portanto, precisamos proteger a nossa legislação ambiental.

7. Reforçar a diversidade da agricultura no mundo.

Consumidores e produtores do mundo inteiro estão interessados no desenvolvimento rural e que a produção primária utilize práticas que respeitem o meio ambiente. Também é considerado fundamental para o nosso futuro comum o direito dos povos se alimentarem eles próprios, de terem um mínimo de segurança alimentar e acesso à água.

8. Abolir os subsídios para a exportação.

Este é um ponto decisivo para se avançar qualquer negociação, como veremos.

Os subsídios e outros mecanismos de apoio para a exportação deturpam a cadeia de produção agrícola. Com frequência, servem para aumentar os lucros dos grandes agroexportadores, pondo em perigo a sobrevivência de pequenos produtores, tanto no Sul como no Norte. Só um desenvolvimento sustentável e um comércio igualitário podem garantir a existência da agricultura e a segurança alimentar para o futuro. Pedimos a supressão dos subsídios para a exportação de todos os países, especialmente dos industrializados.

O Mercosul, na 14ª reunião do comitê comercial da Alca, propôs que se eliminasse da América, do nosso Continente, qualquer subsídio à exportação de produtos agrícolas. Eu imagino que os americanos, Senador Pedro Simon e Senador Garibaldi Alves Filho, não vão aceitar isso.

Portanto, nós iremos à reunião da OMC, em Cancun, para exigir a supressão dos subsídios.

(As subvenções dos países desenvolvidos à agricultura são da ordem de US\$320 bilhões anuais; quase um bilhão por dia. O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, após reunião com o Grupo de Cairns – grupo que reúne os principais países exportadores agrícolas –, declarou que: “se a questão agrícola não for tratada não haverá rodada de negociações em Cancun”).

Eu acredito que é uma posição que terá de prevalecer. Ontem, assistindo a uma entrevista no programa do Jô Soares, de um representante da ONU, de um cidadão nascido na Guiné-Bissau, uma ex-colônia portuguesa, ele declarava que os subsídios dados a uma vaca europeia chegam à ordem de US\$960 por ano.

A ajuda humanitária aos países africanos, se não me engano, é de US\$8 a US\$10 por ano, **per capita**, o que é uma brutalidade e demonstra, com clareza, que ainda vivemos sob a égide do colonialismo. Ou seja, não mudou nada nesses 500 anos, principalmente em relação à África. Eu gostaria de encerrar, tratando da visita do Presidente Lula ao continente africano.

9. Melhorar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Falou-se em flexibilizar direito de trabalhadores e trabalhadoras na última década do País. Era a única coisa sobre a qual se falava para reduzir o custo-Brasil. Esse era o discurso.

Convocamos os membros da OMC para que respeitem as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os direitos fundamentais do trabalhador, em particular no que concerne à liberdade de associação dos trabalhadores e trabalhadoras. A regulamentação dos direitos sociais deve continuar sendo uma competência da OIT, e não pode ser usada para fins protecionistas, nem como mecanismo de barreira comercial. Pedimos à OMC que respeite as decisões da OIT e que outorgue a este organismo a qualidade de observador na OMC.

10. Aplicar sistematicamente os princípios de precaução e de sustentabilidade.

Não se pode aplicar a mesma regulamentação a partes desiguais.

Imaginem comparar o Brasil, que tem 170 milhões de habitantes, com Belize, que possui 200 mil habitantes!

O comércio é um meio, não uma finalidade em si. Com o fim de evitar efeitos negativos, estudos de impacto relativos aos efeitos das medidas sobre a sustentabilidade devem ser levados a cabo antes de começar as negociações (em seus aspectos social, ambiental e econômico). Cada país deve conservar inteira liberdade para determinar o risco que pode existir quanto à saúde e ao bem-estar dos seus cidadãos, ao meio ambiente, além de adotar as medidas de precaução correspondentes.

Nesse aspecto, vale lembrar a fome que matou 1,5 milhão de irlandeses no século XIX, em 1840, porque eles só tinham uma variedade de batata, que foi atingida por um fungo, e a fome se espalhou na Irlanda, ceifando a vida de 1,5 milhão de irlandeses.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que o Presidente Lula busca expandir as relações do nosso País com o mundo. Durante muito tempo estivemos estreitamente alinhados à política externa americana e, no máximo, à da União Europeia. Neste momento, há uma estratégia para ampliar as nossas relações de cooperação, as nossas relações comerciais; e o Presidente vai à África, um continente esvaziado pela sanha do colonialismo e do imperialismo.

A África é um continente que viu a sua população ser reduzida, através da história, pelo tráfico de escravos e nós brasileiros temos uma identidade com a África, em função da presença massiva do povo africano na formação da sociedade brasileira.

Nós, brasileiros, somos uma nova etnia, como dizia o Senador que descreveu a sociedade brasileira – não foi Gilberto Freyre, foi um Senador querido e lembrado aqui todas as vezes que falamos do povo brasileiro, cujo nome me foge à memória neste momento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Darcy Ribeiro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Darcy Ribeiro. Obrigado, Senador Garibaldi. Foi então o Senador Darcy Ribeiro quem afirmou que nós, brasileiros, somos uma nova etnia – e de fato somos! –, mas temos uma forte herança africana.

A África foi esvaziada pela sanha do imperialismo e pela cobiça internacional. Tanto que a revolução industrial, Sr. Presidente, se deu em função da acumulação capitalista feita pelos ingleses através do tráfico de escravos. Com essa acumulação, com esse grande capital, construído através dessa prática horrenda do tráfico de seres humanos, promoveu-se a revolução industrial, investiu-se na pesquisa, chegou-se à máquina a vapor, e daí para frente tivemos o

surto de desenvolvimento. Mas o capital veio do tráfico de sangue humano.

E a África foi sistematicamente esvaziada, ao longo de toda a história da penetração do mundo ocidental naquela região. Tive a oportunidade de viver em Moçambique, por dois anos, logo depois da independência, em 1978 e 1979. Seria como viver no Brasil em 1825, três anos depois da independência do Brasil. A independência do Brasil foi proclamada por um português e a independência de Moçambique foi obtida após uma longa e sangrenta guerra, que perdurou mesmo depois da independência, com tantas outras guerras, porque a presença colonial ocidental dividiu a África em países, criou fronteiras fictícias, dividiu os povos, dividiu etnias e sociedades africanas.

Portanto, a visita do Presidente Lula pode e deve nos aproximar daquele continente. Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos criar relações preferenciais com a África. Nos intercâmbios comerciais, devemos ter uma relação preferencial com esse continente, por reconhecimento histórico e por reconhecer que a África foi praticamente destruída pelo colonialismo e pelo imperialismo.

O Presidente norte-americano George W. Bush acaba de visitar a África, mas não acredito que a sua presença vá trazer ações positivas, pois os norte-americanos deixam sempre algum rastro sangrento por onde passam.

Neste momento, existe um grande programa de desenvolvimento e de investimento, em infra-estrutura, em educação, em saúde, orçado em mais de US\$ 100 bilhões. O Brasil tem de participar não só com investimentos, mas também com ajuda para a aglutinação dos países do mundo, para que haja o financiamento necessário para desenvolver esse grande programa de integração dos países africanos e para tentar impedir essa tragédia humana a que assistimos diariamente pela televisão, que é a morte por Aids e por guerra que assola toda a África.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei dois temas que, normalmente, não faz parte do meu costume. Mas os dois se desenvolvem hoje e sobre ambos eu tenho a obrigação de falar.

Quero tratar, primeiramente, de um produto nobre e vital que exige a uma abordagem específica. Refiro-me ao leite, alimento básico e indispensável para pessoas de todas as idades. Tanto que merece posição estratégica em qualquer política nacional de segurança alimentar e saúde pública.

Todos conhecemos a carência nutricional que aflige grande parte da nossa população, bem como as graves conseqüências especialmente para as crianças, mas atingindo também adultos e idosos. Cerca de apenas 37% das nossas crianças bebem leite mais de uma vez por dia. Fundamental para a infância, reúne as proteínas, sais minerais e vitaminas necessárias para um desenvolvimento adequado, o leite também influencia a taxa de longevidade.

No Brasil, hoje, 180 mil crianças morrem antes de um ano de vida e 57 mil não completam uma semana de vida. Com leite se combate, portanto, a mortalidade infantil.

Em conseqüência da carência alimentar, um em cada três brasileiros pode ser considerado desnutrido, de acordo com indicadores sociais da Organização das Nações Unidas. O nosso consumo **per capita** de leite é de 130 litros por ano, em média, sendo que em algumas regiões está bem abaixo disso. Representa um quarto do consumo verificado na maioria dos países de semelhante condição econômica à nossa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um país que descuida de suas crianças, das novas gerações, está colocando em risco o seu próprio futuro.

O Brasil tem condições de atender à demanda interna do leite e seus derivados e, inclusive, de eliminar a necessidade de importação do produto, um dos mais protegidos do mundo. Para cada dólar pago ao produtor na Europa, no Japão, no Canadá, praticamente a metade é subsídio governamental. Uma prova da importância com que esse setor é encarado nos países ricos é o subsídio total de US\$40 bilhões anuais que o leite recebe.

Aqui, em nosso País, um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, a produção leiteira quase dobrou em 20 anos, passando de 11 bilhões e 100 milhões de litros em 1980 para cerca de 20 bilhões de litros no ano passado. Nesse quadro, o complexo formado pelas cooperativas do leite contribui com cerca de 5 bilhões de litros.

Devo destacar que essa expansão se deve, em grande parte, ao trabalho de pesquisa da Embrapa no sentido de elevar o padrão genético e melhorar o desenvolvimento das nossas forrageiras.

Temos o segundo maior rebanho mundial, com cerca de 20 milhões de vacas ordenhadas, e um total de 1,8 milhão de estabelecimentos produtores de leite, que empregam aproximadamente 5 milhões de pessoas. Somos o quinto maior produtor mundial de leite. Além disso, produzimos o leite mais barato do mundo! E o meu Estado, o Rio Grande do Sul, é responsável por 11% da produção nacional, segundo dados conferidos pela Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão do mercado do leite exige mais atenção e melhor tratamento, em benefício dos produtores, dos consumidores e do País. Nos últimos meses, foram realizadas comissões parlamentares de inquérito do leite em seis assembleias legislativas. Suas conclusões e reivindicações foram reunidas num extraordinário relatório da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, um trabalho elaborado pelo Deputado Moacir Micheletto, do Paraná, Líder da Frente Parlamentar de Defesa do Cooperativismo.

O quadro revela a distorção na cadeia produtiva em prejuízo dos produtores e consumidores e oferece sugestões de políticas de incentivo.

Em linhas gerais, podemos destacar: a grande concentração industrial e abuso do poder econômico; necessidade de reorganização e fortalecimento de cooperativas com atualização da legislação; exigência de linhas de crédito para a retenção de matrizes; garantia de assistência técnica especializada; promoção da exportação do produto; criação de fundo de promoção do consumo; maior presença do leite em programas sociais, o que já está sendo conseguido junto ao Programa Fome Zero, conforme anunciou hoje o Ministro José Graziano da Silva, participante do Seminário das Cooperativas, do qual tive a honra de participar também; fim da bitributação dos atos cooperativos, pois, se o tirador de leite já paga imposto como pessoa física, como pagar também a sua cooperativa? E eu acrescentaria, ainda, a isenção tributária para o leite. Esse item deve ser objeto da reforma tributária em andamento na Câmara dos Deputados. Caso não seja incluída no projeto, podemos apresentar emenda nesse sentido no Senado Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, já é tempo de o Brasil dispensar ao setor leiteiro o grau de prioridade que ele merece, criando e instalando imediatamente a Câmara Setorial do Leite, em que todas essas ques-

tões poderão ser debatidas e analisadas por todos os setores da cadeia produtiva, com a participação do Governo Federal.

O setor e o País só têm a ganhar.

Leite é saúde, é garantia de renda, é emprego.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que uma outra análise que se deve fazer é quanto à proteção ao cooperativismo e à preocupação com as grandes multinacionais de produção de leite, que praticamente buscam a dominação do mercado e que, de certa forma, impõem preço e esmagam as cooperativas. Se não for feita uma fórmula de proteção às cooperativas, aos poucos, elas desaparecerão, restando apenas as pequenas, sem condições de impor preço ou coisa que o valha, porque as restantes fazem parte da totalidade das grandes empresas produtoras de leite, multinacionais aqui no Brasil.

Era o que tinha que falar a respeito do leite. Mas tenho um outro assunto a tratar desta tribuna hoje.

Trata-se da inauguração, hoje, em canal aberto, da TV Unisinos, Canal 30 UHF. Esse evento da maior importância para a comunicação social do nosso Estado marca a passagem dos 34 anos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mais conhecida como Unisinos, que está localizada em São Leopoldo, a 30 km de Porto Alegre.

Criada no dia 17 de maio de 1969, a Unisinos é hoje uma das maiores universidades católicas do País, com mais de 30 mil alunos, 45 cursos de graduação e 13 programas de pós-graduação. A Universidade é mantida pela Sociedade Antônio Vieira, integrante da Companhia de Jesus. O aniversário da Unisinos é celebrado hoje, dia de Santo Inácio de Loyola, Fundador da Ordem Jesuíta.

Para maior brilhantismo da comemoração da data, está entrando hoje no ar a TV Unisinos, cuja programação pode ser vista no Canal 30 em UHF, cobrindo 16 Municípios da Região do Vale dos Sinos. Também disponível no sistema de TV a cabo, a emissora vai beneficiar mais de 1,5 milhão de pessoas. A abertura de uma emissora de televisão em canal aberto pela Unisinos também integra um movimento denominado "Unicidade", que vem impulsionando o crescimento de cidades gaúchas em um raio de 100 km a partir do campus de São Leopoldo.

As instalações da TV Unisinos estão distribuídas em 742,5 m², no Centro de Ciências da Comunicação, incluindo administração, redação própria e estúdios com equipamentos de ponta. A equipe da TV é formada por cerca de 30 profissionais, entre técnicos, professores e jornalistas. A estrutura é completa pela Pro-

dutora e Serviço de Audiovisual e pelo atendimento às aulas de graduação e pós-graduação do Centro 3.

Estou absolutamente certo de que a TV Unisinos vai prestar os mais relevantes serviços à população da extensa área que abrange. Com isso, vai repetir, na verdade, os serviços que vêm sendo prestados por aquela destacada universidade, que é hoje um dos principais pólos de referência em qualidade no sistema universitário brasileiro.

Srs. Parlamentares, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos é dirigida pelos jesuítas que atuam no ensino de São Leopoldo há mais de 150 anos. Padres espanhóis da Companhia de Jesus chegaram àquela cidade em 1844, cerca de 20 anos após a instalação dos primeiros imigrantes alemães às margens do Rio dos Sinos. Começaram a atuar na área de ensino em julho de 1869, quando foi fundado o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que formava sacerdotes e professores paroquiais.

Em 1958, com a oficialização da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Cristo Rei, a instituição abriu as portas para os alunos leigos. Em 1964, mudou sua denominação para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. Com o passar dos anos, novos cursos foram sendo implementados. A Unisinos foi criada em 17 de maio de 1969, sendo que no dia 31 de julho daquele mesmo ano o Decreto-lei nº 722 autorizou seu funcionamento acadêmico-administrativo.

Em 1974, devido ao crescimento constante do número de cursos e de alunos, tornou-se imperiosa a necessidade da construção de um novo campus, distante 5 km do centro da cidade. Em julho de 1981, um trágico incêndio destruiu 5.500 m² de área construída do antigo prédio, motivando a transferência dos cursos para o campus. Assim, a partir de 1982, todos os cursos passaram a funcionar nas novas instalações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de destacar aqui o notável trabalho de ação comunitária que é desenvolvido pela Unisinos, especialmente porque ele é realizado junto a comunidades carentes, escolas da região do Vale dos Sinos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e Governos municipal, estadual e federal.

Essas propostas de atuação resultam em um rico aprendizado por meio do diálogo e de problematizações levantadas, e demonstram a preocupação e o compromisso social assumido pela instituição para com a sua comunidade. É importante destacar que esses serviços comunitários são oferecidos na forma de projetos permanentes. Desse modo, os alunos exercitam a convivência solidária e atuam como

agentes do processo de desenvolvimento social através dos estágios, orientados por professores.

De outra parte, a interação da Unisinos com a comunidade empresarial é feita através de programas permanentes. Nesses programas, a universidade procura preparar os estudantes para o mercado global. Os conhecimentos gerados na universidade são disponibilizados à comunidade através do seu Escritório de Gestão e Tecnologia (EGT). Já o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Indústria (NAI) dá apoio tecnológico ao meio empresarial e o Núcleo de Excelência em Psicologia do Trabalho (Nept) trabalha para que sejam estabelecidas relações de trabalho mais saudáveis e produtivas nas organizações.

O Núcleo de Computação Gráfica (NCG) desenvolve estudos, projetos e pesquisas da área de informática aplicados à arquitetura e à engenharia. Por sua vez, a Unicon – empresa júnior – fornece orientação técnica às pequenas e microempresas da indústria, do comércio e de prestação de serviços.

Por fim, por intermédio da Unidade de Desenvolvimento Tecnológico (Unitec), a Unisinos proporciona infra-estrutura às empresas em formação na incubadora ou em fase de desenvolvimento no condomínio do Pólo de Informática em São Leopoldo.

Encerro este pronunciamento, augurando meus mais sinceros votos de sucesso à **TV Unisinos** bem como àquela querida Universidade, que representa o que há de melhor no Estado do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, de acordo com o art. 17 do Regimento Interno.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria associar-me ao Senador Pedro Simon na homenagem à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e apoiá-lo quando ele fala sobre a necessidade do incremento da produção do leite no Brasil.

Nós, do Nordeste, encontramos uma maneira alternativa de incrementar essa produção por meio de uma espécie de subsídio. Talvez não seja tão forte como o dos países europeus, mas não deixa de ser um subsídio. Trata-se do Programa do Leite, instalado no Rio Grande do Norte há oito anos e que agora voltou a ser criado no Estado, uma vez que já o tinha sido no Governo de Geraldo Melo. Esse programa possibilitou ao Estado, que produzia 80 mil litros de leite por dia, ter hoje uma produção superior a 400 mil litros de

leite por dia, chegando a atingir 600 mil litros de leite por dia.

Ora, Sr. Presidente, de uma hora para outra, deu-se um salto dessa natureza na produção de leite no Nordeste. Por quê? Porque se criou um Programa do Leite incentivando a bacia leiteira do Estado. E, graças a esse programa do Rio Grande do Norte, já existe hoje um programa na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas. Todos esses Estados passaram a adotar esse programa, que se constitui numa aquisição, pelo Governo, do leite produzido, que depois se destina a crianças de zero a 3 anos, a deficientes, a nutrízes e a gestantes. Esse é o universo dos beneficiados pelo programa. Graças a ele, a bacia leiteira vem resistindo a todas as intempéries, a todos os problemas. E sabemos que é raro o ano, aliás, podemos dizer que há seca no Nordeste em todos os anos. Há anos em que a seca é, como dizemos, uma “seca braba”, uma seca violenta. É a seca descrita nos épicos dos escritores do Nordeste. Em alguns anos, há uma convivência com ela, como ocorre neste ano.

Pois bem, é nesse contexto que se fez o Programa do Leite, pelo qual se incentiva, a exemplo dos países da Europa, talvez não com a dimensão existente lá, a produção leiteira. Só no Rio Grande do Norte, são 138 mil litros de leite por dia. Ora, Sr. Presidente, sabemos que a primeira meta do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite que está sendo lançado pelo Ministério da Segurança Alimentar, é da ordem de 760 mil litros de leite. Só um Estado já chega a beneficiar esse universo de que falei aqui com 138 mil litros de leite por dia. Cada criança, cada gestante, cada nutríze, cada deficiente recebe um litro de leite por dia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por fim, quero prestar homenagem a uma Senadora que se despediu hoje, pelo menos momentaneamente, do Plenário do Senado Federal – a Senadora Iris de Araújo. Lamentei não estar aqui quando a Senadora ocupou a tribuna do Senado para proferir um discurso de despedida, já que S. Ex^a é suplente do Senador Maguito Vilela, o qual ocupará sua cadeira a partir da próxima semana.

Por conta de sua militância no PMDB, já conhecia a Senadora Iris de Araújo, a sua bravura, o seu brilhantismo; mas quero dizer a S. Ex^a que me tornei seu admirador aqui no plenário do Senado, pela consistência dos pronunciamentos, pela sensibilidade que demonstrou, como mulher, diante da realidade brasileira. De modo que eu não poderia deixar hoje este plenário sem dizer da honra que nos concedeu a Se-

nadora Iris de Araújo pela sua passagem pelo Senado Federal.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Garibaldi Alves Filho, é com muita emoção que faço um aparte a V. Ex^a. Fiquei profundamente magoado por não estar aqui – hoje é um dia tranquilo e eu poderia estar aqui –, mas, por uma série de ocupações, eu não sabia que a Senadora faria um pronunciamento. Cá entre nós, eu me culpo, porque hoje é dia 31 e eu deveria ter imaginado que seria o dia em que S. Ex^a se despediria. Tenho certeza de que V. Ex^a fala em nome de toda a Casa, mas, de modo especial, em nome do PMDB e em meu nome também. A Senadora Iris de Araújo desenvolveu uma atividade excepcional, demonstrada pelo conjunto dos pronunciamentos, pela heterogeneidade dos temas que abrangia: o tema da terra, da reforma agrária, os temas de seu querido Goiás, os problemas sociais, que enfrentou como Primeira-Dama participando de muitos, dirigindo outros, comandando alguns, e também os problemas da mulher, da saúde. A atuação de S. Ex^a foi realmente extraordinária. Claro que recebemos com alegria o Senador Maguito, mas comentávamos, quando diziam que o PMDB poderia participar do Ministério, que S. Ex^a seria um bom Ministro, e, assim, a nossa Senadora Iris poderia ficar aqui. A Senadora Iris de Araújo vai deixar muita saudade, mas tenho certeza, tenho convicção de que S. Ex^a, pelo seu estilo, pela sua maneira de ser, na área religiosa, social, nas mais diversas atividades, continuará desenvolvendo seu trabalho, na luta pelo bem comum. Acredito, com toda a sinceridade, que Goiás, nas próximas eleições, haverá de nos dar a oportunidade de tê-la novamente no nosso convívio. Felicito V. Ex^a, a quem peço leve à Senadora Iris o meu carinhoso abraço, o meu afetuoso abraço, o meu muito obrigado pela sua presença, pelo trabalho, pela alegria. A convivência com a Senadora, com seu otimismo, suas palavras de estímulo, fará a todos uma falta muito grande. Tenho certeza de que V. Ex^a, Senador Garibaldi, realmente fala pela Casa toda.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse muito bem do ecletismo dos temas abordados pela Senadora Iris de Araújo, que quase todos os dias comparecia a esta tribuna e falava a respeito dos temas os mais abrangentes e com a maior profundidade, porque não resta dúvida de que é fácil se abordar um certo universo de temas, mas o difícil mesmo é abordá-los com a profundidade com que a Senadora Iris de Araújo os abordou aqui.

Não houve um problema – e olhe que estamos numa fase de eclosão de problemas de toda sorte – que despontasse no cenário nacional que não tivesse a abordagem da Senadora.

Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O início de um Governo todo complicado, com as dificuldades da revolução, da transformação que ele operou.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois é, e S. Ex^a, diante desse cenário, sendo uma Senadora que assumiu seu mandato nessas circunstâncias, poderia até ter se intimidado, mas, pelo contrário, S. Ex^a foi em frente, abordou os temas e nos deixou a lição de sua presença parlamentar, sobretudo na tribuna parlamentar. Não quero nem falar do trabalho nas Comissões, porque hoje há a preocupação de valorização da tribuna parlamentar, que, aliás, é ocupada de uma maneira brilhante pelo Senador Pedro Simon, um dos Senadores que valorizam a tribuna parlamentar. Pois a Senadora Iris de Araújo não deixou de ocupar a tribuna parlamentar.

Assim como o Senador Pedro Simon, eu gostaria de dizer que Goiás bem que poderia nos proporcionar um Ministro como a Senadora Iris de Araújo, que tivemos aqui durante esses quatro meses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GSMV Nº01046/2003

Brasília, 10 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que estarei retornando às minhas atividades parlamentares no Senado Federal no dia 1º de agosto de 2003, reassumindo meu mandato de Senador da República pelo Estado de Goiás.

Cordialmente, – Senador **Maguito Vilela**, PMDB/GO.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com o término desta sessão, o Senado Federal encerra, também, as suas atividades da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura.

A Presidência informa que será publicado no **Diário do Senado Federal** de amanhã a resenha das

matérias apreciadas pelo Senado Federal durante esse período de convocação extraordinária do Congresso.

Durante o mês de julho foram apreciadas 112 (cento e doze) matérias, sendo que dessas o Senado aprovou 102 (cento e duas).

Entre as matérias de maior relevância, o Plenário desta Casa aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002, de iniciativa do Presidente da República, que “*dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências*”, e o de nº 51, de 2003, igualmente de iniciativa do Presidente da República, que “*institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações*”. Ambas as proposições foram enviadas à Presidência da República para sanção.

Após exaustivas discussões no plenário do Senado, foi também aprovado, com destaque, o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999, que ficou conhecido como Estatuto das Armas, de autoria do Senador Gerson Camata, que “*dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências*”. Essa proposição teve como texto-base o Substitutivo oferecido como conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 01, de 2003, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A proposição seguiu para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Ainda na temática da Segurança Pública, foram aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2003, que “*altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências*”, que retorna à Câmara em virtude das emendas aprovadas pelo Senado, e o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2003, que “*altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – para dispor sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir*”, que segue à sanção.

Além das matérias de maior relevância, o Senado Federal manteve-se diligente na apreciação de outras proposições constantes da pauta da convocação extraordinária, como apreciação de mensagens de autoridades, de chefes de missão diplomática, acordos internacionais, operações de crédito e concessões, permissões e autorização para órgãos de telecomunicações.

A apreciação das matérias – essencial, tendo em vista que elas, além das que se encontram em tra-

mitação na Câmara, motivaram esta convocação extraordinária do Congresso – não é, entretanto, o único aspecto do trabalho a ser destacado.

Esta Presidência, antes de concluir os trabalhos, deve destacar que os debates realizados no Senado Federal, tanto no plenário quanto nas comissões, permitiram que as Sr^{as} e Srs. Senadores interferissem diretamente nos fatos mais importantes do País, discutindo e propondo alternativas para as questões mais relevantes que hoje concentram as atenções dos brasileiros: a segurança pública, a retomada do crescimento econômico e, em especial, as reformas da Previdência, tributária e política.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo é a medida da sabedoria, já diziam os filósofos gregos, quando tentavam discutir o aspecto transitório da verdade. Com isso em mente, surpreendi-me há alguns dias com uma declaração dos dirigentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) a propósito da liberação dos transgênicos. Segundo eles, numa entrevista recentemente publicada, não haveria nada mais contra a comercialização da soja transgênica no Brasil. Minha reação só podia ser de espanto. Pois quem diria? Há bem pouco tempo, seguindo a cartilha do ativista francês José Bové, os mesmos dirigentes juravam de pés juntos que se tratava de mais um maquiavelismo do capitalismo expropriador.

Não pretendo com isso, evidentemente, desqualificar o arbítrio político e moral por meio do qual o MST baliza suas ações, declarações e desatinos. Pelo contrário, meu objetivo é de, uma vez mais, expressar apoio explícito à liberação dos transgênicos, a exemplo de outros países. Porém não se pode deixar de reparar a contradição vexatória a que se sujeita o MST, no exato instante em que, em nossa memória, lembramos aqueles atos extremos de vandalismo implacavelmente impetrados contra as plantações de soja transgênica no Rio Grande do Sul.

Apelando ao bom senso e aos resultados das pesquisas realizadas aqui e no exterior, tudo indica que as controvérsias estão a um passo do fim. Isso se evidencia na medida em que a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um documento definitivo sobre a questão. Nele, relata-se que os produtos geneticamente modificados, cuja comercialização no mundo inteiro é de conhecimento geral, não trazem risco à saúde humana, tampouco podem ser caracterizados como “não-seguros”. Isso se contrapõe ao entendimento que a *Greenpeace*, por exemplo, tem defendido largamente junto à imprensa, contando, naturalmente, com a simpatia nada ingênua de que goza junto à sociedade mundial.

Aliás, a Organização Mundial da Saúde já expunha, desde antes, sua posição a favor do consumo dos transgênicos nas políticas de combate à fome, sobretudo na África austral. No Brasil, uma das maiores autoridades do assunto é o professor Antonio Barreto de Castro, chefe de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa, para quem a tese de que vegetais geneticamente modificados sejam prejudiciais à saúde humana não passa de lenda. Mais que isso, o professor Castro esclarece que, no mundo inteiro, são cultivados cerca de 60 milhões de hectares com variedades diversas desses vegetais. Desse total – sustenta o professor –, 25% correspondem a plantas resistentes a insetos, o que significa, portanto, a dispensa do uso de agrotóxicos e, paralelamente, redução de custo de produção e dos males que alguns produtos utilizados causavam ao meio ambiente e, por extensão, aos seres humanos.

Enquanto a polêmica parece caminhar para um desfecho feliz, o MST abraça a causa sem sentir remorsos pelo desvio adotado. Se não a demagogia, pelo menos o paternalismo deve ser caracterizado como a insígnia desse movimento atrapalhado, que encobre práticas de produção nos assentamentos cujos eixos se orientam por regras diametralmente contrárias ao discurso proferido externamente. Se não assim, como explicar o vasto uso de antibióticos em vacas leiteiras dos acampamentos, bem como a utilização maciça dos carrapaticidas, mosquicidas e vermicidas tóxicos dos laboratórios multinacionais nas rações destinadas às galinhas?

Sr. Presidente, por outro lado, o mal-estar europeu em relação aos organismos geneticamente modificados parece ter contagiado o consumidor brasileiro de classe média. A rejeição, de acordo com pesqui-

sas realizadas recentemente, cresce à proporção que não se certifica do real impacto desses produtos no organismo humano. Não por acaso, há registros de que a preferência por produtos orgânicos no Brasil, ou seja, cultivados sem o uso de agrotóxicos ou manipulação genética, tem-se expandido nos últimos tempos. Contudo, isso não é suficientemente conclusivo, a ponto de considerarmos que, a partir de uma campanha de esclarecimento, não possamos reverter o quadro. Mesmo porque, como bem salientou uma jornalista paulistana no programa Roda Viva da última segunda-feira, a população brasileira sequer tem conhecimento dos potenciais problemas que a ingestão de arroz de cultivo convencional pode provocar no organismo humano.

Nesse contexto de desconhecimento histórico, não podemos fingir que temos controle sobre tudo que consumimos. Por isso, ninguém deve acreditar que, antes da descoberta da transgênese, comíamos batata, milho e feijão em estado de graça natural. Como é bem sabido, estes e outros cereais vêm sofrendo, ao longo da história, processos incansáveis de melhoramento ou aperfeiçoamento genético, com o propósito de transformá-los em produtos mais agradáveis ao paladar, bem como mais nutritivos.

Em todo caso, endosso inteiramente a tese segundo a qual o Brasil não parece estar adequadamente preparado para o domínio da biotecnologia como ciência aplicada, mesmo quando sua economia depende, indiscutivelmente, de sua produção agrícola convencional. Nessa linha, a transgênese ocupa capítulo importante no livro da biotecnologia, sem o controle da qual nada poderá ser debatido com mais profundidade no País. Apesar disso, não podemos furtar-nos ao reconhecimento inquestionável da eficácia tecnológica empregada em modificações genéticas contra o problema da fome e do controle de natalidade. A experiência com o milho, a título de ilustração, tem sugerido que propriedades anticoncepcionais poderiam ser adicionadas ao produto, visando à implementação de uma política mais racional em favor do controle da natalidade em países pobres e emergentes.

Nos Estados Unidos, concentram-se os maiores detentores das aplicações comerciais da moderna biotecnologia. Lá, não existe regulamentação específica para o controle do uso da tecnologia de DNA/RNA recombinante. Os organismos geneticamente modificados liberados no meio ambiente são regulados pe-

las agências de saúde, de agricultura e de ambiente, respectivamente. Para se ter uma ligeira idéia do panorama norte-americano, em 1998, a área de cultivo de produtos geneticamente modificados somava quase 28 milhões de hectares, dos quais 71% representavam culturas alteradas quanto à característica de tolerância a herbicidas. Disso resulta, naturalmente, a hegemonia do País na exportação de culturas geneticamente modificadas.

No Brasil, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTN-Bio), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia, tem acenado positivamente para a liberação dos transgênicos. Pelo menos desde 98, quando a CTN-Bio emitiu parecer favorável à comercialização da soja transgênica, a empresa Monsanto vem realizando vultosos investimentos na área, na expectativa de que o Brasil autorize de vez não somente a comercialização, mas sobretudo seu plantio. É provável que suas congêneres no Brasil e fora daqui adotem a mesma iniciativa, tão logo tudo seja devidamente legalizado no País.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de salientar minha satisfação pela nova tomada de consciência por parte de setores radicais de nossa sociedade, demonstrando bom senso e agudez política nas questões que tocam aos transgênicos no Brasil. Por isso, antevejo, com espírito alvissareiro, que as portas para a liberalização das regras de plantio e comercialização estão prontas para a abertura completa. Afirmo isso, porque convicto estou do papel crucial que os transgênicos exercerão no projeto de retomada do desenvolvimento em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

“PRIMEIRO EMPREGO” e “ANIVERSÁRIO NO ESCURO”

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{as}. Senadores, venho a esta tribuna para destacar matéria do jornal **Correio Braziliense** referente ao programa Primeiro Emprego e pedir sua transcrição.

A matéria confirma os temores anunciados por mim neste plenário na ocasião do lançamento do programa, que considero uma boa idéia, no entanto, encaminhada de forma equivocada.

Desejo, ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, destacar matéria do jornal **O Popular**, referen-

te ao corte de energia pela Companhia Energética de Goiás, no município de Anápolis.

A matéria, de extrema atualidade, pelo que entendendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna, no sentido de alertar as autoridades para que a população de Anápolis não seja prejudicada, principalmente em dias de comemoração dos seus 96 anos.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Correio Braziliense

Brasília, quinta-feira, 31 de julho de 2003

Projeto emperrado

Proposta com o objetivo de favorecer a criação de postos de trabalho para jovens não avança no Congresso porque o governo federal, autor do programa, não nomeia relator da comissão que vai analisá-lo.

Ellen Nogueira

Da equipe do Correio

Edilson Rodrigues

Com pouca ou nenhuma experiência, pessoas de 15 a 24 anos procuram trabalho em Brasília para ajudar no orçamento familiar

O jovem entre 16 e 24 anos que esperava arrumar um trabalho por meio do programa Primeiro Emprego, uma das bandeiras mais importantes do governo Lula, vai precisar de paciência. O projeto de lei, que está na Comissão Especial do Programa Primeiro Emprego, teria de ser votado até amanhã para seguir ao plenário da Câmara dos Deputados. Mas nem mesmo o relator da comissão foi escolhido pelo PT, o que torna impossível o cumprimento do prazo. E o cronograma de trabalho só foi definido, às pressas, ontem.

Os motivos sustentados pelo próprio PT para o atraso da comissão são os mais óbvios: o partido está mais preocupado com as reformas Tributária e da Previdência e, por questão de prioridade, deixou o Primeiro Emprego de lado. Teoricamente, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), poderia enviar o projeto para o plenário na segunda-feira, mesmo sem o relatório e sua votação na comissão especial. Mas, por pedido dos deputados da própria

comissão, o prazo final para a análise do projeto e votação do relatório ficou para o dia 19. Depois, o Primeiro Emprego deve ser votado no plenário até o final de agosto. Um mês depois do prazo original.

Até o programa ir para o Senado, virar lei e começar a funcionar, o prazo é mais longo, na opinião do presidente da Comissão Especial do Programa Primeiro Emprego, Herculano Anghinetti (PP-MG). "Talvez o país comece 2004 ainda sem o Primeiro Emprego", afirma. A promessa do governo era de criar, ainda neste semestre, 250 mil empregos para jovens de 16 a 24 anos com renda de até meio salário mínimo. As empresas que empregarem esses trabalhadores terão uma ajuda mensal do governo entre R\$ 100 e R\$ 200. Os jovens devem estar cadastrados no sistema Nacional de Emprego (Sine) até o dia 30 de junho deste ano.

Na reunião da comissão, ontem à tarde, o clima era de ansiedade. Estava previsto que o nome do relator seria anunciado pelo PT. O início do encontro, marcado para às 14h30, foi atrasado em uma hora à espera do nome. Mas nada. O PT não fechou a questão. E, mais uma vez, os deputados debateram sem ao menos saber quem vai fazer o relatório do projeto. "O que acontece com o PT para atrasar tanto nossos trabalhos? Parece que essa comissão não é séria", afirma Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).

O que se ouvia nas conversas dos deputados na reunião de ontem era que o governo já tinha sua estratégia. Como o relator será do partido, pouca coisa do programa deve ser alterada. E a comissão, então, teria um papel meramente oficializador. Bosco Costa (PSDB-SE) reclamava que o governo poderia ter usado o Primeiro Emprego como propaganda eleitoral. "Se o projeto for para plenário sem o nosso relatório estaremos assinando um atestado de incompetência."

A eficácia do programa também foi questionada. São 3,5 milhões de jovens desempregados e apenas 250 mil vagas oferecidas, o que corresponde a 7,1% do que seria necessário. "O programa resolve muito pouco do problema", afirma o deputado Marcelo Guimarães Filho (PFL-BA). Outra reclamação é que os jovens não matriculados em escola ou sem o ensino fundamental não teriam acesso ao emprego. No entanto, isso deve ser corrigido ainda na comissão especial, acredita Reginaldo Lopes (PT-MG), o nome mais cotado para ser o relator do projeto.

Ele é mais otimista quanto aos prazos do programa. De acordo com o cronograma montado por ele, aprovado ontem, na comissão, a discussão do projeto com o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, alguns especialistas e representantes dos trabalha-

dores e de empresas será feita até o dia 13. “Com certeza votamos o relatório até o dia 19. E o programa estará funcionando em dois meses”, prevê Lopes.

Anghinetti, presidente da comissão, diz que o tipo de incentivo para que as empresas contratem os jovens pode não funcionar. “Os R\$ 200 pagos por mês pelo governo não vão fazer uma empresa que está em crise contratar jovens. A melhor solução seria diminuir a carga tributária para a contratação desses trabalha-dores”, diz. Mas ele reconhece ser difícil mudar esse ponto do projeto enviado pelo governo.

Jorge Arbache, economista da Universidade de Brasília (UnB), segue a mesma linha. “A situação da economia é tão precária que é difícil acreditar que as empresas vão contratar só porque receberão um incentivo. Isso pode funcionar para empresas pequenas e aquelas que não precisam de gente qualificada, mas, para as grandes, não é suficientemente atraente.”

A situação da economia é tão precária, que é difícil acreditar que as empresas vão contratar só porque receberão um incentivo. Isso pode funcionar para as pequenas, mas não é atraente para as Grandes empresas

Jorge Arbache, Economista da Universidade de Brasília (UnB).

O Popular Aniversário no escuro

Renata Tranches

Anápolis vai comemorar seus 96 anos no escuro. A Companhia Energética de Goiás (Celg) cortou ontem o fornecimento de energia aos prédios da administração municipal, com exceção do Hospital Municipal e do Cais. Algumas praças e ruas também ficaram sem energia. O corte foi realizado depois que o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) de Goiás, Charife Oscar Abrão, suspendeu os efeitos de liminar que favorecia a prefeitura de Anápolis.

No início do mês, prefeitura e Celg tentaram entrar em acordo para quitar a dívida do município. A Companhia apresentou uma fatura de R\$ 19 milhões (uma dívida de R\$ 12 milhões, com juros e correção). Segundo o diretor comercial da Celg, Antônio Bauer, a dívida refere-se a cinco anos de fornecimento. A empresa ofereceu um acordo no qual a prefeitura pagaria as duas últimas faturas – cerca de R\$ 900 mil – e o resto em 50 meses. Na época, o prefeito Ernani de Paula (PTB) pediu uma auditoria para confirmar os valores devidos.

Segundo Bauer, a determinação da Celg é de não fazer cortes que comprometam a saúde, a educação ou a segurança pública. Ele disse que hoje vai estudar uma forma de suspensão do fornecimento de energia nas ruas assim como foi feito com o apagão, para “garantir o mínimo de segurança”.

O diretor disse que a proposta de negociação está mantida. Bauer afirmou que Anápolis apresenta a maior dívida com a Celg entre os municípios goianos. Segundo ele, desde janeiro a empresa tenta negociar com a prefeitura. “Não queremos punir a população de Anápolis, que paga seus impostos. Pedimos que prefeito nos procure.”

O diretor comercial afirmou ainda que não há perseguição política. Segundo ele, dos municípios que estavam em débitos, apenas 20 não negociaram. Ele garantiu que Anápolis foi o primeiro a ter o abastecimento suspenso. “Só Anápolis representa cerca de 20% de toda a dívida que todos os municípios com a Celg”, disse. Bauer garantiu que a festa de Anápolis não será suspensa porque hoje a empresa procurará o município “para negociar”.

Retaliação

O prefeito Ernani de Paula disse ontem que o corte é uma “retaliação do presidente da Celg e do governador Marconi Perillo”. Segundo ele, trata-se de uma questão pessoal do governador contra ele, assim como a Comissão Especial de Inquérito (CEI) que o investiga. “É uma retaliação infantil.”

Ernani disse que a prefeitura nunca foi questionada judicialmente sobre a dívida. “Eles querem implantar um caos na cidade”, afirmou. O prefeito disse que hoje vai procurar saber o porquê do corte “se não há dívida”. Ernani afirmou que mais de cem prédios foram atingidos. Entre eles estaria o Hospital Municipal. A reportagem do POPULAR visitou o Hospital Municipal por volta das 21h30 de ontem e o fornecimento de energia estava normal.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a benção de Deus para todos os que trabalham nestas duas Casas do Congresso Nacional, para os que estão nos visitando e para todo povo da minha terra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 57 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

Ata da Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada no dia 1º de abril de 2003, em conjunto com as Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de abril do ano dois mil e três, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial e os resultados demonstrados nos balanços”, em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – **Deputados:** Agnaldo Muniz, titular da CFFC/CD; Alberto Goldman, titular da CMO/CN; Alex Canziani, suplente da CEICT/CD; Alexandre Santos, suplente da CFFC/CD, titular da CMO/CN; Almerinda de Carvalho, titular da CFFC/CD; Anivaldo Vale, titular da CMO/CD, suplente da CFT/CD; Armando Monteiro, suplente da CEICT/CD, titular da CFT/CD; Arnon Bezerra, titular da CMO/CN; Bismark Maia, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Carlito Merss, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; Carlos Eduardo Cadoca, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Carlos Melles, titular da CEICT/CD; Colbert Martins, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Coriolano Sales, suplente da CMO/CD, titular da CFT/CD; Darci Coelho, suplente da CFT/CD; Delfim Neto, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Dr Benedito Dias, suplente da CEICT/CD; Dr Rosinha, titular da CMO/CN, titular da

CFFC/CD; Eduardo Seabra, suplente da CMO/CN; Eduardo Valverde, titular da CFFC/CD; Ênio Tático, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Enivaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Fábio Souto, titular da CFT/CD; Félix Mendonça, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Fernando de Fabinho, titular da CEICT/CD; Francisco Dornelles, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Gastão Vieira, suplente da CMO/CN, suplente da CEICT/CD; Geraldo Resende, suplente da CMO/CN; Giacobbo, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Mota, titular da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, suplente da CMO/CN; Henrique Afonso, titular da CFT/CD; Hermes Parcianello, titular da CFFC/CD; Jaime Martins, suplente da CFFC/CD; João Almeida, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Grandão, titular da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Matos, titular da CMO/CN; Jorge Alberto, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Jorge Bittar, suplente da CEICT/CD, titular da CMO/CN; José Borba, titular da CMO/CN; José Carlos Aleluia, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; José Carlos Elias, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; José Chaves, titular da CMO/CN; José Militão, titular da CFT/CD, suplente da CFFC/CD; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; José Thomaz Nonô, suplente da CMO/CN; Jovair Arantes, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Jovino Cândido, titular da CFT/CD; Júlio Semeghini, suplente da CMO/CN; Laura Carneiro, suplente da CMO/CN; Léo Alcântara, titular da CEICT/CD; Luciano Castro, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carreira, titular da CFT/CD; Machado, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD, suplente da CFT/CD; Marcelo Castro, suplente da CFT/CD; Marcelo Ortiz, suplente da CFT/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Marcos Abraão, suplente da CFFC/CD; Milton Monti, suplente da CMO/CN; Nárcio Rodrigues, suplente da CMO/CN; Narciso Mendes, titular da CEICT/CD; Nelson Meurer, suplente da CMO/CN; Neucimar Fraga, titular da CFFC/CD; Neuton Lima, titular da CMO/CN; Onyx Lorenzoni, titular da CFT/CD; Osvaldo Reis, suplente da CMO/CN, suplente da CFFC/CD; Pauderney Avelino, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Paulo Afonso, titular da CFT/CD; Paulo Kobayashi, titular da CMO/CN; Paulo Rubem Santiago, suplente da CFT/CD; Pedro Chaves, titular da CMO/CN; Pedro Fernandes, titular da CMO/CN; Pedro Novais, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Pompeo de Mattos,

suplente da CMO/CN; Professor Irapuan Teixeira, titular da CFT/CD; Promotor Afonso Gil, titular da CFT/CD; Rafael Guerra, titular da CMO/CN; Raul Jungman, titular da CFT/CD; Reinaldo Betão, titular da CEICT/CD, suplente da CFT/CD; Ricardo Barros, suplente da CMO/CN; Ricarte de Freitas, suplente da CEICT/CD, titular da CMO/CN; Roberto Balestra, titular da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Ronaldo Vasconcelos, suplente da CEICT/CD; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; Simão Sessim, titular da CFFC/CD; Virgílio Guimarães, titular da CEICT/CD, suplente da CFFC/CD, suplente da CMO/CN; Wasny de Roure, titular da CFT/CD; Wellington Roberto, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; e Zé Gerardo, titular da CMO/CN. **Senadores:** Delcídio Amaral, titular da CFC/SF, suplente da CAE/SF; Gilberto Mestrinho, suplente da CFC/SF, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; João Alberto Souza, titular da CFC/SF, titular da CMO/CN; João Batista Motta, titular da CFC/SF; Ney Suassuna, titular da CFC/SF, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Roberto Saturnino, titular da CAE/SF, titular da CMO/CN; e Valdir Rupp, titular da CAE/SF. Foi registrado o comparecimento dos seguintes deputados não-membros: Carlos Alberto Leréia, Dra Clair, Leonardo Monteiro, Professora Raquel Teixeira e Tatiko. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Deputado José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou as seguintes autoridades para a composição da mesa: Deputado Fábio Souto, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados; Deputado Anivaldo Vale, Segundo Vice-Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o palestrante disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteaado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a

tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente informou que a lista de inscrição para o debate estava aberta. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em *data show* sobre o tema em questão. Finalizada a explanação, o Presidente anunciou que constava da pauta de reunião da Comissão Mista de Orçamento o Requerimento nº 03/2003, de autoria do Deputado Jorge Alberto, em que solicita a convocação do Presidente do Banco Central para prestar esclarecimentos sobre a condução da atual Política Monetária e Cambial. Continuando, informou que o Requerimento estava prejudicado, tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Dr. Henrique Meirelles. O Presidente propôs que o Presidente do Banco Central respondesse após a intervenção de três parlamentares inscritos. O Plenário assentiu. O Presidente comunicou que estava disponível aos parlamentares a nota técnica sobre a avaliação das políticas monetária, creditícia e cambial, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. A seguir, os debates foram iniciados. Como primeiro debatedor, o Deputado João Almeida formulou questionamentos ao palestrante. No decorrer de sua fala, o Deputado Pedro Novais apresentou questão de ordem no sentido de que o Deputado João Almeida permanecesse restrito ao tema em debate. O Presidente solicitou que fosse permitido ao interventor finalizar a sua colocação. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, o Deputado Simão Sessim, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu o seu lugar à mesa. O Presidente, deferindo a questão de ordem do Deputado Pedro Novais, anunciou que a primeira parte do questionamento do Deputado João Almeida fosse respondida pelo Dr. Henrique Meirelles, tendo em vista o disposto no *§ 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Ainda sobre esse assunto, o Deputado Sérgio Miranda informou que o palestrante fora convocado para prestar informações referentes à gestão anterior, e o Deputado João Magno solicitou que as indagações fossem formuladas estritamente dentro do amparo regimental. O Presidente acatou a solicitação. Continuando, formularam questionamentos ao Dr. Henrique Meirelles os Deputados Wasny de Roure e Alberto Goldman. Em seguida, o expositor procedeu às respostas aos questionamentos formulados. Às dezesseis horas e quarenta e três minutos, o Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, tomou assento à mesa, retirando-se do recinto às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Às dezesseis horas e quarenta e nove minu-

tos, o Deputado Léo Alcântara, Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados, assumiu a condução dos trabalhos. Procedendo ao segundo bloco de intervenções, o Presidente passou a palavra aos Deputados Ricardo Barros, Pauderney Avelino e Paulo Rubem Santiago. O Deputado Jovair Arantes apresentou questão de ordem em que solicitava maior brevidade na colocação dos questionamentos pelos parlamentares. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles respondeu aos questionamentos. Dando continuidade ao debate, o Deputado Anivado Vale apresentou suas indagações ao palestrante. Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, o Deputado Simão Sessim, assumiu a direção dos trabalhos e solicitou que o bloco de debatedores fosse estendido para seis parlamentares. O Plenário assentiu. Em seguida, os Deputados Luiz Carlos Hauly, Pedro Novais, Jorge Bittar, José Thomaz Nonô e Jovair Arantes apresentaram suas intervenções ao palestrante. O Deputado Paulo Afonso questionou se o bloco de interventores poderia ser ampliado para mais de seis parlamentares, ao que lhe foi respondido que o número de parlamentares por bloco já havia sido ampliado. O Deputado Jorge Alberto questionou sobre o Requerimento nº 03/2003, de sua autoria, constante da pauta de reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional. O Presidente esclareceu que o Deputado José Carlos Aleluia, então condutor dos trabalhos, havia declarado o Requerimento prejudicado, tendo em vista o palestrante haver prestado as informações no decorrer da sua exposição. Feitos os esclarecimentos, o Deputado Jorge Alberto solicitou sua inscrição no debate. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles procedeu às respostas às indagações dos parlamentares. O Deputado Pedro Novais acrescentou informações aos seus questionamentos anteriormente formulados ao palestrante. O Deputado Jorge Bittar, no direito de réplica, solicitou esclarecimentos adicionais e foi atendido pelo expositor. O Deputado José Thomaz Nonô acrescentou informações à sua colocação anteriormente apresentada. Em seguida, o palestrante respondeu aos questionamentos dos parlamentares. O Presidente informou que restavam oito inscritos para o debate e solicitou cumprimento do prazo regimental para a fala dos interventores. Usaram da palavra os Deputados Félix Mendonça, Paulo Afonso, Eduardo Valverde, Dra. Clair, Virgílio Guimarães, Marcelo Castro e Carlos Alberto. Às dezenove horas e onze minutos, o Deputado Jovair Arantes assumiu a direção dos trabalhos, conforme o estabelecido no *art. 8º da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional*. O De-

putado Jorge Alberto, ao proceder à sua intervenção, fez uso de maior prazo para suas colocações, em virtude da necessidade de referir-se ao teor do Requerimento de sua autoria. Às dezenove horas e dezoito minutos, a condução dos trabalhos foi transferida ao Deputado Virgílio Guimarães, e às dezenove horas e vinte e quatro minutos, o Deputado Jovair Arantes re-assumiu a direção da reunião. Em seguida, o Dr. Henrique Meirelles respondeu aos questionamentos levantados pelos últimos debatedores, tendo sido interrompido pelo Deputado Jorge Bittar. Às dezenove horas e vinte e cinco minutos, o Deputado Simão Sessim re-assumiu a condução dos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles e do Dr. João Antônio Fleury Teixeira, bem como dos membros integrantes das Comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes no recinto. Antes de encerrar os trabalhos, às dezenove horas e cinquenta e sete minutos, anunciou que a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, marcada para a hora de término da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, deixaria de ser realizada tendo em vista o Plenário da Câmara dos Deputados encontrar-se na Ordem do Dia naquele momento. Informou, ainda, que a Comissão voltaria a reunir-se no dia oito de abril de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2003, com a participação das seguintes comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle do Senado Federal.

O tema a ser debatido será a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial do segundo semestre de 2002, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art.

9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

A meu lado está o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central – como todos sabem, Deputado eleito, em que pese não ter sido empossado em razão de ter assumido a Presidência do Banco Central. Perdemos a oportunidade de tê-lo como colega, pelo menos nesta Legislatura – e o Dr. João Antônio Fleury Teixeira, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil.

Informo, ainda, que consta da pauta da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Requerimento nº 03/2003, de autoria do Deputado Jorge Alberto, que solicita a convocação do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre a condução da atual política monetária cambial.

Estão à mesa representantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o 1º Vice-Presidente, Deputado Fábio Souto; o Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, Deputado Léo Alcântara; e o Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Anivaldo Vale. Não estão presentes os representantes da Comissão de Assuntos Econômico do Senado e da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Se houver Parlamentar que represente essas Comissões, convindo-os para compor a mesa. *(Pausa.)*

Convido para tomar assento à mesa o Senador João Alberto, Relator nesta Comissão de Orçamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que elaborou o Orçamento de 2003.

De acordo com o estabelecido no § 2º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para fazer a exposição, não podendo ser interrompido. A Mesa, porém, já acordou com o Presidente que ele terá prazo mais dilatado a fim de obtermos da sua exposição maior clareza.

Conforme estipulado no § 5º, do art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo tempo.

Como os senhores já puderam perceber pela procura, a lista de inscrição está aberta e muitos já se inscreveram.

Antes de passar a palavra ao Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, informo que as

duas últimas filas da sala estão liberadas para imprensa e assessores.

Com a palavra Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra estar aqui representando o Banco Central, principalmente considerando o enorme esforço que fiz, durante a campanha eleitoral do ano passado, visando eleger-me Deputado Federal e ingressar nesta Casa como representante do povo do Estado de Goiás.

Aceitar o convite para presidir o Banco Central teve para mim o custo muito grande de não poder estar nesta Casa, convivendo com V.Exas. de forma regular. De qualquer forma, considero-me privilegiado por estar aqui para falar sobre a importância do Banco Central e dos efeitos na economia de suas transações, operações e políticas.

Sr. Presidente, com o objetivo de fornecer o maior volume possível de informações, tomei a decisão de apresentar uma projeção de um bom número de imagens. Pretendo assim oferecer a V.Exas. clara visão das razões pelas quais o Banco Central tem tomado uma série de decisões. Ao mesmo tempo, essas projeções me forçarão, em benefício do tempo, a não me alongar em cada uma delas – passarei rapidamente pelas meramente informativas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para que se entenda o contexto do Banco Central, vou começar a apresentar a visão de crescimento econômico e de formação da taxa de juros, noções que deverão ficar mais claras à medida que prossigamos.

Em primeiro lugar, para examinar a atuação do Banco Central, é importante analisar antes o que determina o crescimento de um país, porque a finalidade de qualquer política econômica certamente é promover seu crescimento econômico e social.

Os determinantes básicos de crescimento de qualquer economia são produtividade (e para isso é fundamental a educação), Risco Brasil baixo (o que significa, a longo prazo, taxas de juros reais médias baixas) e estabilidade macroeconômica (o que significa, entre outras coisas, baixa inflação, previsibilidade, confiança nos contratos e maior estabilidade dos indicadores econômicos e do nível geral de poupança e de investimento).

Outro ponto importante é o fato de que muitas vezes se colocam, em lados opostos, crescimento econômico e estabilidade: ou se tem estabilidade ou se tem crescimento econômico. Devo dizer que não há na história recente do mundo experiência de cres-

cimentos sustentados por longos períodos com inflação alta; ou seja, todas as experiências de crescimento sustentado por período maior foram acompanhadas de inflação baixa.

Temos aqui alguns exemplos recentes – poderíamos citar muitos – de países que têm crescido, mais recentemente, a taxas maiores, como Coréia, China e Índia – países emergentes com graves problemas, tal como o Brasil, mas que têm mantido a inflação na taxa de um dígito e têm tido, nos últimos seis ou sete anos, impressionante crescimento.

O México tem tido taxa de inflação um pouco maior – agora em queda –, mas muitas coisas vão bem na economia desse país.

Chamo também a atenção para Cingapura, que, dentre esses países, tem crescido a taxas maiores e há mais tempo. Trata-se de uma economia já amadurecida que continua crescendo a taxas muito altas, com uma inflação média de 1,5% ao ano.

Portanto, inflação baixa é pré-condição para o crescimento.

Falando na recente dinâmica da inflação no Brasil, desejo enfatizar que o Brasil, fenômeno conhecido de todos, teve aumento muito grande da taxa nominal de câmbio, particularmente da cotação do real frente ao dólar – o dólar subindo, o real se depreciando –, e isso teve impacto muito grande nos índices de inflação. Promoveu o chamado “choque de oferta”, na medida em que os bens importados subiram de preço em reais por causa da alta do dólar; mas, mais do que isso, os bens exportáveis, os chamados bens comercializáveis no exterior, também tendem a aumentar de preço junto com o dólar. Tudo isso gerou forte pressão inflacionária.

Passo a mostrar a trajetória da inflação dos últimos doze meses, desde janeiro de 1996.

Essa inflação refletiu, na realidade, o ano de 1995, de cerca de 22%; caiu, manteve-se em patamares entre 5% e 10% nos últimos quatro anos, e, a partir do final do ano passado, teve rápido crescimento. De fato, estamos em momento de pressão inflacionária. Isso é importante porque condiciona fortemente a atuação do Banco Central. No último trimestre do ano passado, nos meses de outubro, novembro e dezembro, a inflação foi de 6,6%; portanto, uma inflação anual de 29%. Um importante dado para condicionar as ações do Banco Central.

Chamo a atenção para outro aspecto. Além da inflação dos bens comercializáveis com o exterior, do efeito da desvalorização cambial, tivemos também a questão dos preços administrados. Se olharmos, por

exemplo, o período de 1996 a 2002, na penúltima coluna, o IPCA subiu cerca de 100%, incluídos aqui os preços administrados; os preços livres subiram cerca de 70%, enquanto os administrados subiram 228%. Em resumo, houve forte pressão dos preços administrados, que ainda continuam pressionando a inflação.

Alguns itens de alto impacto popular também tiveram altas importantes. Desejo mencionar esse quadro de subida do dólar com impacto inflacionário, ou seja, a subida dos preços administrados relacionados.

Esse o ambiente em que o Banco Central tem de exercer a sua função.

O dado positivo, para não mencionar apenas os negativos, conforme previsão dos agentes econômicos – até agora mencionei inflação de doze meses passados; mas olhem agora para frente, para onde o Banco Central tem de olhar com muita atenção –, é que deverá haver queda nos índices inflacionários nos doze meses à frente. Por exemplo, as últimas pesquisas de mais de cem analistas do mercado já indicam inflação, nos próximos doze meses, de cerca de 9,6%, caindo desse patamar a que chegou, de cerca de 12%. Existe pois a expectativa de que, pelas ações de política monetária do Banco Central, essa inflação comece a ceder.

Uma questão que aparece muito no Brasil hoje – isso está na essência do papel do Banco Central – é como combater a inflação. Pois bem, vou fazer a sumarização de um dos pontos onde vou me deter mais.

Existem quatro grandes maneiras de se combater a inflação na história recente dos países com política monetária organizada. Em primeiro lugar, temos o que já foi tentado muitas vezes na América Latina, inclusive no Brasil: controle de preços, controle de capitais, confisco, *tablitas*. Isso não tem funcionado, não há exemplo de funcionamento consistente das chamadas medidas heterodoxas.

Três formas de controle obtiveram sucesso, algumas temporariamente. Primeiro, o controle da taxa de câmbio, como o Brasil fez de 1995 a 1998, e a Argentina, na década passada. Esse sistema funcionou bem temporariamente em muitos países, mas mostra a limitação, por exemplo, que o País sofreu, com tendência à sobrevalorização da moeda. Isso demanda taxas de juros muito altas e grande financiamento externo para poder manter a taxa de câmbio sob controle. Portanto, esse sistema foi abandonado pela maioria dos países, e não há nenhum país hoje completamente independente que o utilize. Hong Kong ainda tem um câmbio nesse sentido, certamen-

te um apêndice da China que usa a fixação ao contrário.

O controle dos agregados monetários, o velho monetarismo, também foi usado por muitos bancos centrais, por longo tempo, com relativo sucesso. Mas isso foi abandonado porque acabava gerando taxas de juros excessivas, gerando recessões fortíssimas. Concluiu-se que atualmente os agregados monetários, com o desenvolvimento dos mercados financeiros, passaram a ter a característica de imensa instabilidade, não sendo, assim, um meio muito eficaz de controle da inflação.

A metodologia do uso da taxa de juros como mecanismo de controle inflacionário é hoje objeto de consenso na maioria dos países.

Em suma, o Banco Central tem meta de inflação e para isso utiliza a taxa de juros, instrumento político monetário. Diversos países, tais como Estados Unidos, Inglaterra, Chile, México, Peru, Austrália, Nova Zelândia, utilizam-se desse instrumento. Mas a realidade é que, de forma explícita ou implícita, praticamente todos os bancos centrais dos países mais amadurecidos usam o sistema de metas de inflação.

Com relação à taxa de juros, chamo a atenção para alguns aspectos muito importantes. Por exemplo, a taxa de juros no Brasil hoje, a chamada SELIC, é de 26,5%. Vamos supor que a inflação em determinado período seja de 12,5% e a taxa SELIC se mantenha nesse patamar todo o ano. Nesse caso, a taxa de juros real seria de 14%. Se a inflação fosse de 8,5%, a taxa de juros real seria de 18%; se a inflação fosse de 20%, a taxa real seria de 6,5%.

Desejo mostrar que a taxa de juros tem um componente: a inflação. Portanto, quando olhamos a taxa de juros não podemos olhar apenas a taxa nominal, porque ela pode apenas estar refletindo a inflação. No Brasil, a inflação já chegou a atingir patamares de 1000% ao ano, juntamente com uma taxa de juros acima de 1000%. Isso não quer dizer necessariamente que fosse alta ou baixa. Pode haver um país praticando taxa de juros de 10% ao ano e essa taxa ser muito alta diante de uma inflação de 1% no período.

Outro aspecto importante é partirmos do pressuposto de que, quando a taxa de juros sobe, a inflação cai um pouco, e, quando a taxa de juros desce, a inflação tende a subir um pouco. Essa a experiência de praticamente todos os países do mundo. O Banco Central do Brasil e o mercado financeiro brasileiro têm estudos que demonstram isso. Pode o Banco Central baixar a taxa de juros e ela ficar igual ou negativa à inflação? A experiência mostra que não. Todo país tem a chamada taxa de equilíbrio de juros, aquela que

não influencia a inflação nem para cima nem para baixo. Ilustro isso no gráfico à frente.

Vejam: nos últimos anos, a taxa real de juros média no Brasil, isto é, aquela acima da inflação, corresponde a cerca de 19%, no período de 1995 a 1999, e, a cerca de 10,18%, de 1999 até fevereiro de 2003. Isso demonstra que conseguimos, nos últimos quatro anos, baixar a taxa média de juros, de forma substancial, na medida em que mudou o regime monetário de taxa de câmbio controlada para taxa de câmbio flutuante com regime de metas de inflação.

Não há dúvida de que essa taxa ainda é alta em termos internacionais.

Por que o Brasil tem alta taxa no âmbito internacional? Vou mostrar o conceito da taxa de equilíbrio. A taxa de equilíbrio é aquela que, em tese, não altera a inflação. É a taxa de juros praticada quando a inflação não vai para cima nem para baixo. Cada país possui taxa de equilíbrio, conforme vou mostrar na projeção seguinte. Nesse dado país, por exemplo, a taxa de equilíbrio seria 7,5%. Vamos supor que houvesse inflação de 12,5%. Portanto, 20% seria a taxa equilibrada nesse país, e que não faria a inflação nem subir nem descer. Se o banco central quisesse apertar a política monetária para baixar a inflação, faria subir essa taxa; caso contrário, baixaria.

A taxa de equilíbrio no Brasil não é facilmente definível por causa do choque externo, da recente variação cambial que tivemos. Mas, historicamente, ela tem variado entre 5% a 10%. Vamos usar 7,5% como exemplo ilustrativo. Mesmo usando 7,5% e comparando-a com a de outros países, podemos verificar que, em média, a taxa de equilíbrio de outros países é menor do que a brasileira. Nos Estados Unidos, 2,75%; na Espanha, 2,88%; na Tailândia, 4,53%. Se nos Estados Unidos, em tese, a taxa base está por volta de 2,75%, não afeta a inflação. Se necessário, o banco central norte-americano faz subir a taxa para baixar a inflação ou faz descer a taxa se a economia estiver em recessão. No entanto, a taxa média do Brasil é maior. O Banco Central do Brasil não tem, digamos, a latitude para baixar essa taxa. Outra maneira de entender isso seria o chamado Risco País, qual seja, o risco que o País tem para se financiar.

Por que as taxas de juros reais, em geral, são mais altas no Brasil? Como podemos fazer para baixá-las de fato? Essa a grande aspiração de todos. Por que os juros reais são mais altos no Brasil?

Há, também, cumprimento de contratos no passado, particularmente na década de 1980; históricos recentes de superávit primário no setor público brasileiro; trajetória desfavorável da dívida pública do PIB

por alguns anos, mas que se reverteu, ficou positiva; e reduzida participação do fator externo da economia, fator também importante.

Vou mostrar rapidamente uma série de gráficos para demonstrar a tendência, o que justifica, de algum modo, no passado – estamos olhando para trás –, a manutenção da taxa de Risco Brasil alta, que tem certa correlação com a taxa de equilíbrio.

O resultado primário obteve negativo comportamento no período de 1994 a 1998. A dívida pública, em relação ao produto, em consequência, também obteve evolução crescente. Portanto, do ponto de vista analítico, negativa. A balança comercial, devido à questão cambial, obteve também negativa evolução. A relação dívida externa, exportações e inconsequência também foi crescente.

Desejo mostrar apenas que, nesse período, segundo os analistas internacionais, recomendava-se maior cautela em relação ao Brasil. Essa uma das razões de o Risco Brasil ter se mantido alto. O déficit em transações correntes, em consequência, cresceu e atingiu o pico de 33 bilhões de dólares em 1998, total que o Brasil perdeu nas suas transações correntes com o restante do mundo.

Como faremos para reduzir as taxas de juros reais? Em primeiro lugar, enfatizo que não é algo endêmico aos países emergentes nem latino-americanos o fato de o Brasil ter risco país alto, o que, em última análise, – repito – mantém correlação com a taxa de equilíbrio de juros real da economia. O México, com relativa taxa alta de risco, hoje está na faixa de 350 pontos. O Chile tem se mantido em níveis baixos.

Em resumo, é possível reduzir a taxa de risco país e, em consequência, a taxa de juros real da economia. Mas como? Estamos no caminho certo, porque os números que antes mostrei, de 1998 a 2003, mostram que a balança comercial saiu de um déficit de 6,6 bilhões de dólares para 13 bilhões de dólares positivos, no ano passado, e estima-se para este ano 16 bilhões de dólares – resultado projetado. O déficit em transações correntes caiu de 33 bilhões de dólares para 7,8 bilhões de dólares, no ano passado, e para 4,2 bilhões de dólares este ano. Em consequência, a relação dívida externa/exportações também se inverteu: passou de 4,7 bilhões de dólares para 3,5 bilhões de dólares. O resultado primário foi crescente: passou de 3,23 bilhões de dólares do produto, em 1999, para 4,25 bilhões de dólares, previstos para 2003. Assim como caiu a depreciação cambial. Em consequência, a relação dívida/produto tem sido carente nos últimos meses.

Outra projeção mostra que o mercado internacional está reconhecendo o progresso do Brasil, não só nos últimos anos, mas particularmente nos últimos meses. O Risco Brasil, que atingiu cerca de 2.400 pontos em outubro do ano passado, agora já atinge 1.031 pontos. Quando verifiquei há pouco, estava em 1.020 pontos. Portanto, está caindo de forma consistente, o que demonstra ao mundo que, de fato, a economia brasileira está indo na direção correta.

A inflação representa uma ameaça. Todos os países que cresceram tiveram baixa inflação como condição prévia. A experiência internacional mostra que o instrumento mais eficaz é a taxa de juros. No entanto, para crescer a longo prazo precisamos baixar a taxa de juros de longo prazo, e não a taxa de juros de curto prazo. Para isso, é necessário baixar o Risco País e obter superávit primário sustentado, o que implica a necessidade da reforma da Previdência e da reforma tributária, assunto que está sendo discutido por V.Exas. Precisamos obter saldo comercial, exportar fortemente. Precisamos também das chamadas microrreformas; por exemplo, no tocante aos *spreads* bancários, que são altos e devem ser resolvidos.

Estou mencionando algumas discussões que serão feitas por V.Exas., a quem evidentemente caberá julgar o que deve ou não ser feito. Mas desejo salientar que há o reconhecimento de que o Brasil está caminhando na direção correta por estar a discutir todos esses assuntos.

Essa a ligeira visão, mas com bastante informação, do ambiente em que trabalha o Banco Central.

Vamos agora passar à parte mais direta do impacto fiscal das operações do Banco Central e do Tesouro Nacional. Vou ater-me ao período a que se refere o relatório que estou prestando, o ano de 2002, e, mais adiante, à questão do Banco Central, especificamente nos últimos seis meses.

A dívida líquida total do Brasil cresceu 3,96% do produto, em 2002. Chamo a atenção para aquilo que se relaciona ao Banco Central: 1,13% corresponde ao produto da apropriação de juros reais da dívida pública; o restante: variação cambial, 9,45%; reconhecimento de dívida, 0,92%; privatização, resultado positivo.

Apresento a evolução da dívida líquida do setor público como percentagem do Produto Nacional Bruto nos últimos anos e sua queda. A título ilustrativo, há projeção do Ministério da Fazenda – sob condições de inflação e superávit primário – sobre o comportamento da dívida líquida do setor público para os próxi-

mos oito anos. Há trajetória cadente, muito importante para a queda do Risco País.

Para ser mais específico, o Banco Central sempre utiliza o impacto de sua política monetária. Qual é o efeito, na dívida pública, da elevação de um ponto percentual na taxa de juros? Um ponto percentual na taxa de juros aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2 pontos percentuais do Produto Interno Bruto. Esse percentual é nominal, porque, se houver 1% de inflação, o Produto cresce também 1% nominalmente. Significa que a relação entre dívida e produto se mantém. Portanto, o que de fato gera impacto na relação entre dívida e produto é apenas a taxa de juros real, não a taxa nominal. Precisamos lembrar que há componente de inflação inserido na taxa de juros.

Por outro lado, a depreciação permanente da taxa de câmbio real, depois de descontada a inflação de 1%, aumenta a dívida líquida do setor público em 0,2734% do PIB. Essa sensibilidade não implica desembolso de recursos, obviamente, mas o aumento da dívida.

Em relação à política cambial, segundo dados do ano passado, o Banco Central captou 4 bilhões de dólares no mercado externo até março de 2002. Muitas vezes, perguntam quais as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio no ano passado. No mercado, à vista, 5,8 bilhões de dólares; leilões de linhas de crédito, 2,7 bilhões de dólares; linhas de exportação, 1,7 bilhão de dólares; programa de recompra de bônus da dívida externa, até 3 bilhões de dólares. E fizemos acordo com o Fundo Monetário Internacional que nos garantiu 30 bilhões de dólares de linhas adicionais de financiamento até 2003, com saque em 2002 de 6 bilhões de dólares. E a razão disso é muito simples. No ano passado, conforme mencionado, houve crise de confiança na economia brasileira, a moeda começou a se depreciar fortemente, e, em determinado momento, houve problemas de liquidez. Na oportunidade, o Banco Central do Brasil entendeu que deveria evitar crise de maiores proporções, que seria bastante prejudicial ao País, e fez intervenções – como aqui indicado – no mercado à vista, em leilões de linhas de crédito, oferecendo também linhas de exportação para que elas não ficassem prejudicadas no Brasil.

Prosseguindo, apresento de forma gráfica as intervenções do Banco Central no correr do ano passado, que passaram a se dar de forma acentuada a partir de junho, quando começou a haver, de fato, maior desconfiança quanto ao desenrolar futuro da economia brasileira. Pois bem. O Banco Central tomou a de-

cisão de evitar prejuízos maiores à economia, fazendo essas intervenções.

Com relação à dívida interna indexada ao câmbio, podemos afirmar que ela cresceu de junho de 2001 até junho de 2002, quando começou a cair em pequenas proporções.

O total de títulos da dívida pública indexados ao dólar atingiu, em março de 2002, o pico de 77 bilhões de dólares. Caiu pouco em junho e, em setembro, fortemente; e continuou caindo em dezembro. Nesse momento, o Banco Central do Brasil decidiu substituir os títulos da dívida cambial que estavam vencendo pelas chamadas operações de *swap*. O que são essas operações? O Banco Central dá a garantia de que o mercado terá condições de comprar certo volume de dólares, ou vice-versa. Não vou entrar em muita técnica. Por exemplo: se determinada empresa tomou 1 milhão de dólares e está temendo internalizar esses recursos porque não sabe quanto vai ter de pagar daqui a um ano pelo dólar, ela faz operação de contrato com o Banco Central, que se compromete a pagar a ela 1 milhão de dólares, e essa empresa se compromete a pagar a ele esse 1 milhão de dólares indexado à moeda interna, ao Fundo DI. Isso pode dar resultado positivo ou negativo. Na prática, significa que o Banco Central passou a assumir, em lugar do Tesouro, a parcela do risco cambial da dívida pública. Concluiu, na oportunidade, ser isso menos dispendioso para o Tesouro, porque naquele momento o mercado precisava de proteção para internalizar os recursos e não aceitava com facilidade o título do Governo, porque os investidores estavam preocupados com o futuro da economia brasileira. Portanto, isso fez com que o valor total de títulos públicos indexados ao dólar, no geral, caísse. Esse o resumo das chamadas operações de *swap* feitas no ano passado.

Também nos foi solicitada informação acerca das saídas líquidas das chamadas contas CC5 do ano passado. Estamos usando CC5 aqui para obedecer a jargão de mercado e facilitar o entendimento, mas o nome técnico utilizado é Transferência Internacional de Recursos em Reais. O volume total de Transferência Internacional de Recursos em Reais atingiu valores expressivos de agosto a outubro de 2002, também pelas causas conhecidas, caindo dramaticamente a partir do mês de novembro.

Essas são as operações registradas no Banco Central. Não confundam essas operações com as chamadas operações ilegais ou criminosas, pois estas normalmente são feitas fora do âmbito dos registros do Banco Central, no chamado mercado paralelo, mercado negro ou mercado livre. Portanto, as opera-

ções de Transferência Internacional de Reais são registradas e controladas pelo Banco Central do Brasil.

Em relação à política creditícia, podemos verificar que o volume total de créditos da economia tem crescido substancialmente desde 2000, estabilizando-se a partir da metade de 2002, também pelas causas conhecidas, e hoje talvez até caindo um pouquinho. Hoje está na faixa de 215 bilhões de reais.

O *spread* bancário – de fato motivo de preocupação de todos – estava num patamar muito alto em 2000; caiu de importante forma, subiu e se estabilizou hoje na faixa indicada. Mas, novamente, o Banco Central tem realizado estudos, visando, a médio prazo, a essa redução do *spread* bancário.

Com relação ao inadimplemento, podemos verificar que o total geral de inadimplemento, de problemas de crédito, está estável, com o de pessoa jurídica caindo um pouquinho e o de pessoa física, um pouco superior. Esse também é o comportamento total de inadimplementos.

Passando agora às contas do resultado do Banco Central do Brasil, especificamente, dados técnicos, receitas e despesas, todas as operações passam por esse item. Se positivo, após ajuste de reserva, é transferido como receita. Se negativo, é coberto como despesa do Tesouro Nacional, porque o Banco Central opera em nome do Tesouro, é autarquia do Governo Federal. Em ambas as situações, é contemplada no Orçamento fiscal a conta do Tesouro Nacional do ano seguinte ao ano da aprovação do balanço. Sumarizando as contas específicas do Banco Central, a grosso modo a estrutura patrimonial do ativo do banco, cerca de 48% estão, de uma forma ou de outra, indexados ao câmbio, e 52%, a índices internos. As reservas internacionais, obviamente, estão indexadas ao câmbio; as cotas de organismos internacionais estão indexadas ao câmbio; as operações do mercado de *swap* estão indexadas ao câmbio; também índices internos, títulos principalmente do Governo Federal, como LFT, LTN. Com o passivo ocorre o mesmo: 51% estão indexados ao câmbio, o que significa, por exemplo, empréstimos internacionais, empréstimos do Fundo Monetário, captações cambiais e também as operações de *swap* aqui incluídas. Os índices internos, 35% sem remuneração, reservas bancárias etc., 14%. Isso na data base de 31 de dezembro de 2002. Existem os dados para 30 de junho de 2002.

Vou me deter um pouco mais nesse gráfico – os outros foram informativos – a essência da nossa apresentação de hoje, que é o resultado do Banco Central.

O Banco Central do Brasil teve prejuízo, no segundo semestre de 2002, de 6 bilhões e 280 milhões de reais. De onde vem esse prejuízo? Vamos olhar a estrutura do balanço. O Banco Central teve lucro com as operações externas no valor de 15 bilhões e 800 reais. Enfim, aplicou mais na área externa do que nas obrigações. Nas operações do mercado aberto, o Banco Central também recebeu mais do que captou. O total de recursos aplicados pelo Banco Central no mercado aberto é maior do que ele capta, inclusive porque tem meio de pagamento, recursos não remunerados no passivo do Banco Central. É normal que ele dê lucro.

As operações com o Tesouro Nacional custaram aproximadamente 16 bilhões de reais. De onde vem isso? Da conta do Tesouro que o Banco Central remunera as taxas dos títulos do Tesouro. Portanto, taxa normalmente negativa. É a despesa do Banco Central, os recursos depositados pelo Tesouro no Banco Central.

Agora, dois itens mais complexos.

Sobre a questão do ajuste a valor de mercado de 5,8 bilhões de reais. O Banco Central do Brasil trabalha pelas normas internacionais de organizações bancárias, isto é, os títulos que ele tem na carteira podem vir a ser comercializados no mercado. O Banco Central eventualmente faz isso por questão de política monetária de expandir ou contrair a liquidez. Portanto, dispõe de certo volume de títulos que ele poderá vir ou não a comercializar no mercado, e, pelas normas internacionais, esses títulos podem ser ajustados ao valor de mercado.

Fato conhecido é que, devido à crise do ano passado, os valores de todos os títulos do Governo brasileiro caíram de valor. Estão se recuperando agora não só nacional como também internacionalmente. Se olharmos as cotações, os *C-bonds* – o papel do Governo brasileiro no exterior – estão subindo: tendo caído a 48 centavos, hoje já atingem 80 centavos. Os títulos internos (LFT) também tiveram variação nesse sentido. Portanto, o Banco Central colocou como despesa, na medida em que os valores desses títulos caíram. Isso é norma contábil; não é despesa real. Partindo-se do pressuposto de que os títulos serão honrados pelo Governo, o Banco Central manterá os títulos em carteira e vai recuperar esse valor no correr do tempo.

As operações de *swap*, com 14 bilhões de reais de prejuízo, refletem de novo a séria crise do ano passado, pelo fato de o real ter-se depreciado e o Banco Central ter vendido dólares para manter a despesa.

A boa notícia é que isso não foi despesa isolada. Se olharmos para o gráfico anterior, poderemos ver que o Banco Central substituiu títulos do Governo com indexação cambial. Dessa forma, podemos afirmar, com liberdade de expressão, que o Banco Central assumiu despesa cambial em nome do Tesouro. Portanto, essa despesa é produto do fato de o País ter dívidas indexadas ao dólar. Não é apenas uma decisão. Se o Banco Central não tivesse feito os *swaps* e o Governo tivesse mantido o volume total de proteção cambial oferecida ao mercado, por meio da dívida indexada ao dólar, a despesa ficaria diretamente alocada ao Tesouro, caso ele tivesse mantido mais títulos cambiais.

Resumindo, o Banco Central emitiu contratos de *swap* para substituir os títulos cambiais a vencer. Outras operações, 1,2 bilhões de reais – despesas administrativas e outras.

Vou detalhar mais os dados. Se olharmos pelo ângulo do indexador cambial, todos os títulos de ativo e passivo obtiveram resultado negativo de 2,8%. Índices internos 0,3%; ajustes a valor de mercado – conforme mencionado –, 58%; outras, resultados gerais, 3,15%. Há várias maneiras de olhar o balanço, mas, na verdade, são só detalhamentos.

Segundo os resultados do Banco Central por indexador cambial: dólar, DES, euro e ien, podemos ver que as grandes despesas foram, no caso, em DES, moeda usada pelo Fundo Monetário Internacional para seus empréstimos. Portanto, grande item de despesa E o Banco Central não tem ativos em DES, porque praticamente poucas instituições usam dessa moeda.

Por outro lado, as operações de *swap*, conforme mencionado, mostram outra forma de enxergar o balanço. Por indexador “índice interno”, há prejuízo de 730 milhões de reais; basicamente nos títulos indexados por TR.

Passo a explicar a questão dos ajustes a valor de mercado. Vimos que a grande perda se deu nos títulos NTN – títulos indexados à moeda externa –, no valor de 7,7 bilhões de reais. As NTNs tiveram pequena valorização, enquanto as LFTs ficaram relativamente estáveis. A CVS teve pequena perda e os títulos da área externa tiveram ganho de 2 bilhões e 190 milhões de reais, resultando, portanto, perda líquida de 5,8 bilhões de reais.

Outras despesas foram com o valor de 3,15% de juros, resultados de 5,11 bilhões de reais; títulos do Banco Central, administrativos, a 640 milhões de reais; precatórios, 420 milhões; e outras despesas gerais, no total de 900 milhões de reais. Portanto, toda

uma série de provisões e outras despesas de balanço.

Detalho aqui as operações de *swap* para que V.Exas. tenham noção dos valores. No dia 31 de dezembro – vejam a penúltima coluna – o Banco Central estava, de um lado, na chamada posição comprada, com 103 bilhões de reais, e, de outro lado, com 12 bilhões de reais. Significa que empresas tinham o direito de comprar do Banco Central o equivalente a 113 bilhões de reais em dólares, a preço determinado, e tinham obrigações de vender 12 bilhões de reais.

Finalizando, menciono as notas de auditoria. Uma nota, que é o resultado mais expressivo, diz que o Banco Central não provisionou todas as contingências judiciais. O Banco Central já havia provisionado cerca de 558 milhões de reais referentes a 781 ações com decisão de mérito desfavorável ao Banco Central. Foram cerca de 53 mil ações, muitas delas referentes ao Plano Collor e outros planos, ações de pequeno valor. Na realidade, por limitações orçamentárias, o Banco Central não foi capaz de desenvolver ainda um sistema de fazer provisão até dezembro. V.Exas. podem imaginar o que é prever o resultado de cada ação. Felizmente, algumas dessas ações mais importantes já têm decisões preliminares favoráveis.

Em última análise, há de se prever qual será o resultado de toda a contingência judicial a respeito dos diversos planos econômicos feitos no passado. Estamos trabalhando duro nisso e pretendemos, no decorrer do ano, dar previsão de balanço. Mas isso vai depender das decisões da Justiça; portanto, uma previsão sujeita a erros de avaliação.

Outra questão está relacionada ao acerto de contas em suspenso, previsto na Medida Provisória nº 45, e que tornou improvável a realização dos valores registrados. Como o decreto legislativo não foi aprovado dentro do prazo, em termos de efeito líquido, os resultados apurados no balanço, no dia 31 de dezembro, deverão ser mantidos. Significa que essa nota vai desaparecer do próximo balanço.

Finalmente, o Banco Central não contabilizou a obrigação atuarial dos servidores, em atendimento ao disposto na LRF, que significa a contabilização de obrigações futuras de aposentadoria. Esse assunto está em discussão na auditoria para se saber qual o melhor tratamento contábil a ser dado – assunto bastante complexo e muito técnico. Certamente, nos próximos balanços, o Banco deverá ter previsão a respeito.

Como observação final, o resultado constitui obrigação do Tesouro Nacional para com o Banco Central e deverá ser coberto até o décimo dia útil de

janeiro de 2004. Portanto, o resultado de 6,28 bilhões de reais foi negativo no segundo semestre de 2002.

Na minha explanação, mostrei basicamente a situação da economia brasileira como um todo – onde se insere o Banco Central, qual o efeito das operações do Banco Central no Tesouro e, finalmente, o efeito disso no balanço do Banco Central.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles a exposição.

Em primeiro lugar, considero prejudicado o requerimento do Deputado Jorge Alberto porque entendo que o Presidente do Banco Central tratou da questão que é objeto do seu requerimento. Não o colocarei em votação nem hoje nem em outra oportunidade. O Deputado poderá fazer outro requerimento, se assim o desejar.

Passamos agora à parte das indagações dos Deputados.

Encontram-se inscritos quinze Deputados. Se todos concordarem, poderemos dar a palavra para as arguições em bloco de três. Em seguida o Presidente do Banco Central responderia aos três, e assim por diante.

Se o número se mantiver em quinze, teremos apenas cinco blocos. Estão todos de acordo? (*Pausa.*)

Concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado João Almeida, do PSDB da Bahia.

Antes, informo aos senhores que está à disposição nota técnica da consultoria para subsidiar eventual indagação.

Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Srs. Presidentes das Comissões que realizam esta reunião conjunta, Sr. Presidente do Banco Central, companheiros e companheiros Parlamentares, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, parabeno o Dr. Henrique Meirelles pela completa exposição feita e pela condução na economia, que tem contribuído para a alteração das negativas expectativas, injustificadas, criadas durante a disputa eleitoral.

Preliminarmente, desejaria retomar a discussão levantada ao tempo do convite feito a S.Sa. para ocupar a Presidência do Banco Central. À época, a imprensa publicou que S.Sa., tendo sido executivo do Banco de Boston, tratou da retirada ou da aposentadoria que teria vinculada àquele banco.

Em muitas discussões aqui, fui um dos que defendeu, contrariamente ao que se poderia imaginar, que isso seria bom indicativo, porque estava demonstrando que o Governo convidava executivo de alta qualificação, que poderia até perceber salários e remunerações naquele nível, numa disputa no mercado internacional. Efetivamente, para cuidar de banco nada melhor do que quem entende de banco. Essa discussão, travada desde a nomeação do anterior Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, perdurou por muitos dias. Recentemente, há na Bahia – e temos de dar satisfação aos nossos eleitores – , alguns chatos, que não se conformam com o assunto, que, para eles, ainda não está resolvido. Dizem eles: *“Ora, quando recebermos aposentadoria, a lei nos garante receber a aposentadoria pública. Quando se faz um pecúlio, há determinada lei que regula a aposentadoria privada”*.

O que regulará as relações do Presidente do Banco Central com seu antigo empregador para garantir retirada tão significativa? Não sei. Aí vem a especulação. É usual o grande executivo pactuar a remuneração continuada, quando ele se desliga de determinado grupo empresarial de porte. No entanto, ela é vinculada a compromissos do tipo *“não é possível trabalhar em empresas do mesmo ramo de negócios”* ou *“fica impedido de tratar de interesse conflitante com interesse daquela empresa”*.

Assim, o povo da Bahia não chega a fazer, certamente, aquilo que faria o Senador Aloizio Mercadante. Em absoluto, não tem cabimento dizer que o Presidente do Banco Central é pensionista do Banco de Boston. Foi quase a alteração feita aqui.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – V.Exa. apresenta questão de ordem com base no § 5º do art. 256 do Regimento Interno.

Peço a V.Exa. que ouça a pergunta do Deputado João Almeida na íntegra para, depois, a Presidência decidir sobre a questão de ordem, a menos que ela não seja sobre o tema.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, a questão de ordem é exatamente sobre o que está falando o Deputado João Almeida. Não é objeto da palestra do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Solicito a V.Exa. que deixe o Deputado concluir seu pronunciamento, porque a Mesa tomará a decisão sobre o enquadramento ou não do art. 5º.

Já havia percebido a intenção, pelo rumo da pergunta, mas quero dar ao Deputado João Almeida a oportunidade de concluir sua intervenção.

Posteriormente, repito, a Mesa tomará decisão sobre a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Obrigando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Certamente, como disse, não tem cabimento. A acusação seria intolerável, mas interessante para esclarecer a situação, a fim de que possamos proceder à defesa de V.Exa, como é de agrado.

Qual é o tipo de relação existente? É a relação pública que não vincula, de alguma forma, sua atual função de Presidente do Banco Central à de Deputado, que teria assumido compromissos com a instituição privada a que V.Sa. estava vinculado anteriormente?

V.Sa. responderá as perguntas, se achar conveniente.

No que se refere ao objeto específico desta reunião, V.Sa. está consciente de que estamos reunidos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Talvez não saiba, mas tal legislação, elaborada no Governo anterior, foi muito combatida pelo PT e pelo PCdoB, que apresentaram ao projeto diversas emendas, essa inclusive. A obrigação de prestar contas regularmente não estava incluída na proposta original. Ela foi sugerida, à época, em especial pelo Líder Sérgio Miranda, absorvida pelo Congresso e sancionada pelo Governo.

Ainda assim, votaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Insatisfeitos, foram ao STF pleitear a ação direta de inconstitucionalidade. Nesse sentido, há decisão preliminar favorável à manutenção dos dispositivos da lei que eles alegam ser inconstitucional. Mas não há decisão definitiva.

O que V.Sa. pensa sobre o assunto? A lei é boa? Os dispositivos estão corretos? Deve, portanto, o Governo, por meio do Advogado-Geral da União, manter a posição defendida ou ela deve ser alterada?

Quando da aprovação do Orçamento, negociamos no Congresso Nacional o superávit primário de 3,75; depois, o valor foi alterado para 4,25.

A pergunta que faço é a seguinte: a decisão foi tomada a pedido do FMI ou foi exclusiva do Governo?

Também assistimos por muito tempo na Câmara dos Deputados ao então Deputado e hoje Senador Aloizio Mercadante falar em baixar 1% o valor das ta-

xas de juros, o que geraria superávit muito grande em um ano e possibilitaria maior aumento no salário mínimo. Ouvimos tal discurso por quatro anos.

O que constatamos agora, no Governo de que V.Sa. participa, é que a taxa de juros foi de novo elevada. O salário mínimo anunciado foi aquele negociado no Congresso Nacional em dezembro.

O Governo elevou o superávit primário a níveis altos, mais de 7%, no período de janeiro a março, e contingenciou os gastos no período. Assim, tínhamos a expectativa de que haveria recomposição do salário mínimo, pelo menos no patamar de 250 reais, compatível com os índices da cesta básica há um ano. Não ocorreu.

Seria interessante que V.Sa. esclarecesse o jogo de elevação da taxa de juros com reflexo no salário mínimo e no conjunto da economia. Se a taxa de juros não tivesse sido elevada em 1%, quanto sobria eventualmente? Tal medida garantiria patamar superior para o salário mínimo em relação ao valor anunciado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Sérgio Miranda, decidiremos a questão de ordem do Deputado Pedro Novais.

O entendimento da Mesa é de que a primeira parte da indagação do Deputado João Almeida, na forma do § 5º do art. 256, não está inserida no objeto da presente reunião.

Fomos liberais no tocante às indagações do Deputado João Almeida e, da mesma forma, poderemos ser generosos com as respostas que o Presidente do Banco Central considerar convenientes.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central veio a este conjunto de Comissões dar informação sobre a ação do Governo anterior? Ele é figura pública, Presidente do Banco Central. Teve a gentileza de fazer a exposição técnica sobre a ação do Governo do Deputado João Almeida, quando o Banco Central deu a este País, no ano de 2002, o prejuízo de 17 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Deputado Sérgio Miranda, sua intervenção, por favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Reforço o aspecto que o Deputado Pedro Novais abordou. O Deputado João Almeida poderia travar a discussão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal comigo e não

usar indiretamente a pessoa do Presidente do Banco Central. Quer discutir comigo? Vamos discutir a ADIN, as nossas emendas.

Friso que o Presidente do Banco Central cumpre a determinação legal de expor o prejuízo da Administração do Governo anterior, prestar contas das políticas monetária, de crédito e cambial também do Governo anterior. S.Sa. tem total liberdade de responder ou não as indagações fora de pauta apresentadas pelo Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, V.Exa. tem de zelar pela qualidade desta audiência. É a primeira oportunidade que a autoridade principal do Banco Central vem a esta Casa e a várias Comissões.

Os interpelantes devem apresentar perguntas mais objetivas, observando o Regimento, direcionadas ao foco do debate. Assim, o trabalho será melhor não só para nós, Deputados e Senadores, mas para o País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Obrigado, Deputado João Magno.

As respostas ao Deputado João Almeida serão dadas oportunamente, de acordo com o que estabelece o § 5º do art. 256 do Regimento da Câmara.

Como já decidi o assunto, passo ao próximo orador inscrito, conforme a idéia de termos três oradores antes da intervenção do Presidente do Banco Central, Deputado Wasny de Roure, pelo PT do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, senhores integrantes da Mesa, Sr. Presidente do Banco Central, cumprimento V.Sa. pela dignidade com que tratou a questão pública no período da sua escolha, pois enfrentou delicado quadro político, ainda que eleito pelo partido derrotado nas eleições. V.Sa. entendeu que o interesse público era maior do que as divergências políticas.

Sr. Presidente, tenho quatro questionamentos. O primeiro deles é: quais são os efeitos dos juros e do câmbio sobre a dívida pública em 2002 e de que forma o superávit fiscal contrabalançou tais efeitos?

Segundo ponto: afirma-se que o superávit fiscal não tem sido utilizado para abater a dívida pública. Portanto, quais os mecanismos que fazem com que o superávit primário ajude a controlar o aumento da dí-

vida pública, infelizmente, herdado a níveis estratosféricos, que tanto envergonha o povo?

Terceiro: dada a estrutura patrimonial do Banco Central, qual a sensibilidade dos resultados da autarquia em relação à taxa de juros e ao câmbio? Qual a atual situação dos empréstimos do PROER, que, se entendi suas considerações, em momento algum foi abordado por V.Sa.? Quanto foi emprestado e recuperado? Os dados estão disponíveis?

Por último, indago como se pode analisar a autonomia do Banco Central, tendo em vista os enormes impactos das operações da instituição sobre a dívida pública e os elevados prejuízos da autarquia nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos a palavra ao último orador desta série, Deputado Alberto Goldman, do PSDB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Henrique Meirelles, cumprimento V.Sa. por sua presença nesta Comissão, impositivo legal, felizmente porque não foi dado ao Banco Central e àqueles que entraram com ação direta de inconstitucionalidade liminar suspendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Felizmente, por causa disso, V.Sa. está nesta Comissão respondendo a questões e apresentando o balanço do último trimestre do ano passado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Esse artigo não foi impugnado na ação, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O argumento é que havia inconstitucionalidade em todas as normas que tratam do Banco Central na Lei de Responsabilidade Fiscal. Era uma das alegações para a suspensão da lei.

Todas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratariam do Banco Central não poderiam estar ali incluídas – pelo menos, é a informação de que disponho. Podemos discutir o assunto em outro momento.

Felizmente, V.Sa. está presente a esta reunião.

A primeira questão refere-se à regulamentação do art. 192. É opinião de alguns, inclusive do Senador Dutra, quando do debate no Senado Federal, que a falta de regulamentação do referido artigo dá poderes amplos e excessivamente autônomos ao Banco Central para suas operações. Ao contrário de outras opiniões, a tese de S.Exa. é de que exatamente a falta de

regulamentação do art. 192 dá ao Banco Central poderes amplos e excessivamente autônomos – essa era a opinião do Senador Dutra. Quero saber a opinião de V.Sa. a respeito disso.

Minha segunda indagação está relacionada ao entendimento que o Governo recentemente adotou – e que talvez seja a posição mais importante nesta fase inicial do ano. Refiro-me à aprovação da alteração do art. 192, proposta pelo Senador José Serra. Após sofrer reformulação no Senado Federal, a proposta chegou à Câmara dos Deputados. No aspecto do fatiamento, a mudança foi desnecessária, porque existem decisões do Supremo Tribunal Federal, até quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, no sentido de que não é preciso haver apenas uma única lei para o sistema financeiro – a regulamentação pode perfeitamente ser feita por partes, independentemente da emenda que está tramitando. A inovação da emenda reside na eliminação de incisos e parágrafos, particularmente do parágrafo que determinou o percentual de 12% como limite real da taxa de juros. Vimos na exposição aqui feita que, mesmo nos períodos anterior e atual de governo, isso era inviável. Portanto, realmente vamos votar a favor da retirada daquele dispositivo da Constituição.

Temos informações de que isso estava como obrigação do Governo na última revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, quero saber se a informação corresponde à verdade.

A terceira e última questão que trago, pois alguns Deputados já fizeram perguntas que eu desejava fazer, é a seguinte: na avaliação de V.Sa., quanto ao último trimestre do ano passado, considerando o que se passou, o estágio em que chegamos e o fato de V.Sa. ter assumido a responsabilidade de chefiar o Banco Central a partir do dia 1º de janeiro, há verdade na afirmação de que se trata de herança fiscal maldita?

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) – Tem a palavra o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, para responder as indagações dos três Deputados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, usando da liberdade concedida pelo Sr. Presidente, darei a resposta à primeira pergunta com a minha aposentadoria, conquistada depois de 28 anos de trabalho ininterrupto na instituição.

A aposentadoria é produto de plano de pensão, da mesma forma que qualquer instituição de grande porte tem hoje no mundo. Atendendo ao seu questio-

namento direto, o plano não tem qualquer cláusula de contraprestação dos serviços, configurando-se, portanto, direito líquido e certo. Existe um fórum, estabelecido pelo Governo anterior, para julgar esse tipo de situação, que é a Comissão de Ética Pública da Casa Civil da Presidência da República. A Comissão analisou todos os aspectos relevantes não só da aposentadoria, mas de meu patrimônio pessoal, e concluiu, por meio de nota pública assinada pelo Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, que toda a minha estrutura patrimonial, em que se inclui a aposentadoria citada nominalmente, atende ao código de conduta do Serviço Público Federal.

Portanto, acredito que, a partir desse ponto de vista, está esgotado esse assunto.

Em relação à questão de a Lei de Responsabilidade Fiscal ser boa ou ruim, acredito que não cabe a mim julgar. É uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, existe uma discussão, no âmbito Legislativo, de itens ou de aspectos específicos, e uso da liberdade de não entrar nesse questionamento. Possivelmente, se tivesse assumido meu mandato de Deputado Federal, estaria discutindo com muito vigor, dando minha opinião sobre o assunto, mas acredito ser apropriado ater-me ao meu mandato fundamental, que é prestar contas da atividade do Banco Central no segundo semestre de 2002.

Em relação ao superávit primário, cuja meta subiu para 4,25, de uma meta do ano passado de 3,75 do PIB, se isso foi um pedido ou uma exigência do Fundo Monetário Internacional, minha resposta é que não. Foi uma decisão do Governo, partindo do pressuposto de que é importante exatamente para que a relação de endividamento do Governo brasileiro com referência ao PIB atinja índices mais razoáveis no futuro, que isso possa melhorar o Risco País, que possa baixar a taxa de juros e o País possa voltar a crescer.

Em relação à taxa de juros e seu reflexo sobre a economia, particularmente no que diz respeito ao salário mínimo, respondendo sua pergunta sobre quanto sobriaria para o salário mínimo depois do aumento de juros, procurei demonstrar na minha exposição que a missão básica do Banco Central é manter a inflação baixa, o que não é só condição essencial para o crescimento econômico de qualquer país, mas também para que as classes mais pobres não sejam prejudicadas, pois a história recente da inflação no Brasil mostra que inflações altas só beneficiam aqueles que têm maior poder de indexar seus recursos, seus rendimentos e, portanto, usufruir da própria inflação. As classes de menor poder aquisitivo são as que mais se prejudicam, são as mais apenadas pela inflação.

Portanto, a missão do Banco Central é manter a inflação baixa. Para isso, usa os instrumentos de que tem disponibilidade.

Parto agora para responder as perguntas seguintes. Em primeiro lugar, quanto aos efeitos dos juros e câmbio. Em relação à pergunta específica se, no passado, o efeito do câmbio levou a um aumento líquido da dívida, tendo em vista que uma parcela importante da dívida do setor público brasileiro – como mencionei inclusive na minha apresentação –, era indexada ao câmbio, quero dizer que, de fato, há uma parcela importante da dívida, que é a dívida externa, também relacionada ao câmbio. Na medida em que houve depreciação cambial significativa, isso de fato fez com que o efeito da dívida fosse bastante importante, obedecendo à curva que mostrei no gráfico. Ou seja, partiu de uma fase de cerca de 55, chegando a 62, partindo lá atrás de 47% do PIB, voltando a uma faixa de 55% do PIB; 56,7% hoje.

Além do mais, é importante dizer que o efeito líquido – portanto, de 31 de dezembro a 31 de dezembro, como mostrei – foi um aumento da dívida em cerca de 3.7% do PIB. Portanto, houve de fato, no ano passado, nesse período analisado, aumento da dívida em relação ao PIB como resultado dos juros e do efeito cambial.

Em relação à pergunta seguinte, os mecanismos para que o superávit primário venha a diminuir a dívida pública ou a relação da dívida pública com o PIB, é muito importante dizer que, em primeiro lugar, tem de se assegurar seja o superávit primário sustentável e, para isso, é necessário que se discuta de fato, na minha opinião, as reformas fundamentais para que o superávit primário seja sustentável, e que isso possa, portanto, fazer com que os investidores e a população em geral de brasileiros e de habitantes do exterior possam ter maior credibilidade na política, de maneira que a taxa de câmbio tenha maior estabilidade, que a taxa de juros real de longo prazo, como expliquei também, em relação ao Risco País possa diminuir, porque na medida em que o Risco País cai, o custo de financiamento do Brasil também cai de forma importante.

Portanto, isto é que permite esse conjunto de coisas. As reformas fundamentais, a queda do Risco Brasil com o conseqüente crescimento econômico e o superávit primário conjugado vão permitir que a dívida entre nessa trajetória cadente, que foi a projeção do Ministério da Fazenda.

Em relação à sensibilidade dos balanços do Banco Central aos juros e ao câmbio, digo que o Banco Central tem ativos e passivos, como mostrei, que

são indexados ao câmbio e às taxas de juros internas. Diria que é uma equação que depende um pouco da evolução do mercado; não há uma regra fixa para se definir que o impacto da taxa de juros afete positiva ou negativamente o Banco Central, depende um pouco da composição dos títulos de carteira que o Banco tem e da relação entre taxa de juros e taxa de câmbio.

Se voltarmos às primeiras transparências que mostrei, a respeito das contas do Banco Central, veremos com clareza exatamente isso. Mencionei, por exemplo, que cerca de 48% dos ativos do Banco Central são indexados ao câmbio e 51% do passivo, *versus* 52% de índices internos, o que corresponde a 35% do passivo e 14 sem remuneração.

Isso mostra que o Banco Central foi atingido fortemente pela remarcação dos títulos do Governo Federal a valor de mercado, pela queda dos valores do título, que foi quase equivalente ao prejuízo do Banco Central, além das operações de *swap*. Estas, sim, são um item fora de balanço, mas atingem diretamente o resultado do Banco Central.

Em resumo: a depreciação cambial atinge diretamente o resultado do Banco Central, que tem uma posição líquida de exposição ao *swap* pouco acima de 100 bilhões de reais. Portanto, uma taxa de câmbio atinge, digamos, diretamente o Banco Central nesse aspecto.

Para que possa finalizar com a pergunta relativa ao PROER, vou mencionar a questão da autonomia do Banco Central e o impacto sobre a dívida pública. Como seria um Banco Central autônomo e qual o impacto que tem a política do Banco Central sobre a dívida (*ininteligível*) e, portanto, o que seria de se pensar sobre um Banco Central autônomo, tendo essa latitude.

Em primeiro lugar, todas as experiências, em diversos países, de Banco Central que adquire autonomia mostram que Bancos Centrais autônomos têm como consequência uma economia em que as taxas de juros são, em média, baixas em termos reais, a inflação também tem média baixa em termos reais e a taxa média de crescimento tem aumentado.

Por que isso? É uma questão simples: quanto mais credibilidade tem o Banco Central ou quanto mais os agentes econômicos respeitem a capacidade de o Banco Central atuar – e não tenho dúvidas sobre a autonomia do Banco Central –, maior efeito têm as ações do Banco Central. Essa é, digamos, a experiência de outros países.

Além do mais, é importante dizer que, mesmo em Bancos Centrais que tenham autonomia, existem

metas muito claras estabelecidas pelo Governo. No caso, por exemplo, dos modelos que estão sendo discutidos no Brasil, as metas de inflação, de política econômica serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional e caberá a um banco central a autonomia apenas para implementar a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional. Não que o Banco Central vá traçar políticas. Terá de atender a determinações específicas, tendo até mesmo menor liberdade de ação, pois as determinações governamentais que o Banco Central terá de seguir passam a ser determinadas de maneira formal.

Além do mais, é importante mencionar que, da mesma maneira que outros órgãos com determinado tipo de autonomia, os membros do Conselho de Política Monetária e o Presidente da instituição são eleitos pelo Congresso e, certamente, terão seus mandatos revisados em período predeterminado e terão de prestar contas ao Congresso, da mesma maneira que estamos fazendo aqui. Portanto, os mecanismos de fiscalização da sociedade, de certa forma, aumentam, ficam mais acentuados, digamos assim.

Em relação à sua pergunta anterior, os créditos a receber do PROER no dia 31 de dezembro de 2002 somam 27 bilhões, 880 milhões, 894 mil reais. Os valores provisionados até hoje são 8 bilhões, 969 milhões, 738 mil reais. Hoje são esses os valores do PROER; portanto, configuram os dados do Banco Central no momento.

Passo às perguntas seguintes, em relação ao art. 192. Até que ponto a falta de regulamentação dá poderes superiores de autonomia ao Banco Central? Diria que não há dúvida de que, com a aprovação da responsabilidade monetária e com a definição clara dos poderes e da responsabilidade do Banco Central, o Deputado poderia, de certa maneira, restringir mais e permitir ao Congresso ter maior acesso às atividades e ações do Banco Central.

Não há dúvida de que o projeto de autonomia do Banco Central estabelece responsabilidades muito claras e impõe-lhe diversas restrições. Evidentemente, o que está em discussão é como se dará a regulamentação do art. 192. Tudo isso será definido na medida em que a regulamentação vier de fato a ser apresentada e discutida, o que não é ainda o caso.

A respeito da revisão do acordo do FMI, não há exigência formal do Fundo Monetário quanto a decisões específicas em relação à autonomia do Banco Central. Evidentemente, se discute. Nas reuniões e nas trocas de correspondências o Governo brasileiro informa tudo aquilo que está sendo feito, há discussões, e o Fundo dá opiniões, mas são opiniões técnicas.

Não há, nos critérios de contingenciamento necessários para o empréstimo, nenhuma exigência nesse aspecto.

Quanto à última pergunta, sobre herança fiscal maldita do Governo, diria que não há dúvida de que o Brasil é um país que teve, principalmente durante o ano passado, uma situação de dívida pública complicada. E isso se refletiu nos números que apresentamos. Não há dúvida de que é meta de todos nós, brasileiros, termos um setor público com fator de risco melhorado nos próximos anos, de maneira que a taxa de juros possa cair etc.

Em resumo, acredito que há esforço grande, que começou nos últimos anos, como mostrei nos gráficos, e que está sendo continuado com ênfase. Acredito fortemente que as medidas tomadas de aumento do superávit primário, de combate à inflação, assim como todas as que estão sendo tomadas, vão conduzir a uma continuada queda do Risco Brasil. O que o Risco Brasil mede, Deputado? Isso é importante. Mede, em última análise, a qualidade do crédito público brasileiro, que é a essência da sua pergunta.

Não há dúvida de que tivemos, no ano passado, por fatores diversos, aumento do Risco Brasil, que chegou a 2.400 pontos. Agora voltou a cair para os níveis anteriores. Quanto às razões para isso, deixo para V.Exas., que têm mandato popular, discutirem, pois não me cabe emitir esse tipo de julgamento subjetivo. Apenas mencionei a evolução do Risco Brasil, que está agora numa linha positiva. Esperamos todos que continue a cair. Mas, como observei no gráfico, não há dúvida de que, com o esforço fiscal, e os efeitos em outras áreas da economia, que começou nos últimos anos, o prosseguimento da queda dessa taxa continue, o que é fundamental para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara)

– Solicito ao Plenário que se mantenha em silêncio para que possamos escutar melhor os oradores inscritos.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, do PPB do Paraná.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr.

Presidente do Banco Central, observei com muita atenção os ricos gráficos apresentados por V.Sa. Sua exposição foi muito clara, muito objetiva e muito didática. Pudemos perceber com clareza o efeito Lula: a instabilidade por que passamos com o aumento da taxa de câmbio e a elevação do Risco País em razão do processo eleitoral.

Foi um custo alto, mas V.Sa. o defendeu com precisão. Aliás, quero elogiar sua postura em defender a política adotada pelo Banco Central em período anterior a sua gestão, mas que coincide com os princípios que continuam norteando o Governo brasileiro na condução da política econômica.

Evidentemente, o fato de continuarem em vigência os mesmos princípios que defendíamos e aplicávamos é que tem provocado a queda do Risco País – nem a guerra contra o Iraque tem provocado efeitos tão graves quanto provocou o efeito Lula: o PT defendia o contrário do que está sendo feito agora, e o mercado pensava que, eleito o partido, praticaria o que vinha defendendo em seus discursos.

É saudável podermos estar hoje comemorando resultados positivos advindos da mudança de postura por parte do Partido dos Trabalhadores. Aliás, nesse final de semana, vi notícias na imprensa de que o Presidente do partido, José Genoíno, ameaçou de expulsão os companheiros que não votassem a favor da autonomia do Banco Central.

Acredito que no momento em que o PT e o Governo resolverem suas diferenças, no momento em que a imprensa não mais veicular notícias de que o PT discorda do Governo, aí, sim, o Risco Brasil vai cair ainda mais, assim como o câmbio, e então será possível a estabilidade com crescimento sustentável vigorar no País.

Tecidas essas considerações, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles se tem expectativa de que o processo de decisão sobre a autonomia do Banco Central seja concluído ainda este ano e, com isso, também ainda este ano podermos ver os reflexos sobre o mercado, por V.Sa. mencionados, resultantes dessa decisão.

Quero também fazer perguntas sobre o *spread* bancário. V.Sa. falou de duas maneiras: primeiro, colocou a redução do *spread* bancário na microrreforma – gostaria que V.Sa. explicasse o que entende por microrreforma – e, em seguida, disse que a redução do *spread* bancário estava sendo avaliada por estudos do Banco Central. Quero saber exatamente que mecanismos o Governo espera obter para que o *spread* bancário seja efetivamente reduzido.

V.Sa. apresentou projeção sobre a dívida líquida do setor público de oito anos, de onde conclui que há a expectativa de que esta política se estenda até lá. E fico feliz, porque isso significa que teremos estabilidade.

Há uma grande vantagem neste Governo, Deputado João Almeida: uma oposição responsável que

não vai defender o que não é possível, como o PT fazia, nem atacar posições acertadas do Governo. Já temos opinião formada sobre o assunto e comemoramos o alinhamento do PT à visão administrativa do Governo Fernando Henrique, que defendi aqui como Líder durante aquele período.

Pergunto com clareza o seguinte: se neste ano conseguirmos aprovar a contribuição dos inativos, a reforma da Previdência – questões que o PT agora defende, mas que no passado combateu extremamente, tanto que suspendemos a votação do PLP nº 9, há dois anos e meio, no meio da votação, e até hoje não a concluímos –, bem como a autonomia do Banco Central, e quando o PT parar de divergir do Governo, que reflexo o senhor imagina que esse resultado causaria no final do ano? Se concluirmos todas as tarefas, as quais todos querem votar e concluir neste ano, que índices de risco País e de câmbio o senhor imagina que teremos no fim do ano?

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara)

– Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, do PFL do Amazonas.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO –

Sr. Presidente Henrique Meirelles, convidamos V.Sa. para estar hoje na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a fim de prestar esclarecimentos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pretendo ater-me apenas às questões técnicas do Banco Central, instituição que V.Sa. aqui está representando e, portanto, responsável por ela, pelas informações da gestão anterior e pela política monetária deste ano.

Primeira pergunta: V.Sa. é realmente favorável à autonomia do Banco Central, conforme explicita na Carta de Intenções ao FMI? V.Sa. indica naquele documento que a aprovação da PEC, art. 192, é o passo inicial para a desejada – este é o termo – autonomia do Banco Central? Quero saber se V.Sa. é favorável a isso, e, como já perguntado aqui pelo Deputado Ricardo Barros, se a proposta de autonomia do Banco Central acontecerá efetivamente este ano ou será prorrogada para os anos seguintes?

Segunda, ainda com base nessa indagação e nas estatísticas de finanças públicas divulgadas pelo próprio Banco Central, que contribuiu com resultados positivos, ao analisarmos os balanços do Banco, verificamos resultado negativo da ordem de 17 bilhões no ano, o que obrigou o Tesouro Nacional a repassar esse montante como compensação. Gostaria que V.Sa. explicitasse o assunto, informando a esta Co-

missão se já há prejuízo com as operações de *swap* no primeiro bimestre de 2003. V.Sa. acha que esse procedimento seria normal com o Banco Central independente? V.Sa. realmente concorda com o Banco Central independente, mesmo gerando prejuízos operacionais, como gerou ano passado?

A terceira refere-se à meta de superávit primário apresentado aqui. Com os dados levantados no Banco Central, o Ministro da Fazenda nos trouxe explicações para o aumento do superávit primário, de 4,25% do PIB, por dez anos, aproximadamente, com uma taxa real de juros de 8% e crescimento real de 3,5%. O Banco Central tem proposta alternativa, mas o documento não explicita hipóteses. Qual o juro real de 2003, já que tivemos, nos dois primeiros meses, juros reais negativos? Quais as determinantes, inclusive o câmbio real daí em diante? Quais os critérios *ex-ante* e *ex-post* para calcular a taxa real de juros?

Queria abordar outras questões, mas, se me for dada oportunidade depois para réplica, ficarei satisfeito com essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara)

– Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago, do PT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, Srs. Deputados, prezados Presidentes das Comissões. Em primeiro lugar parabéns ao Dr. Henrique Meirelles pela clareza e a forma didática com que apresentou, nesta audiência conjunta das Comissões, as informações sobre o Banco Central. Certamente não estaríamos aqui somente em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas tem sido norma nesta Casa o comparecimento, a diversas Comissões, de Ministros e de representantes do Governo, quando convidados.

Quero lembrar que algumas das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal poderiam ser também atendidas, se nos ativéssemos particularmente a algumas determinações da própria Constituição de 1988, no tocante à publicação dos balanços, à informação adequada, periodicamente, nas casas legislativas, tanto no plano federal quanto no âmbito dos Estados e Municípios.

Especificamente, quero deter-me em um aspecto do PROER, já abordado inicialmente pelo Deputado Wasny de Roure. Não vou repeti-lo na pergunta, porque a resposta a S.Exa. contemplou-me em parte. Gostaria, porém, que o Presidente do Banco Central nos informasse sobre as providências que estão sendo encaminhadas pela autarquia no sentido de que o

impacto dessas operações não remanesça a cada exercício na conta dos passivos e dos créditos em liquidação, na conta daquilo que tem de ser preservado na situação financeira da autarquia Banco Central. Que providências o Banco Central vem adotando para que se recupere as operações desenvolvidas pelo PROER, as quais se encontram hoje numa situação não recomendável?

Gostaria, da mesma forma, de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central sobre o seguinte: os gráficos apresentados foram muito claros. Creio que há consenso não apenas entre muitos dos aqui presentes, mas no pensamento econômico do nosso País, no pensamento acadêmico, na área financeira e no ajuste fiscal quanto às intervenções no câmbio e nos juros como instrumentos de política antiinflacionária.

É importante lembrarmos que, nos próprios gráficos apresentados pelo Presidente do Banco Central, há dois períodos em que não tivemos as ameaças que temos há alguns meses de recrudescimento do processo inflacionário.

Paradoxalmente, mesmo não tendo havido essa ameaça ao longo de mais da metade de uma década, amargamos a mais brutal explosão da dívida pública na história das contas públicas em nosso País.

Não lhe parece contraditório que, de um lado, a autarquia Banco Central exerça opções de política monetária aqui e acolá, admitindo aumento das taxas de juros como instrumento antiinflacionário e tenha, num passado recente, se envolvido, como parte da autoridade econômica do Governo Federal, na emissão de títulos públicos ou convívio como um dos atores desse cenário, que fez com que essa emissão de títulos públicos, e mais recentemente parte dela indexada à sustentação cambial, levasse o nosso País à mais brutal situação de dívida pública em relação às suas contas, a sua capacidade produtiva e ao PIB?

V.Sa. vê isso como medidas complementares ou, de fato, estamos numa situação de desmonte de um brutal campo minado que foi entregue, a partir de 1º de janeiro, à administração federal, marcadamente pela persistência de uma dívida pública monstruosa, que aniquila a capacidade produtiva, a capacidade de investimento, a formação de poupança do Tesouro Nacional e parte da dívida imobiliária lastreada no câmbio? Isso também não é um brutal esforço a partir de agora para que esse campo minado possa ser desmontado?

Pelos números contidos nos gráficos que V.Sa. apresentou, seria um retorno à situação de 30% a relação dívida pública/PIB do País? Como não há situa-

ção de volta ao passado para que atinjam esses patamares, de que forma V.Sa. entende que o Banco Central e as demais autoridades econômicas deverão continuar intervindo, até porque seria cômico, se não fosse trágico, atribuir a um tal propalado “Risco Lula” ou “Efeito Lula” situações de política macroeconômica que perduraram por quase uma década? Acho que é uma ironia sem a mínima necessidade de ser discutida nesta Comissão.

Quero ouvir de V.Sa. se é contraditória a política de intervenção no campo dos juros e do câmbio, paralelamente a uma política de aumento da dívida pública, a partir da emissão de títulos e diante das necessidades dos desequilíbrios das nossas transações correntes, com parte dos títulos lastreados com amparo cambial?

Entendemos, até a própria Constituição nos diz, que o fim último de todas as políticas macroeconômicas de médio e longo prazos ou das medidas emergenciais é nos permitir um ambiente de estabilidade e não apenas a estabilidade em relação aos índices inflacionários. Tivemos estabilidade em relação aos índices inflacionários por quase uma década, mas desestabilizamos completamente a relação dívida pública/Tesouro Nacional e dívida pública/PIB.

É compatível com esse entendimento que expresse a V.Sa. a preocupação de que a estabilidade possa gerar, como fim último, os objetivos fundamentais, alguns dos quais foram colocados na primeira lâmina, como fatores para o crescimento, desenvolvimento, educação, poupança, investimento etc. Isso não é de fato o fim último de todas as políticas?

Ao manter a política de juros como elemento de combate ao recrudescimento inflacionário – e nenhum de nós deseja a volta da inflação –, o que complementaria essa política no tocante a esses instrumentos de manuseio da dívida imobiliária e da dívida pública para que saíamos definitivamente desse campo minado e retornemos aos objetivos centrais?

Concluindo: desconcentração de renda, democratização do crédito, retomada do processo produtivo na economia brasileira e da capacidade da economia de gerar novos empregos como fins últimos de todas essas medidas, tanto nos juros como no câmbio, mas sobretudo o desmonte desse campo minado da dívida pública e imobiliária lastreada em moeda estrangeira.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, gostaria de questionar V.Exa. se o tempo é livre para as indagações, porque há outros Deputados inscritos. A divagação dos oradores está muito grande. Não estou querendo cassar a palavra de ninguém, mas deveríamos ter uma limitação de tempo estabelecida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Peço aos Parlamentares que se detenham aos três minutos regimentais. O Parlamentar que mais demorou gastou em torno de cinco a seis minutos.

Para o próximo bloco, estão inscritos os Deputados Anivaldo Vale, Luiz Carlos Hauly e Pedro Novais.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, em resposta ao Deputado Ricardo Barros, quanto às causas da subida do Risco Brasil, no ano passado, e da desvalorização cambial, em consequência da subida substancial da dívida em relação ao produto, diria que foi uma conjugação de fatores, conforme mencionei ao Sr. Deputado.

Não há dúvida de que a incerteza no que tange ao que seria uma política futura de um novo governo a ser eleito desempenhou papel importante nesse fator. Vimos essa situação exatamente com o efeito extremamente positivo que ocorreram em todos os segmentos da economia, quando o Presidente Lula anunciou não só suas primeiras medidas, mas começou a implementá-las.

Então, não há dúvida, e existem declarações de presidentes de organismos internacionais atestando esse fato, de que, na verdade, não só foi muito melhor do que se temia, mas muito melhor do que se esperava, quer dizer, não é apenas uma questão de que se temia o pior e se faziam votos do melhor, não. Não só foi melhor do que o que se temia, mas melhor do que a melhor expectativa.

Em resumo, o Presidente do Banco Mundial chegou a declarar, no último sábado, que há grande esperança hoje de uma política econômica com preocupação social nos mercados emergentes do mundo todo. Então, não há dúvida de que foi um fator positivo esse aspecto e que a preocupação anterior era negativa.

Além disso, é importante dizer que existiram, conforme mostrei com muita clareza, principalmente no período de 1994 e 1998, alguns fatores que levaram a um aumento da relação da dívida com o PIB e

levaram a uma outra, digamos assim, trajetória não-positiva, talvez negativa, de alguns índices que foram revertidos nos períodos 1998, 1999 e 2002, mas havia preocupações estruturais com a economia brasileira.

Mencionarei apenas um: o superávit primário é algo definitivamente positivo e importante na visão de todos, mas certamente o déficit futuro da Previdência Social é algo preocupante. Essa é uma vulnerabilidade da economia; a mesma coisa acontece com os impostos anuais. Não há dúvida de que uma proposta do Governo sobre a questão da Previdência Social diz respeito a problema fundamental da economia brasileira no futuro. Portanto, foi uma medida extremamente positiva, do ponto de vista da avaliação técnica, por parte do presente Governo.

Quanto à autonomia ainda neste ano, diria que essa decisão não compete, evidentemente, ao Presidente do Banco Central, mas ao Governo, às lideranças políticas do Governo e às lideranças dos demais partidos e, em última análise, ao Congresso Nacional.

A única coisa que foi publicada na imprensa a esse respeito foi simplesmente o fato de que, estando numa reunião com investidores internacionais em Milão, na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, fui perguntado sobre qual seria a avaliação que eu faria das probabilidades de ser aprovada a autonomia do Banco Central.

Eu disse que, evidentemente, esse é um processo legislativo. Tem de se aprovar o art. 192; em seguida, ser apresentado um projeto e discutido com a sociedade; depois tem de ser aprovado pelas duas Casas. Simplesmente dei uma noção do processo brasileiro e de que, a partir daí, sim, seria, se aprovado, promulgado pelo Presidente da República. Portanto, não é um processo, mesmo que corresse muito bem, a ser decidido em questão de semanas. É algo que o mercado poderia esperar e, se isso ocorresse, poderia seguir todo esse processo, mas em momento algum falei, ou opinei, sobre a data para ser apresentado o projeto de autonomia do Banco Central.

Em relação à questão dos *spreads* bancários e das chamadas microrreformas que o Banco Central considera importantes, diria que uma de vital importância seria a reformulação da Lei de Concordata e Falência, porque esta é uma das causas importantes do alto *spread* bancário no Brasil.

A dificuldade de recuperação de ativos dados em garantia encarece muito o *spread* bancário. Existem alguns exemplos importantes no arredamento mercantil que dão uma boa possibilidade de retomada, como no caso dos automóveis. Isso faz com que

os *spreads* nesse tipo de operação sejam muito mais baixos. Outro problema, que também não compete ao Banco Central, é a chamada cunha fiscal, o tipo de impostos que incide sobre o *spread* bancário.

Existe algo que está no âmbito do Banco Central e sobre o qual estamos trabalhando: a questão da transparência. Vamos fazer com que haja a maior transparência possível nas taxas cobradas pelos bancos, porque, assim, a competição também ajudará na diminuição do *spread* bancário.

Em resumo, existe toda uma série de reformas que precisam ser feitas. A maior delas não compete ao Banco Central, mas ao Congresso Nacional e ao Governo Federal. Tenho absoluta certeza de que há muita gente, além de departamentos do Banco Central, trabalhando para apresentar sugestões.

Em relação à pergunta sobre qual seria o efeito da cobrança de contribuição de inativos, da reforma da Previdência e da própria autonomia do Banco Central sobre os indicadores econômicos, avalio que seria extremamente positivo, por tudo aquilo que tenho conversado com analistas no Brasil e no exterior e com pessoas que avaliam o tempo todo o risco do Brasil. Não se chega a discutir especificamente a contribuição de inativos, esta é uma questão da área da abrangência de V.Exas. Mas o mercado olha de forma positiva o esforço do Brasil de equacionar o déficit futuro da Previdência.

A autonomia do Banco Central, pelas razões que já mencionei, também é vista de forma muito positiva, tendo em vista a experiência dos demais países.

Em resumo, existe otimismo quanto ao fato de o Brasil olhar de frente seus problemas estruturais. Quando descrevi tudo isso que está sendo discutido no Brasil a um analista financeiro, especialista em países asiáticos, ele me perguntou por que eu não ia ao país asiático "X", cujo nome por cortesia não mencionarei, que não está discutindo seus problemas da maneira como fazemos. Ele disse que talvez pudéssemos explicar a alguns desses asiáticos como o Brasil está se movendo tão rápido nessa área.

Quanto às perguntas do Deputado Pauderney Avelino em relação a sermos favoráveis à autonomia e se ela virá este ano, acredito que esse assunto está relacionado à pergunta anterior. Reafirmo que não nos compete, como Banco Central, nos declararmos de um lado ou de outro.

No que diz respeito à carta enviada ao Fundo Monetário, simplesmente expressamos algo que é a experiência de todos os países que tiveram a autono-

mia do Banco Central decretada, isto é, que o Banco Central adquira maior credibilidade e, em razão disso, a taxa média de juros cai, a taxa média de inflação cai e o crescimento aumenta. Esta é meramente uma avaliação da realidade.

Teria muita satisfação em dar minha opinião com veemência caso tivesse assumido o mandato de Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO –

Na carta de intenções enviada ao FMI, assinada por V.Sa. e pelo Ministro da Fazenda, no item 9º há uma referência a essa questão da desejada autonomia do Banco Central. A meu ver, ali está exposta a opinião não só de V.Sa., como Presidente do Banco Central, mas também do Governo do PT, com o Ministro da Fazenda assinando a carta conjuntamente com V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Como já mencionei, segundo experiência de outros países, há a expectativa positiva de que a autonomia do Banco Central possa trazer maior estabilidade, principalmente à política monetária. Portanto, a expectativa é positiva – fiz referência a ela. Obviamente, a prerrogativa de aprovar leis é do Congresso Nacional. Estou meramente expondo uma posição de respeito ao Poder Legislativo, porque não me compete dizer o que é melhor ou pior. Mas, na minha avaliação, os países que aprovaram a autonomia do Banco Central tiveram efeito positivo. Portanto, reafirmo o que dissemos na carta – a expectativa é positiva. Os investidores vêem isso como algo desejável e positivo.

Com relação aos dados referentes às operações do Banco Central no primeiro bimestre deste ano, considerando-se que no ano passado tivemos um prejuízo de um pouco mais de 17 bilhões de reais, o resultado, até março deste ano, foi positivo – lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

Quanto às operações de *swap*, especificamente, houve uma perda de 887 milhões de reais, que já está incluída nesse lucro de 8 bilhões e 189 milhões de reais.

V.Exa. fez ainda outra pergunta, se seria razoável o Banco Central ter autonomia, mesmo podendo dar prejuízo ao Poder Público e ao Governo Federal. Diria o seguinte. Nos critérios de autonomia fica definido muito claramente o que o Banco Central pode ou não pode fazer. O Conselho Monetário Nacional terá o poder de fixar as metas de inflação.

Como mencionei, as operações de *swap* conduzidas pelo Banco Central foram uma das razões do prejuízo. E quais foram os dois grandes itens de des-

pesa do Banco Central no ano passado? As operações de *swap* e a marcação a mercado dos títulos do Governo Federal. O procedimento contábil foi de quase 6 bilhões de reais e é algo a ser aprovado e pode ser endereçado no projeto de autonomia. Pode-se determinar, por exemplo, que o Banco Central não marcará mercado dos títulos do Governo Federal.

Em resumo, o Congresso Nacional tem a prerrogativa de decidir, de regular. Ele pode também dizer que não; que esse é o procedimento contábil correto; que não depende do Banco Central e que, portanto, o Banco Central tem de marcar a mercado. Não estou dando uma opinião a esse respeito. O que estou dizendo é que isso pode ser decidido pelo Congresso Nacional; o Banco Central não tomará nenhuma decisão arbitrária.

Nas operações de *swap* isso é feito também em completa concordância com o Governo Federal, na medida em que o *swap*, como mencionei, substituiu operações vencendo de dívida cambial a vencer. Portanto, o Conselho Monetário Nacional pode ter autoridade para definir.

Quero esclarecer que autonomia não é independência. Há bancos centrais que são de fato independentes. Mas estamos falando aqui de autonomia operacional que visa apenas à implementação das determinações da política econômica do Conselho Monetário Nacional.

Os pressupostos assumidos para a projeção de crescimento, para os anos a partir de 2004, são exatamente os que constaram do estudo do Ministro da Fazenda. As únicas mudanças que ocorreram, no nosso caso, em primeiro lugar, foi uma reavaliação do PIB do ano de 2002, uma vez que já estávamos trabalhando, inclusive o Ministério da Fazenda, com estimativas que, na realidade, eram também do Banco Central. E quando o IBGE fez o cálculo final do PIB do ano de 2002, a relação dívida/produto foi um pouco alterada, mudando, portanto, o ponto de início da trajetória. Esse foi um item de mudança.

Outro item de mudança foi a taxa de crescimento prevista para o ano de 2003. Naquele estudo a taxa era de 2,8% e na nossa projeção, 2,2%. São projeções recentes do Banco Central e também do Ministério da Fazenda. Os demais itens – taxa de juro real, variação cambial, inflação do IGP etc. – são os mesmos do Ministério da Fazenda.

No que se refere à questão dos critérios calculados para a avaliação da taxa de juros *ex-ante* e *ex-post* e da taxa de câmbio em relação ao cálculo de câmbio real para o futuro das nossas projeções e confecção daquela tabela, colocamos o seguinte:

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, desculpe, não é câmbio real. É juro real.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Tudo bem. Vamos falar dos dois – câmbio real e juro real. Os dois têm basicamente o mesmo tipo de critério.

O câmbio foi previsto levando-se em consideração que não teremos mais crises internas, como tivemos no passado. Quer dizer, prever uma estabilidade maior que o mercado já indica ser o caso. Haverá variações normais, mas não se prevê a crise aguda, principalmente em razão da trajetória positiva das contas públicas e de todos os demais itens da política monetária.

Em resumo, prevê-se que o câmbio real vai de fato ser apreciado de forma paulatina, mas certamente não será da forma como se apresentou no ano passado.

Em relação aos juros, que é a parte mais crucial da sua pergunta, colocamos para os anos futuros, visto que é uma estimativa, o *ex-ante* e o *ex-post* com o mesmo número, porque não há razão para o *ex-ante* ser diferente do *ex-post*.

Digamos que alguém esteja prevendo que a taxa de inflação para o ano de 2003 será de 12% e que alguém estime que a taxa de juros vai se manter, por exemplo, em 26,5%. E calcula, portanto, juro real *ex-ante*. Se, no final do ano, quando ele calcula *ex-post*, isto é, quando se verifica que o juro real foi, por exemplo, diferente porque a inflação foi menor ou porque a taxa de juros não se manteve no patamar nominal que o analista esperava, aí *ex-post*, conclui-se qual foi a taxa real que prevaleceu naquele período.

O que calculamos de forma *ex-ante*, porque estamos olhando para frente, é partir do pressuposto de que as taxas *ex-post* vão estar dentro dos critérios definidos *ex-ante*. Ou seja, que teremos juro real estável dentro dos critérios que já foram expostos pelo Ministério da Fazenda. Resumindo, não há essa divergência.

Com relação à pergunta do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre o impacto das operações do PROER. Como recuperar o PROER? Ressalto que o PROER já recebeu cerca de 11 bilhões de reais. É importante notar que temos um valor substancial a receber. Podemos fazer duas coisas. Em primeiro lugar, trabalhar firme na fiscalização do sistema financeiro, como estamos fazendo, visando ter normas cada vez mais saudáveis para que não haja novas necessidades de usar recursos públicos para proteger o deposti-

tante. É esta a grande meta que todo banco central deve perseguir, em primeiro lugar.

Em segundo, devemos dizer que em relação ao PROER já desembolsado, o que estamos fazendo é um processo de avaliação rigorosa de tudo aquilo que existe, principalmente nas instituições maiores que foram objeto de intervenção do Banco Central. Estamos procurando fazer com que esses processos caminhem, para que possamos sair do processo de liquidação: apurar o que for possível, defender o interesse público na medida das possibilidades, e, portanto, dentro do possível, extinguir essas operações e fazer com que o Tesouro possa receber tudo aquilo que tenha condições de ser recebido, dentro da massa disponível, e aquilo que não tiver condições, de fato, seja levado a prejuízo.

Evidentemente, gostaria que V.Exa. levasse em consideração que se trata de situação complexa. Inclusive existem problemas judiciais complicados, são massas de números e recursos consideráveis.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – A complexidade fica na hora de recuperar o que foi dado, mas na hora de liberar não tem complexidade, é num passe de mágica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não vou entrar nessa consideração, mas diria que de fato estamos trabalhando e teremos satisfação de manter contato constante com V.Exa., no sentido de assegurar-lhe que estamos fazendo o maior esforço possível, e V.Exa. terá demonstrações claras disso, para recuperar o patrimônio da União o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – O provisionamento feito é relativo às instituições cuja liquidação já foi concluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara) – Deputado João Almeida, o orador está com a palavra.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A outra pergunta é no tocante a intervenções no câmbio e nos juros. A pergunta, se entendi bem, foi em relação ao aumento da dívida, quer dizer, com inflação baixa como é que a dívida subiu tanto, não é verdade?

Vou apresentar uma avaliação técnica. Subiu por várias razões. Primeiro, porque o câmbio subiu, apreciou-se, e uma parte importante da dívida está indexada à variação cambial. A dívida externa, por definição, tem uma variação cambial, e uma parcela da dívida interna tem também variação cambial. Segundo, o Risco Brasil subiu muito, e isso tem impacto direto na dívida, na medida em que afeta diretamente toda parcela reajustável da dívida externa; o juro in-

terno subindo afeta a parcela indexada aos juros da dívida interna.

Em resumo, foram os fatores gerais de falta de confiança na economia brasileira que fizeram com que a moeda se depreciasse e a taxa de juros aumentasse, que é, portanto, a taxa da rolagem da dívida.

Evidentemente, temos também os fatores, principalmente do período 1994/1998, onde, apesar de não ter inflação baixa, tivemos, de um lado, um juro real elevado, como mostrei, para se manter o regime cambial, e de outro, um fator muito importante que foi não termos superávit primário naqueles quatro anos, quer dizer, apenas a partir de 1999 começou-se a criar superávit primário.

Como vamos fazer para atingir os 37% da relação da dívida/produto? Em primeiro lugar, uma política consistente de superávits primário sustentáveis e, a partir daí, uma reforma da previdência. Uma reforma tributária é fundamental porque indica a todos os investidores que não só a dívida brasileira hoje é solvente, mas o será no futuro, e que um superávit primário é sustentável, e, portanto, o equilíbrio das contas públicas é sustentável no futuro.

Além disso, uma inflação baixa, as microrreformas como mencionei, aumentando o nível de competitividade da economia brasileira, tudo isso então, segundo nossas expectativas, fará com que o Risco Brasil seja mais baixo, o câmbio mais estável e, portanto, todas as condições de crescimento, e vai ser mais barato, digamos, menos dispendioso financiar o crescimento do Brasil, com Risco Brasil mais baixo. E com uma gestão de grande eficiência e boa aplicação dos recursos públicos esperamos que o crescimento tenha um componente de eficiência pública também importante.

Gostaria de me referir a mais duas indagações. A pergunta é complexa, mas vou tentar simplificar: o Banco Central está, de um lado, intervindo no mercado de câmbio e de juros; de outro, tem uma parcela da dívida pública indexada ao dólar. Como analisar essa questão, com os títulos lastreados no câmbio?

Eu diria que este é um desafio. Tudo o que posso dizer é que a situação do ano passado de fato foi muito grave. Não há dúvida de que o Brasil teve uma crise muito séria. Não há dúvida de que os custos são elevados, o que levou a uma série de custos, um deles foram as intervenções feitas pelo Banco Central. Posso dar uma boa notícia. Este ano as intervenções líquidas do Banco Central estão em valores muito pequenos, nada comparáveis com as do ano passado. Em resumo, são valores quase irrelevantes em ter-

mos comparativos. Hoje, a situação é de muito maior estabilidade, nesse aspecto.

Quanto à pergunta sobre quais, digamos, são os complementos necessários de política econômica para que o País possa crescer, gerar mais empregos, distribuir renda, como é a proposta do Governo, diria que, primeiro, as precondições são: inflação baixa, austeridade fiscal e eficiência na gestão pública. Em função disso, esperamos que o Risco Brasil caia e a partir daí o custo de financiamento da dívida também caia, e o País possa voltar a crescer com maior vigor, com maior sustentabilidade. Uma boa gestão do setor público, principalmente focado no social, vai gerar melhor distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Léo Alcântara)

— Peço ao nosso convidado que seja mais objetivo nas respostas, para que possamos caminhar mais rápido com a audiência pública.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE — Sr. Pre-

sidente, Sr. Presidente do Banco Central, caros colegas, a PEC nº 192 já foi objeto de várias discussões nesta Casa. Penso que agora, ao se buscar o seu fracionamento para ser discutido em lei ordinária, certamente ela terá condições de andar melhor na Casa.

Apesar de em duas ocasiões o Presidente do Banco Central ter resistido em se manifestar contra a questão da autonomia do Banco Central, queria fazer-lhe duas ponderações. V.Sa. foi eleito Deputado Federal. Em sua plataforma de campanha, segundo amigos próximos a V.Sa., dizia que, na qualidade de Deputado Federal, queria servir ao País, e a outra forma de servir ao País seria como Presidente do Banco Central. Senti muita firmeza nessa afirmativa de V.Sa., que é uma pessoa da área. Certamente, sua opinião, para nós, é muito importante. Tenho algumas dúvidas, não sobre a independência e autonomia do Banco Central, mesmo porque sou radicalmente contra a independência do Banco Central. Mas com relação à autonomia, sou favorável. Só tenho uma preocupação. As condições operacionais das políticas de governo serão tratadas pelo Conselho Monetário Nacional. E o Conselho Monetário Nacional que, em outros tempos, já foi um fórum altamente democrático, hoje ficou, em função da política do Plano Real e tal, circunscrito a três representantes. Se não me falha a memória são os Ministros da Fazenda, do Planejamento e o próprio Presidente do Banco Central.

Gostaria de voltar a insistir com o Presidente do Banco Central que essa autonomia pode oferecer condição de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Lembro ao orador que S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, sei que são três minutos, mas ainda não completei nem um. Sei que em outros tempos se desejava buscar no Banco Central uma medida pró-ativa e, muitas vezes, seu comportamento foi reativo e até contemplativo. Pergunto: no caso de autonomia do Banco Central, de que forma seria a escolha dos dirigentes, do presidente, do vice-presidente e dos diretores e também a exoneração dos mesmos? Qual seria o mandato? Que tipo de vinculação haveria com o Congresso Nacional? Se não houver vinculação, a prestação de contas do Banco Central seria feita diretamente ao Congresso Nacional ou a prestação de contas seria do próprio Governo? O Banco Central, ao longo do tempo, foi administrando bancos, seguros, operações de repasse, consórcios, mas nas operações de repasse, deixou de fora as *factories*, que estão operando e não são alcançadas pelo Banco Central. Assim, ao Governo Federal caberia a fiscalização dos bancos privados. Por último, o *spread* de 31% dos bancos também contribui significativamente com o custo operacional, a inflação e os próprios juros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Continuando com a lista de inscritos para o debate, convido o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de três minutos.

Peço a todos que colaborem com o tempo, porque ainda há muitos que desejam fazer perguntas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Vamos colaborar. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, para mim, hoje é um dia de muita felicidade. É a primeira vez que V.Sa. vem à Câmara dos Deputados e, com essa magnífica aula e a exposição do balanço do semestre passado do Banco Central, fala exatamente o que tenho dito nesses doze anos e três meses que estou nesta Casa. É o momento da responsabilidade política do País.

Durante muitos anos discutiu-se se haveria outro caminho a seguir na política econômica. Com sua ascensão e assunção no Banco Central, V.Sa. dá magnífico prosseguimento ao trabalho de outro também grande brasileiro, Armínio Fraga, assim como o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, segue a política de Pedro Malan. Mas o que temos de discutir aqui reside em outro campo, não no da economia. Não pode-

mos brincar com a economia porque o Risco Brasil aumenta. O gráfico que V.Sa. traz hoje é esclarecedor. À medida que havia o medo do mercado, aumentava o Risco Brasil, o custo, o dólar, os juros, e o País vem pagando caro por isso há anos.

Quando olho o gráfico da dívida líquida do setor público, de 1991 a 2003, lembro-me do gráfico consolidado há vinte anos, quando a dívida pública brasileira já era de 56%, 57% do PIB. Depois, na década em que começaram os planos econômicos de controle de preço etc., houve quebra de contrato, exatamente conforme exposto por V.Sa. Por que os juros reais são mais altos no Brasil? Rompimento de contrato no passado, moratória, confisco de dinheiro da população, políticas econômicas erradas? O histórico do superávit primário no setor público é recente. Assim, elaboramos a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que houvesse responsabilidade permanente, perene, no País.

Lutamos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Antecipei-me a ela, criando uma página na Internet, para que todos os órgãos públicos fossem obrigados a declarar o que arrecadam, o que gastam, os contratos etc. Já imaginava algo nesse sentido há alguns anos. Esta a trajetória da dívida, que espero seja descendente de acordo com o gráfico de 2003 de V.Sa., chegando a 37% e reduzindo, gradativamente, com o superávit fiscal, com o fim da era dos esqueletos.

Alguns colegas se lembraram do PROER, dos bancos estaduais, do rombo que ocorreu no País. Lembro-me do quanto custou para o Tesouro o saneamento dessas duas importantes e estratégicas instituições financeiras do País, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que aplicaram as políticas de Governo durante décadas. Lembro-me do rombo do FCVS, do FGTS. Realmente temos de ter uma perspectiva daquilo que V.Sa. levantou, dentre os muitos modelos, o controle macroeconômico da inflação.

Vou resumir minha participação. Hoje fico numa posição muito tranqüila. Quer dizer, do ponto de vista da economia brasileira e do que defendi, está coerente. V.Sa. é a confirmação real disso. A diminuição do Risco Brasil é sua confirmação e garantia. Na medida em que o Governo souber o que deseja, teremos as reformas, a Lei de Falências, a reforma tributária, a reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Mas é preciso assumir, conforme o ex-Deputado e hoje Senador Aloízio Mercadante, ontem, em rede nacional, afirmou categoricamente, posição para com a PEC nº 192 e para com a taxa de juros. Queremos clareza e não mais falsidade intelectual, para aprovarmos matérias que dependerão muito dos nossos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– O tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY –

Estou usando o mesmo tempo que o Deputado da Situação. Vou encerrar, por educação, falando sobre o determinante do crescimento. O Brasil tem 15% da sua população em idade universitária. Quando tivermos a metade da população brasileira nessa situação, estaremos chegando perto dos países de Primeiro Mundo. Então, temos de investir muito em educação. O atual Governo tem de fazer as reformas e investir na educação, porque o superávit primário já está garantido em 4,5%, conseguido a duras penas pelo País.

Parabenizo V.Sa. e o novo Governo que, até agora, tem conduzido de maneira sábia e prudente a economia. Aliás, nossa economia não resiste a nenhuma irresponsabilidade; senão, põe-se tudo a perder, e quem perde somos todos nós, brasileiros. Desejo sorte e sucesso. Evidentemente como oposicionista, vamos fiscalizar aquilo que nos couber, mas com oposição responsável, nunca mais com uma oposição irresponsável no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– V.Exa. respeitou demais o tempo, não passou além do que podia.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, infelizmente, não há ninguém do Governo anterior aqui. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido saco de pancadas há muito tempo. Só não é verdade o que disse o Deputado João Almeida. S.Exa. disse que o Presidente do Banco Central aqui se encontra pelo fato de esse dispositivo já constar da proposta do Governo. Isso não é verdade. Esse dispositivo, assim como vários outros que tratam do Banco Central, foram introduzidos por mim, na qualidade de Relator. Fiz isso porque, na proposta do Governo, eram apenas mantidos e até aumentados os privilégios do Banco Central. E devíamos ter pelo menos uma visão maior daquilo que julgávamos ser uma caixa preta. Na verdade, não entendíamos, por exemplo, como o Banco Central podia emitir títulos concomitantemente. Então, incluímos o dispositivo dizendo que, a partir de dois anos da promulgação daquela emenda, o Banco Central não podia emitir títulos da dívida pública.

Na essência, em nada irá alterar, mas é uma questão de transparência. Para os leigos e os menos avisados, fica claro que toda dívida pública é do Go-

verno e não de parte dele ou do Banco Central. Muitas vezes, não se sabe o tamanho da sua autonomia e da sua independência.

Outro dispositivo incluído e relacionado com o Banco Central foi esse que trouxe o Dr. Meirelles a esta Comissão. O Dr. Armínio Fraga, tantas outras vezes, já nos apresentou esse mesmo dispositivo. De seis em seis meses, o Presidente do Banco Central vem para explicar o § 5º do art. 9º.

Existe um terceiro dispositivo – gostaria que o Dr. Meirelles nos esclarecesse – , objeto de larga discussão e oposição na Comissão Especial. O que se pode fazer para evitar que o Banco Central tenha prejuízo? Por que o Tesouro é quem arca com esse prejuízo ou lucro? Não encontrei outra fórmula, Dr. Meirelles, a não ser aquilo que se encontra na Lei de Responsabilidade Fiscal: prever que, no caso de lucro, este ficasse à disposição do Governo e fosse passado para o Governo no Orçamento; e fazer com que o Orçamento do ano próximo contivesse recursos para ressarcir o Banco Central daquele prejuízo. Não encontrei outro caminho. Gostaria que V.Sa. nos dissesse se há outra fórmula. Conforme já disse, esse foi objeto de enorme discussão na Comissão.

Outro ponto que gostaria que V.Sa. esclarecesse é sobre o que diz o resultado do Banco Central do ano passado: precatórios 042, 420 milhões. Talvez sejam precatórios para pagamento de funcionários, por conta de decisões judiciais. Apenas os itens despesas administrativas e outras despesas compreendem 1 bilhão e 540 milhões. Acho esse valor muito elevado. Gostaria de ter uma idéia sobre como esses acréscimos foram feitos na despesa do Banco Central, aumentando, portanto, seu prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar. S.Exa. dispõe de três minutos.

Vou pedir ao Presidente do Banco Central, caso S.Sa. aceite, que estenda essa série para seis Deputados, para que consigamos vencer mais rápido a lista.

(Não identificado) – Quem são os próximos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– O Senador Roberto Saturnino, o Deputado José Thomaz Nonô. Se o Senador Saturnino não estiver presente, V.Exa. será o próximo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Dr. Henrique Mei-

relles, Presidente do Banco Central, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pela excelente exposição. Sem sombra de dúvida, foi absolutamente clara e muito didática, já que estamos numa Comissão de Parlamentares que não são especialistas no assunto. Sempre é interessante perceber os nexos existentes, o encadeamento das diversas ações do Banco Central, suas relações com as demais ações no plano macroeconômico, para que possamos distinguir como as ações do Banco interferem no processo econômico do País e como se pode criar um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável, o que todos desejamos para o País.

Farei três tipos de indagações, todas com certo caráter conceitual para entender algumas coisas, sendo que vou deixar de lado uma que já foi abordada por V.Sa. e que trata da questão do *spread* bancário, ou seja, como reduzir os juros para os tomadores finais, que é um dos objetivos fundamentais para que possamos criar um ambiente favorável aos investimentos e ao crescimento da atividade econômica.

Gostaria de ouvir de V.Sa. algumas considerações sobre a relação entre taxas de juros e inflação. O Dr. Meirelles fez uma abordagem sobre as diversas estratégias de combate à inflação e delineou com clareza que o Governo Federal e o Banco Central estabeleceram como estratégia fundamental a política de juros, uma estratégia essencial para combater a inflação. Há alguns críticos dessa estratégia, dentre eles muitos empresários do setor produtivo. Ainda hoje li nos jornais notícias do choro de diversos empresários que, de um lado, elogiam a essência da política macroeconômica do atual Governo e, de outro, vêem a elevada taxa de juros básica da economia e os juros praticados, evidentemente, como algo exagerado. A alegação desses críticos é que, ao se observar a inflação brasileira, percebe-se com facilidade que não se trata de uma inflação de demanda, porque o poder aquisitivo da população brasileira está extremamente deprimido, fruto do baixo crescimento econômico verificado nos últimos anos nos demais aspectos. Pergunto: quais são os aspectos conceituais que sustentam a posição de que é preciso conviver, ainda durante um longo período, com taxas de juros relativamente altas – refiro-me a taxas de juros reais, descontada a inflação –, para que possamos derrotar o dragão da inflação?

Gostaria que V.Exa. tecesse comentários sobre a intervenção do Governo, por meio de títulos do Tesouro ou das operações de swap praticadas pelo Banco Central, para fazer políticas fiscal e cambial no País. Em que medida se pode dizer que esse volume

de intervenção, expresso nas informações de V.Sa. acerca do volume de títulos e de operações de swap no País, foi absolutamente imprescindível para que pudéssemos transitar por esse período de enorme volatilidade cambial? Isso, evidentemente, nos trouxe seqüelas consideráveis no sentido do agravamento da relação entre dívida e PIB e as demais influências funestas para o conjunto da economia brasileira. Pergunto: V.Sa. tem absoluta convicção de que essa estratégia de enfrentamento do problema cambial foi absolutamente correta, ou seja, foi a que gerou a melhor relação custo/benefício ao País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino Braga. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, vou me abster dos elogios devidos ao Presidente do Banco Central até porque V.Exa. enxuga o tempo dos Parlamentares de forma, a meu ver, abusiva.

Cumprimento o Presidente do Banco Central. S.Sa. revela, além do conhecimento da matéria, um ato de fé. Um cidadão que renuncia ao seu mandato de Deputado Federal mais votado por um Estado para assumir esse emprego mal remunerado e politicamente difícil – Presidente do Banco Central do País – tem que ser duas coisas: primeiro, um patriota (quanto a isso não lanço a menor dúvida); segundo, um homem de fé. Essa mesma fé, sem dúvida alguma, já que estamos discutindo religião, leva a essas projeções da dívida líquida – Quadro 35, 2003 a 2011. Aliás, sou um admirador da excelência do quadro do Banco Central. Mas o BC não se notabilizou, nos últimos tempos, por projeções corretas num prazo de dezanos. Porém vamos dar o crédito da religião. Creio que o credo explicitado na tarde de hoje é extremamente parecido, no seu aspecto amplo, com aquilo que foi pregado pelo Ministro Pedro Malan durante longo tempo. É claro que há diferenças de aplicação prática, mas me refiro aos fundamentos.

Tenho em mão carta dirigida ao Sr. Horst Koeler, no dia 28 de fevereiro, e também o *Press Releases*, do Fundo Monetário, que comenta fala da Vice-Diretora-Gerente do FMI, Anne Krueger, em razão da recepção da carta e da passagem, no dia 14 de março último, pelo Brasil. Parece-me que, até então, a questão da autonomia do Banco Central – e esse é o fulcro da indagação – ficou enfocada pelo Presidente num ar, digamos assim, mais ou menos distante do processo. Não é bem assim. A carta do Banco Central diz

textualmente, após elencar uma série de coisas que V.Sa. depois esclarecerá com mais detalhes, primeiro, o Governo vai procurar garantir rápida aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC que facilita a regulamentação do setor financeiro, um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central. Como a carta é subscrita pelo Ministro Antonio Palocci e por V.Sa., entendo que isso é um claro desejo do Governo.

Sou preocupado com o que pensam os nossos mais altos executivos. Particularmente, acho que o Banco Central é um instrumento de política do Governo e que o Governo deve ter o controle do Banco do Brasil e do Banco Central para o bem ou para o mal. E V.Sa., Dr. Meirelles, dá voto ao Presidente Lula, tanto assim que sacrificou um mandato para se jogar nessa arrojada travessia na Presidência do Banco Central. V.Sa. não acha que a insistência na autonomia do Banco, a par de sua óbvia sinalização do mercado externo, de certa forma é uma falta de crença na capacidade do Governo Lula de se autogerir no plano financeiro? Esta é a primeira questão.

A segunda questão é do povo, não é minha. Gostaria, privando pela primeira vez da convivência de V.Sa., de ter uma resposta conclusiva. Diz-se à boca pequena que os lucros dos bancos no Brasil são obscenos. Vamos usar a palavra do teatrólogo Nelson Rodrigues: obsceno. V.Sa. não acha que essa política de perpetuação de elevados *spreads* e de taxas de juros reais vão manter esse patamar de lucro, digamos assim, numa posição exótica em relação ao lucro médio da banca internacional em outros países mesmo em desenvolvimento? Complementando e desdobrando a pergunta: seria válido um instrumento – reproduzo aqui o que ouvi duzentas vezes nas campanhas eleitorais – de taxação inserido nos mecanismos de reforma tributária, que também é objeto da carta dirigida por V.Sa. ao FMI, referente aos lucros abusivos dos bancos brasileiros?

A terceira, é também popular, fugindo da questão macro e discutindo a micro. Os bancos brasileiros, quando tiveram dificuldades operacionais, anos atrás, elevaram de maneira também obscena o custo de seus serviços: emissão de extrato, talão de cheques, aquela busca pelo seu passado, abertura de cadastro etc., tudo isso faz parte do micro, mas que hoje chega a corresponder, em alguns bancos, a 17% do seu resultado líquido. Posteriormente a esse cenário, a banca privada também obteve lucros legítimos, mas bastante elevados, e não se tocou nessas taxas de cobranças de serviços que continuam onerando violentamente o cidadão brasileiro, quando se restaurou um

cenário propício ao grande lucro. Não é chegada a hora, Sr. Presidente, de o Banco Central tomar uma medida em defesa do cidadão, diminuindo o custo dos serviços bancários?

Era o que tinha a dizer, com meus protestos de admiração pela clareza e pelo didatismo de V.Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes. S.Exa. dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer da nossa satisfação de ver um goiano à frente do Banco Central. Como não sou especialista na área, sou cirurgião-dentista, e como a maioria do povo brasileiro sofre as conseqüências dos problemas relacionados com o aumento dos juros, da inflação e do dólar, fico satisfeito de ver o trabalho desenvolvido nesta Comissão. No Governo passado havia uma pirotecnia total do PT em relação às pessoas que vinham a esta Comissão – soltavam foguetes, faziam todo tipo de palanque aqui. E para nossa felicidade, alguma coisa mudou: ou a nossa política estava certa ou os políticos do PT mudaram.

Agora o PT vem aqui e elogia os juros – se não elogia pelo menos fica calado. Tanto é que o tempo de presença das pessoas aqui é menor do que naquela época. Chegamos a ficar nesta Comissão com o Sr. Armínio Fraga das 14h até às 23h. Parece que V.Sa. já vai embora daqui a pouco, para nossa felicidade, para descansar e trabalhar bem por este Brasil.

Fico muito preocupado, repito, porque alguma coisa mudou: ou a sociedade mudou com relação aos juros e ao dólar, ou o PT mudou. Tem alguma coisa errada nessa história. Vamos analisar no futuro.

Gostaria de fazer-lhe uma pergunta. Há um ano, conversei com uma pessoa que na oportunidade era, e ainda é, um grande conhecedor do mercado internacional. Essa pessoa me dizia o seguinte: há a previsão – naquela época o dólar estava por volta de 2,70 reais – de que o mundo internacional econômico quer o dólar, no Brasil, por volta de 4 reais. O tempo passou e parece que estamos caminhando nessa direção. Com V.Sa. no Banco Central, o valor do dólar está se aproximando de 4 reais.

Pergunto: isso realmente tende a acontecer? O dólar tende a ficar estacionado no patamar de hoje, próximo dos 4 reais? E a pessoa que me disse isso, há um ano, tinha realmente consciência de que o

mundo internacional econômico queria que o Brasil fizesse o sacrifício de colocar o dólar no devido lugar?

A outra pergunta diz respeito à guerra entre Bush e Saddam Hussein. Trata-se de uma guerra imbecil que, de certa forma, acaba horrorizando o mundo e nos colocando com a barba de molho, porque amanhã eles vão invadir o Brasil para dizer que estamos tomando a Amazônia do mundo.

Com relação a essa guerra, quanto tempo será necessário para começarmos a pagar os resultados reais? Estão sendo gastos 90 bilhões de dólares para se atacar o Iraque, com certeza serão repartidos entre os pobres países que estão em desenvolvimento do mundo, entre eles o Brasil, a Argentina e outros.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria de indagar a V.Sa. se ainda há muitos oradores. Quem sabe poderemos sugerir a ampliação do bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Já ampliamos para seis. O nosso Presidente aceitou responder ao bloco de seis. É só mais um bloco. Ainda há sete Deputados para serem respondidos.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Como tem outro bloco se formando e tenho requerimento que está na pauta da Comissão, acho que faz sentido abordarmos esse requerimento agora que o Presidente do Banco Central faz suas explanações. Estou vendo que as diversas perguntas feitas pelos Parlamentares se encaixam perfeitamente no requerimento. Seria o caso de esse requerimento não ser discutido a *posteriori* e eu ter a oportunidade de me manifestar junto com os demais Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Jorge Alberto, no início desta audiência o nobre Deputado José Carlos Aleluia, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, declarou prejudicado o seu requerimento.

Mas eu coloco V.Exa. inscrito como último debatedor, pode ser?

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concedo a palavra, para responder a essa série de perguntas dos Deputados, ao nobre Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, quero começar a responder às perguntas do Deputado Anivaldo Vale sobre o que vai definir o projeto. Quem vai escolhê-lo? De quanto tempo será o mandato do presidente e dos diretores do Banco Central? Qual será a relação do Banco Central com o Congresso?

Gostaria de enfatizar que não tenho condições de saber qual será a decisão do Congresso Nacional quando analisar e votar um eventual projeto. Então, infelizmente, essas perguntas, do meu ponto de vista, estão prejudicadas.

Posso mencionar o que prevalece em alguns países, os que fizeram uma escolha mais recente desse processo. Normalmente a escolha é feita por indicação do Presidente da República e aprovação do Congresso. Os mandatos tendem a coincidir com o mandato do Presidente ou terem uma defasagem de um ano. Normalmente as prestações de conta são feitas diretamente ao Congresso – de novo, experiências de outros países. Evidentemente que o Congresso Nacional vai definir exatamente se quer autonomia e, nesse caso, como será feita.

Quanto à questão do *factory*, as companhias de *factory* não são fiscalizadas pelo Banco Central por determinação legal. O Banco Central só fiscaliza as empresas e instituições mediante precíua definição legal.

Portanto, o *factory* não é fiscalizado pelo Banco Central, porque é considerado uma empresa comercial que não capta recursos diretamente do público, a não ser da maneira que eles fazem em empresas comerciais e que não têm direito de recurso contra o emissor do título, o que significa que ela compra títulos e assume risco próprio.

Portanto, não compete, hoje, ao Banco Central fiscalizá-las porque não há nenhuma determinação ou abrangência legal para isso.

Em relação ao *spread* de 31% mencionado. De fato, os *spreads* brasileiros são muito altos. Eu expressei, inclusive em outras respostas, quais são as medidas que julgaríamos necessárias para que, ao longo do tempo, em geral os *spreads* caíssem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a composição do Conselho Monetário Nacional. Referi-me aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e ao Presidente do Banco Central.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – De novo, uma determinação legal. Tenho certeza de que será objeto

de decisão do Congresso na aprovação da Lei de Responsabilidade Monetária.

Penso que não cabe ao Banco Central determinar a composição do Conselho Monetário Nacional. Esta é prerrogativa de uma proposta do Governo, ou não, ao Congresso, uma definição do Congresso.

Existem vantagens e desvantagens em qualquer opção. Na estrutura atual, existe a importante vantagem de se focar a decisão do Conselho numa decisão de política econômica do Governo, onde a política econômica é tratada de forma mais focalizada pelos Ministros diretamente envolvidos na área de planejamento e da administração da Fazenda, além do Presidente do Banco Central.

Existem outras alternativas que, de um lado, têm vantagens importantes, trazem mais opinião e outros pontos de vista; de outro, têm desvantagens de ordem operacional.

Volto a dizer que não compete ao Banco Central definir ou ficar opinando sobre a composição de órgão do Governo, no meu ponto de vista.

O Deputado Pedro Novais pergunta: como o Banco Central pode não ter prejuízo? O que se pode fazer para isso? Principalmente em relação à questão das operações *de swap* existem duas maneiras de não haver prejuízo.

Em primeiro lugar, em não existindo *swaps*, o fato de que não haja...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, só para esclarecer a pergunta, porque talvez não me tenha feito entender.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal tive dificuldade de lidar com dois itens: lucro do Banco Central ou prejuízo.

Como esclarecer esse assunto para o Congresso Nacional e para a opinião pública, se até aí parecia uma caixa preta? Acusava-se o Banco Central de cometer irregularidades e com isso havia muito prejuízo. Como iríamos lidar com isso? A única forma que encontrei foi observar que o Banco Central seria ressarcido através do orçamento, ou o lucro também seria levado para o Governo.

Perguntei a V.Sa. se existiria outra forma de se lidar com o prejuízo ou com o lucro do Banco Central. Não entrei na qualidade desses dois itens. Só na segunda pergunta é que falei sobre o aspecto do prejuízo administrativo e de outros que estavam no relatório de V.Sa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está correto. Não vejo outra forma de anunciar a apropriação do resultado do Tesouro Nacional, na medida em

que outras formas deveriam prever maneiras de o Banco Central captar diretamente recursos do público para cobrir determinados prejuízos. Isso traz desvantagens importantes.

Existem situações em outros países em que o Banco Central tem autonomia orçamentária. Mas isso é definido de maneira clara pelo Congresso e há mecanismos que limitam a possibilidade de o Banco Central, eventualmente, ter prejuízos muito grandes com limitações conseqüentes da capacidade de sua intervenção. Estas são decisões política, monetária e cambial importantes. Resumindo, na medida em que o Banco Central obtém resultados positivos ou negativos importantes só existem duas formas: ou o Banco Central repassa ao Tesouro Nacional por sua iniciativa ou o Banco Central busca esses recursos no público, que não poderia ser objeto de empréstimo. Ou seja, não seria boa prática financeira o Banco Central cobrir prejuízos com empréstimos. Então, ele teria de buscar recursos através de arrecadação direta, o que abre outra fonte de discussão complexa.

Portanto, eu diria a V.Exa. que existe uma possibilidade teórica, mas é difícil, complexa e que geraria outra grande dificuldade. Parece-me uma maneira bastante ponderada e realista de se encarar o problema. Não vejo outra forma simples para a solução desse problema.

Em relação à pergunta referente às despesas administrativas, eu gostaria de pedir desculpas, mas fui orientado pela Presidência para ser sintético nas respostas. Gostaria que eu fosse entendido dentro de uma postura de disciplina do palestrante e não porque eu esteja querendo abreviar as respostas. Comentaram que eu estava explicando muito e que isso poderia tomar mais tempo. Estou simplesmente sendo disciplinado e dando respostas mais curtas. Mas de forma alguma envolve menor interesse de minha parte pela resposta. Por mim, eu continuaria a explicar com todos os detalhes.

Quanto ao prejuízo do Banco Central e no item de despesas outras da despesa total, eu diria que os precatórios foram cerca de 420 milhões de reais no item de despesas totais. Desses precatórios, 95% referem-se a planos econômicos, em que o Banco Central foi considerado responsável, particularmente em relação ao Plano Collor, e 5% referem-se a ações trabalhistas. Portanto, isso explica essa parte. Despesas administrativas do Banco Central, cerca de 640 milhões de reais, basicamente com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros etc. Essa, de fato, é a despesa administrativa direta do Banco Central.

Tivemos, além disso, outras provisões no valor de 680 milhões de reais, basicamente provisões referentes a contribuições futuras para o Centrus, que é o centro de aposentadoria dos funcionários do Banco Central; remuneração de reservas matemáticas do Banco Central para a constituição de ativos; e devolução de contribuições por decisões judiciais ou não. Em resumo, estão relacionadas à constituição de provisionamento no balanço.

Tivemos também outras receitas no valor de 130 milhões de reais, além de uma miscelânea de despesas no total de 140 milhões de reais.

Chequei o percentual e confirmei que a grande maioria – quase 100% – refere-se às despesas de manutenção do meio circulante, cerca de 140 milhões de reais, portanto.

A resposta às perguntas do Deputado Jorge Bittar, relacionadas à taxa de juros *versus* inflação e à justificativa conceitual, em última análise, para se manter altas taxas de juros por longos períodos, considerando que não existe inflação de demanda no Brasil, terá de ser sintetizada, para obedecer à disciplina da Mesa e por ser um assunto bastante complexo.

Em primeiro lugar, tratarei da inflação de demanda. Ocorreu claramente um choque de oferta, de produto, a desvalorização cambial, gerando choque de custo na economia. Isso produziu efeito secundário sobre preços administrados: tarifas e outros serviços, que geram uma segunda onda de choque de oferta. Num primeiro momento, não houve a caracterização da inflação de demanda, mas a pergunta é a seguinte: por se tratar apenas de choque de oferta, não seria o caso de o Banco Central ficar parado e esperar a absorção desse choque de oferta?

O grande problema do Brasil – e V.Exa. conhece bem – é a inércia, porque mesmo em outros países a inflação é gerada por um choque de oferta, de início, criando um efeito inercial, na medida em que os agentes econômicos, que perdem na conjugação de preços relativos, possam se recompor dentro dessa equação. Nesse caso, temos indicação concreta de que isso começou a ocorrer no Brasil.

Portanto, a política monetária se justifica claramente do ponto de vista conceitual, porque – usando termos de lei – está ocorrendo a contaminação, e a política monetária se aplica ao caso.

Quanto a manter altas taxas de juros por longo período, registro que, em relação à política monetária em si, existe uma pressuposição. Isso dependerá do período de demora de a inflação convergir para a

meta definida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central. Em resumo, vai depender muito da trajetória da inflação. Isso vai determinar até que ponto a política monetária será restritiva e por quanto tempo.

Em relação à taxa de juro real, conforme mencionei em minha palestra, existem vários outros fatores. A taxa de juros é influenciada pelo grande risco de se emprestar ao País. A maneira de conseguirmos baixar a taxa, para obtermos uma queda consistente dos juros reais ao longo do tempo, vai depender de todas as medidas que estamos discutindo, seja a reforma previdenciária, seja a reforma tributária, ou outras medidas referentes à própria autonomia do Banco Central e evidentemente o superávit primário. À medida que perceberem que o risco de se emprestar ao Brasil vai cair, isso levará, com o tempo, a uma menor taxa de juros real da economia.

Deputado, acredito que esta seria a resposta à sua pergunta. Passando para o questionamento do Deputado José Thomaz Nonô em relação à intervenção do Banco Central...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Henrique Meirelles, fiz uma pergunta, mas em virtude do adiantado da hora, não sei se V.Exa. a responderá com profundidade. Mas eu queria ouvir uma apreciação – ainda que breve – sobre a emissão de títulos cambiais, no volume em que ocorreu. Quero saber se V.Sa. considera, na proporção em que ela ocorreu nesses anos e pela sua consequência na economia, particularmente na relação dívida/PIB, essa estratégia correta, levando-se em conta a visão de custo/benefício de cada instrumento de política macroeconômica.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Essa é uma pergunta de difícil resposta, porque, evidentemente, naquele momento eu não tinha acesso aos dados do Comitê de Política Monetária do Banco Central, não tinha assento no comitê, e, portanto, tenho dificuldade de dizer se haveria outras possibilidades.

Podemos notar que a introdução de títulos indexados ao câmbio no Brasil se deu quando o País adotava o regime de câmbio controlado, no período compreendido entre 1994 e 1998. A evidente finalidade da medida foi, à época, transmitir aos agentes econômicos confiança no sentido de afirmar que o câmbio continuaria seguindo as bandas de flutuação administradas pelo Governo, ou seja, o câmbio não seria desvalorizado de forma acentuada. Isso fez parte de uma política estabelecida num determinado momento da economia. Podemos questionar se essa política estava certa ou errada, e o que faríamos se estivesse-

mos lá. Particularmente, acredito na flutuação do câmbio, mas é muito fácil dizer isso alguns anos depois, principalmente quando a história definiu o resultado; por isso, hesito fazer julgamento desse tipo.

A estratégia de oferecer proteção ao mercado foi estabelecida quando o câmbio era controlado. Isso foi feito para dar confiança ao mercado, a fim de não mudar o regime, mas o fato foi que o regime mudou, e, a partir daí, o Banco Central teve de lidar com uma carteira de títulos indexados ao câmbio, emitidos em poder do público. Novamente houve, em determinado momento, a decisão de, de um lado, desindexar o câmbio *versus* custo dos títulos *versus* prazo. Não há dúvida de que o mercado aceitava mais prazo e menos custo, com títulos indexados. Essa foi a decisão tomada pelo Banco Central, naquela oportunidade, porque a instituição estava enfrentando, juntamente com o Tesouro, uma situação difícil, advinda do período anterior, do período pré-flutuação. E decisão decorre de julgamento.

Agora, V.Exa. pode perguntar: olhando para o futuro, qual a situação ideal? Evidentemente, a situação ideal consiste em garantir a estabilidade do País, pela qual estamos trabalhando; consiste em eliminar essa insegurança em relação à taxa cambial, a fim de que os agentes, os mercados e os investidores aceitem os títulos, que não serão indexados às taxas de juros locais, mas prefixados. Mas essa é a situação ideal, e acontecerá quando o Brasil atingir o nível de estabilidade que estamos trabalhando para alcançar.

Deputado, voltando ao ponto, entendo que estou sendo breve para tratar do assunto, mas tenho de utilizar o tempo estabelecido pela Mesa. Estou disposto a conversar com V.Exa. mais demoradamente a respeito dos fatos, se V.Exa. se interessar. Em resumo, a situação é bastante complexa e de difícil julgamento *a posteriori*. Quanto ao Suape, ele foi imprescindível, e quanto à intervenção do Banco Central, ela também foi imprescindível, num certo momento; trata-se, portanto, da mesma pergunta. É difícil respondê-la *a posteriori*.

Considero complicado fazermos julgamento técnico de gestões anteriores, como seria necessário para responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô. O Banco Central tomou uma decisão; prefiro acreditar que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Henrique Meirelles, essa pergunta não foi feita por mim. Sou responsável apenas pelos meus filhos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me. Tudo bem.

Houve uma pergunta sobre a autonomia. Questiona-se o desejo do Governo. Há uma falta de crença no Governo Lula? Vou emitir minha opinião a respeito do assunto. Em primeiro lugar, como disse anteriormente, o projeto de autonomia do Banco Central é do Governo; portanto, não é do Banco, muito menos do Presidente da instituição. Repito: é um projeto do Governo. Não cabe ao Presidente do Banco Central apresentar um projeto sobre o próprio órgão. Evidentemente, como representante do Governo, assinei, juntamente com o Ministro da Fazenda, uma carta endereçada ao Fundo Monetário Internacional em que expus a posição do Governo. Não há dúvida sobre isso.

Fizeram-me aqui uma pergunta pessoal: se eu achava que a autonomia do Banco Central é desejável. Eu diria que a experiência de diversos países do mundo mostra efeitos positivos. Utilizo até o exemplo da Inglaterra, onde a primeira medida tomada pelo Governo Tony Blair foi a de apresentar o projeto de autonomia do Banco Central.

Essa, repito, foi uma iniciativa do Governo. E sendo iniciativa do Governo, portanto, do meu ponto de vista, não é oportuna a pergunta sobre se isso demonstraria falta de confiança nossa no Governo. Não. Esse é um projeto do Presidente Lula, do Ministro Palocci, e eu, simplesmente, neste momento, como membro do Governo, endosso as teses do Governo. Em nenhum momento eu disse que era um projeto do Banco Central ou meu. Quando fui convidado pelo Presidente Lula, sequer falamos sobre a autonomia do Banco Central. Aceitei o convite e o projeto do Governo, independentemente de qualquer processo de economia posterior.

Quanto à elevação da taxa dos lucros dos bancos ou às formas de controle de taxas de serviço, trata-se de uma decisão de cunho tributário e fiscal, e não cabe necessariamente ao Banco Central opinar a respeito. Não podemos opinar sobre aumento de Imposto de Renda para quem ganha mais ou menos. Isso deve ser proposta do Ministro da Fazenda, conjuntamente com o Congresso Nacional. Não tenho muito a dizer a esse respeito.

Quanto à taxa de serviços bancários, ocorre o mesmo. Qualquer taxa ou qualquer decisão de abaixar a taxa também não é atribuição do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ – Perdoe-me, Sr. Henrique Meirelles, mas para evitar réplica posterior gostaria de fazer alguns comentários. O Banco Central é quem define a taxa de diversos serviços – extratos, talões, cadastros e outros.

Em alguns casos, houve aumento de mais de 1.000%. Isso é decisão do Banco Central, sim.

Quanto à segunda questão, V.Exa. está coberto de razão.

Em relação à primeira, não me fiz muito claro; entendo a posição de V.Exa, mas a pergunta foi outra: o que pensa V.Exa. – e espero que me responda de forma transparente e permeável; a pergunta é teórica – quanto ao fato de o Banco Central ser um instrumento de política de Governo, um elo da política econômica do Governo? V.Exa. prefere que o BACEN seja ascético, absolutamente distante, ou um instrumento de política? A idéia é essa. Meu receio é político. E a pergunta é oportuna, porque votaremos amanhã uma matéria que diz respeito a esse assunto, e serei o representante do meu partido para discutir isso. Aliás, queremos ajudar V.Exa. Quem não o tem permitido são alguns representantes do PT, a parte menos lúcida, se V.Exa. e o Deputado Virgílio Guimarães me permitem dizê-lo. Então, a pergunta é a seguinte: como aferir responsabilidades mais adiante?

Quanto estive na Alemanha, li um lindo artigo na revista *Der Spiegel*, em que um Parlamentar arrasava a independência do Banco Central alemão, utilizando vários argumentos. O banco é uma projeção da política do Governo, e é difícil incrementar as diversas políticas, como a agrícola e a de exportação, se essa instituição for um satélite à parte.

Era isso que queria ouvir de V.Exa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Desculpe-me, Deputado José Thomaz Nonô, não havia entendido a sua pergunta.

Em primeiro lugar, em relação às tarifas, evidentemente sei que o Banco Central estabelece as tarifas, segundo uma avaliação técnica de custo. Evidentemente o Banco Central estabelece as tarifas, sempre com base em critérios de avaliação técnica de custo. O que eu disse claramente foi que não competia, em primeiro lugar, ao Banco Central decidir sobre eventuais taxações de lucros gerados por isso. E em relação ao fato de o Banco Central ter fixado essas tarifas no passado, eu apenas estou reafirmando a postura ética de não julgar atos praticados por gestões anteriores. Ajo da mesma maneira quanto às perguntas anteriores. O que acho de determinada medida tomada pelo Banco Central, o que faria ou não quanto a esse aspecto não vem ao caso. O que posso assegurar-lhe é que vamos olhar esse assunto e outros rigorosamente. Quando chegar o momento de o Banco Central tomar medidas a esse respeito, terei prazer em responder ao seu questionamento.

Quanto à questão de o Banco Central ser um elo da política, dentro do projeto em discussão em diversos setores técnicos a que tenho acesso, posso falar do que vi em outros países que usam esse sistema. Posso dar um exemplo: estive no Banco Central dos Bancos Centrais – vamos chamá-lo assim –, o Bank for International Settlements, na Basiléia. Lá o Governo, por intermédio do órgão competente, que aqui no Brasil seria o Conselho Monetário Nacional, determina a política. Portanto, o Banco Central não é um órgão ascético, apartado. Ele vai implementar uma política determinada pelo Governo. Apenas tem mandatos claros e são-lhe cobrados resultados pelo Executivo e pelo Legislativo. O Banco Central é assim: o Presidente da República aponta, o Congresso aprova, os relatórios são prestados, e existem inclusive critérios de perda de mandato, critérios de improbidade pessoal ou administrativa – número 1 – e de não-cumprimento de metas determinadas pelo Governo. Em resumo, o Banco Central não é um órgão ascético nos outros países, mas um órgão perfeitamente enquadrado na política do Governo, na medida em que segue as determinações governamentais.

Passo agora à pergunta do Deputado Jovair Arantes – aliás, fujo um pouco do protocolo para enfatizar seu caráter de competidor leal, na busca de votos no Estado de Goiás, nas últimas eleições.

Em relação ao dólar, gostaria de enfatizar que a moeda chegou a estar cotada em R\$ 3,90. Na última vez em que pesquisei, antes de vir para cá, a cotação já estava na faixa de R\$ 3,32. Em resumo, houve uma queda importante, apesar de ter havido inflação no período. O comportamento do dólar no futuro vai depender de uma série de fatores, inclusive do mercado, porque é muito importante enfatizar que o Banco Central tem uma meta apenas, que é a meta de inflação, e um instrumento, que é a política monetária. Portanto, o Banco Central não opera com meta por valor da moeda, da mesma maneira que não opera com meta para outros valores de agregados monetários etc. Cada um pode até ter uma opinião pessoal: o exportador acha que o dólar mais caro é melhor; o importador, que é pior; o Tesouro Nacional acha que o dólar mais barato melhora a dívida; mas, como disse, não compete ao Banco Central ter metas sobre isso, porque, repito, por definição, ele tem apenas uma meta, que é a inflação, e um instrumento político, que é a política monetária.

Quanto à questão da guerra, Deputado, a conta será paga pelo mundo inteiro, inclusive pelo Brasil. Vai depender muito da duração da guerra, dos embates. Acho que é muito prematuro dizermos algo, porque

os próprios mercados mundiais estão confusos com isso. Em resumo, se for uma guerra prolongada, complicada, com os preços do petróleo subindo e os mercados ficando cada vez mais avessos ao risco, certamente uma parte da conta será paga pelo Brasil e por outros países, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Como ainda temos oito Deputados inscritos, pergunto ao nobre Presidente do Banco Central se podemos chamar os debatedores. *(Pausa.)*

Com a palavra o primeiro inscrito deste bloco, o Deputado Félix Mendonça.

Apelo para os Srs. Deputados no sentido de que não ultrapassem o tempo de três minutos. A sessão está prolongando-se e o Presidente do Banco Central está fazendo o obséquio de permanecer aqui conosco.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Dr. Henrique Meirelles, por que os juros reais são mais altos no Brasil? Na sua exposição chamou-me a atenção o item denominado “trajetória desfavorável da relação dívida pública/PIB”. Segundo os dados que aqui constam, em 1995 os juros eram de 18,725%, consolidados, e passaram para 48,75%; em 2000, para 54%; em 2001, para 66%; e em 2002, para 118%! Estava prevista no Orçamento a destinação de 60 bilhões de reais para o pagamento dos juros; a previsão subiu para 190 bilhões em 2002, no setor público consolidado, e para 118 bilhões em 2003. Portanto, o que me preocupa basicamente são os juros conseqüentes da dívida pública em relação ao PIB, a escalada desses juros. A quanto chegaremos no ano de 2003? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é decorrente da primeira. Dizem que os economistas conhecem muito de economia, mas não o Brasil. Outro assunto que me preocupa, além da dívida pública, é sem dúvida o desemprego. Fala-se em 10 milhões, 12 milhões de desempregados. Não existem 10 milhões de desempregados; sabemos que é apenas uma referência, mas há um desemprego crescente no Brasil. E para vencermos esse desemprego é preciso que haja investimento. Dos 190 bilhões previstos, pagamos apenas 55 bilhões, porque incorporamos dívida. Isso representa aumento da dívida, dos juros. O bolo está crescendo. E a solução para o problema do desemprego depende de investimento. Precisamos fazer investimentos. E um outro item da sua exposição, o que diz respeito à reduzida participação do setor externo na economia, alude diretamente ao emprego. Precisamos criar um canal de exportações. Só se paga a dívida externa exportando ou vendendo nossos próprios bens.

Esses já vendemos quase todos; resta-nos criar um canal de exportação. Então, acho que o Banco Central deve propiciar a criação desse canal, financiando os grandes projetos de exportação.

Para V.Sa. ter uma idéia, no Nordeste há 60 mil hectares prontos para serem acionados. Os instrumentos estão prontos e isso precisa ser dinamizado. É preciso que os bancos participem, façam as licitações dessas áreas. Se são 5 trabalhadores por hectare, nesses 60 mil hectares poderão ser criados 300 mil empregos.

V.Sa. fez uma brilhante exposição. Mostrou que conhece a economia do nosso País. E nós Deputados devemos transmitir-lhe um pouco do que conhecemos do Brasil. Por isso, neste ponto, chamo a atenção de V.Sa. para a necessidade de fazermos investimentos imediatamente, e só podemos investir se tivermos juros mais baixos. Os juros estão muito altos. A escalada dos juros poderá conduzir-nos a uma situação crítica. Não se respeita a lógica. Caminha-se de tal forma que vamos ter sérios problemas. Chamo a atenção de V.Exa. para essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra ao Deputado Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO AFONSO – Dr. Henrique Meirelles, inicialmente, cumprimento V.Sa. pela maneira digna com que fez sua exposição. V.Sa. fez, de forma isenta, uma espécie de prestação de contas de um trabalho anterior ao seu, quando poderia e talvez até devesse ter detalhado com clareza a herança que recebeu e que lhe cabe agora, ou cabe ao Governo, administrar. Quero cumprimentá-lo por isso.

Minha pergunta refere-se à autonomia do Banco Central. Ouvi com atenção, durante toda a tarde, com vivo interesse, tudo que se referia a esse assunto, que me causa enorme preocupação. Continuo considerando essa idéia de autonomia do Banco Central como uma iniciativa com o objetivo de retirar da autoridade constituída, legitimamente eleita, uma parcela de poder. Não consigo entender de maneira diferente. É como se precisássemos proteger alguma coisa da vontade popular e do governante por ela eleito. Em tudo que já li e ouvi não encontrei argumento que me convença do contrário. Acabamos caindo no discurso de que é vontade do FMI, exigência do sistema financeiro.

Insisto e já disse aos Deputados do PT que não consigo entender que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido eleito com parcela tão expressiva dos votos dos brasileiros, queira, *sponte sua*, abrir mão de uma parcela desse poder, quando, na verda-

de, se não é todo o coração, é a principal artéria da ação do Governo e de toda expectativa da sociedade. Continuo achando que parece que alguém quer proteger algo do próprio governante eleito pelo povo. Essa é a minha visão. V.Sa., ao longo da sua exposição, procurou não entrar no mérito dessa questão, mas resvalou nele, ao responder a pergunta do Deputado José Thomaz Nonô; então, por gentileza, poderia explicar de forma um pouco mais acadêmica, mais pedagógica, o que seria diferente se houvesse a autonomia? Em que isso seria melhor para o Brasil? Aponte situações concretas: isso hoje funciona assim, a partir da autonomia funcionaria dessa maneira; isso é bom, aquilo é ruim; hoje pode isso, com a autonomia não poderá; hoje não pode isso, com a autonomia poderá etc. Com base nos exemplos que V.Sa. citou de outros países, gostaria que nos configurasse uma situação concreta. O que vai mudar? O que vai ser diferente? O que se vai ganhar com isso? O que o povo vai ganhar com isso?

Essa a minha pergunta, se V.Sa. puder responder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE –

Sr. Presidente, saúdo o ilustre Presidente do Banco Central. Vou fazer-lhe três perguntas, mas creio que V.Sa. não vai respondê-las, até por uma questão ética, para não comentar situações anteriores. Ainda assim, farei as perguntas, por dever de ofício.

No semestre passado, a base monetária foi expandida, o que fez com que em janeiro o Banco Central viesse a aumentar o depósito compulsório para 60%. Se tivesse autonomia, o Banco Central teria permitido essa expansão da base monetária feita no período eleitoral no ano passado?

Se o superávit primário fosse permanente, na década passada, no período de 1993 a 2001, certamente a relação entre a dívida pública e o PIB estaria hoje em torno de 26%. Em 1995, 1997 e 1998 não houve superávit primário; houve déficit primário. A partir desse ano para a frente, qual seria a expectativa? Mantendo-se o superávit primário em torno de 4,5%, qual o período necessário para a redução da relação dívida pública/PIB?

Tenho dúvidas ainda com relação à autonomia do Banco Central. Sou leigo no assunto, mas ousou dizer que acho muito difícil combater a especulação da moeda com um decreto do Presidente da República ou um projeto de lei aprovado no Congresso Nacio-

nal, em face desse mundo globalizado, da velocidade com que os fluxos financeiros circulam pelo mundo. Então, creio que dificilmente se defenderá o real de um ataque com o instrumental clássico do decreto ou do projeto de lei. Faço essa observação embora ainda tenha dúvidas com relação à autonomia do Banco Central.

A terceira pergunta tem relação com a conta CC-5. No passado essa conta foi utilizada com muita velocidade e afinco para remessa de recursos para o exterior. Gostaria de saber sua opinião a respeito de um melhor controle dessas remessas, porque em boa parte os recursos remetidos por contas CC-5 são oriundos do narcotráfico, da corrupção e da sonegação fiscal. Gostaria, portanto, de saber a opinião do Banco Central sobre as contas CC-5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra à nobre Deputada Dra. Clair, pelo prazo de três minutos.

A SRA. DEPUTADA DRA. CLAIR – Inicialmen-

te, quero saudar o Sr. Presidente do Banco Central.

Podemos, aproveitando que estamos fazendo uma audiência pública para examinar a política desenvolvida por aquela instituição e analisando essa tabela da dívida indexada ao câmbio, verificar que em determinados meses do ano o número de títulos indexados ao câmbio, ao dólar, era muito acentuado. Houve épocas em que chegou a 78,98%, 88%. Enfim, há uma indexação muito grande dos títulos ao câmbio. Pergunto – porque temos de verificar se foi certo ou errado, para nos prevenirmos no futuro, e para que a população também saiba – se foi acertada a decisão do Banco Central de fazer essas emissões de títulos, ou se foi uma irresponsabilidade. Quais os reflexos dessas emissões na economia?

Também gostaria de saber de V.Exa. qual foi o embasamento legal do Banco Central para a emissão desses títulos e se há alguma medida para reduzir ou para evitar essa indexação. Temos observado uma redução dos títulos públicos indexados ao câmbio, e um aproveitamento, uma passagem, uma transferência para esse ato; gostaria de saber se é essa a medida correta, ou se haveria medidas alternativas, afora a indexação ao câmbio.

Com relação à autonomia do Banco Central, gostaria de saber se já não existe autonomia suficiente dessa instituição e quais seriam as restrições existentes hoje. Pergunto a V.Sa. também se a credibilidade do Banco Central está ou não atrelada à exigência da autonomia. Cito o exemplo do episódio dos Bancos FonteCindam e Marka. Naquela oportunidade, o Mi-

nistro da Fazenda disse desconhecer a operação conduzida pelo Banco Central; então, existia uma autonomia muito grande do Banco Central, tanto que o próprio Ministro desconhecia a existência de referida operação. A emissão de títulos indexados ao dólar já não é uma autonomia exagerada do Banco Central? O aumento dos juros já não é uma autonomia muito acentuada? E a própria composição do Banco Central?

Sr. Ministro, são essas algumas das questões que gostaria de ver respondidas, e, acredito, a população também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concedo a palavra ao próximo debatedor, o nobre Líder Virgílio Guimarães, pelo tempo de três minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, sem dúvida alguma, as três maiores aquisições para o desenvolvimento da humanidade foram o fogo, a roda e o Banco Central.

Essa frase, muito conhecida, evidentemente não é minha, é de Groucho Marx, um fino humorista. Na época da crise, quando surgiu a idéia de se criar o Banco Central, alguns entendiam ser essa a solução para os problemas da humanidade. Groucho Marx expressou-se com sua fina ironia, talvez com um certo exagero, para que fossem colocados os pingos nos “is”. Creio, Sr. Presidente, que hoje alguns estão levando ao pé da letra a frase de Groucho Marx, como se o Banco Central fosse tudo na economia.

Precisamos, antes de mais nada, entender o que é o Banco Central e o que significa sua autonomia, nesta discussão. Existem modelos diferentes para o Banco Central. O atual segue o modelo da subordinação. Foi delicado quem disse que a legislação estabelece critérios para o funcionamento do Banco Central. Onde foi dito “legislação”, ouça-se “circular”. Nosso Banco Central é regulado por circulares, não por lei complementar, sequer por lei ordinária. É um modelo claro de subordinação.

Houve na Constituição de 1988 uma tentativa de alterar a situação ao se estabelecer a obrigatoriedade de comparecimento ao Senado Federal. E pretendia-se também que, por lei complementar, o Banco Central do Brasil finalmente fosse modernizado. O PT, naquela ocasião, defendeu a autonomia do Banco Central. Em 1992, fiz um levantamento de projetos de lei com elementos de autonomia e encontrei um do PCdoB, um do PMDB, diversos do PT, mas não vi nada em sentido contrário.

Portanto, creio que hoje essa discussão ganhou um tom que segue a linha daquela frase de Groucho Marx, só que com inversão de sentido.

A autonomia do Banco Central é um direito da cidadania, um direito do povo. Nós também somos mercado. O direito a ter um Banco Central com estabilidade, com regras e com perspectivas é um desejo do mercado, a começar pelo mercado interno.

Partidos irmãos posicionam-se em favor do controle feito pela sociedade. Isso está nos jornais de hoje. Se é um controle praticado pela sociedade, há algo a menos no poder absoluto do Governo, e isso é bom. Se ganhamos a eleição, e o PT fala em orçamento participativo, estamos não abdicando do poder imperial do Presidente da República ou do Prefeito, mas sim reconhecendo uma parceria com a sociedade, reivindicando o direito de não ver resoluções serem tomadas de madrugada, de haver um conselho superior, um Conselho Monetário que represente a sociedade, de responsabilizar os diretores em seus mandatos, vinculando-os também às diretrizes da política econômica que emanam de um Governo eleito.

Estamos falando em Banco Central autônomo. Não falo em Banco Central independente. Não falo em satélite colocado aqui, nem em alguém que vá blindar o que é definido pelo Governo. Temos que entender isso. Se queremos um Banco Central com mais controle, ele precisa ser mais focado e ter suas funções mais bem definidas. Um Banco Central dotado de autonomia jamais iria enterrar 3 bilhões em uma instituição qualquer de madrugada. Jamais! Até porque a legislação não encobriria isso. Um Banco Central com autonomia está sob o controle da sociedade. A sociedade tem o direito de exercer esse controle, a começar do investidor interno, do pequeno investidor.

Se não há regras, se não há confiança no futuro, se não se sabe quais são as metas nem quem é responsável por elas, como podemos falar em economia solidária e em desenvolvimento sustentável, como está no programa do Governo Lula? A autonomia do Banco Central, nesse sentido, é imprescindível para estimular os investimentos produtivos dos pequenos, médios e grandes. Não haver regra alguma, isso, sim, é um estímulo à ciranda financeira.

É evidente que, se queremos rolar nossa dívida com prazos mais longos e juros mais baixos, não precisamos oferecer no altar do investidor estrangeiro a reforma tributária. Não! Nós precisamos dela. Quando a economia é mais confiável para nós, torna-se melhor para os outros investirem na nossa dívida pública.

Portanto, precisamos de um Banco Central reformulado, reestruturado, mais controlado pela sociedade. É como uma fórmula matemática: autonomia é igual a estabilidade, mais controle, mais vinculação às macrodiretrizes que emanam do povo por meio do seu Governo legitimamente eleito. Queremos e precisamos das reformas previdenciária e tributária e de um novo Banco Central. Isso faz parte do nosso programa.

Vamos, numa discussão paciente, fazer essas reformas, não por imposição, mas por convicção. Vamos reformular o Banco Central brasileiro, tornando-o autônomo, ou seja, estável, controlado e vinculado ao que o povo deseja para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – O próximo debatedor é o nobre Deputado Marcelo Castro, que dispõe do tempo de três minutos.

Não chamei o Deputado Pompeo de Mattos porque não o vi, mas S.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros falou sobre o “efeito Lula”, que desestabilizou a economia no ano passado, mas gostaria de acrescentar que mais do que o “efeito Lula” houve o “efeito Serra”. Foram os próprios próceres do Governo que criaram esse clima de instabilidade, dizendo, para turbinar o candidato do PSDB, que se Serra não fosse eleito o Brasil poderia virar uma Argentina. Essa é a verdade. Na época os jornais inclusive publicaram que o Governo havia dado um tiro no próprio pé; quer dizer, tentando favorecer seu candidato, acabou criando um grande problema para a economia do Brasil. Isso é um fato que precisamos esclarecer.

Sr. Presidente, já fui professor de física, uma área que as coisas são simples e as leis, claras; por exemplo: todo corpo sólido mergulhado num líquido recebe um impulso de baixo para cima igual ao peso do volume do objeto deslocado. Depois fui professor de psiquiatria, uma área que trata do subjetivo, do abstrato. Esperava que a economia fosse uma ciência mais próxima da física, dos números, do que do abstrato, do subjetivo, da psiquiatria. No entanto, eu e meus colegas psiquiatras acertaríamos mais do que os economistas brasileiros.

No tempo em que era Ministro da Economia, o Deputado Delfim Netto prefixava a inflação. Dizia que a inflação do mês ia ser de tanto. Um dia, ao entrevistá-lo, um repórter observou ao então Ministro que ele havia dito que a inflação seria tal, e foi o dobro; os fundamentos estariam errados? Ele respondeu que não,

de maneira alguma, e que se não tivesse tomado aquela providência a inflação teria sido muito maior.

Na verdade, ele errou.

Depois, quando da edição do Plano Cruzado, o Sr. Leonel Brizola, certamente fundamentado nos argumentos de seus economistas, disse que haveria um grande confisco da renda da classe trabalhadora. Houve exatamente o contrário. Houve, com o Plano Cruzado, um grande ganho de renda para o pequeno trabalhador.

Nosso grande economista Aloizio Mercadante instruiu Lula a bater no Plano Real, a dizer que ele não tinha consistência e não duraria três meses. Um grande economista, e errou feio também.

Veio o Ministro Pedro Malan, com todos os seus fundamentos de economia, juntamente com Gustavo Franco, e inventou aquele negócio de câmbio fixo, de âncora cambial. E por ocasião das crises da Rússia, da Coreia e do México, houve repercussão no Brasil e os juros subiram, nossas reservas foram queimadas, foi um drama. Eles quase acabaram com o País para manter a tal âncora cambial, que virou um dogma.

Agora vem o nosso Ministro Antonio Palocci e diz que a nossa dívida é muito grande, que a relação dívida pública/PIB é muito elevada, que isso gera instabilidade nos mercados, que ninguém confia no País. E há ainda a questão da Previdência, um obstáculo ao nosso crescimento. Para poder crescer e desenvolver-se, o País precisa diminuir essa relação dívida/PIB, e para isso precisa de um superávit muito elevado, o que considero muito lógico e coerente.

Ora, uma pessoa faz dieta para quê? Para ficar bonita e saudável. Ninguém faz dieta para ficar feio e doente. O sacrifício de hoje – redução do crescimento, reforma previdenciária, talvez até com cobrança de contribuição dos aposentados – é para, no futuro, o País poder respirar melhor, crescer e gerar bem-estar para o povo. Sou, como disse, psiquiatra; não entendo nada de economia, mas articulo o seguinte raciocínio: diante de tantos erros cometidos, a âncora cambial, cuja manutenção era a salvação do País, com o déficit da balança comercial, a redução das exportações e o aumento das importações, estourou. Por quê? Porque a equipe de Fernando Henrique não conseguiu pôr em prática a sua política. Se dependesse deles, fariam com o Brasil o que o Ministro Domingos Cavallo fez com a Argentina. Eles queriam manter a âncora cambial, mas não conseguiram, e a âncora quebrou. Foi como se o mundo tivesse acabado, mas não acabou; o Brasil cresceu, começou a respirar, as exportações aumentaram, as importações

diminuíram, tudo melhorou. Eles estavam redondamente enganados.

Pergunto, pois gostaria que V.Exa. me tranquilizasse: tomando como exemplo o que ocorreu em outros países, o sacrifício que estamos fazendo vai resultar em benefício para a sociedade brasileira?

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, não pertencço a esta Comissão, mas fiz questão de vir aqui, porque dividimos o palanque nas últimas eleições e V.Sa. foi o Deputado Federal mais votado no meu Estado. A Câmara perdeu um grande Deputado, mas o Banco Central ganhou um técnico competente.

Farei um rápido comentário. Ouvi um orador que me antecedeu dizer que na campanha para Presidente da República foi difundida a idéia de que se Lula vencesse o Brasil correria o risco de ficar como a Argentina. O Governo buscou um Deputado do PSDB, que se desfilou, devido à legislação, para tomar conta do Banco Central. Por isso o Brasil não ficou nem ficará como a Argentina. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – V.Exa. não formulou questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Jorge Alberto. Com relação ao requerimento, V.Exa. poderá comentá-lo e discuti-lo agora, para o que terá um pouco mais de tempo, por decisão da Mesa.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Muito obrigado. Cheguei de uma audiência com o Ministro dos Transportes e a Presidência já havia dado como prejudicado o requerimento.

De certa forma, aqueles que fazem a Comissão Mista de Orçamento têm sido competentes no sentido de antecipar-se às discussões e aprovações dos requerimentos para a vinda dos Srs. Ministros. Assim foi no caso do Ministro Palocci, da Fazenda, do Ministro Guido Mantega, do Planejamento, e agora no caso do Presidente do Banco Central. Quero parabenizar esta Comissão por ter conseguido antecipar a vinda dessas pessoas para debaterem conosco essas questões.

Dirigi-me ao Sr. Henrique Meirelles para dizer-lhe que o que me levou a requerer a vinda do Presidente do Banco Central a esta Comissão foi a necessidade de obter esclarecimentos a respeito da

condução da atual política monetária e cambial. Não sou experto em economia nem em Direito Econômico, mas acabamos apreendendo alguns conceitos no dia-a-dia, e algumas coisas angustiam-me; por isso, naturalmente, são objeto das perguntas que farei ao Presidente do Banco Central.

Quando se trata de política macroeconômica, ouvimos muita gente da área econômica dar explicações, mas o que de fato me preocupa é o provável estrangulamento da economia com o aumento do depósito compulsório dos recursos à vista de 45% para 60% e o aumento da taxa SELIC para 26,5%. Ouvimos aqui as explicações dos Ministros da área econômica. Como aquecer a economia com o aumento dos juros, o dólar nervoso, o enxugamento monetário e o conseqüente aumento do repasse de dinheiro para o Banco Central? Gostaria que V.Sa. me esclarecesse como manter estável a inflação com essas medidas. Se a economia se retrai, pode haver adiante um aumento da demanda; se se retrai o aporte de recursos, na minha visão, que não sou economista, mas um militante da área de ciências biológicas e da saúde, creio que adiante se pode gerar uma inflação de demanda. Enfim, gostaria que V.Exa. me esclarecesse a razão do aumento da taxa de juros e do depósito compulsório. Tirando dinheiro de circulação, não haverá, mais à frente, uma inflação de demanda? Caso isso venha a se concretizar, que outras armas V.Sa. teria, como Presidente do Banco Central, para buscar a estabilidade econômica?

Estamos debatendo uma proposta de emenda à Constituição que poderá permitir a autonomia do Banco Central. Faço, quanto a isso, a seguinte pergunta: caso não seja aprovada, quais são as conseqüências que poderão advir em relação aos acordos que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de negociar com o Fundo Monetário Internacional amanhã?

Eram esses os meus questionamentos. Naturalmente, quem fala por último não tem muito a acrescentar, porque todos os demais já falaram. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Já se tendo manifestado o último inscrito, concedo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles para responder às perguntas.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A primeira pergunta diz respeito à evolução dos juros reais, e foi manifestada uma preocupação quanto à evolução da dívida do setor público do Governo Federal. É, portanto, uma pergunta pontual. E indaga-se a que ponto chegaremos, com relação à dívida do setor público, com o presente nível de taxas de juros e as presentes

condições da economia. Bom, a projeção do Banco Central e do Ministério da Fazenda é de que a relação da dívida com o Produto Interno Bruto se mantenha estável durante o ano de 2003 – portanto, ao redor de 56,5% do PIB – , caindo depois, gradualmente, durante os próximos anos. Isso, portanto, já está dentro do que foi divulgado pelo Ministro e que repetimos hoje.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Chamo a atenção para o fato de que o valor previsto para o pagamento de juros neste ano, 190 bilhões de reais, é quase o dobro do que pagamos a quase todos os aposentados do Brasil – só para mostrar a que ponto chegamos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. tem razão. O setor público brasileiro paga de juros um montante muito alto. Por isso estamos fazendo todo esse esforço visando estabilizar a economia, baixar o Risco Brasil e apresentar um superávit primário, exatamente para diminuir essa relação dívida/Produto Interno Bruto. Exatamente por isso o Sr. Ministro apresentou esse plano de trajetória cadente da carga da dívida em consequência da carga de juros. Essa a razão de todo esse esforço visando diminuir o endividamento do Governo. E gostaria de lembrar que essa dívida não foi criada nesses primeiros sessenta dias.

Em relação à necessidade de fazer investimentos e de dar atenção aos juros altos, concordo totalmente. Acredito que tenha ficado claro, na minha explanação, que o juro real da economia brasileira está em um patamar mais elevado do que nos demais países. Mas também procurei demonstrar claramente que não há qualquer possibilidade de o Banco Central abaixar os juros unilateral ou voluntariamente. Para reduzir a taxa de juros e o Risco Brasil, teremos de tomar uma série de medidas, discutidas hoje detalhadamente. Em resumo, concordamos com a necessidade de redução dos juros reais no Brasil; apenas é importante dizer que isso não se dá por uma decisão voluntária do Banco Central. O Banco Central tem que aplicar a taxa de juros necessária para o arrefecimento da inflação.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Chamei a atenção de V.Sa. para o fato de a inflação ocorrer de acordo com a relação PIB/recursos existentes na base monetária. Se aumentarmos o produto, sem dívida diminuiremos a inflação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – São duas coisas diferentes. Conforme mencionei, não há exemplos de países que tenham tido uma inflação alta, hajam crescido e, em consequência disso, tenha caído a inflação. A queda da inflação é pré-condição para o

crescimento econômico. A estabilidade geral da economia dá mais confiança à população e aos investidores. O juro real tende a cair ao longo do prazo, a economia cresce, e isso ajuda, certamente, a fazer decair a relação dívida/Produto. Concordamos nesse ponto.

O Deputado Paulo Afonso mencionou a autonomia do Banco Central. Indaga o que seria diferente caso o Banco Central fosse autônomo hoje. Minha resposta ao Deputado é a seguinte: nada. O Banco Central hoje desfruta de uma autonomia operacional prática, determinada pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda. Em nenhum momento recebi um telefonema do Presidente perguntando-me sobre qualquer coisa ou sugerindo qualquer mudança ou decisão de política monetária. Em resumo, o Banco Central desfruta hoje de total autonomia operacional prática, concedida pelo Presidente da República, o que faz sentido, na medida em que a Diretoria é apontada pelo Presidente e aprovada pelo Senado; portanto, o Presidente possui todas as condições de fazer essa escolha, e certamente vai apontar pessoas que considera com condições de defenderem o melhor para o País naquele momento.

Em resumo, em relação ao que mudaria, a resposta é: absolutamente nada.

A pergunta seguinte, já encaminhando respostas a outras perguntas correlacionadas, é: por que então se propõe essa autonomia do Banco Central? Porque isso foi proposto também em outros países, e as experiências de outros países mostra que isso torna todas as normas mais transparentes. Por exemplo, existem especulações nos jornais de que as autoridades, seja o Presidente, sejam os Ministros, influenciam na decisão do Comitê de Política Monetária. Existem especulações gerais que muitas vezes levam algumas pessoas mal informadas, nos mercados, a terem dúvidas sobre até que ponto o Banco Central está tendo autonomia, na prática. Posso atestar que sim, mas não posso garantir ao Deputado que todas as pessoas, 100% delas, acreditam na minha declaração, apesar de ser totalmente verdadeira. Enfim, as experiências de outros países mostram que há maior tranquilidade entre os agentes econômicos quando existe essa autonomia operacional.

Dito isso, quem define a política econômica é o Conselho Monetário Nacional e, em última análise, o Presidente da República, em qualquer país, a não ser naqueles em que existe a absoluta independência do Banco Central, mas nunca se falou nisso no Brasil; falou-se, isto sim, em autonomia de operação para implementar a política determinada pelo Governo. O Governo determina a operação, o Governo determina

a meta da taxa de inflação, o Governo determina as metas monetárias, o Governo determina, portanto, o ritmo de aplicação da política. Além disso, as contas são prestadas ao Presidente da República, ao Ministro, ao Conselho Monetário e ao Congresso Nacional, e, na medida em que as metas definidas pelo Governo não são cumpridas, os Diretores e o Presidente do Banco Central podem inclusive perder o mandato.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E o salário também.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Perdem o salário em alguns países, sim. Em resumo, é a meramente a institucionalização de algo que já existe na prática, o que é a essência da democracia. Por exemplo, no Brasil fizeram-se vários movimentos importantes de desinstitucionalização de determinado nível de autonomia, seja no Judiciário, seja no Ministério Público. Por que fazer isso, se temos um Presidente eleito? Houve momentos no passado, há um século, em que se discutiu a própria autonomia do Congresso. Então, é meramente a institucionalização de algo muito simples: de como o Banco Central deve fazer para cumprir determinações do Governo; isto é, quando o Governo definir a meta de inflação, como o Banco Central deve proceder e qual o critério de transparência. Torna-se tudo mais transparente. Na realidade, a experiência dos outros países mostra que o controle da sociedade aumenta. Essa, digamos, é a experiência internacional a respeito do assunto.

Quanto à questão levantada pelo Deputado Eduardo Valverde sobre a expansão da base, parece-me que a pergunta foi a seguinte: o Banco Central deveria ter permitido a expansão da base no ano passado? Trata-se, novamente, de uma questão de julgamento *a posteriori* e de muita complexidade, porque a expansão da base se deu por um movimento dos investidores, que, especialmente por volta do mês de maio, tiveram grande desconfiança quanto ao futuro da economia brasileira e resolveram tirar seu investimento de ativos de títulos públicos, principalmente, e colocar em ativos mais líquidos, como depósito bancário, caderneta de poupança, CDB, mercado de títulos com vencimento diário etc. Em resumo, esse foi um movimento geral da sociedade. Se o Banco Central deveria ter tentado controlar isso é uma questão de difícil julgamento. Eu apenas menciono aqui que técnicas modernas de administração de Banco Central hoje dizem que a estratégia do controle de agregados monetários não tem tido muito sucesso na prática. Em resumo, o Banco Central tem de monitorar os agregados monetários, mas apenas fixando a meta de inflação; portanto, a idéia de controle de agrega-

dos monetários de fato é algo não muito praticado hoje, mas essa é uma questão de julgamento, em determinados momentos da política do Banco Central, como todas as demais que já foram apresentadas.

Posso dizer que neste Governo, neste ano, tem havido uma diminuição da base monetária, e gostaria de encerrar essa questão por aqui. De fato, neste Governo a base monetária está contraindo-se.

Sobre a questão do superávit, a base da resposta é: trata-se de um cálculo matemático. Não há dúvida de que, se tivéssemos tido um superávit de mais de 3% há vários anos, muito antes de 1999, a relação dívida/Produto já seria muito menor. Esse é um cálculo matemático, e acho que não há nenhuma implicação de ordem subjetiva. Não é questão de julgamento. Não há dúvida de que a relação seria melhor se o superávit tivesse de fato começado a ser alcançado antes.

Em relação ao futuro e ao índice de 4,25%, nossas indicações são de que, partindo-se do pressuposto de que esse projeto que nós descrevemos siga o curso que prevemos, o superávit de 4,25% do produto será suficiente para que tenhamos uma diminuição da relação dívida/Produto no futuro.

Sobre a questão do controle das remessas pela CC-5, gostaria de separar dois aspectos distintos. Foi mencionado que o Banco Central deveria fazer um controle para barrar as remessas ilegais etc. Ora, não há dúvidas de que faz. Gostaria de afirmar que essa é uma preocupação constante do Banco Central e do sistema financeiro. Inclusive o Banco Central impõe aos responsáveis pelos bancos que fazem a operação que se assegurem da origem dos recursos. É um tipo de controle de responsabilidade do Banco Central e do sistema financeiro, e não tenham dúvida de que nessa área estaremos atuando com muito rigor. Isso é alta prioridade desta Administração.

O controle de fluxos por volume é outro assunto. O controle de capitais em si para tentar evitar fluxos excessivos para um lado ou para o outro tem-se mostrado no Brasil extremamente ineficiente, haja vista a moratória de 1987, que provocou uma crise muito grande no ano posterior, porque um controle puro e simples de fluxos leva, na prática, a que se acabe controlando a entrada e não a saída, porque a saída geralmente é feita por métodos ilegais, mercado paralelo etc. Agora, o controle da legalidade das operações e da origem de recursos, aí sim, é responsabilidade do sistema financeiro, do Banco Central, e posso assegurar-lhes que estamos e estaremos atentos a isso.

A Deputada Dra. Clair perguntou se foi um acerto ou uma irresponsabilidade emitir os títulos cambiais. Gostaria de dizer-lhe, Deputada, que isso está dentro do escopo das perguntas que já respondemos, no sentido de que os títulos cambiais foram emitidos dentro de uma política de câmbio controlada, de 1995 a 1998. Portanto, foi uma posição de títulos que abriu aquela oportunidade, e, a partir do momento da flutuação do câmbio, a decisão de sair desses títulos é complexa, porque envolve um dilema, de novo, entre o prazo dos títulos, o custo dos títulos e o sistema de indexação. Em resumo, não há dúvida, portanto – para simplificar a resposta –, de que o ideal é termos, lá na frente, uma economia estável, que não exija a indexação do câmbio à moeda externa ou mesmo à taxa de juros, e em que os títulos públicos, como nas economias, a essa altura, mais amadurecidas, tenham taxas prefixadas e, portanto, não haja necessidade de indexação. Mas, de novo, isso é algo que só é possível fazer como resultado de maior estabilização da economia. Estamos trabalhando para que a economia adquira esse nível de estabilidade e, consequentemente, também a estrutura de administração.

Em relação ao embasamento legal para a emissão dos títulos, esclareço, por importante, que os títulos cambiais em si são emitidos pelo Tesouro, não pelo Banco Central. Repito: o Tesouro Nacional emite os títulos cambiais. O Banco Central faz operações no mercado de títulos, mas não emissões. O que são, sim, ações diretas do Banco Central são os *swaps*, que passaram a substituir, nas posições, muitos desses títulos cambiais vencidos em 2002, conforme mostramos naquela tabela. Em relação à base legal, não para a emissão de títulos, que é competência do Tesouro, mas para as operações de *swaps*, no entendimento do Departamento Jurídico do Banco Central, a instituição tem poderes para fazer esse tipo de operação no mercado de compra e venda de índices ou de tipos, no caso vendendo dólares contra posições de taxa de juros, por exemplo, operações típicas de Banco Central, de política de mercado aberto. Esse embasamento é dado pela Lei nº 4.595, de 1964. Portanto, esse é o entendimento jurídico do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Henrique Meirelles, um pequeno esclarecimento sobre a questão dos títulos cambiais. V.Sa. afirmou anteriormente, e agora também – quero ter certeza disso –, que a maior parte dos títulos cambiais foi emitida ainda no período do câmbio fixo; são títulos anteriores ao câmbio flutuante. Isso é absolutamente líquido e certo, ou a maior parte dos títulos foi emitida quando o

dólar começou a se tornar muito volátil no País e foi necessária uma intervenção mais firme do Governo, por meio dos títulos, inicialmente, e depois com a operação de *swaps* no mercado cambial?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, essa é uma pergunta delicada, sob o seguinte aspecto: a posição de títulos data daquela época. Quando V.Exa. pergunta se a maior parte data daquela época, devido à grande variação nominal nesse período, precisamos fazer algumas contas, porque já é uma afirmação diferente. Teremos de comparar valores nominais ano a ano. A posição original data daquela época, quando se começou de fato a lançá-los. Agora, poderemos dar-lhe, idealmente, ainda no curso de nossa apresentação, a resposta precisa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – O que me parece importante nesse contexto é que se faça de fato um estudo, até com o apoio de instituições universitárias, sobre o resultado dessas políticas, não no sentido de culpar ninguém, mas de saber se esse instrumento, na medida em que foi utilizado, foi verdadeiramente importante, do ponto de vista da relação custo/benefício, para o País.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – O Diretor confirma que estava correta minha afirmação.

Estou ainda na resposta às questões da Deputada Dra. Clair. S.Exa. fez a mesma pergunta em relação a outros tipos de iniciativa, e terminou questionando se já não há autonomia suficiente, hoje, no Banco Central e quais restrições existem. Nobre Deputada, o Banco Central dispõe hoje de uma autonomia prática concedida pelo Presidente. Se o Presidente discordar de alguma medida tomada pelo instituição, terá todo o poder de tomar as atitudes necessárias em relação às decisões.

Dito isso, como já foi mencionado, a experiência de outros países mostra, no entanto, que, à medida que se institucionaliza esse processo, deixando claramente definido por lei quais são as responsabilidades do Banco Central, como se dará e como será essa transparência, à medida que passa a ser claramente definido que o Banco Central meramente implementa uma política estabelecida pelo Governo, essa maior transparência terá um efeito benéfico. Não que mude nada, do ponto de vista prático, mas tudo passa a ser mais transparente e mais bem regulado por lei, e isso reflete-se no desempenho da economia.

Em relação a medidas tomadas no passado, mencionadas por V.Exa., referentes, por exemplo, a auxílios a bancos, também não tive acesso a isso. Não estava lá na época, não pude julgar o mérito des-

sas decisões, mas não há dúvida de que o Banco Central tinha poderes para tomá-las, e tomou-as legitimamente, do ponto de vista jurídico-institucional. A decisão em si, de que evidentemente não pude participar, suponho tenha sido objeto de suficiente discussão no Congresso Nacional.

Acredito já ter respondido à questão dos títulos indexados ao dólar e dos juros. Foi perguntado também se o Banco Central já não tem suficiente autonomia para fixar a taxa de juros, ao que respondo novamente que sim. O Banco Central hoje tem autonomia. O COPOM tem autonomia para fixar as taxas de juros e fazer a política monetária.

Quanto à futura composição da direção do Banco Central, certamente essa será uma decisão do Congresso Nacional, caso venha a aprovar um projeto de lei de responsabilidade monetária.

Passamos agora à intervenção do Deputado Virgílio Guimarães, que fez uma declaração...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Abro mão do direito de réplica. Entusiasmei-me, fiz algumas observações, mas não fiz a pergunta que queria fazer. Antes, porém, faço uma última observação sobre algo que demonstra a segurança do Presidente do Banco Central. Depois de ter escorregado e quebrado a perna, percebo que, além do elegantíssimo terno, ele usa um moderno tênis antiderrapante. Não quer tomar mais tombos, não quer ser pego de surpresa e quebrar a perna outra vez, o que demonstra que o Banco Central está em boas mãos. Chamou-me a atenção essa medida de proteção pessoal, que ele já estende à nossa moeda.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se acredita ser possível a integração continental MERCOSUL sem um Banco Central com regras estáveis, de conhecimento dos vários parceiros, ou seja, se é possível haver uma verdadeira integração continental – MERCOSUL, no nosso caso – sem um Banco Central, no Brasil e nos demais países, com regras estáveis e elementos de autonomia. Pergunto se isso não seria também importante para esse objetivo.

O SR. HENRIQUE MEIRELES – De fato, V.Exa. levanta um ponto importante. Não há dúvida de que a experiência européia foi nesse sentido, não só na questão dos Bancos Centrais, mas também em todos os aspectos básicos da legislação monetária e cambial. Quanto mais transparentes e acordadas as regras entre os diversos países, mais possível a integração. Em resumo, quanto menos subjetivas e quanto mais claras, institucionalizadas e transparentes as regras,

maior facilidade certamente têm os países para se integrar.

Não há dúvida de que a integração da União Européia não teria sido viável se não existisse transparência e institucionalização de regras. Essa é uma conquista da civilização. As regras são cada vez mais institucionais; são transparentes, e não subjetivas, por melhor, mais capaz, mais hábil, mais sábio que seja o governante. E o governante que de fato é sábio tem proposto ele próprio essa institucionalização.

O Deputado Marcelo Castro fez uma pergunta bastante direta. Levantando a questão da economia *versus* a psiquiatria, S.Exa. pergunta que segurança podemos ter, após tantos erros, de que o sacrifício que estamos fazendo vai valer a pena. Em primeiro lugar, quero dizer que a economia de fato tem um pouco de psiquiatria, sob o seguinte aspecto: o componente expectativas da opinião pública é muito importante para a formação de preços e para a taxa de inflação, numa série de coisas, e o economista tem de entender um pouco desse conjunto de expectativas. Acho que os erros são naturais na evolução do homem e da mulher, e – esta é uma crença pessoal – os países que se dão bem são os que não só aprendem com os próprios erros, mas também com os erros dos outros. As sociedades e comunidades que se desenvolvem menos são aquelas que tendem a insistir nos próprios erros. Portanto, a História do Brasil tem-nos ensinado muito a esse respeito. Segurança de que estamos no caminho certo sentimos quando olhamos para o restante do mundo. Na medida em que olharmos para o restante do mundo, veremos que as receitas de austeridade fiscal, de equilíbrio do setor público, de austeridade monetária, de Banco Central autônomo, de austeridade no trato da coisa pública, de melhora da gestão, em resumo, tudo isso que o Brasil está fazendo agora deu certo nos países onde foi praticado. Portanto, não há melhor maneira de tentar evitar erros do que observar aquilo que outros países já fizeram no passado para mostrar o que podemos fazer no futuro.

O Deputado Jorge Alberto fez uma pergunta e vou aproveitar para respondê-la: além da política de metas de inflação e de taxas de juros, quais são as outras maneiras para se alcançar a estabilidade monetária?

Como tudo na vida tem vantagens e desvantagens, temos o aspecto afortunado. V.Exa. sabe que no Brasil já tentamos muitas coisas; por exemplo: controle de preços, tablita, controle de capitais, diversos planos, confisco de poupança. Já tentamos controlar taxa de câmbio, quase que exaurimos o manual teóri-

co de economia. Então, isso dá-nos mais confiança, porque, nos demais países que hoje estão com a inflação sob controle, deu certo o sistema de metas de inflação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO – Sr. Presidente, sem querer ser ostensivo ou agressivo com os colegas do PSDB, isso não já vinha dando certo há mais de oito anos?

O SR. HENRIQUE MEIRELES – Eu suponho que essa pergunta V.Exa. está dirigindo aos seus colegas. Muito bem.

Passo agora às perguntas do Deputado Jorge Alberto: o aumento do compulsório e o aumento da taxa SELIC podem levar a uma inflação de demanda? O que podemos fazer para evitar isso? Diria que a experiência internacional, em primeiro lugar, tem mostrado que não. O aumento da taxa de juros de um lado, e de outro o aumento do compulsório, que diminui o meio circulante de outro, levam a uma diminuição da demanda agregada. Por quê? Porque diminui o montante de recursos em poder do público, em primeiro lugar, e porque incentiva a poupança, pelo aumento também das taxas de juros, em segundo lugar; e também porque aumenta o custo do financiamento, de manutenção de estoques etc. Em resumo, são os chamados canais de transmissão. Existe uma série enorme de canais de transmissão que fazem com que a diminuição do meio circulante, da base monetária e dos agregados monetários e o aumento da taxa de juros levem à diminuição da demanda agregada – isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, é importante mencionar que existem não só experiências internacionais, mas também estudos feitos pelo Banco Central, por economistas independentes, como Dionísio, Prof. Pastor e outros, que mostram claramente, numa série histórica, que o aumento da taxa de juros leva a uma diminuição da demanda, e, portanto, não há esse risco. Não funciona ao contrário.

A última pergunta é em relação à autonomia: sem autonomia, quais são os reflexos nos acordos com o Fundo Monetário Internacional? Diria que, como mencionei antes, isso não faz parte das condições do acordo. Temos de dar explicações e obter a concordância do Fundo sobre a autonomia, porque o acordo com o Fundo Monetário Internacional, nos termos atuais, terminará em setembro. Como já mencionei repetidas vezes, a experiência internacional mostra que isso traz um resultado positivo, mas não é algo que se está discutindo em virtude do Fundo Monetário.

É evidente que, na discussão, o Fundo aborda uma série de questões levantadas pelo próprio Go-

verno, como os aspectos da economia brasileira e os documentos com o próprio Fundo Monetário. A decisão do Governo de propor a autonomia operacional do Banco Central diz respeito ao que entende ser a melhor alternativa para o País nessa área.

Estou falando como representante do Governo, mas insisto que esse não é um projeto do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Só insisto um pouquinho para saber até que ponto a permanência das elevadas taxas de juros – que, a meu ver, acabam estrangulando a economia – é finita ou infinita. Há parâmetros? Essa é a preocupação que trago a V.Exa. ao fazer essa pergunta.

O SR. HENRIQUE MEIRELES – V.Exa. deve recordar-se de que, na minha apresentação, mostramos que existem três componentes da taxa de juros. O componente número um é a inflação. Se a inflação está alta, a taxa de juros está alta; se a inflação cai, a taxa de juros cai. Muito bem. O componente seguinte é a taxa de juros real, acima da inflação. Mostrei também que essa taxa de juros se situou, na média, em um nível muito alto no período 1994 a 1998, de 20%, e caiu para 10%, a metade, de 1999 a 2002. Foi um avanço importante. Mesmo assim, a taxa de juros real brasileira é alta, se comparada à dos demais países. Não há dúvida sobre isso.

Mostrei também que a latitude da prática de política monetária do Banco Central se situa na faixa superior, ou seja, o Banco Central de qualquer país aplica a política monetária na faixa superior. Nos Estados Unidos, que têm uma taxa de juros real, chamada de equilíbrio, de 2,75%, o Banco Central opera subindo para uma taxa de 4% – nos Estados Unidos essa é uma taxa de contração, uma taxa real; uma taxa de 1% é uma taxa expansionista. No Brasil, certamente o Banco Central tem de operar numa faixa superior.

A pergunta de V.Exa. é: existe possibilidade de essa taxa cair? O que posso dizer-lhe, conforme já mencionei, é que, pela experiência dos demais países, a História mostra que sim. O México é um exemplo. Tinha uma taxa próxima da nossa, que caiu com o passar do tempo. Na medida em que cai o risco país, a taxa real de equilíbrio interna tende a cair também. Portanto, isso é possível. Vários outros países já o conseguiram, como o Chile conseguiu. A experiência de outros países indica que o caminho que o Brasil está seguindo hoje e as propostas que este Governo está fazendo deverão levar, em médio e longo prazos, a uma queda na taxa do Risco Brasil. Isso já está sendo demonstrado pelos mercados, o que significa que

o mundo reconhece o esforço que se está fazendo no Brasil nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Antes de encerrar a presente reunião, comunico aos Srs. Parlamentares que a reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização que estava marcada para após esta audiência pública deixará de ser realizada em razão de a Câmara dos Deputados estar realizando sessão com Ordem do Dia.

Informo ainda que a próxima reunião está convocada para terça-feira, dia 8 do corrente mês, às 14h30.

Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, agradecemos a V.Sa. a brilhante, didática e objetiva exposição que trouxe a esta Casa, com ilustrações bastante esclarecedoras em relação ao segundo semestre do ano de 2002, avançando também para este ano.

O Governo tem participado ativamente das reuniões na Casa, inclusive na Comissão Mista de Planos, Orçamentos, em conjunto com a Comissão de Finanças e de Tributação, com a Comissão de Economia e com a Comissão de Fiscalização do Senado.

Agradecemos penhoradamente a V.Sa. a paciência, assim como o fizemos com os Ministros Antonio Palocci e Guido Mantega, quando aqui estiveram.

Estendemos o agradecimento a toda a equipe do Governo, que não tem faltado aos convites enviados por esta Casa e tem praticado a transparência nos debates para conduzir este País rumo a uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada, Conjuntamente, com a Comissão de Assuntos Sociais, no dia quinze de abril de 2003, às onze horas.

Às onze horas do dia quinze de abril do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet e com a presença dos Senadores: Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Efraim Morais, Romero Jucá, Roberto Saturnino, Mão Santa, Fernando Bezerra, Geraldo Mesquita, Ana Júlia Carepa, César Borges, Rodolpho Tourinho, Patrícia Saboya Gomes, Tasso Jereissati, Antero Paes de Barros, Antonio Carlos Valadares, João Alberto Souza, Eduardo Suplicy,

Almeida Lima, Paulo Octávio, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Sérgio Guerra, Magno Malta, Amir Lando, Lúcia Vânia, Reginaldo Duarte, Juvêncio da Fonseca, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Renildo Santana, Flávio Arns, Luiz Otávio, Osmar Dias, Arthur Virgílio, Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Sibá Machado, João Ribeiro, Eurípedes Camargo, Sérgio Cabral e Edison Lobão. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Jonas Pinheiro e Jorge Bornhausen. É declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida procede-se a EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, SENHOR ROBERTO RODRIGUES, COM A FINALIDADE DE DISCORRER SOBRE AS PROPOSTAS CONCERNENTES À ÁREA DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 05-CAS/03, DE AUTORIA DO SENADOR ROMERO JUCÁ E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA E Nº 05-CAE/03, DE AUTORIA DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NETO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às , lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido, com muita alegria, o Senador Romero Jucá, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para tomar assento à mesa.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária e a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, para ouvirmos a exposição de S. Exª o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, com a finalidade de discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nº 5 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Ana Júlia Carepa e nº 5 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sua Excelência, o Ministro Roberto Rodrigues, já se encontra presente, sentado ao nosso lado e a nossa direita.

Assim, dando continuidade aos nossos trabalhos e à praxe dessas reuniões conjuntas, a Mesa concederá a palavra a S. Ex^a, o Sr. Ministro, que terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos.

A inscrição encontra-se aberta.

Antes, porém, de lhe conceder a palavra, Sr. Ministro, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais damos boas-vindas a V. Ex^a. Parabenizamos V. Ex^a pelo entusiasmo com que vem conduzindo sua pasta e desejamos pleno sucesso no seu trabalho, pessoalmente mesmo. Tenho plena convicção de que V. Ex^a à frente desse Ministério, com o conhecimento que tem da agricultura, da pecuária, dos assuntos referentes ao campo, vai dar uma grande contribuição a este País. Assim como V. Ex^a, estamos convencidos de que por meio da agricultura e da pecuária e dos homens do campo, teremos oportunidade de melhorar a vida dos brasileiros.

Concedo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República; Sr^{as} e Srs Senadores, é com muita honra e muita alegria que participo de um momento como este, em que podemos colocar à apreciação de V. Ex^{as} todos os programas, projetos e idéias que estão norteando as ações do Ministério da Agricultura, tendo em vista o desenvolvimento deste setor tão importante da economia brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei mostrar, nesses 30 minutos, um conjunto de idéias da seguinte direção: primeiro, a importância do setor do agronegócio para a economia brasileira. Em razão disso, quais são as potencialidades que temos por alcançar nesse setor, e o que deve ser feito para alcançá-las, dentro do período de tempo que a história nos reserva, para avançar sobre a economia mundial.

O agronegócio brasileiro, hoje, é o setor mais importante, social e economicamente falando, da economia brasileira. O agronegócio representa 27% do PIB nacional, é responsável pela geração de 37% do total dos empregos do País e por 41% do total das nossas exportações. É importante conceituar agronegócio. É um conceito que foi desenvolvido em Harvard, nos anos 50, por um conjunto de pesquisadores americanos, liderados por um grande economista rural, e que compreende as atividades que vão desde a

pesquisa agrícola, a geração de variedades novas, a geração de formas de cultivo, até a gôndola do supermercado, passando, portanto, pela produção e suprimento de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, máquinas, defensivos agrícolas, corretivos de solo, etc; passando também pela produção propriamente dita, depois indo para o transporte da produção colhida, armazenagem, industrialização, embalagem e distribuição. Esse é o chamado agronegócio, conhecido como **agrobusiness** num conceito internacional. Vale, portanto, 27% do PIB, é um quarto do PIB, um terço dos empregos e quase a metade das importações, com uma característica, qual seja, é o único setor importante da agricultura nacional que tem um saldo comercial positivo, como veremos a seguir.

A segunda tabela, que demonstra a importância deste setor, é da maior relevância. Este quadro mostra, na linha verde mais escura, na segunda linha de baixo para cima, a área cultivada no Brasil, de 1990 a 2003. Em 13 anos, a área cultivada no Brasil cresceu 12%. Esse é o dado da maior relevância. Menos de 1% ao ano cresceu a área cultivada no Brasil.

No entanto, a linha vermelha é a que mostra o volume físico da produção agrícola brasileira em tonelagem. No mesmo período, o volume físico cresceu 93%; enquanto a área plantada cresceu 12%, o volume físico da produção cresceu 93%. Antes, nenhum setor da economia brasileira, e poucas vezes na história do mundo, foi capaz de incorporar tanta tecnologia e aumentar a produtividade, inclusive enfrentando diversos momentos complexos e antagônicos a esse crescimento, como veremos a seguir.

Isso se deveu ao aumento da produtividade agrícola, ou seja, à produção por área na ordem de 74% no mesmo período. O crescimento da área plantada foi de 12%, o da produtividade foi de 74% e o da produção, 93%. É um dado espetacular.

Aquela linha inferior, a da área preservada, linha verde mais clara, mostra que, mantida a produtividade que havia em 1990, precisaríamos de 27 milhões de hectares a mais para atingir o mesmo número da produção que obtivemos sem ter aumentado a área plantada neste volume.

Então, é um dado extraordinariamente importante.

Eu chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para um número neste quadro, que é muito relevante e que é o seguinte: em 1994, a produção foi de 81 milhões de toneladas e depois, em 2000, 82 milhões de toneladas. Então, podemos observar que, de 1994, ano do Plano Real, até 2000, o crescimento físi-

co da produção foi praticamente inexistente, ou seja, foi um crescimento muito pequeno.

O que ocorreu em 2000? Por que o saldo de 2000 a 2003 foi quase 30%, tendo um aumento da produção de quase 30% ao ano nesse período? Porque houve uma série de ações importantes em decorrência de políticas públicas do Governo Federal, começando com o reajuste cambial em janeiro de 1999. Em 1999, houve o célebre “caminhonaço”, ocasião em que muitos dos senhores se aliaram à classe rural brasileira. Desse “caminhonaço” resultou a securitização da dívida dos produtores rurais, o Pesa, o Recop, para as cooperativas, e um crédito rural definido com juros prefixados. Mais ainda, o Programa Modernfrota, que é um programa de financiamento de máquinas agrícolas, permitiu aos agricultores renovarem o seu parque motomecanizado, nos últimos anos.

Esses pequenos empurrões, que custaram pouquíssimo aos cofres públicos brasileiros, permitiram a explosão de crescimento da agricultura brasileira, em função desses fatos que representaram, na verdade, ganhos financeiros aos reprodutores. O ajuste cambial e os preços favoráveis do mercado internacional foram dois fatores que permitiram ganhos, os quais, aliados a créditos com taxas prefixadas e ao Modernfrota, deram um salto gigantesco de produção, demonstrando que a agricultura, o agronegócio, com poucos empurrões e com poucas ações consistentes de políticas públicas, é capaz de conseguir aumento de produção próximo de 10% ao ano, ampliando a fronteira agrícola, gerando empregos, riqueza, renda e, sobretudo, excedentes exportáveis que permitem ao Brasil reduzir a sua dependência de capital externo.

Este gráfico é da maior relevância para a nossa história moderna.

Em seguida, veremos outro dado altamente interessante para todos nós. Aqueles quadros do lado direito mostram dados ligados à exportação e à importação do agronegócio brasileiro, comparando-se 1998 e 2002.

Em 1998, tivemos um saldo comercial, na última coluna, a coluna verde. Ou seja, a diferença entre o que o agronegócio exportou e importou foi, em 1998, de US\$13 bilhões, enquanto que no ano passado foi de US\$20 bilhões. Um crescimento espetacular também nas exportações. E foi esse saldo comercial do agronegócio que terminou salvando a balança comercial brasileira nos últimos dois ou três anos, permitindo que tivéssemos um superávit **vis-à-vis** do déficit nos anos anteriores.

E é importante, também, que frisemos que, para este ano, que, como vimos no gráfico anterior, teremos um recorde absoluto na história moderna brasileira, com uma safra de 112 milhões de toneladas, deveremos chegar, ao fim deste ano, se tudo correr bem e se não houver nenhuma complicação comercial por causa da Guerra do Iraque e suas conseqüências, com um saldo do agronegócio da ordem de US\$22 bilhões, um crescimento, em dólares, de 10% em relação ao ano passado, números que mostram o espetáculo que tem sido o agronegócio brasileiro.

Um último número que vale a pena referir. Neste ano, estamos produzindo uma política de “safrinha”. A “safrinha” é a safra cultivada a partir de fevereiro, no País, basicamente para o milho. Em função de uma escassez de milho observada na safra do ano passado, na colheita deste ano, fizemos um programa para a “safrinha” tão interessante, e a classe rural reagiu com tanto vigor, que devemos colher este ano uma “safrinha” de milho da ordem de 10 milhões de toneladas. Hoje, temos segurança de que 9 milhões de toneladas serão colhidas. Dependendo do nosso ministro-chefe, que é São Pedro, poderemos chegar a 10 ou 11 milhões de toneladas na “safrinha” de milho, o que é um recorde absoluto. A maior safra de milho anterior foi de 6,9 milhões de toneladas, em 1999. Então, temos uma chance de produzir uma grande safra de milho.

E ainda na safra deste ano, de inverno, deveremos produzir uma safra de trigo de 4,5 milhões de toneladas, **vis-à-vis** de uma safra de trigo do ano passado de 2,9 milhões de toneladas. Ou seja, o trigo terá um crescimento de produção da ordem de 50% este ano em relação ao ano passado.

Um dado interessante, para que tenhamos uma visão disso. Estamos produzindo, este ano, 14 milhões de toneladas de grãos, mais do que no ano passado. E a “safrinha” de inverno e a “safrinha” de milho de março deste ano, trigo, milho mais sorgo e aveia, deverão chegar à produção total de 15 milhões de toneladas ou um pouco mais do que isso. Ora, se pusessemos a diferença da safra do ano passado ou a “safrinha” de inverno sobre caminhões e colocássemos um caminhão atrás do outro, isso daria uma fila de 6.200km de caminhões carregados de grãos ou um espaço que viria do Acre ao Espírito Santo lotado de caminhões de fora a fora. Isso dá uma idéia da expressão da safra agrícola brasileira.

Ora, se a agricultura brasileira vem apresentando esses crescimentos espetaculares, o agronegócio vem apresentando ganhos espetaculares de resultados em produção, e se a balança comercial tem sido,

sistematicamente, crescente em favor do agronegócio brasileiro, o que isso significa? Que estamos tomando mercado de alguém; alguém está perdendo mercado para o Brasil. E, em geral, são os países desenvolvidos, que subsidiam fartamente seus produtores rurais, que estão perdendo mercado para o Brasil, porque ele é altamente competitivo no seu agronegócio. E é claro que esses países não estão satisfeitos com essa perda de mercado e que estão reagindo em relação a isso, por meio de ações permanentes nas negociações multilaterais, da OMC, da Alca ou mesmo nas negociações multilaterais representadas pela relação União Européia/Mercosul. Sempre colocando barreiras cada vez mais fortes de caráter “não-tarifário” – barreiras sanitárias, barreiras ambientais, barreiras sociais –, de forma crescente, para que isso iniba o avanço do agronegócio brasileiro sobre mercados, tirando mercados dos países que são concorrentes nossos.

Então, esse talvez seja o ponto relevante a considerar agora, levando-nos a um conjunto de desafios do agronegócio e do Governo, inclusive em relação ao que tem que ser tratado, para avançarmos sem perder esse pique de crescimento que temos, interna e externamente, avançando sobre mercados, no mundo todo.

Há um conjunto de desafios, hoje, que nos perturba: o Programa Fome Zero, que exigirá três milhões de hectares a mais de produção de alimentos; o aumento do consumo interno de alimentos, que está aliado à questão do Programa Fome Zero; o aumento da demanda externa de alimentos, também crescente; a idéia de proteção da cultura familiar, especialmente por meio de cooperativas, produzindo mais renda para o setor; a geração de novos empregos no campo; a questão ambiental com a sustentabilidade do processo produtivo. E isso tem que ser feito por meio do uso de tecnologias modernas adequadas ao que consumidores do mundo inteiro estão a exigir.

Então, esse conjunto de desafios acaba determinando, de certa forma, as ações que o Ministério da Agricultura está promovendo hoje. Essas ações serão desenvolvidas em três grandes blocos. Chamamos de três blocos, apenas para ter didática na explicação das ações que o Ministério pretende desenvolver. Na verdade, essas ações acabam se tocando, se transversalizando de uma forma ou de outra. O primeiro bloco de ações tem a ver com políticas públicas; o segundo, com organização das cadeias produtiva; e o terceiro, com negociações internacionais.

Políticas públicas – o primeiro bloco de ações.

É a ação do Ministério da Agricultura, somada aos demais órgãos do Governo brasileiro na direção das reformas principais perseguidas pelo País, em busca da melhoria da nossa competitividade. As ações estão centralizadas em questões macroeconômicas que afetam diretamente a produção rural, como afetam outros setores da economia. Então, a reforma tributária, a previdenciária, etc, são assuntos para os quais o Ministério da Agricultura está plenamente voltado.

Independentemente dessas questões macroeconômicas para a agricultura de agronegócio, existem também algumas políticas públicas específicas e setoriais. Entre elas, há três ou quatro de destaque relevante. A primeira é a do seguro rural. O Brasil é o único País agrícola importante do mundo que ainda não tem o seguro rural. Existe aqui, no Congresso brasileiro, um projeto de lei em discussão que coloca as vertentes básicas em relação a uma política de seguros rurais para o Brasil. Ela define as linhas básicas, mas o que vai tratar do seguro rural efetivo será a regulamentação dessa legislação.

Estamos muito expectantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que esse projeto de lei possa ser aprovado rapidamente no Congresso brasileiro. Inclusive, estamos discutindo isso com a Casa Civil, tentando agilizá-lo para essa discussão, para que possamos ter o seguro rural regulamentado rapidamente no Brasil e dar um instrumento que será fundamental para a definição de novos papéis de comercialização da agricultura que aliviem a pressão sobre o crédito rural, como tem sido a CPR, já produzida pelo Banco do Brasil.

Por essa razão, embora não tenhamos ainda a lei aprovada, estamos confiantes no trabalho do Parlamento. Ontem mesmo reuni, em São Paulo, a Fenassec, a Febraban, a Susep, o IRB, algumas organizações de resseguros internacionais, alguns seguros estaduais do Rio Grande do Sul e de São Paulo que já existem, alguns organismos de seguro agrícola ligados à Previdência, representando o Ministério da Fazenda, e do MDA, para iniciarmos um grupo de trabalho que já estará em atividade para a regulamentação do processo. De tal maneira que, quando a lei for aprovada, estaremos já trabalhando na regulamentação dessa lei. Porém, não será possível haver o seguro rural para todos os setores do Brasil, um País com grande extensão territorial e variabilidade de produtores rurais. Então, a idéia é avançar de maneira parcial, por produtor e por região do País, já a partir deste ano.

O seguro rural é a prioridade zero do Ministério da Agricultura e deste Governo. Temos também uma preocupação candente quanto à agricultura familiar para o pequeno produtor brasileiro. Hoje, no mundo todo, o pequeno produtor só sobrevive em função de fartos subsídios concedidos pelos governos dos seus países.

Então, estamos propondo um programa de renda mínima para o pequeno produtor rural brasileiro. E esse estudo, Senador Eduardo Suplicy, vem sendo tratado em conjunto com algumas organizações internacionais ligadas à agricultura, como o IICA e a FAO, que nos estarão apoiando num programa para renda mínima para o pequeno produtor rural brasileiro, com ênfase para sua organização em cooperativas, de tal forma que, por meio do movimento cooperativista, tenhamos acesso a um programa que sustente a atividade produtiva do pequeno produtor rural brasileiro. Há, por trás disso, um conceito de diferenças entre país desenvolvido e não desenvolvido. Segundo este conceito, a diferença está no grau de organização da sua sociedade. Sendo a cooperativa o braço econômico da organização da sociedade, esperamos avançar nessa direção rapidamente.

Ainda com relação a políticas públicas, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um programa que foi lançado ontem à noite, em Ribeirão Preto – vim de lá hoje de manhã –, ligado a biocombustíveis. Todos sabemos da questão da falibilidade das reservas de petróleo em algum período no mundo, e é forçoso buscar alternativas de combustíveis, se possível renováveis. Estamos trabalhando com isso. Todos conhecem o plano Pro-álcool, o maior programa de energia renovável que jamais foi produzido no mundo inteiro.

O mundo inteiro tem de alguma forma inveja do Pro-álcool que o Brasil gerou nos anos 70, mas agora estamos avançando sobre o biodiesel, uma nova hipótese de biocombustível que é muito mais importante ainda que o Pro-álcool.

No entanto, vale a pena listar dois ou três elementos em relação a essas questões que são relevantes. Fui procurado recentemente, Senador Romero Jucá, pelo Embaixador da Suíça no Brasil. A Suíça, que é um pequeno país com 7 milhões de habitantes apenas, para atender ao Protocolo de Kyoto, pretende misturar 20% de álcool à gasolina lá consumida. Isso significa uma demanda anual de 500 milhões de litros de álcool, que não é nada espetacular, porque o Brasil produz 12 bilhões de litros de álcool por ano. Mas produzimos 12 bilhões de litros de álcool em cerca de 3 milhões de hectares cultivados com cana-de-açúcar. Se o Japão misturasse 20% de álco-

ol na sua gasolina, daria uma demanda de mais 10 bilhões de litros de álcool, quase o que produzimos. A Califórnia, outros 10 bilhões. A Suíça, 500 milhões. Mas se os demais países da União Européia fizessem o mesmo projeto, mais 10 bilhões de litros de álcool. Ou seja, podemos precisar incorporar à nossa atividade produtiva mais 5, 6, 7, quiçá 10 milhões de hectares de cana-de-açúcar, para que atendamos à demanda que todo o mundo tem em torno de um combustível mais limpo e menos poluente.

O biodiesel é mais espetacular ainda. Hoje, já existem ônibus funcionando em cidades européias, na Holanda, na Suécia, na Dinamarca, e experiências exitosas já no Brasil com algumas frotas de ônibus urbanos, mostrando que até 5% do óleo vegetal misturado ao óleo diesel não afeta em nada o funcionamento dos motores do ciclo diesel, e isso demandaria, na hipótese de se misturar 5% de óleo vegetal, pelo menos 10 milhões de hectares de soja a mais.

Ora, qual é o país do mundo que tem o potencial para isso? O Brasil cultiva hoje 56 bilhões de hectares agricultados e tem pelo menos mais 90 milhões de hectares a serem cultivados, sobretudo no Centro-Oeste brasileiro, sem atingir uma única árvore da Amazônia.

E há mais um dado: o Brasil tem hoje 225 milhões de hectares cultivados como pastagens. Pesquisas recentes demonstram que técnicas modernas utilizadas em adubação de pastagens permitirão, nos próximos 10 anos, a redução da área de pastagem em pelo menos 15%, sem que isso reduza – ao contrário, aumente – a população bovina brasileira das pastagens, liberando pastagens no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, em Goiás, em São Paulo, no Paraná, no Tocantins, Estados em que a infra-estrutura para agricultura é mais consistente, gerando pelo menos, nos próximos 10 anos, mais 30 milhões de hectares de pastagens para serem ocupados pela agricultura brasileira.

O horizonte que existe para a agricultura brasileira é espetacular. O biodiesel, o seguro rural e a renda mínima são instrumentos centrais de políticas públicas específicas do Ministério. Há outras, ligadas à fruticultura, que têm menor relevo neste momento. O Brasil hoje exporta pouco mais de US\$200 milhões em frutas. O Chile exporta US\$1,6 bilhão em frutas. Só o Vale São Francisco dá para fazer três Chiles seguramente, desde que haja uma política e um programa adequados para a fruticultura brasileira.

Isso aqui somente para mostrar ligeiramente. – e fui instruído pelo Presidente que a idéia é falar pouco, para deixar mais tempo para os debates – o que,

em políticas públicas, podemos produzir no Brasil, aumentando a produção agrícola e aumentando o acesso aos mercados do nosso agronegócio.

O segundo bloco de ações está ligado à organização da cadeia produtiva. De novo, é o conceito de **agrobusiness**, de agronegócio e de cadeia produtiva. Para isso, demos o **start** de maneira bastante consistente, por meio da criação do Consagro – Conselho Nacional do Agronegócio, já composto desde fevereiro, no Ministério da Agricultura, de forma paritária: metade dos participantes do Conselho são representantes do setor privado, e a outra metade, do setor público; inclusive, a Comissão da Agricultura da Câmara Federal está lá representada, dentro de uma orientação do Presidente da República de que é preciso governar com a sociedade e não para a sociedade. A idéia é que esse conselho, que tem caráter meramente consultivo, termine produzindo, no embate das questões entre o público e privado, as idéias de políticas públicas no longo prazo. Enquanto estivermos discutindo as questões de curto prazo, os incêndios que têm que ser apagados rapidamente por crises que vão surgindo ao longo do caminho, o grande projeto, o grande negócio brasileiro será definido de maneira doutrinária pelo Consagro, somando o público e o privado. E, no privado, estão trabalhadores, consumidores, produtores rurais, agroindústria, setores da produção rural: cooperativas, sindicatos, todos estão representados para que toda a sociedade tenha voz ativa no Consagro.

Porém, o instrumento eficiente de funcionamento do Consagro, na verdade, serão as câmaras setoriais. Serão criadas tantas câmaras setoriais, quantas sejam necessárias. Cada uma delas representando uma cadeia produtiva.

Vou dar um exemplo importante a esse respeito. Criamos, na semana passada, na última reunião do Consagro, realizado na BM&F, em São Paulo, quatro câmaras setoriais: uma de açúcar e álcool; uma de carnes; uma de milho, de sorgo, de suínos e frangos; e outra de produtos de inverno.

A pergunta que pode surgir é: Por que uma câmara setorial da cadeia produtiva de milho, de sorgo, de suínos e de frangos?

Muito singela é a explicação. Há dois ou três anos atrás, o milho foi pago no Brasil na faixa de R\$7 por saca, para um custo de produção superior a isto, nas principais regiões do País. Este fato produziu uma ação de sinais trocados no Brasil: de um lado, o produtor de milho foi desestimulado, foi instado a sair da produção e buscar outros produtos, como soja, algodão; e o milho tão barato produziu uma brutal procura

pela criação de frangos e suínos, porque ficou barata a produção de frangos e suínos nessa condição.

Então, o sinal trocado não poderia dar outro resultado do que deu esse ano: falta de milho e sobra de frangos e suínos. Com uma crise no setor de carnes de frangos e suínos, porque não há milho suficiente no Brasil para abastecer as granjas que temos hoje.

Então, essa é uma questão óbvia: se os setores privados da cadeia produtiva, suínos, frangos, rações, milho e sorgo se organizarem, sinalizando bandas de preços que permitam ao produtor de milho, rentabilidade, e ao produtor de suínos e frangos, custos compatíveis com o mercado internacional, está garantida a sustentabilidade da cadeia e o crescimento, portanto, de todos os elos da cadeia produtiva. Daí porque essa câmara tem importância nesse momento.

Assim como a câmara do setor sucroalcooleiro. Todos sabemos, fomos testemunhas no comecinho desse Governo, que fomos procurados pelos produtores de açúcar e de álcool, mostrando que em razão de um crescimento exponencial do consumo de álcool nos últimos meses do ano passado, havia o risco eminente de faltar álcool combustível já em abril deste ano. Isso nos levou a uma ação que foi centrada em três ou quatro pontos. Primeiro, reduzimos a mistura de 25% do álcool para 20%, até junho; segundo, fizemos um acordo com o setor, para que aumentasse a produção, este ano, em um bilhão e meio de litros de álcool, o que implica na redução da produção de açúcar em 2 milhões de toneladas; e, terceiro, exportaremos dois milhões de toneladas a menos de açúcar esse ano e também uma firmeza do setor em não vender álcool, na usina, acima de R\$1 por litro, além de antecipação da safra. A safra que normalmente ocorre em maio, no centro sul, foi iniciada em março em alguns Estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná; e, em abril, em São Paulo, Minas Gerais. De modo que hoje, ainda 15 de abril, já temos absoluta confiança de que não faltará álcool, e o setor está solicitando a revisão do acordo, tendo em vista o aumento da mistura, porque estamos tranquilos quanto ao abastecimento deste ano.

Ora, não podemos ficar realizando ações ciclotímicas em função da existência ou não do álcool disponível. Então, é preciso haver uma política de longo prazo para a produção de açúcar e de álcool, que é o que faremos na câmara setorial; e, de novo, ouvindo os trabalhadores rurais, da indústria de alimentos, da indústria açucareira, misturadores, distribuidores, todos os interessados no processo, para que tenhamos

uma política de longo prazo, do qual a própria indústria automobilística participe.

Esse é o segundo bloco de ações, ligado à questão de organização das cadeias produtivas, via câmaras setoriais por cadeia produtiva.

O terceiro e último bloco de ações – os senhores o conhecem perfeitamente bem – é aquele que diz respeito às negociações internacionais. Nesse caso, são quatro os principais cenários nos quais temos que nos mergulhar: o primeiro é a OMC – Organização Mundial do Comércio; o segundo, a Alca; o terceiro, as relações entre União Européia e Mercosul; e o quarto, as relações bilaterais que o Brasil deve desenvolver com países como China, Rússia, Índia, África do Sul, Estados Unidos. Enfim, é preciso buscar parceiros que tenham expressão de consumo capaz de produzir interesse ao nosso agronegócio, à nossa economia de maneira geral.

Sobre a OMC, todos observaram que, depois da Rodada de Doha, estabeleceu-se uma agenda de discussões que teria uma próxima rodada em setembro próximo, em Cancun, para se discutir avanços sobre as negociações de todos os segmentos da economia.

Infelizmente, a reunião prévia a Cancun e que definiria as modalidades de negociações para o agronegócio terminou no último dia 31 de março. Lamentavelmente, depois da reunião que fizemos em Tóquio, há pouco mais de um mês, miniministerial, a União Européia, o Japão e a Coreia vetaram o papel produzido pelo gerente do complexo de agronegócio da OMC, um diplomata de Hong-Kong, chamado Stuart Harbinson. Ele produzia uma intenção intermediária de ações comerciais entre o protecionismo e o liberalismo, invocado pelo Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte, e teve o documento rechaçado pela União Européia, Japão e Coreia, não permitindo que houvesse acordo sobre modalidades, o que coloca em risco severo a negociação da OMC, em setembro próximo, em Cancun. Particularmente, o Grupo de Cairns está firmemente disposto, assim como outros países asiáticos e europeus, a só negociar dentro do contexto de **single under taking**, ou seja, ou se negocia tudo, ou não se negocia nada. E o tudo é a agricultura como cabeça de ponte; ou se negocia a agricultura, ou não há negociação.

As nuvens colocadas sobre Cancun são plúmeas, não são risonhas para negociação. No entanto, quero tomar a liberdade, Sr. Presidente, de abordar um tema que é absolutamente polêmico e inovador e que tem a ver com uma resultante da Guerra do Iraque. A Guerra do Iraque produziu – não vou dizer uma

divisão na União Européia – uma diferença de comportamento. Países liderados pela França e Alemanha colocaram-se contra a guerra, e países liderados por Inglaterra, Espanha, Portugal e Itália se colocaram favoravelmente à Guerra do Iraque.

Essa colocação antagônica de grupos de países na Europa seguramente demandará uma ação pós-guerra de reordenamento da União Européia, até porque, a partir do ano que vem, a União Européia será agregada a novos países do leste europeu e da Europa central. É por essa razão que o comissário europeu para agricultura Franz Fischer está negociando com os países da União Européia uma mudança da PAC – Política Agrícola Comunitária –, tendo em vista manter os subsídios, mas redefinindo-os, ou seja, em vez dos subsídios gerarem mais produção, gerariam mais proteção ambiental, mais segurança do que produção. Por quê? Porque está preocupado com a entrada de novos países do leste europeu na União Européia.

Então, o tema que trago a debate, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, é o seguinte: é possível que esse reordenamento no interior da União Européia se dê de alguma forma antagonizando os Estados Unidos. Pode ser o **“It’s wish thinking”**, pode ser desejo, sonho, apenas, do agricultor brasileiro, mas talvez isso se traduza numa ação que flexibilize a negociação agrícola da União Européia com o Mercosul para que isso dificulte a negociação agrícola na Alca, que é de interesse americano.

É evidente que é uma idéia estrategicamente complexa, porém é possível trabalhar nesse mecanismo. E isso terminaria, de uma forma ou de outra, flexibilizando também a negociação na OMC, na medida em que a União Européia é o conjunto de países mais, digamos assim, adversários de uma abertura comercial na OMC. Também é absolutamente fundamental termos claro que não adianta nada haver boa política pública no Brasil, uma bela organização privada que garanta um cooperativismo eficiente e competitivo e um bom funcionamento da cadeia de negócios se as regras de comércio exterior mantiverem o brídeado colocado sobre esse selvagem cavalo agrícola brasileiro, que tem tudo para galopar sobre as fronteiras de todos os países e ganhar mercados com vigor e com excelência.

Então, essas são as questões fundamentais que pretendemos discutir, ao longo dos próximos meses, no Ministério da Agricultura, com três grupos de ações específicas: políticas públicas, organização privada e negociação internacional.

Termino esta exposição, apenas tocando de leve nas questões centrais do nosso agronegócio, para que tenhamos mais tempo para o debate, com uma última observação, Sr. Presidente, numa reunião recente do Ministério, o Senador Aloizio Mercadante produziu uma frase da maior relevância para todos nós: “Que estamos buscando em conjunto programas e projetos estrategicamente estruturantes de ações governamentais, de ações públicas, de ações parlamentares de interesse nacional.”

Ora, nada pode ser mais estruturante para a economia brasileira do que o agronegócio brasileiro. Hoje, estamos observando, por exemplo, uma safra de 50 milhões de toneladas de soja, a qual nos levará, pela primeira vez na história, a exportar mais do que os Estados Unidos – exportaremos US\$7,5 do complexo soja, e os americanos não chegarão aos US\$7 bilhões –, o que está produzindo um brutal congestionamento no porto de Paranaguá e em outros portos nacionais.

É evidente que o crescimento da agricultura brasileira e das nossas exportações implicarão uma vultosa ação em logística e infra-estrutura de transportes, de portos, de armazenagem, e criação de portos alfandegados, no interior do País, para facilitar esse fluxo de comércio. Enfim, toda essa logística que se observa com a saída, pelo Maranhão, por Tubarão, por Pernambuco, pelo Amazonas e por outros Estados, tem que ser vigorosamente implementada, ou seja, a agricultura, como preestruturante, exigirá ações de Ministérios outros que não o da Agricultura, em busca da nossa melhor competitividade. Também exigirá ações firmes na área de Ciência e Tecnologia.

Estamos discutindo a polêmica questão da transgenia, que é infinitesimal quando comparada com o universo extraordinário da biotecnologia, aplicada à agricultura e a outros setores da economia como um todo, que exige, portanto, da Ciência e da Tecnologia, avanços expressivos.

Precisaremos incorporar, na medida em que a agricultura cresça e se torne mais competitiva, instrumentos e mecanismos de energia e comunicação também vigorosos. Precisaremos de uma nova visão nas relações de trabalho que existem no campo brasileiro, especialmente numa fortíssima ação do movimento cooperativista e sindical. Precisaremos trabalhar vigorosamente com ações ligadas à área ambiental para garantir sustentabilidade, que, hoje, é um elemento fundamental para o acesso a mercados de produtos agrícolas do mundo inteiro.

Na verdade, o agronegócio priorizado, dentro daquilo que observamos no começo, é o setor mais

importante no PIB, nos empregos gerados e na exportação da balança comercial. Se implementarmos um pouco mais a agricultura, neste horizonte imenso de fronteira agrícola a ser conquistada no Brasil, ninguém segura o nosso País. E outros setores da economia serão forçosamente compelidos a investir nessa área.

Aliás, para terminar – desculpe-me o entusiasmo, Sr. Presidente –, sou produtor rural em São Paulo e, também, no sul do Maranhão. Estou cada vez mais impactado com a fremente vinda de agricultores e elementos do agronegócio de todos os países desenvolvidos querendo investir no Brasil. Porque é absolutamente fatal: a “Copa do Mundo” da comida vai ser jogada, no “Maracanã” do Centro-Oeste brasileiro, e ninguém vai ganhar de nós essa partida final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Louvo o entusiasmo de V. Ex^a

Como de praxe, primeiramente, com a palavra o Senador Romero Jucá, e, depois, o Senador Arthur Virgílio, tendo em vista serem S. Ex^{as} autores dos requerimentos que deram origem a honrosa presença, e muito gratificante para nós, de V. Ex^a.

Quero homenagear os autores do requerimento na pessoa da Senadora Ana Júlia.

Esta Presidência pede ao Senador Romero Jucá que ceda a sua inscrição à nobre Senadora Ana Júlia, que falará, em primeiro lugar, como uma das autoras do requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Com todo o prazer, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Muito obrigada.

Sr. Ministro, Roberto Rodrigues; Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Ministro, V. Ex^a traz, aqui, uma série de propostas, inclusive com resultados, na área da agricultura, que nos deixam, com certeza, mais esperançosos ainda. No entanto, também temos muitos desafios pela frente, sem dúvida nenhuma.

Sinto-me realmente satisfeita ao anunciar que o objetivo principal do meu requerimento é no sentido exatamente de expor o programa do Ministério, suas perspectivas e ações.

Eu gostaria de perguntar sobre a preocupação de V. Ex^a com essa situação do fechamento do comércio internacional, das barreiras aos nossos produtos, que foi abordada várias vezes – inclusive, segun-

do nos informa a mídia, na próxima semana, V. Exª estará viajando para os Estados Unidos.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Exatamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sabemos da eficiência do setor, que as safras vêm crescendo consideravelmente; que o saldo da balança é positivo, ocasionando um superávit; que há uma melhoria nos preços dos produtos; que houve uma melhora na produtividade entre a área e a produção agrícola – aliás, uma melhora, como V. Exª teve a oportunidade de dizer, talvez não conhecida no âmbito mundial. Portanto, com tudo isso, ou seja, com a receita da exportação da soja 71% maior; a da carne também; a do papel; a da celulose, 72% acima da registrada neste mesmo mês no ano passado, além de outros produtos, como café, couro, pele, calçados, algodão, fibras vegetais, a elevação dessa receita resultou principalmente no aumento do volume exportado. Mas considerando esses interesses – às vezes, acho interessante esses conflitos do mundo neoliberal – que afetam não só a entrada dos nossos produtos em mercados como o dos Estados Unidos, União Européia, Japão, as distorções são mais amplas, porque os governos americano e europeu também dão grandes subsídios às suas exportações.

Pergunto como o nosso Governo pretende lutar contra essas barreiras. Ficaremos apenas contestando ou vamos aprofundar isso? Vamos ter uma política externa mais dura em relação, inclusive, à própria OMC?

É possível – há um setor também importante, o de serviços – limitar essa oferta brasileira para a abertura dos setores de serviços, como já é aberto inclusive na maioria do mundo?

Indago também sobre a safrinha do milho. Há condições de isso ser ampliado, inclusive para outros setores da agricultura, outros produtos agrícolas, não só o milho?

Uma coisa que interessa particularmente à minha Região, não é um papel apenas do Ministério da Agricultura, mas foi colocado, inclusive, como um dos desafios – até fiz questão de anotar –: geração de renda, agricultura familiar e cooperativas. Temos, no nosso Estado, a maior concentração de assentamentos, sendo que 80% deles não têm água, luz, acesso a estradas. Não é competência do seu Ministério, mas como está sendo realizado um trabalho em conjunto com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, para exatamente transformar esses cidadãos que foram favelizados nos assentamentos –, não foi feita

uma reforma agrária, foi feita uma favelização agrária –, como transformá-los em produtores rurais, agregando, inclusive, tecnologia, assistência técnica, condições creditícias, principalmente para esses que estão mais distantes dessa realidade, mas que têm uma influência imensa na geração de emprego e na distribuição de renda, inclusive no cumprimento de um princípio constitucional, o da diminuição das imensas diferenças regionais que existem no nosso tão grande e diferente País?

Para concluir, eu queria que o senhor me respondesse exatamente como isso está sendo feito. Inclusive, vou dar uma informação do Consea, que é o Conselho de Segurança Alimentar, que houve uma alteração na própria distribuição, na própria concepção de como se distribui o Plano Safra, envolvendo o Conselho de Segurança Alimentar, que é mais um desafio, o Fome Zero, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente para incluir todos. Imaginem incluir pequenos e microprodutores, agricultores familiares, todos eles, na nossa produção agrícola. Vamos transformar esse País numa potência que causa espanto, que causa medo.

Fico feliz em saber dessa aproximação da União Européia com o Mercosul, porque, particularmente, acredito que a Alca não nos traz benefícios, porque os Estados Unidos são tão nacionalistas que gostariam que o mundo inteiro fosse Estados Unidos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senadora, pelas questões abordadas; tentarei respondê-las no período de tempo que me cabe.

Em primeiro lugar, a primeira questão: como o Brasil vai agir junto à OMC nas negociações.

São várias as questões aqui a serem observadas. Existem três grupos de preocupações na OMC em relação à agricultura, que são: acesso ao mercado, política de apoio interno e estímulo às exportações. Cada um desses grupos exige ações diferentes do Governo brasileiro. A nossa posição tem sido mais forte na direção de trabalhar com vigor na redução dos estímulos às exportações que os países ricos dão aos seus produtores, porque esse é um fator que retira a nossa competitividade.

Além disso, estamos discutindo outra possibilidade, que eu, pessoalmente, defendo há muito tempo. Por que há protecionismo agrícola nos países desenvolvidos? Temos de entender as razões que levam às decisões nos países desenvolvidos. Várias razões levam a esse tipo de ação. Nos Estados Unidos, por exemplo, há sempre uma ação política muito forte por trás disso, até eleições. Por exemplo, a **farm bill**

americana, que no ano passado teve um brutal incremento de protecionismo, foi centrada numa eleição para o Senado americano. Como era necessário eleger o maior número de senadores que apoiasse o presidente Bush, ele cedeu mais subsídios para ganhar a eleição para o Senado. Havia uma forte ação política por trás da ação econômica, que, aliás, é algo formidável, porque foi contraditória à posição americana de meses antes na Rodada de Doha. Meses antes, os americanos tinham assinado a Agenda de Doha comprometendo-se a reduzir a proteção. Em seguida, veio a **farm bill**, aumentando a proteção. Quer dizer, há uma motivação política.

Na Europa e no Japão, há outras motivações, de caráter social e até cultural. O caráter cultural é curioso. Quando determinada região da França, da Espanha ou da Itália produz certo vinho, certo presunto ou certo queijo que seja tão importante para a região, o produto se transforma em objeto de visitação. Então, incrementa-se o turismo de uma região da Espanha que produza um vinho, ainda que não seja algo formidável, mas que tenha fama – faz-se exposição da adega, que tem 200 anos, etc, surgindo um fluxo de turismo tão grande que mantém a renda daquela região. Por isso, é preciso manter o vinho vivo. Então, criam-se subsídios para a uva, para que o vinho não vá embora. É uma coisa estranha, mas cultural. Como vamos evitar que isso aconteça?

Outro fator sociológico importante é que o açúcar de cana brasileiro pode ser vendido, na Europa, hoje, por US\$250 a tonelada métrica, ganhando dinheiro para o Brasil. No entanto, os europeus compram açúcar de beterraba a US\$700. É uma estupidez econômica? É, mas não é política e socialmente falando, porque quase 400 mil pequenos produtores de beterraba dependem de subsídio. Sem isso, dois ou três milhões de pessoas perdem os seus empregos na Europa. Agora, imaginem na Europa Ocidental três milhões de desempregados... Vira um caos social, e ninguém aguenta isso. Então, é preciso manter esse tipo de subsídio por questões sociais e culturais. E temos de reconhecer que é assim. Não adianta dizermos que se devem baixar os subsídios, senão... Senão o quê?

Davi ganhou de Golias uma vez só. E há controvérsia. Então, a minha tese, Senadora, é a seguinte: se os americanos, os europeus, os coreanos querem proteger os seus produtores por razões sociais, políticas ou qualquer outro tipo de razão que seja incontornável por questões internas, sobre as quais não temos nenhum arbítrio, tudo bem. Agora, essa proteção não pode gerar excedente exportável. Isso é **dum-**

ping, porque se estará exportando para um país no qual não vou entrar, porque não tenho subsídio, e eles têm.

Esse mecanismo, Senadora, é compreendido, na linha de acesso a mercados, na chamada “caixa verde”, que são estímulos de proteção que não geram distorção no mercado, e hoje acontece isso. Os americanos subsidiam a soja, inclusive com **target price**, um preço mínimo, independentemente do mercado. O sujeito vende a soja por um preço abaixo do mínimo estabelecido pelo governo e recebe pelo correio um cheque com a diferença, porque o Tesouro paga. Imagine que delícia esse tipo de coisa... Então, não importa o preço do mercado, a minha renda está garantida. Portanto, vou continuar produzindo soja nos Estados Unidos. O que quer dizer isso? Aumenta-se a produção, enche-se o mundo de soja, e nós, que não temos subsídio, ficamos fora do mercado. Felizmente, não está acontecendo neste ano, porque países extraordinários como a China estão comprando muita soja, e isso está levando o mercado para cima. Mas a regra é essa.

Então, a minha tese é essa, Senadora, de que pode proteger, mas sem gerar excedentes exportáveis. Com essa tese, abrimos mão de alguns mercados. Eu abro mão do mercado europeu para o açúcar. Mas que mercado? Não há mercado nenhum lá. Então, eu não abro mão de nada; só estou ganhando outros mercados e apostando num fato importante: a Europa, cada vez mais, tem um envelhecimento dos produtores rurais. A idade média dos produtores europeus sobe ano por ano, porque não entram jovens na agricultura. E não entram jovens por duas razões: porque a renda está caindo e porque – uma razão prosaica – os agricultores europeus não encontram noivas que queiram se casar com eles, porque a mulher no campo tem que tirar leite da vaca, e a vaca não sabe se é Natal, Semana Santa, Carnaval, etc. É preciso ordenhá-la todos os dias. Esse negócio não funciona mais. Então, há uma tendência de envelhecimento na União Européia.

Há outros fatos sobre os quais eu gostaria de falar se eu tivesse tempo, porque esse é um assunto que me apaixonou.

Vou perder um minuto aqui, mas preciso contar essa história para a Senadora Ana Júlia, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Conte para todos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sim, mas ela é a causa da questão.

Fiz uma viagem recentemente à Holanda. Era março, estava acabando o inverno e começando a primavera na Holanda. Fui visitar um pequeno agricultor que tinha em frente à sua casa um pequeno gramado, mais ou menos essa área aqui em frente. Ele tinha cortado a grama na véspera do dia em que fui visitá-lo. A grama estava cortadinha, aparadinha, mas havia três ou quatro estacas fincadas no gramado em torno das quais a grama não estava cortada. Perguntei-lhe, então, por que ele não havia cortado a grama ao redor daquelas estacas. Ele respondeu que ali havia um bulbo subterrâneo que produzia uma planta nativa naquela região, em extinção, e o órgão ambiental regional pagava a ele uma subvenção para que mantivesse a planta viva. Como era primavera, ele não cortou a grama, porque talvez tivesse uma folhinha já nascendo, e ele perderia a subvenção da planta que ele tinha que preservar.

Desse fato podemos tirar duas informações: a primeira, a diferença de comportamento deles em relação a nós. Lá existe um prêmio para quem preserva, aqui, uma multa para quem não preserva. Temos que ter essa visão mais afirmativa de estimular quem faz certo e não apenas de castigar quem faz errado. A segunda coisa diz respeito à diferença entre ricos e pobres. O rico pode fazer isso, e o pobre nem sempre pode fazer a opção.

Então, Senadora, a resposta à sua pergunta é esta: vamos trabalhar dentro da linha de que ou se negocia a agricultura ou não se negocia nada. E ainda de uma forma mais agressiva: estamos inaugurando este ano dois painéis na história da OMC. Abrimos um painel na OMC contra os Estados Unidos pela proteção que dão ao seu algodão e estamos abrindo no próximo mês um painel contra a União Européia pela proteção que dão ao açúcar, que é subsidiado na Europa, alegando que esses dois mecanismos de proteção distorcem o mercado e perturbam países como o Brasil.

E a coisa é tão espetacular que alguns países, como a Tailândia e a Austrália, estão se associando ao Brasil no painel. É algo inédito e, se vencermos, criaremos uma nova jurisprudência que irá forçar a revisão do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos. Estamos trabalhando com vigor. O Itamaraty tem hoje um grupo de diplomatas de grande competência na área comercial, estamos trabalhando em conjunto com o Itamaraty.

A segunda pergunta que a senhora faz é sobre se é possível fazer safrinha com outros produtos que não o milho. Nem sempre, Senadora, porque aí é uma questão técnica de ciclo da cultura e de condições cli-

máticas que permitam o crescimento da agricultura. No caso de safrinhas, temos hoje, basicamente, milho e sorgo – há safrinha de feijão, mas ela depende de irrigação; irrigando se pode fazer qualquer coisa, mas, sem irrigação, basicamente milho e sorgo.

Finalmente, quanto à agricultura familiar, esse é outro assunto sobre o qual gostaria de me debruçar, estou à disposição para conversar tanto quanto a senhora queira. Eu venho do cooperativismo, a minha, digamos, crença é no cooperativismo como instrumento de organização econômica da sociedade no mundo todo.

Eu fui Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, um órgão que tem sede em Genebra, na Suíça, e conta com 102 países filiados, e 800 milhões de associados. É a maior ONG do mundo, com 115 anos de idade, e eu fui o único não-europeu a presidir essa organização, e o único agricultor. Sempre foram pessoas de cooperativas urbanas que presidiram essa Aliança.

Nos últimos dez anos, andei por 79 países vendo o que é o cooperativismo, inclusive nos países desenvolvidos. Vou tentar ser sucinto nessa conversa, contando um fato à senhora. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão, por indução norte-americana, foi obrigado a fazer uma reforma agrária, e cada produtor recebeu um hectare de terra. Todo mundo sabia, desde o primeiro instante, que com um hectare nem japonês sobrevive na sua atividade rural. É absolutamente impossível.

Então, o que o Governo fez de maneira articulada com as ações norte-americanas? Todo produtor filiado a uma cooperativa recebia assistência técnica, subsídios nos preços dos insumos e no crédito rural. Além disso, o governo comercializava sua produção, agregava valores por meio de indústrias que podiam verticalizar a atividade produtiva e garantia preços para a compra. Quem não era cooperado não tinha essas vantagens.

O que aconteceu? Todos os agricultores japoneses ficaram com suas cooperativas. Hoje, 60 anos depois, consideramos o povo japonês maravilhoso, porque tem espírito cooperativista. Não é bem assim. Houve uma indução para que isso acontecesse. Proponho, pois, alguma coisa similar no Brasil, Senador. É impossível um pequeno produtor sobreviver sem uma ação de planejamento, de crédito, assistência. V. Ex^a mesma colocou essa questão.

Estamos trabalhando em conjunto com o MDA, com o Ministro Grazziano, no Fome Zero; estamos trabalhando em conjunto com essas idéias. E como V. Ex^a bem disse, já formulamos em conjunto, e foi apre-

sentado ao Consea, um plano de safra específica de agricultura familiar com renda garantida ao produtor assentado, ao pequeno agricultor da agricultura familiar.

A minha tese, no entanto, é no sentido de que será impossível que a Conab, que é o órgão do Ministério da Agricultura encarregado das ações do Programa Fome Zero, compre 10 sacas de um, 05 sacas de outro, 15, de outro, ou ainda, levar assistência técnica um por um, levar crédito um por um. Isso não é possível. Para tanto, devem ser organizadas cooperativas. E os que tiverem se organizados em cooperativas receberão crédito e terão o produto comprado pelo Programa Fome Zero, com uma renda mínima garantida.

Penso que se conseguirmos fazer isso, mataremos dois coelhos com uma cajadada só. Primeiro, daremos renda a quem não a tem, hoje em dia; segundo, estaremos organizando a sociedade. E este é um papel que o Estado moderno tem que ter. Qualquer Estado, por mais liberal que seja, deve organizar a sociedade, que é uma coisa relevante, porque quanto mais organizada a sociedade, mais transparente, mais democrática e menos sujeita a todo tipo de exploração ela será.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Na verdade, quero agradecer o Ministro pela sua exposição, clara e precisa. Com isso, posso dizer que tenho mais esperança neste País e coloco o meu mandato à disposição para que este Brasil dê certo.

Estive recentemente em uma região do sul do Pará, em um assentamento, onde, por mais absurdo que possa parecer, há duas usinas de beneficiamento: uma de leite e outra de arroz. As duas usinas estão lá, mas os agricultores estão endividados e não conseguem produzir, porque não foi feito um planejamento adequado para que se levasse energia elétrica compatível com o funcionamento das usinas. Elas não funcionam. É isso que queremos mudar.

Não queremos favelização rural. Queremos que aqueles agricultores sejam produtores em cooperativas, porque sabemos da importância delas. Por isso, defendemos um Estado que tem que induzir, e não o mercado sozinho, que não funcionou. O mundo já nos deu essa prova. Não sou eu quem está dizendo isso, mas, sim, as estatísticas mundiais, que nos revelam isso de forma diferenciada.

Gostaria de agradecer e dizer que as minhas expectativas foram correspondidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Apenas usaria essa expressão final da Senadora para ratificar o que disse na minha exposição: a agricultura estrutura o restante. A eletrificação faz parte disso. Hoje, 40% da agricultura brasileira não têm eletrificação rural.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Ministro Roberto Rodrigues, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de vê-lo à frente do Ministério da Agricultura. Tenho acompanhado o trabalho brilhante da sua vida e, sem dúvida alguma, tenho certeza de que o Ministério da Agricultura, que avançou mais na gestão do Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que fez um excelente trabalho, avançará ainda mais na sua administração. Temos plena confiança disso.

Vou inverter a ordem das minhas perguntas exatamente por conta de sua brilhante exposição. V. Ex^a demonstrou a importância do agronegócio para o Brasil: 27% do PIB, 41% de exportações, 37% de geração de emprego e outras questões mais.

Tenho falado no plenário do Senado que tenho me preocupado, porque entendo que o caminho do Brasil é esse. Mas, ao mesmo tempo em que no Governo do Presidente Lula há um Ministério do Produtor – que é o Ministério de V. Ex^a, isso foi demonstrado cabalmente aqui –, existe um outro, que é o Ministério do Invasor, ou seja, o Ministério que apóia e aplaude as invasões de terras comandadas pelo MST, que transformam o campo num movimento de tensão que perturba o processo produtivo brasileiro. De um lado, são as invasões e, de outro lado, a formação de milícias armadas. Quer dizer, de um lado, propostas de diminuição da área privada de produção – o MST propõe até três mil hectares, ou seja, ninguém no Brasil poderia ter mais de três mil hectares para produção. Essa é uma dicotomia que terá que ser definida pelo Governo.

Pergunto, então, qual é a visão do Ministério da Agricultura, se há uma preocupação quanto a isso. A imprensa está ampliando essa questão da tensão no campo ou já é identificada nos setores produtivos nacionais uma preocupação concreta quanto a isso? Se há essa preocupação, que providências o Ministério da Agricultura está tomando?

A segunda questão diz respeito à pesquisa.

Nesta semana, li uma matéria no jornal **O Estado de S.Paulo** intitulada “Embrapa, com menos re-

curiosos, enfrenta crise”, que dizia que, desde janeiro, só foram liberados 3% do Orçamento da Embrapa e, conseqüentemente, muitas pesquisas estão sendo paralisadas. Os prejuízos são irreversíveis, por conta da não-transferência de recursos para a Embrapa. Como essa empresa é um patrimônio do Brasil, pois o que ela fez nesses últimos anos merece o aplauso de todos os brasileiros, pergunto a V. Exª se existe essa deficiência, se está havendo problema de contingenciamento no Ministério e na Embrapa – deve estar havendo – e de que forma nós, no Senado Federal, podemos ajudar. Existem cortes e cortes. Cortar uma obra não é um grande prejuízo, apesar de gerar desempregos e uma série de outras coisas, mas que podem ser recuperadas. Cortar uma pesquisa que está em andamento é jogar fora 10 a 15 anos de trabalho. E a matéria foi atestada por técnicos e chefes de setores da Embrapa, como os ligados ao Cerrado, que têm levantado essa questão.

Pergunto, ainda – um assunto que muito me interessa –, sobre a saída para o Pacífico para escoamento da produção do Centro-Oeste. A Região, como V. Exª disse, produzirá os grãos que parte do mundo vai precisar.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – E carne também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – E carne também.

Eu agregaria à questão do Centro-Oeste a do Norte. Roraima, hoje, é um Estado com uma fronteira agrícola com campos naturais nas mesmas condições do Centro-Oeste e com uma condição geográfica bastante diferenciada para exportações.

Pergunto se a saída para o Pacífico é uma prioridade do Ministério da Agricultura. O Ministério, de certa forma, vai influir junto ao Ministério dos Transportes e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para, rapidamente, termos uma saída estratégica para as duas regiões?

Por último, a questão dos transgênicos, que foi a motivação do meu requerimento.

Temos acompanhado a polêmica dos transgênicos. Não sou especialista nessa questão, mas entendo que a soja é uma **commodity** e que, efetivamente, o preço internacional será balizado pela soja transgênica produzida em outros países, se não houver nenhum tipo de problema detectado para a saúde, como me parece que até hoje não houve.

Há proibição no Brasil ou a decisão judicial sobre a soja transgênica é da Monsanto do Brasil? Hoje, no jornal **O Estado de S.Paulo**, por coincidência, foi

publicada uma matéria sobre interdição de soja no Paraná. Quarenta e quatro hectares de soja foram bloqueados, hoje, naquele Estado, para esperar a regulamentação da medida provisória sobre a comercialização da safra. A safra de soja transgênica será somente exportada ou será comercializada também no Brasil, até porque outra matéria de profundidade do **Correio Braziliense** mostra, em tese, que muitos produtos hoje industrializados e consumidos pelos brasileiros teriam, em sua composição, produtos transgênicos, e não haveria nem como identificá-los.

Portanto, julgo esse assunto extremamente relevante para o futuro – a biotecnologia e a transgenia seriam o futuro da agricultura – e gostaria de ouvir a posição do Ministério e de V. Exª, que é tão experiente no assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, antes que V. Exª se pronuncie a respeito das indagações do Senador Romero Jucá, queria registrar a presença em nosso meio do Senador José Eduardo Dutra, que fez parte desta Casa e desta Comissão de Assuntos Econômicos, não sei se da Comissão de Assuntos Sociais também, e hoje preside a Petrobras. Registramos com satisfação a presença de S. Exª e o convidamos para tomar assento à mesa, caso queira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – E que está vindo anunciar uma diminuição no preço da gasolina. Seja bem-vindo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, apenas para facilitar os trabalhos. Após ouvirmos os três autores do requerimento e a resposta do Sr. Ministro, sugiro que os demais oradores fizessem as suas perguntas e as respostas fossem **a posteriori**, como estão fazendo no plenário do Senado Federal, naturalmente com o apoio dos demais Senadores. Após a ouvida dos autores do requerimento, da resposta do Ministro, os demais oradores teriam sua resposta **a posteriori**, ou seja, depois que todos falassem, o que facilitaria as respostas do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa vai deliberar sobre isso no momento oportuno, Senador Valadares.

V. Exª tem a palavra para responder as indagações do Senador Romero Jucá.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Romero Jucá, V. Exª me faz um conjunto de indagações palpitantes e ao mesmo tempo polêmicas.

Em relação à tensão no campo, como V. Exª mesmo fez referência, trata-se de um assunto afeto a outro Ministério. Mas é uma questão que o Presidente da República tem tratado com muito cuidado. Ainda no final de semana estivemos juntos em Londrina e Maringá, e o Presidente foi muito enfático e muito claro no seu posicionamento. Vamos fazer uma reforma agrária no Brasil, com o que concordo. É necessário fazê-la porque erros sucessivos de políticas econômicas nos últimos 30 anos produziram uma exclusão social no campo, que tem que ser recuperada de alguma forma. Mas o Presidente tem reiterado que essa reforma agrária se dará sob o império da lei e sem que se estimulem invasões, enfim, violência no campo. Essa é a posição do Governo e obviamente a posição também desse Ministério.

Quanto a questões específicas abordadas por V. Exª, por exemplo, a limitação do tamanho da propriedade rural, realmente esse é um assunto que não consigo entender, pois não entendo por que há de se limitar a propriedade rural e não se limita um banco, uma loja, uma rede de **fast food**. Não sei o porquê dessa limitação.

Se V. Exª me permite, eu contaria uma blague, uma história que ouvi já há muitos anos de um tio do ex-Senador Auro Moura Andrade, agricultor da região de Araçatuba, que foi visitado por um prelado pedindo uma contribuição para uma quermesse qualquer que haveria na igreja. Ele cedeu um boi ou algo parecido e na hora de ir embora o religioso disse: “Olha, o senhor lembre-se de que deve cuidar bem da terra, porque a terra tem função social. O senhor é sócio de Deus. A terra é uma criação divina, e o senhor é sócio de Deus”. Ao que respondeu: “É verdade, mas quando ele era dono sozinho não produzia aqui nada, nem emprego, renda nenhuma nesse negócio aqui”. Essa é uma blague, mas mostra que terra é algo que tem que ser coletivo; é um erro, pois a terra é apenas a base de um processo sobre o qual toda tecnologia e investimento têm que ser apostos para que haja produção. Os modelos de propriedade estatizada e fazendas coletivas, etc, no mundo todo, fracassaram redondamente, de modo que imagino que tenhamos que trabalhar com a agricultura reconhecendo a função social da terra. Ela tem uma função social diferente da de outros empreendimentos.

No entanto, ela tem que ser um fator de produção e de estímulo à produção rural. Sempre discuti com companheiros que têm outros pensamentos em

relação ao assunto sobre essa questão de que é preciso estimular o pequeno produtor rural, protegê-lo, e o grande tem que ser desestimulado, que tem que dividir a fazenda dele, fazer reforma agrária etc...

E pergunto sempre: por que se quer estimular o pequeno produtor rural? Para ele crescer. Então, ele cresce e não presta mais? Não é consistente esse processo. Ninguém nasce grande. O grande é o pequeno que deu certo, em qualquer setor da atividade econômica. Chega uma hora em que é preciso premiar quem deu certo e usá-lo como exemplo, como estímulo, e não eliminá-lo ou castigá-lo porque funcionou bem.

Então, realmente, é uma preocupação do Presidente da República, do Governo todo, a questão da atenção no campo. E estamos convencidos de que o Presidente conduzirá o processo de reforma agrária como Sua Excelência tem reiteradamente afirmado, sob o império da lei e dentro da dignidade que o processo exigirá.

A segunda questão que V. Exª coloca é a da Embrapa. Realmente, é um assunto que está nos preocupando muito. V. Exª já apontou o caminho: é o contingenciamento. O Ministério da Agricultura, hoje, por exemplo, lamentavelmente, tem três delegacias – em Pernambuco, no Acre e no Rio Grande do Sul – nas quais o telefone já foi cortado, e, em uma delas, a energia já foi cortada por falta de pagamento, porque não há orçamento.

Então, estamos trabalhando muito esperançosos. Tenho negociado bastante com o Ministro Antonio Palocci, que é um extraordinário conhecedor da questão do agronegócio, e ele tem sido solidário conosco nas discussões. Estou convencido de que vamos, em um curto espaço de tempo, recuperar essas perdas.

V. Exª tem toda razão: a Embrapa é um patrimônio nacional. O avanço da soja brasileira se deve à Embrapa, à fruticultura tropical. A Embrapa é, hoje, um centro de conhecimento respeitado no mundo inteiro, não apenas no Brasil.

Desse modo, estamos trabalhando em relação a essa questão, convencidos de que vamos vencê-la. V. Exª oferece a ajuda do Senado Federal para nos ajudar nessa questão. Eu peço a V. Exªs, então, que, por favor, nos ajudem a conseguir uma flexibilização dos recursos que estão contingenciados, para que possamos avançar, não apenas na Embrapa, mas em outros órgãos também do Governo Federal.

Quanto à saída para o Pacífico, não há nenhuma dúvida, sou um defensor. Há muitos anos, muito

antes de vir para o Governo, venho defendendo essa tese, que é combatida por algumas organizações não-governamentais, inclusive estrangeiras, alegando a agressão ao meio ambiente, defendendo, obviamente, interesses de concorrentes nossos. Mas agora, nessa reunião que tivemos como Presidente Toledo, do Peru, e seu Ministério todo, ficou muito claro que esse assunto está vencido e que vamos sair para o Pacífico, via Peru, terminando duas pontes, no Acre, e trechos de rodovias que falta serem acabados. Isso será, indiscutivelmente, um mecanismo de avanço para o Brasil. Mais do que isso, penso, Senador, que corresponderá ao velho sonho bolivariano de integração continental. Finalmente, conseguiremos um avanço nessa direção. Estamos convencidos de que isso também acontecerá.

Finalmente, a questão dos transgênicos, que demandaria um longo tempo. Eu até trouxe transparências para falar sobre transgênicos, pois eu estava convencido de que esse tema viria à baila, mas, dada a escassez de tempo, Sr. Presidente, vou tentar colocar três ou quatro pontos que indicam o que penso a respeito do assunto.

O que é transgenia, afinal de contas? Na origem dos tempos, havia dois tipos de variedades de cana-de-açúcar no mundo. Um chamado **saccharum spontanium** e outro chamado **saccharum officinarum**. O **saccharum officinarum** era uma cana riquíssima em açúcar e sem fibra. Qualquer brisa derrubava, e ela apodrecia. A **saccharum spontanium** era um bambu. Pura fibra, sem açúcar. O que fizeram os geneticistas do mundo inteiro, desde que Mendel encontrou, nas ervilhas, a questão dos cromossomos e dos genes? De 200 anos para cá, começaram a misturar as variedades, **spontanium** e **officinarum**, em busca de variedades de cana que tivessem resistência ao tombamento, com fibra suficiente para produzir bagaço para tocar caldeiras e usinas e com açúcar suficiente para dar riqueza à cadeia produtiva.

Como isso foi feito? Na natureza, fazendo o cruzamento de flores de uma com a outra, na expectativa de que fosse possível tirar o bom de uma e de outra e produzir uma variedade rica em açúcar e rica em fibras.

Obviamente, isso não acontece espontaneamente, porque são milhares de genes que se cruzam nos cromossomos, milhares de variáveis que se cruzam, produzindo milhares de diferenças genéticas nos filhos que surgem desse casamento, das variedades **spontanium** e **officinarum**. De cada milhão de **seedlings**, surge uma ou duas variedades que têm

os padrões desejados, perseguidos pelo melhorador científico, pelo melhorador genético.

E aquela que tem um pouquinho mais de açúcar e de fibra será misturada em outro casamento, daqui a 15 ou 20 anos, com outra variedade que surgir também, que dê um pouquinho mais de açúcar e não floresça como aquela, porque o florescimento provoca a isoporização do colmo da cana, que não interessa à atividade produtiva.

Então, é um longo processo de transgenia, que se faz ao natural, na esperança de que os genes desejados acabem surgindo na variedade resultante do cruzamento natural entre variedades.

A biotecnologia permite apressar esse processo, tirando um gene de determinada variedade, com uma característica que se deseja e cuja função foi identificada cientificamente, colocando-a na variedade que já se tem, para que se enriqueça com aquele gene. Isso é transgenia, ou seja, é ganhar tempo em relação ao processo natural de melhoramento genético.

A questão que se apresenta, Senador, quando se trata de biotecnologia e o que preocupa nessa discussão é a desinformação ou a paixão com a qual o assunto é tratado com desinformação. Paixão com desinformação.

O assunto a ser tratado é ética na ciência. Isso é que tem que ser tratado, e não a soja transgênica, ou o algodão transgênico, ou a batata, ou a maçã, até porque estamos ainda engatinhando nesse processo, no Brasil. Nós estamos na fase correspondente à primeira era da transgenia, que é produzir produtos que sejam resistentes a alguns herbicidas ou a alguns inseticidas, mas, em alguns países, a segunda era já está avançada, que é produzir uma variedade mais resistente à geada ou à seca, ou que tenha mais nutrientes protéicos. E alguns países já se debruçam sobre a terceira era, que é a de produtos agrícolas medicamentosos, nos quais se colocou um gene responsável pelo combate ao câncer ou ao tracoma ou a coisas dessa natureza.

Na verdade, a ciência da biotecnologia é um processo que tem um enorme horizonte a ser disputado no Brasil e no mundo inteiro. Recentemente, o ex-Presidente da Embrapa contou um caso, que me atrevo a reiterar aqui, que dá a dimensão da questão ética no processo. É o seguinte caso: cientistas canadenses procuraram isolar o gene responsável pela resistência da teia de aranha. Nada é mais resistente do que a teia de aranha; um filamento insignificante que prende animais pesadíssimos em relação àquele filamento. Conseguiram identificar o gene, separaram-no

e o introduziram em glândulas mamárias de cabras, de tal forma de que o leite produzido o tivesse na sua proteína. Essa proteína foi texturizada e, com ela, construiu-se um fio, um cabo, que é testado em um porta-aviões canadense. Quando o avião pousa, um cabo o segura para não cair do outro lado. Esse fio é dez vezes mais resistente do que o cabo de aço.

Quando se poderia imaginar fazer um cruzamento de teia de aranha com teta de cabra? Essa é a questão que se apresenta: qual é o limite ético que o ser humano pode seguir, para que essas coisas não transcendam a ação humana, **vis-à-vis** a ação divina ou da natureza, se assim quiserem os céticos?

Em relação à transgenia, há poucos dias, a Comissão da União Européia determinou o fim da moratória imposta por seus países aos produtos transgênicos. Recentemente, veio ao Brasil o Sr. David Byrne, Comissário da União Européia para a Saúde e a Defesa do Consumidor. Questionei-o sobre a questão dos produtos transgênicos na Europa e obtive como resposta que o consumidor europeu quer saber se o produto é transgênico ou não. Mais de 70% dos consumidores não têm restrições aos alimentos transgênicos, desde que saibam que estão comendo alimentos transgênicos. E há um percentual de 30% que não quer consumi-los. Esse assunto é polêmico.

Há uma frase pinçada de um documento produzido pela Organização Mundial de Saúde, veiculado em seu **site**, que diz o seguinte: “Os alimentos transgênicos atualmente disponíveis no mercado internacional passaram por rigorosa avaliação de risco (bem maior até do que os alimentos modificados na forma tradicional), sendo improvável a existência de qualquer perigo para a saúde humana. Jamais se evidenciou qualquer efeito danoso à população dos países onde eles têm sido consumidos há anos”.

Em função desse fato e também pelo princípio de precaução que adoto, de que é preciso observar com cuidado, desde que isso não limite o avanço, como também em função da circunstância efetiva de que, neste ano, aproximadamente 10% da safra de soja brasileira, o equivalente a 5 ou 6 milhões de toneladas, será transgênica, o Governo brasileiro, discutindo longamente o assunto em comissão interministerial, decidiu, com aprovação plena do Presidente da República, pela edição de uma medida provisória que tivesse duas claras vertentes – e agora respondo às perguntas de V. Ex^a.

A primeira delas, reconhecendo a existência de um volume substancial de soja transgênica, criou as condições para o escoamento dessa safra, interna e externamente. A medida visou não apenas à exporta-

ção, mas também à importação, a partir de uma premissa óbvia: como separar os dois tipos de soja em armazéns e depósitos que já abrigam o produto desde o ano passado? Assim, a única coisa a fazer é a rotulagem correta do produto, para que o consumidor tenha, como na Europa, a condição de saber os tipos de soja e optar entre eles. A primeira condição: a safra será escoada.

A segunda decisão, relacionada à pergunta de V. Ex^a: atualmente, não há nenhuma lei proibindo o produto transgênico, mas apenas uma decisão judicial; pois bem, o Governo não afrontará essa decisão judicial; enquanto ela prevalecer, o Poder Executivo proibirá o plantio de soja transgênica na próxima safra. A medida provisória diz textualmente: “segundo a legislação em vigor”.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados, particularmente a Comissão de Agricultura, estão debruçados sobre o assunto, na expectativa de formular uma lei que defina a questão em termos permanentes. Reitero que, enquanto houver essa decisão judicial, o Governo proibirá a produção. Esperamos que surja alguma lei ou algum instrumento legal que defina a questão em termos permanentes, para que possamos avançar. Porém, não é possível conter a pesquisa e a ciência por causa dessa questão. É preciso haver uma abertura que realmente viabilize a continuação da nossa pesquisa.

Finalizando, V. Ex^a referiu-se à notícia de que 44 hectares de soja teriam sido retidos. Li a mesma reportagem durante um voo. Ao chegar a Brasília, questionei o assunto com a minha equipe, que me comunicou haver um engano na informação. A soja retida apresentava impurezas ou produtos danosos e não transgênicos. Senador, essa foi a informação que recebi ao chegar a Brasília. Espero ter respondido as questões de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Ministro Roberto Rodrigues, agradeço a explicação de V. Ex^a e dou-me por satisfeito com a resposta. Quero apenas convidá-lo a visitar Roraima, o que nos daria imenso prazer. No Estado, há realmente três safras, e a condição de produção é extremamente facilitada.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Romero Jucá, Roraima é o único Estado que ainda não conheço, e estou louco para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro Roberto Rodrigues, parabéns pela parte da sua fala que presenciei. Conhecendo V. Ex^a como conhe-

ço, imagino que também “gostei da explanação que não ouvi.”

Sr. Ministro, inicialmente, solicito a V. Exª – diferentemente do que apresentou a área econômica, que, apesar dos elogios, não divulgou para os Srs. Senadores nem para a Internet o conteúdo da sua mensagem ao Congresso Nacional –, neste momento, o compromisso de enviar aos Senadores o **CD-Rom**, para que possamos analisar em mais profundidade aquilo que V. Exª acaba de expor.

Não serei redundante. O Senador Romero Jucá já falou sobre nossa preocupação com a Embrapa. Quero apenas saber qual é o montante de recursos liberado até o momento e a perspectiva de liberação a mais próxima possível dos 100% de que essa grande empresa brasileira precisa.

Também gostaria de ouvir a opinião de V. Exª a respeito das denúncias da revista **Veja** sobre pessoas alheias à pesquisa estarem sendo nomeadas para a Embrapa. Essa situação preocupa-me muito.

Fico feliz por saber que V. Exª é uma pessoa completamente racional, preparada e competente. Num discurso de transgênico, por exemplo, diz-se que quem é a favor de transgênico é pecador e vai para o inferno; quem é contra transgênico vai para o céu. Imaginamos que se chega à conclusão de que, sem se deter ao espaço da ciência, será possível trabalhar o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Preocupo-me, de certa forma, com o pensamento das pessoas que entendem que, em três meses, não dá para fazer nada, mas, quando lhes interessa, nesse mesmo período, dá para fazer tudo. V. Exª sabe que essa safra de soja é resultado, em grande medida, do que se plantou em setembro. A safra não é de 2003, mas de 2002/2003. Posteriormente, a safra 2003/2004, que será de responsabilidade exclusiva de V. Exª, haverá de ser brilhante. A safra anterior contou com uma participação enorme do Governo passado, mas, sem dúvida, haverá competência neste Governo para fazer a colheita, com a qual me preocupo. Dos 50 milhões de toneladas de soja, diria que 20 milhões não estão podendo ser colhidos por causa das chuvas. Gostaria de que V. Exª esclarecesse esse assunto, pois estou preocupado com essa situação.

Se V. Exª quiser me desmoralizar, basta pegar uma semente de mamão e outra de laranja que ficarei embananado e não saberei diferenciá-las. Sou completamente urbano em todas as minhas neuroses.

Sr. Ministro, gostaria ainda de perguntar sobre agronegócio, que vai muito bem no meu Estado – exportação de grãos para o Oriente, agronegócio do

Amazonas –, e sobre os planos do Governo brasileiro para o café. Pergunto-lhe se algo mudará em relação à política que V. Exª herdou e o que mudará. Considero essa política bem sucedida, haja vista que propiciou ao atual Governo, após vários recordes batidos sucessivamente, atingir a perspectiva de 112 milhões de grãos.

Além disso, V. Exª também falou sobre a relação com o Movimento dos Sem-Terra – MST. Na minha opinião, o MST exorbita. Não se trata de um movimento social; já foi. A meu ver, o Movimento dos Sem-Terra vive um delírio de revolução zapatista, condenado, portanto, ao fracasso até como movimento revolucionário, que nunca deu certo no México e não dará certo no Brasil não sei quantos anos depois. Creio que mais de um século depois.

E lhe digo que a minha preocupação é muito grande. Não é diretamente da sua alçada, mas indiretamente o é. É da alçada do Ministro Antonio Palocci, porque toda a saúde da economia brasileira depende do resultado do agronegócio. Neste ano, imaginamos que o saldo será, na balança comercial específica do setor, de US\$21 bilhões. Imaginem se, em dois ou três anos, a disputa em torno do conceito de propriedade, abalando, portanto, os alicerces da Constituição, influenciar negativamente os resultados do agronegócio e, portanto, os resultados gerais da economia brasileira, com todos os reflexos internacionais. Ou seja, imagino que seja preciso uma atuação muito clara em defesa da lei, da Constituição, uma atuação muito rígida. Eu, por exemplo, não gosto da posição do Ministro. S. Exª é dúvida, e creio que o é porque não pode assumir claramente que é a favor do MST. Mas é dúvida, porque não me tranquiliza, e percebi que intranquilizou setores do campo, e recomeça aquela história de milícia que já estava acabando, aquela tensão que não interessa a ninguém. Não interessa a violência. Interessa que a Reforma Agrária se desenvolva, que até seja capaz de produzir assentamentos com alguns excedentes. Não acredito na Reforma Agrária gerando muita produção, muita produtividade, grandes exportações. Não acredito! Acredito mais no resultado social do que no econômico. Esta é a minha posição. Portanto, se V. Exª um dia se sentir ajudado demais pelo MST, terá em mim também uma voz para ajudar ou desajudar o MST. Tenho um pouco de preocupação com a ajuda excessiva.

Digo-lhe, ainda, Sr. Ministro, que, finalmente, quando chegar a íntegra da sua palestra, poder-me-ei pronunciar da tribuna sobre ela, mas lhe digo da boa vontade que a Casa tem, como um todo – sejam os partidários do Governo a que V. Exª serve por dever

de lealdade e por crença e que V. Ex^a defende, sejam aqueles outros que conhecem seu trabalho –, porque imagina que não vai haver o menor prejuízo a partir de sua ação competente; ao contrário, poderá haver lucro para a agricultura brasileira. Eu, como tucano, fico até lisonjeado. V. Ex^a é tão agradável e tão hábil que trouxe como assessor, para agradar a todos nós, talvez, uma figura que é a cara do José Serra. Então, já se cria um ambiente propício a ouvi-lo e a discutir com V. Ex^a em termos racionais, não dogmáticos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – É para desestabilizar a Oposição, Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, ao contrário. A Oposição se estabiliza. Saddam Hussein tem sócias para sobreviver. O Ministro tem sócias para transitar no Congresso Nacional; melhor ainda, já é algo muito bom.

Ministro, digo-lhe de coração que deposito muita esperança em que a agricultura brasileira continue sendo o grande baluarte dos próximos anos quanto à manutenção da estabilidade, quanto à perspectiva de garantia dos superávits primários, de garantia de redução do déficit nominal. A agricultura brasileira é essencial hoje. É uma coisa que realmente tem dado certo neste País. Tem dado certo e está em boas mãos.

Atitudes políticas como, por exemplo, a do MST, me preocupam, porque poderá significar desestímulo a investimentos, mais tensão e violência no campo, que prescinde da tensão e da violência. É preciso trabalho, organizar as coisas, como o social na Reforma Agrária e o produtivo, que cuida do País no agronegócio, que V. Ex^a representa muito bem. Esta é a primeira etapa da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, muito obrigado pelas questões suscitadas. Temos conosco outros assessores, alguns dos quais muito mais simpáticos. Por exemplo, a Cecília é muito mais simpática que o Rinaldo, que está aqui conosco. Mas não se trata de uma acusação de que o Serra não seria simpático, não.

Senador, não tenho nenhum texto escrito; trouxe lâminas, que posso deixar juntamente com o disquete para o conhecimento do Senado. Mas não tenho texto escrito sobre esta minha intervenção.

Em relação à Embrapa, a resposta no tocante à questão orçamentária já havia sido dada. Estamos trabalhando com isto. Estou convencido de que não vamos resolver esta questão rapidamente.

A questão política não é preocupante, não, Senador. A Embrapa apenas vai seguir a mesma linha de atuação que sempre seguiu em relação à pesquisa de desenvolvimento do agronegócio brasileiro e assume uma nova função, uma nova tarefa, a de se preocupar também com tecnologias para a agricultura familiar. Tem que ser desenvolvida na sua linha de raciocínio, dentro de um programa de assentamentos com visão liberal e até capitalista do processo.

Com relação aos transgênicos, um assunto que ficou faltando em minha resposta ao Senador Romero Jucá, e aproveito o seu questionamento para abordar, diz respeito ao fato de que o mercado, de certa forma, vai sinalizar sobre a transgenia.

Recebi recentemente a visita de um Senador italiano que representava um grupo de consumidores de seu país contrários a produtos transgênicos. Ele disse claramente que a Itália não comprará produtos transgênicos. Então, respondi que não haverá produtores do Brasil exportando para eles produtos transgênicos, se a transgenia vier a ser liberada no Brasil. Por enquanto, não está liberada, está proibida.

Então, penso que o mercado definirá o rumo. Se o mercado pagar mais pela soja não-transgênica, plantemos soja não-transgênica. Para plantar a mesma coisa, se a transgênica tiver um custo de produção menor do que a não-transgênica, pode ser que o pessoal vá plantar a não-transgênica. Então, o mercado tem que sinalizar algo, para que o produtor se defina em relação ao que plantar.

Um fato é verdadeiro. Há uma tendência mundial de flexibilizar o consumo dos transgênicos, desde que rotulados. Portanto, se isso for uma tendência universal, a disposição será também, na outra mão, a flexibilização também do cultivo de transgênicos pelos países produtores. Pode ser que isso ocorra no Brasil. Se assim for, e se o mercado não definir linhas claras de prevalência de preços para esse ou aquele produto, e o Brasil quiser manter tanto a transgenia como os não-transgênicos, como os orgânicos, deverá criar políticas diferenciadas para esses produtos, estimulando tanto um como o outro produtor, desde que haja mercado para todos. Então, essa é um pouco a visão que tenho, Senador. A transgenia depende muito dos sinais que o mercado der num futuro de curto prazo.

Com relação à colheita de soja, realmente está havendo um problema de colheita em algumas regiões do País por causa do excesso de chuvas. Mas as notícias de hoje são de que o problema está mais ou menos superado, e a colheita vai se processar normalmente. Em algumas regiões do Centro-Oeste,

houve perda de soja, porque ela estava seca demais e acabou germinando na vagem, perdendo qualidade, pois o grão não fica homogêneo, fica um grão manchado, de baixa qualidade, e, neste caso, perde preço, perde valor. Mas a safra é tão grande que, acredito, os prejuízos sejam insignificantes diante do volume da safra.

A questão do café é também complexa em relação a nossa atividade. Hoje mesmo haverá na Câmara dos Deputados uma discussão sobre o assunto na Comissão de Agricultura e Política Rural. O setor de café está solicitando basicamente três ações: a primeira, ligada a crédito para a colheita, e essa ação já foi liberada, já conseguimos apoio com o Ministro Antonio Palocci, e agentes financeiros já liberaram os recursos para a colheita.

A segunda ação diz respeito ao leilão de opções para o café. O ano passado houve. O preço estava muito baixo, e assim que começou o leilão de opções, o preço do café subiu, foi uma beleza, os produtores conseguiram realizar uma renda razoável e tocar para a frente essa atividade. Depois os preços caíram novamente, hoje estão muito baixos, e a idéia é retomar os leilões de opções.

Estamos estudando esse assunto, Senador, porque há uma diferença entre o ano passado e este ano. No ano passado, a safra foi muito grande, e o sinal para este ano era de uma safra bem menor. Agora, há uma safra pequena e o sinal para o ano que vem de uma safra menor, porque o café tem aqueles ciclos – um ano produz muito; no outro ano a árvore fica cansada, produz menos; e, no outro ano, produz muito, e assim por diante.

Então, estamos avaliando o impacto da próxima safra, estamos tentando fazer um estudo em relação a esse assunto e ver como o leilão de opções vai sinalizar para a próxima safra. Mas estamos convencidos até agora de que é preciso haver leilões de opções, estamos negociando com o Ministério da Fazenda para que possamos anunciar já no mês de abril o leilão de opções para o café.

A terceira ação que a cafeicultura deseja é o estabelecimento do café também como produto para Empréstimo do Governo Federal (EGF), com preços definidos. Está **sub judice**, e confiamos em também atender a essa demanda da cafeicultura brasileira.

De qualquer forma, V. Exª perdeu a primeira parte da nossa intervenção, Senador, na qual eu explicava que dentro do Consagro criamos câmaras setoriais por cadeia produtiva. E a próxima câmara setorial a ser criada é a da cafeicultura, colocando o trabalha-

dor rural, o produtor de café com suas cooperativas e associações de classe, a indústria de torrefação e moagem, os exportadores, o solúvel e o supermercado, para que todo mundo encontre a definição de uma política de longo prazo.

Pessoalmente, Senador, estou convencido de que precisamos avançar celeremente na agregação de valor para o café brasileiro. Nós temos hoje, no mercado mundial, uma participação de café torrado e moído de menos de 1%. O Brasil que é, disparado, o maior produtor mundial de café e o maior exportador mundial de café tem menos de 1% do mercado mundial de torrado e moído. E a Alemanha, que não produz um pé de café, tem mais de 25% do mercado mundial do café torrado e moído: compra o nosso café, mistura com o africano e o colombiano, faz um **blend**, coloca um nome alemão no café e o exporta para o mundo inteiro torrado e moído. E precisamos avançar não apenas em café.

Na agricultura, V. Exª afirmou sua fé em relação ao futuro do agronegócio, da qual partilho inteiramente. E vamos trabalhar nessa direção, criar mecanismos que permitam a agregação de valor e, mais do que isso, ações comerciais, Senador, de **joint venture**, de composição com distribuidores na Europa, no Japão, porque não adianta querer produzir um café torrado e moído e chegar ao supermercado europeu, se não houver já uma parceria desenhada previamente com eles; e isso obviamente implica em tomar mercado de alguém.

É uma luta que tem a ver com o processo industrial de agregação de valor, com o processo comercial de **marketing** e difusão do produto, e tem a ver com a ação, digamos, comercial, capitalista de inserção em organismos de distribuição dos países desenvolvidos. Vamos trabalhar com o café, criando os elementos necessários aqui para o mercado interno, mas também olhando essa possibilidade de agregação de valor lá fora.

A última questão que V. Exª abordou – estou terminando – é da tensão no campo produzida por ações ligadas a organismos ditos sociais defendendo a reforma agrária. Eu já havia feito aqui uma exposição a respeito. Temo que eu tenha já respondido a questão de V. Exª, mas a idéia é aquela. O Presidente da República tem reiterado que vai promover a reforma agrária, na qual todos acreditamos, e que deve ser feita para compensar erros passados de vários governos nos últimos 30 anos, que “desassentaram” populações no campo. Mas o Presidente da República tem reiterado o seu propósito de fazer uma reforma agrária sob o império da lei, não admitindo violência

de qualquer espécie. Estamos convencidos de que o Governo conseguirá levar a cabo essa visão do nosso Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra para a réplica, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Ministro, faltou a referência ao agronegócio do Amazonas, que vai indo muito bem; aos grãos de Itaquatiara, a partir da hidrovia do Madeira.

E quanto à questão do MST, eu me sinto mais livre. Eu fico tranquilo se V. Exª estiver tranquilo. Eu tenho talvez mais liberdade para dizer que não estou tranquilo. Imagino que esse é um tema que poderá dar muita dor de cabeça ao Presidente Lula, em quem eu deposito a maior confiança quanto ao equilíbrio com que S. Exª agirá na hora em que tiver de definir a questão.

Quanto ao “desassentamento”, eu queria excluir os últimos 8 anos, porque 600 mil famílias foram assentadas. Um recorde – foi mais do que em todo o restante da história republicana brasileira – no período do Presidente Fernando Henrique. Portanto, daqui para frente se imagina que se assentem mais e – se Deus quiser – melhor, conforme o desejo do Presidente Lula.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Aliás, o Presidente Lula não quer assentar mais, ele quer assentar melhor. V. Exª disse muito bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Vamos ver se consegue pelo menos uma das coisas. Se não conseguir as duas, que seja uma, senão fica ruim.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Tomara, tomara! Estamos confiando também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição e obedecendo ao critério de intercalar partidariamente...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Faltou uma questão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Faltou uma resposta que para mim é muito importante como representante do Amazonas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – O Senador perguntou sobre a questão do agronegócio no Norte, aquela questão da logística do Norte do País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O escoamento de grãos pela hidrovia do Madeira, que atinge o Centro-Oeste, atinge bastante também o Estado de Rondônia e muito ainda do Estado do Amazonas, a partir de Itaquatiara. Já se ganha mercado expressivo no Oriente.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Também já falamos a respeito disso, Senador. Trata-se de questão importantíssima que implica pelo menos mais duas ações no mesmo sentido, com relação ao Maranhão, Piauí, até oeste da Bahia, saindo por Itaqui; com a Norte-Sul, um ramal passando por Balsas e sul do Piauí, com saída para o Pacífico. Com esse tripé colocado (as saídas por Itacoatiara, por Itaqui e pelo Pacífico), haverá uma logística indispensável para que todo o Centro-Oeste e o Norte do País sejam viabilizados, sobretudo perante a Ásia, grande comprador de nossa produção agrícola, agregando valor a milho, soja e carne. E o escoamento será por esses portos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Ministro, meus cumprimentos, que acredito ser de todos, pela clareza e franqueza da exposição. Objetivamente, gostaria de apresentar três indagações. A primeira, com relação à transgenia. V. Exª disse muito bem, e estou de acordo, que o principal é a ética. Até que ponto é eticamente permissível e lícito manipular seres vivos? Penso que existe também uma questão igualmente ética, não tanto na permissibilidade ou na manipulação, mas quanto à propriedade dos avanços obtidos. Uma coisa é o avanço da ciência no campo da produção industrial, que é meramente manipuladora, outra é a propriedade de uma descoberta em que a natureza também participa do processo – ética sobre a propriedade.

Em segundo lugar, no quadro que V. Exª nos apresentou, há um crescimento expressivo e muito animador do saldo comercial do setor de agronegócios entre 1998 e 2002. Porém, tal fato não se deve totalmente ao aumento de exportações. Há uma redução substancial de importações da ordem de 40%. O que isso significa? Há uma substituição de importações ou uma redução no consumo de alimentos importados? Há perspectivas de continuidade?

Finalmente, vamos falar do campo da ação sobre a logística e a infra-estrutura. Em primeiro lugar, o Brasil sofre uma sangria nos fretes internacionais. Com a expansão de nossas exportações dentro das perspectivas favoráveis, não é possível nos conformarmos com uma sangria que atualmente atinge a casa dos US\$5 bilhões, e logo irá a US\$10 bilhões, com fretes, muito especialmente o frete do agronegócio. O Brasil já possuiu uma frota importante. Não há possibilidade de melhorar? O Brasil já não possui empresas de navegação de longo curso? Pode melhorar um pouco na cabotagem? Não creio que esse seja

um assunto da alçada direta do Ministério de V. Ex^a, mas, enfim, gostaria de ouvir uma palavra sobre essa matéria e também sobre a questão portuária. Pelo que estou informado, a grande oportunidade de um avanço qualitativo e quantitativo na manipulação portuária no Brasil está no porto de Sepetiba. Participei, na sexta-feira passada, de um seminário no BNDES e percebi que há também certa inibição, ou certa paralisia, no cuidado dos acessos ferroviários e rodoviários ao porto de Sepetiba, o que impede que essa oportunidade se realize plenamente, para a melhoria substancial também das nossas exportações, especialmente no agronegócio.

São essas as indagações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, V. Ex^a observa questões importantíssimas. A questão da propriedade intelectual, não apenas a transgenia, mas toda a pesquisa, tem sido debatida no Brasil intensamente, e conseguimos já uma lei sobre sementes que foi um grande avanço e que deu até um sinal de mais modernidade ao Brasil do que outros países. Avançamos bastante nessa direção.

Na questão do transgênico, esse assunto ganha um colorido adicional, porque há uma multinacional, a Monsanto, que foi a primeira a conseguir avançar nessa direção, criando produtos interessantes para aumentar a resistência a defensivos agrícolas, que era o foco da atividade. E surge uma discussão sobre essa questão, sobre se vamos ceder ao transgênico.

Eu até quero aproveitar essa sua pergunta, Senador, para dizer que sou engenheiro agrônomo, de uma família de agrônomos. O meu pai era agrônomo; ele tinha um irmão agrônomo e uma irmã casada com um agrônomo; minha mãe era filha de um agrônomo, tinha três irmãos, os três eram agrônomos; tenho somente uma irmã, que é casada com um agrônomo e que tem dois filhos, os dois agrônomos; minha mulher é agrônoma, tenho dois filhos, os dois agrônomos e tenho uma nora agrônoma... É uma família um pouco sem imaginação, Senador. E também é uma família de agricultores. Tanto o pai da minha mãe como também o pai do meu pai eram agricultores. Então é uma longa história ligada à agricultura e, de alguma maneira, à ciência. Eu sou ligado à academia. Sou professor universitário desde 1967, ensinando economia rural na Unesp, em Jaboticabal. Então esse assunto sem-

pre me preocupou muito, do ponto de vista nacionalista.

Por essa razão é que, em algum momento da minha exposição, em alguma resposta, talvez eu tenha dito que me preocupo que a pesquisa científica não seja rompida por causa da questão judicial da transgenia, porque, aí, sim, ficaremos dependentes da multinacional que a desenvolveu e não desenvolveremos na nossa ciência a propriedade intelectual que nos garanta uma independência nacionalista. Penso que V. Ex^a tem toda razão com a sua preocupação, que também é minha. É por isso que tenho uma posição difícil dentro do Governo. Ele não é favorável à transgenia e está expectante em relação à legislação que virá. Eu sou membro deste governo e tenho essa posição, esperando, porém, que a pesquisa e a ciência não sejam brecadas, para que não percamos uma independência nacional em relação ao conhecimento científico.

Esse é um assunto tão grave que propriedade intelectual é um dos itens negociados na OMC, na Alca, na União Européia e no Mercosul. Não é algo singelo. É um assunto tão grave e tão dramático que é negociado no mesmo grau de importância pelo setor do governo e da agricultura. É muito sério. V. Ex^a tem razão com a sua preocupação, à qual me alio. Penso que, ao dizer isso, lutando para que a ciência não seja brecada no Brasil, estaremos trabalhando pela independência em relação a essa questão da propriedade intelectual.

No segundo assunto, V. Ex^a levanta um ponto interessante – aliás, eu agradeço pela atenção que teve em relação aos mapas aqui colocados – quando observou, com clareza, que as importações também caíram. V. Ex^a pergunta por quê? Por causa do câmbio, Senador. Quando o câmbio mudou, em 1999, desestimulou-se a importação de produtos alimentares no Brasil. Houve uma substituição de importações induzida pela questão cambial. Na medida em que haja, como está havendo hoje, um refluxo na questão cambial, pode ressurgir a demanda por produtos importados, inclusive supérfluos, como bebidas, refrigerantes, etc.

Finalmente, a questão dos fretes. De fato, não é um assunto que eu domine. Preocupo-me com Sepetiba, como me preocupo com Paranaguá e com Santos. São portos que se estão organizando modernamente com uma estrutura portuária, mas o gargalo não é mais o porto, é o acesso ao porto.

Essa preocupação reforma uma tese, que coloquei em algum momento também, de que a agricultura e o agronegócio acabam sendo instrumentos es-

truturantes de outros setores da economia, demandando investimentos para que possamos avançar. Imagino, por exemplo, este ano, com 50 mil toneladas de soja – uma boa parte ainda não colhida e aquela loucura que está em Paranaguá, no Norte do País, em Itaquí, no Maranhão –, se avançássemos na direção do biodiesel, por exemplo, com mais 10 milhões de hectares de soja plantada no País, ou com mais 20 milhões de toneladas de soja. Por onde esse negócio vai escoar? Então, indiscutivelmente, o Governo tem que se preocupar com isso.

Tomei as providências já nos primeiros dias de Governo, Senador. Preparei um mapa rodoviário do Brasil, que enviei ao Ministro dos Transportes, mostrando as principais rodovias ou ferrovias nacionais pelas quais passariam as safras brasileiras, determinando, inclusive, em cada uma dessas vias de escoamento, o volume em tonelagem de produção. Ficou visualmente claro nesse mapa qual rodovia tem que ser privilegiada e que portos serão mais vigorosamente afetados por um crescimento da safra. Isso já nos dá uma idéia de prioridades a serem tratadas na infra-estrutura e na logística, sem perder de vista, de nenhuma forma – reitero –, uma saída pelo Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, para suas indagações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ministro Roberto Rodrigues, também me mostro muito entusiasmado diante da exposição de V. Ex^a e das respostas que tem oferecido às nossas perguntas.

Vou procurar ser objetivo diante ainda daqueles que querem fazer perguntas e até em atenção a V. Ex^a, que deve estar já cansado ou pelo menos com fome, falando tanto em alimentos.

Tenho três preocupações e vou fazer as perguntas, como eu já disse, da forma mais rápida possível. Primeiro, é sobre cooperativismo. Não é propriamente uma pergunta, é só para pedir a V. Ex^a que fale mais um pouco sobre o cooperativismo, porque sei que V. Ex^a teria a falar muito mais até, já que foi Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, da organização internacional; é cooperativista, é agricultor, é engenheiro agrônomo.

Então, quero perguntar: V. Ex^a, como Ministro, vai procurar incentivar que modelo de cooperativismo? Já que V. Ex^a foi professor universitário e se dedicou ao cooperativismo também, agora na prática que modelo vai ser esse idealizado por V. Ex^a?

A segunda pergunta é sobre acesso ao crédito rural. Houve avanços com relação à securitização, com relação ao fato de o crédito rural não deixar mais aquelas seqüelas, agricultores tão endividados. Mas a agricultura continua como um fator de risco muito grande. Os bancos privados têm uma margem para emprestar, mas eles se retraem na hora de emprestar. Os bancos oficiais também se mostram tímidos e inibidos no que toca a emprestar aos agricultores.

A terceira pergunta é a respeito do Nordeste. Este é um País de contrastes. V. Ex^a sabe que eu poderia ficar aqui falando muito tempo sobre o Nordeste da agricultura irrigada, o Nordeste que exporta melão para a Europa. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, é o que mais exporta melão para aquele continente. Mas 90% do nosso território estão encravados no Polígono da Seca, onde a esperança é a caprinocultura, é o incentivo à pecuária, é a agricultura de sequeiro, que V. Ex^a sabe que, por causa do problema do regime de chuvas, é muito precária. Agora mesmo estamos tendo inverno em determinadas regiões.

Gostaria de saber de V. Ex^a o que pensa e o que pretende fazer, tendo em vista esses desafios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Ex^a pode responder às indagações.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a me coloca numa situação complicada, porque cooperativismo, para mim, é assunto para 20 minutos e 20 dias. Vou tentar expor alguns temas, e estou vendo o Senador Osmar Dias, outro entusiasta do assunto e um grande companheiro nosso do Estado do Paraná.

Em primeiro lugar, cooperativismo é um doutrina universal, cujo enunciado clássico diz “é uma doutrina que visa a corrigir o social por meio do econômico”. Portanto, é uma doutrina mágica. Busca a solução dos problemas sociais via acesso econômico das pessoas. É uma doutrina que objetiva o bem-estar do ser humano. É uma doutrina sócio-econômica tão vigorosa que a Aliança Mundial das Cooperativas tem 800 milhões de associados. Se imaginarmos que cada um tem três familiares, são 2,4 bilhões de pessoas ou 40% da humanidade que está ligada ao cooperativismo. Nenhuma religião tem tamanha expressão numérica no mundo contemporâneo.

No entanto, Senador, o Brasil tem cinco milhões de cooperativistas. Pelo mesmo critério, três pessoas por cooperativista, serão 15 milhões ou 8% da população brasileira. O que acontece no Brasil? Se o mundo inteiro, incluindo o Brasil, tem 40% da população ligada ao cooperativismo e, no Brasil, somente 8%,

onde erramos, onde está o nosso defeito nessa questão? São alguns pontos fundamentais.

Para que o cooperativismo funcione, dê certo, algumas questões básicas se apresentam. Primeiro, a cooperativa tem que ser sentida como uma necessidade, ela jamais pode ser imposta de cima para baixo. Governos houve no mundo todo, Senador, que tentaram, como o do Raúl Alfonsín, na Argentina, que recentemente criou o Ministério do Cooperativismo, e fez nascer na Argentina centenas de cooperativas de cima para baixo e todas desapareceram, porque não eram consideradas necessárias pela base cooperativada.

Então, a primeira condição é que haja necessidade e seja conhecida. Às vezes, ela é necessária, mas a população a ser cooperativada nem sabe, porque não conhece. Então, é preciso que haja proselitismo, comunicação do que é cooperativismo, vender a idéia, a doutrina, a filosofia, para que a população se sinta atraída por ela e faça dela sua necessidade.

A segunda condição básica: a cooperativa tem que ser viável economicamente. Se em determinado local todos são miseráveis e decidem formar uma cooperativa, possivelmente ela não dará certo. Se a soma das misérias continuar uma miséria, não montem uma cooperativa, porque cooperativa é uma empresa, não é uma ação social entre amigos. É uma empresa que tem uma clara vertente social, mas, por ser uma empresa, tem também uma clara vertente econômica. Portanto, não sendo economicamente viável, não se deve montar uma cooperativa. Isso é errado.

Então, havendo miséria, não acredite que será possível resolver esse problema. Se os miseráveis não dispuserem de capital, se a cooperativa não tiver uma dimensão potencial que permita agregar valor e avançar sobre o mercado, não faça.

Em terceiro, é necessário gente preparada para conduzir o processo. Isso implica treinamento, recursos humanos treinados, motivados, capacitados para enfrentar o desafio da dicotomia cooperativista. Cooperativismo é uma doutrina formidável, mas implica uma série de contradições curiosas. Por exemplo, por que preciso fazer uma cooperativa aqui? Porque, aqui, somos todos produtores de leite, não há nenhuma cooperativa, e há uma multinacional que compra o nosso leite e nos explora: desconta e faz um preço baixo, que não cobre nosso custo de produção. Portanto, somos espoliados pela empresa nacional ou multinacional que está ali. Juntamo-nos e fazemos uma cooperativa, para enfrentarmos aquela agressão de uma empresa capitalista.

Onde está a contradição? Muitos acreditam que a cooperativa é uma resposta contrária ao capitalismo. É falso. Ela é uma empresa que usará os mesmos instrumentos do sistema para servir os seus sócios para que avancem no mercado e possam ganhar dinheiro também.

A cooperativa tem que ser um instrumento do regime. Se o regime for socialista, ela tem que ser um instrumento socialista; se o regime for capitalista, liberal, tem que ser um instrumento do regime. Ela minimiza os efeitos perversos da agressão do seu regime. Se o regime for capitalista, ela reage contra a perversidade capitalista e minimiza os seus efeitos, mas não é um antagonismo do regime.

Outra contradição: a cooperativa de leite vai investir para fazer uma fábrica de queijo, doce de leite ou de leite condensado para agregar valor à produção. Para isso, ela tem que melhorar o rebanho geneticamente, tem que fazer inseminação artificial, tem que melhorar a comida do rebanho, oferecer pasto diferente ou ração e tem que haver tratamento veterinário. A cooperativa vai crescendo e vira uma empresa. Seus dirigentes são pobres produtores de leite, que têm seu nível de imbecilidade para alcançarem o nível da empresa e não agüentam mais administrá-la, porque ela virou uma empresa complexa. Portanto, deve-se contratar administrador de empresas, contadores, advogados, engenheiros de obras, engenheiros que saibam produzir queijo, tecnólogos. Devem-se buscar esses profissionais no mercado. Que mercado? O mercado capitalista, que mede o resultado do sucesso de uma cooperativa pelo seu lucro.

O objetivo de uma cooperativa não é gerar lucro, não é um fim em si, é um instrumento para beneficiar o seu associado; ela é um meio, um instrumento. Mas o profissional capitalista contratado tem a visão de que só o lucro da cooperativa valorizará seu esforço. Então, ele cria uma loja de perfumes, de bicicletas ou de eletrodomésticos, porque a venda do vídeo-cassete dá um lucro maior do que a venda de 150 pares de botas sete léguas, que é o que o produtor de leite precisa ter. Com isso, a profissionalização, se não for bem-feita, cria uma decapitação da cooperativa. A cabeça se afasta do corpo místico dos seus associados, buscando instrumentos e mecanismos que dêem resultados para a cooperativa, mas não para o cooperado. Ela deixou de ser um meio para ser um fim em si.

Por aí vão colégios de contradição. Outra contradição: a cabeça do diretor precisa ser dicotômica, porque, da porta da cooperativa para dentro, a cooperativa é um templo, porque tem que ser tratada sob a égide de princípios e valores doutrinários universais.

Há princípios definidos no valor do cooperativismo. São sete princípios que o mundo inteiro conhece como a base do cooperativismo: o retorno das sobras, a gestão democrática, não pegar pelo capital, etc... Há uma série de princípios. Se os sócios têm 500 vacas ou uma vaca são tratados igualmente pela cooperativa. Da porta para fora, há um prostíbulo comercial. O mundo não é um templo. Então, essa vestal que vela e zela pelas lâmpadas votivas dos princípios tem que transitar por fora sem se deixar prostituir, sem se deixar consumir pelo mercado. Isso implica uma cabeça dicotômica e cultura cooperativista.

Só falei do cooperativismo, Senador. Nem falei das outras questões.

O SR. PRESENTE (Ramez Tebet) – Excelência, quero dar oportunidade a todos os Srs. Senadores presentes, a pelo menos um de cada Partido.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Vou terminar rapidamente. O cooperativismo é isso, Senador, é uma mágica que tem na sua força a sua fraqueza, que é a democracia econômica. É a força e a sua fraqueza. Só a cultura e a educação permitem superar esse processo.

Quanto à segunda questão, acesso ao crédito rural, falarei rapidamente.

V. Exª pergunta sobre o acesso ao crédito rural, rapidamente. O seguro rural é a única saída. Por que os bancos americanos dão crédito aos seus agricultores e os brasileiros não dão? Porque eles não têm seguro de renda. Com seguro de renda, não há risco. O sistema financeiro não quer correr risco. Então, vamos fazer um seguro rural que garanta a renda ao produtor e todo mundo vai lhe emprestar dinheiro gostosamente, e o acesso será amplo, geral e irrestrito.

Estamos investindo em pesquisas no Nordeste, Senador. A Embrapa já tem vários programas voltados ao semi-árido, e a idéia é incorporar o Programa Fome Zero nesses projetos para criar produção local no Nordeste. Estamos trabalhando, inclusive, com **agrishow** para o semi-árido, que faremos já no ano que vem, para ir mostrando essas tecnologias, difundindo-as para todo o Nordeste, criando uma condição de rentabilidade organizada em cooperativas, também, naquela Região.

Desculpe-me a rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria ao Senador que se abstivesse da réplica.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, Dr. Roberto Rodrigues, cada vez mais me convenço de que foi um grande acerto do Presidente da República escolher uma pessoa do ramo para dirigir uma Pasta tão importante quanto a da Agricultura, que está vinculada, sem dúvida alguma, ao desenvolvimento do nosso País e ao aumento do nosso superávit comercial. Enfim, V. Exª demonstra, com seu conhecimento pormenorizado da agricultura, que é o homem certo no lugar certo. Quanto a isso, estamos tranquilos.

Mas, sendo objetivo e voltando aos transgênicos, a única “vantagem” que se poderia apontar nesses produtos seria sua resistência às pragas, sem necessidade do uso de herbicidas artificiais. Então, está provado, por “a” mais “b”, que os produtos tradicionais, não geneticamente modificados, têm uma grande produtividade. Isso já foi, inclusive, evidenciado num estudo recente da Embrapa, que, por meio da pesquisa, houve um aumento da produtividade consistente, no Estado do Paraná. Por exemplo, a produção no Paraná chegou a 2.860kg por hectares, enquanto nos Estados Unidos, que produz soja transgênica, a produtividade alcançou 2.700kg. Então, em termos de produtividade, o produto transgênico não tem essa vantagem, abstraindo a questão ética e a da segurança alimentar.

Sendo assim, seria o caso, como V. Exª já assentou, de investir maciçamente na pesquisa, não apenas para demonstrar esse fato, mas para tornar viável a nossa agricultura, usando o produto tradicional.

No Estado de Sergipe, o milho alcançou índices excepcionais de produtividade, inclusive maiores do que os do Paraná e de Santa Catarina, graças à intervenção da Embrapa. Em Boquim, no Estado de Sergipe, que é um grande produtor de laranja brasileiro, descobriu-se que um determinado fungo pode coibir o ataque da ortézia na laranja. Usando um produto natural, sem necessidade de nenhum artificialismo ou uso de agrotóxico, estamos salvando a laranja no Estado de Sergipe.

Então, perguntaria a V. Exª o que o Ministério está fazendo com relação ao incentivo à pesquisa, não só para aumentar a produtividade daquilo que é tradicional no Brasil – os produtos não transgênicos –, como para combater as pragas.

Por último – o Presidente me pediu para que eu fosse bastante breve e vou atendê-lo –, eu gostaria de saber o que está sendo feito, neste momento, pelo Ministério da Agricultura – tenho certeza de que há a preocupação de V. Exª para com o que eu vou falar –

com relação à seca, que é um fenômeno cíclico, totalmente previsível, mas que nos Estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Paraíba tem prejudicando substancialmente a produção agrícola deste ano.

Em termos objetivos, o que o Ministério da Agricultura está fazendo junto ao Banco do Brasil e aos demais órgãos, já que a produção está quase prejudicada?

Por estarmos em meados de abril, as chuvas já deveriam ter ocorrido – há previsibilidade de um inverno fraquíssimo no nosso Nordeste. No Piauí, está chovendo, mas no Rio Grande do Norte não, por exemplo. Então, a seca está prejudicando a nossa Região.

O que o Ministério está fazendo para minorar o sofrimento dos nossos produtores, principalmente o dos pequenos, que têm débitos contraídos junto às instituições financeiras? Eles terão que pagar! Mas como, se no momento não estão produzindo nada?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, em relação aos transgênicos, o que tem atraído os produtores é que a soja transgênica – de fato V. Ex^a tem toda a razão: não há praticamente diferença de produtividade – tem um custo de produção menor, tendo em vista o uso de menos defensivos, o que ambientalmente também é interessante. Na verdade, não é a produtividade. V. Ex^a tem toda razão. É o lucro, o resultado que atrai para a transgenia. Por isso digo sempre que quem vai definir se tem espaço ou não para o transgênico, ao longo do tempo, é o mercado.

Quanto à pesquisa, em relação ao combate de pragas e moléstias, a Embrapa tem feito um esforço extraordinário nessa direção, e estamos incentivando permanentemente o trabalho da Embrapa, com técnicos de maior gabarito, enviando-os para o exterior para visitarem e aprenderem com outros laboratórios. Temos, atualmente, nos Estados Unidos e na França, no Labex, laboratórios no exterior, técnicos da Embrapa, criando um **know-how** para os nossos pesquisadores avançarem na pesquisa de resistência a pragas, moléstias, inclusive a seca, que é a última questão.

Quanto à seca, tenho recebido, no gabinete, vários representantes de produtores nordestinos traduzindo essa problemática que V. Ex^a apresenta, ou seja, a seca em algumas regiões. Hoje eu conversava com a Senadora Patrícia Gomes sobre Fortaleza. Lá, estão morrendo pessoas afogadas por chuvas dema-

is. Portanto, é curioso o que está acontecendo com o fenômeno El Niño e La Niña neste ano no Nordeste. No sul do Maranhão, onde produzimos soja, choveu muito menos do que o normal, porém choveu na época necessária. Então, a produção está garantida naquela região e no sul do Piauí também.

O que estamos imaginando? São duas ações. A de curto prazo, essa que V. Ex^a já coloca, o endividamento, que não pode ser ressarcido porque o produtor não colheu. Isso implicará em uma negociação nossa com o Banco do Brasil. Temos, no nosso Gabinete, atualmente, um extraordinário técnico, Dr. Biramar Nunes de Lima, ex-gerente agrícola do Banco do Brasil, que veio trabalhar conosco e, certamente, irá nos ajudar a encontrar soluções ligadas a alguma forma de parcelamento, securitização ou postergação de débitos. Portanto, já há uma forma, ou seja, a negociação com o Banco do Brasil, que tem, hoje, muito boa vontade. O Banco do Brasil está muito voltado para esse assunto, até porque a inadimplência agrícola no Banco do Brasil é de menos de 1% dos empréstimos. É uma coisa formidável. Nenhum setor teve tão pequena inadimplência como a agricultura.

Na verdade, Senador, penso que a solução definitiva para essa questão seja o seguro rural. Só quando houver um seguro funcionando adequadamente é que o crédito, os instrumentos de comercialização e de acesso serão valorizados para todo o Nordeste. Com a pesquisa gerada na Embrapa, com as ações que estamos desenvolvendo na área de seguro rural e mais os mecanismos de comercialização e, enfaticamente, o crescimento do cooperativismo é que resolveremos os problemas do Nordeste de forma definitiva: a fruticultura, no Rio Grande do Norte; a floricultura, como acontece no Ceará hoje; a soja e o milho crescendo no Piauí e no Maranhão. Levando a indústria de carnes para aquela área, vamos encontrar a saída definitiva para as agruras agrícolas do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, pelo PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Ministro Roberto Rodrigues, enquanto V. Ex^a falava lembrei-me das muitas oportunidades em que nos encontramos em eventos pelo interior do Paraná e de São Paulo, V. Ex^a como Secretário da Agricultura de São Paulo, e eu, do Paraná. Nós, então, sonhávamos com o dia em que o Brasil viesse a valorizar a agricultura e os agricultores.

Quero começar – e serei rápido, Sr. Presidente – dizendo que talvez a maior conquista dos agricultores brasileiros tenha sido exatamente a mudança de con-

ceito, de imagem que a sociedade brasileira acabou por fazer sobre a categoria, que era encarada há 10 ou 15 anos, como chorões que reclamavam de barriga cheia. Esse era o termo utilizado.

Das lutas, aprendemos que essa doutrina, esse novo conceito que se faz do agricultor e da agricultura brasileira tem, como um dos responsáveis, sem dúvida alguma, V. Ex^a, pelas pregações e palestras técnicas que fez pelo Brasil inteiro, levando muito a sério o assunto, sobretudo por falar como profundo conhecedor de causa. E sou testemunha do que V. Ex^a acabou de dizer sobre o seguro rural, uma luta de décadas acerca da qual, inclusive, farei uma pergunta. Entendo, de fato, que V. Ex^a e algumas outras lideranças ligadas ao setor agropecuário brasileiro deram uma grande contribuição para que a agricultura fosse respeitada, para que se encarasse o agricultor como um agente também responsável pela segurança alimentar, como um agente responsável pela estabilidade da moeda, para o que o agronegócio contribuiu especialmente nos últimos dez anos.

É claro que ainda restam alguns desafios que temos de vencer. Acredito que o Presidente Lula, ao convidar V. Ex^a, escolheu a pessoa mais indicada no momento para enfrentar esses desafios. O Ministério da Agricultura já teve mais poder no passado. Com as divisões de tarefas e o surgimento de outros Ministérios, a Pasta acabou perdendo, mas adquire um poder muito grande de influenciar a vida do País, porque V. Ex^a fala com conhecimento, com paixão e com muita confiança – V. Ex^a transmite essa confiança. Isso é importante para quem está apontando os destinos que a agricultura brasileira deve seguir.

Quando V. Ex^a falou do seguro – sei que V. Ex^a sabe disso – é preciso que aqueles que estão nos ouvindo saibam que parece um desafio pequeno a enfrentar, mas é enorme. E se V. Ex^a deixar o Ministério daqui a alguns anos – não sei quantos – tendo deixado instalado no País um seguro funcionando, V. Ex^a terá cumprido um papel de destaque na história da agricultura brasileira. Direi como penso isso.

Acredito que não é possível falar em um seguro rural só com o poder do Estado. É preciso criar mecanismos que possam atrair as seguradoras estrangeiras, que foram atraídas para fazer seguro rural nos Estados Unidos, na França e em outros países onde a agricultura é desenvolvida, exatamente porque o Estado criou esses mecanismos trazendo segurança às seguradoras.

Ninguém vai fazer seguro de produção ou de safra no Brasil se não tiver a segurança de que não quebrará com um ano de funcionamento. E isso acontece

mesmo, se acontecer uma intempérie climática: geada no Sul, seca no Nordeste ou chuva excessiva no período da colheita. Se o fato abranger uma região ou um Estado, a seguradora, com o prêmio pago, não terá como indenizar aqueles produtores daquela região, Estado ou grande região.

Então, se o Estado brasileiro não criar um fundo de estabilidade do seguro, é sonho pensar que poderemos criar o seguro. Estou caminhando para fazer a pergunta a V. Ex^a exatamente porque sei que está em elaboração um projeto de seguro rural. Pergunto: está prevista, nesse projeto de seguro rural, a criação desse fundo de estabilidade, sem o qual não acredito que possamos colocar um seguro permanente em nosso País?

Sobre os transgênicos, concordo integralmente com a posição de V. Ex^a, que hoje não pode ser externada, como podia ser antes de V. Ex^a ser Ministro, mas ficou muito claro aqui que V. Ex^a defende uma posição técnica a respeito do assunto, tirando-se o grau elevado de ideologia que se impõe na discussão do tema.

Até digo o seguinte: lá no Paraná, o Iapar, instituto que trabalha em sintonia com a Embrapa, está criando uma variedade de **citrus**, por meio da biotecnologia e da transgenia, resistente ao cancro cítrico. V. Ex^a sabe o quanto isso é importante. São Paulo tem o mercado, praticamente cativo, do suco de laranja, com quase 40% do suco de laranja do mundo, porque se livrou do cancro cítrico. Mas o Paraná, não. Ficamos 40 anos proibidos de plantar, e foi preciso, quando eu era Secretário, mostrarmos que éramos capazes de produzir variedades resistentes ou tolerantes ao cancro cítrico. Mas, se tivermos um transgênico de **citrus**, vamos proibi-lo também, com base nessa teoria que defendem aqueles que acham que devemos interromper o processo, o desenvolvimento científico do nosso País, exatamente porque a questão ideológica está sendo colocada acima da questão técnica?

Sr. Ministro, há uma questão aqui que parece não ter importância, mas que tem muita importância: é preciso preservar o poder de decisão da CTNBio. Já ouvi, até mesmo de alguns integrantes do atual Governo, o discurso de que a CTNBio deve ficar apenas como órgão consultivo, para dar opinião para o Governo, eu fico muito temeroso de que essa decisão acabe no campo ideológico e não no campo técnico. E aí o Brasil terá de arcar com muitos prejuízos por essa decisão. Acredito que a CTNBio tem de ser não só preservada, mas fortalecida.

Todos aqui falam da Embrapa e a elogiam, dizendo que a Embrapa faz tudo certo. Mas a Embrapa

está dizendo que podemos cultivar os transgênicos; aí, a opinião da Embrapa também não serve. A Embrapa realmente é uma empresa muito simpática, talvez, das empresas públicas do Brasil, a mais respeitada. É respeitada, mas quando diz que dá para plantar transgênicos e que temos de avançar nisso, aí não serve a opinião da Embrapa.

Sr. Ministro, faço a pergunta do seguro, exponho a minha opinião sobre transgênicos e faço uma pergunta bem rápida a respeito de um assunto muito importante, que é a agricultura orgânica. Já que se discute tanto a agricultura de transgênicos, a agricultura convencional, qual é também a intenção do Governo em relação ao apoio à agricultura orgânica, que acho tem um mercado enorme, inclusive em crescimento?

De resto, Sr. Ministro, não farei a réplica, para deixar a oportunidade para outros falarem, mas eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela forma como tem conduzido o Ministério da Agricultura, e muito mais pela boa parte da vida que V. Exª dedicou aos agricultores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Sr. Ministro Roberto Rodrigues.

Antes, lembro a todos que o Sr. Ministro tem somente mais 30 minutos conosco, porque S. Exª tem, logo a seguir, outro compromisso.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Um compromisso aqui na Câmara dos Deputados. Almoçar não é o importante. Sempre digo que comer e dormir não são relevantes; basta ficar vivo.

Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, agradeço as palavras amigas de V. Exª, que é meu amigo de muitos anos, e, na verdade, as suas barbas estão ficando brancas, porque a estrada da vida tem sido dura na defesa do agronegócio. Aquilo que V. Exª diz é um reflexo do trabalho de V. Exª. Temos estado sempre juntos, e os méritos que, por acaso, eu venha a ter são méritos compartilhados com V. Exª e outros companheiros de viagem.

Quanto ao seguro, vou falar rapidamente. Ontem, fizemos uma reunião em São Paulo, quando convoquei IRB, Susep, Fenaseg, Febraban, resseguradoras nacionais e multinacionais, empresas de seguros do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o MDA, o Ministério da Fazenda, técnicos do Ministério da Agricultura, especialistas acadêmicos em seguros. Essas pessoas criaram ontem um grupo de trabalho para regulamentar o projeto de lei – que deve ser aprovado no Congresso brevemente – cuja vertente principal é um fundo de resseguro, sob pena de fracassar o processo. Trata-se de um fundo que teria, entre outras

responsabilidades, cobrir eventuais tragédias climáticas mas também parcela do prêmio do seguro para alguns segurados. Realmente, o fundo de estabilidade é elemento fundamental para que o seguro funcione adequadamente. Estamos preocupados com essa questão também.

Quanto à agricultura orgânica, eu a defendo. No período em que era presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, visitei vários países do mundo nos quais a agricultura orgânica estava crescendo exponencialmente. E há um dado relevante, Sr. Senador: nos países nórdicos particularmente, onde a sociedade rica defende a agricultura orgânica, encara-a como uma cultura mais pura e mais interessante, as curvas de crescimento mostram que há um mercado para produtos orgânicos que corresponde a aproximadamente 20% do total do mercado de frutas e legumes. Ou seja, 20% do total do mercado de frutas e legumes é de produtos orgânicos, sendo que se paga pelo produto orgânico 25%, em média, a mais do que o que se paga por produto não-orgânico. Então, esse é um nicho importante do mercado, pois o preço é um quarto maior. Acontece, porém, que, se a produção de produto orgânico atingir 21%, ninguém compra o 1% excedente, porque o nicho é de 20%.

O que precisamos fazer? No Brasil, ainda estamos engatinhando na agricultura orgânica. Há uma parcela mínima de consumo dos produtos orgânicos no mercado brasileiro. Penso que há aqui um gigantesco espaço para o crescimento da agricultura orgânica, como há também para o da agricultura tradicional e de outras áreas da agricultura. É preciso investir em pesquisa nessa área, mas é preciso que comecemos a fazer especulações sobre o mercado, para saber qual é o tamanho do mercado, qual é o tamanho do nicho de mercado para a agricultura orgânica brasileira e qual seria o volume de exportação de produtos orgânicos adequado para o Brasil.

O Paraná, por exemplo, já produz soja orgânica hoje, com agregação de valor interessantíssima, mas é um nicho limitado, e não ilimitado. Esse não é um mercado elástico, é um mercado que tem uma certa inelasticidade.

O Ministério da Agricultura está preocupado com o assunto e está olhando essa questão por estas duas vertentes: a do desenvolvimento tecnológico e a da medição do mercado potencial para essa atividade, para avançar nessa direção.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Iris Rezende.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Agora, Iris de Araújo, Senador. Nome parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Também!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Caro Ministro, nem poderia expressar aqui a minha alegria! Já o fiz, no passado, pessoalmente, quando de sua ascensão a Ministro da Agricultura. Em algum momento de nossas vidas, da sua e da minha, encontramos e caminhamos um bom pedaço por aí juntos.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – O que muito me honra, Senadora!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Obrigada, Ministro!

Obedecendo à orientação do Presidente, que é do meu Partido – costume obedecer plenamente às orientações partidárias, em quaisquer circunstâncias –, serei brevíssima.

A Senadora Ana Júlia já colocou parte do meu questionamento – ela se referiu à questão do assentamento. Refiro-me a essa questão, Sr. Ministro, porque há anos acompanho a luta das trabalhadoras rurais brasileiras, muito especialmente daquelas que se dedicam às tarefas sazonais, nas lavouras de laranja, cana-de-açúcar e algodão.

Tenho lido estudos que mostram os constantes agravos que sofre a saúde dessas mulheres que, no mais das vezes, trabalham sem qualquer proteção contra os perigos dos defensivos.

O Sr. Ministro, que se notabilizou pela eficiência na área das cooperativas de trabalhadores, as mulheres gostariam de perguntar-lhe como elas poderiam se organizar para, além dessas atividades sazonais, contar com o trabalho alternativo que lhes garantisse renda o ano todo. Faço essa sugestão, porque sei, Sr. Ministro, que V. Ex^a certamente encontrará os caminhos e os meios de melhorar a vida de nossas mulheres do campo, um segmento que me diz respeito e para o qual trabalho e tenho defendido. É esta a minha indagação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senadora, muito obrigado pela referência. Há uma parte da vida em que trilhamos caminhos comuns. Tenho gratas lembranças desse período e, olhando para ele, desejo que no futuro isso volte a se repetir.

O assunto que V. Ex^a coloca é relevante. Dados da Organização Internacional do Trabalho e da FAO mostram que, nos países em desenvolvimento, a mulher trabalhadora do campo tem uma participação numérica maior do que o homem. E mais do que isto: ela

tem sido sistematicamente a gestora da renda familiar e do trabalho de condução de formação da família. Pessoalmente, como agricultor, sou testemunha desse processo e tenho comentado sistematicamente a frase que é pouco elegante, mas que retrata a realidade do campo brasileiro: os trabalhadores casados com mulheres que percebem a importância da vida e da família têm muito mais êxito do que aqueles casados com mulheres que não percebem essa importância. Então, a mulher tem tido realmente um papel determinante no sucesso e na voz dos trabalhadores rurais.

Senadora, penso que alguns pontos poderiam ser considerados pelo Parlamento brasileiro. Um deles tem a ver com a legislação trabalhista no campo, que tem que ser modernizada e diferenciada, no sentido de cuidar da mulher com um pouco mais de atenção. Na verdade, não tem havido nenhum diferencial em questões de tratamento, o que tem permitido a discriminação. Então, o mecanismo adequado para evitar a discriminação talvez seja uma legislação que iniba esse tipo de coisa.

A segunda questão que V. Ex^a levantou em relação às cooperativas de trabalho. No mundo desenvolvido de hoje, se formos ao Japão, por exemplo, vamos observar que menos da metade da renda das famílias e trabalhadores rurais e mesmo do pequeno trabalhador rural vem do homem. Isto é, mais da metade vem de trabalhos da mulher na área de artesanato, confecção, costura, cozinha, porção de compotas e receitas, que serão vendidos em mercados locais. E esse é um trabalho que deveríamos desenvolver. Aliás, estou chegando de uma feira em Londrina, onde havia uma exposição da Embrapa e da Emater, no Paraná, em relação a esse assunto, mostrando que as mulheres de trabalhadores rurais e as mulheres trabalhadoras rurais estão produzindo uma renda adicional à sua atividade, exatamente em atividades não-agrícolas, cozinha, móveis, utensílios domésticos e artesanato local. Isso já está sendo desenvolvido pela Embrapa.

Se fizéssemos um esforço de organizar essas mulheres em associações ou em cooperativas que facilitassem o acesso à tecnologia e também ao material básico do seu trabalho, poderíamos criar uma renda adicional significativa para a mulher trabalhadora no campo.

Na África, Senadora, visitei algumas cooperativas de mulheres cooperativas de mulheres. Em Benin, curiosamente, há uma região interessante no interior. Quando houve a colonização pelos franceses, um rei de uma tribo africana resistiu à invasão, dizendo que ali os franceses só entrariam passando por so-

bre o seu cadáver, como de fato acabou acontecendo. Mas antes que isso acontecesse, todos os homens da tribo foram dizimados pelos exércitos franceses, e ele montou um exército de mulheres, chamado “as amazonas” – isso há 400 anos. Hoje, naquela região, chamada Abomei, a noroeste de Benin, existe uma cooperativa de mulheres que só trabalham com artesanato no campo, chamada Cooperativa das Amazonas.

Então, penso que há exemplos e modelos de artesanato que países tanto desenvolvidos, como o Japão, como países muito menos desenvolvidos, como Benin, em relação ao Brasil, podem nos oferecer para o trabalho cooperativado de mulheres do campo.

Obrigado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, antes de passar a palavra ao último orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy – e em seguida quero que V. Exª profira as últimas palavras –, quero cumprimentá-lo. Dificilmente, vemos uma exposição tão clara, tão concisa e com tanto entusiasmo como a exposição de V. Exª, que demonstra capacidade e conhecimento.

Esta foi uma das grandes reuniões das duas Comissões aqui reunidas, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais. De tudo que V. Exª falou, acho que só há uma coisa que pode impedir o avanço da agricultura, da pecuária, do agro-negócio, que, em última análise, foram os responsáveis pela sustentação e estabilidade da moeda, pois o campo é o responsável pelo superávit da balança comercial de pagamento – os números demonstram. Mas há uma coisa que é preocupante, apesar de não estar afeta a V. Exª. A violência urbana está aumentando consideravelmente no Brasil e parece que, ao lado dela, a violência no campo também cresce assustadoramente. Cumpre tomar medidas enérgicas nesse sentido, a fim de que o País possa continuar a produzir e ter aumento da produtividade.

Sou daqueles que defende reforma agrária, desde os tempos em que era estudante, mas feita dentro da lei, na terra improdutiva. As invasões desestimulam aqueles que estão produzindo. Daí por que manifesto a minha convicção, a minha certeza. Tenho o mesmo entusiasmo de V. Exª de que realmente o setor que V. Exª representa tão bem no Governo do Presidente Lula deslanchará, caminhará à frente de outros setores da economia, ainda por muito tempo.

Cumprimento V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Até para descontrair o ambiente, quero parabenizar o Ministro Roberto Rodrigues e dizer que, no minuto em que estive na Presidência, bisbilhotei o bilhete do assessor ou assessora do Ministro, lembrando o compromisso que S. Exª tinha na Câmara dos Deputados. Graças a Deus não estamos numa CPI, porque o bilhete terminava dizendo: “Ministro, estamos providenciando a pizza”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Embora o Ministro tenha afirmado que quando está trabalhando não sente fome, a assessoria cuida bem de S. Exª. Nós deveríamos ter essa mesma preocupação.

Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, V. Exª tem a palavra. V. Exª é o último orador e, logo a seguir, o Ministro Roberto Rodrigues terá a palavra para o encerramento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Ministro Roberto Rodrigues, diante do que V. Exª falou sobre os homens europeus terem dificuldade de encontrar uma mulher no campo e, por isso, abandonarem a agricultura, feliz é o Brasil, por V. Exª ter encontrado uma agrônoma e ter continuado na agricultura, dando uma contribuição tão significativa como agrônomo e como Ministro, que nos tem ensinado tanto e cooperado para que o Governo do Presidente Lula se saia tão bem, inclusive nessa área.

V. Exª se mostrou entusiasta das cooperativas e mencionou a garantia de uma renda aos agricultores. A flexibilidade de preços e de salários com maior interação entre trabalho e capital, sobretudo os trabalhadores contratados não apenas por salários, mas também por participação nos resultados, em especial as cooperativas com uma forma mais avançada e um instrumento da garantia de uma renda como um direito à cidadania, segundo o economista laureado com o Prêmio Nobel, James Eduard Meade, seriam três os instrumentos fundamentais que permitiriam uma sociedade alcançar simultaneamente os objetivos de liberdade, igualdade e eficiência. Portanto, precisamos caminhar nessa direção, pois tenho certeza de que são instrumentos saudáveis e que apenas necessitam de aperfeiçoamento.

As cooperativas, sobretudo no campo da agricultura, são muito significativas, e é importante o apoio que V. Exª entusiasticamente tem dado a elas. Como estamos estudando projetos que as regulamentam, um dos pontos polêmicos refere-se à liberdade, prevista na Constituição, de associação das cooperativas às entidades. Considera V. Exª que a lei

deve obrigar todas as cooperativas a se filiarem a uma única organização, como a OCB, ou avalia que se pode flexibilizar, conforme permite e reza a Constituição sobre a liberdade de associação?

Outra questão, nas suas observações sobre o Programa Fome Zero, V. Exª tem dito que o Ministério da Agricultura tem procurado ajudar, apoiar, e nesse sentido saíram cooperativas à frente, fazendo doações ao Programa, mas relacionando a questão das cooperativas e do apoio ao Programa Fome Zero, tendo em vista que o próprio Governo tem dado mais ênfase não à doação de cestas básicas e sim às formas de transferência de renda para que as próprias pessoas ou famílias decidam como gastar, não será mais adequado que, em vez de o Governo adquirir diretamente grandes quantidades das cooperativas, ele possa prover a garantia de renda onde estiver a população para que ela então, tendo a garantia de renda, possa escolher o que gastar, e assim estar estimulando o agricultor familiar, as cooperativas, etc.?

Vou ler uma decisão importante do Juiz Antônio de Souza Prudente, um dos que mais tem estudado o assunto dos transgênicos, para pedir sua opinião.

O Dr. Antônio de Souza Prudente assim expressou:

“No eco de tantas vozes autorizadas no mundo da biotecnologia a exigir prudência e segurança no trato de organismos geneticamente modificados, com vistas a proteger a vida e a saúde do homem, dos animais, das plantas, dos seres vivos em geral e de todo o meio ambiente, impõe-se a observância rigorosa do princípio da precaução na espécie.”

“Se é assim, como poderia dar efeito suspensivo ao recurso para evitar dano irreparável à União? Qual o dano que sofreria essa entidade? Perda de recursos, de divisas? E o cidadão? A saúde, a vida? Desses dois bens, qual o que vale mais e que precisa ser protegido? Evidentemente, a saúde e a vida.”

Talvez V. Exª, que é tão entendido da questão dos transgênicos, possa responder a pergunta até como uma questão de caráter pessoal.

Em sua residência, com respeito aos alimentos que V. Exª e sua família adquirem e comem, V. Exª tem a preocupação de saber se são transgênicos? Se porventura o forem, normalmente sua orientação seria a de que todos podem comer alimentos transgênicos ou sua recomendação seria a de que, se for transgênico, vamos precisar ter certo cuidado, não vamos exagerar porque não se sabe exatamente que mal pode fazer à saúde? Qual é a sua recomendação em casa para si próprio e para seus queridos?

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, isso é sinuca de bico. Vou sair com três tabelas. Em relação ao cooperativismo, a primeira questão de V. Exª – muito obrigado pelas questões, que são interessantes e estimulantes ao exercício da razão –, cooperativismo é uma doutrina universal, tem valores e princípios básicos, dogmáticos, unos, universalmente. São valores ligados à ética, honestidade e democracia; são sete princípios universalmente aceitos. É óbvio que não se pode fazer uma comparação dessa natureza, mas é como se fosse uma doutrina religiosa. Façamos a comparação malfeita com a doutrina religiosa. Se a religião é una, deve haver apenas um Papa, porque isso é o cisma da igreja. Os inimigos do cooperativismo desejam dividi-lo. O sistema capitalista mais selvagem tem pavor do cooperativismo porque ele é um instrumento de ameaça de concorrência. Por que o sistema financeiro no Brasil, durante anos a fio, negou pedal ao cooperativismo de crédito rural? Porque sempre soube que os principais bancos do mundo são cooperativos: Crédit Agricole, francês; o DG Bank, alemão; o Rabobank, holandês; o Nosrin Chun-kin, japonês; nos Estados Unidos, 40% do crédito rural é dos bancos cooperativos. No Canadá, é muito mais do que isso. Então, o cooperativismo é uma ameaça ao modelo capitalista centralizador preocupado apenas com renda. Por isso, esses inimigos tentam sempre dividir o cooperativismo, até usando a boa-vontade e a honestidade intelectual de pessoas que falam que a Constituição Federal dispõe que existe liberdade de associação. Então, façam como quiserem.

Eu, Senador, defendo a unicidade de representação do sistema como forma de manter una a doutrina e inibir que o sistema se divida para servir interesses de terceiros que querem destruir o sistema. Sou a favor da união do sistema, da monolítica articulação dentro do sistema. Por mais diverso que ele seja, por maiores que sejam as diferenças dentro dele, prefiro a unidade.

Fui Presidente da OCB e sempre conto um fato formidável na minha vida: em uma determinada semana, fui procurado por uma cooperativa de produtores de milho, que se queixavam de que o Governo estava prejudicando a produção de milho e pediam um esforço para melhorar seu preço.

Na mesma semana, fui procurado por uma cooperativa de produtores de frango, que se queixavam que o milho era caro, de má qualidade, não estava chegando na hora boa e precisava melhorar a quali-

dade do milho. E, por uma questão de consumo, questionava-se que o frango brasileiro era muito caro.

Senti, naquela semana, as contradições do sistema cooperativista, que fazem a beleza dele. É preciso que encontremos soluções dentro da unidade, para que não sejamos amanhã divididos, retalhados, em um cisma doutrinário que iniba o avanço desse formidável mecanismo de organização da sociedade.

Portanto, sou a favor da unicidade de representação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Eu gostaria apenas de registrar que ouvi muitas pessoas que elaboraram um dos projetos, mas que são legítimas representantes do cooperativismo e têm outra opinião. Continuaremos nosso diálogo sobre isso, mas considerei interessante sua resposta, porque nunca tinha ouvido de V. Exª essa opinião tão forte a respeito. Na medida em que existe a Igreja Católica e o Papa, eu, que sou católico, também admito a existência das demais igrejas cristãs e de todas as religiões, e a nossa Constituição assim permite.

Mas esse é um diálogo que teremos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estão tramitando os projetos.

Agradeço a V. Exª.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Conheço a opinião de V. Exª a respeito do assunto. Tenho debatido isso com outros estudiosos do cooperativismo e reconheço – como V. Exª, também sou católico – que outras religiões existam, mas não são católicas. O meu Papa é do cooperativismo. É só um o Papa do cooperativismo. Pode haver outra igreja, o que não tem importância, mas o meu Papa é um só.

E mais, Senador: fui Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas. Dizei a V. Exª com orgulho: o modelo brasileiro é invejado no mundo inteiro. Poucos são os países que têm uma ordenação uma de cooperativismo que garanta, inclusive, a posição de órgão consultivo do Governo, como a OCB hoje em dia. Sei que aqui não é o fórum para isso, mas gostaria muito de debater com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Já está prevista uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre esse tema.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Irei com enorme prazer. A minha convicção é doutrinária. Estou firme na doutrina. Prego essa unicidade, porque a doutrina assim o exige.

V. Exª menciona uma segunda questão sobre o Fome Zero e a organização dos produtores. Quando citei o mecanismo de compra, articular os produtores

como forma de trabalhar no Fome Zero, essa avenida tem duas mãos, e uma é a garantia da renda. Estou convencido de que a fome no Brasil é um problema de renda, emprego, salário, remuneração, para que o consumidor tenha acesso ao alimento. Quanto aos mecanismos, V. Exª aponta um cartão que permite ao consumidor comprar o que quiser. Trata-se, obviamente, de um ótimo mecanismo, e o Fome Zero fará isso mesmo. Mas, ao mencionar essa posição, e fui enfático nisso, defendendo a organização do produtor como forma de garantia de renda e, portanto, também o cliente de um programa de combate à fome, que terá sua renda. Vendendo sua produção por um preço definido, num primeiro momento, atenderá populações mais carentes, via mecanismos governamentais, e, num segundo, terá sua sobrevivência e sustentabilidade produtiva garantidas num futuro de longo prazo. Concorro com V. Exª. Nossas idéias não são conflitantes, mas complementares; elas se somam.

Quanto à última questão, Senador, a transgenia, fico muito desconfortável, porque, como membro do Governo, não posso aqui nem defender nem ser contra a transgenia. Estou tentando relatar, de maneira isenta, uma visão técnica do processo. V. Exª emite uma frase do eminente e grande juiz Dr. Prudente, mas respondi com uma frase da Organização Mundial da Saúde, que poderia voltar a citar. Não sou mais que o juiz Prudente – e não quero ser –, mas também não sou mais que a OMS. Está escrito lá: “Os alimentos transgênicos atualmente disponíveis no mercado internacional passaram por rigorosa avaliação de risco, sendo improvável a existência de qualquer perigo à saúde humana. Jamais se presenciou qualquer efeito danoso às populações dos países onde têm sido consumidos há anos”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Portanto, em casa...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Essa pergunta que V. Exª me fez, Senador, foi-me feita no **World Economic Forum**, em Davos, há dois anos, num debate que tive com o pessoal do Greenpeace. Thilo Bode era o Diretor Executivo do **Greenpeace**, e houve discussão ampla, em que o princípio de precaução foi mencionado, ao qual também sou favorável. Mas ando de avião, senão, não chegaria a Brasília para o debate hoje. Se tivesse precaução no limite do risco, não andaria de avião e talvez não saísse de casa, ficasse quietinho, deixando a vida passar em brancas nuvens, sem ter assistido... “Quem passou pela vida em brancas nuvens e em plácido repouso adormeceu”. A coisa é mais ou menos por aí, Senador. Acredito que temos de pôr o peito à guerra e ir à guerra.

Essa pergunta feita por V. Exª também me foi feita em Davos, por uma linda senhorita, representante do **Greenpeace**. E fiz um convite a ela. Tenho 60 anos hoje, 4 filhos e 5 netos, que espero se multipliquem. Convidei-a para o meu centenário, no qual espero servir um bolo de morango que, se for transgênico, será muito bem-vindo.

Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela oportunidade. Agradeço a todos os Srs. Senadores que me fizeram os questionamentos. Eu penso que, realmente, esse é o setor que responderá às demandas de crescimento do País. E não posso imaginar que a ciência seja marginalizada nesse processo. Por essa razão, acredito que a biotecnologia – e não a transgenia – é uma ciência absolutamente indispensável para que a ciência avance.

Muito obrigado pelas palavras generosas, Senador, e estarei sempre à disposição de V. Exª no Ministério da Agricultura bem como à disposição de todos os seus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, damos por encerrada mais esta reunião das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, que contou com a honrosa presença do Exmº Sr. Ministro da Agricultura.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h34min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte de maio de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte de maio do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet e com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Almeida Lima. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da

reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se à apreciação das seguintes matérias: ITEM 01 – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 01 -SUBSTITUTIVA, OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO, que “autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica”. Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01 – SUBSTITUTIVA. OBS: – Em 06-05-2003, foi aprovado Substitutivo Integral apresentado ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 02 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, DE 2002, NÃO TERMINATIVO, que “estabelece a correção do índice de indexação da dívida dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997”. Autoria: Senador ADIR GENTIL. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2001, NÃO TERMINATIVO, que “modifica a Lei nº 8685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras”. Autoria: Deputado WILSON SANTOS. Relator: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2000, TERMINATIVO, que “estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências”. Autoria: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: Contrário ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2001, TERMINATIVO, que “institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública – FASIP”. Autoria: Senador: ÁLVARO DIAS. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2002, TERMINATIVO, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”. Autoria: Senador ROBERTO SATURNINO. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 07 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2002, TERMINATIVO, que “dá nova redação ao artigo 6º do Decreto-Lei nº 1435, de 16 de dezembro de 1975 (Imposto sobre Produtos Industrializados)”. Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. OBS: Em 6 de maio foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Resultado: Adiado. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2001, TERMINATIVO, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar”. Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Parecer: Pela rejeição do Projeto. OBS: Em 29 de abril foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, há número regimental. Assim sendo, está aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Ao abrir a reunião, peço as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que não considerem a pauta no que concerne aos projetos de lei que teríamos que analisar e que têm conteúdo terminativo. Esses projetos, em razão do trancamento da pauta do Senado, não poderão ser deliberados pela Comissão. Assim sendo, vou passar ao item 2. Antes, porém, pede-me a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Otávio, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo para que V. Ex^a marque uma reunião extraordinária para poderemos sabatinar a nova diretoria da Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem sido diligente e tem atendido à urgência pela qual o País clama com relação aos projetos que estão ainda engavetados, projetos que ainda estão em fase de análise, em fase de estudos, para que possamos iniciar realmente o desenvolvimento do nosso País. Há centenas de projetos que estão paralisados há mais de um ano, o que não permite que as empresas possam desenvolver os seus projetos, gerar empregos e renda na região.

A Federação das Indústrias do Pará, por meio do Dr. Danilo Remor, a Associação Comercial não só do meu Estado, mas de toda a Amazônia, têm feito inúmeros pedidos para que possamos reiniciar os trabalhos da Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

Senador Ramez Tebet, um homem da sua importância, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e como ex-Presidente do Congresso Nacional, sabe da necessidade que a Região Amazônica tem com relação a esses projetos. Portanto, peço a V. Ex^a que marque uma reunião extraordinária, para que possamos ouvir, de imediato, os diretores, tendo à frente a Diretora-Geral, Dr^a Maria do Carmo, e arguir e sabatinar o Dr. Djalma Melo e a Dr^a Jorgete, que foram indicados pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Inclusive, V. Ex^a designou os relatores para as matérias, que já se encontram na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, apelo para que possamos ultimar a arguição, a sabatina e a votação para aprovação dos nomes aqui na Comissão e, posteriormente, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Luiz Otávio, respondendo à sua questão de ordem e atendendo à sua justa reivindicação, vamos designar para a próxima quinta-feira, às 10 horas, a sabatina dos três diretores indicados para a ADA. E V. Ex^a ganhará um prêmio, porque o Senador Gilberto Mestrinho, **sponte sua**, deixou de fazer parte desta Comissão. S. Ex^a havia sido designado Relator para a mensagem indicando o nome do Sr. Djalma Bezerra Melo. Nessas condições, estou despachando o processo para que V. Ex^a o substitua, ou ratificando o parecer de S. Ex^a ou ficando da forma como V. Ex^a entender. A Mesa espera que V. Ex^a aceite essa incumbência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E não dê parecer contrário, por favor.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Aceito a incumbência de V. Ex^a com muita honra, Sr. Presidente. Devolverei o projeto ainda hoje, para acelerar ainda mais a sabatina e a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então ficamos combinados que, na quinta-feira, às 10 horas, dada a relevância da matéria e a maneira como a nossa Comissão tem procedido atendendo a todas as mensagens do Poder Executivo referentes a esses assuntos de indicações de nomes para outras agências reguladoras, com a mesma urgência e brevidade cumprimos a nossa missão com referência aos três diretores da ADA.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, sou Relator do Item 2, que trata da questão de correção de dívida dos Estados e Municípios. E como a Secretaria do Tesouro Nacional já está implementando uma série de ações que, de certa forma, combinam com a proposta que está sendo feita, gostaria de retirar de pauta essa matéria, para analisar as mudanças do reajuste da Secretaria do Tesouro Nacional. Posteriormente, trarei o relatório, ratificando ou retificando a proposta e encaminhando a proposta ao Arquivo.

Portanto, peço a retirada de pauta do Item 2.

Ao mesmo tempo, quero pedir a V. Ex^a para colocarmos extra-pauta o Projeto de Lei do Senado nº 161, que trata do disciplinamento do ISS. Por que peço isso? Porque é uma matéria que poderia ser rapidamente lida aqui e dada vista coletiva a todos os Senadores para que, na próxima semana, pudéssemos discutir com o relatório já distribuído. Dessa forma, ganharíamos uma semana de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romero Jucá, quanto ao Item 2, as explicações de V. Ex^a convencem a Presidência que, independentemente da manifestação do Plenário, vai retirar de pauta o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2002, que estabelece a correção de índice de indexação da dívida dos Estados e do Distrito Federal, da qual V. Ex^a é Relator.

Com referência à segunda solicitação de V. Ex^a, logo após a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, que é não-terminativo, vamos deliberar. Esse projeto de lei é de autoria do Deputado Wilson Santos, tem como Relator o Senador Antero Paes de Barros, que deu parecer favorável ao projeto.

Consulto o Senador Sérgio Guerra se concorda em fazer essa leitura, dada a ausência do Senador Antero Paes de Barros. É o Item 3.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Relatório.

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2001, de autoria do nobre Deputado Wilson Santos, que visa alterar a Lei nº 8.685, de 1993, promovendo a elevação da alíquota do imposto retido na fonte incidente sobre a remessa ao exterior de rendimentos provenientes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras.

O art. 2º da proposição em epígrafe fixa o referido imposto em 40%. No art. 3º, o projeto de lei derroga os artigos conflitantes da Lei nº 9.340, de 1966, e da Lei nº 9.779, de 1999.

O projeto não recebeu emendas.

Na Câmara dos Deputados, a proposição em tela foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, onde recebeu parecer favorável na forma das emendas apresentadas.

Em exame na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental. Esse projeto foi discutido, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, em 23 de abril de 2002, relatado pelo eminente Senador Antonio Carlos Júnior, que assim se manifestou em sua análise – parecer do Senador Antonio Carlos: “O projeto sob exame materializa o objetivo de aumentar o diferencial de custo de produção audiovisual nacional e estrangeira. Sem necessidade de planilhas estatísticas, é fácil perceber e aceitar que, não obstante essa taxação, o mercado brasileiro de audiovisuais é inteiramente dominado pela produção alienígena. A produção nacional, que já parte da desvantagem quantitativa, enfrenta ainda a enorme dificuldade de acesso aos canais televisivos e às salas de exibição. Concorrem para isso os sólidos liames e entrelaçamentos de interesses comerciais de há muito estabelecidos, que funcionam à feição e com os efeitos de um oligopólio em favor do produto estrangeiro.

No aspecto particular do custo, o produto nacional sofre ainda o efeito de algo parecido com o **dumping**, considerando que o produto importado, ainda que carregando um custo original medido na escala de milhões de dólares, tem, entretanto, a vantagem de ser amortizado em um mercado praticamente de âmbito mundial. Nesse mecanismo perverso a seguir, afirma o Senador, o mercado brasileiro existe como um segmento cativo, destinado a garantir a escala de consumo e de amortização de custos para produtos oriundos de grandes centros produtores externos.

Os orçamentos da produção nacional normalmente são modestos e muito menores do que os da concorrência estrangeira, todavia, mesmo o custo assim baixo se torna comparativamente alto quando se lhe nega não apenas o mercado interno para recuperação de tais custos e a realização de margens de lucro, mas, também e principalmente, dada a globalização que há muito tempo existe no setor e nos mercados externos, ou seja, o produto nacional não conta com escala de mercado suficiente para a auto-sus-

tentabilidade em condições de concorrência com o estrangeiro.

Entretanto, importa ressaltar que tais considerações entram na pauta do interesse do Senado Federal por intermédio da Comissão de Educação a partir da instalação da Subcomissão do Cinema Brasileiro, que esteve em atividade de agosto de 1999 a dezembro de 2000. Desde então, a complexidade da matéria apontou para o imperativo de prosseguir e aprofundar a participação do Senado na definição das políticas definidoras de rumos da indústria cinematográfica brasileira. Nesse cenário, foi criada também, no âmbito da Comissão de Educação, a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Nesse sentido, parece-nos de todo oportuno e pertinente que o projeto que veio à análise seja encaminhado à Comissão de Educação. Efetivamente, decidiu-se, naquela assentada, pedir o prévio pronunciamento da Comissão de Educação, que foi o projeto relatado pelo ilustre Senador Saturnino Braga, em 21 de maio de 2002. É também oportuno transcrever a análise e conclusão daquela Comissão. A análise da Comissão é de autoria do Senador Saturnino Braga.

Entretanto, não é difícil constatar que o aumento da contribuição devida pelo exibidor estrangeiro sempre esteve na pauta de fomentos da indústria cinematográfica brasileira, a exemplo do que fazem países como a França. Nesse sentido, o bom intento do projeto de lei em exame é inquestionável. De fato, era premente a necessidade de se estipular algum tipo de cobro e fiscalização sobre a imensa evasão de divisas promovida pelas programadoras estrangeiras, o que termina por representar um fator de desequilíbrio para a balança comercial do País, entretanto, considerando extemporâneo o tratamento do problema de forma isolada como é promovido pela proposição em conjunto que comento, pretendendo vir a ser até mesmo danoso no momento em que o conjunto de políticas demandadas para o desenvolvimento do setor tenha merecido indispensável tratamento orgânico por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, como atesta a recente aprovação do Projeto de Lei de Conversão de nº 6, de 2002, no final do último mês de abril.

VOTO

Pelo exposto, a levar em conta os motivos indicados, manifesto-me pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara de nº 103, de 2001. Não obstante o ilustre pronunciamento da Comissão de Educação, conduzido pelo ilustre Relator para a matéria e as alterações legais recentemente no campo da produção cultural,

entendo que persistem válidas as razões de mérito favoráveis ao projeto.

Assim, voto pela aprovação integral do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001.

Sala das Comissões."

Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está em discussão o parecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço vista do projeto, para melhor exame da questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um pedido de vista em conjunto, uma vez que o Senador Romero Jucá acompanha o pedido de V. Ex^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não havendo mais itens na pauta, vou responder a segunda questão de ordem levantada pelo Senador Romero Jucá.

Senador, como Presidente da Comissão, tenho acompanhado a importância desse projeto de lei de que V. Ex^a é Relator, Projeto de Lei nº 161, de 1989, que vem do Governo passado, projeto de interesse dos Municípios, em que algumas instituições se sentem prejudicadas. Fico feliz pela palavra de V. Ex^a. Sei que eles têm procurado V. Ex^a e que há já um entendimento com relação a esse projeto. Como o projeto não se encontra na Secretaria, como temos uma reunião extraordinária na quinta-feira, como estou entendendo que haverá pedido de vista, como também está marcada para o dia 27 próximo a presença da Confederação Nacional dos Municípios, se eu colocá-lo em pauta, como pretendo fazer, na quinta-feira e houver pedido de vista, temos sexta-feira, sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira, não haverá prejuízo nenhum e V. Ex^{as} estarão mais preparados para uma matéria dessa importância. Então, peço a compreensão de V. Ex^a para, se entender conveniente, adotar esse critério. Senão, só colocarei na próxima terça-feira. Hoje não colocarei porque o projeto não está na Secretaria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – O projeto já foi entregue, mas acredito ser prudente a proposta de V. Ex^a e atende os objetivos de agilizar esse processo.

Quero só registrar que o processo veio da Câmara com questionamentos de algumas entidades e dos próprios prefeitos. Havia uma disputa, mas houve um amplo entendimento com a Associação dos Prefeitos, com a Associação dos Secretários de Finanças dos Municípios e com esses usuários, ou devedores de impostos, que, na verdade, seriam em tese penalizados, já há um entendimento para que o projeto seja

aprovado sem que seja necessária uma modificação maior. Faremos apenas três subtrações muito pequenas, que no debate explicarei a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem.

Então, colocarei o projeto como único item da pauta de quinta-feira, mas com o compromisso de pedido de vista, porque temos responsabilidade com relação ao projeto, que não pode ser votado a toque de caixa, apesar de estar tramitando desde 1989, mas há uma convocação extraordinária com a finalidade de sabatinarmos os diretores da ADA.

Feito isso, declararei suspensão...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador Ramez Tebet, Presidente desta Comissão, quanto àquele projeto que trata de juros para o Fundo Constitucional do Pantanal, que teve pedido de vista há cinco semanas pelo Senador Fernando Bezerra, que estava na condição de Líder do Governo naquela oportunidade, será que já teríamos condições de trabalhar nele? É interesse dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, aqui não atrasamos nenhum projeto, muito menos se for do Centro-Oeste, do Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso. Portanto, V. Exª será atendido e será incluído na reunião de terça-feira, se Deus quiser.

Peço ao Senador Fernando Bezerra que, se não devolveu, devolva o projeto em pauta, que é de interesse da região.

V. Exª será atendido.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador João Alberto Souza, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, conheço muito bem V. Exª, que é diligente, trabalhador e, nas Comissões que tem presidido, tem procurado colocar todos os projetos imediatamente em pauta. Mas, Sr. Presidente, quando recebemos a pauta e vemos projetos com mais de 10 anos, parece que a demora foi na nossa Comissão. Não sei que mecanismo poderia ser usado para dizermos a data em que chegou esse projeto na nossa Comissão. Não é atraso da nossa Comissão, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Há poucos dias, liamos um projeto de autoria de um ex-Senador, que estava tramitando há 14 anos, mas, evidentemente, não havia chegado à nossa Comissão. Não sei como poderíamos fazer. O que sei é que a nossa Comissão tem procurado colocar em pauta esses projetos, com a maior rapidez possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, desde que assumimos, alcançamos quase 200 processos – relatados, discutidos e votados. São 189 até agora.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Há projetos de 1983 em pauta. Evidentemente, a demora não foi na nossa Comissão. Aparentemente, quando se lê a data do projeto, quem não está bem esclarecido, pode até pensar que a demora é da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando, em verdade, é porque veio de outra Comissão ou da Câmara, ou porque não houve interesse do autor do projeto em impulsioná-lo, qualquer coisa assim.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Foi outra tramitação que não a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos ver se conseguimos atender. A observação de V. Exª é em defesa da Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço a V. Exª.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Arthur Virgílio havia solicitado a presença em nossa Comissão do ex-Senador e atual Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra. Comunico à Comissão que S. Exª pediu a retirada do requerimento, que havia sido aprovado.

Vou suspender a reunião por cinco minutos, até a chegada de S. Exª, o Ministro da Integração Nacional. (Pausa)

Houve um equívoco da Presidência, visto que a vinda de S. Exª o Ministro, regimentalmente, constitui uma reunião extraordinária. Portanto, declaro encerrada a reunião ordinária. Quando o Ministro chegar, abriremos a extraordinária.

(Levanta-se a reunião às 11h10min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte de maio de 2003, às 11: 00 horas.

Às onze horas do dia vinte de maio do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Demóstenes Torres, João Ribeiro, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Jorge Bornhausen e Eduardo Azeredo. É declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida procede-se a EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SENHOR CIRO GOMES, COM A FINALIDADE DE ESCLARECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO NOVO GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES BRASILEIRAS, ESPECIALMENTE O NORDESTE BRASILEIRO, ILUSTRANDO O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMO A SUDENE, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 17-CAE, DE 2003, DE AUTORIA DO SENADOR CÉSAR BORGES. **Usaram da palavra** os Senadores César Borges, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Geraldo Mesquita Júnior, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Patrícia Saboya Gomes, Efraim Moraes, Geraldo Mesquita Júnior, Lúcia Vânia, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati e Ramez Tebet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, que tem por objetivo ouvir a exposição de S. Ex^a, o Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes, com a finalidade de esclarecer as políticas do novo Governo para o desenvolvimento das regiões brasileiras, especialmente o Nordeste, ilustrando o papel das agências de desenvolvimento re-

gional, como a Sudene, em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2003, desta Comissão, de autoria do Senador César Borges.

Como S. Ex^a, o Ministro Ciro Gomes, já se encontra na Secretaria da Comissão, solicito aos Srs. Senadores João Alberto Souza e Aloizio Mercadante que conduzam S. Ex^a ao Plenário da Comissão. (Pausa)

Convido o Senador César Borges, como autor do requerimento, para compor a Mesa.

De acordo com o art. 398, X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Ministro, terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, serão abertos os debates, a interpelação das Sr^{as} e Srs. Senadores, que poderão inscrever-se; a palavra será concedida as Sr^{as} e Srs. Senadores na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido ou Bloco, com preferência para o autor do requerimento, que se encontra à Mesa; o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica e o mesmo tempo para a tréplica.

Então, Sr. Ministro, com a honra de recebê-lo aqui, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos, concedo-lhe a palavra para sua exposição.

O SR. CIRO GOMES – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Ramez Tebet; Ex^{mo} Senador César Borges, a quem, de plano, agradeço o privilégio do convite para estar nesta Casa; Sr^{as} e Srs. Senadores do meu Estado, Senadores Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes, membros desta Comissão em cujo nome saúdo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores:

Experimento hoje uma honra e um prazer muito especiais. Tal honra e tal prazer derivam de vários argumentos. Uma sólida convicção parlamentarista na minha formação faz-me repetir sempre, por onde caminho na minha vida pública, a crença de que o Congresso Nacional brasileiro é a sede mais viva e vibrante da democracia e da representação popular, não só pela dimensão de legitimidade, mas também porque aqui se acumularam, ao longo dos séculos, a tradição da inteligência brasileira, a vocação plural para o debate e a construção das mediações necessárias ao pacto e à unidade nacionais. Tal honra e tal prazer se especializam, neste momento da minha vida pública, quando, por designação de Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recebi a incumbência de dirigir o Ministério da Integração Nacional, que já teve o privilégio de ter à sua testa pelo

menos dois dos Senadores que diviso deste plano – V. Ex^a mesmo e o eminente Senador Fernando Bezerra -, ex-Governadores, todos conhecedores profundos da dramática dimensão da realidade socioeconômica brasileira contemporânea que é o aspecto regional. Portanto, minha honra e meu prazer, por essas razões e outras tantas, fazem-me considerar que este é um momento muito especial da minha própria missão à frente do Ministério.

Rapidamente, resumo o novo desenho institucional do Ministério da Integração Nacional e o foco estratégico pelo qual pretendemos caminhar para contextualizar o tema específico que me foi proposto neste encontro.

O Ministério da Integração Nacional tem basicamente duas missões específicas e uma missão geral. A primeira específica é a defesa civil, na qual se sedia a responsabilidade de prevenir e enfrentar os problemas de calamidades e desastres, tais como incêndio na Amazônia, seca no Nordeste, cheias no Sudeste ou no Sul. Já experimentei tudo isso nesses breves quatro meses e meio no Ministério.

A outra missão específica é a da Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica, a quem se comete a tarefa de formar e manejar recursos hídricos, com ênfase natural nas áreas do semi-árido nordestino, mas sem se dispensarem intervenções da mesma natureza onde elas forem necessárias, em todo o território brasileiro.

A tarefa central do Ministério, que será gravemente focada na nossa gestão, é a de formulação e desenvolvimento de ações de desenvolvimento regional integrado. A nossa compreensão geral é de que a velha e tradicional divisão política regional do Brasil já não responde mais inteiramente pela compreensão necessária nos novos tempos. Compreender o Brasil em Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, que é a nossa divisão política regional, já não responde mais metodologicamente e, para fins de planejamento estratégico, estamos abandonando essa divisão política tradicional para tentar, em escalas múltiplas de micro, meso e megarregiões, formular uma atuação de integração nacional.

Quero dizer, no prático, que, no nosso ponto de vista, os problemas urbanos de miséria e de degradação da vida dos nossos concidadãos, em Recife, Fortaleza e Salvador, têm rigorosa similitude com os problemas do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Porto Alegre. São problemas graves, mas demandam soluções absolutamente similares. Esse definitivamente não é o caso do vazio econômico do Fundão da Amazônia, do Semi-Árido nordestino e de algumas mesor-

regiões incrustadas em Estados que, na tradição antiga brasileira, são considerados ricos. Refiro-me, por exemplo, ao Vale do Jequitinhonha, em Mucuri, no Estado de Minas Gerais; à metade Sul do Rio Grande do Sul; ao Vale do Ribeira, em São Paulo, e assim sucessivamente.

Esse será o novo formato e, nessa base territorial, o foco de atuação do Ministério se dará em dois planos. O primeiro deles será um plano direto, específico, em que o Ministério, manejando as ferramentas institucionais ao seu encargo, tais como os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento, que estão sendo completamente reformatados no seu processamento, na sua destinação, no seu foco estratégico, passando pelas unidades descentralizadas, como a Codevasf, o Denox, a Ada ou Adene, até as novas agências que estão se reestruturando e que são o foco específico do nosso encontro, ditado pelo teor do requerimento do eminente Senador César Borges, acatado por V. Ex^{as}.

Nesse foco, manejando diretamente essas ferramentas, o Ministério também procurará, metodologicamente, identificar, nessas mesorregiões de desenvolvimento retardatário, deprimido ou em decadência, arranjos produtivos locais, suscitando, em uma metodologia já encontrada no Ministério, os atores locais para, além das justas queixas, das frustrações, avançar objetivamente na identificação reais sobre as quais se possa agir: ora no crédito, ora na capacitação técnico-gerencial ou de recursos humanos, ora elegendo ou identificando estrangulamentos de infra-estrutura, ora apoiando cadeias de comercialização. Enfim, todas essas ações, ou diretamente com as ferramentas do Ministério, ou em articulação com os meus companheiros do Ministério, serão parte da metodologia.

A outra tarefa será propor ao Governo uma tese que me é muito cara, desde que abracei a vida pública por vocação, e que é, creio, a mesma tese dos que militam na política das regiões mais pobres do País: a superação dos desníveis regiões não é uma questão manejável em termos de política setorial.

Se ainda faz sentido um Ministério da República ocupado, aparentemente de forma setorizada, com esse assunto, muito mais grave é a tarefa desse Ministério no plano de tentar convencer o Governo de que a retomada do planejamento estratégico do País é inadiável e de que, nessa retomada do planejamento estratégico do País, deve-se considerar o desnível regional como uma variável central que impacta todas as ações do Governo, todo o seu macroplanejamento, todo o seu esforço regulatório, todo o seu esforço de

política macroeconômica, ou seja, todas as intervenções em infra-estrutura, todos os **gaps** do serviço público, tudo deveria, ao ser planejado e – mais gravemente – ao ser executado, considerar que o Brasil é único na obra extraordinária da língua portuguesa – e assim será mantido pelo esforço das gerações contemporâneas -, mas gravemente diverso. Um número é apenas a base fria, objetiva, que nos permite fugir desse discurso secessionista. Às vezes, o discurso do ressentimento recíproco entre as regiões mais pobres e as mais ricas permite-nos objetivar essa abordagem.

A renda **per capita** – pelos números do IBGE de 2000 – do Nordeste brasileiro é 1/3 da renda **per capita** do Sudeste. Esse é um número frio, objetivo, que dispensa emoções e subjetividades que, às vezes, não cooperam para um concerto generoso entre os dirigentes nacionais brasileiros, quaisquer que sejam suas origens do ponto de vista regional.

O Norte brasileiro possui também 1/3 da renda em números redondos: 2,7% e 2,9%.

O Centro-Oeste brasileiro ainda é 30% menor do que as regiões mais dinâmicas do Sudeste e do Sul, embora já esteja alcançando a média nacional quando se divide o PIB regional pela população. Na Amazônia habitam 12% dos brasileiros. Extrai-se de lá 6% do PIB do País. Repito que é um número frio, gelado, objetivo. Creio que esse é o esforço que todos devemos desenvolver para abolir do nosso argumento os antagonismos regionais, os paroquialismos que só atrapalham a convergência, a celebração da unidade nacional com equidade e justiça.

Sr. Presidente, avanço na questão específica do nosso encontro de hoje, o que não me faz dispensar, com absoluta liberdade de V. Ex^{as}, toda e qualquer inquirição sobre as questões afetas à minha pasta ou a outras que, imagino, possam cooperar com o esforço de discussão.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sua campanha, prometeu recriar a Sudene. Tomando posse e cedendo-me a honra de ajudá-lo nessa Pasta, encarregou-me de formar essa entidade. Naturalmente, pedi a Sua Excelência uma orientação sobre o que imaginava ser a questão. Pediu-se que o novo formato da Sudene fosse construído a partir de um debate com todos os setores da sociedade brasileira e com o mundo político que estejam interessados em refletir sobre o assunto. Encarregou-me de construir esse formato em consonância com todos as pessoas que legitimamente tenham uma opinião a dar sobre o assunto.

Em um primeiro momento, ponderei a Sua Excelência que não era possível recriar a Sudene sem recriar, imediatamente e na mesma dimensão institucional, a Sudam, tendo em vista a similitude absoluta da realidade sócio-econômica das 2 regiões, embora haja uma disparidade abissal em relação às suas potencialidades, à geografia, à geologia e à integração internacional, tendo em vista que a Amazônia tem grande sensibilidade em relação às fronteiras brasileiras e especificidades, como a conservação, a população indígena, etc.

Em prejuízo da celeridade, mas procurando fielmente cumprir a determinação do Presidente, criamos um grupo de trabalho envolvendo o Ministério da Fazenda, o Ministério da Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional. Por que razão? Tendo tido o privilégio de servir aos cearenses como Governador e, portanto, de ter tido assento no Conselho Deliberativo da Sudene, gostaria que essas novas unidades, que essas novas agências, nascessem sem antagonismos com a diretriz macroeconômica do País. É preciso, no nascedouro, que haja um consenso entre as diretrizes da Presidência da República, pela Casa Civil, o manejo macroeconômico do País, pelo Ministério da Fazenda, a sustentabilidade das intervenções no Norte e no Nordeste, pelo Ministério do Meio Ambiente, para que não ocorram os três graves conflitos que acabaram por extinguir – sem falar na fragilidade ética que acabou sendo o argumento final para tal ato -, essas duas instituições, data máxima vênia de quem pensa diferente.

Esse grupo de trabalho mobilizou, durante os últimos setenta dias, opiniões que vão desde os Ministérios da produção, como o do Turismo, como o da Indústria e Comércio Exterior, como o da Agricultura e outros, também recolhendo as convergências, as sugestões e as ponderações do Governo.

Começamos a sair, ainda com reserva, porque são aproximações do desenho final que não deveriam estar sendo especuladas, porque talvez não seja isso ainda o produto final do trabalho, mas fomos ouvir as forças da produção e da sociedade brasileira. Convoamos a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional da Agricultura, que nos deram contribuições bastante relevantes, e ouvimos as entidades dos trabalhadores. Convoamos também a comunidade técnico-científica, porque, no nosso ponto de vista, uma das questões mais graves, como causa de interdição do desenvolvimento das nossas potencialidades regionais no Nordeste e no Norte, é a baixa capacitação do nosso capital humano, num **gap** de

ciência e tecnologia, com uma precariedade do esforço de inovação tecnológica. Demos, assim, bastante atenção a essa dinâmica.

A primeira versão desse esforço ficou pronta, e passamos a uma segunda etapa. Enviamos essa versão a onze **experts** em desenvolvimento regional, brasileiros e estrangeiros, sendo que desses o nome mais conhecido é o do Professor Celso Furtado. Há muitos outros pensadores dessa questão, no Brasil e no exterior, como Inacy Sachs, que também se dispôs a contribuir graciosamente para o País. Não houve custo nesse esforço. E, dessas personalidades todas, recebemos contribuições que nos fizeram um novo desenho, o segundo escopo desse projeto, que ficou pronto na semana passada.

Agora, sairemos para cumprir a etapa derradeira do cronograma de eventos que determinamos e que tem a primeira quinzena de junho como seu ponto terminal e conclusivo.

O esforço agora será um conjunto de audiências e seminários. No dia 27 – a minha assessoria corrigir-me-á se eu estiver errado –, faremos uma reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Consideramos que seja absolutamente essencial que esses organismos nasçam como uma expressão da vontade do País, e não de uma fração regional da direção do Brasil. Como São Paulo sedia 42% da produção industrial e, portanto, naturalmente, tem uma média de representatividade do poder econômico, do industrial, do empreendedor produtivo nacional brasileiro, pedimos – e obtivemos com grande agilidade e generosidade do Presidente da Fiesp – para que sediasse e mobilizasse uma discussão naquela federação, no dia 28 de maio – corrige-me o meu extraordinário Assessor Egídio Serpa.

Vamos, em seguida, a Belo Horizonte, creio que no dia 30, discutir essa questão. Vamos ao Rio de Janeiro – vou saltar aqui –, para ir ao BNDES, porque consideramos, nesse novo formato, que as grandes ferramentas de financiamento da economia brasileira, na prática, se demitiram de uma presença nas regiões mais pobres do País quase na mesma data em que foram criados os fundos constitucionais e quase na mesma proporção.

Já com a mesma sensibilidade e assentimento do professor Carlos Lessa, Presidente do BNDES, queremos que a nova agência seja capaz de germinar uma volta das grandes agências de financiamento do País, a identificação dos arranjos produtivos e potencialidades das regiões Norte e Nordeste do País.

Faremos esse seminário no BNDES, em que estarão envolvidos não só o BNDES, mas todas as agências públicas brasileiras, como o Banco do Brasil e algumas universidades, em uma manifestação resumida.

Em seguida, iremos aos Estados da região. Haverá um seminário em Fortaleza, no dia 2, e, assim, na sequência, em Natal, em João Pessoa, em todos os Estados do Nordeste.

Com isso, pretendemos recolher, ainda na formatação, toda contribuição dos dirigentes e das comunidades envolvidas imediatamente no problema, Governadores de Estado, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados Federais e Estaduais, universidades, entidades empresariais, entidades de trabalhadores. Esse esforço estará concluído, como lhes disse – rogo a Deus que nenhum imprevisto nos atrapalhe –, no dia 15 de junho.

Isso feito, levarei ao Presidente da República o escopo final, para que Sua Excelência decida. Levarei com a ponderação de que essa nova entidade seja criada por projeto de lei remetido ao Congresso Nacional.

De novo aqui a vontade, a intenção é que, ao nascer dessa forma, como uma expressão da vontade do Brasil, pela sua expressão maior e mais eloquente do Congresso Nacional, ela possa alcançar um estágio de imunidade às conjunturas, aos ciclos e às contrações orçamentárias e assim por diante.

Se Sua Excelência, o Presidente, concordar, V. Ex^{as} me concederão e terão a paciência de me ver por aqui todos os dias, tentando abreviar os prazos regimentais e fazer com que o processamento desse trâmite legislativo seja o mais célere possível, sempre lembrando, porque conheço, a rotina impressionante com que V. Ex^{as} ocupam praticamente doze a quatorze horas por dia, tanto mais se o País tem uma agenda de reformas que vai absorver graves atenções.

Mas conheço o espírito público, a determinação, a sensibilidade e sei que V. Ex^{as} saberão trabalhar, talvez uma hora a mais, para o País e darão celeridade ao processo. Senão, cairíamos naquele pragmatismo desagradável para um parlamentarista, como eu, de formatar por medida provisória, o que é uma origem meio precária para os meus sonhos, para a minha vontade e para a minha intenção.

Quero dizer que farei essa ponderação ao Presidente da República, a quem cabe a decisão final.

Eu não adiantarei o formato derradeiro, até porque essa dinâmica poderá alterar, mas digo que já há uma convergência muito grande para alguns dese-

nhos práticos nessa nova unidade. Primeiro, a intenção é que seja um cérebro de planejamento estratégico, encarregado de planejar, coordenar, supervisionar todas as intervenções federais na região de abrangência dessa agência.

Portanto, a idéia que está realmente se materializando, por todos esses ângulos de debate, é a de que seja, de volta, um cérebro estratégico que pense e que formate um plano de desenvolvimento regional – eu agora focalizarei a Sudene, mas a metodologia para a Sudam é rigorosamente a mesma – e que esse plano determinado na Constituição seja construído com a liderança dessa agência.

A idéia também é de que ela seja um fórum de convergência e unidade política das lideranças da região. Tendo a minha vida pública marcada por um compromisso original com essas questões, dado que é o povo do Ceará que generosamente me colocou na vida pública, posso afirmar aqui, sem melindrar ninguém, que hoje o Nordeste é uma ficção política. Percebe-se um Nordeste, a partir de outras regiões do País. Mas quem conhece a realidade hoje sabe que o Nordeste está disperso, sem projetos, quando não posto intra-regionalmente em graves antagonismos, sem um fórum e sem uma metodologia de mediação de conflitos desagregadores.

Talvez o mais caricato seja essa luta, de mais de uma década e meia, por uma refinaria de petróleo. Há no Piauí e no Maranhão uma justa pretensão de sediar a refinaria de petróleo, um investimento de dois bilhões de dólares. No Ceará nem se fala. No Rio Grande do Norte, idem. Cada qual com o seu argumento e assim sucessivamente. Sergipe e Alagoas, também. A Bahia, com justa razão, deseja expandir Camaçari e tem petróleo para tal. A Paraíba deseja, naturalmente, e se eu não dissesse V.Exª com a disciplina e a representatividade que tem já fez lembrar. Enfim, todos. Pernambuco deseja uma refinaria, antes que o eminente Senador Sérgio Guerra me lembre. E todos têm razão. Só que um empreendimento de dois bilhões de dólares não se decide por confronto político e por predileções de conjuntura. É preciso, e estou dizendo uma concretude, criar um fórum na região que, primeiro, pudesse garantir que um empreendimento estruturante, de forte poder verticalizador para a frente e para trás, como seria uma refinaria, vá para induzir o desenvolvimento retardatário das regiões mais pobres.

Creiam V. Exªs que essa talvez fosse a primeira batalha antes da dispersão, porque sobre o ponto de vista **scrito sensu**, da mecânica neoliberal, da eficiência mercadológica, muito mais barato é expandir

Paulínea, porque os custos fixos já estão dados. Creiam, a primeira batalha é essa. Estou vendo isso no Governo. E isso exigiria uma enorme convergência, porque teríamos que sobrepor um argumento político estratégico e ideológico, na contramão do dogma da eficiência do mercado **scrito sensu**, para recuperar o nekeynesianismo, que vê no investimento público um elemento indutor e estratégico do desenvolvimento.

A partir daí, seria preciso germinar uma metodologia absolutamente fraterna, camarada, coesa e não-paroquial, que encontrasse um mecanismo o mais justo possível, de identificação da base territorial, **scrito sensu**, onde se localizaria esse empreendimento.

Cito isso apenas para dar um exemplo do que eu imagino, do que eu sonho. Ganha a batalha de que um empreendimento estruturante dessa natureza fosse para o Nordeste, o que exige coesão, porque o Rio de Janeiro e o Espírito Santo também pretendem; e todos têm razão, ou razões. A Sudene poderia ser um fórum onde se votaria a escolha disso mediante critérios.

Para isso, imaginamos um conselho deliberativo que não cometa mais os erros de dispersão e de pulverização da sua representatividade, que acabaram fragilizando a velha Sudene e que foi uma das causas que concorreram para a sua morte, assim como a Sudan.

Essas duas coisas, o cérebro do planejamento estratégico e o fórum de coesão e articulação política para sustentar esse planejamento estratégico com grande legitimidade, são as primeiras graves tarefas. Em seguida, procederemos às discussões, e acredito que essa discussão terá que ser resolvida aqui nesta Casa, especialmente no Senado, o que não dispensará o concurso da Câmara dos Deputados, o formato dos incentivos e, ou sim ou não, ferramentas de intervenção fiscal do setor público mais diretamente.

É preciso manejar mecanismos de certificação para isenções de Imposto de Renda ou de outros impostos – essa discussão está em aberto por determinação do Presidente da República e o Ministério da Fazenda a está acompanhando.

O molde antigo de ferramenta de incentivo como o Finor, de participação acionária, pareceu extraordinariamente vulnerável, primeiramente sob o ponto de vista do controle ético, depois, sob o ponto de vista do cálculo dos riscos inerentes à atividade produtiva do próprio mercado. Esqueçam a fraude – podem-se tomar atitudes simples para preveni-la ou combatê-la.

Sobre o risco de mercado, afirmo que a eleição de uma atividade produtiva qualquer por um empreendedor é necessariamente uma atividade que envolve risco. É razoável que o setor público, que a Nação partilhe desse momento de altíssimo risco que é a eleição de uma atividade? Por exemplo, uma pousada em Trancoso, uma maravilhosa praia da Bahia – Estado dos eminentes Senadores César Borges e Antonio Carlos Magalhães – ainda é um empreendimento razoável? Todos os que lá se encontram estão felizes; mas isso quer dizer que poderemos indefinidamente abrir pousadas, aumentar a quantidade de leitos? Pode ser que sim, mas é uma atividade de risco. Pode ser que alguém abra uma nova pousada e, como consequência, outra feche, tendo em vista que a nova tem maior qualidade, trata melhor de seu cliente, etc. Entretanto, repito, é razoável que, neste momento, o dinheiro público partilhe desse risco? Não temos resposta para essa pergunta; a discussão continua em aberto.

Por outro lado, há debêntures tais como o FDA, que teria a pretensão de suceder o Finor. Remanescem contabilmente, no Ministério da Fazenda, quase R\$2 bilhões, mas, desde que criada essa nova formação, nem uma única carta-consulta foi apresentada, o que indica com clareza que essa ferramenta é inviável.

Mecanismos de incentivo na pós-produção. Algumas idéias estão surgindo, porém há ponderações no sentido de que o esforço de capitalização, especialmente para jovens empreendedores – o jargão internacional chama de **venture capital** – também é uma necessidade. A discussão está centrada nesse contexto, aguardando a inteligente manifestação de V. Ex^{as}.

Outra questão são as intervenções patrocinadas pela Sudene no setor público. Cresce muito fortemente a necessidade de uma ferramenta estável continuada de intervenção em matéria de infra-estrutura pública, especialmente nessa conjuntura de interdição macroeconômica e do ponto de vista da lógica de produção de superávits primários indispensáveis para esconjuram uma ameaça ao crédito público, o que é fato na realidade brasileira embora atenuado pelos primeiros movimentos do Governo do Presidente Lula. Talvez a Sudene devesse dispor dessa ferramenta adicional.

Quanto à exclusão elétrica, lembro que 54% dos domicílios sem energia elétrica do País estão no semi-árido nordestino. Os outros 46% estão na Amazônia. É preciso realmente considerar o GAP de infra-estrutura em transportes; o GAP de infra-estrutura

em ciência e tecnologia; os fundos setoriais de ciência e tecnologia, que têm um destaque, uma determinação legal de aplicar 30% na região Nordeste, não aplicaram nem 20% no ano passado, justo num lugar onde há um buraco, num setor em que é impossível imaginar subversão contracíclica.

A tendência recessiva da economia brasileira nos últimos anos está na inovação tecnológica. Nem o nosso imaginário se voltou com a necessária eloquência para esse setor.

Pois bem, do montante dos recursos – não diria abundantes –, da exigibilidade de 30% dos fundos setoriais de ciência e tecnologia, não foram aplicados nem 20%. Oitenta e quatro por cento dos recursos destinados a bolsas de estudo para mestres e doutores, no ano passado, foram aplicadas em dois Estados brasileiros – em um deles aplicaram 80% dos 82%.

Havia disponibilidades vinculadas para aplicação no nordeste, mas não houve demanda. Evidentemente, ali a situação é diferente: temos de germinar a demanda. Há um pólo farmacêutico em Pernambuco que, aos trancos e barrancos, foi encontrando um caminho, na contramão da concentração e da internacionalização do setor. Todavia, não há um instituto de inovação tecnológica. Por quê? Porque o pequeno farmacêutico de Pernambuco não tem escala. Não há como empatar recursos nesse setor – necessariamente devem ser volumosos – para avançar em pesquisa e em aplicações tecnológicas em fármacos.

Precisamos criar mecanismos e imaginamos que a Sudene teria de administrar isso, garantindo que, por exemplo, das disponibilidades de vinculações dos fundos setoriais da ciência e tecnológica haja aplicação de 100%.

A propósito, o FNE está com baixa demanda. Precisamos criar uma demanda focada.

O eminente Presidente me avisa que já ultrapassei meu tempo em dez minutos. Peço desculpas. Apenas me apaixonei pela causa.

Quero crer que, em resumo, era o que poderia dizer.

Muito obrigado. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, a Mesa cumpriu o dever da forma que lhe pareceu a mais simples: comunicar ao Ministro que o tempo de S. Ex^a estava esgotado. O Ministro interrompeu abruptamente sua exposição de livre vontade, naturalmente porque aguarda as perguntas.

Nesse sentido, esclareço a Comissão que há quatorze inscritos e – é claro – como dirigente dos tra-

balhos, gostaria que todos os quatorze tivessem a oportunidade de formular suas indagações. Como V. Exª, confesso que também me encontrava embevecido com a exposição do eminente Ministro Ciro Gomes.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador César Borges, para suas considerações e indagações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, ilustre Ministro Ciro Gomes, Srªs. e Srs. Senadores, em nome da Presidência, agradeço ao Ministro por atender o convite feito, por meio de requerimento, para que viesse à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Na verdade, estávamos um pouco enciumados, porque S.Exª esteve diversas vezes na Câmara dos Deputados discutindo esses assuntos e – acredito – outros relativos à sua importante Pasta, entretanto ainda não havia comparecido ao Senado para debater com seus membros essa vital e importantíssima questão do desenvolvimento regional afeta ao Ministério da Integração Nacional.

Saúdo V. Exª como companheiro e ex-Governador do Estado nordestino do Ceará. Acredito que dificilmente haveria pessoa mais indicada para estudar essas matérias, conforme demonstrou sobejamente em sua exposição e no diagnóstico que fez da questão regional e nordestina. Temos certeza de que S.Exª está com todos os instrumentos, todos os diagnósticos prontos não apenas pela sua experiência de homem público ao longo de sua vida, mas pelo fato de ter agora se debruçado nessa questão, que foi uma tarefa dada pelo Presidente da República, que assumiu, por diversas vezes, esse compromisso de fazer com que o planejamento retornasse e que esse planejamento estratégico, tão necessário para o País, tivesse o foco definido no desenvolvimento regional, como bem disse V. Exª. Sem esse foco, não vamos vencer essa questão do desenvolvimento regional.

O Presidente da República, por diversas vezes, cumprindo, inclusive, o que tinha no seu programa de governo e do seu Partido, dizia: “Nosso governo implementará uma nova política regional capaz de equacionar heranças de desigualdades que caracterizam a realidade espacial do País. Ela combina regiões desenvolvidas e industrializadas com áreas de imensa pobreza e atraso econômico, social e cultural. O novo governo estimulará a discussão sobre uma política nacional de desenvolvimento regional que seja um instrumento de avanço no conjunto das regiões e de apoio à sua inserção ativa no mundo globalizado. Caberá a essa nova política a abertura de

diálogos com Estados e Municípios, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e dos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento e inserção na economia internacional. Sustentada na base produtiva regional já instalada, a nova política trabalhará para a sua ampliação a partir de...” e relaciona vários pontos da maior importância. E um deles, Sr. Ministro, diz claramente: criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais.

Faço, então, a primeira pergunta: haverá a criação do Conselho Nacional de Políticas Regionais com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, como estava preconizado no plano do Governo?

Ainda disse mais o Senhor Presidente da República em entrevistas à imprensa nacional: que vincularia a Sudene à Presidência da República. “Vamos fazer com que a Sudene volte a funcionar não como agora, mas vinculada à Presidência”, disse Lula após encontro com dirigentes da CNBB.

Como Governador também participei do Conselho Deliberativo da Sudene. Sabemos que ele foi hiperinflado, havia uma representatividade que não correspondia à importância para a região, porque era do segundo e do terceiro escalão. Mas um Conselho ligado ao Presidente da República, com a representação dos Srs. Governadores do Nordeste e Ministros de Estado efetivamente, penso que seja fundamental para dar essa força política, porque o diagnóstico V. Exª tem apresentado de forma exemplar. Mas, se não houver força política e determinação da Presidência da República, dificilmente alcançaremos esse propósito de desenvolver a nossa região.

Em outras questões específicas, que considero fundamentais, V. Exª já tocou. Por exemplo, a infraestrutura, que não é simplesmente a viária, a portuária, a produtiva, mas também a educacional, a cultural, a de saúde. O Nordeste tem uma carência de toda essa infraestrutura em relação ao resto do País. E para vencer essas carências, temos que ter muita determinação política, porque sabemos, Sr. Ministro, infelizmente, que as políticas públicas neste País sequer são neutras na questão do desenvolvimento regional. Prevalece sempre a força da concentração do capital em nosso País. Há exemplos que citei: na educação, no saneamento, nas verbas dos SUS, nas estradas. A situação de pobreza do Nordeste exige uma atenção que leve a uma política compensatória, porque, mesmo com a atuação da Sudene ao longo dos anos, ainda não alteramos significativamente a renda **per capita** do Nordeste, como V. Exª citou, de R\$3.000,00 **versus**, aproximadamente, a de R\$9.000,00 do Sudeste do País. Essa é uma realidade que tem que ser

vencida com muita determinação. E espero que V. Exª possa, efetivamente, ter esse apoio.

Infelizmente, Sr. Ministro, a reforma tributária que veio para esta Casa e que esperávamos contivesse, no seu bojo, uma política diferenciada de tributos para incentivar o desenvolvimento industrial do Nordeste não contempla essa questão. Já vi inclusive algumas citações de V. Exª na imprensa, até recentemente, quando critica a reforma tributária que está aqui nesta Casa, dizendo que, se V. Exª tivesse de dar uma nota a ela de 1 a 5, daria nota 1 à reforma tributária porque não contempla o desenvolvimento regional; 2 para a previdenciária, e 1 para a tributária.

Com relação à reforma tributária, o Ministro disse que a distância do ideal é mais dramática, já que pontos como o sistema tributário mais progressivo, a eliminação da informalidade, a criação de base de contribuintes, a eliminação da carga tributária sobre a produção teriam ficado de fora da proposta. Segundo Ciro Gomes, “uma reforma tributária verdadeira e profunda teria de consertar a anarquia e o caos no ICMS. Naquela figura de uma reforma de profundidade 5, essa, coerentemente com o rumo, é de profundidade 1”.

Concordo plenamente com V. Exª e aplaudo a sua coragem de fazer essas afirmativas com relação à reforma tributária. Esperávamos que ela contivesse uma política diferenciada de tributos. Infelizmente, não contempla as regiões mais subdesenvolvidas, nem as desigualdades regionais que estão no centro das questões das desigualdades sociais no País.

Sr. Ministro, agora, de forma bem específica com relação à questão da reativação da Sudene, pergunto a V. Exª como a Sudene poderia articular os recursos nacionais, tipo os recursos aplicados pelo BNDES. Apenas 13% desses recursos, historicamente, são aplicados no Nordeste brasileiro, e quando questionamos autoridades federais – e aqui não são as do Governo atual, mas, desde o governo passado, mencionávamos isso –, elas dizem: “Mas o Nordeste não tem projetos.” V. Exª afirmou aqui que precisamos germinar a demanda. Concordo também, mais uma vez, com V. Exª. Eu só gostaria de saber como podemos realmente germinar essa demanda. O que é preciso ser feito para que esses projetos sejam implementados? Até agora, só conseguimos levar projetos grandiosos para o Nordeste, depois de uma luta insana dos governadores e com o custo social e financeiro dos próprios estados. Sofremos isso na Bahia para levar uma indústria automobilística, pela primeira vez na história do País, depois de mais de 50 anos em que essa indústria veio para o País, chegou uma in-

dústria automobilística no Nordeste brasileiro. E tivemos ainda de ser tachados de praticantes da guerra fiscal. Mas não existia outro instrumento – V. Exª foi governador do Ceará e aí está o Senador Tasso Jereissati – disponível para os governadores do que a guerra fiscal. Então, como V. Exª enfrentará isso?

O Banco do Nordeste é um instrumento fundamental para o Nordeste brasileiro. Há críticas ao Fundo Constitucional do Nordeste ser aplicado mediante aprovação da Sudene. Há críticas também com relação a essa aplicação. O Banco do Nordeste é um instrumento fundamental e acho que nenhum nordestino abre mão do Banco do Nordeste. Como V. Exª vê essa questão do Banco do Nordeste? Infelizmente, seu tempo não foi suficiente para contemplar isso, mas acho que V. Exª poderá nos dar esta visão, Sudene **versus** Banco do Nordeste.

Era isso, Sr. Ministro, que tinha a mencionar a princípio, parabenizando-o pela sua visão da questão – eu não tinha dúvidas de seria essa. Digo a V. Exª que conte, politicamente, com os nordestinos nessa sua luta. Na verdade, V. Exª empreenderá uma cruzada para sensibilizar as autoridades federais de que é preciso sair um pouco do superávit primário, pelo menos nesses níveis propostos de 4,25% até de 6%, como foi nesse primeiro trimestre, para que possamos voltar a investir no desenvolvimento de regiões menos favorecidas como o Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro Ciro Gomes, V. Exª disporá de 5 minutos para responder aos questionamentos do Senador César Borges, a quem quero parabenizar por cumprir rigorosamente o tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador César Borges, quero apenas repor o que a nossa imprensa gosta muito de simplificar, e estamos entrando em questões que podem não ser necessariamente simples. Falando ao meu Partido – e num contexto de mobilização do meu Partido para apoiar, integralmente, a proposta de reforma que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional –, estabeleci, arbitrariamente, uma escala de profundidade. Não é uma nota; é uma escala de profundidade de um a cinco.

A profundidade da proposta de reforma tributária, neste arbitrário critério que eu fiz para argumentar aos meus companheiros de partido, pelo apoio integral às reformas, eu visualizei o ponto um. Eu também abri uma exceção a uma atitude que eu considero

correta. Eu sou Ministro de um Governo e membro de uma equipe. Eu não posso discutir os meus pontos de vista, eventualmente divergentes no momento da formação da vontade do Governo, nos jornais. Seria uma impertinência. V. Exª foi chefe do Poder Executivo; aliás, com grande brilho e êxito; e eu também.

Então, antes eu era dado a opinar sobre todos os assuntos, dada a militância política, candidato à Presidência da República e defeituosamente falante, como sabe muito bem o Senador Tasso Jereissati, que tem me ajudado a corrigir esse defeito. Agora não; agora eu sou um silente, porque acredito que o meu papel é trabalhar e oferecer ao Presidente da República e aos meus companheiros de equipe o que eu puder, na precária experiência que eu tiver acumulado.

Neste assunto, eu abri uma exceção, porque, de fato a minha preocupação é pela prosperidade da reforma tributária. Não é sequer um juízo de mérito ainda, porque há várias questões graves interagindo nessa questão tributária; há várias expressões de conflito distributivo. Uma delas é o mecanismo que se utiliza no Brasil de cobrança do ICMS, com crédito na origem e que, na ponta dos Estados de baixa produção industrial, é usado como ferramenta de atração de empreendimentos industriais.

Isso é, como eu diria, um ato de legítima defesa, como quem, agredido por um assassino ou ameaçado de morte, se obriga a matar ou a ferir o agressor. Matar ou ferir não é bom. Embora se reconheça que, em certas circunstâncias, a própria lei reconhece que a legítima defesa elimina o caráter ilícito do ato em si ruim de matar ou de ferir. Mal comparando, é como eu vejo a guerra fiscal. Ela não é algo bom para o País. É o que restou do fato de que 82% da produção industrial do Brasil concentra-se em quatro Estados da Federação brasileira. Nem por maldade. Não creio que tenha havido uma maldade que deliberou por isso. Não. Era uma concepção bem-intencionada do brasileiro da década de cinquenta que, ao formular a indústria de base, estatal, com preço cífico, uniforme, imaginou colocá-la a meio caminho entre o Sul e o Norte, garantindo que o insumo petróleo, o insumo aço chegasse com preço unificado, porque é um empreendimento estatal. Como se o preço do frete do insumo fosse a única vantagem logística para provocar a verticalização industrial.

Revelou a experiência concreta que isso não era a verdade dramática. Poucos países do mundo têm, com tal dramaticidade, este problema no Brasil. De tal maneira – concretamente, porque se não eu exacerbado e não respondo às perguntas outras, a não

ser que haja uma vênua do Sr. Presidente – que um sistema tributário que pura e simplesmente cobre no destino é impraticável, hoje.

Dois dos três Estados que sediam 82% da produção industrial do País estão absolutamente ilíquidos. O Estado de Minas Gerais, hoje, tem um déficit corrente de R\$ 200 milhões por mês. Não conheço o tamanho do déficit do Estado do Rio de Janeiro, mas há sintomas de que não conseguem honrar o fluxo corrente das suas despesas de custeio. Tal é a situação de não haver honrado, cinco meses depois, o décimo terceiro salário, tendo até constrangimentos de pedido de intervenção federal, pela Justiça.

Portanto, essa é uma questão complexa. Preocupa-me o destino, o sucesso da tramitação, porque um sistema que cobre na origem e, pura e simplesmente, elimina a possibilidade do incentivo fiscal e – pior, como está na proposta – financeiro, dificilmente prosperará, porque os Estados consumidores, importadores, sob o ponto de vista interno, no País, têm força suficiente, dado o **quorum** qualificado exigido para reforma constitucional, para não permitir que isso prospere.

Porém, o mesmo é verdade se fôssemos na direção oposta. E essa é a minha preocupação. Parte dela foi contemplada na seqüência, quando o Presidente determinou a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que já está na proposta, vinculando 2% do produto arrecadado pela União Federal, em Imposto de Renda e IPI, e cuja formatação regulatória estou trabalhando em conjunto com o Ministro Antonio Palocci.

Não compensa 100%, mas se aproxima bastante bem de compensar este ponto da perda entre origem e destino, até porque, de novo, aquela divisão política anterior a que eu aludia, também, já não responde mais à questão. Por exemplo, o Estado do Amazonas, que está no Norte, uma região profundamente deprimida, precisa dramaticamente que o sistema de cobrança de impostos, como o ICMS, seja com crédito na origem. O Estado do Pará, que é exportador de minérios, também precisa que se cobre na origem.

E veja V. Exª a queixa dos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro, quando se refere à energia e petróleo. Na proposta, replicando o que já está na Constituição, cobra-se no destino.

Então, a minha palavra só se publicou neste assunto para fazer uma ponderação inerente ao meu dever funcional, porque há aí um aspecto de integração nacional absolutamente indeclinável. Claro que o

Presidente propôs aquilo que, na sua sensibilidade e na sua legitimidade, encontrou como convergência possível. Sua Excelência tem dito, e é verdade, eu compreendi e participei da dinâmica de construção disso, que o ideal não é viável politicamente e que a proposta não é dele, mas da média que ele conseguiu capturar entre 27 Governadores de Estado que assinam com ele a proposta. E eu vou ajudar no que puder, modestamente, para que ela se viabilize, até porque ela não é, em si, contraditória, ela é o passo um, quem sabe, do passo cinco. Ela não é contraditória, ela não se opõe a uma reforma, porque, realmente, consertar o caos que, hoje, atrapalha a questão da competitividade do País no ICMS é fundamental. Atenuar essa questão da guerra fiscal, que também está ficando insuportável, também é importante.

Claro que continuaremos. São batalhas que se ganham e que se perdem. Isso não é para mim um jogo de prestígio.

Não mencionei o BNB por uma circunstância que, focado no tema da questão da Agência de Desenvolvimento Regional, a minha área, evitei, naquele primeiro momento, de falar sobre o BNB porque é um banco que afeta o Ministério da Fazenda. Entretanto, da nossa área, está ali o FNE, que, por questões que podemos discutir, consolidou, no balanço do ano passado, 46,5% de inadimplência com 15% apenas de aplicação das disponibilidades.

Evidentemente, houve um passo de mudança contábil, não é propriamente essa a realidade, hoje, do fluxo, apenas é um estoque que se contabilizou, de uma vez só, e isso apresentou esses números.

Evidentemente, isso pode ferir de morte o FNE. Então, já mudamos todas as regras. O FNE vai aplicar R\$ 1,7 bilhão este ano na região Nordeste, as operações serão limitadas para constranger a prioridade ao pequeno a R\$ 6 milhões de teto, com exceções abertas, em caso de um conselho informal que já estabelecia, entre os Governadores da região, avulte um projeto que tenha impacto estruturante e que possa eventualmente ser financiado. Então, a operação regular será limitada a R\$6 milhões, salvo casos como uma siderúrgica, no Ceará, uma refinaria, em Pernambuco, que, eventualmente, precisem no seu **mix** de crédito – esses são apenas exemplos, não estou sediando nada, até porque não é minha atribuição –, em que poderemos abrir uma exceção para operações de qualquer porte. Fica proibido **mix** de crédito com **fundings** diferentes doravante. O que quero dizer? O Constituinte, ao criar o FNE, o legislador brasileiro, ao aperfeiçoá-lo, criou-o como uma ferramenta de fomento com fonte constitucional não contingenciá-

vel. O que está acontecendo? Os bancos mixam esse dinheiro, que tem origem graciosa, porque é do Tesouro, com outros **fundings** e faz com que a taxa de juros média das operações seja o dobro, o triplo, o quádruplo, até décuplo daquela taxa de juros que determinamos que seja praticada. Onze por cento como taxa máxima **flat**, sem qualquer indexador para grandes operações; zero de taxa de juro para pequeno empreendedor rural que opere no semi-árido.

Como germinar demanda? Exatamente este é o nosso foco: aquela idéia de identificar arranjos produtivos locais que já estão ali revelados, como é o caso da farmácia, em Pernambuco; como é caso da fruticultura, em Pernambuco; como é caso da movelaria em Marco, no interior do Ceará; como é o caso da agroindústria de base em soja, no cerrado piauiense ou no cerrado baiano. Ou aqueles outros potenciais que existem, mas não estão revelados: minerais não metálicos, **softwares**, que já têm também um primeiro lampejo dessa potencialidade em Pernambuco.

Estamos mapeando isso, e todos devem nos ajudar – faço este apelo – para identificarmos essas possibilidades.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas para solicitar ao Ministro se ele pode esclarecer se vai haver a criação do Conselho Nacional de Políticas Regionais e também gostaria de saber sobre a vinculação da Sudene à Presidência da República. Isso, sem demérito nenhum ao Ministro. Seria um prestígio realmente adicional muito forte se, como foi dito pelo Presidente Lula, a nova Sudene rediviva estivesse vinculada à Presidência.

O SR. CIRO GOMES – Ao me determinar a criação da Sudene – eu também me esqueci de lhes dizer –, eu fiz esta ponderação ao Presidente: a que estaria vinculada a Sudene, dado que conheço as opiniões do Presidente. E Sua Excelência me disse que achava – peço a V. Ex^{as} vênha para omitir os adjetivos – que a Sudene, neste instante, melhor estaria se vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Podemos ter, na instância da Sudene, o Conselho Deliberativo com poder e estamos discutindo a possibilidade do Conselho de Desenvolvimento Regional para o País – nesse caso, não é questão só do Nordeste. Isso está sendo discutido, se seria uma câmara do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para tentar já ali se estabelecer, ou se seria mais um conselho a ser criado. Essa é uma decisão que o Presidente ainda vai tomar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Uma câmara do Conselho de Desenvolvimento Econômico e

Social, de jeito nenhum, Ministro, porque lá não há nordestino; só há paulista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra agora, por ordem da inscrição e com alteração partidária, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente Senador Ramez Tebet, Sr. Ministro Ciro Gomes, há alguns dias, ouvi uma palavra do Ministro para Deputados Federais, mais sucinta do que a de hoje, mas, em um certo sentido, mais ampla, porque o tema, o foco não era principalmente a Sudene ou os órgãos desse tipo. Vou recuperar um pouco do que ouvi e juntar a algumas palavras que ouvi hoje.

A primeira observação é que é relevante, para que todo esse projeto, que é nosso, de recompor e re-integrar o Nordeste e as áreas mais pobres do Brasil no desenvolvimento econômico – o que o País seguramente vai alcançar –, é fundamental que, antes da Sudene, o próprio Ministério da Integração tenha um papel, mesmo que transitório.

O enfraquecimento da Sudene e das instituições regionais – no caso, vou falar da Sudene, porque está mais próxima de nós – foi coincidente com o enfraquecimento desses Ministérios, que tinham por finalidade o desenvolvimento regional. Foram paralelos esses dois processos de enfraquecimento.

É importante que, agora, o Presidente Lula nomeie o Ministro Ciro Gomes, porque todos sabemos da sua relevância política, da sua qualificação técnica e do seu amplo conhecimento da situação dessas áreas, de uma maneira especial.

É um excelente sinal que, para o Ministério da Integração Nacional, exatamente o ex-Governador Ciro Gomes seja o titular. Isso nos dá esperança, porque entendemos que essa luta é extremamente desigual.

Não sou contaminado por velhos preconceitos, norte contra o sul, uma guerra de secessão atualizada, nada disso, nenhum complexo de inferioridade. Inclusive, acho que não é bem assim, não é esse o caso, o antigo discurso regionalista é, seguramente, um anacronismo, mas sabermos quem seria o Nordeste, de forma concreta, em projetos relevantes para o País, é extremamente difícil. Está aí a história da indústria automobilística e da sua construção na Bahia. Não foi um esforço pequeno. Foi um grande esforço de muitos anos. Está aí a história da nossa refinaria, que, se depender de bom senso político, será, seguramente, no Nordeste, mas, se depender de uma forma de racionalidade que não dá certo para o País, no geral, poderá ser em São Paulo. Isso não é nenhum

antagonismo em relação a São Paulo, mas uma observação concreta.

Os Estados do Nordeste se candidatam, cada um deles com argumentos vários e com as suas razões, como disse o Ministro, para sediar uma refinaria. É normal, natural, e, na medida em que essa discussão se dê num plano racional, acho que pode até ser positiva.

O fato concreto é que espero que o Presidente da República, que já disse isso, na hora de decidir, nesse caso, o faça politicamente, assim como tem que ser uma decisão política dar instrumentos reais ao Ministério da Integração Nacional.

A situação não podia ser pior do que agora. O Banco do Nordeste está atravessando sérias dificuldades e o FNE está com inadimplência elevadíssima.

Por exemplo, o Nordeste tem 28% da população brasileira, mas os desembolsos do BNDES para a Região são de 12% – estou falando da principal agência de fomento do País. Evidentemente, isso não reduz, mas agrava disparidades. Mais ainda, esse dado, para o meu Estado, por exemplo, é dramático, porque somos 4,7% da população e temos 1,4% do desembolso. No entanto, nós, pernambucanos, não vamos chorar. Não é essa a questão.

Como disse o Ministro, no começo das suas palavras, essas divisões regional e estadual são, seguramente, superadas por novas situações. Há “nordestes” espalhados pelo Brasil inteiro, hoje – na periferia do Rio de Janeiro, em São Paulo, em todo lugar, independentemente da presença dos nordestinos, como o Ministro que cuida do Fome Zero enxergou. Não é esse o caso. Há pobreza mesmo, instalada com toda a formatação da pobreza nordestina. O Nordeste está espalhado pelo Brasil.

Resta-nos, neste momento, unificar a nossa posição regional – dos Estados do Nordeste – em torno de uma pauta comum. As três diretrizes gerais para restabelecer a Sudene são extremamente positivas e não estão muito distantes das que a formaram há 40 anos. Um conselho representativo virou um conselho meramente burocrático, com o tempo. Em segundo lugar, um esforço para que ali, de fato, se construa um consenso regional em torno de questões relevantes. Em terceiro, restabelecer para a Sudene um papel de liderar, de forma objetiva, o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Nenhum nordestino pode ser contra essas três diretrizes básicas, mas fazer isso acontecer não é fácil. Como entrar pelo BNDES com essa história? Como entrar pelo Ministério dos Transportes? Nentu-

ma estrada relevante do Nordeste tem financiamento externo. Como entrar nas políticas, de uma maneira geral? Fico preocupado com esse negócio de caminhão de comida. Não tenho nada contra chegar comida para nordestino que está faminto, mas, rigorosamente, essa é uma prioridade extremamente deprimente para nós, do Nordeste. Não é o caso de condená-la, pois não podemos ser contra a cesta básica. Todos nós somos, compulsoriamente, obrigados a defender essa rede de proteção que, no fundo, é a preservação do **status quo**.

Eu estive, ontem, em uma cidade do interior de Pernambuco e perguntei porque havia, ali, aquele comércio. Alguém me disse: como consequência dessa chamada rede de proteção. Naquela cidade a pobreza não melhorou, é a mesma; apenas as pessoas, ali, não estão morrendo de fome. Resolver esse negócio é um conflito extremamente grave e duro. Espero que o Ministro lidere. Penso que o Ministro Ciro Gomes tem condições de liderar esse combate. Não basta um Presidente pernambucano e um Ministro, cearense, na Integração. É fundamental que tenhamos nós participação nisso: Senadores e Governadores do Nordeste, porque estamos – isso não é demagogia, é um sentimento concreto – rigorosamente desautorizados no Nordeste. O Nordeste não está se desenvolvendo, não está se encontrando, não tem uma pauta nem um projeto. Isso não é realização do Governo Lula, é claro que não. Também não foi realização do Governo Fernando Henrique, que também o agravou! Penso que a grande aposta que temos que fazer agora, se vamos mudar o Brasil, é dar consistência a idéias como aquelas que V. Ex^a defendeu aqui, que são as idéias do Nordeste inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador Sérgio Guerra, não alimento ilusões a essa altura da minha vida. Estamos navegando, também em escalas múltiplas e ampliadas, contra a maré. Macroscopicamente, hoje, a modelagem neoliberal de desenvolvimento determina que o espontaneísmo individualista das forças de mercado decida a alocação dos seus recursos e a sua eficiência. Essa é a primeira grande interdição. Discutimos pouco no Brasil, damos pouco valor à discussão ideológica, parece uma abstração, mas não é. Então, precisamos, se queremos gerar contraciclicamente providências, tais como a superação de desequilíbrios regionais, a ideologia tem que ser outra. O que quer dizer um punhado de coisas bastante práticas, por exemplo, recuperar a capacidade de intervir do Estado no setor público, porque se é

o mercado, na sua dinâmica individual, nem temos recursos naturais em abundância no Nordeste, nem temos demanda, dada a precariedade da renda, e temos uma logística nos insumos básicos mais cara. Então, isso, parecendo abstração ideológica, não é. É necessário que o País se compenetre de que se queremos, como creio, que todos os brasileiros queremos, alguns sabendo bastante bem o que querem outros menos, mas todos queremos combater a miséria, superar o atraso, quando menos para homenagear o preconceito que estigmatiza os nordestinos pela migração. Até os egoístas, até os estúpidos, até os imbecis, até os xenófobos imaginam que alguma coisa tem que ser feita para tirar os pobres de perto deles nas regiões mais ricas. Essa é uma demanda que tem que se concretizar em coisas bastante práticas. E é por onde estamos tentando caminhar. Então, a idéia de construir uma ferramenta institucional que tenha a força do planejamento, e aí vamos ver, durante o processo, qual é a efetividade da política sincera, verdadeira, na qual acredito com entusiasmo, do presidente da República, de pôr o peso da sua autoridade também nesse esforço contraciclico. Quero dizer que, nos embates até agora existentes, o Presidente tem sido aliado em todos os momentos práticos, concretos. Por exemplo: vai sair, proximamente, o novo modelo nacional de energia. Não devassarei aqui o que é uma atribuição da minha brilhante companheira, Ministra Dilma, mas posso dizer, com grande alegria, que uma das variáveis desse novo modelo é a busca da universalização com absoluto foco nas regiões atrasadas. Os programas de alfabetização e de ênfase na superação de atraso na questão da educação também já estão nos seus primeiros desenhos e formatos, muito claramente buscando o foco nos centros, nas manchas de mais grave concentração de deseducação no nosso País, o que, de novo, tem endereço no semi-árido e no interior da Amazônia.

Outras batalhas nós perdemos, como na infra-estrutura, por exemplo. O Presidente da República destinou R\$700 milhões para uma ação urgente de recuperação de estradas, e fico na peregrinação, lembrando os troncos da BR-101, 116, 020, sem esquecer outras tantas. Depois, o plano de aplicação é a conclusão da Régis Bittencourt, Fernão Dias, por um critério absolutamente honesto – demanda de tráfego. Então, não é má vontade ou má-fé, mas uma certa inércia. São argumentos bastante respeitáveis levar-se em conta o conserto de uma estrada onde passam mil carros por hora ou de outra, em que passam duzentos. Esse é um critério bastante defensável.

Podemos ponderar que é insumo de desenvolvimento, que estabelece vantagens logísticas em custo de transferência. E vamos ganhando e perdendo, pois não é uma disputa de prestígio, e quem tem de liderar isso é o Presidente da República. O meu papel é apoiá-lo e instrumentalizá-lo.

BNDES. Pelo menos 12 vezes, tivemos encontros com o Professor Carlos Lessa, que, na sua retórica sincera, mostrou-se comprometido, mas há sempre a questão da demanda. Pretendemos, então, agitar fortemente uma demanda sobre o FNE, como já fizemos no Centro-Oeste. Vamos aplicar R\$1bilhão no Centro-Oeste neste ano, fizemos alguns movimentos na direção de balizar os investimentos e estamos na carteira do Banco do Brasil com R\$2bilhões de demanda, com números de desempenho brilhantes – 1,8% de inadimplência. É claro que há defeitos.

Estamos cuidando dessa carteira, e nossa pretenção é, atendidas as prioridades do FCO, tendo excedente de projeto na carteira do banco operador, que é o Banco do Brasil, que o BNDES venha em socorro. Vamos usar a mesma metodologia no Nordeste: agitar gravemente, germinar demandas e fazer com que o Banco do Nordeste desburocratize, simplifique garantias e procedimentos. Estou agindo com a autorização do Presidente da República, de forma quase coercitiva, porque estou retendo repasses para obrigar a compreensão de que aquilo tem uma finalidade pública, de que aquilo não é dinheiro para servir de lastro para melhorar o balanço de qualquer dos bancos – Basa, Banco do Nordeste ou Banco do Brasil.

Quanto ao excedente, temos o compromisso do Banco do Nordeste se conseguirmos chegar a excedente de projeto. Há também os macroprojetos, em que V. Exª tem me ajudado. O Presidente determinou que preparássemos o arranjo necessário para que a Transnordestina se faça. Em relação aos estudos da revitalização do São Francisco, com a eventual transposição do Tocantins, o Presidente quer – e será coordenado pelo Vice-Presidente José Alencar – que isso se instrumentalize.

Essa é uma vontade real. É claro que o País tem interdições macro-econômicas com as quais temos de estar sensibilizados. O País chegou à posse do Presidente Lula na iminência de uma quebra do crédito público. Chegamos muito perto disso e estamos, a duras penas, tentando atenuar o caráter explosivo dessa iminência. Já temos êxitos, mas são ainda precários, na minha opinião, embora na direção correta. Não é simples a situação do País. O superávit primá-

rio virou fetiche, mas é absolutamente indispensável, dada a realidade física do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, vou consultar o plenário porque são dezesseis os inscritos. O que a Mesa propõe? Três minutos para cada pergunta e três minutos serão concedidos para a resposta de S. Exª, o Ministro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Gostaria de, acolhendo a sugestão de V. Exª, aditar o seguinte: que fossem três minutos para as perguntas e três para as respostas e que se formasse um bloco de três perguntadores para, posteriormente, o ministro, utilizando nove minutos, responder as perguntas feitas. Acho que economizaríamos tempo dessa forma. Três senadores seriam chamados, indagariam, e o ministro responderia durante nove minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o plenário pelo semblante porque estou com vontade de aprovar...

Aprovado.

Fica estabelecido o critério sugerido pelo Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem de inscrição, meu nome se encontra aí?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Era o terceiro?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Era, só que V. Exª faz parte do bloco.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Ninguém do meu partido falou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas faz parte do bloco, estou encontrando uma fórmula aqui. Talvez V. Exª vá ter mais chance com esse novo critério.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Quem do bloco falou?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Primeiro, foi o Senador César Borges; depois, o Senador Sérgio Guerra – estava escolhendo por partido. Agora, é o PMDB.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sinto-me discriminado, porque cheguei cedo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª é tolerante. Já chamei o Senador Mão Santa e vou para V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Pela ordem. Esse critério da aplicação do bloco...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, V. Exª está percebendo que estou procurando dar forma...

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco\PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco\PSB – SE) – Sr. Presidente, a Mesa, no plenário, tem se utilizado de um expediente democrático tanto quanto V. Exª. Mas, com respeito ao bloco, cada partido lá tem a sua individualidade, inclusive para requerer, para falar. Gostaria que V. Exª reconsiderasse essa decisão de obedecer, pela ordem, a inscrição dos senadores, incluindo o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com o critério que foi adotado aqui... O equívoco que cometi foi ter evitado... Em vez de ser o Senador Mão Santa, é o Senador Fernando Bezerra, mas agora vou adotar o critério por partido, acabei de falar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco\PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O PMDB teve preferência sobre o PTB e o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Devolvi a palavra a V. Exª com a concordância do Senador Mão Santa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Eu abro mão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, somos todos irmãos do Nordeste – eu contei e tinha uns doze.

Nossos cumprimentos ao Ministro, a admiração é grande. Já em 98 eu votei em V. Exª e o Tasso foi injusto. O senhor é bom é falando. Eu mesmo indaguei, quando Governador do Piauí, como vocês tinham vencido aquela oligarquia de coronéis do Ceará. O senhor, na sua franqueza, disse: “Mão Santa, foi falando, gogó”. Eu falei e estamos aqui.

Ministro, a Sudene – sou cirurgião, é uma operação só, a gente opera de um por um. A Sudene, a meu ver, é a maior operação que o senhor tem que fazer. O senhor tem que ressuscitar a Sudene. No momento

da agonia, nos últimos suspiros, estávamos nós, Tasso Jereissati, Governador do Ceará, eu, do Piauí, na última reunião, o nosso Sérgio Guerra e o Ministro Fernando Bezerra, e Deus me permitiu: a última reunião da Sudene foi na cidade de Parnaíba, e eu a presidi. Ela é tão importante que vou citá-la. Juscelino Kubitschek, que foi um inspirado, como V. Exª o é, interpretando, ele fez um tripé: no Sul, indústria automobilística, avião – estamos vendendo –, aqui, a nossa Brasília, interiorizando; e esses institutos de desenvolvimento: Sudene, Sudam.

E vou falar daquilo que nos compete. A Sudene é fundamental para o nosso Nordeste. Deus me permitiu conhecê-la, antes de V. Exª nascer. Tive um irmão que foi um dos primeiros a fazer o concurso, com Celso Furtado e Juscelino Kubitschek. Eu morava no Ceará, era estudante, e todos os companheiros se hospedavam no meu quarto. Depois, Deus me permitiu ser Prefeito de uma cidade importante do Nordeste, Parnaíba, e governar o Estado por duas vezes.

Mas gostaria de dizer que além do que V. Exª conhece – e conhece mais do que eu pelas funções que exerceu e o cargo que exerce atualmente: foi Prefeito, Governador e, agora, é Ministro – existe um outro fator essencial e que é invisível aos olhos: a Sudene estuda o Nordeste. Assim, qualquer dificuldade que um prefeito ou um governador tenha, pode recorrer à Sudene.

Se queremos saber sobre carcinicultura, podemos encontrar informações na Sudene; se queremos saber sobre piscicultura, também encontramos informações naquela superintendência; se queremos informações sobre o árido e o semi-árido, sobre a seca, também podemos encontrá-las na Sudene. Enfim, ela é uma universidade.

E só para V. Exª ter a certeza de que é preciso ressuscitar a Sudene, digo que Deus lhe deu esta missão e Ele escreve certo por linhas tortas. V. Exª tinha que ser o Presidente do nosso Nordeste. E Deus o colocou lá.

E lembrando, no meu Governo havia três expoentes melhores do que eu, muito mais competentes, que faziam parte do quadro da Sudene: o Secretário de Fazenda, meu irmão; o Secretário de Indústria e Comércio, Leonide Filho; e o Secretário Administrativo. Quer dizer, havia esse lado de formar homens.

E diria ainda que ela é tão importante que, na última reunião da Sudene – eu consegui, em Parnaíba – todos queriam incentivo da Sudene ou essa guerra fiscal. E não digo guerra fiscal, mas guerra santa. Isso não é guerra fiscal, não! Está aí o nosso general, o

nosso César Borges, que deu a maior demonstração de competitividade e coragem do Nordeste de sair para a luta.

Eu só lembraria o fato – V. Exª citou muitos números – de que somos 30% da população e só temos 10% de investimento. E aprendi isso antes, talvez, de V. Exª nascer. Estava estudando no Rio, em 1967, no Hospital do Ipase, um piauiense, Lindenor de Freitas, Presidente do Ipase, cassado, ele disse: “Ô, Moraes – na época não era Mão Santa –, aqui entra mais dinheiro do que no Piauí todo”. Um hospital. Somos 30% da população e o investimento é 10%.

E em uma reunião, na Parnaíba, consegui mostrar que o que vai matar a fome não é o **marketing** de generosidade do Governo Lula, que elegemos. O que queremos são coisas consistentes.

Na última reunião da Sudene, eu consegui – está lá implantada – uma das maiores indústrias que o País tem para o aproveitamento de soja, uma multinacional, a fábrica de cimento de João Santos, lá de Pernambuco, e uma fábrica de bicicletas, do grupo nordestino João Claudino, Armazém Paraíba, e uma fábrica de caju de um grupo europeu.

É lá que os Governadores têm contatos com as dependências da Sudene. Nos anos em que governei o Piauí, 80% de investimento foi do BNB. É até uma vergonha para o Banco do Brasil, para o BNDES e outros. O Dnocs também é fundamental e a Codevasf, que, agora, o Piauí, tem uma parte. Então, a partir de agora, V. Exª é o Presidente do nosso Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de registrar o meu protesto pela forma como o meu Partido foi discriminado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª fez bem.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Não aceito discriminação do meu Partido, mesmo com o argumento de que o Bloco... Faço parte do Bloco e faço... ninguém do Bloco havia usado da palavra, que foi dada de forma indiscriminada, de acordo com a vontade do Presidente. Não aceito essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, a Mesa aceita o registro do protesto de V. Exª, mas quero que V. Exª não duvide de que houve um equívoco, já reconhecido, e não má-fé. Acredito que a Mesa tenha cometido esse equívoco em razão de estarmos buscando uma melhor forma.

Eu me atrapalhei e chamei o Senador Mão Santa. Mas V. Exª está com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Ministro, não tenho dúvida de que o Presidente foi muito feliz ao escolhê-lo Ministro da Integração Nacional. E Sua Excelência o fez por todas as qualidades de que V. Exª é portador e de que todos somos conhecedores. Mas, certamente, também foi feliz V. Exª por fazer parte de um Governo, que decidiu, nos primeiros momentos, estabelecer uma política de desenvolvimento regional. O que houve, ao longo do tempo, foi falta de vontade política.

Não quero dizer, uma vez que fiz parte do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que tenha faltado da parte do Presidente a vontade e a decisão firme de estabelecer políticas conseqüentes para o desenvolvimento regional. Mas posso afirmar, com toda tranquilidade, que não era esse o pensamento da equipe econômica do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com a missão de criar ou de recriar o Ministério da Integração Nacional, encontramos um estoque dos fundos de desenvolvimento elevados a mais de R\$2 bilhões. Sob o argumento da existência de corrupção – efetivamente existia –, em ambas as agências – na Sudene havia menos, porque tinha passado pela mão do General Nilton Rodrigues, que havia saneado a instituição, o que não ocorrera com a Sudam –, se quis extinguir a Sudene. E isso não foi feito.

Muito embora eu carregue comigo o pecado que me atribuíram, sobretudo no meu Estado, de ter extinguido a Sudene, na verdade, evitei a sua extinção numa reunião em que eu, o Presidente da República, o Ministro Pedro Parente e o Ministro Pedro Malan queriam fazê-lo, substituindo-a exclusivamente por uma filial do BNDES para o Nordeste.

Além desse registro, quero dizer que o que prevalece em tudo é a vontade e a decisão política, é o prestígio que venha a ter V. Exª, que tem todas as condições de fazê-lo. Creio que avançaremos.

A colocação que faz V. Exª em relação à Sudene é correta. Isso remonta ao tempo da sua criação, porque a Sudene, àquele tempo, imaginada por Celso Furtado, foi o cérebro do planejamento estratégico regional. Havia, inclusive, no Orçamento nacional, uma parte que tratava da destinação dos recursos. E, quando V. Exª cita a ferramenta para a intervenção pública, faz-me lembrar de que o instrumento que fazia isso era o Orçamento, na hora em que se tomava a decisão de se alocarem recursos para a infra-estrutu-

ra ou qualquer tipo de instrumento capaz de promover a redução dessas desigualdades regionais.

Não quero me alongar, mas apenas parabenizá-lo pelo caminho lúcido, competente e correto que faz. Não há nenhum reparo, mas quero fazer apenas duas observações: eu, como o Senador César Borges, acho que a reforma tributária não é uma reforma, mas uma simplificação tributária, com algumas coisas que podem melhorar a produção nacional, devido à desoneração. Não é bom procedermos a uma guerra fiscal. Devemos encontrar instrumentos capazes de promover a reforma tributária sem a guerra fiscal. Há dentro da proposta de reforma tributária a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Precisamos saber – V. Ex^a deixou isso muito claro – como será a aplicação desses recursos. Nós contaremos na verdade os fundos de desenvolvimento tipo Finor e Finam – não sei como ficarão – e com os fundos constitucionais que permanecem na Constituição. Com a criação desse novo fundo, creio que o desenho da Sudene, além do planejamento estratégico, será a operação desses instrumentos que aí estão.

O que eu trago como sugestão e eu tive, talvez até por uma visão equivocada, não sei, muita dificuldade com relação à operação dos fundos, sobretudo com o Banco do Nordeste. Esse banco, de forma arbitrária, e talvez por sua subordinação ao Ministério da Fazenda, operou como quis os Fundos Constitucionais, o FNE, promovendo *mix* e agindo como banco que visava o lucro e não o fomento ao desenvolvimento econômico. Eu sei que o banco hoje atravessa uma fase de grande dificuldade e concordo integralmente com a colocação do Senador César Borges, que não podemos abrir mão do Banco do Nordeste, mas está na hora de redesenhá-lo. Vamos recriá-lo, como vai ser recriada a Sudene.

Sugiro que, a exemplo do BNDES, que é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Ministro Furlan, que o Banco do Nordeste passasse a ser subordinado ao Ministério da Integração Nacional, uma vez que o principal instrumento de operação – aí a conexão com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que coloca tão poucos recursos na região, pudesse dar uma dimensão que, tenho certeza, é esse o desejo do Presidente da República.... Está correto o Presidente da República quando diz que a Sudene está muito bem nas mãos limpas e competentes de V. Ex^a.

São essas as minhas observações. De resto, desejo ainda dizer que convergimos na grande maioria das questões.

Quero aproveitar aqui para dizer que esse é um tema que nos dividiu tanto. O Nordeste se divide por tantas coisas e talvez por um equívoco de se chamar “transposição do rio São Francisco”, eu quase briguei com o Senador César Borges e com tantos baianos, sergipanos e alagoanos. Eu não quero tirar a razão de ninguém, mas é preciso se compreender que precisamos de água na região. Esse projeto que deixei no Ministério passava, em primeiro lugar, pela revitalização do São Francisco, penso que essa é a idéia que V. Ex^a traz aqui, da transposição de água do Tocantins para aumentar o volume de água do São Francisco. Com a bênção dos baianos, certamente vamos conseguir levar um pouco de água para o Nordeste brasileiro. O rio São Francisco tem apenas 3% do volume de água doce do Brasil, mas é responsável por um volume enorme de abastecimento.

Acho que abusei da Mesa com relação ao meu tempo. O Presidente foi condescendente comigo. Eu o agradeço por isso e peço desculpas. Tenho certeza de que V. Ex^a não fez isso por vontade própria e sim por um equívoco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nem pelo Partido nem por V. Ex^a, que é meu grande amigo.

Vou aproveitar para ler aqui a ordem de inscrição, para que V. Ex^{as} continuem a corrigir a Mesa.

O autor do requerimento já falou; pelo PSDB, o Senador Sérgio Guerra já se pronunciou; pelo PTB, o Senador Fernando Bezerra; o quarto inscrito é o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo PSB; depois vem PFL, com o Senador Efraim Moraes; pelo PSB é o Senador Geraldo Mesquita; o Senador Mão Santa já se pronunciou; pelo PSDB, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Arthur Virgílio, Tasso Jereissati; pelo PT, Senador Eduardo Suplicy; pelo PMDB, Senador Pedro Simon; pelo PT, Aloizio Mercadante; pelo PPS, Patrícia Saboya Gomes; pelo PSDB, Antero Paes de Barros; pelo PFL, Paulo Octávio.

São esses os inscritos até agora. Pela ordem de inscrição e considerando os Partidos que ainda não se pronunciaram, com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo PSB.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Ciro Gomes, Sr. Senador César Borges, a quem parabeno pela iniciativa louvável em convidar o Sr. Ministro da Integração para comparecer a este debate. Sabemos que uma política regional, Sr. Ministro, não pode ser confundida com uma política paroquial, em defesa desse ou daquele município, desse ou daquele Esta-

do, mas é uma política regional que se insere no contexto de uma política nacional, conforme V. Exª evidenciou em sua palestra, que, considero, foi um dos melhores pronunciamentos que já ouvimos nesta Casa, pela sua lucidez e, acima de tudo, pelo seu equilíbrio e aconselhamento em determinadas questões, como, por exemplo, a unidade da luta do Nordeste em defesa de uma refinaria, a extinção das desigualdades regionais por meio de um projeto onde também se incluía a Sudene. E, é lógico, falando da Sudene, os futuros gestores vão precisar, para viabilizar os seus projetos, para a execução dos projetos de desenvolvimento sustentável, isso aqui já se falou, dos recursos hídricos do rio São Francisco e também de recursos energéticos que estão ligados intimamente à normalidade da vazão do rio São Francisco.

Temos um projeto, uma Proposta de Emenda Constitucional, que foi aprovada aqui, no Senado, por unanimidade; também já foi apreciada pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, conferindo 0,5% dos recursos líquidos da União em favor da revitalização do rio São Francisco. Pergunto a V. Exª se, como Ministro do Governo Lula, procurará interferir, justamente com o prestígio de que dispõe V. Exª, para a aprovação na Câmara dos Deputados dessa proposição, tendo em vista que a Codevasf, hoje, refez, redesenhou o projeto de desenvolvimento do semi-árido e aí incluiu, no projeto de revitalização, o aproveitamento não só das águas do Tocantins, como também das águas dos afluentes – são 29 os afluentes do nosso rio São Francisco – e também do excesso de água de Furnas durante as cheias. Quero saber também como está o novo projeto de desenvolvimento do semi-árido do Nordeste, que está na Codevasf. Se V. Exª irá tocar esse projeto, que será de vital importância não só para o aumento da vazão, a regularidade das águas do nosso Velho Chico, como também a consecução de um projeto futuro, que considero altamente justo, mas que antes deve passar por uma recuperação total do rio São Francisco, que é o projeto da Transposição.

Era isso o que queria falar a V. Exª. No mais, estou totalmente de acordo em acabar com a guerra fiscal, mas que haja para a nossa região uma compensação, porque assim estaremos de acordo com a política de desenvolvimento nacional, com a qual possamos integrar os Estados mais pobres ao restante do desenvolvimento nacional. Quero também perguntar a V. Exª, tal como observou em sua palestra, que o Finor teve os seus pecados, as suas falhas, inclusive a abertura para a execução de fraudes, de irregularidades que demandaram até a extinção da Sudene em

nossa região, qual será a nova formatação para a aplicação do Finor na região Nordeste.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ministro, tem V. Exª a palavra. Naturalmente, não por três minutos, mas por dez, prorrogáveis por mais dois minutos para que V. Exª possa responder todos os questionamentos. Seria impossível V. Exª responder a todos no prazo de três minutos.

O SR. CIRO GOMES – Agradeço a generosidade dos três Srs. Senadores. Tributo esse estímulo à compreensão de V. Exªs da complexidade da minha tarefa, bem como à generosidade de amigos que tenho cultivado com muita alegria, pela nossa vocação comum de servir à causa pública brasileira.

O eminente Senador Mão Santa reflete sobre a Sudene e sobre a questão do BNB. O eminente Senador Fernando Bezerra, igualmente, embora com outro aspecto, a resistência do BNB às diretrizes do Ministério da Integração Nacional em relação à aplicação do FNE. S. Exª menciona a questão do São Francisco, assim como o eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que foca a possível vinculação de receita da União Federal para a revitalização do rio, consumada numa proposta de emenda à Constituição, cita um projeto para o semi-árido, que está na ambiência da Codevasf, e pergunta sobre a nova formatação do Finor.

Com relação aos instrumentos que a Sudene vai manipular, desculpo-me perante V. Exªs por não ser objetivo e específico, dada a dinâmica que escolhemos para o processo. É determinação do Presidente que, de fato, essa discussão tenha mérito, ou seja, que as pessoas que estão envolvendo-se nela saibam que não há um pacote feito, pronto, e que o tempo que se gasta nessa dinâmica em prejuízo da maior celeridade ganha-se na força legitimadora com que essa coisa vai nascer. Daí essa dinâmica de discussão na Fiesp, no BNDES, em Belo Horizonte, além daquela com os atores que têm sua vida na própria região de abrangência da Sudene.

Parece-nos claro, e talvez seja ocasião de anunciar que, nos processos em liquidação, vamos aplicar, este ano, R\$200 milhões em liberações para processos fiscalizados que estejam identificadamente limpos, com saldos ainda na liquidação da extinta Sudene. Assim, daremos sequência a todos os projetos que estão limpos. Já acertamos isso com o Ministério da Fazenda, para que só as fraudes sejam punidas e não ocorra, como no primeiro momento, a cessação de fluxo para todos os projetos. Isso, na Sudene, é

bem menor. Na Sudam, é gravíssima a questão. São 571 projetos na carteira, encerrando recursos da ordem de R\$1,6 bilhão, cuja cessação de fluxo indiscriminado está gerando ações contra a União Federal, que podem, potencialmente, chegar a R\$6 bilhões, por lucros cessantes, quebra de contrato, etc. Esse tem sido, talvez, um dos nossos maiores tormentos. Não posso afirmar – porque isso, necessariamente, é uma diretriz do Governo para a qual não estava preparado – o apoio do Governo a essa vinculação de receita. Vou tomar consulta e, oportunamente – V. Exª me desculpe por hoje –, farei chegar se o Governo já tem uma posição em relação a essa vinculação, Senador Antonio Carlos Valadares.

Com relação à operação dos fundos constitucionais, quero asseverar, a partir do questionamento do eminente Senador Fernando Bezerra, meu estimado amigo, que essa realidade mudou. Pelo menos sob o ponto de vista regulatório, tenho autorização do Presidente da República para determinar o novo formato, sobre o qual já listei algumas providências, que vai, inclusive, avançar em relação ao risco e à taxa de remuneração, além de estabelecer limites para as operações, bem como programa de recuperação de crédito. Vou ajudar o BNB, que é a vítima, não é o culpado, porque boa parte dessa inadimplência deriva de uma fase em que os fundos constitucionais tinham indexadores intoleráveis para a dinâmica da economia regional. E vamos realizar uma audiência com o Tribunal de Contas, sobre uma série de coisas bastante delicadas, tanto do ponto de vista regulatório, quanto das relações públicas do Ministério com os órgãos de controle, para que tenhamos um programa de recuperação de crédito. Hoje, a situação, na prática, é ridícula, quer dizer, uma operação de R\$100 mil, que tinha uma garantia de uma terra que valia R\$130 mil, virou um débito de R\$300 mil, e o banco está proibido, por esse marco regulatório, de executar essa garantia e quitar a operação por aquilo que era garantia mais que bastante para o valor dela, mas que os indexadores financeiros, essa loucura geral do financismo no Brasil, transformaram.

Estamos manejando todas essas questões, e acredito que, com o assentimento do Tribunal de Contas, teremos um programa de recuperação de crédito para fortalecer a liquidez.

Na questão do risco, o Banco do Brasil opera com 100% do risco no FCO – V. Exª está informado disso, apenas partilho a informação com os seus eminentes pares – e cobra 6% **flat** de **del credere** em todas as operações. Estamos discutindo porque isso é um **del credere** razoável quando a operação é pe-

quena, mas não é razoável quando a operação é grande. Contudo, no Banco do Nordeste e no Basa, o risco é 50% do fundo, 50% do banco, 3% de **del credere**, **flat** também em todas as operações, qualquer que seja o porte, e 3% de remuneração sobre o patrimônio líquido do banco, que é o inibidor da vontade do banco de aplicar 100% dessas exigibilidades.

Estamos num grupo de trabalho com o Ministério da Fazenda redesenhando todo esse formato, mas o que está ao alcance do nosso poder regulatório **strictu sensu**, como, por exemplo, a definição das prioridades, a definição do porte das operações, a definição das prioridades de arranjos produtivos que serão ou não feitos, já estamos determinando. Por exemplo, cito o curioso fato do criatório de camarão, que surgiu espontaneamente, meio à revelia dos planos dos governantes e das agências do Ibama. Nosso imaginário acredita no potencial da fruticultura irrigada. Há meio século de esforço na direção, alguns bilhões de dólares empatados nisso, e chegamos a exportar US\$250 milhões de frutas, o que é 10% do que o Chile exporta. Em cinco anos, à revelia de qualquer planejamento e, na verdade, contra agências públicas como o Ibama e o Banco do Nordeste, que se recusam a financiar a atividade, estamos exportando US\$200 milhões de camarão este ano na região.

Então, precisamos estar um pouco mais sintonizados com as necessidades. Estamos conversando com a Ministra Marina Silva para remover esses entraves de natureza ambiental, que, na verdade, são muito mais de ignorância do que propriamente de mérito. Para se criar camarão, não é necessário destruir mangue, não é absolutamente necessário isso. Assim como também a Embrapa – estamos discutindo e acredito que será resolvido no Estado de V. Exª, eminente Senador Fernando Bezerra – vai sediar proximaamente um centro de tecnologia de camarão que terá grande repercussão para essa nova atividade econômica.

Quanto à questão do São Francisco, V. Exªs me perdoarão por eu ser superficial e reticente, porque o conjunto de traumas acumulados ao redor dessa questão mais que recomenda silêncio, paciência, mediações, atenção, respeito a todos os argumentos envolvidos na questão. E é o que procuraremos fazer. O nosso papel será, e está em desenvolvimento acelerado, consolidar todo o conjunto de acervo técnico, de concepções de projeto. Vamos tentar consolidar tudo isso e deixar em linguagem objetiva e simples para uma decisão do Presidente da República, adiantando que esse projeto, por determinação do Presidente Lula, será coordenado pelo Vice-Presidente da Repú-

blica, numa atitude que considero das mais sábias, dado o caráter conflitivo, compreensivelmente conflitivo desse projeto.

As ponderações em relação ao processo de degradação do rio São Francisco são absolutamente procedentes. Desde a Serra da Canastra, em Minas Gerais, onde estão suas nascentes, há um processo de degradação, de destruição de matas ciliares, de erosão, de assoreamento do seu leito de vazão irregular. Há uma série de comprometimentos de funcionalidades históricas, como a navegabilidade, conflitos de uso, tais como uso humano, que é a demanda do semi-árido setentrional prioritária, consumo para rodar o nosso potencial hidráulico para geração de energia elétrica, consumo para irrigação, usos industriais, usos difusos, poluição. Enfim, há muitas questões envolvidas que de fato recomendam, mais que isso, determinam que esse projeto não seja mais anunciado como uma boa intenção, como uma intenção de boa-fé, mas, que possa ser, agora, mediados os conflitos técnicos e políticos para chegarmos a uma convergência, um elemento a mais de confraternização e de unidade, um elemento a menos de desagregação e conflito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; o Senador César Borges, autor do requerimento; e o Ministro Cyro Gomes, pela forma como tem contribuído para que o Presidente Lula leve adiante o anseio extraordinário de fazer justiça neste País. Examinando os mapas do Nordeste e as considerações que V. Ex^a fez a respeito da possibilidade de se construir a refinaria num dos Estados daquela Região, verificando que todos têm um anseio de que seja neste lugar, tendo ouvido de alguns Governadores do Nordeste a vontade de que lá, no seu Estado, respectivamente, seja instalada essa refinaria, um dos possíveis critérios que alguns Governadores sugeriram é que seria de ser localizada a refinaria, por exemplo, nos lugares onde se encontram três ou quatro dos Estados nordestinos. Olhando o mapa da Região Nordeste, observo que há lugares onde o Estado do Piauí se encontra com o Ceará, com Pernambuco ou com Maranhão, Tocantins e outros. Então, seria este um possível critério, na medida em que V. Ex^a gostaria de otimizar o benefício para o Nordeste. Especial também é considerar aqueles Estados de menor renda **per capita**, mas em função do objetivo que tem V. Ex^a de beneficiar o Nordeste com uma decisão de tamanha envergadura, eu gostaria de per-

guntar qual seria a importância econômica dessa refinaria. Qual seria o faturamento aproximado e, portanto, o grau relativo de importância de um empreendimento de se refinar derivados de petróleo?

Ora, levando em conta esta observação e considerando também que os Governadores, as autoridades e cada Senador de cada Estado gostariam de ver isso beneficiar a sua própria região, quem sabe pudesse V. Ex^a como Ministro de Integração Nacional considerar a hipótese de a refinaria ali no Nordeste beneficiar, não apenas o Estado ou um ou dois Estados onde estará sendo instalada, se for esta a decisão, mas de uma maneira tal que os benefícios em grande parte decorrentes dessa instalação venham a beneficiar a população nordestina e, em especial, a população de menor renda **per capita**.

Não tenho os dados do ano 2000, mas, no ano de 1990, 84% da população do Nordeste ganhava até dois salários mínimos. Era a proporção maior de pobreza em relação às demais Regiões do País. O que poderia ser imaginado à luz de exemplos que existem em outros lugares? Vamos supor que pudéssemos reservar uma parcela de rendimentos ou dos **royalties** da refinaria para uma forma de transferência de renda unificada, mais racional e que beneficiasse toda a população do Nordeste. Deixo essa reflexão para V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, pelo PPS.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Ministro, antes de mais nada, quero agradecer a presença de V. Ex^a nesta Comissão e reafirmar e registrar o respeito, o carinho e a competência que todos nós, brasileiros, encontramos em V. Ex^a que, mais uma vez, aceita um desafio extraordinário de ajudar este País que queremos tanto bem e que ele possa ser um País mais justo e cada vez melhor, onde as pessoas tenham direito de ser feliz.

A minha pergunta está vinculada àquilo que venho procurando fazer, ao longo da minha vida, que é defender as políticas sociais e buscar, dentro desse trabalho, dar um foco muito especial à defesa dos direitos da criança e do adolescente. V. Ex^a teve uma experiência como Governador do Ceará, onde tive o privilégio de ajudá-lo, e lá muitas coisas foram feitas, quando conseguimos diminuir um pouco essas desigualdades e dar uma melhor condição de vida aos nossos conterrâneos e irmãos e irmãs cearenses.

O desejo da antiga Sudene se caracterizou muito mais por concentrar esforços em relação às políticas de desenvolvimento econômico. No entanto, sabemos que, num País ainda tão injusto como é o nosso, é necessário um esforço muito grande para combater a pobreza e para diminuir essas desigualdades sociais e, por isto, precisamos de políticas sociais eficazes e que possam diminuir um pouco dessas desigualdades. Refiro-me a esse seguimento da nossa população que é o seguimento mais frágil, o seguimento mais vulnerável que são as crianças e os adolescentes e sei que V. Ex^a, em todos os momentos, tem colocado isso, também, de forma muito prioritária.

Entra ano e sai ano é a mesma coisa: nós, nordestinos, acabamos tendo que nos humilhar, receber migalhas, esmolas e os carros-pipas. Quem costuma andar pelo interior do Ceará sabe como dói essa humilhação. Dói num pai de família, num trabalhador, numa dona de casa ter que colocar um filho ou uma criança carregando uma lata na cabeça, por quilômetros de distância. O Ceará, entretanto dá grande prioridade às questões dos recursos hídricos e da gerência desses recursos hídricos. Tendo em vista esses pontos, quero saber, na área do Ministério da Integração Nacional, quais são as políticas sociais para que possamos buscar essa diminuição das desigualdades sociais e possamos, na verdade, ajudar a defender os direitos da criança e do adolescente.

Um País não pode crescer se não investirmos em educação, em saúde e não dermos condições para que essas pessoas que, hoje, estão à margem da sociedade, tenha a chance e a esperança de uma vida melhor. A minha pergunta, então, é neste sentido – do que o Ministério tem buscado fazer – o de V. Ex^a, inclusive, que já teve contato com a Unicef, em busca da construção de caixas d'água, distribuídas em todo o País. A área social tem sido uma prioridade do novo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e acredito, muito fortemente, que estamos no caminho certo e que seremos capazes de sair desta crise.

A minha pergunta, então, é esta e, mais uma vez, quero registrar a alegria de ter o Sr. Ministro da Integração Nacional nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Efraim de Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Ministro, parabéns V. Ex^a pela presença. Nós, os nordestinos, conhecemos muito bem a dedicação que tem V. Ex^a pela região. Sabemos do trabalho eficaz que fez V. Ex^a como prefeito e como Governador do Ceará. Somos totalmente favoráveis à recri-

ação da Sudene, à nova Adene, agência que por aí vem. Entendemos que se fazem necessários determinados pressupostos para que possamos ter essa recriação. Cito, por exemplo, a vontade política regional e não de alguns representantes. Ou nos unimos, pensando o Nordeste como um todo, ou dificilmente teremos sucesso, mesmo tendo V. Ex^a, que conhece muito bem a região, à frente desse trabalho. Fazer voltar a Sudene sem admitir que o Nordeste precisa de um tratamento específico é também outra idéia que não tem sentido. Temos de ter um tratamento específico, diferenciado. Desde que haja união da classe política, desde que haja união de todos os governos, podemos pensar nesse caminho. Devo confessar a V. Ex^a que me preocupa a afirmação feita pelo Presidente da República, divulgada há pouco pelo nosso Senador César Borges, de que pretendia vincular a Sudene à Casa Civil, portanto, à Presidência da República.

V. Ex^a já nos tranquilizou, mas estamos torcendo porque sabemos que V. Ex^a tem vontade de mudar o Nordeste. V. Ex^a pretende fazer esse trabalho, porque acima de tudo conhece a região.

Adianto a V. Ex^a que, mesmo fazendo parte da Oposição ao Governo, estou torcendo para que V. Ex^a seja o comandante desse novo processo, porque, acima de tudo, conhecemos a sua capacidade, a sua vontade de trabalho e o bom relacionamento que tem V. Ex^a com a classe política do Nordeste.

A posição da refinaria – só para dar um toque rápido – fez parte de um dos pronunciamentos que fiz nesta Casa, convocando exatamente todo o Nordeste para que nos pudéssemos unir em torno da refinaria. Penso que se trata de uma decisão política. Tecnicamente ela aponta para o Nordeste. Sobre o Estado em se instalará a refinaria, acredito que se trate de uma decisão política, e estou consciente de que todos nós nordestinos aceitamos a decisão de que seja em qualquer Estado, desde que ela vá para o Nordeste. Essa é a posição que temos em relação à refinaria.

Deixo duas perguntas para V. Ex^a. A primeira refere-se ao modelo adotado pela Sudene que subsidiava o capital. Até aí, parece-me muito com a pergunta da Senadora Patrícia. V. Ex^a admite que é possível se mudar esse modelo e que essa forma preferida seja o modelo voltado para priorizar o trabalho em vez do capital? É evidente que, quando me refiro a isso, estou-me referindo à política direcionada à criação de programas educacionais, habitacionais, geração de emprego e renda. Essa é a primeira pergunta que faço a V. Ex^a.

A segunda pergunta diz respeito a um dos fatores que realmente dificultaram a existência da própria

Sudene, principalmente no que se refere à expansão do nosso parque fabril no Nordeste. Ela foi sempre limitada a investimentos na periferia das capitais. Queremos saber como V. Exª avalia essa questão.

Deixo apenas um registro quanto à questão do São Francisco. V. Exª vai voltar à Casa para trabalharmos essa questão fundamental. Penso que os políticos do Nordeste avançaram em relação a essa questão. Queremos encontrar a solução para Sergipe, para Bahia, mas queremos também que o São Francisco chegue à Paraíba, ao Rio Grande do Norte e ao Ceará de V. Exª.

A última pergunta, que julgo a mais complicada, até porque V. Exª se encontra na formação. V. Exª, quando se referiu a recursos, falou uma palavra com mais força do que as outras: contingenciamento. O Ministério de V. Exª foi um dos que mais tiveram contingenciamento. Minha pergunta é a seguinte: o que podemos esperar de recursos para a Adene?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, tem V. Exª a palavra.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy, há um grupo de Parlamentares, tanto no Senado, quanto na Câmara, ponderando essa possibilidade de plotar-se uma possível, uma hipotética refinaria, na hipótese de se tomar essa decisão de fazê-la no Nordeste, em algum ponto que fosse convergente.

É claro que uma idéia como essa, que tem basicamente uma motivação conciliadora, não deve ser descartada liminarmente, até pelo respeito à intenção nobilíssima com que se formata. Entretanto – e aí vou começar a palpar, porque não sou especialista na área –, parece-me improvável, dada a logística inerente à questão do refino, tanto na entrada do insumo, quanto no **output**, na saída dos itens todos. Tudo isso parece internacionalmente, na prática média, recomendar a plotagem dessa refinaria no litoral e na iminência de uma estrutura portuária capaz de suportar navios de megaporte, como os petroleiros, como os transportadores de derivados. Mas o Deputado Ariosto Holanda, do Ceará, que conhece um pouco assuntos de petróleo, está defendendo essa tese. Portanto, essa não deve ser uma tese que, na minha ignorância, possa ser disparatosa. Enfim, é de ser ponderada.

No entanto, creio que a batalha que antecede a isso é a definição, dentro desse novo marco estratégico de concepção de Estado, de relação do Estado com a economia, sairmos de um foco minúsculo do custo **strictu sensu**, no momento, para uma questão

estruturante, em uma concepção, enfim, de que há, para além do custo **strictu sensu**, da logística, do momento do transporte, outros custos, outros investimentos e outros benefícios que haverão de ser acostados à decisão. E temos a total, e eu diria mesmo determinada solidariedade do Presidente da República.

Não seria indiscrição que eu dissesse aqui, só à guisa de reforço, com quanto entusiasmo vejo o Presidente Lula preocupado com isso, a ponto de levantar a voz moderadamente, fraternalmente, diante dos dirigentes da Petrobras, para denunciar que a Petrobras não é um Estado dentro do Estado, que a Petrobras tem que se inserir em um contexto estratégico de desenvolvimento do País, etc., etc., nesse assunto. Já assisti, para muita satisfação minha, no concreto, a esse embate.

Quanto à questão da importância econômica, estamos falando sobre uma hipótese, ou seja, existem várias refinarias, de vários portes, com vários tipos de **mix**, de tipo de óleo que processa, de tipo de produto que está na verticalização. Na verdade, os empregos diretos de uma refinaria são relativamente muito poucos, embora muito qualificados. O que ela tem – e isso nem é mais tão verdade modernamente – é um poder verticalizador muito grande, na sequência. Por exemplo, ela pode, eventualmente, evoluir para uma petroquímica e produzir polipropileno, que pode ser um insumo básico para movelaria, para calçados populares, que usam polipropileno, cada vez em maior escala, nessa região. O Ceará já é um pólo produtor de calçados em megaescala com o propileno comprado em Camaçari, na Bahia.

Então, depende muito. Eu não teria como responder a V. Exª. O que se sonha é, nas concepções históricas, com o poder verticalizador que uma refinaria **strictu sensu** tem, porque ela, especificamente sozinha, gera recursos públicos e, quanto à tributação, não paga **royalties**, paga tributos pesados, que têm consequências também nas finanças públicas da região onde ela se sediar. Essa é uma motivação relevante. Mas ela tem esse poder verticalizador, para trás e para frente, que potencialmente é muito grande, e é disso que as pessoas falam.

Novamente, concordo com V. Exª, como, aliás, de hábito – sou um admirador de V. Exª, de longa data –, em que é possível, dentro de uma decisão política complexa como essa, para além do assunto da logística de localização, partilhar um conjunto de outras condicionantes. Dado que será necessariamente uma ambiência política de um outro marco ideológico doutrinário, pode-se perfeitamente dizer que será aqui, mas o eixo de polipropileno será acolá, o tributo

poderá não ser **stricto sensu** dentro da lógica convencional, mas poderá ser partilhado de alguma fórmula que se possa consertar com o apoio do Congresso Nacional. Evidentemente, deve-se ter em vista um investimento dessa magnitude e as conseqüências potenciais de um investimento dessa magnitude em uma possível refinaria.

É a mesma discussão na questão de siderurgia. É a mesma concepção. Quer dizer, o País está sentindo necessidade de expandir o seu parque de aços planos, laminados a frio, com seus galvanizados, etc. Já estamos começando a ter problema de mix entre mercado interno e mercado externo. Houve uma pressão, dados os preços bons e o câmbio favorável. Começamos a desabastecer e aumentar preço. Então, sob o ponto de vista do mercado, está se relevando uma necessidade de expandir o parque siderúrgico brasileiro. E essa mesma metodologia pode ser abordada tanto sob o ponto de vista da alocação disso quanto sob o ponto de vista da verticalização, quanto do ponto de vista das conseqüências tributárias de um evento dessa magnitude.

Ao eminente Senador Efraim Morais também quero agradecer o estímulo generoso de suas palavras. Quanto à questão de onde se teria o subsídio, a lógica da Sudene é – e começo a tentar responder a pergunta da eminente Senadora Patrícia Gomes – fortemente concentrada na preocupação da animação do desenvolvimento econômico. Há um vetor, muito forte, de uma funcionalidade lateral em infra-estrutura pública, **lato sensu**, mas ainda com uma aproximação muito grande na infra-estrutura pública conexas às condições de produzir e competir, porque parece ser esse foco mais grave de uma agência de fomento ao desenvolvimento regional.

Claro que, quando fazemos isso, pensamos como ponto final, como objetivo final gerar emprego, gerar renda, gerar oportunidade das pessoas poderem viver com dignidade a partir de seu próprio salário, o que, naturalmente, é a grande função social do Estado.

Nesse primeiro momento, as incidências que estamos imaginando, as alternativas que serão medidas nessas etapas finais do debate, concentram-se muito em alternativas, como a continuidade de incentivo à formação do capital, a capitalização dos empreendimentos como fator, ou, traduzindo no miúdo, vamos associar o setor público a empreendedores privados pelo formato acionário.

Qual é a resposta que poderemos dar antecedentemente à crítica justa e procedente de que isso, no fim, ou concentrou renda ou foi extraordinariamen-

te vulnerável à malversação? Nesse caso, surgem idéias como **golden share** e participação no Conselho de Administração ao formato não de **golden share**, mas ao formato como BNDESpar trabalha. O BNDESpar tem mecanismo de participação acionária, não são de todos invulneráveis às distorções, apenas o olho crítico nunca foi tão azedo quanto foi em relação às distorções intoleráveis, inexplicáveis dos órgãos de desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste, mas o BNDES tem uma boa experiência nisso. Ele entra com uma participação no empreendimento, ele entra como sócio, ele empata capital não-creditício, capital de risco associado, mas ele, como pré-condição disso, exige participação na gestão do empreendimento, mais do que no Conselho de Administração, na gestão.

Hoje há formatos modernos. Disse essa expressão em inglês, apenas porque não há o correspondente no nosso português, porque é algo razoavelmente novo para as práticas brasileiras, que é um tipo de ação, que, ainda que minoritária, consegue privilégios em alguns poderes de veto na gestão do empreendimento.

Então, suponha que o Estado poderá, eventualmente, decidido que vai se manter a forma de participação acionária, entrar com 10% do capital ou 20% do capital votante, seria voto-vencido num desenho de uma S.A., como sempre foi, mas, se casarmos, por exemplo, participação na administração como pré-condição mais a qualificação de dar **status** a essa ação de **golden share**, quer dizer uma participação de ouro – V. Ex^a sabe essas noções, apenas estou partilhando, porque também há pessoas da imprensa aqui -, com poderes especiais. Isso talvez minimizasse ou eliminasse a primeira grande fragilidade, a questão ética, e a segunda fragilidade, a partilha do risco. Em qualquer cenário – de novo me perdoe V. Ex^a por uma expressão em inglês porque essa é mais nova ainda, o **venture capital** –, há esse tipo de capital de altíssimo risco que procura identificar na ponta, normalmente jovens empreendedores, inovações tecnológicas, em que o risco é razoavelmente exagerado, na mesma proporção em que o potencial é altamente exagerado. É um tipo de capital que talvez seja muito interessante inaugurarmos como ferramenta, para localizar em jovens empreendedores inovações tecnológicas que começam a surgir e a pontilhar e que podem, contraciclicamente, mais uma vez, detonar potenciais de grande valor agregado, de grande empregabilidade ou de grande potencial de substituição de importação ou de grande potencial exportador que há na região.

Senador Ramez Tebet, permita-me confessar em público, como uma homenagem, a honra e a alegria definitivamente comoventes de ver esta jovem Senadora, de tanto brilho e tão extraordinária sensibilidade social, ponderando aqui diante de um Ministro da República com toda a altivez, que também é sua característica.

Eminente Senadora, precisaremos discutir essa ponderação de V. Ex^a porque, de novo, quero crer que não levamos em consideração, tanto quanto merece, a questão do que poderia surgir, nessa formatação, na ambiência dessa nova Sudene, como mecanismos também sensíveis à pobreza e, na pobreza, aqueles a quem V. Ex^a dedicou a vida, as crianças e adolescentes do País.

Acredito, por exemplo, que é perfeitamente possível, pensando alto, que se possam condicionar esses favores eventuais que possam surgir na ambiência da Sudene a determinadas condições que causassem impacto na questão da criança e do adolescente. V. Ex^a acaba de me dar uma boa idéia que espero aperfeiçoar. Quero apenas agradecer a honra e o privilégio, dizendo que essa foi uma das emoções mais especiais que senti na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, querida amiga Senadora Patrícia Gomes, Srs. Senadores, Ministro Ciro Gomes, estou aqui há pouco tempo no Congresso Nacional, no Senado e, mesmo neste curto espaço de tempo, já tive a honra e o privilégio de colher lições preciosas no convívio com pessoas fantásticas aqui nesta Casa.

Devo revelar que, fora do Congresso, V. Ex^a é daqueles homens públicos que, da mesma forma, têm me oferecido, mesmo sem saber, lições também preciosas, que tenho incorporado a minha atividade pública: o equilíbrio de V. Ex^a na condução do Ministério, a maturidade política que V. Ex^a tem demonstrado, a competência, o zelo com a coisa pública e, sobretudo, Ministro Ciro Gomes, a lealdade emocionante que V. Ex^a tem devotado ao Presidente da República. Particularmente a mim e a muitos brasileiros, com essa atitude, V. Ex^a tem confirmado a expectativa de muitos daqueles que não admitem, nunca admitiram e jamais admitirão que a condução dos assuntos públicos neste País possa prescindir do concurso da sua inteligência e da sua capacidade. Por outro lado, a sua atitude também tem frustrado a expectativa de alguns “gatos pingados”, que imaginaram ou talvez ainda hoje imaginem que a participação de V. Ex^a no atual

Governo seria, ou será, motivo de desavenças e de atritos ou pontos de turbulência.

Sr. Ministro, afirmo que, mesmo sem que V. Ex^a tenha tido conhecimento, tenho colhido toda essa bagagem que observo a partir de sua atuação. Gostaria de formular alguns questões.

Ministro Ciro Gomes, V. Ex^a tem declarado, salvo engano, que os recursos do Governo Federal serão direcionados, em ordem de prioridade, à pequena e à média empresa e, posteriormente, às empresas de grande porte. Essa diretriz é bastante adequada, na medida em que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar a aplicação irregular de recursos do Finor em 2001 apontou que os recursos dos incentivos fiscais concentram-se em grandes empresas, cujos empreendimentos eram intensivos no uso da tecnologia, o que impediu a geração de empregos em larga escala e a desconcentração de renda na região.

Sr. Ministro, pergunto quais as medidas que poderão ser implementadas para assegurar o acesso das pequenas e médias empresas da Amazônia ao financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, uma vez que geralmente essas empresas não possuem estrutura para, sequer, elaborar projetos que atendam às exigências impostas pelas agências governamentais.

Permito-me incorporar à minha interpelação duas perguntas deixadas pelo Senador Luiz Otávio, que, na impossibilidade de formulá-las pessoalmente, pois precisou ausentar-se, pediu-me que as oferecesse a V. Ex^a.

A primeira pergunta do Senador Luiz Otávio refere-se a um relatório do Basa sobre o Fundo Nacional do Norte, ao estabelecer que uma das dificuldades para a utilização dos recursos é a carência de infra-estrutura econômica na região Norte, como geração ou distribuição de energia, estradas, hidrovias, pontes, portos, enfim, tudo que facilita a produção e o seu escoamento para o resto do País e para o exterior. O Senador Luiz Otávio questiona – e faço minha a pergunta de S. Ex^a – se será possível utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia para financiar tanto órgãos governamentais como empresas privadas na implantação de infra-estrutura econômica necessária ao desenvolvimento da Amazônia.

Passo à última pergunta. Segundo o Senador Luiz Otávio, tanto o Presidente Lula como V. Ex^a têm dito que, como a Sudene, a Sudam também será revigorada. S. Ex^a pergunta se será paralisado o processo de liquidação da Sudam e se permanecerão, se

conviverão as duas instituições – ADA e Sudam – ou se a ADA absorverá a Sudam, inclusive a sua denominação, passando a ser uma agência de desenvolvimento com o nome de Sudam. Afinal – pergunta o Senador Luiz Otávio – como ficarão Sudene e Sudam nesse novo contexto?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, como o Senador César Borges, quero, primeiramente, demonstrar o ciúme do centro-oeste.

De qualquer forma, Sr. Ministro, cumprimento V. Exª pela sua visão clara, repassada a todos nós, a respeito do desenvolvimento regional que não está restrito apenas a um Ministério setorial, mas que faz parte da centralidade de um projeto estratégico para o País. Acredito que esse seja o grande desafio político, o grande desafio de V. Exª. Sei que isso não depende apenas de vontade política, mas também de mudança de comportamento e de visão. Acredito que V. Exª esteja preparado para esse grande desafio. Confiamos nisso. Suas palavras transmitem, sem dúvida nenhuma, muita credibilidade e experiência. O País ganhará muito com V. Exª à frente do Ministério.

Em relação à região Centro-Oeste, gostaria de perguntar-lhe se a Agência do Centro-Oeste passará pelo mesmo processo de discussão a que foram submetidas as Agências do Norte e Nordeste. Há discussão interna do Governo e diante da sociedade como um todo. Foi uma idéia excelente o fato de a discussão ir para a Fiesp, para os diversos Estados, para que a visão seja nacional, inserindo-se no desenvolvimento estratégico, tendo o desenvolvimento regional na centralidade. Gostaria muito de ver a Agência do Centro-Oeste como pauta do debate.

Em segundo lugar, cumprimento V. Exª pela iniciativa de dizer que as demandas do Fundo do Centro-Oeste, cujos projetos já foram atendidos e hoje os recursos não existem mais, poderiam ser atendidas pelo BNDES. V. Exª poderia, para tranquilizar os nossos Estados, fazer esse anúncio pois se trata de uma grande notícia.

Na terceira pergunta, faço alusão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Haverá, segundo a proposta, 2% do IPI e Imposto de Renda. Creio que essa fonte é exaurida e, fazendo coro com os Senadores do Norte e do Nordeste, destaco que a reforma tributária proposta para a região Centro-Oeste nos causa grande preocupação, porque gera impacto

em três pontos importantíssimos para a região: a desoneração das exportações, a redução das alíquotas para os produtos primários e a unificação do ICMS, o que geraria perda da nossa capacidade de utilizar os incentivos fiscais. Preocupa-nos que esse Fundo de Desenvolvimento Regional seja insuficiente para cobrir o nível de desenvolvimento dessa região, hoje uma região-solução, que promete ser o grande celeiro deste País, como também a possibilidade de esta região-solução passar a ser uma região pedinte, fazendo coro àqueles que também dependem do Governo central.

Essas eram as considerações que gostaria de tecer.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, V. Exª integra a lista dos três oradores, depois da formulação de outros três Senadores. Todavia, acredito que será possível atender todos os Srs. Senadores. Haverá a compreensão de alguém, inclusive a minha. O meu tempo eu o darei a V. Exª com muito prazer, pois não podemos ficar, nesta oportunidade, privados da atuação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, manifesto o entusiasmo com que assisti à sua palestra. Aliás, sou admirador de longa data de V. Exª. O Brasil não pode esquecer que, numa hora difícil, quando praticamente estávamos à beira de um precipício, V. Exª largou o Governo do Ceará e teve a coragem de assumir o Ministério da Fazenda e conduziu o País no rumo certo, dando a ele realmente as condições para que sua economia se desenvolvesse, como se desenvolveu.

V. Exª é um homem de coragem, fez uma campanha presidencial de alto nível e teve essa atitude de grandeza, de agora, numa atitude muito singela, ser Ministro do Presidente Lula. V. Exª tinha tudo para não aceitar, tinha tudo para manter-se na sua posição, que alguns até acham melhor, pois é uma posição crítica, de independência, prevendo o futuro na sua mocidade. No entanto, com a maior singeleza, com a maior humildade, coloca-se à disposição do Governo e está sendo um dos grandes nomes, um dos grandes líderes deste Governo.

Felicitó V. Exª e quero dizer-lhe que é um dos homens daqueles que julgamos e em que acreditamos. Principalmente nesse início de Governo, em que ainda estamos nas interrogações – para onde vamos? O que estamos fazendo? É esse o caminho? –, eu não

teria a coragem de falar aqui, se V. Ex^a, em sua exposição, não tivesse sido franco, dizendo que temos problemas dramáticos no Norte, no Nordeste, mas temos problemas idênticos no resto do País, e citou especificamente o sul do Rio Grande do Sul.

Quero dizer que, lamentavelmente, vivemos lá naquela região uma situação dramática, e não é apenas o sul do Rio Grande do Sul, mas também a região norte do Rio Grande do Sul, ou seja, regiões que foram tremendamente ricas e prósperas. Três milhões de gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul e levaram o progresso para o resto do País. Por onde V. Ex^a for, inclusive no Ceará, onde estivermos, verificaremos milhões de gaúchos que foram com suas mulheres, seus filhos, seus pertences, com tudo o que tinham, e levaram o desenvolvimento, a agricultura, o progresso e, lamentavelmente, nas regiões em que ficaram nem sempre deixaram o progresso. Verificamos hoje regiões de minifúndio que se transformaram em minifúndio totalmente improdutivo. A região sul é mais tradicional do Rio Grande do Sul, eu diria uma das regiões mais tradicionais do Brasil. Houve época em que Pelotas e Rio Grande eram uma região feudal de progresso, de cultura, de desenvolvimento, tanto que quis quase proclamar sua própria independência. Hoje é aquela região que tem tudo para ser uma região que possa progredir, avançar, desenvolver-se, mas caminha para trás, não tem perspectiva nenhuma. Em Pelotas e Rio Grande, na zona sul, só se fala da ex-indústria da pesca, da ex-indústria de tudo, de indústrias que já foram tremendamente férteis e que, no entanto, hoje estão praticamente sem destino e sem expectativa.

A meu ver, tem que haver condições, tivemos já uma entidade criada especificamente para aquela região. Creio que não era bem aquilo que devia ser, no fundo fazia caridade, emprestava máquina para resolver um problema aqui, um problema lá, está muito longe da realidade. O Presidente Sarney seguiu, não sei se fez bem, eu acho que devia ter transformado a entidade. Mas a verdade é que essa região está lá e é tão séria que fizemos uma reunião de todos os ex-Governadores do Rio Grande do Sul, a começar pelo Dr. Leonel Brizola, Antônio Brito, Alceu Collares e eu, com o Governador Germano Rigotto. Todos viremos ao Presidente da República dizer que precisamos de uma proposta, uma idéia, uma fórmula para encontrar uma saída. Porque lá há gente, há povo com capacidade, com vontade de acertar, que quer acertar, mas têm que encontrar um caminho, uma determinação pela qual eles possam levar a questão adiante. Ainda hoje o caminho que têm é pegar a mulher e os filhos e

virem atrás dos parentes que têm no Mato Grosso, na Bahia, que estão por ali. O que emociona é que é uma mão-de-obra fantástica, que leva o progresso.

Tenho dito, e repito, que o Brasil vai estudar o que foram esses gaúchos no século passado, esses três milhões, o que levaram de progresso para o resto do Brasil. Não é à toa que há cerca de dois mil CTGs – Centros de Tradição Gaúcha, reunindo milhões de gaúchos e não-gaúchos -, levando desenvolvimento para todas as regiões. No entanto, ali há um momento que talvez nunca vivemos, tão dramático na história do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro.

O SR. CIRO GOMES – Omiti uma resposta ao eminente Senador Efraim Morais a respeito de contingenciamento. Se V. Ex^a me permitir, voltarei ao tema, até porque há um efeito prático.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. CIRO GOMES – O Ministério da Integração Nacional possui, na proposta orçamentária de 2003, do Poder Executivo, R\$350 milhões. Estou me referindo ao Ministério, **stricto sensu**, fora as suas vinculadas. E R\$1,976 bilhão de emendas parlamentares, distribuídas pelos mais diversos assuntos, pela diversidade do território nacional brasileiro como um todo. O Governo entende que a proposta orçamentária tal como foi aprovada é uma peça que não guarda coerência com a realidade do fluxo das finanças públicas. Temos dado atenção ao fato, olhando para o passado e para o presente. Em relação ao passado, nossos levantamentos dão conta de que o Orçamento, como saiu do Congresso Nacional, na rubrica de investimentos, outras atividades e investimentos, teve uma execução média, nos últimos sete anos, de 22%, o que quer dizer um fato pretérito, objetivo, abstraindo até ciclos de contração mais graves, como a geração de superávit primário, ou ciclos de expansão, com déficits primários graves. Nesse período, a média de execução do Orçamento não excedeu, na rubrica outras atividades e investimentos, outras despesas de capital, a 22%.

Se observarmos a execução orçamentária de janeiro a abril, executamos 23%, nominais, em todas as rubricas, naturalmente, o que nos dá coerência com o fluxo histórico. O que quer dizer que, olhando para o presente, estamos cada dia mais convictos de que devíamos fazer o que fizemos. E é até mais prudente, pois já se começa a desenhar, muito discretamente, uma margem de manejo do Orçamento. Nossa austeridade foi pouco maior, muito pouco mesmo,

do que o necessário, o que nos permite visualizar alguma discretíssima descompressão para os próximos meses.

Entretanto, nós nos sentimos obrigados a fazer esse contingenciamento, e procuramos adotar alguns critérios. Somos um Governo que marcou como oposição ao Governo que sucedemos. Recolhemos no debate um conjunto de prioridades diferentes das que vinham sendo emuladas pelo Governo anterior. O próprio Congresso Nacional passou por uma renovação ao redor de 50%. De maneira que o critério para o contingenciamento, no caso, foi de 100% das emendas parlamentares a fim de nos permitir uma revisão das prioridades, uma sistematização das prioridades para posterior decisão.

Ainda nos constrange, no caso específico do Ministério, o legado de restos a pagar. Havia restos a pagar de 2001, cancelados por decreto do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E um decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou rever todos os restos a pagar a fim de cancelar todos os empenhos que não tivessem sido, de fato, processados e liquidados. O que quer dizer, em nossa área, que havia empenhos da ordem de R\$636 milhões, cancelados numa proporção de R\$480 milhões, remanescendo R\$128 milhões de restos a pagar processados, que serão pagos mediante processos de fiscalização que certifiquem a regularidade desses comprometimentos.

O Ministério, entretanto, negociou, na verba de custeio – aproveitando as preciosas lições que recebi, e que me guiam ao longo da vida pública, do eminente Senador Tasso Jereissati -, o que nos permitiu reduzir essas despesas na ordem de 40% e nos liberou algo em torno de R\$77 milhões para outras modalidades de investimento, mais R\$29 milhões de verbas de projetos de gerenciamento intensivo, que são algumas prioridades. E o caminho para aplicarmos esses recursos – R\$77 milhões, mais R\$29 milhões, mais uma possibilidade discretíssima de reforço do fluxo financeiro a partir desse manejo correto, que tivemos que fazer dada a realidade do País – permitirá que retomemos o ataque com a seguinte tática. Nós levantamos 648 obras inconclusas, hierarquizamos essas obras pelo volume físico já realizado e pelo benefício que causarão quando concluídas, e, com esse critério, já começamos a atacar, não inventando nenhuma obra nova enquanto não se concluem todas as que estão inconclusas.

A primeira obra, sem qualquer tipo de bairrismo, mas por uma emergência, é o Açude Castanhão, no Ceará, que será concluído em nove meses, a contar

do dia 1º de junho. Essa é a maior barragem do semi-árido nordestino, tem um efeito estruturante muito grave, mas, no estágio em que ficou, já é capaz de absorver a água com suficiência para inundar um braço da BR-116 e alcançar 190 famílias que estão na cota 76 – não sei bem o que isso significa, mas esse é o problema, e a água já chegou à cota 74. Por essa razão de urgência, graças a um bom e generoso inverno, choveu copiosamente no Ceará este ano, nós tivemos que eleger essa obra como primeira, mas há obras em oito Estados da Federação com a mesma característica de, com menos recursos, concluirmos e colocarmos em operação os cerca de 60 mil hectares de terras irrigadas ainda nos próximos 12 meses.

Eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, agradeço o estímulo generoso das palavras de V. Ex^a. Penso que um homem ser leal é um dever primordial de caráter; não há favor nenhum. Para mim, é uma honra muito especial participar do Governo Lula. Cabe a mim esforçar-me para estar à altura da confiança e da generosidade com que tem me distinguido o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A questão das pequenas e médias empresas será priorizada. Basicamente, nós já temos hoje a disponibilidade do FNO, do FNE e FCO. Como vamos priorizá-la? Primeiro, determinando um limite para operações em R\$6 milhões. Esse é um limite físico para além do qual o banco está proibido de operar, salvo exceções, que, volto a dizer, sendo eleito pela comunidade local um projeto estruturante da maior repercussão por qualquer argumento, ele poderá, infelizmente, no primeiro momento, ir ao juízo do Ministro, que tem procurado se aconselhar num conselho informal enquanto não se redesenham os conselhos deliberativos, que terão esse poder transferido do Ministro para eles, como o meu primeiro exemplo de que esse conselho deve ter todo o poder.

Hoje, o Basa tem uma disponibilidade de R\$300 milhões, liberados na última reunião que tivemos no Acre, e a probabilidade de aplicar R\$1,092 bilhão este ano. O FNE aplicará R\$1,7 bilhão, e o FCO, R\$1,1 bilhão, o que, bem ordenado e bem dirigido, focando em projetos estratégicos, poderá ter um efeito contracíclico bastante razoável. Já temos uma primeira avaliação do FCO, de janeiro a abril, que é o mais eficiente dos fundos. Nós geramos 39 mil empregos verdadeiros, supervisionados, porque também montamos um sistema de supervisão, avaliação e controle desses fundos.

Quanto às perguntas do eminente Senador Luiz Otávio, que V. Ex^a porta, a questão da carência de infra-estrutura, especialmente na Amazônia, é um dado

real. O Ministério tem procurado mapear, sem a veleidade de querer executar, porque não é necessário, entre as diversas frustrações e demandas históricas, quais são aquelas que, numa hierarquia de prioridades, teriam um efeito estruturante, um efeito indutor de integração. E o Presidente Lula, para além da questão da integração nacional, a que tem dado grande relevo – V. Ex^{as} terão oportunidade de ver no PPA a questão do desnível regional como uma das três variáveis centrais de todo o PPA –, tem uma determinação, creio, de grave repercussão histórica de fazer a integração da América do Sul; e fazê-la fisicamente. Uma ponte sobre o rio Arinoco está sendo concluída. Foi acertada agora em Recife uma outra ponte sobre o rio Arinoco.

O Brasil está financiando exportações da Argentina, algo polêmico, na busca realmente de uma integração completa com a América do Sul; e essa integração completa vai se dar muito fortemente por esses eixos de integração física.

No caso da Amazônia, por exemplo, a BR 317 e a BR 364 são claramente eixos estruturantes nessa área. Ainda por dentro do Brasil, com grande interesse estratégico para o Centro-Oeste e para o Norte, estamos montando um desenho nesse plano de parceria público-privada para a BR 163, que é aquela que liga Cuiabá a Santarém e que reduz em US\$50 por tonelada de soja, fazendo da soja brasileira um produto imbatível na competição internacional.

Estamos mapeando isso tudo não para executar, mas para identificar para o Governo quais são, entre as milhares de possibilidades, as obras que temos que executar. Há muitas frustrações históricas, e podemos concentrar algum esforço, com repercussão mais estruturante, nessas questões de integração, tanto nacional quanto na integração com a América do Sul.

Segunda questão. Hoje, temos a seguinte situação: vivíssima a liquidação da Sudam e da Sudene. Vivíssima por quê? Porque há projetos, em diversos estágios de conclusão, que estão vivos. Há, por exemplo, no Basa, hoje, R\$184 milhões parados, porque se colapsou o processo de fiscalização, que estamos remontando completamente com o apoio dos Governadores do Norte, da Amazônia legal, para realmente sair do problema vexaminoso, em que 100% dos fiscais da Sudam estão respondendo a inquéritos administrativos e, portanto, impedidos funcionalmente de fiscalizar. Sem fiscalizar, não se pode cancelar para recuperar o dinheiro desviado e nem liberar aqueles projetos que existem e que são sérios. Estamos com essa força-tarefa. É um trabalho muito com-

plexo. Já cancelamos aquele primeiro e famoso projeto, o Usimar – que, pasme V. Ex^a, não tinha sido cancelado ainda. Fizemos o primeiro esforço, porque isso é um delicado processo jurídico, sem o que se anula na Justiça, e isso gera prejuízos para a União federal, inclusive lucros cessantes etc..

A ADA foi criada e já está constituída, V. Ex^{as} terão oportunidade de sabatar a sua direção. Por agradável coincidência, minha companheira, Dr^a Maria do Carmo, está aqui, e ela já começa a ter atribuições, como, por exemplo, a certificação de empresas credoras das isenções de Imposto de Renda, que estava paralisada também, com grave prejuízo para a região.

Concluído esse processo de reformatação de Sudam e Sudene, essas duas instituições – a ADA e a extinta Sudam; a Adene e a extinta Sudene – sumirão e darão lugar a uma única instituição, que sucederá as duas – quer dizer, uma única para o Nordeste e uma única para o Norte.

Eminente Senadora Lúcia Vânia, desculpe-me se não refleti com o devido merecimento, seja por V. Ex^a, seja pelo ilustre Presidente desta Comissão, a questão do Centro-Oeste, mas em apenas disciplina intelectual, dado que vim preso ao requerimento que me convocou para refletir sobre o Nordeste e a Agência de Desenvolvimento. É tão-somente por isso que não fiz, como era do meu prazer, uma reflexão mais extensa sobre essa extraordinária região brasileira, que é o Centro-Oeste, que conheço com grande intimidade. Cada vez que tenho oportunidade de voltar ali, como o fiz quatro vezes, na minha gestão, fico admirado com o que se está fazendo ali, a despeito de todas as interdições e das dificuldades do País, no Centro-Oeste, graças ao valor extraordinário da gente brasileira, de todos os lugares, que fazem o Centro-Oeste.

Tenho a determinação do Presidente da República para redesenhar uma agência para o Centro-Oeste. Gerei más incompreensões e mal entendidos. Isso é um carma que me acompanha a vida inteira, porque tenho o desagradável hábito da franqueza. E V. Ex^a me desculpará por eu não conseguir fugir desse hábito e ser franco novamente.

O pano de fundo da minha compreensão funcional é que a miséria brasileira, assim mesmo, com esse nome, está concentrada nas regiões políticas – divisão que considero superada, mas é assim que prevalece na nossa Carta Constitucional –, do Norte e do Nordeste, por números. O PIB **per capita** do Nordeste, pelo IBGE de 2000, é de R\$3.100,00 por ano. Se V. Ex^a fizer o raciocínio comigo de descontar a exu-

berância de Fortaleza, Recife, Salvador, Natal e a concentração de renda brutal, sob o ponto de vista intra-regional, V. Exª terá, muito rapidamente, pela experiência e sensibilidade grandes que tem, a compreensão do que é essa miséria do interior do semi-árido e do fundão da Amazônia. Há regiões com renda **per capita** que não excedem a R\$ 400,00 por ano.

Tenho que ter disciplina, não sou paroquial, não sou bairrista. Vou, já, já, tentar responder a questão do eminente Senador, modelo de homem público, Pedro Simon, para ponderar como é a visão nacional que tenho dessa questão.

A renda **per capita** regional do Centro-Oeste é o dobro da do Norte e do Nordeste, o que não quer dizer que não haja pobreza, miséria, dificuldades, carências de infra-estrutura em todas essas Regiões. Conheço bastante bem a região inteira. A região de fronteira, por exemplo, tem sido abandonada e tratada com desrespeito. Na região de fronteira do Sul e do Centro-Oeste para o Norte, há um verdadeiro desrespeito, do Brasil que manda e dirige, com os brasileiros que a guardam. Na grande fronteira oeste, do Centro-Oeste, começa a selva, a violência e o abandono. Então, estou completamente sensível de que precisamos atuar nessa região, com um olhar bastante respeitoso de justiça e de equidade.

Sou um funcionário, o Presidente é quem manda, mas eu já havia avançado e dado um novo formato à Secretaria do Centro-Oeste, que funciona no Ministério, e nomeado uma direção para ela, com um acordo entre os Governos da região. Fui ao Condel, atualmente a única instância de coesão, porque não existem mais agências no Nordeste e no Norte, a despeito de nomes como Sudam e Sudene, e nada acontece, não há mais lugar para reuniões. O Condel reuniu-se e tem poder de deliberar as diretrizes de aplicação do Fundo, o qual, com esses pequenos gestos, tem demanda de R\$2 bilhões, quantia que juntamos em três meses, revelando o dinamismo da economia da região. Temos somente R\$ 1,1 bilhão disponível, mas vou lutar e quero anunciar que, quando isso for realmente concretizado, que levarei essa carteira para o BNDES, a fim de que assuma formalmente o compromisso de tentar suprir esses recursos. Será essa a dinâmica e a palavra já está empenhada, mas V. Exª sabe que entre a palavra e o gesto é preciso ter prudência, para que não acreditemos apenas em discursos. Já acumulei muita experiência, portanto, terei muito prazer se puder chegar lá.

No formato da nova agência, por determinação do Presidente, o Secretário do Centro-Oeste, com minha participação, está autorizado a germinar a

mesma dinâmica. Não quero crer, pelas diferenças profundas, que deva ser como nas duas outras, por especificidades, mas ouviremos o que a região pensa, o que espera, o que pede como concretude dessa agência, para que ela não seja uma nova Sudeco, que morra na inconseqüência como a Sudesul e outras tantas.

Creia V. Exª que não há nenhuma procedência naquela maldade que um ou outro colonista menos criterioso fez de me lançar como inimigo dessa agência. Eu não sou inimigo, apenas fiz um repto, bastante sincero, em Goiás. Toda a sociedade goiana me privilegiou num grande seminário me perguntou: "O que é isso? Todos estão aqui pedindo uma agência. Isso, primeiro, não é formato?". Ou seja, num auditório, pedindo-se isso a um Ministro, se eu não fosse sério teria prometido uma agência diante de palmas e tinha ido embora, fazendo mais uma dessas burocracias. Não me presto a esse serviço.

Perguntei, apenas: "O que querem, concretamente? O que é isso? Qual é essa agência?" Perguntei para provocar; insisti no desagradável, o que já me causou muitos dissabores, mas, aos 45 anos de idade, creio que é meio sem jeito, a despeito do esforço do Senador Tasso Jereissati, eu criar juízo.

A eminente Senadora ainda pergunta sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e aponta angústias da região sob o ponto de vista da reforma tributária. São exatamente essas aquelas que me obriguei a explicitar, não sem antes consultar o Presidente da República se era pertinente que eu entrasse nessa área para tentar identificar esse conflito, que conheço, e mediar em favor do êxito da reforma, que é fundamental para o País, em expectativas macroeconômicas, em restauração do crédito público externo e interno e é fundamental para a estabilidade da economia. Portanto, apenas por isso, preocupado com o melhor êxito da reforma, que, noto, com alguma estrada na área, que esse conflito precisa ser imediato.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, neste caso, é criado na ambiência de um projeto que, tentando unificar em cinco as alíquotas do ICMS, tentando fazer renúncia fiscal na cesta básica, pensando em baratear o preço dos alimentos para a população, pensando em encerrar a guerra fiscal, nesse contexto, esse fundo é criado com uma inevitável vocação para se concentrar na compensação dos prejuízos que este passo modernizante da reforma tributária pode dar. Podem ser suficientes 2% se tivermos condição política de evitar a idéia do desnível regional macroscopicamente considerado: Norte, Nordeste e

Centro-Oeste. Se fizermos um trabalho capaz de identificar quais são as perdas e em que bases geográficas, sempre, de preferência, especializando-as nas regiões internas aos Estados que têm perdas, esse fundo é mais do que suficiente para compensá-las. Claro que é uma intrincada elaboração política e técnica, mas perfeitamente praticável. Identificar qual é a perda do Estado de Goiás pela isenção ou pela redução drástica da alíquota de incidência sobre o feijão na cesta básica, isso é perfeitamente calculável: R\$28,7 milhões por ano. Não é em Goiânia, não é em Anápolis, que tem um exuberante pólo farmacêutico para o País admirar. Onde é? Encontramos no norte de Goiás, e aí focamos. Se fizermos isso, esse fundo mais que compensa. Isso é um desafio. Estou cooperando com o Ministro Palocci para formatarmos essa idéia. Mas, necessariamente, o Congresso Nacional terá a última palavra.

Eminente Senador Pedro Simon, V. Exª, jovem e vibrante como sempre é, não estranhará se eu disser que V. Exª é um dos meus modelos desde quando aceitei o impulso à vida pública como vocação, seja como Parlamentar, seja como brilhante Governador do Estado do Rio Grande do Sul, sempre tive V. Exª como referência pela exuberância ética, pelo patriotismo e pelo espírito público, de maneira que ouvir as palavras de V. Exª hoje mais do que compensam algum dissabor que a vida pública que a vida pública nos oferece.

Já mencionei ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que para mim é uma honra especial, não se trata de humildade nenhuma, mas um privilégio, aquele que me levou a aceitar a honrosa tarefa de trabalhar ao lado do Presidente Lula pela mudança que eu tanto anseio para o nosso País e que sei que também sei ser a razão de V. Exª estar na vida pública.

Mencionei a metade sul porque é necessário que o País saiba disso. Mencionei duas regiões: o Vale do Jequitinhonha, em Mucuri, na exuberante Minas Gerais e a metade sul do Rio Grande do Sul. Gente de valor extraordinário, que foi prejudicada por uma mudança de ciclo econômico no País e pelo tipo de inserção internacional do comércio brasileiro. Tanto os ciclos econômicos se alteraram, quanto à eminência de competição em algumas categorias, como o arroz no passado, no desenho do Mercosul e a vinicultura, causaram um extenso, gravíssimo e criminoso prejuízo à metade sul do Rio Grande do Sul, que é a quem o Brasil deve muito boa parte da guarda da sua fronteira e da construção da nossa nacionalidade. Pretendo fazer por ali o primeiro exemplo de como é a nova concepção de integração nacional, planejamento e de-

envolvimento regional em mesorregiões. O norte do Rio Grande do Sul também está identificado por seu problema corretamente citado por V. Exª, em comunhão com uma região de mesma similitude de problemas que avança em direção ao Paraná, tendo como capital Foz do Iguaçu, com agravantes de deterioração da instituição brasileira, da nacionalidade brasileira e da soberania nacional, do narcotráfico, uma série de violências e de degradação econômica. Começaremos pela metade sul o formato dessa nova atuação em homenagem devida pelo País a essa brava gente que construiu e continua construindo o progresso da nossa Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar o Ministro Ciro Gomes, dizer da honra de participar, na condição de Líder do Governo, de um projeto de que S. Exª faz parte, por toda a trajetória de dedicação à vida pública, por essa atitude competente, franca, aberta de defender os grandes temas nacionais, e pelo respeito mútuo que tivemos e que conseguiu atravessar todos os embates políticos, exatamente pela qualidade do interlocutor, pela profundidade da análise e pelo espírito público, que, acredito, está hoje mais do que demonstrado pela dedicação com que vem se comportando.

Eu diria que os elogios que o Ministro fez hoje ao Presidente Lula são mútuos. Não tem faltado oportunidade pública ou reservada de o Presidente elogiar o Ministro, exatamente por todas essas qualidades que tem demonstrado ao longo desses cinco meses de convívio, num grande projeto de mudança do Brasil.

Quero dizer também, Sr. Ministro, quebrando o protocolo, que enquanto V. Exª estava apresentando as suas teses, e a mãe dos seus filhos aqui sentada o argüindo, seu filho Ciro ligou de São Paulo dizendo que passou no vestibular, com pontos necessários para o curso de Direito. Não sei se isso significa alguma coisa. Passou estava todo contente e feliz. Precisamos antecipar a argüição para permitir que o pai possa cumprimentar o filho, porque é uma injustiça esse sacrifício da nossa vida pública.

Levanto dois pontos bem concretos. Um é sobre bolsa de estudos, que foi a menção no início da intervenção: que um Estado tem 84% das bolsas de estudo, que, evidentemente, é o Estado de São Paulo.

Particularmente, na questão do ensino superior...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Intervenção fora do microfone.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não citou, mas já tinha sido citado pelo Ministro Roberto Amaral. Faço questão, porque eu já havia discutido essa questão.

Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o seguinte: temos apenas uma faculdade federal autárquica em São Paulo, que é a Faculdade Paulista de Medicina. Não existe universidade federal; praticamente não há recursos federais no Orçamento para o ensino público em São Paulo. As três universidades de excelência – USP, Unesp e Unicamp – são financiadas com recursos do Estado, o ICMS do Estado. Oitenta e seis por cento dos estudantes de pós-graduação na USP, Unesp e Unicamp são de fora do Estado de São Paulo. São pessoas de todas as partes do Brasil, inclusive de outras partes do mundo que vêm fazer cursos de excelência. Portanto, a Capes financia projetos de bolsa individual; não financia instituições, mas o aluno. Por isso, há uma concentração. Isso não quer dizer que não tenhamos de difundir outros centros de excelência pelo Brasil.

Dos R\$18 bilhões do Orçamento Federal, R\$10 bilhões estão indo para o ensino público universitário. Hoje, a folha de pagamentos de inativos do ensino público superior, exatamente pelas condições insustentáveis de aposentadoria, é mais da metade dos gastos com folha de pagamento. Então, parte dos recursos que a União está destinando ao ensino público não está se transformando em educação de qualidade, pesquisa, ciência e tecnologia por problemas que temos de enfrentar com coragem no Parlamento, sobretudo a reforma previdenciária, um dos pontos centrais para reconstruirmos a capacidade de pesquisa e desenvolvimento das nossas universidades federais autárquicas, que estão espalhadas, sobretudo, nas regiões mais pobres do País.

A minha visão, basicamente, quanto ao problema fundamental das regiões mais pobres – e eu gosto muito do enfoque do Ministro, de que não podemos mais tratar com a visão tradicional de macrorregiões geográficas –, é de que o problema da desigualdade regional está dentro de cada região e, às vezes, dentro de uma cidade. No mapa da exclusão da cidade de São Paulo, por exemplo, que tem 17 mil homicídios, vê-se que há regiões com índice de homicídios semelhante a Tóquio, e outros semelhantes a uma guerra civil, como o bairro de Lageado, a região mais pobre, ou a favela do Heliópolis, a maior favela de São Paulo. Então temos desequilíbrios, como esses 17 mil homicídios em São Paulo, que estão dentro de cada re-

gião. Precisamos fazer análises mais finas e mais competentes.

Isso não pode, evidentemente, diminuir a perspectiva, sobretudo do semi-árido nordestino, de que existe um problema de baixa competitividade sistêmica nessa região. A baixa competitividade sistêmica não será resolvida por uma agência de desenvolvimento regional.

Entendo a necessidade de rediscutirmos o papel da Sudene, da Sudam e dos fundos constitucionais. Lembro que foram R\$ 45 bilhões transferidos pelos fundos constitucionais para as regiões. Faltou critério, faltou estabelecer prioridades e faltou transparência para se atacar os problemas. Entretanto, não penso que devamos constituir uma instituição regional, ainda que ela tenha de existir.

O fundamental, na minha visão, é fortalecer o seu ministério. O Ministério da Integração Nacional pode articular todas as políticas de desenvolvimento, pode fazer com que todas as políticas públicas sejam regionalizadas. Esse é o grande desafio. Se a política de ciência e tecnologia, a política educacional, a política de saúde, a política do sistema judiciário, a política agrária, a política agrícola, a política industrial não forem regionalizadas, não adianta criar uma instituição regional, porque ela não dará conta. Uma instituição desse tipo não deu conta no passado e não dará conta no futuro.

Para mim, é muito importante que o ministro fique onde está, que leve esse debate do desenvolvimento regional para todas as políticas públicas como vem fazendo. A possibilidade de regionalizarmos de fato, além de criarmos mecanismos próprios como os fundos constitucionais e as agências, passa por uma política nacional, o que este governo está assumindo não só com a sua indicação, mas, sobretudo, com um presidente que tem essa trajetória, que vem do Nordeste e que sabe exatamente que a história da vida dele é produto da saga de uma grande parte do nosso povo, que é vítima dos desequilíbrios regionais e sociais do País. Estamos diante de uma oportunidade única de tratar do desenvolvimento regional.

Lembro que, na reunião dos governadores com o presidente da República, vários governadores, particularmente o Governador Lúcio Alcântara, do Ceará, disseram que, apesar do apoio ao governo anterior, o desenvolvimento regional saiu da pauta nacional na última década. Ele precisa voltar com ênfase e não por meio da guerra fiscal, que é a pior forma, pois acaba-se atraindo empregos de baixa qualidade e tendo prejuízo no financiamento público. É evidente que

isso foi consequência da falta de política de desenvolvimento regional.

Na reforma tributária e no fortalecimento do ministério temos o grande instrumento para regionalizar o projeto nacional de desenvolvimento, para atacar o problema da competitividade sistêmica, o que envolve infra-estrutura, ciência e tecnologia, qualificação de mão de obra, nível de escolaridade. Sem esse conjunto de políticas, não adianta fazer financiamento regional em uma agência, pois não vamos reverter a desigualdade.

Entretanto, concordo plenamente com as perspectivas, com o trabalho e com as realizações do ministro. É absolutamente marcante, na história desse ministério, a mudança de padrão e de qualidade das discussões e das políticas que estão sendo implementadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro Ciro Gomes, eu gostaria de fazer indagações na linha das indagações feitas pela Senadora Lúcia Vânia do Estado de Goiás. Sendo eu do Estado do Mato Grosso, também pertenço à região Centro-Oeste.

De uma parte, nos tranquilizou a afirmação de V. Ex^a, que disse: “Tendo recebido a missão de recriar a Sudene, estabeleci, pelos mesmos motivos, o compromisso da recriação da Sudam”.

Quando o Ministro Cristovam Buarque foi receber o título de cidadão brasileiro, ouvi o então presidente de honra do PT, que não estava nem em campanha eleitoral, afirmar: “Ora, se teve corrupção na Sudam,” – e teve – “se teve corrupção no Sudene,” – e teve – “não adianta tirar o sofá para fazer de conta que consertou.” Então, recriar essas políticas é importante para o desenvolvimento regional.

V. Ex^a informou a agenda. V. Ex^a vai cumprir essa mesma agenda com relação à Sudam? Os estados do Centro-Oeste e da Amazônia brasileira serão visitados? Esses projetos serão encaminhados ao mesmo tempo, já que se trata de políticas muito similares?

Creio que o tratamento da região Centro-Oeste pode ser diferenciado da questão da Sudene, porque o Centro-Oeste tem necessidade de projetos importantes que estão paralisados e que são vitais para a região e para o desenvolvimento nacional. Cito um deles: o da Ferronorte. Se há equívocos, punam os que cometeram equívocos, mas não uma estratégia de logística do desenvolvimento nacional.

V. Ex^a é conhecedor do Centro-Oeste. Ele pode oferecer alternativas extraordinárias com as hidrovias, com a ferrovia, com a melhoria das rodovias. Enfim, com uma política regional de desenvolvimento.

Cumprimento V. Ex^a por dois motivos: pela sólida convicção parlamentarista e também por uma crítica que fez, e que eu sempre fiz, quando assumiu o Ministério.

Ao abordar a Defesa Civil, faço-lhe uma indagação, concordando com a crítica inicialmente feita por V. Ex^a: é preciso que venham recursos no Orçamento da União para a Defesa Civil. Anteriormente, isso não era encaminhado para o Congresso Nacional decidir e nem se esperava haver uma emergência. Ora, o Estado deve ter instrumentos a fim de atender a uma emergência com agilidade, e não depender de uma atuação congressual para que essa emergência possa ser atendida.

No mais, quero dizer a V. Ex^a que fico realmente na expectativa de que essas atribuições permaneçam no Ministério da Integração Nacional. Penso que essa é uma das atribuições mais nobres dessa Pasta.

Cumprimentando-o, gostaria que V. Ex^a tranquilizasse o Centro-Oeste mais uma vez, mesmo tendo sentido, no início da sua exposição, que está também atento ao Centro-Oeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Antes, porém, dado o êxito da nossa reunião, incumbe a V. Ex^a, como conterrâneo, companheiro e amigo do nosso Ministro, a prerrogativa de encerrar o debate.

Penso que S. Ex^a, o Ministro, sente-se satisfeito como todos nós.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, apesar de V. Ex^a me colocar para trás nesta fila, como em qualquer outra situação semelhante, respeitarei sempre os seus critérios, admirando a dignidade com que V. Ex^a dirige os trabalhos desta Comissão.

Quero deixar isso claro e dizer também, rapidamente – já são 15 horas, está próximo o início da Ordem do Dia –, que não é preciso que eu repita a admiração e a confiança que tenho, como cearense e nordestino, no Ministro Ciro Gomes na condução da equação do que, a meu ver, é o mais grave e sério problema nacional: o desenvolvimento regional.

O Brasil não é um bom País hoje pela concentração de renda; pelas diferenças entre as pessoas. E até hoje este País não aprendeu, principalmente no

centro-sul do País, que a questão regional é o mais grave problema nacional. Enquanto essa consciência não for nacional, não vamos conseguir equacionar os problemas que temos de enfrentar definitivamente.

Por essa razão, gostaria de enfatizar alguns pontos já colocados pelo Senador Aloizio Mercadante e pela eminente Senadora Patrícia Gomes.

Não vejo qualquer possibilidade de que um projeto de desenvolvimento regional seja bem-sucedido sem uma visão que considere necessário o Ministro da Integração Regional ter ação interministerial. E aqui reside uma discordância, muito rara, que tenho com o Senador César Borges. Uma ação de desenvolvimento abrange, necessariamente, a coordenação de vários setores do Governo e da sociedade. Concordo com o Senador Aloizio Mercadante que não é mais possível falar em desenvolvimento do Nordeste tendo em vista só a Sudene ou o Banco do Nordeste.

Por falar no Banco do Nordeste – e sei que V. Ex^a conhece muito bem o problema –, gostaria de esclarecer o que foi mencionado pelo Senador Fernando Bezerra. A questão do Banco do Nordeste também não é tão simples. Quando se discute a remuneração dos fundos constitucionais, de forma isolada, parece haver uma taxa muito alta, até excessiva. Temos que colocar o Banco do Nordeste em um contexto: o que queremos para o Banco? Queremos que seja um banco de desenvolvimento, como mencionou o Senador, que dê lucros, que realmente dê bons resultados? Ou que seja um banco de desenvolvimento que tenha o micro-crédito, por exemplo, como foco? Que tenha como função principal, por exemplo, alavancar pequenos investidores espalhados nas diversas regiões do semi-árido nordestino? Vamos ter dois enfoques completamente diferentes. Olhar o Banco com a visão capitalista, neoliberal – e agora o digo de boca cheia –, com certeza, será o correto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, a cada dia que passa na Oposição, só melhora.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Com certeza, será a visão mais correta. No entanto, se pensarmos em um banco que tem como função o micro-crédito, o desenvolvimento intra-regional, o desenvolvimento das regiões mais pobres, com certeza, a instituição precisará de algum tipo de remuneração para cobrir eventuais atividades que, claramente, não são lucrativas.

A questão deve ser discutida: qual é o Banco do Nordeste que vamos querer? Como ele deve agir?

Em que setores? Que perfil queremos que ele tenha? Com certeza, não teremos a resposta simplesmente pegando coisas avulsas e, até contraditoriamente, exigindo performances que não batem com o que estamos discutindo. É preciso muita responsabilidade – e sei que V. Ex^a possui – para analisar de maneira crítica, visando à reconstrução. Falo assim para deixar esclarecida a questão, pois algumas posições foram mencionadas.

A visão do desenvolvimento regional passa por industrialização, por crescimento econômico, por turismo e, paralelamente, por uma melhor educação, por uma melhor saúde. Que se tire o atraso, também, de vários pontos que foram mencionados: infra-estrutura, por exemplo. O Nordeste nunca será competitivo com determinadas regiões do País, se estiver de 15 a 20 anos atrasado em termos de infra-estrutura. O Nordeste nunca será competitivo em termos de infra-estrutura, se estiver 30 anos atrás em termos de educação.

Portanto, não é compreensível uma visão isolada de desenvolvimento regional nos dias de hoje, depois de sabermos de tudo, de termos passado por várias experiências de governos anteriores, desde Juscelino Kubitschek.

Por essa razão, só acredito em uma proposta realmente séria e concreta de desenvolvimento regional, se a liderança do processo estiver sob um comando político forte, tendo o Presidente da República não só a autoridade para executar os programas, mas também para interferir no programa dos outros Ministérios, quando esses programas se referirem às regiões mais pobres do País.

Como exemplo, apenas para ilustrar: se o Ministério da Educação tem um programa sobre o Fundef, sobre a educação básica, que visa a colocar todas as crianças dentro da sala-de-aula, evidentemente que esse programa que é feito no Ceará não pode ser o mesmo programa do Rio Grande do Sul, do nosso querido Senador Pedro Simon. Por uma razão muito simples: temos 30% da população analfabeta; 40% das crianças – e estou exagerando um pouco em alguns números – fora das salas-de-aula, e o Rio Grande do Sul tem 2%. Tem que ser programas diferenciados do Fundef. O Nordeste não pode ter o mesmo Fundef que o do Sul e do Centro-Sul.

Um programa de saúde, por exemplo, o SUS, o programa médico de família, equipe de família, não pode ser o mesmo em Santa Catarina, onde estive, aliás, nesse fim de semana. É um Estado belíssimo e riquíssimo, com um potencial fantástico, mas eviden-

temente muito diferente do nosso semi-árido, cujas dificuldades conhecemos tão bem.

Então, se não perceber, no Presidente da República e no Governo como um todo, essa disposição no Ministro da Integração Regional para, além de dar prioridade para seus programas, ter a capacidade de interferência no programa dos outros ministérios, não vou, ainda, ter a confiança que sempre sonhei e quis ter em relação a um programa sério de desenvolvimento regional.

E isso, por quê? Porque acredito que temos um Ministro que tem a liderança e a capacidade para fazer esse programa. E, com toda sinceridade, nada me leva a dizer isso em função da nossa amizade ou da admiração pessoal que tenho por V. Ex^a, mas, pelo que conheço do seu trabalho. Se lhe forem dados os mecanismos, os equipamentos e as ferramentas suficientes para realizar esse trabalho, sinto-me, apesar de Senador de Oposição, plenamente confiante que, desta vez, estamos encarando o problema com toda a seriedade que a justiça social e que a posição ética deste País exigem em relação não ao Nordeste, mas em relação àqueles que são mais pobres, mais desprovidos e mais marginalizados deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra, Sr. Ministro.

O SR. CIRO GOMES – Eminentíssimo Senador Aloizio Mercadante, é uma honra para mim a interferência de V. Ex^a nessa discussão. V. Ex^a lidera o nosso Governo, no Senado Federal, e acredito, sem demérito a ninguém, que ninguém melhor do que V. Ex^a para bem desempenhar essa tarefa, seja porque tem todos os dotes de lealdade, de fidelidade e de consciência, valores eleitos ao redor da liderança do Presidente Lula nessa quadra, seja pela experiência acumulada pelo brilho intelectual. De maneira que, quando V. Ex^a menciona, assim tão generosamente, minhas qualidades, só faço disso um instrumento adicional de uma velha já amizade e de uma grande admiração que só crescem, inclusive pela independência com que V. Ex^a, nos nossos debates internos, tem colocado as suas preocupações, sempre seguidas de sugestões muito sábias do que alternativamente poderia ser feito.

Partilho completamente da visão, até porque há um feliz encontro, uma coincidência, pura e simplesmente, entre um Presidente da República que saiu de Caetés, numa seca, num pau-de-arara, para fazer sua vida em São Paulo, e um modesto filho de funcionários públicos que nasceu em Pindamonhangaba e foi se criar em Sobral, para ser descoberto por esse grande brasileiro Tasso Jereissati e ter tido as oportu-

nidades que tive, como Prefeito de Fortaleza e como Governador. Ao Governador Tasso Jereissati devo essas oportunidades! Não será nunca a ocasião de exagerar e repetir a gratidão, o reconhecimento e a afinidade definitiva que alimento em relação a S. Ex^a, mas estava falando do Senador Aloizio Mercadante.

A questão das bolsas de estudo só mencionei aqui, porque era um dado fresco que ouvi ontem numa discussão, e era num contexto em que, de fato, estava dizendo que temos um **gap** de tecnologia que V. Ex^a nota no macro marco da baixa competitividade sistêmica, que só será superada por um conjunto articulado de ações, mas uma delas, central provavelmente, na minha concepção, é essa questão da capacitação dos recursos humanos. E eu não partilho de nenhuma visão xenófoba ou preconceituosa ou bairrista, até porque em ciência e tecnologia o que vige e o que deve viger no mundo e não vige tanto no Brasil quanto deveria é a meritocracia. Quer dizer, a Universidade de Paris, a Sorbonne, não tem par na França; a Universidade de Harvard tem pares, mas muito poucos, em Stanford, em MIT, e mais uma ou duas.

De maneira que é assim mesmo que se deve organizar o sistema de inteligência de um país, de inteligência estratégica, até porque a excelência é para poucos. E nisso não há nenhuma injustiça.

Entretanto, se fiz essa ponderação aqui, apenas concordando na substância com o argumento, é que essas coisas podem evoluir atavicamente. Quer dizer, de alguma forma o Nordeste de hoje é muito melhor do que o Nordeste da década de 50, e de alguma forma o Nordeste de hoje é muito pior do que o Nordeste da década de 50 – é o atavismo, o fatalismo. Nós temos uma economia pós-industrial de alta excelência, que aconteceu por acaso, espontaneamente; aconteceu por alguns insumos, por alguma consequência positiva da concentração de renda, aconteceu.

O que queremos é quebrar essa inércia atávica e tentar induzir com as ferramentas necessariamente públicas, que não dispensam parcerias privadas, e isso apenas quer dizer a partir da própria denúncia de que da disponibilidade de 30% dos fundos setoriais de ciência e tecnologia nem sequer 20% foram aplicados.

Portanto, o problema não é falta de recurso ainda, o problema de fato é uma baixa dinâmica, uma demanda ou um marco regulatório que não compreende as especificidades. Porque o que é ciência e tecnologia em Campinas, a bem do Brasil, não é ainda ciência e tecnologia para criadores de bodes e cabras no interior semi-árido. Mas o melhoramento genético, ou o manejo de caatinga, pensados pela Embrapa e que

estão na prateleira, se fossem difundidos ou a indução de institutos para-públicos, não necessariamente as estatais para-públicas ou para-privadas, neste primeiro momento, pode perfeitamente gerar uma demanda, em um primeiro momento, artificial em cima castas de cadeias produtivas que já estão revelados. É apenas um comentário que soma à percepção absolutamente correta que V. Exª trouxe ao debate.

Eminente Senador Antero Paes de Barros, a V. Exª também eu desejo agradecer o estímulo das palavras e a cobrança natural de um bravo expoente da nossa Oposição para dizer a V. Exª é que a nossa idéia é que a Sudam cumpra rigorosamente o mesmo itinerário institucional. Junto os projetos virão, se for assim a decisão do Presidente Lula, ou por medida provisória ou por projeto de lei. Virão exatamente no mesmo formato, na mesma estrutura e no mesmo calendário.

A discussão está sendo feita por esse conjunto de coisas e eu estou conversando com os Governadores. Não sei se nós teremos uma dinâmica de fazer seminários abertos, mas houve mais ou menos uma concordância de que, já que garantimos que será o mesmo resultado, provavelmente a discussão estará contemplada, até porque haverá essa discussão em São Paulo, uma no Rio e outra em Belo Horizonte; aqui no Distrito Federal, onde estamos, é Centro-Oeste. Tivemos que conversar novamente com o Senador Blairo Maggi e, evidentemente, não podemos fazer um bom projeto que dispense a contribuição de V. Exª e outros quantos desejem V. Exª fazer chegar a esse esforço de compreensão do que seria o melhor caminho.

O projeto da Ferronorte, que V. Exª citou como exemplo, também é da nossa preocupação. Há um crédito de 66 milhões da Ferronorte na extinta Sudam, que entrou na linha de prioridades e quero crer que 16 milhões estão quase prontos, salvo a superação de algumas restrições derivadas da Controladoria da União, que são restrições superáveis, na minha opinião superficial, mas há necessariamente que cumprir os itinerários disso. Imaginamos que será possível liberar 16 milhões, que permitirão a conclusão até Rondonópolis desse trecho para seguirmos pensando nos outros trechos da sequência desse grande e estruturante projeto, de que tenho toda a compreensão de quão gravemente importante é.

Devo dizer a V. Exª que a questão da defesa civil será superada na proposta orçamentária do ano que vem, mas não me conformo em esperar. Estou discutindo alternativas que, quem sabe, não causem mais tensão ao Tesouro Nacional – por exemplo, o cami-

nho de loterias, etc. Como não está pronta a proposta, peço a V. Exª vênia para não explicitá-la, mas estamos preocupados em colocar, ainda este ano, recursos no Fundo Nacional de Defesa Civil, que é uma mera rubrica orçamentária, sem consignação, que nos deixa no vexame a cada episódio, como Cataguases, o incêndio em Roraima, as enchentes no Sudeste brasileiro ou a seca no Nordeste. Em quatro meses, Senador Tasso Jereissati, tive que manejar incêndio na Amazônia, seca e cheia no Nordeste, cheia no Sudeste, e não há recursos. Tivemos que abrir créditos extraordinários.

Passemos à estatística de medida provisória: “O Presidente Lula, em três meses, já editou tantas medidas provisórias”. Quando se analisa o mérito, sou culpado de quatro: uma para prorrogar o Bolsa-Renda, por causa da seca no Nordeste, outra para carro-pipa, outra para a cheia no Sudeste e outra para o incêndio em Roraima.

Eminente Senador Tasso Jereissati, para mim é especialmente emocionante estar nesta situação, vendo V. Exª ocupar a cadeira que um dia foi do seu pai, o eminente Senador Carlos Jereissati, que deve estar, como eu, bastante orgulhoso e feliz em vê-lo desenvolvendo outra dimensão da personalidade pública exuberante de V. Exª, que, para mim, serve de modelo e espelho.

Não tenho que acrescentar absolutamente nada à concepção que V. Exª apresentou. Apenas por dever de prudência, quero dizer que não penso que isso seja uma necessária disputa de prestígio. Sei que V. Exª não pensa isso, e eu não me arriscaria a imaginar que tenho prestígio suficiente para subverter essa distorção histórica. A tarefa é grave. Claramente, a questão do desenvolvimento regional é o **locus** geográfico do verdadeiro drama brasileiro da concentração de renda, da miséria e da pobreza, é a origem da violência, não daquela que, infelizmente, imaginou o meu companheiro e de que já se desculpou, mas da violência real, da destruição de famílias, que conhecemos tão intimamente no Brasil, dos fluxos migratórios, etc.

Reverter isso é uma tarefa histórica que está reservada ao Presidente Lula. Os dados favoráveis são de que Sua Excelência quer, tem essa percepção e tem levantado a voz em reuniões, como ainda ontem o fez, determinando que esse viés do desnível regional seja referido nas macropolíticas, mas quero dizer que isso será uma luta de muitas batalhas, algumas vencidas e muitas perdidas. E estou psicologicamente condicionado pela confiança de que o Presidente quer fazer e de que não devemos abater-nos nas der-

rotas, que serão muitas. Agora mesmo, estamos na discussão do PPA, que chegaria a ser quase pitoresca, se não fosse tão grave a questão. Discutimos com o Planejamento, com a Fazenda, com a Casa Civil, e a coisa entra. O desnível regional vai fazer parte definitiva do corte de planejamento do País. Esta é a questão: a base territorial, a base das mesorregiões, onde explode a miséria brasileira, demanda ações com particularidades, especializações e contemporizações às realidades específicas. Perfeitamente, batalha vencida. Quatro ou cinco dias depois, tomamos a notícia de que o Ministério dos Transportes estava alocando os recursos da recuperação da malha viária. Não há um pedaço sequer de estrada considerado nessa questão, e lá vamos nós... E não há maldade, mas uma cultura de setorização no Governo. Não funciona a base geográfica, a lógica matricial. É a cultura da visão parcial. Esse é um constrangimento ancestral agravado hoje pela dimensão internacional, pela insensível dependência do País e por essa lógica de uma eficiência **stricto sensu**. Quem poderá condenar um critério que diz que a prioridade para a recuperação de estradas é o eixo Regis Bittencourt, por onde passam – esse é só um nome arbitrário, mas a proporção é exata – dez mil carros por hora, ou o tronco da BR-101, que atravessa a Bahia, paralela à bela estrada litorânea, que chama Linha Verde e está completamente destruída?

Fui, de carro, de Fortaleza ao Rio de Janeiro, alternando a BR-101 e a BR – 116, que estão completamente destruídas, onde o fluxo é de 1.500 carros por hora. Suponho que a proporção seja essa. Não tenho os números reais.

É evidente que o trabalho é mais complexo. E o discurso do coitadinho, do miserável não faz mais a diferença, por uma circunstância: a miséria de São Paulo, do Rio de Janeiro hoje é a mais barulhenta, a mais ruidosa, a mais assustadora do País. V. Exª é Governador do Estado e sabe como recrudescia o medo da nossa população quando a imprensa tomava uma pauta de episódios de violência nessas cidades. As pessoas ficavam com medo, pela instantaneidade da informação. E, logo em seguida, práticas que não conhecíamos começavam a ocorrer, como, por exemplo, assalto a prédios. Chega uma equipe de bandidos, fecha um prédio e, despudoradamente, assalta-o inteiro. Nunca tinha ouvido falar nisso. Nos nossos Governos juntos, tivemos um seqüestro, justamente quando estava na moda, na mídia. Então, trata-se de uma questão nacional que estamos preocupados em resolver.

Enfim, Senador Tasso Jereissati, concordo também com V. Exª na apreciação que faz da questão do BNB. Os números do FNE, no balanço do Banco do Nordeste, têm uma centralidade que não permitem brincar e tratar o tema setorialmente, porque isso aniquilaria o Banco do Nordeste, em gravíssimo prejuízo. Estamos bastante convencidos do passo que será dado, em absoluta interação com a Direção do Banco, em absoluto respeito ao esforço feito no saneamento do banco, que é notável, a despeito de todos os sacrifícios feitos pela administração anterior. Nosso Governo entende que a administração anterior foi “meritocrática”, é o nosso Governo, não sou eu, nosso Governo, o Ministro Palocci. O Presidente da República até determinou, como diretriz para a nova gestão, a cessação dos conflitos, da perseguição e dos abusos que aconteceram ali por impulsos corporativistas. E, quando discuto taxa de remuneração, por exemplo, imagino, para essas pequenas operações de liquidez mais duvidosa, de caráter mais de fomento, o **del credere** de 6%, como o Banco do Brasil, aumentar para o Banco do Nordeste. Porém, para as operações de eficiência capitalista ou neoliberal, como preferir V. Exª, a situação seria diferente, em proteção ao fundo, que é a minha tarefa. Mas não quero exercer bem minha tarefa comprometendo uma agência fundamental para o Nordeste do Brasil como é o Banco do Nordeste.

Quero agradecer a V. Exª, eminente Senador Tasso Jereissati, pelo privilégio da participação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Exª viu, pela vontade de participação, pelo número de Senadores que dialogaram com V. Exª, quão importante é o processo de integração nacional. Como V. Exª afirmou, o desenvolvimento deste País pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento do interior. Não há maneira de buscarmos o equilíbrio deste País e melhores condições de vida de nossa população se não desenvolvermos as regiões do Brasil e, dentro delas, procurarmos atuar nas mais necessárias.

A presença de V. Exª aqui foi um êxito para a Comissão de Assuntos Econômicos, para o Senado da República e para o Brasil, que pôde presenciar a exposição e os debates aqui travados.

Como Presidente e homem do Centro-Oeste, não posso deixar de somar a minha voz às vozes da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Antero Paes de Barros – não por regionalismo, mas pela firme convicção do que o Centro-Oeste pode oferecer para o Brasil.

Falamos dos Estados ricos aqui. Qual o problema deles? O desemprego e a violência. Eles possuem bons hospitais, bons médicos, boas escolas, centros de excelência em todas as atividades. Um Estado poderoso como São Paulo, por exemplo, que serviu de berço a V. Ex^a, possui um grande número de desempregados, beirando a 20%. São Paulo detém o maior índice de desemprego do País, como também o maior índice de violência. Por quê? Pela concentração de renda, pela concentração de pessoas. Se jogarmos isso para o Norte, Nordeste e para o Centro-Oeste, se dermos mais recursos para essas Regiões, não tenho dúvida nenhuma de que atenderemos ao objetivo nacional permanente, previsto na Constituição, de erradicar a pobreza, a marginalização, de reduzir as desigualdades regionais e as desigualdades sociais.

Sr. Ministro, com a franqueza que nos caracteriza a mim e ao senhor, devo dizer que V. Ex^a não expressou muita emoção pela criação da Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Como bem disse, está atendendo a uma determinação. Entretanto, devo dizer-lhe que mantenha esse propósito que atende ao Centro-Oeste, Região que V. Ex^a bem conhece, que acredita no seu trabalho e lhe quer bem. Por gentileza, empalme esse projeto com entusiasmo. Tenho certeza de que o Centro-Oeste corresponderá e que V. Ex^a vai marcar um tempo. Embora sendo homem do Centro-Oeste e tenha permanecido no Ministério por noventa dias, eu não consegui criar a Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Entretanto, tenho certeza de que V. Ex^a, como homem do Nordeste e que conhece o sofrimento das Regiões, ajudará a Agência do Centro-Oeste, substituta da antiga Sudeco, infelizmente extinta por ato impensado do ex-Presidente Fernando Collor.

Em nome desta Comissão e do Senado Federal, afirmo que estamos felizes com o resultado da reunião. Já são 15h e todos estiveram atentos à exposição e à explanação de V. Ex^a.

Cumprimento o Senador César Borges pela feliz iniciativa de requerer a vinda do Ministro.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h20min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em vinte e sete de maio de 2003, às 10: 00 horas.

Às dez horas do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet e com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Rupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Gerson Camata, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, João Ribeiro, José Jorge, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azevedo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixa de comparecer o Senador Paulo Octávio. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se a apreciação das seguintes matérias: **TURNOSUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº 01 – SUBSTITUTIVA, OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1999, TERMINATIVO**, que “autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica”. Autoria: Senador CARLOS PATROCÍNIO. Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01 – SUBSTITUTIVA. OBS: – Em 06-05-2003, foi aprovado Substitutivo Integral apresentado ao Projeto. Resultado: Durante o Turno Suplementar de Discussão do Substitutivo não foram apresentadas Emendas. De acordo com o art. 284 do R.I.S.F. o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, DE 2003, NÃO TERMINATIVO**, que “altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nº 40, de 2001, e o nº 43, de 2001”. Autoria: Senador ROMEU TUMA. Relator: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Foi concedida Vista a Senadora Serys Slhessarenko nos termos regimentais. **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1989 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO**, que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”. Autoria: Senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Pela aprova-

ção parcial do Substitutivo. OBS: Em 22-05-2003, foi concedida VISTA COLETIVA nos termos regimentais. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2003, NÃO TERMINATIVO, que “estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências”. Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2001, TERMINATIVO, que “institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública – FASIP”. Autoria: Senador ÁLVARO DIAS. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Parecer: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: A comissão decide pelo arquivamento por 18 votos favoráveis. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2002, TERMINATIVO, que “dá nova redação ao artigo 6º do Decreto-Lei nº 1435, de 16 de dezembro de 1975 (Imposto sobre Produtos Industrializados)”. Autoria: Senador MOREIRA MENDES. Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. OBS: Em 6 de maio foi concedida VISTA COLETIVA nos termos regimentais. Discutiram a matéria os Senadores Tasso Jereissati, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Aloísio Mercadante, Roberto Saturnino, Mão Santa, Fernando Bezerra, Pedro Simon e Efraim Moraes. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2001, TERMINATIVO, que “dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar”. Autoria: Senador LUIZ PONTES. Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Parecer: Pela rejeição do Projeto. OBS: Em 29 de abril foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2001, TERMINATIVO, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências’”. Autoria: Senador JONAS PINHEIRO. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2001, TERMINATIVO, que “altera a Lei nº 10177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”. Autoria: Senador ANTERO PAES DE BARROS. Relator: VALDIR RAUPP. Parecer: Fa-

vorável ao PLS Nº22 DE 2001 nos termos da Emenda Nº01 de autoria do Senador Moreira Mendes, com a Emenda Nº02 de Redação que apresenta e pela rejeição do PLS Nº23 DE 2001. OBS: Em 23 de abril foi concedida Vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais. Discutiram a matéria os Senadores os Senadores Aloísio Mercadante, Antero Paes de Barros, Jonas Pinheiro, Sérgio Guerra e Garibaldi Alves Filho. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 09, DE 1999, TERMINATIVO, que “estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”. Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES. Relator: Senador TASSO JEREISSATI. Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Discutiram a matéria os Senadores Fernando Bezerra, Sérgio Guerra, César Borges, Aloísio Mercadante, Garibaldi Alves Filho, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Roberto Saturnino, Mão Santa, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Patrícia Saboya Gomes, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Hélio Costa. Resultado: A Comissão decide pelo adiamento da matéria para o dia 10/06/03, em decorrência da aprovação do Requerimento Nº 31-2003-CAE, de autoria do Senador Aloísio Mercadante, convidando o Presidente do BNDES para uma Audiência Pública no dia 05/06/03, para instruir o projeto. EXPOSIÇÃO DO PREFEITO PAULO ROBERTO ZIULKOSKI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, E DO PREFEITO MARCELO DEDA CHAGAS, COORDENADOR GERAL DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, COM A FINALIDADE DE TRAZER AO CONHECIMENTO DOS PARLAMENTARES O POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUANTO A APLICABILIDADE DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (101/00), APÓS TRÊS ANOS DE SUA APROVAÇÃO, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nºs 19 E 23-CAE, DE 2003, DE AUTORIA DOS SENADORES PEDRO SIMON E ROBERTO SATURNINO, RESPECTIVAMENTE. RESULTADO: CANCELADA. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2003, NÃO TERMINATIVO, que “acrescenta parágrafos ao artigo 7º da Lei nº 8631, de 4 de março de 1993 (limita a aplicação de redutor sobre os saldos credores dos concessionários de energia elétrica na Conta de Resultados a Compensar - CRC)”. Autoria: Deputado AIRTON DIPP. Relator: Senador EFRAIM MORAIS. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. FORAM, AINDA, APROVADOS OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 31-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, requerendo, nos termos regimentais, que seja convidado o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para uma Audiência Pública nesta Comissão, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 09, de 1999, que “estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências”. REQUERIMENTO Nº 32-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, requerendo, nos termos regimentais, que se faça um convite à Ministra de Estado das Minas e Energia e ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia Metropolitana de Eletricidade de São Paulo (ELETROPAULO) e da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para prestarem esclarecimentos, em audiência pública nesta Comissão, sobre as operações de venda das ações da ELETROPAULO E CEMIG à empresa norte-americana AES. REQUERIMENTO Nº 33-CAE, DE 2003, de autoria das Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes, requerendo, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença dos Ministros da Fazenda, Antônio Palocci; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; dos representantes do Governo Brasileiro no Banco Mundial, Amaury Bier e no BID, Martus Tavares; do Diretor do Banco Mundial no Brasil, Vinot Thomas e do Representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, a fim de discutir sobre as estratégias de assistência ao Brasil do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo em vista o processo de discussão e elaboração em curso dos Planos de Desenvolvimento Plurianuais, os quais orientam a elaboração dos orçamentos anuais governamentais. REQUERIMENTO Nº 34-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, requerendo que seja convidada a Ministra do Meio Ambiente, para prestar pessoalmente informações, perante a Comissão, sobre programa governamental de exploração da Amazônia mediante concessões. REQUERIMENTO Nº 35-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicita a realização de Reunião de Audiência Pública para debater o anunciado Programa de Desenvolvimento da Amazônia, com a presença dos Ministros da Agricultura, da Integração Nacional, das Cidades e do Meio Ambiente. REQUERIMENTO Nº 36-CAE, DE 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que requer, nos termos regimentais, que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Agricultura para que compareça à Co-

missão de Assuntos Econômicos, a fim de prestar informações sobre a situação econômica dos produtores brasileiros de alho, em virtude do excesso de importação do produto, e sobre a grande discussão em torno dos alimentos transgênicos. REQUERIMENTO Nº 37-CAE, DE 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a presença do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, do Governador do Estado do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene, e do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha, a fim de prestarem informações sobre as perdas dos Estados exportadores, a partir da nova ordem tributária proposta, bem como a respeito dos mecanismos criados para compensar essas desonerações. REQUERIMENTO Nº 38-CAE, DE 2003, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Hélio Costa, que requer, nos termos regimentais, uma investigação no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômico – CADE sobre o leilão de privatização da Empresa de Energia Elétrica de São Paulo – Eletropaulo, realizado em 1998, o qual apresenta evidências de irregularidades, tendo em vista denúncias de um suposto acordo entre as empresas concorrentes, Enron e AES. REQUERIMENTO Nº 39-CAE, DE 2003, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, uma investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômico – CADE sobre a conduta das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo as quais apresentam indícios de abuso do poder econômico e de ação concertada, na forma de conluio, contrariando os interesses da população da cidade de São Paulo. REQUERIMENTO Nº 40-CAE, DE 2003, de autoria do Senador César Borges, que requer, nos termos regimentais, o envio de Representação Externa à soleinidade que acontecerá na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 28 de maio próximo, evento que contará com a presença do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está aberta a 20ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores de que nossa pauta de hoje é um pouco extensa. Há algumas matérias polêmicas para as quais estamos tentando buscar um acordo. Teremos também uma audiência pública a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal com o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Item nº 1.

Trata-se de um projeto em turno suplementar de discussão da Emenda nº 1, substitutiva. Foi oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1999, que é terminativo. Autoriza o uso de gás natural ou de gás liquefeito de petróleo como combustível para os veículos que especifica.

O projeto é de autoria do Senador Carlos Patrocínio. É Relator o Senador Delcídio Amaral, que já está a caminho do plenário. Como não há leitura de parecer e não foi apresentada qualquer emenda, de acordo com o Regimento Interno, tratando-se de matéria em turno suplementar de discussão do substitutivo, e de acordo com o art. 284, como Presidente considero o substitutivo definitivamente adotado.

Item nº 2.

É Relator o ilustre Senador César Borges, que aqui se encontra. O projeto é de autoria do Senador Romeu Tuma. É um Projeto de Resolução do Senado nº 09/2003, não-terminativo. Altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nº 40/2001 e nº 43/2001. O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador César Borges para que possa explicar o projeto e ler o seu parecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetida à apreciação desta Comissão o Projeto de Resolução nº 09/2003 de autoria do Senador Romeu Tuma. Altera o critério de determinação da receita corrente líquida constante das Resoluções nº 40/2001 e nº 43/2001.

A proposta estipula que o cálculo da receita corrente líquida utilizado na apuração dos limites de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seja realizado com base na atualização mensal das receitas arrecadadas pelo índice geral de preços, disponibilidade interna, o IGPDI.

Determina também que o Senado Federal publique no **Diário Oficial da União** as referidas resoluções com as alterações decorrentes do presente projeto e ainda que essas produzirão efeitos sobre as apurações da receita corrente líquida referente aos exercícios de 2002 e seguintes.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Resolução nº 09/2003. A análise, Sr. Presidente, é a de que a apuração da receita corrente líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como determinada nas Resoluções nº 40/2001 e nº 43/2001, não leva em conta os efeitos da inflação sobre a receita pública. Essa metodologia refletiu um contexto de estabilidade monetária.

O processo de estabilização de preços que se seguiu à implantação do Plano Real não implicava qualquer mudança significativa no resultado da apuração da receita corrente líquida, fosse considerada ou não a inflação corrente. Todavia, a partir do segundo semestre de 2002, a economia brasileira foi afetada por forte instabilidade macroeconômica, expressiva volatilidade do mercado financeiro decorrente da transição política que se avizinhava e da ainda expressiva dependência de recursos internos de que padece a economia brasileira. Isso acabou por provocar a desvalorização do real frente ao dólar, elevando, conseqüentemente, os índices de inflação.

As próprias autoridades econômicas, ao elevarem a meta de inflação para o corrente ano para 8,5%, que não deverá, inclusive, ser cumprida – deverá ser maior, Sr. Presidente –, em verdade, devem reconhecer a mudança de patamar ocorrido nos mais diferentes índices de preços calculados na economia e recolocar uma estabilidade monetária nos centros das discussões que afetam e orientam a formulação e execução das políticas econômicas.

Logicamente, a instabilidade econômica instaurada na economia brasileira a partir de meados de 2002 atinge sobremaneira a capacidade de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, conseqüentemente, o financiamento do gasto público, dado que variáveis utilizadas na avaliação da capacidade de pagamento são subestimadas por não se levar em conta a variação de preços notadamente na apuração da receita corrente líquida.

Nessas circunstâncias e com esse entendimento, é imposta restrição à capacidade dos Estados e Municípios em gerir as suas finanças. Esses são duplamente afetados: em primeiro lugar, em virtude do aumento dos encargos financeiros de suas dívidas, que são indexadas aos diferentes índices de preços, ao dólar e ao próprio comportamento das taxas de juros; segundo, devido à redução de sua capacidade de obter empréstimos e financiamentos, uma vez que os limites atinentes ao seu endividamento, como hoje apurados, deixam de refletir suas reais possibilidades de absorver novos encargos e obrigações financeiras.

Em contextos em que as variações de preços adquirem significância, como é o caso atual, há que se corrigirem as distorções introduzidas nos parâmetros de avaliação financeira dos Estados e dos Municípios e que nenhuma relação trazem com sua efetiva capacidade de pagamento de obrigações financeiras ou não.

Enfatiza-se, por fim, que, por ocasião da definição da receita corrente líquida, teve-se a preocupação de defini-la num primeiro momento como a representação da efetiva capacidade de endividamento dos entes federados.

No contexto de estabilidade monetária assegurada, a lógica seguida para a definição daquele parâmetro foi a de isolar ou não considerar para sua apuração os possíveis efeitos restritivos provenientes das variações dos preços, porque eram, àquela época, inexpressivas, senão inexistentes.

Sublinhe-se também que a modificação proposta irá possibilitar tão-somente que a apuração da receita corrente líquida se faz em consonâncias reais, circunstâncias que limitam e afetam as finanças estaduais e municipais, sem que, para tanto, sejam introduzidos mecanismos que prejudiquem o controle sobre o processo de endividamento público ou que distorçam a apuração da efetiva capacidade dos entes públicos em arcar com as suas obrigações, até porque as receitas públicas centradas, sobretudo nos impostos e nas contribuições, estão naturalmente correlacionadas aos índices de inflação.

O controle sobre endividamento fundamenta-se e adquire conteúdo em parâmetros de aferição da real capacidade de pagamento dos Estados. É a partir dessa variável que se estipulam os limites que informam o controle sobre o endividamento público, e ela se expressa basicamente a partir da apuração da receita corrente líquida.

Portanto, a metodologia de sua apuração tanto pode ensejar a expansão artificial dos limites de endividamento quanto impedir a expansão justificada e realista desses limites.

A introdução da atualização monetária dos valores nominais das receitas públicas objetiva evitar a segunda distorção sem que se promova a primeira.

Portanto, Sr. Presidente, em face do exposto, sou pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, de 2003, do Senado Federal.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Feito o relatório, coloco a matéria em discussão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Considerada a complexidade da matéria, solicito vista do projeto

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto se mais algum Senador deseja pedir vista. Se alguém mais solicitar, será concedida vista coletiva.

Está concedida a vista do projeto à eminente Senadora Serys Slhessarenko.

Com relação ao Item nº 3, tenho conhecimento de que o Senador Romero Jucá se encontra reunido com alguns Prefeitos. Portanto, passarei ao Item nº 4, já que o Item nº 3 é complexo e o Relator está reunido.

Se me permitem, vamos ao Item nº 5. Projeto terminativo, que institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública. Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto, de autoria do eminente Senador Álvaro Dias, foi apresentado com o bom propósito de instituir o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública, que deveria ser cobrado pelos Municípios. Entretanto, este projeto foi apresentado no ano de 2001 e ficou prejudicado por outro já aprovado nesta Casa, que é uma emenda à Constituição que institui a TIP – Taxa de Iluminação Pública.

Assim sendo, indicamos o arquivamento do projeto de lei, uma vez que o que pretendeu o eminente Senador Álvaro Dias já foi devidamente atendido pela emenda constitucional que criou a Taxa de Iluminação Pública.

Portanto, o parecer é pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer do Senador Jonas Pinheiro é pelo arquivamento.

A matéria está em discussão.

Em votação o projeto.

O projeto é terminativo e pelo arquivamento. Mas a votação é nominal. Farei uma votação rápida. Quem concordar pelo arquivamento, vota “Sim”.

(Procede-se à votação.)

Vou dispensar a chamada dos suplentes porque já ultrapassou o número.

Por unanimidade, o projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item nº 6:**

Projeto de lei do Senado, com caráter terminativo, que dá nova redação ao art. 6º do Decreto Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, que tem parecer favorável com Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Em 6 de maio, foi concedida vista nos termos regimentais.

Não foram apresentados votos em separado.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, Relator do projeto, para proceder ao relatório.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como foi dito, pediram vista coletiva.

Meu voto é pela aprovação do projeto com duas emendas. A primeira acrescenta ao PLS nº 149, de 2002, o seguinte art. 2º, renumerado para art. 3º, que passo a ler:

“Art. 2º. Para fins do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo procederá à estimativa de renúncia de receita, em decorrência do disposto nesta lei, e implementará as medidas de compensação cabíveis dentro de noventa dias contados da sua publicação.”

Emenda nº 2, da CAE:

“Dê-se ao art. 2º do PLS nº 149, de 2002, renumerado para art. 3º, a seguinte redação:

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos orçamentários e tributários a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior.”

Era o que tinha a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão, o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, elaboraram um projeto de lei – peço ao Relator que reflita sobre o assunto –, permitindo a isenção do IPI para alguns produtos de origem vegetal, de extração vegetal da Amazônia, como o óleo de copaíba, antibiótico natural de grande eficácia e de longa tradição da farmacologia indígena, que está sendo valorizado e estimulado.

Então, a partir de uma análise específica de um produto com potencial, criaram essa possibilidade.

Além disso, há uma série de incentivos na própria Zona Franca de Manaus. Acabamos de aprovar a isenção fiscal, não só do IPI, mas também do Cofins e do PIS, esta semana, estimulando a Zona Franca, especialmente na área de plásticos, duas rodas e eletroeletrônicos, pois é um pólo industrial importante da região.

Entretanto, se ampliarmos a isenção do IPI para toda e qualquer matéria-prima agrícola, inclusive de origem pecuária, estaremos criando uma distorção no tratamento de setores, dentro das atividades econômicas, que desequilibra inclusive a relação da Amazônia com outras regiões, como o próprio Nordeste, o semi-árido, que encontra uma dificuldade muito grande em relação à natureza, à capacidade de produção, à concentração da população, ao PIB **per capita**.

Penso que isenções fiscais abrangentes, como a proposta nesse projeto de lei, sem o estudo mais detalhado e criterioso, agrava os desequilíbrios regionais. Trata-se de uma isenção muito ampla, sem critério, para todo o tipo de atividade.

Por isso mesmo, solicito aos Senadores que reflitam um pouco mais. Não sei se, do ponto de vista regimental, é possível pedir o adiamento dessa votação para discutir e ver se fazemos algum tipo de isenção mais dirigida e seletiva, a exemplo do que foi feito com o óleo de copaíba, e não uma isenção geral para toda a Amazônia, de todos os produtos de origem vegetal, incluindo a pecuária, que, diria, vai trazer distorção. Não é um caminho promissor.

Se há alguma possibilidade regimental, gostaria de utilizá-la.

Peço a consideração do Plenário para que não façamos uma votação apressada de uma matéria que tem implicações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É um desafio que V. Ex^a formula para ver se há possibilidade regimental. A Mesa vai esclarecer que a vista foi concedida em caráter coletivo. Então, pedido de vista não cabe. Pedido de adiamento, se alguém requerer e houver a concordância do Relator, coloco em votação.

Faço um apelo ao Relator para saber se concorda com o adiamento da matéria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aguardo o requerimento por escrito que a Mesa vai preparar e levar para V. Ex^a assinar.

Em votação o pedido de adiamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Item nº 7.

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo, destinado ao transporte escolar. Autoria do Senador Luiz Pontes. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Em 29 de abril foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, e ninguém apresentou voto em separado.

Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 146, de autoria de Luiz Pontes, ora submetida à decisão terminativa nesta Comissão, objetiva a isentar do IPI, até 31 de dezembro de 2005, os veículos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Até que data?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Até 31 de dezembro de 2005, os veículos, automóveis para transporte de 9 pessoas ou mais, incluindo o motorista. Classificados na posição 87/02, da Nomenclatura Comum do Mercosul, quando adquiridos pelos Municípios e destinados ao transporte escolar.

Na justificativa, o autor descreve a situação precária do transporte escolar em muitos Municípios brasileiros e suas seqüelas.

Quanto à análise da constitucionalidade do projeto, não há reparos a fazer. A União de fato é competente para legislar concorrentemente sobre Direito Tributário e com exclusividade sobre o IPI. Nos termos do art. 48, I, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário.

Também é atendido, no caso, o disposto no art. 150, § 6º, da Constituição, segundo o qual a isenção de imposto só pode ser concedida mediante lei específica que regule exclusivamente a matéria.

Quanto à juridicidade, a Constituição prevê lei complementar sobre finanças públicas e lei anual sobre diretrizes orçamentárias, que, entre o mais, explorado sobre a legislação tributária.

A interpretação conjugada dos dois diplomas leva à conclusão de que a proposição sob exame, por versar sobre concessão de isenção em caráter não

geral, deveria estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e medidas de compensação no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, o Relator está com a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – A Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO impõem, assim, condições no que tange à renúncia de receitas, desatendidas assim **in casu**, uma vez que a proposição não está acompanhada de estimativa de renúncia de receita, decorrente da sua eventual aprovação.

No mérito, não obstante os argumentos expendidos pelo autor em prol da isenção tributária pretendida, há razões que apontam para a inconveniência de sua aprovação. Citaria como principais os seguintes argumentos: o IPI é um imposto objetivo e, como tal, grava o produto segundo o critério constitucional da seletividade. Exonerações concedidas em função do destinatário ou do uso final do produto dificultam a administração do tributo e facilitam desvios. À União só cabe 43% do produto da arrecadação do IPI, uma vez que por desígnio constitucional 57% é repartido da seguinte forma: 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios, 21,5% para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, 10% para os Estados e Distrito Federal proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, dos quais um quarto é entregue aos Municípios, e 3% para os Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Qualquer redução na arrecadação desse imposto prejudica, então, mais o conjunto dos entes federados do que a própria União, posto que Estados e Municípios perdem, respectivamente, 29% e 25%.

Outras razões, Sr. Presidente, apontam para a desnecessidade do benefício. Eu citaria o fato de que o Ministério da Educação instituiu, em 1994, o Programa Nacional de Transporte Escolar, executado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que prevê assistência financeira a Municípios e organizações não-governamentais para aquisição de veículos para transporte dos alunos matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental, com prioridade aos residentes no meio rural e aos alunos com necessidades especiais.

Os veículos utilizados no transporte escolar estão, na sua quase totalidade, desonerados já do IPI por força de sua classificação nos códigos com alíquota zero da Tabela de Incidência do IPI, a chamada TIPI. A alíquota zero tem o mesmo efeito desonerador de uma isenção, mas apresenta a grande vantagem da agilidade na sua fixação.

Com efeito, com fundamento no art. 153, § 1º da Carta Magna, o Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, faculta ao Poder Executivo reduzir até zero ou acrescentar até trinta pontos percentuais a alíquota do IPI fixada em lei. Embora a alíquota zero em questão possa ser elevada pelo Poder Executivo, é certo que a sua fixação nesse patamar está lastreada em razões de política econômica e social que objetivam desonerar o transporte coletivo e que têm, pois, caráter permanente. Assim sendo, Sr. Presidente, diante do exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2001.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, por ora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, o parecer é pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para discutir.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito ao parecer do Senador Geraldo Mesquita Júnior e entendendo suas razões, eu queria dizer que hoje o maior problema nos pequenos Municípios do interior do País, para firmar o índice de 98% das crianças nas salas de aula, é o transporte escolar. Esse é um problema hoje essencial. Vez por outra, ainda nos deparamos com acidentes, principalmente no Nordeste, decorrentes do transporte irregular feito pelos velhos caminhões, chamados paus-de-arara. Os estudantes são transportados para a sala de aula em carrocerias de caminhonetes, sem a menor segurança. Parece-me que o objetivo do Senador Luiz Pontes, ao elaborar esse projeto, foi justamente facilitar a compra, por parte dos Municípios, de veículos que viessem a sanar esse problema que, talvez, seja o mais grave hoje no ensino básico brasileiro.

Trata-se de pagamento de IPI, ou seja, é uma simples transferência do Município para a União, do mais pobre para o mais rico – no caso, do Município para a União –, fica no setor público esse recurso. Não é um incentivo dado à iniciativa privada ou ao consumidor final, mas ao Município e ao mais pobre. Os Municípios ricos não têm necessidade de transporte escolar, como há necessidade nos Municípios

que têm área rural muito grande e precisam buscar os seus alunos em áreas bastante distantes.

Por essa razão, eu registro a importância de que seja dado aos Municípios esse benefício como um estímulo importante à educação no Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicitou a palavra, pela ordem, o Senador Antero Paes de Barros. Logo a seguir, falará V. Exª, Senador Almeida Lima e, depois, o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em que pesem as alegações apresentadas pelo Relator, eu desejo acompanhar o raciocínio feito pelo Senador Tasso Jereissati e pelo autor do projeto, o Senador Luiz Pontes.

Por um lado, o Município deixa de ganhar quando há isenção, mas, por outro, somente o transporte escolar será comprado com essa isenção. Entendo que os Municípios precisam ser mais apoiados. Eu gostaria, inclusive, que esta Comissão apreciasse uma proposta que tramita no Senado Federal – acredito esteja ela na Comissão de Assuntos Econômicos – para que pudéssemos também isentar de IPI os Municípios e os Estados no caso de aquisição de ambulâncias.

Isso ajudará a viabilizar a educação brasileira. Os Estados solicitados pelos Municípios não podem ajudar. Eu ouvi, na semana passada, no programa **Voz do Brasil**, o Ministro da Educação dizendo que fará um esforço para ajudar os Municípios a adquirirem o transporte escolar. Esse é um investimento imprescindível para que possamos atingir a meta que desejamos, ou seja, zero de analfabetismo no Brasil.

Portanto, entendo que o Senador Luiz Pontes apresenta um projeto da maior grandiosidade. Eu gostaria que o Relator revisse o seu posicionamento e que a Comissão de Assuntos Econômicos entendesse que a isenção é exclusivamente para veículos adquiridos pelos Municípios, exclusivamente para o setor público. Não estamos aqui fortalecendo a isenção para o setor privado.

Esse é um apoio importante que ofereceremos à educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição que os meus olhos contemplam, é a vez do Senador Almeida Lima. Depois será a do Senador Aloizio Mercadante. Eu não sei se o microfone levantado do Senador Mão Santa é indício de que S. Exª gostaria de falar. (Pausa.)

É para falar. Pois bem, o Senador Roberto Saturnino usará da palavra antes do Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, faço minhas as palavras do Senador Tasso Jereissati, que representa, sem dúvida alguma, a situação por que passa o Nordeste brasileiro nessa questão.

Muitos municípios utilizam, alugados pela Prefeitura Municipal, até mesmo os famosos paus-de-ara, o que tem resultado em acidentes horrorosos, a exemplo de um que ocorreu há dois anos no Município de Nossa Senhora da Glória, interior de Sergipe, que vitimou alguns estudantes. Eram jovens que moravam em povoados distantes do centro e frequentavam a escola.

Esta é a nossa realidade. É dispendioso construir escolas em povoados, sobretudo quando a demanda é pequena: dez alunos para o 2º Grau, vinte alunos para o 1º Grau. É impossível construir escolas, abrir cursos e manter a escola com professores. É mais fácil o transporte do aluno da zona rural para a área urbana do Município.

Portanto, com o devido respeito ao parecer do nobre Relator, eu me permito discordar. Voto pela aprovação do projeto. No entanto, chamo a atenção do Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, para o seguinte: se houvesse a apresentação de uma única alternativa, eu deixaria de votar contra este projeto, no sentido de suprir – pelo menos na região que conheço diretamente, o meu Estado, Sergipe –, pelo Governo da União, de transporte coletivo escolar todos os Municípios, e não apenas a isenção tributária quanto ao IPI.

Os Municípios do Nordeste mereciam não um programa acanhado, como hoje se verifica, junto ao FNDE, para suprir alguns Municípios do transporte escolar. Precisamos de um programa mais arrojado, e não apenas a eliminação do IPI. Considero a isenção do IPI ainda muito pequena, acanhada, pois inúmeros Municípios não têm condições de suprir a sua população estudantil que reside na área rural do transporte necessário.

Portanto, por essa razão, peço a compreensão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores no sentido de que este projeto seja aprovado por todos nós.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havia pedido a palavra, antes de V. Ex^a, o Senador Roberto

Saturnino. Logo a seguir, concederei a palavra a V. Ex^a; depois, ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, recebi, para relatar nesta Comissão, uma vintena de projetos de isenção de IPI – todos apensados –, para finalidades muito díspares. Entre eles, há um projeto de isenção de IPI para veículos de transporte escolar para Municípios com menos de 50 mil habitantes, o que me parece mais consentâneo com as razões alegadas pelo Senador Tasso Jereissati, de vez que os grandes Municípios, em geral, são urbanos. Não têm área rural e dispõem de mais recursos, o que não ocorre com os pequenos Municípios.

Ocorre que este projeto deveria ter sido apensado ao outro, mas não foi, pois escapou ao propósito de apensamento de todos os projetos referentes à isenção de IPI. Penso, por exemplo, que o outro projeto tem mais méritos na medida em que visa, especificamente, os pequenos Municípios. Agora, o Relator aponta para programas do Governo Federal que já existem por parte do Governo Federal e dos quais precisávamos conhecer o alcance.

O que quero dizer é que acho que não deveríamos votar esse projeto hoje sem que houvesse a consideração também de outro projeto de cujo autor não me recordo. Existe também um de isenção para ambulâncias, mas também de pequenos Municípios, sempre focalizando os Municípios mais carentes de recursos e não os grandes Municípios, que possuem condições melhores.

Assim sendo, Sr. Presidente, também requeiro o adiamento da votação desse projeto, tendo em vista a existência desse outro e o fato de que este, sim, deveria ter sido apensado àquele, e não outros que foram apensados e que tratam de isenção de IPI para finalidades completamente diferentes.

Essa é a minha consideração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem de inscrição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço atenção, porque acho que o parecer é preciso e gostaria de esclarecer alguns pontos que, seguramente, permitem um consenso nesta Comissão.

Em primeiro lugar, já existe um Programa Nacional de Transporte Escolar, com recursos do FNDE, que é para os pequenos Municípios, para o transporte escolar em geral. Esse projeto existe desde 1994 e, de fato, tem tido uma ampliação importante da frota,

ainda que nem todos os Municípios tenham sido atendidos.

Em segundo lugar, o Senado Federal votou o Projeto de Lei nº 4.476, de 2001, que estende o apoio da União para Estados e Municípios especialmente para o transporte para alunos da zona rural, não só para o ensino fundamental como também para o ensino infantil e médio.

Então, existe um projeto, para o qual há recursos, e a cobertura está sendo ampliada, porque nos Municípios de origem rural temos uma demanda maior para o ensino fundamental, incluído o ensino infantil e médio.

E, finalmente, Sr. Presidente, a alíquota para transporte escolar já é zero. Mas é zero para os produtos feitos no Brasil. Se transformarmos a alíquota zero em isenção para qualquer veículo escolar, estaremos abrindo a porta para a importação de veículos destinados ao transporte escolar, o que acho que não é o objetivo desta Comissão. Devemos manter o que tem no Decreto nº 4.542, que é o que está em vigor, que estabelece a tabela do IPI, e a tabela do IPI já estabelece alíquota zero para todos os carros a diesel e movidos por outras formas de combustível para transporte escolar, inclusive para 10 passageiros. O que a lei não permite hoje é a alíquota zero quando o produto é importado, porque existem alguns veículos que poderiam ser utilizados para transporte escolar e que as montadoras ou outras fábricas importam, e isso não interessa ao Brasil.

Acredito que a legislação já cobre toda a preoocupação dos Senadores, a alíquota já é zero para o transporte escolar, mas está enfocada na produção automotiva nacional, e acho que é o que deveríamos manter.

Feito este esclarecimento, tenho certeza de que conseguiremos construir um consenso a favor do parecer do Relator, que é bastante preciso, cuidadoso, e é a política que eu diria que temos que manter e que já vem sendo adotada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Ramez Tebet, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto o drama como o companheiro Tasso Jereissati o sente. Ainda mais porque fui Prefeito e vi que isso é uma necessidade ímpar e é o menor investimento que se pode fazer para a educação. Sou totalmente favorável a que seja da melhor maneira possível, mas, evidentemente, deve-se considerar o aspecto nacionalista e valori-

zar os automotores nacionais. Mas quero dizer que o problema existe.

Na semana passada, fui a uma cidade do Piauí, Batalha, e vi estudante sendo transportado em caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa, vou pedir ao Senador Roberto Saturnino que formalize o seu requerimento de adiamento.

Eu quase nunca entro nas discussões, mas considero esta matéria de muita importância mesmo, porque venho do Mato Grosso do Sul e sei o que se está passando lá. As Prefeituras estão arcando com o transporte dos alunos das escolas municipais e estaduais. Está havendo, inclusive, uma briga forte, até judicial, entre os Municípios e os Estados. Os alunos não podem ficar prejudicados.

Agora, se há uma ponderação forte como essa do Senador Aloizio Mercadante, de que a alíquota já é zero para os produtos nacionais, e como há um requerimento do Senador Roberto Saturnino, que tem procedência, vou, por uma questão de lógica e equidade, adotar o mesmo critério que adotei há pouco.

O Senador formaliza o pedido de adiamento. Acredito que o Relator vá concordar. Coloco a matéria em votação, mas ainda sem apensar. Por quê? Vamos ver os esclarecimentos que virão efetivamente a respeito desta matéria. Como vamos passar para a opinião pública inclusive que não vamos dar IPI para veículo nacional transportar? Agora, se há uma palavra de que já existe a alíquota zero, desde que o veículo seja nacional, tudo bem. Não quero cometer nenhuma injustiça com o Senador Fernando Bezerra, que parece que estava inscrito. Eu é que falei na sua frente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a tem todo o direito, inclusive equilíbrio bastante nas ponderações que fez em relação ao projeto.

A minha palavra já foi prejudicada porque as ponderações que eu faria já foram feitas pelo Senador Aloizio Mercadante e por V. Ex^a. De modo que as considero muito equilibradas e acompanho a proposta que V. Ex^a faz ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, queria a palavra de V. Ex^a sobre o pedido de adiamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele concordou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Efraim Morais havia pedido a palavra.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero deixar claro que esta matéria já teve pedido de vista concedido. Agora entendo, e V. Exª tem razão, que ela não pode ser apensada. Temos que votar essa matéria, não podemos retirá-la para ser apensada. O PFL vai concordar com o entendimento para que a matéria volte à pauta na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho certeza de que o Relator vai juntar toda a legislação que existe sobre este assunto no seu parecer. Já vi o eminente Relator, com toda humildade, em situações adversas, dizer que tem humildade para ser convencido ou não da matéria.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quero apenas dizer que a argumentação do Senador Aloizio Mercadante é bastante forte realmente.

Havendo alíquota zero, eu basicamente concordo que o objetivo maior está satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco o pedido de adiamento em votação. Ele já possui a aquiescência do eminente Relator.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria está adiada.

O SR. PRESIDENTE PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, já estamos atrasados. Estão aí os nossos convidados e eu pediria que, se fosse possível, fosse colocado o primeiro item da pauta suplementar, que é tranqüilo e tenho certeza de que será aprovado com a maior tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não tenho dúvida, vou colocá-la em votação, mas ainda há duas matérias para serem votadas.

Passa-se à apreciação do **Item 8**.

Dá nova redação ao § 5º do art. 1º da Lei 10.177, que dispõe sobre operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de autoria do Senador Jonas Pinheiro. Esse projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº23, de 2001, é terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, concede melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal sul-mato-grossense.

Ele tem parecer favorável, nos termos da Emenda nº1, de autoria do Senador Moreira Mendes, com a Emenda nº2, de redação, que apresenta, e pela rejeição do PLS 23, de 2001.

Em 23 de abril foi concedido vista ao Senador Fernando Bezerra, nos termos regimentais, sem apresentação de voto em separado.

Senador Aloizio Mercadante, estou recebendo de V. Exª um requerimento para uma audiência pública de um projeto que já se encontra em votação. Faço essa ponderação, porque talvez seja melhor uma forma de adiamento, qualquer coisa assim, mas um requerimento de audiência pública na hora em que o projeto está em votação só mesmo pela deliberação da maioria do Plenário.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores e ao nosso Relator, Senador Tasso Jereissati, que, quando houve a audiência do Ministro Ciro Gomes, fiz uma intervenção, por sinal na mesma direção do Senador Tasso, de que as políticas de desenvolvimento regional têm que incluir todas as políticas de Estado. Não adianta simplesmente criarmos uma Agência de Desenvolvimento Regional que não inclua política industrial, agrícola, o financiamento público. Todas as políticas precisam ser regionalizadas.

Portanto, considero meritória a tese de debatermos a regionalização das fontes públicas de financiamento orçamentárias e extra-orçamentárias, como é o BNDES. No entanto, o projeto apresenta uma ampliação da regionalização do financiamento sem que tenhamos feito um estudo mais cauteloso, que entendo ser absolutamente fundamental. Estou sugerindo trazer o Presidente do BNDES e o Ministro Ciro Gomes para debatermos a questão da regionalização.

Entendi que era o nono, Sr. Presidente. V. Exª disse que apresentei um requerimento convidando o Ministro Ciro Gomes e o Presidente Carlos Lessa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas recebi o requerimento no instante em que estava... Li o requerimento de V. Exª, em que V. Exª fala sobre operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se V. Exª não levar a mal, eu o devolvo a V. Exª e V. Exª acrescenta que se refere ao Item 9 da pauta.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Item 8 também. É a mesma discussão, Sr. Presidente, porque no Item 8, está sendo proposto uma isonomia da taxa de adimplência dos fundos constitucionais do Centro-Oeste para equivalência com o semi-árido.

Eu, particularmente, sou favorável à idéia de melhorar a adimplência no Centro-Oeste, mas é evidente que as condições de produção do Centro-Oeste são muito mais favoráveis do que as do semi-árido

nordestino. Se tratarmos as duas com a mesma isonomia... A região com maior potencial agrícola, com um saldo exportador espetacular, com a maior participação das fontes de financiamento público, é o Centro-Oeste hoje, com a maior taxa de crescimento relativa do PIB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria de fazer apenas um aparte, pois acho que V. Exª está fazendo um raciocínio...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já vou concluir, Senador Antero. Só queria ponderar, Sr. Presidente, que fizéssemos uma discussão mais abrangente sobre a regionalização das políticas públicas, incluindo esse projeto e o nono e a questão do BNDES, porque o BNDES também é o mesmo debate da regionalização. Precisamos fazer uma avaliação de critérios mais gerais. Caso contrário, creio que vamos perder a especificidade de cada região, a ênfase que tem que ter cada região e, do meu ponto de vista, o semi-árido nordestino é onde se concentra a maior pobreza e as maiores dificuldades estruturais de produção, sobretudo, na agricultura.

Por isso mesmo, eu diria que podemos melhorar a adimplência do Centro-Oeste, mas não acho que a isonomia com o semi-árido seja um caminho promissor e correto, porque são regiões qualitativamente diferenciadas, e o potencial do Centro-Oeste não tem precedência.

Portanto, eu proporia a audiência com o BNDES e com o Ministro Ciro Gomes para que aprofundemos o debate antes de votar essas duas matérias. Vamos enriquecer a Comissão, fazer um debate profundo, porque, ao longo deste ano, o tempo inteiro, vamos discutir o problema da regionalização, o que é correto, é necessário, perpassa todas as políticas públicas. Mas precisamos de critérios gerais, de indicadores precisos, para não tomar medidas apressadas, sem uma fundamentação mais rigorosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, vou continuar colocando o projeto em discussão, para inclusive poder melhor entender o requerimento.

Senador Antero Paes de Barros, havia pedido a palavra o Senador Jonas Pinheiro. Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante tem razão.

Mato Grosso está produzindo muito bem e vai produzir muito mais. O Centro-Oeste não precisa de rebate maior, de bônus maior naquilo que é o juro dos fundos constitucionais. De fato, ele tem razão. Ele não tem razão quando entende que esse projeto é para todo o Centro-Oeste. Não. É apenas para o Pantanal de Mato Grosso e o Pantanal de Mato Grosso do Sul, onde as condições estão semelhantes às condições dadas ao Nordeste. Um Estado, por falta de água; o outro, por excesso. Os Pantanaís mato-grossense e sul-mato-grossense hoje estão despovoados, tanto de gente quanto de economia. E de animais também.

Realizamos um debate no Ministério da Integração Nacional quando o Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, era o Ministro. Eu diria até que, pela carência do Pantanal, quase saiu dali uma medida provisória, em função da urgência e da relevância do assunto.

Por isso, peço que o Líder Aloizio Mercadante tenha consciência desse assunto.

O Senador Antero Paes de Barros é co-autor dessa matéria e S. Exª apresentou uma outra proposta, que era diminuir o juro. Nós, não; queremos o mesmo juro que existe. Pela inadimplência, o juro, em todas as regiões, em todos os três fundos, diminui 15%. Para o semi-árido, que diminui 25%. É o que estamos propondo para os nossos pantanaís, do Norte e do Sul.

E, agora, homenagem também o Prefeito de Campo Grande, que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, o Senador Jonas Pinheiro foi muito feliz nas suas colocações, porque não se trata do Centro-Oeste, nem do Mato Grosso e nem do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma região que é o Pantanal Mato-Grossense. O Pantanal é uma região excepcional, e, aqui, atendem-se duas questões.

Há uma afirmação que sempre fiz e que aprendi com o homem pantaneiro: o boi não precisa do Pantanal; o Pantanal precisa do boi. O boi é o bombeiro do Pantanal.

O que ocorre hoje inclusive – e é uma questão ambiental em discussão, que precisamos levar em conta – é que o Sistema “S”, por exemplo, comprou enormes áreas de terra no Pantanal e retirou de lá o boi, pensando que, com isso, preservaria o Pantanal. Não é verdade. Com isso, coloca-se em risco o Pantanal.

O capim do Pantanal precisa ser pisoteado, para não haver combustão espontânea. E um incêndio, no Pantanal, é difícil de apagar, porque não há acesso. É exatamente a presença do boi, no Pantanal, que dá condição para a região sobreviver. Não são os cientistas que dizem isso, são os pantaneiros, que preservaram o Pantanal até hoje.

Sr. Presidente, a iniciativa de se criar um crédito especial para o Pantanal é fundamental. Só para citar um exemplo: enquanto se tem, em Rondonópolis, em Campo Grande ou em Cuiabá, uma taxa de nascimento de 87% a 90%, no Pantanal a taxa de nascimento e de desmama é muito menor. Por quê? Porque há a convivência com onça, com animais, etc.

Então, é necessário, para a proteção ambiental, que o pecuarista crie gado no Pantanal. Estamos propondo exclusivamente com relação ao Pantanal. E é nesse sentido que fazemos um apelo ao Líder do Governo. Se S. Exª não estiver convencido, que, no máximo, paute para a próxima sessão, porque esse projeto já está aqui há algum tempo.

V. Exª era o Ministro da Integração Nacional, Sr. Presidente, e, infelizmente, a área econômica do Governo não permitiu que fosse editada uma medida provisória que V. Exª chegou a sugerir ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Estamos com esses problemas urgentes. Se ouvirmos a Ministra Marina Silva, não tenho dúvida de que S. Exª apoiará o projeto. Da mesma forma, se ouvirmos as pessoas que entendem de Pantanal, elas apoiarão.

Sendo assim, eu pediria ao Líder que não esperemos a audiência pública com os Ministros, mas que a solução seja urgente: para hoje ou, no máximo, para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Devemos pedir adiamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de aprofundar o mérito. Eu estava propondo que fizéssemos uma audiência com o Ministro Ciro Gomes para discutirmos as regiões.

Mas queria apenas fazer algumas ponderações. Primeiro, o Pantanal alto é uma das melhores regiões de pecuária no Brasil, porque o sistema de irrigação natural, que produz o capim mimoso, dispensa inclusive o plantio do capim. Não é necessário adubar, gradear, arar ou semear, porque a natureza oferece um dos melhores pastos que temos disponíveis no Brasil, sem qualquer tipo de tratamento. Uma simples aração, jogando midícula, aumenta ainda mais o **per ca-**

pita por hectare, a rentabilidade e o índice de nascimento. No Pantanal baixo, de fato, existem regiões onde a pecuária é bem mais exigente. Se fôssemos fazer uma política, não poderíamos tratar o Pantanal como uma única região, porque ele não é, e as condições da pecuária são absolutamente distintas.

Segundo, ao aprovar a lei como está, estamos ferindo a Lei nº 10.177, que estabelece políticas diferenciadas para o tamanho dos estabelecimentos. Temos, no Pantanal, áreas de 100 mil hectares; proprietários com 70 mil cabeças de gado. Como vamos dar, em vez de três, cinco anos de carência para o financiamento, e o abatimento de 25%, como se ele estivesse produzindo no semi-árido, onde há pequenas propriedades, carência de chuva imprevisível, onde não há recursos hídricos e nenhum tipo de produtividade? Basta ver os indicadores de pobreza.

Cada um tem que defender a sua região e o seu Estado. Temos que pensar o Brasil com grandeza, porque os recursos são escassos. Por não podermos tipificar o tamanho da propriedade, por tratarmos o Pantanal alto e o Pantanal baixo com a mesma distinção...

Mesmo na questão da onça, já temos alguns programas sendo introduzidos que são necessários para preservá-la e estimular, portanto, um tratamento.

No entanto, não podemos tratar o Pantanal alto como o semi-árido nordestino. Isso não é correto, não se trata das mesmas condições, a natureza é absolutamente distinta e, por isso mesmo, vamos fazer um debate aprofundado sobre essas questões com o Ministro Ciro Gomes. Também quanto ao BNDES, vamos fazer uma discussão mais aprofundada, para construirmos políticas públicas sólidas.

Vamos pensar um estímulo, Senador Jonas Pinheiro, para o Pantanal. Mas não tão amplo, sem distinção dentro do próprio Pantanal e sem analisar o tamanho das propriedades, que são absolutamente distintas. Não pode um médio ou um pequeno produtor ter o mesmo tipo de tratamento que os maiores latifundiários do Brasil, com os maiores índices de produção de gado.

Para concluir, Senador Antero Paes de Barros, no Pantanal alto, temos índices de parição que chegam a quase 80%, sobretudo para cria, o que é extremamente favorável, pelo custo do pasto, que praticamente não existe.

Por tudo isso, não podemos tratar o semi-árido, onde falta água, como uma região onde a natureza é tão exuberante. Ainda que no Pantanal baixo haja água demais. Mas no Pantanal alto isso não procede.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Sr. Presidente, parece que está havendo uma outra confusão. O projeto que está sendo aprovado não traz, no seu bojo, uma expansão do crédito em questão de tempo nem de carência. O projeto não mexe na Lei nº 10.177, dos fundos constitucionais, mas somente estabelece que o Pantanal também merece o bônus de adimplência de 25%, em vez de 15%, que todos os outros têm.

Com respeito ao Pantanal alto e ao Pantanal baixo, onde resido, acho que deve ser muito bem delimitada a área que se pretende abranger por esse projeto de lei.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já foi concedida vista do projeto. Um minuto só, por gentileza. (Pausa.)

Senador, como já houve pedido de vista e, regimentalmente, tal pedido só pode ocorrer uma vez, seja individual ou não, creio que há uma confusão regimental.

No entanto, se V. Exª quiser fazer um requerimento de adiamento da votação, tudo bem. Ouvirei o Plenário da mesma forma.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Apresentarei o requerimento de adiamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria a V. Exªs – o Presidente desta Comissão é do Centro-Oeste – que, por gentileza, compreendessem a essência do projeto. Realmente está havendo certa confusão, e o pedido de adiamento é necessário.

Vamos votar esse projeto e tenho certeza de que ele será aprovado por unanimidade, porque, se houver empate, V. Exªs sabem o meu voto.

O Senador Sérgio Guerra está formulando um pedido de adiamento. Consulto o Relator se concorda com o pedido de adiamento.

O SR. RELATOR (Jonas Pinheiro) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª concorda com o pedido de adiamento.

Coloco em votação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, sou contra o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dou a palavra, pela ordem, a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, e o pedido de audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como se trata de requerimento, vamos votá-lo ao lado de outros requerimentos que temos aqui, depois que votarmos todas as matérias.

Passemos ao Item 9, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências. A autoria é do Senador Jefferson Péres. O Relator é o Senador Tasso Jereissati, que deu parecer favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 09/99, de autoria do Senador Jefferson Péres, concede prioridade à promoção do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

Determina, para tanto, a aplicação, em proporções crescentes, até atingir 40% dos recursos financeiros sob administração do BNDES e suas empresas coligadas Finame e BNDESPar, no financiamento de atividades produtivas, na implantação e modernização da infra-estrutura, e na expansão e melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento. Propõe condições de financiamento favorecidas para essas atividades, com encargos financeiros totais inferiores aos praticados nos empréstimos aplicados nas demais regiões, com prazos de amortizações especiais.

Análise.

É indiscutível que o projeto que temos sob análise reveste-se da mais alta importância. Em primeiro lugar, porque propõe reduzir a escassez da oferta de recursos de longo prazo e assegura fontes adequadas de financiamento para o desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste; em segundo lugar, porque a iniciativa do Senador Jefferson Péres corrige antigas distorções operacionais do sistema BNDES que, ao longo dos seus 50 anos de existência, concentrou em demasia as aplicações de seus recursos nas regiões mais desenvolvidas do País em detrimento das mais pobres. Persiste atualmente a concentração das aplicações de recursos do sistema BNDES nas regiões Sudeste e Sul, que absorvem mais de 80% dos financiamentos dessa origem, demonstrando-se, assim, que somente a eficácia de

uma lei federal específica poderá alterar esse modelo concentrador de crédito.

Tendo em vista os méritos reconhecidos do projeto, faz-se necessário um cuidadoso trabalho de atualização de ajustamento do texto à nova realidade do País.

Apresentado em fevereiro de 1999, muitas mudanças aconteceram no País desde então: nesse intervalo de tempo, foram extintos e substituídos organismos regionais como também fundos de financiamento do Norte e do Nordeste; expandiu-se a área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste com a inclusão de todo o Estado do Espírito Santo e de numerosos Municípios do Estado de Minas Gerais; o Banco Central passou a adotar novas normas para a concessão de crédito; alteraram-se várias condições de financiamento dos recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; os bancos federais e regionais ajustaram-se às novas exigências do Acordo de Basiléia, capitalizando-se e absorvendo novas responsabilidades.

De acordo com o projeto, o sistema BNDES concederá prioridade à promoção do desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, destinando obrigatoriamente a essas regiões percentuais crescentes de suas aplicações. Considerando que o nível de aplicação do sistema BNDES para as regiões contempladas nesses projetos está em torno de 20%, entendemos adequada uma elevação para 35% a partir de 2005. É importante salientar que com tais recursos será possível a alavancagem de outras fontes originárias dos organismos multilaterais e do sistema financeiro como um todo.

Com o objetivo de ajustar e atualizar o projeto, fizemos outras alterações, inclusive para evitar objeções de natureza constitucional. Nesse sentido, propomos a exclusão da concessão de subsídios a serem cobertos pelo Tesouro Nacional relativamente à redução de encargos financeiros, não somente em face da explícita inconstitucionalidade dessa medida como da crítica situação orçamentária e necessidade de harmonização com os custos dos recursos dos demais financiamentos praticados pelos bancos regionais.

Preferimos fazer incluir a obrigatoriedade de o sistema BNDES praticar, nas regiões abrangidas por este projeto de lei, os menores encargos praticados nas demais regiões do País. Também, em vez de o BNDES enviar um relatório anual ao Senado, propõe-se o encaminhamento de relatórios semestrais na busca de controles mais efetivos e supervisionamento mais estreito.

De toda maneira, os ajustes introduzidos foram considerados necessários, e isso não diminui o grande mérito do projeto do Senador Jefferson Péres, cuja proposta legislativa é uma tentativa de corrigir graves distorções no financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e contribuir para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Igualmente, merecem acolhida todas as emendas apresentadas, tendo em vista a sua relevância para o aperfeiçoamento do projeto.

As Emendas nºs 5, 6 e 7, do Senador Ramez Tebet, em conjunto com o Senador Luiz Estevão, ofereceram razões convincentes e fundamentadas para que se incluía a Região Centro-Oeste como beneficiária das regras de financiamento previstas no projeto. Bastaria aduzir-se argumento levantado de que a Região Centro-Oeste possuía, em 1990, cerca de 25% da população que vive em estado de pobreza no País, prevendo-se, ainda, o agravamento desse estado de pobreza até 2010.

As Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador Luiz Otávio, foram acolhidas, visando a aperfeiçoar a redação e tornar mais atrativa a participação dos agentes financeiros nas operações realizadas, inclusive o apoio a eles pelos escritórios regionais do BNDES na realização da avaliação técnica econômica do projeto.

A Emenda nº 1, do Senador Edison Lobão, igualmente foi acolhida para o fim de incluir, na área da Amazônia, a parte do Maranhão situada a oeste do Meridiano 44 graus de longitude oeste, na conformidade das Medidas Provisórias nºs 2.156-5 e 2.157-5, de 2001, que criaram as agências de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

Também em face do que estabelece o art. 43, § 1º, da Constituição Federal, que exige lei complementar para tratar das condições para a integração das regiões em desenvolvimento, julgamos adequado redefinir a proposição como projeto de lei complementar.

Pelas razões expostas, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, do Senador Jefferson Péres, e pela aprovação das emendas dos Senadores Edison Lobão, Luiz Otávio, Ramez Tebet, em conjunto com o Senador Luiz Estevão, na forma do substitutivo.

O substitutivo é muito longo. Parece-me desnecessário lê-lo na íntegra, pois cópia do mesmo já está nas mãos de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lido o relatório pelo Senador Tasso Jereissati, concedo a pa-

lavra ao Senador Fernando Bezerra e, depois, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, compreendo as ponderações que foram feitas pelo Senador Aloizio Mercadante de que temos que ter uma visão estratégica de desenvolvimento regional e não pontual. Vamos trazer tudo. De qualquer maneira, penso ser o projeto meritório, apenas acho que 35% é pouco. Penso que deveria ser até mais.

Hoje, a Região Nordeste recebe apenas algo em torno de 12,5%. Pode-se argumentar que é porque não há demanda, mas, se não houver demanda, é claro que deve ser aplicado onde houver demanda, em qualquer parte do Brasil.

Entendo que as ponderações do Líder devam ser acatadas, para que possamos ouvir o Ministro da Integração Nacional e o presidente do BNDES. Mas se essa possibilidade não se concretizar pela decisão da maioria nesta reunião de hoje, a minha posição é favorável. Entendo que o parecer do Senador Tasso Jereissati é equilibrado. Apenas diria que 35% é pouco, e elevaria esse percentual talvez à metade. Somos mais ou menos a metade do Brasil, temos necessidade de políticas e de projetos capazes de reduzir as diferenças, que hoje são brutais e que nos envergonham a todos. É apenas um instrumento.

Por princípio, também sou contrário ao engessamento. Mas, neste caso, a minha posição é favorável, levando em consideração o que o Líder do Governo, meu Líder, Senador Aloizio Mercadante, aqui disse: que devemos todos fazer uma discussão mais aprofundada com o Ministro e com o Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, sou, enquanto brasileiro, admirador da instituição BNDES. Penso que esse banco é uma das mais importantes realizações dos brasileiros.

Porém, a decisão do BNDES de regionalizar as suas operações e, de uma maneira muito clara, dar prioridade a áreas como o Norte e o Nordeste já remonta a mais de vinte anos. Anúncios são feitos por todas as diretorias que assumem, por todos os governos que se sucedem. Todos dizem que o banco vai dar prioridade, vai aumentar as suas aplicações nas regiões Norte e Nordeste. No entanto, isso não acontece. Não é verdade, é uma simplificação afirmar que esse tipo de financiamento do banco não se processa

no Nordeste por falta de projeto ou solicitação. Não é assim.

Vou dar um exemplo muito claro: atualmente, no Nordeste, há uma expansão da atividade de criação de camarões na costa atlântica. O banco, pelo que sei, só tem um projeto aprovado nessa área. Só no meu Estado, essa já é quase a principal pauta de exportação. No Rio Grande do Norte também já deve ter uma imensa relevância. E o banco está completamente ausente dessa operação, que é rentável, de elevada rentabilidade, e para a qual faltam financiamentos.

Então, não há nada de errado em estabelecer, como meta progressiva, esses 35%. Tem razão o Senador Fernando Bezerra: é uma meta modestíssima. Não tem nada a ver com o tamanho da população do Norte e do Nordeste no conjunto da população brasileira. Se não houver a meta determinada de forma compulsória, a tendência é não acontecer nada e continuarmos com o raciocínio de que faltam projetos, e o dinheiro não chega lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa questão regional é tratada – sabemos disso de longa data – da seguinte maneira: quando chega o momento de se tomar uma medida efetiva para combater as desigualdades regionais, o que existe são argumentos que procuram tergiversar e a busca de uma escapatória, de uma saída, para que não haja uma política que possa combater a desigualdade regional, o desnível regional.

O BNDES tem sido exímio nessa tarefa. Ele já foi conhecido e continua sendo conhecido como “recreio dos bandeirantes”, pois seus recursos ficam no Sudeste, principalmente em São Paulo. Não temos nada contra esse Estado, mas sim contra um Brasil totalmente desigual, em que há vários Brasis inseridos na Nação brasileira. Assim, há um Brasil diferente no Nordeste, que é diferente do Brasil da Amazônia, do do Centro-Oeste e muito mais diferente ainda do do Sudeste.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Tasso Jereissati pelo relato que fez, pela sua clarividência, pela sua capacidade. Aqui existe um dado muito interessante. A fonte é o Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, que faz projeções sobre o problema da pobreza brasileira até o ano 2010. Para o ano 2000 – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, enquanto o Brasil tem 35,8 milhões de pobres, só no Nordeste brasileiro há 20,9 milhões. Ou

seja, aproximadamente 60% da população brasileira! A projeção para 2010 é: dos 26 milhões de pobres que terá o País nesse ano, 15 milhões, 28%, estarão no Nordeste brasileiro.

Assim, não é o momento de tergiversar. Acredito que o Ministro Ciro Gomes e o Presidente Lula têm as melhores intenções de fazer uma política nacional de desenvolvimento regional, mas esta Casa tem a obrigação, o dever, diante de um projeto como esse, de simplesmente aprová-lo e inseri-lo em uma política de desenvolvimento regional. Essa é a vontade do povo brasileiro, expressa pelo Congresso Nacional.

Não adianta, neste momento, nobre Líder Aloizio Mercadante, esperarmos. Vamos ouvir o Ministro, vamos ouvir o BNDES. Nós sabemos qual é a política que vai nascer desse banco: é uma política para desenvolver setores estratégicos da Nação brasileira, mas não olhando, em primeiro lugar, o problema do desenvolvimento regional e da desigualdade regional.

Portanto, acho que devemos votar esse projeto o quanto antes.

Aproveito, repito, para parabenizar o Senador Tasso Jereissati pelo belo relato que fez. S. Ex^a, como Governador que foi do Ceará, sabe das dificuldades. Ele foi Governador três vezes e procurou elevar o Índice de Desenvolvimento Humano do seu Estado. Mas, mesmo assim, apesar de todo o esforço dos Governadores do Nordeste, avançamos muito pouco. Há uma macroeconomia brasileira toda ela concentradora de renda em relação ao Sudeste. Quando chega um projeto como este, mais uma vez vamos discutir, vamos ouvir e a política de desenvolvimento regional não se faz como deveria ser feita efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante e depois ao Senador Rodolpho Tourinho

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, vou reafirmar o que disse antes. Acho que o tema do desenvolvimento regional do Brasil é um dos grandes temas da democracia. Infelizmente, nesta última década, ele ficou à margem das discussões e das prioridades das políticas públicas. Talvez, ao longo da história do Brasil, mas seguramente na última década, esse tema tem sido muito pouco debatido, inclusive pelo Congresso. Entendo essa demanda reprimida. O novo Governo colocou isso na pauta com um compromisso bastante claro e com iniciativas bastante consistentes. Um exemplo é a recriação das agências de desenvolvimento regional – Sudene, Sudam –, com um

novo padrão, com um novo formato, para que se possa restabelecer a capacidade de financiamento e investimento no Nordeste e na Região Norte.

No projeto de reforma tributária, foi proposta a constituição de um fundo de desenvolvimento regional, com novos recursos que poderiam ser canalizados.

Em relação à Região Sudeste, Senador César Borges, temos tido uma redução da participação relativa no PIB, sobretudo no PIB industrial. Independente disso, esse debate tem que ser feito, porque é correta a tese de regionalização dos instrumentos das políticas de desenvolvimento. Acho que o BNDES deve entrar nessa política.

Quero dizer que, no novo Governo, a principal planta industrial Veracel, de papel e celulose, no valor de R\$3,2 bilhões, é exatamente no Estado da Bahia, o que mostra que podemos, sim, combinar projeto nacional de desenvolvimento, setores estratégicos, onde o Brasil tem vantagens comparativas, nichos onde podemos aumentar as nossas exportações, para superar a nossa vulnerabilidade externa, com desenvolvimento regional.

Por exemplo, o BNDES acaba de deslançar a retomada da construção naval. Onze navios **offshore** e, agora, estão sendo fechadas as encomendas com a Petrobras de mais quatro petroleiros. São 10 mil empregos que serão criados, com a geração de divisas, redução de pagamento de frete, pois o Brasil praticamente perdeu a sua frota e estamos nos especializando em um tipo de embarcação de alto mar, para prospecção de petróleo. Isso agora existe na América Central, na África, o Brasil tem a melhor tecnologia e o BNDES está focado nas embarcações mais modernas e mais eficientes nesse segmento. Então, precisamos de um projeto de desenvolvimento.

Hoje, a Embraer consome 25% dos recursos do BNDES. A Embraer acabou de ganhar a licitação da Bombardier para a venda de 200 aviões, mas só vai participar com 85 aviões, porque o Brasil não tem como financiar toda a frota que aquela empresa poderia estar produzindo. É um setor que gera tecnologia de ponta, mão-de-obra qualificada. A Embraer é a maior exportadora do Brasil, e, no entanto, não podemos simplesmente abandonar o compromisso com esse setor. A coisa mais difícil no BNDES hoje é a herança do passado. Só a AES está dando um rombo no caixa do BNDES que pode chegar a US\$1,2 bilhão este ano.

Sr. Presidente, gostaria que realmente avançássemos na regionalização, que discutíssemos uma po-

lítica de regionalização, mas que façamos isso com mais segurança, com informações mais precisas e claras de como é que isso está sendo construído. Que o BNDES tenha oportunidade de apresentar os seus dados, que o Ministro da Integração Regional possa aprofundar a discussão do desenvolvimento regional, para que possamos votar todos esses projetos com qualidade, consistência e segurança, e que não façamos um engessamento artificial, sem nenhum tipo de critério.

Por isso, estou solicitando o adiamento dessa votação, e que façamos a audiência, que não prejudica – o BNDES tem 50 anos –, e que possamos construir. Assim, penso que devemos aprofundar o debate, mas também ter mais segurança do passo que esta Casa vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª vai formalizar o pedido de adiamento?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PSDB – PE) – Estou formalizando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está formalizando. Senador José Agripino, Senador Garibaldi Alves Filho, por gentileza. Há uma afinidade...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Dando-me a oportunidade de falar pelo PFL também, eu agradeço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Exª tem autorização para falar em nome do PFL.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado, Senador. Gostaria de ponderar algo que vai provocar uma certa estranheza, porque vai partir a ponderação de um Senador do Nordeste. É que estamos sendo relegados há tanto tempo, abandonados, esquecidos com relação à política de desenvolvimento regional que não podemos mais esperar. É muito justo que se façam ecoar nesta Comissão os clamores dos nordestinos e daqueles que querem que o Governo, efetivamente, se volte para uma política de desenvolvimento regional e que não tenhamos apenas projetos isolados, dispersivos, emergenciais e paliativos.

E o que gostaria de ponderar é o seguinte: poderíamos realmente fazer aqui uma audiência pública, o mais urgentemente possível. Que ela não fosse adiada.

Por exemplo, aqui se prometeu que o Exmo. Sr. Ministro do Programa Fome Zero, Sr. José Graziano, que não conseguiu esgotar a pauta, voltaria na semana seguinte. Isso ocorreu em abril, penso eu, já estamos em praticamente em junho, e o Fome Zero ainda não trouxe de volta o Sr. Graziano.

O debate ainda está zerado. Ficamos a ver navios, pois não conseguimos continuar aquele debate. Mas creio que não adianta “forçar a barra”, para usar uma expressão popular, se não tivermos aqui a participação do Governo. Então, que se ouça o que o Governo tem a dizer. Era essa a ponderação que eu queria fazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Garibaldi Alves Filho, pelo visto V. Exª concorda com o pedido de adiamento formulado pelo Senador Aloizio Mercadante.

Vou submeter ao Plenário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Submeta ao Plenário o pedido de audiência pública, e que fique marcada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Rodolpho Tourinho. Senador Garibaldi Alves Filho, é possível, mas não estamos convocando. Temos que formular o convite, que não pode sair com data marcada. Temos que consultar o Ministro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A minha preocupação é que a audiência pública significa demora de uma, duas, três, quatro, cinco semanas. E entendemos que o projeto tem urgência. Nesse ponto, o PFL não aceita a colocação do Senador Garibaldi Alves Filho. A matéria está sendo adiada para ser votada na próxima semana.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não vejo nenhuma razão para se adiar. Aliás, é uma discussão adiada há muito tempo em termos nacionais o comprometimento do BNDES com as regiões Norte e Nordeste e também com a Centro-Oeste. Penso que fará parte de qualquer política de desenvolvimento regional que vier a ser feita, que é preciso que seja feita logo, a questão da alocação de recursos a juros apropriados. Em qualquer política que venha, será absolutamente necessária a inserção desse item.

No momento em que vamos votar uma reforma tributária, em que se proíbe que os Estados, com a unificação do ICMS, tenham qualquer tipo de norma autônoma de ICMS, estaremos engessando agora os Estados na questão dos incentivos fiscais. Mais do que nunca é preciso haver uma política regional de desenvolvimento que passe, outra vez, pela alocação de recursos.

O que o Governo está oferecendo em seu projeto para compensar isso é muito pouco – apenas 2% do IPI e do Imposto de Renda, o que não é suficiente para cobrir a necessidade dessas regiões mais ca-

rentes, sobretudo porque o que se oferece é para o País inteiro.

Como último ponto, o motivo por que penso que não adianta continuar essa discussão é que o sistema BNDES hoje não tem a mesma capilaridade que tinha há anos, quando não fez isso. Ele não tem mais bancos estaduais, que eram aplicadores desses recursos, não tem mais bancos de desenvolvimento estaduais e mais, não tem bancos privados. O banco privado não tem o menor interesse em emprestar qualquer tipo de recurso a longo prazo, muito menos em regiões carentes do País. Então, ou se força o BNDES hoje a entrar nessa política ou continuaremos – essa é uma discussão antiga –, durante muito tempo, ouvindo a repetição dela.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador, só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero Paes de Barros, tem V. Ex^a a palavra, depois o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, O Senador Mão Santa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Tasso Jereissati pelo excelente relatório, pelo extraordinário substitutivo, assegurando que esse substitutivo, aprovado, promove a efetiva prática de políticas descentralizadas para diminuição das desigualdades sociais neste País. Entendo que, na campanha, quando se assumem compromissos, eles devem representar contratos sociais que não podem ser rompidos. A política de diminuir as desigualdades é uma política assumida.

Os matutos do Pantanal dizem que, se formos esperar isso, “vai morrer o burro e mais quem toca”. Então, eu gostaria de colocar claramente aqui o seguinte, Sr. Presidente: não dá mais para esperar. Há um consenso na Comissão, parece-me, da justeza da proposta feita pelo Senador Tasso Jereissati no substitutivo. Há uma indicação, num dos artigos do substitutivo, o art. 8º, pela qual quando não forem atingidos os limites mínimos, os recursos serão repassados para o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil, para proporção nos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste.

Creio que não podemos deixar passar essa oportunidade, Sr. Presidente, até por que a tradição aqui tem sido a postergação – lembrou bem o Senador do Rio Grande do Norte. O Ministro Graziano vai esperar passar esse restinho de mandato e aí ele

vem. Creio que temos que votar, até por que essa matéria é terminativa.

Votando, espero que não haja recursos contra as regiões mais pobres. Havendo, haverá o espaço para fazer o debate. Votando, não significa que se elimina a necessidade do debate. Também é importante ressaltar as necessárias contribuições do Poder Legislativo. Não é possível que só o Poder Executivo possa contribuir para a diminuição das desigualdades neste País.

Sendo assim, Sr. Presidente, quero já antecipar o meu voto. Vou votar contra o requerimento e favorável ao relatório do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, tem sido essa tradição – a tradição não é desta Casa, mas dos tempos afora – atender o Líder Mercadante, mas entendo que, desta vez, não se tem razão para se procrastinar o que se está mais do que maduro.

A idéia do Senador Jefferson Peres é correta, justa, sensível, sendo perfeito, competente, muito bem ajustado e realista o substitutivo apresentado pelo Senador Tasso Jereissati.

De qualquer maneira, no momento em que se fala a sério sobre reequilíbrio do quadro econômico regional, é preciso que algumas atitudes sejam tomadas. Uma delas parece-me que é a descentralização de investimentos, e o BNDES, não diria o maior, talvez é o único órgão capaz de dar esse passo ambicioso.

Queria também dizer, e aproveito o gancho, Sr. Presidente, para lembrar ao Líder Mercadante um compromisso que é do governo de não breicar audiências públicas que interessem às oposições, ou seja a vinda de Ministros e secretários nacionais aqui. Não se deve breicar essa prerrogativa das oposições. Um governo democrático e aberto, foi o que ouvi no começo e que imagino que vai ser até o final, porque senão ficaria um jogo de dois pesos e duas medidas. Viria quando interessasse ao governo e quando não interessasse se breicaria a vinda dos ministros.

Tenho um nota da **Folha de S.Paulo** que diz: Em defesa pessoal, Lula estaria pronto para breicar as audiências públicas e ministros no Congresso.

Continuarei convidando, pode ser que seja derrotado. Se for derrotado passarei a convocar.

Basicamente, o que queria colocar de apelo ao meu querido amigo Líder Mercadante é que, daqui para frente, toda vez que tenha que falar na tal heran-

ça do passado seja explícito, bem claro. Se há corrupção que não abafe. Faça uma CPI contra Dona Ruth Cardoso, se for o caso – serei o primeiro a assinar. Ficaria ofendido se alguém assinasse antes de mim.

Não quero mais aceitar essa coisa vaga, o tempo está passando. Se a herança do passado impedir ao Presidente Lula de tomar atitudes ao longo dos seus quatro anos, terminará mostrando para o povo que não valeu a pena ter votado nele, porque está, precisamente, para corrigir as supostas deficiências, até apontando caminhos para o futuro.

Digo isso por que o ambiente de debate elevado que temos conseguido levar aqui e a amizade pessoal que sinto pelo Líder Mercadante, a meu ver, autoriza-me a fazer essa cobrança. De outras pessoas poderia tolerar ainda um pouco mais, embora não esteja disposto a fazê-lo.

Por exemplo, há uma Senadora do PT que fez, outro dia, um requerimento de CPI. Ela tem o número da CPI, mas não apresenta a CPI referente a tal Bannestado. Supostamente, imagina que mete medo em alguém.

Existia uma tal conta tucano – detesto esconder as coisas. Se um tucano corrupto, e pode até ser que haja, vai fazer uma conta irregular no exterior e põe o nome de tucano, merece ser punido duas vezes porque é burro, além de ser corrupto. Ele tucano corrupto faria uma conta com nome de PT, talvez. Aí seria malicioso e estaria se arriscando, porque quem é que pode querer incriminar o PT? Um tucano mal intencionado e corrupto, enfim.

Então, não há o menor medo por parte do meu partido em relação a isso. Como a Senadora não apresentou e o Senador Antero apresentou o pedido de CPI, assinei. Muito bem, tem a de Santo André, assinamos todos juntos. Se é por aí, vamos com toda a fé, com toda a crença, sem essa história de imaginar que esta seja a Casa da chantagem, das ameaças veladas, a Casa do “olha que eu tenho um documento que, se quiser, eu mostro”. De minha parte, do meu Partido, os documentos são para ser mostrados mesmo.

Eu queria dizer algo ao Líder Aloizio Mercadante, com o maior sentimento. Todas as vezes que se fala em herança de passado do BNDES, eu tenho, por exemplo, a idéia de que o seu parceiro, o seu correligionário Carlos Lessa, é uma pessoa excêntrica. Vejo-o como um economista superado, alguém que, ao vir aqui, provarei que é superado. Que ele venha, porque não veio. Já o convidei, mas ele ainda não veio. Vamos provar, no debate, que ele é um economista su-

perado. É um direito que tenho, essa é a minha opinião.

Agora, quero saber qual é a herança. Se a herança envolve incompetência e, se me convencerem disso, vou dizer: houve incompetência do Governo passado. Se envolver corrupção, antes do Líder Mercadante, antes de qualquer outro, antes das Senadoras Ideli Salvatti, Heloísa Helena, eu assino as CPIs, envolvendo do Presidente Fernando Henrique à D. Ruth Cardoso. Se o Papa fosse tucano, ele entraria também, seria arrolado também. Ou seja, a idéia de alguém imaginar que a mim me acua e que acua ao meu Partido é completamente absurda. Não aceitamos isso. E, por outro lado, quero saber se continua a política liberal de trazer para cá os Ministros na hora em que a Oposição os convida, ou se vai haver – vou fazer um neologismo – essa “brecagem”. Se não, a situação fica complicada e não serve para engrandecer a nossa relação, que quero sincera, ampla, aberta, respeitosa, mas, sobretudo, eu quero sincera. O primeiro de todos os itens é a sinceridade.

Em relação ao projeto, muito bem relatado pelo Senador Tasso Jereissati, entendo que é inadiável partirmos para a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vamos ouvir o Ministro, Sr. Presidente.

O SR. (orador não identificado) – É. Por que não?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, acho que os argumentos, neste caso, não são partidários. Quem trabalha e vive no Nordeste, no Norte ou no Centro-Oeste e sabe da dificuldade permanente para se ter acesso a financiamentos do BNDES – que não é de agora, não é recente, vem de muito tempo – não tem dúvida de que a fixação dessa meta de 35% é até extremamente modesta. O Nordeste, só o Nordeste, representa 28% da população, mas a operação do Banco, as aplicações do Banco estão lá em torno de 12% ou 13%. E a meta é alcançar isso em 2005, daqui a dois anos. Portanto, é questão de bom senso. Não há nada de oposicionista nisso, mas de brasilidade. Os argumentos do Senador Aloizio, que ouço sempre, neste caso não são válidos. Vamos continuar discutindo políticas regionais, devemos discuti-las, é verdade que elas não funcionaram nem se estabeleceram nos últimos anos, que Governos esqueceram o Norte e o Nordeste. Isso tudo é verdade. Mas não há motivos, não há nenhuma razão

plausível para que não votemos hoje o que devemos votar: uma meta mínima, extremamente conservadora, mas que leva a objetivos concretos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, requerimento de adiamento tem que ser colocado nesta oportunidade, durante o prazo de discussão. Na hora que estiver em votação, não pode mais. É diferente de outros requerimentos, de convite, audiência pública ou outro tipo que for. Daí porque acho que a matéria está debatida, pelo menos para votarmos o requerimento de adiamento.

Falta o Senador Roberto Saturnino, que ainda não falou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como fui citado pelo Senador Arthur Virgílio, gostaria de ter a palavra, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dizer que eu citei com carinho é redundância. Eu só o faria com carinho. Ao dizerem que citei, só pode ter sido com carinho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero devolver com o mesmo carinho, delicadeza e firmeza os elogios que recebi.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É isso que tem feito o nosso respeito mútuo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero ponderar aos nobres colegas que o BNDES é, de longe, a principal alavanca de revitalização de uma economia voltada para a superação de nossa vulnerabilidade externa. Pelo menos nos próximos cinco anos, o BNDES terá de atender a grandes projetos voltados para elevar as exportações e reduzir as importações, por intermédio da construção de produção nacional.

Sr. Presidente, o objetivo de descentralização e de correção das injustiças regionais é efetivamente uma unanimidade nacional. Por isso mesmo, no Orçamento, no PPA, Plano Plurianual, estamos com a maior disposição de priorizar e de realmente colocar os investimentos públicos da Nação a serviço da correção desses desequilíbrios. Acho até também que, nas aplicações do BNDES, e não só do BNDES, mas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, podem-se estabelecer condições mais favoráveis para as regiões menos desenvolvidas. O que está no substitutivo, na proposta do Senador Tasso Jereissati, é justo: projetos aprovados, financiamentos aprovados para essas regiões teriam condições as mais favoráveis possíveis.

Acho que obrigar o BNDES a estruturar-se administrativamente para ter importantes escritórios regionais, capazes de formular, de detectar projetos realmente estruturantes, e ajudar na formulação dos pedidos de financiamento, também é válido e é meritório. Acho que deveríamos todos nos esforçar para aumentar os recursos do BNDES, que são escassos. Na verdade, os recursos do BNDES não são suficientes em face do tamanho, da dimensão das demandas. O Senador Aloizio Mercadante citou só o caso da Embraer e o que demanda do BNDES. E é importante que o Brasil tenha um mecanismo, um dispositivo de financiamento para atender a essa demanda. E o BNDES precisa de mais recursos.

A esta altura, no momento em que estamos num esforço nacional de superação dessa vulnerabilidade externa, que é decisiva para os destinos da Nação, sendo o BNDES a principal alavanca promotora desse projeto, pretender engessar os recursos do BNDES para que sejam atendidas as prioridades, que vão se situar quase todas em pequenos projetos, ou em projetos de porte médio, que vão acabar sendo intermediados pela rede bancária privada e, por conseguinte, com condições de financiamento relativamente elevadas, pode resultar num engessamento, num falso favorecimento à região e num prejuízo enorme à grande missão do BNDES, que é ser a alavanca propulsora do projeto de emancipação econômica do Brasil.

Assim, Sr. Presidente, não obstante reconhecer que é uma prioridade fundamental, não tenho condição de votar o projeto sem que aqui sente o Presidente do BNDES e diga: “Pode-se votar sim porque dispomos de recursos para essa finalidade e tudo o mais”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Permito um aparte, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu só queria lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, por gentileza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pedi um aparte ao Senador Roberto Saturnino, e ele me concedeu o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois volto a dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele me concedeu o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele já tinha terminado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não tinha. Vou ser bem telegráfico. Estou com inveja do Senador Jefferson Péres. Não fui eu que apresentei o projeto; foi um membro da base do Governo ao qual V. Exª serve com tanto brilho. O substitutivo é na linha do projeto do ilustre Senador Tasso Jereissati. Quero registrar a minha inveja porque, primeiro, não fui eu que fiz o projeto, mas foi o Senador Jefferson Péres, e o projeto é muito bom; segundo, ele não tem por que ser adiado. Por outro lado, o fato de ser do Senador Jefferson Péres tira qualquer eiva de que possa ser boicote ao grande projeto redentor do Governo. Em outras palavras, o Senador Jefferson Péres é alguém que se porta com a maior lealdade em relação ao Governo que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, peço a V. Exª para concluir.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Concluo. Eu queria dizer ao Senador Arthur Virgílio que pessoas que se comportam com a maior lealdade às vezes não têm a percepção de um determinado aspecto que é muito importante. Tenho a maior admiração pelo Senador Jefferson Péres, como tenho por V. Exª, mas acho que ambos, no caso, não estão enxergando essa particularidade que é decisiva neste momento nacional, que é a utilização do BNDES para o fim do desenvolvimento do grande projeto de emancipação do Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que isso não é uma questão partidária. E discordo do Senador Roberto Saturnino Braga. Enxergo exatamente como o Senador Tasso Jereissati, que concorda com o Senador Arthur Virgílio. Discordo apenas no fato de que isso não é uma questão partidária. Integro um dos partidos que fazem parte da base de sustentação do Governo e, em princípio, penso que poderíamos discutir o assunto com o Presidente do BNDES e com o Ministro. Portanto, apoio o requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

À falta de alternativa de um debate mais aprofundado, a minha posição é claríssima: repito que considero pouco o valor de 35%. Avançaria mais um pouco. A minha posição é favorável.

Não posso considerar isso como uma questão partidária, Senador Arthur Virgílio. Compreendo a posição de V. Exª como brilhante Líder da Oposição e do seu Partido, mas esta não é uma situação partidária, pois, se assim fosse, a minha posição seria no sentido

de acompanhar o Governo, nas palavras do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa, por gentileza.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Nordeste já perdeu muito, muito, muito. Vem aí uma reforma tributária. A guerra fiscal vai acabar. Aquilo foi uma bênção encontrada pelos governantes.

No nosso Piauí, implantamos, com incentivos fiscais, cento e setenta e nove indústrias, duzentos e quarenta e oito foram ampliadas. Quer dizer, já vamos perder. A Sudene nós perdemos, embora estejam querendo ressuscitá-la. Mas sou meio como São Tomé: só acredito vendo. Perdemos mesmo. A última reunião da Sudene, quem a presidiu fui eu, na cidade de Parnaíba, há mais ou menos dois anos. Então, é o ser humano que nos inspira, a população.

Faltou o nosso companheiro Tasso Jereissati somar direito: são 28% de nordestinos, com 12% do Norte dos Senadores Arthur Virgílio e Jefferson Péres. Assim, devemos exigir 40% do BNDES para transferir, e não é para 2005. Sou cirurgião como o Prefeito aqui. Vamos fazer essa operação é logo, pré-operatório agora e em 2004 é para valer. Vamos votar agora e aprovar. Essa história de esperar, vi isso na época de Pedro II, sobre a seca: porque o Nordeste estava sofrendo, ele disse que venderia a coroa, o último brilhante, para ajudar o povo nordestino. Como ele não a vendeu, estamos é sofrendo. E a oportunidade é agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, por gentileza.

Senador Tasso Jereissati, V. Exª é o Relator. Logo a seguir, concederei a palavra à Senadora Lúcia Vânia, de Goiás.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é muito oportuno que tenhamos um debate qualificado e responsável nesta Comissão, especialmente diante dos desafios que temos pela frente.

Reafirmo, sobretudo no que concerne ao BNDES, que o Governo assumiu uma herança muito pesada. E a sugestão que faço é que ouçamos o Presidente do BNDES para que exponha alguns dados. Houve uma exposição despropositada em moedas estrangeiras, um endividamento muito acima, eu diria, do que seria recomendável ao banco, e a desvalorização do real expôs o banco a uma situação de perda de fundo e de capacidade de alavancagem e financiamento. Tivemos uma concentração brutal de financiamento do BNDES no Programa de Privatização.

Cito o caso da AES. Quando falei em herança, dei nome, RG e CIC.

A AES, empresa de energia, pode significar um prejuízo do fluxo de caixa do Banco de US\$1,2 bilhão este ano. Dólares! É esse o tamanho do impacto de apenas uma operação de um banco que deveria, sim, estar financiando o Nordeste, a desconcentração industrial, as exportações, e não a compra de ativos já existentes no Brasil por empresas multinacionais, sobretudo com perfil como o dessa empresa. Ela remeteu lucro em desacordo inclusive com as exigências da lei, para o exterior. Ela não paga as suas contas no Brasil e arrebenta um banco público que tem gerado desenvolvimento, sobretudo diante da situação do balanço de pagamento que enfrentamos.

Então, temos que superar situações como essa; e o mais grave: economista superado é o ex-Presidente do BNDES, o Sr. Pio Borges, que é o responsável por esse contrato e sai do Banco para assessorar empresa contra o BNDES. É esse tipo de coisa que temos de superar no Brasil.

Em relação ao Presidente do Banco, Sr. Carlos Lessa, tenho certeza de que o debate vai permitir mostrar a consistência, a profunda formação acadêmica e a longa vivência pública. Lembro, inclusive, que quando ele foi indicado Reitor da UFRJ, no Rio de Janeiro...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Um instante, nobre Senador. Ouvi V. Exª com todo interesse.

Ele foi aprovado pela unanimidade da Bancada Federal e Estadual do Rio de Janeiro e pela unanimidade da Câmara de Vereadores, o que mostra o prestígio e, inclusive, a estatura suprapartidária de contribuição intelectual e política.

Penso que o debate irá ajudar bastante nessa discussão.

Sr. Presidente, com relação a temas como a CPI, este não é propriamente o fórum para discutirmos, e eu responderei em outra oportunidade, mas, do ponto de vista do Governo,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me pelo menos um aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Permito, apesar de não ter tido essa possibilidade na intervenção de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Exª não me pediu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço brevidade para não haver monopólio da palavra, porque há Senadores que ainda desejam falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei telegráfico desta vez, Sr. Presidente.

Nobre Líder Aloizio Mercadante, V. Exª começou a me atender quando foi específico, dizendo onde supostamente havia o malbaratamento de recursos do BNDES.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Na minha intervenção anterior, eu havia mencionado a AES especificamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, estou frustrado.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, devíamos tratar da matéria que está sendo votada. É um apelo que fazemos nós que estamos querendo votar a matéria. Solicito a V. Exª as providências.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Líder.

Aguardarei o debate, mas não sobre essa questão. Votarei a favor de que não se procrastine mais a decisão sobre o projeto do Senador Jefferson Péres. Quanto à vinda ou não vinda do Presidente Carlos Lessa, V. Exª fique com a opinião que tem a respeito dele e eu ficarei com a minha, e nós iremos ver se ele consegue convencer ou a V. Exª de que ele não é bom ou a mim de que ele é bom, mas que ele venha e não adie mais a vinda.

A esta altura, já estou bastante agastado com o fato de que praticamente todos os requerimentos que tenho pendentes de vinda de Ministros e Secretários com nível de Ministro aqui estão sendo – começo a perceber – seguros e travados por uma ação de um Governo que começou propondo um diálogo amplo e que já não está agindo mais assim.

Portanto, que ele venha a esta Comissão para o debate. Eu tentarei provar a minha verdade, e ele que prove a dele. Estarei presente apenas para ver qual é a verdade verdadeira, que pode ser uma mistura da minha com a dele.

No momento, Sr. Presidente, é importante que V. Exª garanta que irá continuar a política de poderem ministros comparecer à Comissão e que não faremos nada parecido como travar o debate democrático, o que seria um desrespeito à Oposição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me apenas concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência irá permitir que V. Exª conclua, mas quero di-

zer que requerimento na Mesa não pára. Estou até achando que há um excesso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou reclamar duramente com a outra Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^{as} vão desculpar-me, mas não há uma terça-feira que não...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parabéns a V. Ex^a, mas eu vou reclamar duramente hoje à tarde à outra Mesa, pois é a outra Mesa que está fazendo o jogo do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está certo, porque aqui não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se fosse V. Ex^a, eu diria, Sr. Presidente. V. Ex^a me conhece, eu digo diretamente. Sou eleições diretas já; não sou eleições indiretas. Hoje, vou reclamar duramente da outra Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Arthur Virgílio, mas poderia dar a impressão de que se trata da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Sr. Presidente. Esteja certo. Quando for, eu direi – Sr. Senador Ramez Tebet, a culpa é de V. Ex^a. Eu sei ser direto e não sei ser indireto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, para concluir o seu pronunciamento. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que ainda não falou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, praticamente todos os Ministros deste Governo já estiveram nesta Casa. Nesta Comissão, inclusive, a própria Presidência solicitou....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso não quer dizer que não voltem com fatos novos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sei que o Líder está nervoso, sobretudo quando fazemos um balanço do passado, mas a tranquilidade...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero fazer o balanço...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só quero ter a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a fala sem garantir o balanço. Quero é fazer o balanço e não quero mais essa coisa leviana de se falar

em herança maldita, repetindo no macroeconômico tudo o que herdaram.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, a palavra está com o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sugiro ao Líder que se acalme. O debate que estamos fazendo é bastante qualificado. Em relação aos Ministros, todos praticamente já vieram a esta Casa. A Presidência mesmo já entrou em contato com a Liderança do Governo pedindo para que postergássemos um pouco, devido ao volume excessivo. Hoje, inclusive, não estamos tendo uma audiência que estava programada para as onze horas, o que acaba prejudicando o processo legislativo.

Em relação ao Presidente do BNDES, não cabe convite ou convocação, porque ele não é Ministro de Estado. Mas há interesse total do Governo na sua presença. Inclusive, estou apresentando hoje um requerimento, reafirmando a nossa disposição de trazer de volta o Sr. Ministro Ciro Gomes, que há uma semana esteve na Casa, e o Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, para fazerem um debate sobre a política de regionalização.

Peço ao Relator e aos demais Senadores que aguardem esse debate, tomem conhecimento dos dados do BNDES, saibam quais são as metas e os compromissos, o que está sendo regionalizado e o motivo, e que esforço o Banco vem fazendo, antes da votação desse projeto.

Esse tipo de acordo de encaminhamento tem sido uma praxe nesta Casa quando a matéria é polêmica – e esta matéria é polêmica.

Quero lembrar que o Banco existe há meio século, portanto, tomar uma decisão nunca tomada na história trará repercussões e implicações. Isso não significa que não possa ser feito, mas peço que ouçamos o Presidente do BNDES, conheçamos os dados do banco e a sua situação, antes de fixarmos um percentual arbitrário.

Pode ser que, após o debate, cheguemos à conclusão do Senador Mão Santa ou a outra. Que não é 40% nem no próximo ano. E talvez não seja 35% em 2005. Mas insisto na importância dessa audiência, para que possamos aprofundar a transparência e o conhecimento do assunto e, assim, fixar uma política pública consistente com a regionalização e com os grandes objetivos da política econômica do Brasil.

Faço esse apelo aos demais Senadores, com a certeza de que a disposição de encaminhar dessa

forma, buscando convergência e pactuando procedimentos, tem sido utilizada quando da apreciação de outras matérias. Utilizamos esse mesmo procedimento ainda hoje em outras matérias de natureza tão complexa quanto esta.

Tenho certeza de que o Plenário permitirá que isso ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero aqui dizer da minha posição contrária à audiência pública, uma vez que há menos de uma semana o Ministro da Integração Nacional esteve aqui e se comprometeu a lutar para que o BNDES assumisse os projetos aprovados pela Carteira do Banco do Brasil que não puderam ser atendidos no Fundo do Centro-Oeste.

Portanto, nada é mais justo do que a aprovação, aqui e agora, do substitutivo do Senador Tasso Jereissati, que garante o atendimento da reivindicação no art. 8º. Penso que não precisamos adiar essa votação, pois o próprio Ministro se apresentou favorável a essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, tem V. Exª a palavra, como Relator da matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu gostaria de enfatizar que, por temperamento, sou sempre favorável a que as coisas se dêem por meio de acordo, discussão e diálogo. No entanto, permita-me, Senador Mercadante, nesta questão, ser bastante inflexível, em função da minha história de vida política.

Desde 1986 sou Governador de um Estado do Nordeste e sei que assuntos como esse são sempre procrastinados, sempre adiados, passando a questão regional nordestina a ser sempre secundária, diante de uma primeira grande prioridade nacional.

Isso foi justamente o que acabou de ser afirmado aqui e me convenceu mais ainda de que não é absolutamente intenção do Governo, como dito nas palavras do nobre Senador Saturnino, profundo conhecedor do BNDES – dos presentes, talvez seja o que melhor conhece o BNDES –, congelar ou engessar o Banco. Qualquer atividade nesse sentido é considerada sempre pela direção, e já foi tentado várias vezes o engessamento e o congelamento da administração do BNDES e, por esse motivo, isso nunca aconteceu.

Eu queria esclarecer ao Senador Mercadante que a fixação de 35% não foi arbitrária. Ela parte de um estudo em profundidade, feito por uma Comissão

desta Casa, chefiada pelo Senador Beni Veras – não sei se algum Senador aqui presente participou; se não me engano, o Senador Garibaldi participou dela –, que chegou a conclusão e a números até mais altos do que esse. Por isso considero estranho o Senador Garibaldi estar pedindo essa postergação. S. Exª participou do estudo minucioso, feito durante anos, apartidário, suprapartidário, que não envolveu, inclusive, Governos específicos, que chegou a esses valores.

Não se trata de receber ou não herança de Governo passado. Essa não é uma questão de Governo passado ou futuro. Isso também me causa estranheza. Acabou, Senador Aloizio Mercadante, a meu ver, o período de jogar toda a culpa no Governo passado. O atual Governo completa seis meses, e as responsabilidades, de agora por diante, têm que ser assumidas. Quem é candidato a Presidente da República assume as responsabilidades.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Creio que não podemos discutir frases abstratas. Quanto ao que estamos tratando aqui, vou falar só de uma inadimplência, a da AES, que é de US\$1,2 bilhão. Esse montante é maior que qualquer outro projeto do Banco, com uma única empresa – e não é a única – no setor energético. Menciono um exemplo concreto do impacto que tem sobre o fluxo de recursos do Banco a disponibilidade de caixa.

Há um nível de comprometimento com outros projetos em andamento. Só não entendo por que essa questão, que durante os últimos oito anos não foi tratada, seja discutida com essa pressa, sem a possibilidade de acesso aos dados. Se há tanta segurança no estudo, se ele é tão consistente, tão fundamentado – e não nego que o seja –, só estou pedindo um debate transparente com o Presidente do BNDES sobre essas informações, para que, no confronto das idéias, possamos tomar uma decisão madura e segura. E isso não impede a brevidade. Não terá nenhuma incidência, neste ano, essa mudança – isso é para o ano que vem. Então, podemos fazer a audiência e, com isso, permitir que essa discussão qualificada se faça e que tomemos uma decisão, amparados nos dados, com segurança.

Se há esse estudo de tanta confiabilidade, vamos fazer a audiência. Isso não significa protelar. Esta Comissão sabe que manobras desse tipo não funcio-

nam. O que estamos pedindo é a chance de se fazer um debate aprofundado e transparente sobre o papel do BNDES.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tasso Jereissati, permita-me apartear-lo?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou, neste momento, formalizando o convite ao Ministro, sugerindo que S. Exª traga o Presidente do BNDES aqui para discutirmos a questão da AES ou o que mais seja da gestão dele quanto ao BNDES.

Em relação a essa matéria, a nossa posição firme e irretroatável é de dar suporte ao seu substitutivo e cobrar a votação imediata, a ida da matéria a plenário, para que cada Senador mostre exatamente qual é a sua face política.

Nesse capítulo, já se postergou demais. Se o Governo passado postergou, que coisa ruim! Quanto aos outros, que coisa ruim! Neste Governo, não vamos aturar que se postergue por mais nem um minuto.

Portanto, a solidariedade ao seu relatório será demonstrada no voto e, daqui para frente, na ida da matéria ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Aloizio Mercadante, na verdade, essa questão não tem sido postergada durante os últimos oito anos, mas sim durante os últimos 100 anos ou mais. E, por essa razão, quando aparece uma oportunidade como essa, proporcionada pela emenda do Senador Jefferson Péres, não podemos perdê-la, porque há 100 anos essas oportunidades são postergadas.

E o seu argumento, assim como o do Senador Roberto Saturnino, reforça mais ainda a tese. Quando V. Exª diz, com toda a clareza, que há pouca disponibilidade, não entendo em quê isso vai de encontro à nossa proposta, porque, se há pouca disponibilidade, serão 30% da pouca disponibilidade daqui a dois anos e não agora.

Não existe nenhum impeditivo, a não ser o motivo apresentado, com muita clareza, como eu disse, pelo Senador Roberto Saturnino, o maior conhecedor do BNDES: o de que há projetos prioritários para salvar este País e que esses projetos prioritários vão engessar e não podem ser para o Nordeste. Isso foi dito com toda a clareza por S. Exª.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Posso apartear-lo, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me cita, pela segunda vez, como maior conhecedor do BNDES. Não o sou mais, não. Já o fui no passado. Talvez, neste conjunto de pessoas aqui, eu o seja realmente, porque lá militei em toda a minha vida profissional. Mas sou tão pouco conhecedor do BNDES que quero exatamente que o Presidente daquele Banco aqui venha nos explicar a seguinte questão: essa reserva de 35% dos recursos dos financiamentos do BNDES vai prejudicar o projeto nacional? Sem esse projeto, não há desenvolvimento nem do Nordeste, nem do Centro-Oeste, nem do Amazonas, nem do Sul, nem de ninguém, porque é o Brasil que fica submetido a esse engessamento externo.

Então, o que quero é escutar o Presidente do BNDES. Se, por tanto tempo, por séculos, isso foi postergado, por que essa inflexibilidade de não esperar mais uma semana, dez ou quinze dias, para ouvirmos o Presidente do BNDES? Pode ser até que S. Sª venha aqui e diga: “Não, são razoáveis os 35%. O Senador Tasso Jereissati tem razão. Isso não vai prejudicar”. Ou, então, pode ser que diga: “Tudo bem, vamos aprovar isso, mas o Senado se compromete em aprovar tal dispositivo que aumentará os recursos do BNDES”.

O que quero é escutar isso. Embora V. Exª insista que sou grande conhecedor do BNDES, devo dizer que não tenho conhecimento sobre isso. Não gostaria de dar um voto que comprometesse o desenvolvimento nacional. Não se trata do desenvolvimento do Centro-Sul ou do Nordeste, mas do desenvolvimento do País como um todo.

Isto é o que quero: ouvir o Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, peço a V. Exª para concluir o seu pronunciamento, por gentileza.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois não, Sr. Presidente.

Para terminar, mais uma vez, peço desculpas ao Senador Roberto Saturnino se o ofendi ao dizer que S. Exª é o maior conhecedor do BNDES. Eu o disse com a intenção de elogiá-lo e não de ofendê-lo.

É exatamente esta a nossa preocupação: há cem anos, ouvimos que o Nordeste não é prioridade, e é justamente esse o perigo. Há cem anos que, numa ocasião como esta, ouvimos: neste momento, essa não é a grande prioridade nacional. A preocupação de V. Exª é justamente a nossa preocupação, ou seja,

a de que ele chegue aqui e diga: “Não é a prioridade nacional”. Isso historicamente tem se repetido.

Como Senador brasileiro, que enxerga no Nordeste e na concentração de renda o grande e mais grave problema nacional, eu gostaria que essa matéria fosse colocada em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria já está longamente debatida e discutida, e, portanto, pediria aos Srs. Senadores que fossem breves em suas exposições.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Depois, falarão os Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria apenas de parabenizar o relatório do Senador Tasso Jereissati. Tenho sido testemunha do trabalho, da dedicação do Governador por três vezes no Ceará, da preocupação que S. Ex^a tem tido em relação ao desenvolvimento não só do Ceará, mas também do Nordeste, dedicando-se a esse debate minucioso, que, inclusive, já foi feito aqui pelo ex-Senador Beni Veras, Vice-Governador do Ceará.

Compreendo que há uma ansiedade por parte de todos nós nordestinos, que representamos o nosso Estado, de que o Nordeste agora possa ser tratado com justiça, aquilo que não foi feito em cinquenta, cem anos, como aqui mesmo frisou o Senador Tasso Jereissati e outros. Mas concordo com os Senadores Garibaldi Alves Filho e Fernando Bezerra: se isso não foi feito durante cinquenta ou cem anos, não serão quinze dias ou uma semana que irão prejudicar esse projeto.

Esse é o nosso entendimento. Se nós, que defendemos o Nordeste, acreditamos que, da forma como foi feito o relatório do Senador Tasso Jereissati, isso certamente irá nos proporcionar uma melhor condição de desenvolvimento e de crescimento do Nordeste – e esse também é o meu convencimento –, faço também este apelo: que possamos votar o requerimento do Senador Aloizio Mercadante e adiar a votação da matéria por uma semana ou quinze dias, dando tempo para que todos nós possamos ser esclarecidos com detalhes.

Entendo que o Senador Tasso Jereissati fez um exame minucioso dessa matéria – é da sua tradição se dedicar inteira e minuciosamente ao tema. Mas acredito que não serão sete ou quinze dias que irão prejudicar essa matéria, até porque, se não for o nosso convencimento na chegada do Presidente do BNDES, nós, que somos nordestinos e estamos de-

fendendo essa tese, votaremos assim o projeto e decidiremos daqui a quinze dias.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Simon, e, depois, falará o Senador Eduardo Suplicy. Parece-me que a Senadora Ana Júlia também que falar, mas V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem. Assim, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pedi a palavra pela ordem, porque o Senador Tasso Jereissati citou meu nome, dizendo que eu estava querendo postergar a votação do projeto. Na verdade, estou querendo viabilizar a efetivação do projeto, que a audiência pública traria. Penso que foi uma injustiça. Estamos querendo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, ninguém está discutindo audiência pública. Estamos discutindo adiamento. O requerimento é para que haja o adiamento da matéria. Quero deixar isso bem claro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Para se permitir o debate com o Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito aos Senadores que peçam a palavra, a fim de que os trabalhos da nossa Comissão sejam produtivos e que tudo ocorra como tem ocorrido até hoje.

Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Quereria apenas dizer que o Senador e ex-Governador Tasso Jereissati cometeu uma injustiça com relação à minha ponderação. Estamos querendo fazer justiça ao Nordeste, mas não posso permitir que se faça uma injustiça a mim, Senador nordestino. Como S. Ex^a, fui Governador. Lutamos juntos em favor de uma política regional para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, com todo respeito, penso que deveria haver uma tradição no sentido de parar a discussão em determinado momento; do contrário, ficaremos numa roda-viva, numa repetição. Se ficarmos aqui até amanhã, nada resolveremos, porque será sempre a mesma repetição.

As questões estão mais do que esclarecidas. Com toda sinceridade, considero o parecer do Senador Tasso Jereissati excepcional e penso que a posição dos nordestinos é profundamente correta. Com todo respeito, carinho e admiração, será a primeira vez em que irei divergir do meu amigo Roberto Saturnino. Acredito que ele está equivocado, porque, seja qual for o plano a ser adotado, é importante. Teremos de buscar um plano importante, em que haja um projeto para o Nordeste; caso contrário, só atenderá ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

Não vamos esquecer que o Presidente da República é nordestino, é de Pernambuco. Sua Excelência vai entender esta conversa.

Esse problema, como dizem, vem sendo discutido há cem anos, e não adianta dizer que essa emenda vai resolvê-lo. Já houve cinquenta emendas. Penso que, para isso ter força e conteúdo, deveríamos esperar, deixar que o Presidente do Banco viesse aqui expor seu pensamento. Depois votaríamos tranqüilamente. Assim, não poderiam dizer que tudo foi feito às pressas e que, por isso, é contestável. Vamos ouvir quem tem o direito de ser ouvido, analisar os argumentos apresentados e votar na próxima semana, com mais tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, quero agradecer ao Senador Pedro Simon o reconhecimento de que a matéria foi bem debatida. Todavia, não pode a Mesa tolher a palavra dos Senadores que vêm insistindo em falar para aduzir suas considerações.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de formular uma pergunta ao Relator, Senador Tasso Jereissati: se ficar registrado, pela palavra do Líder Aloizio Mercadante, o compromisso de que o Presidente do BNDES virá aqui na próxima quinta-feira, dada a grande prioridade que tem a votação dessa matéria...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Por que não na próxima terça-feira?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Em qualquer dia da próxima semana, o Presidente poderá vir aqui.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – A minha proposta, Sr. Presidente, é...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, não cabe à Mesa interromper V. Ex^a, mas V. Ex^a está fazendo uma proposta...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Estou fazendo uma proposta ao Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas queria dizer que, na próxima terça-feira, já está confirmada a presença aqui da Ministra de Minas e Energia.

Eminente Relator, se V. Ex^a e os membros da Comissão concordarem com a realização de uma reunião extraordinária para ouvir o Presidente do BNDES e se o Governo se comprometer a trazê-lo aqui, a Mesa acatará a decisão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Eduardo Suplicy concluirá a sua manifestação, e, posteriormente, concederei a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu estava formulando uma pergunta ao Senador Tasso Jereissati, mas não consegui terminá-la.

Se for assumido o compromisso – acredito que há muita vontade em fazê-lo, inclusive pela palavra do Senador Aloizio Mercadante – da vinda a esta Comissão do Presidente do BNDES na próxima semana, na quinta-feira ou no dia em que S. S^a puder, todos nós poderemos ouvi-lo.

Prezado Senador Tasso Jereissati, eu gostaria de lhe transmitir que, com a explicação do Presidente do BNDES, Carlos Lessa, se S. S^a considerar de bom senso essa sua proposição em acréscimo ao projeto do Senador Jefferson Péres, no sentido de propiciar desenvolvimento e dar maior equilíbrio regional ao País, sentir-me-ei muito bem, como Senador por São Paulo, por estar votando a matéria. Assim, estarei melhor informado, após os argumentos que V. Ex^a está apresentando e aqueles que todos os Senadores do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste já expuseram. Eu gostaria de ouvir a explicação do Presidente do BNDES, para votarmos, quem sabe, em consenso a sua proposição.

Portanto, faço um apelo. Acredito que uma semana não atrapalhará a votação. Assim, pelo menos, ouviremos o Presidente do BNDES e talvez possamos votar a matéria no mesmo dia, logo após o debate com S. S^a.

Sr. Presidente, essa é a minha sugestão.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator já havia pedido a palavra pela ordem, e, dessa forma, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, concordo com essa sugestão, após ouvir todos os nossos companheiros, o que demonstra a paciência não apenas dos Senadores, mas de toda uma região.

O compromisso assumido pelo Senador Pedro Simon, do PMDB, pelos Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, do PT, enfim, por todos os Partidos aqui presentes, faz crer que essa matéria será votada em, no máximo, quinze dias. Se houver a oitiva do Presidente do BNDES, tudo bem, melhor ainda. Se não houver a oitiva de S. S^a, votaremos essa questão na outra terça-feira. É esse o compromisso que peço a todos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero isso muito razoável, porque realmente não temos nenhum interesse em postergar essa decisão. No mérito, o Governo poderá, inclusive, chegar à conclusão de que deve haver uma regionalização. Mas a audiência, eu diria, é absolutamente indispensável.

Sr. Presidente, proponho que V. Ex^a fixe a data da audiência com o Presidente do BNDES. A audiência poderá ocorrer na quinta-feira pela manhã, e votaremos o projeto na terça-feira da outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Disposmos, então, de quarenta e oito horas de prazo. V. Ex^a está propondo que a audiência se realize nesta quinta-feira?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Teríamos, no máximo, quinze dias para votar. Poderemos realizar a audiência na próxima terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na terça-feira, ouviremos a Ministra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, na quinta-feira da próxima semana, de manhã, faremos a audiência com o Presidente do BNDES, para que S. S^a possa acomodar a sua agenda, e, na terça-feira, daqui a quinze dias, votaremos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se todos concordarem, a matéria fica assim solucionada. (Pausa.)

Eu pediria à Secretaria e à Liderança do Governo que agilizasse o convite.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ainda há matérias a serem votadas.

Peço a compreensão dos membros da Comissão. Retiro de pauta, a pedido do Relator, Senador Romero Jucá, os Itens 3 e 4.

A pauta de hoje está encerrada. No entanto, há um pedido extrapauta relativo a um projeto cujo Relator é o Senador Efraim Moraes. A autoria é do Deputado Airton Dipp.

Peço a compreensão dos Srs. Senadores para inserir esta matéria na pauta extra. Posteriormente, apreciaremos outros requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Solicito que insira o meu projeto na pauta extra. Trata-se do convite à Ministra Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar em votação os requerimentos posteriormente.

Senador Efraim Moraes, V. Ex^a poderia fazer um relato breve. Posteriormente, submeterei à votação.

Está em pauta, pois, o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003.

O SR. EFRAIM MORAES (PFL – PB) – Sr. Presidente, o parecer e a justificativa dizem respeito às concessionárias que foram prejudicadas no passado. Agora, estamos regularizando essa situação, de acordo com o projeto do Deputado Airton Dipp, já votado na Câmara dos Deputados. Houve unanimidade quanto ao projeto. O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é pela aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer ao Projeto de Lei da Câmara não terminativo nº 16, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos passar à votação dos requerimentos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, sugiro que deixemos essa apreciação para outra data, pois devemos aguardar os dois conferencistas que iriam falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a mesmo intermediou o acordo. Pela boa vontade, pela compreensão do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que veio aqui a nosso convite hoje, compreendendo o excesso de trabalho, fui informado – e a palavra de V. Ex^a tem fé – de que ele concorda em comparecer em data a ser oportunamente designada. Assim, entendo essa matéria como encerrada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não entendi. V. Ex^a inseriu um item extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Qual é a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já foi votada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Mas nem foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi lido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Foi lido por quem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelo Relator, Senador Efraim Moraes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Há muita gente aqui na frente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço que se evitem as discussões paralelas, por favor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Solicito que, quando se tratar de item extrapauta, no início da reunião, informe-se à Comissão. No meio deste tumulto, com três pessoas na minha frente, fica difícil apreciar um item extrapauta cujo mérito desconheço. E se procedeu à votação em três segundos! Sequer houve discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não é a primeira vez em que alguns projetos são votados rapidamente. Informe-me que iria inserir o projeto na pauta extra, com um requerimento formulado, e disse: “Aqueles que concordam queiram permanecer sentados”. Concordaram. Dei a palavra ao Relator. Fui claro. Acrescentei “em discussão o projeto do Relator”, mas ninguém se pronunciou. Submeti o projeto à votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Solicito que, quando houver pedidos de inclusão de matéria na pauta extra, os requerimentos sejam votados ao início da reunião, para que, ao longo da reunião, os Senadores possam saber do que se trata.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas V. Ex^a falou no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Além de ter falado no início, às vezes, tem sido praxe, na nossa Comissão e em outras também, o pedido de inclusão de matéria extrapauta ser feito durante a reunião, impossibilitando-me de lê-lo no início. Os Srs. Senadores têm condições de dizer se são favoráveis ou não. Mas realmente as matérias devem ser votadas com mais calma. Concordo com V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Foi um parecer lido com três linhas: “Sou favorável ao voto”. Não houve sequer análise. Não posso nem saber do que se trata o projeto. Não considero um bom procedimento parlamentar votar no atropelo matérias relevantes que visam a limitar a aplicação do redutor sobre saldos credores das concessionárias de energia elétrica na conta de um Estado a compensar. Trata-se de matéria financeira complexa, que foi votada sem nenhum tipo de discussão. Peço ao Presidente que votemos com mais calma e cautela e que discutamos o parecer na sua integralidade e não da forma como foi encaminhado, pois prejudicou nosso acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Relator lê o parecer devagar ou depressa. No momento em que conclui, não tenho saída.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Com gente se levantando, no meio de um tumulto, colocar matérias em votação dessa forma não ajuda o funcionamento da Comissão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, registro que segui o que determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um requerimento do Senador Arthur Virgílio, convidando a Ex^{ma} Ministra do Meio Ambiente para prestar pessoalmente informações sobre o programa governamental de exploração da Amazônia, mediante concessões.

Em discussão, o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo à apreciação do requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando, nos termos regimentais, a presença do Ex^{mo} Sr. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci; do Governador do Estado do Pará,

Simão Jatene; e do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha, a fim de prestarem informações sobre as perdas dos Estados exportadores a partir da nova ordem tributária proposta, bem como a respeito dos mecanismos criados para compensar essas desonerações.

Em discussão, o requerimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, essa nova ordem tributária proposta, evidentemente, é a reforma tributária que se encontra na Câmara dos Deputados. Isso pode ser inteiramente modificado pela Câmara dos Deputados. Vamos nos apressar num debate que sequer foi iniciado na Casa onde a matéria deve ser apreciada.

Não vejo como é que vamos tratar desse assunto aqui. Só vamos tratar da reforma tributária depois de ela estar aprovada na Câmara dos Deputados. Creio até que pode ser aprovada, mas depois que conhecermos o que vem de lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão.

Alguém mais quer discutir o requerimento da Senadora Ana Júlia, com referência aos convites a serem feitos ao Ministro da Fazenda e aos Governadores dos Estados do Pará e de Minas Gerais? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de pedir as notas taquigráficas referentes à votação daquele item extrapauta. Quero saber exatamente quanto tempo demoramos naquela votação e como foi lido o relatório, porque acho completamente impropriedade o que ocorreu.

Quero registrar o meu protesto. Entendo que esse procedimento não condiz com a Comissão, sobretudo em relação a uma matéria dessa relevância. Não é assim que temos trabalhado. Isso nunca aconteceu nesta Comissão. Peço, portanto, a V. Ex^a que me encaminhe as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Secretaria está autorizada a fornecer cópia da Ata que possa instruir qualquer eventual procedimento a V. Ex^a.

Passo à apreciação do requerimento do Senador Leonel Pavan, convidando, nos termos regimentais, o Ministro da Agricultura a prestar informações sobre a atual situação econômica dos produtores brasileiros de alho, em virtude do excesso de importação do produto: por que o Governo brasileiro insiste em manter importações de alho da China e da Argentina e quais as providências que o Ministro da Agricultura está tomando junto ao Governo no sentido de frear essas importações e dar incentivo aos produtores nacionais e também a respeito dos transgênicos?

Em discussão, o requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço verificação de **quorum**. Não há ambiente para discutir o que quer que seja. Estamos votando as matérias sem qualquer discussão. Há um tumulto geral na Comissão. Peço que a Comissão trabalhe com calma. Desse jeito, não podemos votar as matérias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a pediu ou não verificação de **quorum**?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estou pedindo verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, na hora da votação, apresentarei o requerimento de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, recentemente estivemos com inúmeros produtores de alho de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul – especialmente, com os de Santa Catarina, do Município de Curitiba –, em audiência com o Ministro Roberto Rodrigues, e falávamos sobre os prejuízos que os produtores estão tendo pelo fato de o Brasil estar importando alho da China.

Antes aqui chegava algo em torno de 1,3 milhão de caixas de alho por ano, e, agora, são importadas aproximadamente quatro milhões de caixas, o que tem trazido um prejuízo sério aos produtores de nosso País. A sobra de alho e a falta de valorização do alho nacional têm feito com que eles joguem fora o produto, promovam verdadeiras paradas, protestando contra a má valorização dos produtores de alho do nosso País. E, agora, para prejudicar ainda mais o Brasil, está-se importando alho da Argentina também.

Queríamos convidar o Ministro da Agricultura, para que S. Ex^a nos dissesse que política agrícola, em

relação ao alho, poderia ser adotada para os nossos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem explicado o requerimento de V. Ex^a.

Continua em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Líder não ia pedir verificação de **quorum**?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou pedir sim, Sr. Presidente, a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Neste requerimento ou em outro?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pode ser nesse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse foi votado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Foi aprovado; portanto, pedirei a verificação de **quorum** no outro.

Sr. Presidente, quero a transcrição da Comissão e não simplesmente a Ata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Entendo que a Ata é a transcrição de tudo. Tudo o que aconteceu vai ser entregue a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Trata-se de matéria vencida, mas, se o Líder insiste, fechamos os olhos e partimos para a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas S. Ex^a já concordou.

Estamos trabalhando harmonicamente. São requerimentos em que todos estão de acordo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, jogaremos no ar-condicionado central acima de zero. As temperaturas são boas, mas prefiro as quentes. Sinceramente, prefiro as quentes. A outra me deixa morno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Independentemente da temperatura a que o Líder quer se expor, esta Comissão deve ter procedimentos que agrade a todos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A temperatura é para todo mundo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria que, quando eu estivesse falando, fosse respeitada a palavra. O Senador Arthur Virgílio não respeita mais quem fala. Não podemos trabalhar mais dessa forma. Há o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho respeitado V. Ex^a até aqui. Se um dia eu passar a não respeitá-lo, V. Ex^a vai notar a diferença com muita força.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Arthur Virgílio, realmente temos trabalhado assim. O Senador está com a palavra. Quem quiser interrompê-lo deve pedir o aparte, por gentileza. Assim, levaremos os nossos trabalhos a bom termo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou reafirmar minha profunda insatisfação com o que aconteceu nesta Comissão. Foi um fato gravíssimo, que não havia acontecido durante esses cinco meses.

Não vejo como podemos votar um projeto como esse da forma como foi votado. Registro a minha preocupação. Ganhar ou perder, disputar faz parte da democracia, mas votar um projeto que limita a aplicação do redutor sobre o saldo credor das concessionárias de energia elétrica, na velocidade e nas condições com que foi votado, sem nenhum tipo de discussão e reflexão – e o projeto nem estava na pauta –, realmente gerou uma inquietação.

Solicitei verificação de **quorum** porque não havia sequer ambiente para discutirmos as outras matérias. De qualquer forma, como a Comissão está trabalhando e há requerimentos, vamos dar continuidade. Ficarei até o final acompanhando toda a discussão.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Quero esclarecer a V. Ex^a que a Mesa, ao decidir colocar o projeto em pauta extra, o qual, inclusive, foi distribuído em plenário – muitos Parlamentares...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não. Foi distribuído depois de votado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a acabou de reclamar que estava com a palavra e que foi interrompido...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, a palavra é concedida pela Mesa, ou o orador dá o aparte.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Há poucos instantes, o Senador Aloizio Mercadante reclamava do Senador Arthur Virgílio porque estava com a palavra e havia sido interrompido. Não vou nem reclamar de V. Exª, porque a reclamação lhe pertence, mas estou com a palavra e quero dizer-lhe que não tenho culpa de se criar um tumulto.

Sr. Presidente, V. Exª pediu que eu lesse o relatório, que eu fosse objetivo, em função do próprio horário, e cumpri exatamente o que foi pedido por V. Exª e o que determina o Regimento, mas não tenho culpa se o Líder do Governo, ao se votar uma matéria, não sabe o que se está votando. Se depois de aprovado, o Líder do Governo vem tomar conhecimento, creio que isso é displicência.

Quero dizer que cumpri a minha missão como Relator. A matéria foi posta em discussão. Ninguém quis discuti-la. Depois, Sr. Presidente, V. Exª a colocou em votação, e ela foi aprovada. Estamos até discutindo matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exªs hão de concordar que a matéria diz respeito à condução dos trabalhos. Realmente, não é a primeira vez em que isso ocorre nesta Comissão; até no plenário, é assim. Há determinados momentos em que a Casa vota projetos porque pressupõe que todos estejam atentos.

Tratava-se de uma matéria extrapauta. Vários dos Srs. Senadores estavam atentos à matéria. Que fiz eu? Coloquei a matéria em pauta e dei a palavra ao Relator, a fim de que lesse o parecer. Pedi-lhe: “Leia com objetividade”. S. Exª leu o parecer, mas não posso, como Presidente da Mesa, dizer: “Leia o seu parecer pela metade ou integralmente”. S. Exª leu a parte que quis. Eu disse: “Em discussão”. E, depois, coloquei em votação a matéria. Isso se deu num tempo rápido, mas não se pode dizer que isso só aconteceu agora. Isso tem acontecido em várias oportunidades, não apenas aqui, como nos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados.

Vamos ordenar os trabalhos? Vamos. Afinal de contas, trata-se da Comissão de Assuntos Econômicos, da mais alta relevância, de sorte que eu mesmo chamarei a atenção para cada matéria que for votada.

A matéria foi votada, e não é a primeira vez que isso acontece.

Recebo as ponderações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante, mas a votação se deu da mesma forma com que procedemos em várias outras matérias aqui. E a Mesa nem conhecia a matéria, pois era extrapauta. Ela aqui chegou, e a colocamos em vota-

ção, como deve ocorrer nesse caso. O Plenário concordou. V. Exª tem razão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas mais uma solicitação. V. Exª poderia informar quantos Senadores assinaram a Ata, reconhecendo a votação do Item 16 da pauta extra?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Havia **quorum** máximo. Basta pegar as assinaturas dos Senadores que saíram. Basta ver a lista de quem estava presente e pegar a assinatura. É de praxe nesta Casa. Não foi pedida verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, se levamos a ferro e fogo, teremos que fazer, V. Exª me desculpe, até uma investigação. É praxe: se há número, procede-se à votação. Ninguém pediu verificação de **quorum**, e as pessoas, às vezes, assinam a Ata depois de feita. É o que ocorre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, levar a ferro e fogo pode ser uma boa idéia. Não se tem que levar a água e água. Pode-se levar a ferro e fogo, sim. É questão de acertarmos que será essa a postura daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou imprimir o ritmo que sempre imprimi na Comissão. Afinal de contas, já estou há muitos meses presidindo a Comissão, já presidi outras Comissões. Se houve algum atropelo, vou me esforçar para que não se repita.

Peço aos Srs. Senadores que colaborem, inclusive sem apartes e pronunciamentos paralelos, para que haja o bom andamento dos trabalhos. O Senado Federal é uma Casa em que sempre se trabalhou dentro da mais absoluta cordialidade, do mais amplo entendimento, tanto que se discutiu a matéria relativa ao desenvolvimento regional, quanto à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, surgiu uma luz, e a votação da matéria foi transferida para outra data.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não quero tomar as dores...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, gostaria de, pelo menos, votar os requerimentos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não vejo razão para cercear a palavra do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos votar os requerimentos. Posteriormente, concederei a palavra a S. Exª.

Tenho em mãos, agora, o requerimento firmado pelo Senador Arthur Virgílio, que pede a presença

dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; das Cidades e da Integração Nacional, a fim de participarem de reunião de audiência pública destinada ao debate do programa de desenvolvimento da Amazônia, em vias de lançamento pelo Governo Federal.

A Mesa apenas indaga do ilustre Senador se deseja a presença de todos numa mesma audiência, ou se o faremos paulatinamente, pois já houve um requerimento de V. Exª para a vinda de outro Ministro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, creio que seja mais lógico e mais econômico, do ponto de vista do tempo, ouvirmos todos de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de convite. Então, um deles pode vir num dia, e outro, em outro dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. Podemos tentar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa fará o possível para atendê-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se sinto boa-fé, Sr. Presidente, sou uma pessoa muito cordata.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão, o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento de autoria de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, que, penso, já foi aprovado. Consulta a Secretaria. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com tanta aprovação, o meu humor vai começar a melhorar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento é de autoria de V. Exª, Senador Arthur Virgílio, convidando a Ministra do Meio Ambiente a aqui comparecer. No entanto, já houve um requerimento aprovado nesse sentido. Mas, mesmo assim, eu o coloco em discussão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esse requerimento já havia sido votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de um convite à Ministra Marina Silva, para tratar aqui do programa governamental de exploração da Amazônia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esse programa, que estranhamente foi anunciado no exterior, deveria ter sido anunciado no País. Daí o desejo que tenho de ouvir a Ministra e até de fazer esse reparo a S. Exª, figura que estimo profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes requerem, nos termos regimentais, a presença do Exmº Sr. Ministro da Fazenda; do Exmº Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; dos representantes do Governo brasileiro no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Martus Tavares; do Diretor do Banco Mundial no Brasil e do representante do BID no Brasil, a fim de discutir as estratégias de assistência ao Brasil do Banco Mundial e do BID.

Sras e Srs. Senadores, trata-se de um convite. A Comissão não tem poderes de convocação. Faremos o convite, mas acredito que, em se tratando de pessoas que viajam com frequência ao exterior, como é o caso dos representantes do Banco Mundial, será difícil o comparecimento de todas elas em um só dia.

Mesmo assim, vou colocar em discussão o requerimento. Certamente, nós o aprovaremos. No entanto, não sei como iremos proceder para assegurar a presença de todos ao mesmo tempo aqui.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É claro. V. Exª é autora do requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, é óbvio que a Senadora Patrícia Gomes e eu sabemos que não tem sido esse o tom desta Comissão, que tem sempre convidado Ministros, até mesmo quando se pode convocá-los. A idéia é exatamente que possamos convidá-los, para debatermos assunto importante para o Brasil e, especialmente, para as Regiões Norte e Nordeste. Por isso, o requerimento está assinando por nós, que representamos tais Regiões. A idéia é essa. Não seria uma pauta a ser cumprida na próxima semana, mas penso que é importante discutirmos esses empréstimos, suas bases e condições. Isso é do interesse de todos.

Sr. Presidente, penso que S. Sªs não se negarão a comparecerem ao Senado da República. Além do mais, sei que não temos como obrigá-los a isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia, o que eu quis dizer é que acredito que não seja possível o comparecimento de todos no mesmo dia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Podemos tentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ver o que conseguiremos fazer.

Há um requerimento do Senador Eduardo Suplicy: “Requeiro, nos termos regimentais, uma investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, sobre a conduta das empresas de transporte coletivo urbano de passageiros de São Paulo, que apresentam indícios de abuso de poder econômico e de ação concertada na forma de conluio, contrariando os interesses da população da cidade de São Paulo”.

Senador Eduardo Suplicy, consulto V. Ex^a acerca do requerimento. Parece-me que V. Ex^a não quer uma investigação por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, porque não temos esse poder de investigação. Eu teria que enviar o requerimento à Mesa, com a aprovação da Comissão, para que a Mesa informe ao Cade a aprovação ou não do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, quero informar que, quando aqui estiveram, os Conselheiros do Cade – inclusive, o Presidente do Cade, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assim agiu, e é claro que esse procedimento continua – disseram que, sempre que a Comissão de Assuntos Econômicos quisesse provocar o Cade para estudar eventual abuso do poder econômico em quaisquer áreas da economia brasileira, eles se sentiriam motivados a fazer esse trabalho.

Portanto, isso constitui atribuição nossa, da Comissão de Assuntos Econômicos, sempre que surgir algum fato sério relativo a abuso do poder econômico por determinado segmento. E, no caso do Município de São Paulo, verificou-se que, depois de a CMTC, tornada Transurb, passar a concessão do serviço de transporte coletivo para empresas privadas, houve um enorme abuso. O próprio Ministério Público está examinando o caso em que essas empresas formaram um conluio, passando até mesmo a pagar quantias de dinheiro à diretoria do sindicato de motoristas e cobradores, para que esses realizassem greves após greves, em prejuízo da população de São Paulo.

Está para ser realizada nova concessão por licitação pública, e acredito que, se o Cade vier a examinar esse tipo de abuso do poder econômico, certamente as empresas concessionárias que porventura vencerem a licitação tomarão muito mais cuidado, porque estarão cientes de que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica estará atento a quaisquer abusos que venham a cometer.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para me referir ao requerimento seguinte, que assinei com o Senador Hélio Costa, relativo à denúncia formulada pelo **Financial Times** sobre o conluio da empresa AES com a Enron, por ocasião da privatização da Eletropaulo. Sobre esse assunto, também é nossa intenção provocar o Cade, para que examine o assunto que a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça está examinando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloquei o requerimento do Senador Eduardo Suplicy em votação. Caso o requerimento seja aprovado, será encaminhado à Mesa do Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não sei se é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acredito que sim, porque não temos capacidade para investigar. Mas, se não for preciso, é só eu ser convencido do contrário.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Eduardo Suplicy, passamos à apreciação do requerimento a que V. Ex^a aludiu, de autoria do Senador Hélio Costa, em que se pede, nos termos regimentais, o comparecimento, mediante convite, da Ministra de Estado de Minas e Energia, do Presidente do BNDES, da Companhia Metropolitana de Eletricidade de São Paulo e da Companhia Energética de Minas Gerais, para prestarem esclarecimentos, em audiência pública a ser agendada por esta Comissão, sobre as operações de venda das ações da Eletropaulo e Cemig à empresa norte-americana AES.

O Senador, no rodapé do requerimento, diz:

“Sr. Presidente, considerando que a Ministra de Minas e Energia já se encontra convidada para ser ouvida em comissão na próxima terça-feira, peço que V. Ex^a inclua, extrapauta, apenas o convite ao Presidente do BNDES, Carlos Lessa, para falar sobre os empréstimos concedidos à AES, constantes deste requerimento.”

V. Ex^a quer discutir?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Poderíamos aproveitar o mesmo dia da vinda dele.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, faço exatamente essa sugestão. Poderíamos incluir na pauta do convite feito ao Presidente do BNDES a questão dos empréstimos para a compra das ações da Eletropaulo e das ações da Cemig.

Ao mesmo tempo, insisto também na convocação dos Presidentes da Eletropaulo e da Cemig, para que comentem a denúncia que trouxe na semana passada, de que, depois de receber um empréstimo do BNDES e levar cinco anos para pagar a primeira prestação, a AES não pagou a primeira prestação, recebeu todos os dividendos de cinco anos, no valor de R\$150 milhões, tem mais R\$19 milhões para receber até dezembro e, lamentavelmente, não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos pelo acordo feito na venda das ações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que é muito bom que seja feita essa convocação, porque mais uma vez será esclarecida a questão que se refere à Cemig.

O Senador Hélio Costa, equivocadamente, tenta envolver a Cemig nessa questão. A denúncia do **Financial Times** se refere à questão da Eletropaulo. A Cemig teve parte de suas ações vendidas em bolsa, num processo em que as ações que valiam R\$22,00 foram vendidas por R\$63,00, quase três vezes aquele valor, num negócio altamente produtivo para Minas Gerais.

Do ponto de vista de crédito bancário, cabe ao BNDES cobrar de quem deve, e é muito bom que venha aqui. Não é cabível, porém, que se abordem equivocadamente questões já vencidas, inclusive em CPI que foi realizada em Minas Gerais, quanto à venda parcial de ações da Cemig, cujo acordo de acionistas está **sub judice** hoje no STJ – o assunto não foi resolvido.

Quis fazer esse esclarecimento, porque considero que essa é uma exploração política de um assunto que não está em pauta. É bom que seja esclarecida mais uma vez essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, por ter sido citado nominalmente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só um instante, Senador Hélio Costa. Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se entendi bem, Sr. Presidente, estão sendo convocados – e não convidados – os dois dirigentes estaduais e o Dr. Carlos Lessa. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento pede...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Haverá convite para um e convocação para os outros?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – O convite é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É um convite à Ministra de Estado de Minas e Energia e a representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, da Eletropaulo e da Cemig.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu gostaria de me associar como requerente.

O Senador Eduardo Azeredo fala com sua consciência tranqüila e com honradez. E esse requerimento deve ser aprovado por unanimidade, como acredito que, amanhã, será aprovado por unanimidade, na Comissão de Fiscalização e Controle, o convite que estou fazendo para várias pessoas envolvidas naquele escândalo de Santo André prestarem depoimento, como o Sr. Sérgio Chefe e outros. Como acredito que esse convite será aprovado de forma unânime amanhã, também creio que esse requerimento do Senador Hélio Costa será aprovado por unanimidade, com meu entusiasmado apoio. Até me associo, como requerente, para poder aqui mergulhar mais fundo nessa realidade que estamos buscando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só faremos um esclarecimento, Senador Hélio Costa. Depois, concederei a palavra a V. Ex^a.

A Ministra vem aqui na próxima terça-feira. O requerimento de V. Ex^a pede também a presença do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e de representantes da Eletropaulo e da Cemig, todos para terça-feira.

Como poderíamos fazer para...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de propor que as audiências fossem separadas. Como o Presidente do BNDES já vem aqui para tratar daquela outra matéria – uma análise mais geral do banco, das políticas e de todas as outras informações –, poderíamos fazer

essa audiência em separado, e, talvez, na audiência com um representante da Cemig e da Eletropaulo, poderia vir um representante do BNDES e outro do Ministério de Minas e Energia. Seriam quatro pessoas numa audiência em separado.

Na audiência com o Presidente do BNDES, essa matéria, evidentemente, poderia ser tratada nas implicações do BNDES, porque, se formos à audiência com o Presidente do BNDES, pelo interesse que havia da Comissão para discutir o papel do BNDES – no que diz respeito, por exemplo, à vinculação de receita – e para tratar especificamente disso com outros membros, acredito que não conseguiremos fazê-lo, já que teremos que votar aquele projeto em quinze dias. Eu proporia manter o Presidente do BNDES com uma audiência própria e fazer outra audiência paralela para tratar desse caso.

Na audiência com o Presidente, também, evidentemente, esse tema pode ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, concordo com o Líder Aloizio Mercadante, porque é da maior importância que esse assunto relacionado com a empresa americana AES e o consórcio que comprou as ações da Cemig e as ações da Eletropaulo seja discutido aqui.

Não tenho que responder ao que disse o ilustre Senador Eduardo Azeredo, de que estou envolvendo a Cemig. Não estou envolvendo a Cemig, Senador; ela já está envolvida. A Cemig foi envolvida por V. Ex^a, que vendeu 33% de suas ações em 1997 e entregou o controle da empresa a um consórcio liderado pela AES. Isso foi feito em bolsa? Foi. Não estou discutindo a ilegalidade da venda, não estou discutindo a questão da venda. Estou discutindo o seguinte: foi feito um empréstimo com o dinheiro do povo, possivelmente com o dinheiro do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, para uma empresa estrangeira comprar 33% de ações de uma empresa pública em Minas Gerais. Cinco anos depois, essa empresa não pagou o que tinha de pagar de volta do seu empréstimo, não cumpriu suas obrigações, recebeu todos os dividendos, no valor de R\$150 milhões, e ainda tem R\$19 milhões para vender. E eu ainda tenho que estar aqui explicando tudo isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só quero ajudar S. Ex^a a expor a situação de uma maneira

mais correta. S. Ex^a não está discutindo a legalidade. A ilegalidade, temos a obrigação de discuti-la sempre.

Sr. Presidente, quero dizer que, se vamos esquartejar o Dr. Carlos Lessa em vários requerimentos, sou sócio de todos. Quero participar de todos como requerente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Por isso, foi proposto, pelo Líder Aloizio Mercadante, que se faça um requerimento separado. Na realidade, é a proposta inicial.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A proposta do Senador Aloizio Mercadante é para que o assunto seja tratado em data diferente da vinda do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que virá aqui para tratar de desenvolvimento regional.

Quero lembrar do requerimento aprovado para ouvirmos a Ministra de Minas e Energia na terça-feira. S. Ex^a vem aqui para falar de políticas de Governo para o refino do petróleo.

Então, sugiro ao autor que aprovemos o seu requerimento e marquemos uma outra data, uma vez que a Ministra vem aqui discutir um outro assunto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, ainda sobre esse assunto, quero dizer que não é verdade que eu tenha entregado o controle da Cemig aos estrangeiros. Isso não é verdade. Os estrangeiros tinham uma participação na direção, dentro do acordo, que foi publicado três meses antes. Nem é verdade que recursos do povo tenham sido usados para financiar uma empresa estrangeira apenas. Os recursos do povo estavam disponíveis para qualquer empresa. Foi um edital aberto e colocado dentro do programa do Governo.

Queria só esclarecer que o recurso era disponível para qualquer empresa, estrangeira ou nacional, e que não houve, em nenhum momento, perda de controle do Governo de Minas Gerais em relação à Cemig. Tanto isso é verdade, que o Governo continua com o seu poder de mando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem entrar no mérito da questão, vamos encerrar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – É importante dizer isso, porque se vê essa recorrência. O Governo de Minas Gerais nunca perdeu o poder de mando. A idéia é não ter o desmando, ação política

demagógica em cima de uma empresa que é de propriedade do povo mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar o requerimento em votação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mais uma vez, peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Está na Justiça de Minas Gerais e na Justiça Federal uma ação movida pelo então Governador Itamar Franco, que, na verdade, conteve a participação majoritária de quem tem 33% sobre a Cemig. Na verdade, a Cemig tem 7%...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Hélio Costa, vamos votar o requerimento. Todos já se pronunciaram. Não vamos entrar no mérito da questão. O requerimento tem justamente o objetivo de esclarecer tudo o que está sendo discutido por V. Ex^{as}.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação do requerimento do Senador César Borges, no sentido de que, com base no art. 67 do Regimento Interno, seja enviada representação externa à solenidade que acontecerá na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 28 de maio próximo, evento que contará com a presença do Ex^o Sr. Ministro da Integração Nacional, Sr. Ciro Gomes.

A representação externa ora proposta a esta Presidência é justificada pela necessidade de esclarecimento sobre a questão do desenvolvimento regional do País.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, na terça-feira da semana passada, estive nesta Casa o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que disse que, dentro do seu processo de discussão da recriação da Sudene, deveria iniciar um processo de discussão pública, por meio do Estado de São Paulo, da Federação das Indústrias de São Paulo. E S. Ex^a faria isso. E, num segundo momento, faria o mesmo no Rio de Janeiro. O Sr. Ministro estava em entendimentos com o BNDES.

É claro que estranhemos um pouco o fato de que essa discussão esteja exatamente começando no Sudeste. Chegamos até a entender as razões do Ministro de que precisava do apoio do empresariado dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, para conhecer as propostas do Governo com relação à Sudene.

Pela importância desse assunto, pela importância da Sudene e das políticas de desenvolvimento regional e de combate às desigualdades regionais, para que haja o desenvolvimento da própria Região Nordeste, seria importante que uma comissão de Senadores pudesse estar presente para acompanhar a audiência. Do contrário, saberemos apenas pelos jornais o que foi discutido em São Paulo sobre a recriação da Sudene, órgão tão importante de desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, faço apenas uma ponderação. Considero a audiência relevante, mas, amanhã, haverá a votação dos três nomes indicados para ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal no plenário. Essa votação exige **quorum** qualificado. Estou de acordo com a formação dessa comissão de Senadores, mas penso que ela deve ser pequena. Não sei se a audiência será realizada de manhã. Se for feita na parte da manhã, não prejudicará a votação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, a audiência será realizada das 9 horas às 12 horas. É o que está marcado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, daria tempo de os Senadores voltarem para Brasília. Amanhã, a votação em plenário dos três nomes indicados para Ministros do Supremo Tribunal Federal é muito importante e exige maioria qualificada.

Essa é a minha ponderação. Penso que é muito relevante e oportuna a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Penso que três Senadores, incluindo o autor do requerimento, é um número suficiente.

Antes, entretanto, vou colocar o requerimento em votação. Em relação aos pormenores da viagem, vou verificar qual o procedimento a ser adotado com a Mesa Diretora do Senado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Existe voo às 7 horas para São Paulo. Podemos chegar lá às 9 horas. Também há voo de lá para cá logo no início da tarde. Desse modo, podemos estar presentes à votação da Ordem do Dia. É compatível.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a passar para a próxima

matéria, estou apresentando – não sei se o Senador Hélio Costa concordaria – nosso requerimento que trata da Cemig, da Eletropaulo e do Dr. Carlos Lessa. Estou acrescentando – vou formalizar isso daqui a pouco e acredito que contarei com o apoio de todos os envolvidos no nosso requerimento – o nome do Ministro Walfrido Mares Guia, que, à época, era Vice-Governador do Estado de Minas Gerais.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Mais uma vez, Sr. Presidente, deixo bem claro – é importante que os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo entendam – que a minha preocupação não é com o aspecto legal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu não disse nada. Ele é uma figura que respeito, foi um grande Secretário de Educação...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Estou....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço encarecidamente a V. Ex^{as} que solicitem um aparte ou, então, aguardem, pois lhes darei a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex^a. Quero apenas deixar bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho razão, mas V. Ex^a está falando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é que o Senador me permitiu o aparte. Aliás, V. Ex^a sai daqui com sua imagem de Presidente da Comissão completamente intocada. Não ouvi nada que tivesse maculado a confiança que depus em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero que a Comissão corra bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Está indo muito bem, Sr. Presidente.

Eu não queria fazer qualquer insinuação. Ao contrário: uma figura inteligente e caríssima para nós do ponto de vista de precioso ser humano que é, que participou ativamente daquelas tratativas todas, só vai ajudar a não deixar nenhuma dúvida em relação a isso. Por isso, eu e o Senador Hélio Costa concordamos que se acrescente o nome do Ministro Walfrido Mares Guia no requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Aliás, estou sugerindo ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que convoque também o Governador, pois S. Ex^a também poderia fazer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida alguma. Vamos incluir o Governador Aécio Neves. Fazemos isso. Vamos por aqui. Vai-se chegar a uma hora em que vamos chamar o Presidente Lula aqui. Vamos chamar o Governador Aécio Neves. Está

feito. Concordo. Se a sugestão foi feita a sério, está pautada.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, segui rigorosamente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lembro aos Srs. Senadores que isso é algo de muita responsabilidade. Não podemos levar as coisas ao exagero.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não considero exagero. Podem chamar o Governador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há uma retransmissão dos trabalhos.

O Senador Arthur Virgílio pediu a inclusão do então Vice-Governador, e V. Ex^a concordou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a quer chamar o Governador Aécio Neves, estou de acordo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas por um minuto, somente para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – É importante que se entenda que me preocupo exatamente com o fato de que não foi pago o primeiro compromisso da AES com o BNDES. Essa é a razão do meu requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tenho de interromper. Isso não é verdade. A AES pagou metade à vista e já pagou várias prestações...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa questão de mérito será esclarecida lá.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero somente esclarecer que o Ministro Walfrido Mares Guia, com muita honra, foi meu Vice-Governador, mas S. Ex^a era também o Secretário de Planejamento. Dessa maneira, o critério está muito adequado. Penso que S. Ex^a poderá ajudar no processo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – São 14 horas. Tenho uma audiência com a Ministra e já estou atrasado por quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Falta apenas o requerimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Estou permanecendo aqui para não prejudicar os trabalhos, mas, nesse encaminhamento do Líder Arthur Virgílio – para mim, já era matéria vencida; estamos quebrando um procedimento –, peço verificação de **quorum**. Refiro-me à idéia de se incluir o nome do Vice-Governador. Não há **quorum**. Não estamos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, será esse o procedimento daqui para frente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o que já foi aprovado está aprovado. Não vejo mais condições de continuarmos trabalhando. Estamos enveredando para um caminho...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Endosso o pedido de verificação de **quorum** do Líder Aloizio Mercadante e farei o convite ao Governador Aécio Neves, conforme sugere o Senador Hélio Costa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero apenas concluir, porque está muito difícil falar neste plenário hoje. No estado em que o Senador Arthur Virgílio se encontra, não conseguimos falar.

Quero ponderar que o problema não é de mérito: se virá ou não o Vice-Governador ou quem virá. Penso que estamos entrando em um tipo de informalidade na Comissão que não contribui para a qualidade do processo.

Quando tratamos de uma matéria e ela foi votada, está vencida. Há um outro ponto da pauta. Entraram vários projetos extrapauta e requerimentos. Peço, portanto, que as contribuições sejam feitas no momento oportuno. Estamos em um nível de informalidade, incluindo pessoas totalmente fora do procedimento, Sr. Presidente.

Faço esta intervenção muito mais no sentido de evitar que introduzamos esse tipo de prática. Quando a matéria estava sendo discutida, não havia problema. Matéria vencida é vencida. Não podemos voltar na pauta para reformular requerimento, Sr. Presidente.

O Líder Arthur Virgílio pode, inclusive, apresentar um novo requerimento. Não há qualquer problema. S. Exª pode apresentá-lo, e não tenho qualquer objeção em chamar o Governador e o Vice-Governador de Minas Gerais. Sou inteiramente favorável. Podem-se chamar Governadores desta gestão, de outra ou da futura.

Penso, contudo, que devemos ter um certo procedimento pelo adiantado da hora e porque a informalidade de hoje não contribui para o funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faltam apenas dois requerimentos, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Seremos novamente tolerantes. Vamos concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em primeiro lugar, em nenhum momento, passou pela minha cabeça tratar de matéria vencida. Era exatamente um novo requerimento que eu queria apresentar, e obtive a anuência do Senador Hélio Costa.

Em segundo lugar, reafirmo que, se for para incluir o nome do Governador, é isso. E, mais ainda, se é para se manter, Líder, o pedido de verificação de **quorum**, vamos fazer isso juntos. Vamos estabelecer procedimentos, porque só trabalho com regras fixas. Não trabalho com regras que mudam de uma semana para outra.

Se é assim, não votamos os requerimentos restantes, e se salva a audiência do Líder Mercadante.

Aliás, Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa intervém. Vou colocar em votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder, estou pedindo verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fiz um apelo ao Senador Aloizio Mercadante, e S. Exª atendeu. Faço um outro a V. Exª, em nome da cordialidade da Comissão. Penso que hoje foi um dia diferente para nós, temos de compreender isso, seja por uma razão ou por outra. Há apenas dois requerimentos. Isso nunca aconteceu na Comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sempre há a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São requerimentos simples. Se V. Exª insistir, sou obrigado a cumprir o Regimento. Mas quero fazer o mesmo apelo que fiz ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não gosto desse jogo da negação, da ameaça, da insinuação. Quero que isso acabe.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso está encerrado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não disse que desisti, Sr. Presidente. V. Ex^a me fez um apelo, mas eu não disse que atendi a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a não quer colocar os dois requerimentos em votação?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quero apenas dizer o seguinte: V. Ex^a me fez um apelo, e eu não disse se acedo ao seu pedido.

V. Ex^a é encantador. Tenho muita dificuldade em dizer não a V. Ex^a. Contudo, não entendo o jogo da negaça, do escapismo, de dizer que vai pedir verificação de **quorum**, que vai fazer isto ou aquilo. Ou a ameaça implícita fica explícita, ou estabelecemos um efetivo e cavalheiresco entendimento nesta reunião. Se as coisas estão diferentes hoje, elas podem ficar diferentes durante a Legislatura inteira. É questão de tática estratégica, para quem imagina deva se portar assim ou assado.

Não quero ficar ouvindo, portanto, coisas como “vou pedir verificação de **quorum**”. Quando digo “peço verificação de **quorum**” é porque estou pedindo. Desta vez, só V. Ex^a me faz mudar de idéia, por ser a pessoa encantadora que é.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a concorda em colocar o requerimento em votação?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a está tão sedutor para mim, que não nego nada a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou relatar os termos do requerimento de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que pede seja convidado o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para comparecer, em audiência pública, neste órgão, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, que estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências.

Aliás, a matéria foi adiada sob essa condição. Vou colocá-la em votação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, está claro que sou sócio de todos os requerimentos que envolvem o Dr. Carlos Lessa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou votar o requerimento e concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Preciso esclarecer o assunto.

O Governador na época do procedimento era eu. Sou responsável e aqui estarei para responder a qualquer questão.

O Ministro Valfrido Mares Guia, além de Vice-Governador, era o Secretário de Planejamento responsável pelo processo de venda das ações. Por isso, como foi apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, é preciso que S. Ex^a esteja presente. Caso contrário, apenas teremos aqui o Presidente da Cemig, que foi responsável pelo maior prejuízo da história daquela companhia. Não podemos ter apenas um lado. É importante que o Ministro Valfrido esteja presente, para que possamos observar um outro lado que participou do processo ativamente, e não o que estava no Governo Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, vamos ao último requerimento, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Hélio Costa. S. Ex^{as} solicitam, nos termos regimentais, a instauração de uma investigação, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do leilão de privatização da empresa de energia elétrica de São Paulo, Eletropaulo, realizado em 1998.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, nos termos de requerimento similar a respeito da matéria.

Declaro encerrada a reunião de hoje.

Agradeço a atenção dos Srs. Senadores e torço para que os ânimos sejam outros na próxima reunião, embora tudo tenha ocorrido democraticamente.

(Levanta-se a reunião às 14h12min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em três de junho de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia três de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, Presidente em exercício, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Serys

Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Fernando Bezerra, Ramez Tabet, Jorge Bornhausen e Tasso Jereissati. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se a apreciação das seguintes matérias: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 19, DE 2003, NÃO TERMINATIVO, que “prorroga o prazo para exercício de autorização concedida à Petrobrás Transporte S.A. (Transpetro) pela Resolução nº 34, de 2001, e reajusta valores referidos naquela Resolução”. Autoria: Senador ROBERTO SATURNINO. Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Parecer: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o parecer do Relator favorável ao Projeto e Requerimento de urgência, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Antônio Carlos Valadares. MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 98, DE 2003, NÃO TERMINATIVA, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 46,000,000.00 (quarenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife – Prometrópole”. Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Discutiram a matéria os Senadores Romero Jucá, Eduardo Azeredo e Efraim Moraes. Resultado: Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do PRS que apresenta e Requerimento de urgência de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1989 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”. Autoria: Senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Relator: Senador ROMERO JUCÁ. Parecer: Pela aprovação parcial do Substitutivo. OBS: Em

22-05-2003, foi concedida VISTA COLETIVA nos termos regimentais. Discutiram a matéria os Senadores Efraim Moraes, Aloísio Mercadante, Rodolpho Tourinho, Jonas Pinheiro e Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado o parecer do Relator pela aprovação parcial do Substitutivo e Requerimento de urgência de autoria do Senador Romero Jucá. FOI, AINDA, APROVADO O SEGUINTE REQUERIMENTO: REQUERIMENTO Nº 41-CAE, DE 2003, de autoria do Senador PAULO OCTÁVIO, requerendo, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir a questão dos condomínios situados em terras públicas no Distrito Federal e os aspectos econômicos conexos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente, em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, a realizar-se em 3 de junho, às 10h, na Sala de Reuniões, nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de darmos início à pauta, que é bastante curta hoje, informo que há apenas um requerimento sobre a mesa, que é de minha autoria.

Convido o Senador Rodolpho Tourinho para assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura do requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar que, além do requerimento, também fosse apreciado – parece-me que extra-pauta já existe o relatório do Senador Garibaldi Alves Filho sobre o empréstimo para o Estado de Pernambuco – o Projeto de Lei do Senado nº 161, que trata da questão da cobrança de ISS. Na semana passada foi dada vista coletiva. Ocorre que, Sr. Presidente, durante a semana, chegou-se a um entendimento – Estados e Municípios, enfim, conseguimos coroar um processo de unanimidade para essa discussão. Portanto, hoje, também gostaria de colocar essa matéria em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Romero Jucá, temos apenas o compromisso de iniciarmos a audiência pública às 11 horas.

Vamos trabalhar para conseguirmos apreciar o projeto pleiteado por V. Ex^a.

Passo a presidência ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – O requerimento que apresento requer a realização de audiência pública com a finalidade de discutir a questão dos condomínios situados em terras públicas, em Brasília, Distrito Federal.

Como todos sabem, Brasília atravessa um momento difícil. Foram construídos vários condomínios em áreas públicas que pertencem à União. Metade das terras, em Brasília, pertence ao Distrito Federal e a outra metade, à União.

Por isso, estamos vivendo um momento bastante conturbado na área fundiária.

E, nesta oportunidade, faço um convite ao Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ao dos Territórios, Desembargador Natanael Caetano; ao Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ao Procurador-Geral do Ministério Público; ao Procurador do Distrito Federal; ao Conselheiro do Tribunal de Contas; ao Gerente Regional do Ibama; ao Dr. Pedro Celso, Secretário de Patrimônio da União; e ao Dr. Eri Varela, Presidente da Terracap, para uma audiência pública.

O intuito dessa audiência pública será o de discutir uma fórmula de resolver a questão fundiária de Brasília.

Esse o motivo da apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passa-se ao Item nº 1 da pauta.

Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2003, não terminativo, em que prorroga o prazo para o exercício de autorização concedida à Petrobras, Transportes S/A, Transpetro, pela Resolução nº 34, de 2001, e reajusta valores referidos naquela resolu-

ção, de autoria do Senador Roberto Saturnino. Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

Parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o presente Projeto de Resolução nº 19, prevê que o limite de endividamento previsto no art. 1º da Resolução nº 34, de 2001, passe a ser temporariamente, em caráter excepcional, de R\$1.389.160 trilhão, a fim de que o montante originalmente previsto de R\$379 bilhões, destinados a contratar financiamentos para aquisição de novos petroleiros, do interesse da Petrobras Transporte, ou Transpetro, possa ser atualizado para R\$758.160 bilhões.

O Projeto em referência busca renovar, então, o prazo e modificar valores de autorização anteriormente concedida pelo Senado Federal à Empresa Petrobras Transportes Sociedade Anônima – Transpetro, por meio da Resolução nº 34, de 2001.

Verifica-se, pelo teor do processado, que a empresa argumenta que as dificuldades operacionais nas tentativas com o BNDES retardaram as operações financeiras objeto da autorização. Visto que o prazo de validade da autorização, de 540 dias, expirar-se-á no próximo dia 7 de junho de 2003, tornando-se necessário revalidar a autorização por prazo mais longo.

Adicionalmente, os documentos originais da Transpetro que estão inseridos no processado indicam que os valores em reais contidos na Resolução nº 34 estão defasados visto que, àquela época, o dólar americano estava cotado a R\$1,95, valor muito inferior ao praticado atualmente. Como uma das operações autorizadas referente à aquisição de navios tem contrato em dólar, torna-se necessário elevar o seu valor. Vale lembrar que, como já chamou a atenção o ilustre Senador José Agripino, quando da tramitação da Resolução nº 34, ao qual o presente projeto da autoria do Senador Saturnino Braga visa prorrogar o prazo, a autorização de elevação temporária de limite de endividamento da empresa não significa que esta já estivesse excessivamente endividada; o que motivou a solicitação foi uma imperfeição da Resolução nº 96/89 do Senado. Os limites de endividamento estabelecidos pelo art. 7º dessa Resolução são calculados em função dos encargos a pagar e do ativo permanente. No caso, a Transpetro é uma empresa nova criada em 1998, daí que ainda não constitui ativo e

passivo elevados, motivo pelo qual tem um pequeno limite de endividamento.

É oportuno registrar que balanços e demonstrativos contábeis da Transpetro dos anos de 2001 e 2002, devidamente auditados pela **Price Waterhouse e Coopers**, contido no processado, indica um patrimônio líquido de quase R\$900 milhões, o que gerou lucros acumulados em 2001 e 2002 de mais de R\$600 milhões.

É bom destacar que parte da elevação de endividamento autorizada pela Resolução nº 34 foi simplesmente uma transferência de passivo da Petrobras para a subsidiária Transpetro, através da assunção da dívida de que trata o inciso I, do art. 1º da Resolução nº 34.

Por fim, saliente-se que projetos de resolução semelhantes ao presente, também de autoria desses Senadores, são constantes aqui no Senado, entre os quais podemos citar o PRS nº 64, de 2002, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que autorizou o refinanciamento pela União das dívidas do Estado de Alagoas emitidas para pagamento de precatórios judiciais, o qual, após aprovação, tornou-se a Resolução nº 53, de 2002, e o PRS nº 65, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, com o objetivo de autorizar o Estado do Rio Grande do Sul a refinar a dívida com a União, o qual transformou-se na Resolução nº 54, de 2002.

Pelo exposto, somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Devido ao prazo exíguo, que já está se esgotando, que a Transpetro tem para adquirir o reescalonamento da sua dívida, eu gostaria de pedir urgência para a sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Antes de colocar em votação em regime de urgência, passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – O objeto da minha intervenção é o mesmo, pedir urgência, tendo em vista que a expiração do prazo se avizinha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está em votação o pedido de urgência proposto pelo Senador Roberto Saturnino e pelo Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai para votação em plenário na próxima semana.

Passa-se ao Item nº 2 da pauta.

Mensagem do Senado Federal nº 98, de 2003, não terminativa, propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com valor equivalente a até US\$46 milhões dos Estados Unidos da América de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife, Prometrópole, de autoria do Executivo.

Relator Senador Garibaldi Alves Filho, que deu parecer favorável

Passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 98, de 2003, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$46 milhões, dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Os recursos da operação destinam-se a financiar parcialmente o programa de infra-estrutura em área de baixa renda da região metropolitana do Recife – o Pró-Metrópole.

Acompanham a solicitação os documentos pertinentes.

Eu me dispensei da leitura porque V. Ex^a já têm em mãos toda essa informação sobre a documentação. As características da operação de crédito também já estão expostas no documento que V. Ex^{as} receberam com o nosso relatório.

E a análise é a seguinte: a concessão de garantia pela União, assim como as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão disciplinadas respectivamente

pelas Resoluções nº 96, de 1989, e nº 43, de 2001, alterada pela Resolução nº 3, de 2002, todas do Senado Federal.

À luz das citadas normas, especialmente do art. 23 da Resolução nº 43, de 2001, e do caso em exame, o Presidente da República deve solicitar autorização do Senado Federal mediante encaminhamento de mensagem, acompanhada de exposição de motivos do Ministro da Fazenda, dos pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional e da documentação especificada no art. 21 da referida Resolução.

Todas essas autoridades, Sr. Presidente, manifestaram-se favoravelmente à operação, porquanto o pedido satisfaz as formalidades prescritas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 2000, nas citadas resoluções do Senado Federal e, ainda, numa série de outras exigências, todas cumpridas e elencadas no relatório que os Senadores têm em mãos.

O Programa Pró-Metrópole tem como objetivo principal, Srs. Senadores, a urbanização de áreas de baixa renda localizadas na bacia do Beberibe, com a implantação de ações integradas de infra-estrutura física e social, de forma a propiciar a integração das áreas informais à malha da cidade formal na região metropolitana do Recife. Segundo as informações, o Programa Pró-Metrópole caracteriza-se por obras de urbanização em treze áreas da bacia do Beberibe, distribuídas nos Municípios de Recife e Olinda e pelas ações integradas de infra-estrutura física e social, visando à inserção, à equidade social e o combate à pobreza urbana na área.

Diante dessas considerações, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, o nosso voto é pela aprovação do pleito, nos termos do Projeto de Resolução que está contido na documentação já entregue aos Srs. Senadores.

Assim, Sr. Presidente, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Resolução.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para dar um testemunho. Fui Secretário da Prefeitura do Recife e conheço bem essa área que será objeto da atuação conjunta, em Recife e Olinda. Esse é um projeto que vai atender dezenas de

áreas pobres da região metropolitana do Recife, é um programa que, apesar de ser capitaneado pelo Governo do Estado, vai também ter recursos das prefeituras de Olinda e Recife. Portanto, é um projeto extremamente importante e gostaria, pelo PMDB, de encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Informo que está aqui conosco o Dr. José Arlindo Soares, Secretário de Planejamento do Governo de Pernambuco. S. Sª está pronto a fornecer maiores informações em relação à mensagem.

Consulto se existe interesse em ouvir o Secretário para maiores esclarecimentos. (Pausa)

Não temos mais discussão?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sim, Sr. Presidente. Considero positivo que ele possa fornecer esclarecimentos, ainda que o faça em tempo exíguo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Convido o Dr. José Arlindo Soares a sentar-se à mesa para fazer a sua exposição. Peço, porém, que o faça brevemente.

O SR. JOSÉ ARLINDO SOARES – Sr. Presidente Paulo Octavio, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a deferência ao Estado de Pernambuco.

De forma muito sintética, o projeto é integrado institucionalmente, porque envolve o Governo do Estado e as prefeituras de Olinda e Recife, como falou o Senador Romero Jucá. Também é integrado no seu conteúdo, porque vai da infra-estrutura para saneamento básico a ações de reurbanização para integrar a área favelada à rede urbana da cidade.

O projeto tem também um alto apelo de envolvimento de renda – apesar do alto índice de violência, nessa região há uma tradição cultural – e recupera também equipamentos sociais de integração, principalmente da juventude.

Esse projeto foi negociado durante quatro anos com o banco. Ele envolve 35 mil famílias, cerca de 120 mil pessoas. É uma espécie de modelo, e caso dê certo, o BIRD tem interesse em aplicá-lo em outras áreas.

Espero que, pelo trabalho feito, teremos amplo sucesso na sua execução.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com o projeto pelo alcance social que ele tem, mas gostaria de registrar que o estamos aprovando com uma excepcionalidade registrada pelo Ministério da Fazenda em relação aos Estados, tendo em vista que, como registra

o item “k”, o Estado não tem condições suficientes para assumir o compromisso decorrente da operação – houve, portanto, uma excepcionalização.

Faço esse registro, porque vamos enfrentar situações semelhantes envolvendo outros Estados. Considero válido abrir a exceção nesse caso de Pernambuco. Entretanto, quero deixar claro que o meu Estado de Minas Gerais, por exemplo, provavelmente estará aqui também nesta Comissão, pleiteando um financiamento no exterior que foi suspenso durante quatro anos. O financiamento havia sido aprovado ainda antes, na época da negociação das dívidas, e ficou parado quatro anos. O Governo do Estado está retomando esse financiamento, mesmo também não tendo cumprido rigidamente as metas do ajuste fiscal, mas mostra avanços significativos que justificam uma aprovação, ainda que para isso seja preciso abrir uma exceção.

A minha posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Mesa acolhe o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo com muita atenção tendo em vista a importância do que é transmitido.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, a oposição é favorável, votará o processo e, dentro do entendimento do Senador Eduardo Azeredo, quero deixar claro que passam a ser regra geral nesta Comissão projetos dessa natureza, com esse objetivo. Não tenho a menor dúvida de que projetos assim contarão com o apoio do governo, qualquer que seja o Estado da Federação.

Era esse o registro que queríamos fazer ao manifestar o nosso total apoio ao projeto de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

A mensagem foi devidamente aprovada.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente Paulo Octávio, gostaria de pedir urgência para esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Encaminhado o pedido de urgência.

Está em votação o pedido.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam o pedido de urgência queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai ao plenário na próxima semana.

Temos uma audiência com a Ministra às 11h. S.Ex^a já está conosco. Mas existe uma reivindicação do Senador Romero Jucá no sentido de que seja apreciado o projeto de sua autoria. No entanto, ainda não tenho cópia do projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, foi concedido vista deste projeto na semana passada. Trata-se de um projeto que foi construído dentro de um entendimento entre Estados e Municípios. E como estamos correndo contra o relógio para aprovar a matéria, gostaria que o projeto fosse apreciado hoje, já que foi concedido vista coletiva na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Romero Jucá, tendo em vista que temos outra reunião à tarde para apreciar a indicação de diretores do Banco Central, gostaria de saber se não poderíamos colocar esta matéria como primeiro item da reunião da tarde, pois dessa maneira teríamos mais tempo para apreciar o projeto. Digo isso porque a Ministra já está aqui e o nosso compromisso era de começar a reunião exatamente às 11h, e já são 11h05min.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Podemos fazer isso aqui rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Se todos estiverem de acordo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, tendo em vista que já um consenso a respeito e dada a importância e a expectativa a respeito da matéria, peço a V. Ex^a que ela seja examinada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para relatar brevemente o seu projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, o Projeto nº 161, de autoria do Senado, teve substitutivo da Câmara. Ele é um projeto extremamente importante porque amplia a relação de cobrança de ISS, de serviços, principalmente na área bancária, e que hoje não estão tributados. Portanto, hoje os Municípios estão perdendo receita.

No substitutivo da Câmara, havia algumas indefinições entre a cobrança de ICMS e ISS. Tivemos o cuidado, em reunião com o Confaz e com representantes das secretarias de fazenda dos Estados e as

secretarias de finanças dos Municípios, de fechar um entendimento e fazer uma espécie de pente fino sobre todo o texto, no sentido de evitar qualquer duplicidade, qualquer dubiedade, qualquer dúvida na cobrança do ICMS ou do ISS.

Portanto, apresento o relatório e quero registrar que o item 41, outro item da listagem, previa uma cobrança de ISS em cima de serviços de água, luz e telecomunicações. Como havia o risco de haver uma superposição com os Estados – portanto, um aumento de carga tributária –, retiramos todo esse artigo para evitar isso.

Assim, o parecer é favorável, nos termos do que apresento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Gostaria que o Relator deixasse claro que há um entendimento no sentido de que o Governo assumira esse compromisso. Ou seja, que essa matéria seja votada com o Projeto de nº 70, que estou relatando. Houve um entendimento entre os Estados, os municípios e a Epigraf

Gostaria que isso ficasse registrado, porque essa matéria só terá nosso apoio nessas condições. Ou seja, em um entendimento que envolva também o Projeto nº 70. Há um entendimento iniciado com o Relator, mas gostaria que S. Ex^a deixasse isso registrado em seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Para esclarecer, Sr. Presidente.

O Senador Efraim Morais tem razão. O PL nº 70 está tramitando na CAE e S. Ex^a é o Relator. Na verdade, esse projeto tratava especificamente da tributação da questão de impressão gráfica. Como o projeto do Senador Efraim é mais completo e detalha em minúcias a questão do que é ISS e o que é ICMS, estamos retirando do nosso texto a legislação mais geral, exatamente para não haver conflito. Essa matéria será detalhada e especificada no Projeto nº 70, cujo Relator é S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Dentro do acordado com a Epigraf e com o Governo. Quero a palavra do Governo. V. Ex^a ainda não foi indicado vice-Líder, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Senador Ro-

mero Jucá não apenas fez um trabalho com a maior competência, mas também conseguiu mediar os conflitos que envolviam esse projeto, que é de grande interesse dos Municípios. Trata-se de um projeto que abre espaço para que o esforço de arrecadação própria se dê em bases mais sólidas e ajusta alguns setores que estavam – eu diria, de forma abusiva – evitando a sua contribuição para o poder municipal com relação ao recolhimento do ISS. Ele não traz também nenhum aumento de alíquota e preserva os interesses dos Estados, especialmente assegurar que água, saneamento e telecomunicações fiquem do ponto de vista dos Estados. Houve uma evolução também na questão da indústria da construção civil das incorporadoras, que foi tratado de forma à parte, e, além disso, no caso dos serviços gráficos, de fato, existe uma área cinzenta entre os Estados e os Municípios na concepção do que é ISS e do que é ICMS como serviço gráfico.

Portanto, entendo oportuno o encaminhamento, que seja tratado em matéria específica. O Governo tem todo o interesse em ajudar a encontrar uma saída – e esse tem sido o esforço – que preserve o interesse dos Estados, o recolhimento do ICMS para a produção gráfica, e estabeleça qual é a competência restrita dos Municípios no que se refere ao nicho da parte dos serviços gráficos propriamente.

Então, penso que o projeto está bem encaminhado. O que o Relator diz, evidentemente, é de comum acordo com o Governo. Quem conhece a competência parlamentar do Senador Romero Jucá sabe seguramente que S. Ex^a não faria outro encaminhamento se não fosse com esse mandato e com a competência com que conduziu o relatório. É por isso que o Governo está favorável ao parecer do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, de certa forma, acabei representando os Estados, talvez até por ter sido, no passado, secretário de fazenda durante oito ou nove anos, coordenador do Cofai durante esse tempo. Chegou-se, por meio de acordo muito bem arrumado feito pelo Senador Romero Jucá, tantas eram as dificuldades, mas chegou-se a uma conclusão com essa intervenção do Senador Romero Jucá e a relatoria.

Não posso, no entanto, deixar passar duas observações que considero muito importantes. A primeira, inclusive, era alvo da preocupação do Senador Romero Jucá, e diz respeito ao limite máximo de alíquotas. Quando esse projeto saiu daqui, tinha limites

máximos de alíquotas para a aplicação e esses limites foram retirados do projeto da Câmara, e acho que deveriam retornar. Essa é a observação.

A segunda observação que devo fazer é alertar que, no dia em que verificamos que a nossa carga tributária atingiu 41% do PIB... Esse projeto, não tenho a menor dúvida, vai aumentar a carga tributária. O ideal é que ele fosse discutido naquela proposta original, que o Ministro Palocci era favorável, a chamada emenda aglutinativa, acertada entre o Governo Federal de então e o Congresso Nacional. O Ministro Palocci era, efetivamente, o mais ativo dos representantes. A visão que aumenta a carga tributária é muito simples. Não quero entrar na questão se é meritório ou não, mas se tínhamos uma lista de 100 serviços e passamos para 250 serviços, em grandes números, é claro que há aumento da carga tributária. Na hora em que os bancos começam a pagar sobre serviços executados – deve-se cobrar tudo de banco que for possível, mas aumento de carga tributária pode e deve ser repassado para os consumidores –, como loteria, crédito educativo, administração de fundos do PIS, PASEP, FGTS, consórcio, há aumento de carga tributária.

Quero deixar registrada essa preocupação, porque quero colocar claramente a minha posição em relação à reforma tributária, defendendo outra vez a emenda aglutinativa e não essa emenda que está sendo discutida hoje, aqui, no Congresso, porque ela é muito tímida, não resolve os nossos problemas de cumulatividade e uma série de outros problemas. Inclusive, a nossa preocupação – falo como representante do Nordeste – em relação ao fim da guerra fiscal, em relação à impossibilidade da concessão de benefícios fiscais, porque o que está sendo proposto de volta é também muito tímido. Não poderia deixar de passar essa oportunidade sem alertar V. Ex^{as}, mesmo porque acabei me envolvendo no projeto, em nome dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, primeiro, tenho uma dúvida quanto ao procedimento desse projeto. Esse projeto foi aprovado no Senado. Depois, foi para a Câmara dos Deputados, onde houve uma mudança. De volta para o Senado, temos que verificar se concordamos ou não com aquilo que foi mudado na Câmara. Não é isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. Quando o projeto é oriundo do Senado, ele vai à Câmara, que faz algumas modificações, se for o caso, e ele

retorna ao Senado Federal. E este tem a disposição de escolher ou o texto que foi aprovado, aqui, ou o texto da Câmara, ou um **mix** entre os dois sem alterar nada, ou seja, sem acrescentar nada. Na verdade, pode-se fazer uma costura dos dois projetos que foram aprovados nas duas Casas, mas não se pode inserir nada de novo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Mas este aqui não tem nada inserido de novo?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não tem nada de novo, não. Pelo contrário,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O projeto não aceita emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – ... nós retiramos algumas coisas.

Na questão da preocupação do Senador Rodolpho Tourinho, nós restabelecemos o limite de até 5%, na verdade, para dar um controle da carga tributária, pois, da forma como veio da Câmara, ficaria em aberto e, aí, sim, poderia se cobrar 10%, 20% de ISS, o que seria um absurdo. Portanto, o projeto teve o cuidado de ajustar para evitar o crescimento tributário. E mais do que isso: na questão efetiva dos Fundos, do Crédito Educativo, quero dizer ao Senador Rodolpho Tourinho que foi retirado, no meu relatório, esse aspecto exatamente para não onerar a questão do FGTS, PIS, PASEP e Crédito Educativo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, eu recebi uma ligação do Prefeito de Cuiabá e a visita do Prefeito de Campo Grande, nosso companheiro Deputado André Puccinelli. E a preocupação deles é, na verdade, a retirada das Prefeituras, até 40%, do seu volume de recurso. Então, eu fico na dúvida se os Prefeitos não estão sabendo qual a mudança ou qual a adaptação que o Senador Romero Jucá está fazendo, porque há uma contradição muito grande entre as informações que estamos recebendo dos Prefeitos e o que está sendo aprovado neste instante. Daí a minha grande dúvida, e eu não posso deixar sem registrar, uma vez que a tendência é francamente favorável a aprovação dessa proposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que os Prefeitos estão informados porque os Secretários de Finanças dos Municípios participaram de todo o entendimento. Então, na verdade, não houve nenhum tipo de dúvida com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Diante do impasse da matéria, eu consulto aos Líderes, nós teremos outra reunião à tarde. Eu acho que é oportuno – a Ministra já está esperando – nós suspendermos a discussão como está, a discussão continuaria na reunião à tarde, teríamos tempo de receber o projeto por inteiro e o tempo suficiente para discutir.

Gostaria de ouvir os Líderes se podemos então transferir para discussão à tarde.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu acredito que, como houve o entendimento entre os Líderes para que seja votada a matéria, eu gostaria, inclusive, de informar que está presente na Comissão de Assuntos Econômicos o ex-Ministro e ex-Secretário de Finanças, que foi o Presidente da entidade que representa todos os Secretários de Finanças das capitais, o Sr. João Sayad. E está aqui a sua principal assessora que ajudou no trabalho sobre este assunto, a economista Leda Paulani, Professora da USP. Eles tiveram um enorme empenho para que se pudesse chegar a esse entendimento, inclusive, levando em consideração as preocupações de todos os Prefeitos dos Municípios brasileiros, inclusive das capitais.

Então, eu creio que há o entendimento adequado para resolver uma série de problemas relativos ao INSS e com o entendimento já dos Srs. Líderes.

Por isso, eu pediria que, se não houver objeção, que pudéssemos votar de pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tendo em vista a concordância dos Líderes, passamos à votação do relatório do Senador Romero Jucá.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o relatório do Senador Romero Jucá queiram permanecer sentados (Pausa.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, só registro a minha abstenção a esse projeto em face da dúvida incrível que estou neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Presidência gostaria de manifestar o voto contrário ao projeto por entender que aumenta a carga tributária do País que está em 41% do PIB.

Está aprovado o projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, peço urgência para a votação do requerimento de urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Em votação, o pedido de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Ministra Dilma Rousseff já se encontra na secretaria da Comissão. Peço aos Senadores Eduardo Azeredo e Aloizio Mercadante que acompanhem S. Ex^a até o plenário.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h22min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em três de junho de 2003, às 11:00 horas.

Às onze horas do dia três de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores Paulo Octávio e Almeida Lima, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Fernando Bezerra, Ramez Tebet, Jorge Bornhausen e Tasso Jereissati. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se à EXPOSIÇÃO DA MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, Dra. DILMA ROUSSEFF, COM A FINALIDADE DE DISCORRER SOBRE AS POLÍTICAS DE GOVERNO PARA O REFINO DE PETRÓLEO NO BRASIL, PARTICULARMENTE QUANTO À INSTALAÇÃO DE UMA REFINARIA DE ÓLEO CRU NO NORDESTE DO PAÍS, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 11-CAE/2003, DE AUTORIA DO SENADOR ALMEIDA LIMA. Usaram da palavra os Senadores Almeida Lima, Efraim Moraes, Marcelo Crivella, Edu-

ardo Suplicy, César Borges, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Rodolpho Tourinho e Antero Paes de Barros, Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador Paulo Octávio

Presidente, em Exercício

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro aberta a 22ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, a realizar-se em 03 de junho de 2003, às 11h24min, na Sala 19, Ala Alexandre Costa.

Pauta: exposição da Ministra de Estado de Minas e Energia, Drª Dilma Rousseff, com a finalidade de discorrer sobre as políticas de governo para o refino de petróleo no Brasil, particularmente quanto à instalação de uma refinaria de óleo cru no Nordeste do País, em atendimento ao Requerimento nº 11-CAE/2003, de autoria do Senador Almeida Lima, que se encontra na Mesa.

A Ministra já se encontra aqui conosco, estando acompanhada da Srª Maria das Graças Foster, Secretária de Gás e Petróleo.

De acordo com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

S. Exª, a Ministra, terá 30 minutos para fazer a sua exposição.

Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

Informo que o livro de inscrições já está aqui na mesa. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, com preferência para o autor do requerimento.

O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo à Ministra o mesmo tempo para tréplica.

Com a palavra a Exmª Srª Ministra Dilma Rousseff, para fazer a sua exposição.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Paulo Octávio; Sr. Senador Almeida Lima, autor do requerimento; Srªs e Srs. Senadores, Srs. jornalistas, demais funcionários da Casa, é uma honra, para mim, mais uma vez, comparecer perante Comissões do Senado

Federal para esclarecer assuntos relativos à minha pasta.

No que se refere à questão da ampliação do parque de refino no Brasil, reputo ser essa uma das questões estratégicas que, ao longo do nosso governo, iremos enfrentar. É estratégica, porque todos sabemos que investimento em refino constitui-se em investimento estruturante, não só da cadeia de exploração e produção de petróleo e, portanto, na consecução de derivados, mas estruturante também porque permite que se desenvolvam cadeias petroquímicas de primeira, segunda e terceira gerações, geralmente nas imediações dessas referidas refinarias. Constitui, portanto, projeto de desenvolvimento regional.

Um projeto como esse tem um processo de gestação. Ele vem sendo objeto de uma série de investigações ou indagações desde o Governo passado. Essas indagações envolveram, mais ou menos, três avaliações: uma da ANP, uma do Ministério de Minas e Energia e outra da Petrobras. Já foi chamada a atenção de que havia algumas discrepâncias sobre essas avaliações. Nada mais normal, porque se trata de estimativas. Queria, primeiro, enfatizar que estamos trabalhando estimativas. Por que estimativas? Para se fazer um projeto e definir qual é o nível de investimento necessário em refino, há que se fazer, preliminarmente, uma avaliação do mercado a que ele se refere. Nesse sentido, tenho que estimar o crescimento da demanda do consumo de óleos, combustíveis e os chamados derivados de petróleo. Essa estimativa é função não só do crescimento em si do negócio do consumo de derivados, mas também da imensa sensibilidade em relação a taxas de crescimento do PIB, a preço e outros fatores macroeconômicos. Essas três avaliações – a da ANP, a da Petrobras e a do Ministério, que congregou todos os grupos – partem de uma avaliação de crescimento do consumo de combustíveis no Brasil. Partem de uma avaliação que implica taxas de crescimento médio da demanda. A do Ministério e a da Petrobras usavam uma taxa de crescimento de 2,7%, e a da ANP, de 3%. É bem verdade que se deve precisar que não há uma discrepância, vamos dizer, total, porque a da ANP parte de 1999, então, faz a estimativa com base em 1999; já a Petrobras e o Ministério fazem essa estimativa com base em 2000/2001. Quanto a esses 3% ao ano, acrescento o seguinte: até 2010, haveria um crescimento da demanda em torno de 3% no caso da ANP e de 2,7% no caso do Ministério e da Petrobras. É bem verdade que nenhuma das duas ocorreu, ambas erraram para cima. O resultado deu mui-

to menor, ou seja, a taxa de crescimento não se confirma: nem os 3%, nem os 2,7%.

A primeira pergunta que caberia a V. Ex^{as} fazer para mim é “Por quê?”. É simples entender o porquê. Neste período de 1999/2002, houve, talvez, o maior crescimento do preço do petróleo e da taxa de câmbio. Quando o mercado começa a se abrir, e o faz de forma defasada até se abrir completamente, o efeito preço é muito forte, tanto que, para V. Ex^{as} terem uma idéia, na previsão da ANP, a gasolina, por exemplo, teria que crescer 4,5% nesse período, para dar os 3%; o diesel, 2,6%; e o GLP, 3,7%. Como cresceu? Entre 1999/2000 e 2000/2001, a gasolina sempre teve taxas negativas ou próximas de 1%, a ponto de, no período, o consumo ter caído 5,5%. O **diesel** cresceu mais, 8,3%, e o GLP caiu menos 2,8%. Obviamente, o Nafta cai menos 10,3%, o QAV cai menos 11,9%, os óleos combustíveis, menos 28,5%, e a queda média no período é de menos 2,3%. Então, necessariamente, quando se faz uma estimativa, esta é uma tendência de acerto médio, não é uma tentativa de acerto no dado. Ao mostrar isso, quero dizer que nenhuma das avaliações acertou na mosca. Pelo contrário, houve erro razoável, inteligível, a partir do fato de que, mantida a situação como vinha sendo, ter-se-ia um crescimento nessas condições, caso não houvesse, nesse período, esse imenso crescimento no preço do petróleo. Agora, começa um processo de ajuste para baixo no preço do petróleo, o que pode descomprimir a demanda e levá-la a recuperar o crescimento.

Pois bem, considerando a premissa de que os dados são estimados, até porque a realidade, às vezes, teima em desmentir nossas estimativas, penso que dá para esperar em torno de 2,7% a 3% de crescimento da demanda, com alguns ajustes para baixo, dado este momento por que passamos. Isso implica o seguinte: por que estamos fazendo uma estimativa da taxa de crescimento da demanda? Porque preciso de uma taxa de crescimento da demanda prevista para 2010 para ter noção do tamanho do mercado de derivados que quero contemplar. Estamos calculando um mercado de derivados entre 2 milhões de barris/dia a 2,5 milhões de barris/dia, mais ou menos isso. Obviamente, essa previsão depende do ponto de partida, com todas essas restrições de que falei. Um começa de 1999; outro, de 2001. Quem começou de 2001 já absorveu uma queda ao longo dos dez anos. Quem começou de 1999 ainda tinha uma perspectiva mais otimista.

É possível trabalhar com um acréscimo de demanda em torno de 400 mil barris/dia, o que justificaria projetos de refinaria. Na verdade, também é bom

explicar que esses projetos de refinaria perfeitamente justificáveis podem ter a seguinte combinação: uma nova refinaria, um **upgrade** das refinarias antigas, e/ou duas refinarias. Depende. A tendência é uma posição mais conservadora, ou seja, uma refinaria com **upgrade**, porque as expectativas de crescimento da demanda por combustível ficaram muito baixas. Então, se não se configurarem os 400 mil barris/dia, é melhor trabalhar uma refinaria com **upgrade**. O que significa isso? Significa que, do nosso ponto de vista, é crucial fazer ajustes no parque de refino brasileiro, que hoje refina predominantemente óleos – não os óleos pesados, que são os óleos típicos e os característicos do País. Ao mesmo tempo, seria necessária uma refinaria que se especializasse na produção não de óleos combustíveis, mas basicamente de diesel, QAV (querosene de avião) e nafta. Isso implicaria a utilização de tecnologias com custos um pouco maiores, se o nosso petróleo fosse leve, e definiria níveis para uma refinaria em torno de 200 mil barris/dia, com um nível de investimento de R\$2 bilhões, para fazer um cálculo assim, médio.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Não. Dólares.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Reais é... Seriam dólares.

O SR. – (Inaudível. Fora do microfone)

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Seriam dólares: US\$2 bi.

Obviamente, para fazer a **upgrade** utilizam-se menos recursos. Não é? A necessidade de recursos é bem menor.

Bom, também seria de se supor que se teria um investimento: o de **upgrade**, da Petrobras, propriamente dito e a nova refinaria, investimento próprio. Próprio, específico naquele parque. Esse investimento teria de ser um investimento com parceria com outros investidores, e essa parceria implicaria a utilização de óleo nacional ou uma combinação de óleo nacional e outro – isso a discutir. Implicaria, ainda, uma participação muito grande na definição do parceiro quanto à localização e a demais variáveis, porque, obviamente, isso implica as margens de lucro que o empreendimento vai incorrer, posto que entendemos que seria importante que houvesse uma participação, além da Petrobras, de um investidor. Ou seja, não seria um projeto puro e simplesmente da Petrobras; essa questão do investidor seria muito importante.

É bom dizer que há uma discordância entre alguns projetos, mas há uma grande maioria de proje-

tos, um número de projetos significativo para refinaria – uns dois ou três – que apresentam taxas de retorno positivas em dólar e VPLs também positivos. Sendo necessário – e obviamente em alguns casos vai ser solicitado – certo nível de incentivo locacional e mesmo tributário.

Esse, eu diria, é, em linhas gerais, o cenário da discussão da refinaria. Creio que algumas regiões estão em pauta. Ter-se-iam em pauta dois tipos de região: a região próxima do mercado consumidor, posto que essa questão do mercado consumidor é uma variável decisiva na definição do investimento – ninguém investe em refinaria se não tem uma âncora num mercado próximo consumidor, ou seja, a questão do mercado consumidor é uma variável de definição estratégica – e também o suprimento, que é outra variável estratégica, porque ambos implicam custos logísticos: custos de transporte e/ou associados e também tamanho de mercado, preço de mercado e outras variáveis.

Eu vou dar um exemplo geral a respeito dessas variáveis para a gente ter uma idéia bem genérica de como é que isso se comporta. Por exemplo, maximização dos preços de venda dos derivados, como o investidor se coloca. Distâncias dos mercados alternativos para suprimento da região: quanto mais distantes esses mercados, maiores tendem a ser os preços dos derivados produzidos localmente, portanto, maior a margem. Por isso, há uma propensão para se ter uma margem maior quanto mais perto se estiver do mercado consumidor. Isso tudo são frações de **cents** de dólar.

O tamanho do mercado local é uma variável importante e também a existência de incentivos fiscais. Nesse âmbito, obviamente, todos os Estados que hoje não têm um suprimento derivado de uma produção próxima a eles têm vantagens. Quais são esses mercados? Basicamente, o Nordeste e o Centro-Oeste. Basicamente.

Em termos de incentivos fiscais, há uma tendência a serem uniformizados.

No que se refere à minimização dos custos do petróleo, quanto mais próxima estiver a refinaria das áreas que produzirão o petróleo a ser processado, menor tende a ser o custo do frete. Portanto, também a proximidade do fornecedor pode ser algo visto pelo investidor como uma variável estratégica. Obviamente, uma outra variável é o calado do porto receptor do petróleo. Quanto maior o calado do porto, onde o petróleo será descarregado, maior poderá ser o porte dos navios que o transportarão e, conseqüentemente, menor deverá ser o frete até o local da refinaria.

Estou apresentando essas variáveis, porque elas constam de alguns estudos de investidores específicos. Hoje, vários Estados do Nordeste e alguns do Sudeste têm os seus projetos específicos. Acredito que também existam alguns projetos do Centro-Oeste. Portanto, a localização da refinaria não foi uma questão na qual qualquer dos grupos de trabalho se deteve por faltar essa variante. De um determinado ponto de vista, é possível dizer que, mantidas as condições médias, alguns Estados são competitivos entre si. O Nordeste com o Centro-Oeste, por serem próximos das áreas do mercado consumidor, e os Estados do Sudeste, por serem próximos de grandes áreas fornecedoras.

Há várias empresas que têm manifestado interesse no assunto. Nenhum projeto está em fase final de definição. O que está havendo ainda é um estudo. Ainda estão avaliando as condições porque a conjuntura imediatamente passada não ensejava definições. A crise do Iraque não ensejava nenhum posicionamento de nenhum investidor. Sempre se esperaria passar e se equilibrar período. A partir de agora, isso tenderá a ocorrer de uma forma mais efetiva. O Ministério está fazendo um acompanhamento para, inclusive, fazer a sintonia fina. Consideramos que o relatório feito na esfera do Ministério no ano passado, que contou com a participação da ANP, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Petrobras, é um relatório que, a partir de agora, tende a ser sistematicamente atualizado porque não levou em conta todas essas distorções que estavam em curso quando ele estava em andamento. Alerto que os maiores efeitos do aumento de preço do petróleo ocorreram nesse período em que o relatório estava sendo gestado. Eles, então, partiram do ano 2001. Não foi considerado, então, nem o que ocorreu no mercado em 2002 e nem a perspectiva de 2003. E estamos ajustando esse ponto, pois isso define uma visão mais realista da situação.

Inequivocamente, do ponto de vista do Governo, as duas questões – tanto **upgrade** de refinaria quanto a ampliação e a constituição de uma nova refinaria – são linhas nas quais estamos trabalhando e não são excludentes. Colocar uma questão como excludente à outra é ter uma visão muito restrita das demandas de derivados de petróleo nesse horizonte até 2010. O País, então, tem que se preparar e, mesmo assim, isso não significa que ele será absolutamente auto-suficiente em derivados e estará mantendo uma margem de importação. Portanto, é possível ao longo desse período terem-se outras definições a respeito

de novas refinarias ou novos montantes, mas agora a tendência é definir um **upgrade** e uma nova refinaria.

Os trabalhos não estão inteiramente concluídos até porque é preciso ter uma noção de como o efeito preço incidirá sobre a demanda no Brasil, uma vez que ele incidiu de forma muito perversa. Houve uma drástica redução do consumo de derivados no Brasil devido a essa conjugação que ocorreu. Agora o preço está caindo, mas não podemos esquecer que ele esteve acima da sua média histórica, ou seja, esteve acima dos chamados US\$24 por um período muito longo e oscilando em torno disso também por um período muito longo, pois tínhamos, se não me engano, em 1999 o barril a US\$11. Então, vejam a discrepância. Um aspecto a considerar é fazer projeção de derivados com US\$11 o barril, e outro, muito diferente é fazer previsão com o petróleo a uma média de US\$27 ou US\$28 ou até a US\$34 ou US\$36, como já ocorreu. Por isso, temos de esperar uma certa normalização de perspectiva para se ter uma definição muito mais clara.

Mas o que importa sinalizar é que existe uma soma de discussões feitas entre os órgãos que aparentemente podem mostrar discrepâncias em alguns momentos – inclusive quando do início dessa discussão na Câmara – entre os dados da ANP e os dados da Petrobras. Essa discrepância deve-se a ano, à taxa de crescimento. E nenhuma das projeções estava certa. Ou seja, nem mesmo a projeção do Ministério estava certa, porque se fez a projeção numa expectativa que não contava com tamanha variação de preço como a que houve no mercado internacional. Essa seria a conclusão.

Acredito que o projeto de refinaria tem um valor além das considerações pura e simplesmente econômicas, considerando-se que ele comercialmente é viável, tem grande efeito, uma vez que se trata de um elemento de desenvolvimento regional. E ele terá de ser considerado nessa óptica. Dessa forma, obviamente devido ao volume de recursos, seria, será e é muito importante – pelo menos num dos eixos da nossa visão – que seja feito em parceria entre Petrobras e outro investidor. Daí a importância das definições dos outros investidores. Esses processos serão obviamente processos negociais que só podem ser trazidos a público quando tiverem um grau de amadurecimento maior.

Coloco-me aberta às perguntas das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao primeiro orador, Senador Almeida Lima, autor do requerimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, em primeiro lugar, abordo uma questão de ordem política para poder melhor situar-me diante deste debate. Procuro estar em sintonia com a sociedade, sobretudo do Estado de Sergipe, de onde venho, e com meu Partido. Costumo dizer e farei questão de repetir agora que sou um Senador não vinculado à base de sustentação do Governo tampouco vinculado ao bloco de Oposição ao Governo. Prefiro dizer que sou um Senador da República por Sergipe e pelo Brasil. Nesse parâmetro, quero dizer que me sinto muito à vontade, neste instante, para dizer que, como cidadão brasileiro e Senador, fico feliz por sentir que o atual Governo do Brasil, na área de Minas e Energia, pela palavra maior do Governo na área, além da Presidência da República, pela palavra mais autorizada, tenho convicção de que a política de Minas e Energia no nosso País está entregue em boas mãos. Quando o elogio é sincero deve ser público, portanto, assim procedo neste instante.

Quanto à explanação de V. Ex^a, também me sinto tranquilo, pois já tinha ouvido de pessoas ligadas ao Governo palavras que me deixaram intranquilo. Porém, neste instante, o Governo se pronuncia e afirma que investir em refinarias no Brasil é estratégico, prioritário e estruturante, pois integra uma cadeia de desenvolvimento prioritário, sobretudo porque, diante da demanda, embora contida, há um déficit em refino, implicando uma necessidade maior de importação de derivados, o que gera um déficit em dólar na balança comercial do setor, o que não é bom para a economia do País.

Portanto, fico satisfeito por sentir que já há um entendimento – ou já havia e não tinha conhecimento – da necessidade de uma produção da ordem de duzentos mil barris de petróleo/dia, com essa capacidade, além da, na expressão utilizada por V. Ex^a, ampliação de uma outra refinaria ou até mesmo da construção de novas unidades, dentro de uma outra refinaria, da ampliação.

Pediria a V. Ex^a que anotasse, por gentileza, para que eu possa questionar uma única vez. De quem será a decisão? Parece-me óbvia a pergunta, mas entendo ainda como necessária. Dentro do Governo, de quem será a decisão? Sei, perfeitamente, que quem fala pelo Governo, pela política do setor, é o Ministério, mas temos a Agência Nacional de Petróleo e a Petrobras, de cujos segmentos, vez por outra, ouvimos declarações conflitantes. De quem será a decisão? Ouvimos a expressão parceria permanentemente, então, gostaria de saber se, de fato, há inte-

resse externo, diante do superávit verificado ainda hoje no exterior – superávit em refino. Dados de dezembro de 2001 apontam exatamente para uma capacidade de refino da ordem de 82 milhões de barris de petróleo/dia, para uma demanda da ordem de 72 milhões de barris de petróleo/dia, um superávit de, em números redondos, de dez milhões. Pergunto se há, de fato, interesse, já que sabemos também que, na cadeia produtiva, o petróleo, o refino, parece-nos, é aquela que gera o menor lucro. Há esse interesse de empresas.

É verdade que o Brasil abriu o setor para a iniciativa privada há poucos anos, há três anos, acredito. É evidente que não poderíamos sentir ainda a diferença nesse segmento, e a Petrobras ainda hoje detém o controle de aproximadamente 98% da capacidade instalada de refino no País.

Quais os critérios a serem adotados? V. Exª se reportou a alguns deles. Gostaria que os detalhasse, por gentileza.

Há notícia – é verdadeira, evidentemente – de que a maior demanda está no Sul e no Sudeste do País. Essa demanda de consumo, na relação capacidade de refino, já é supervitória ou não?

O que é consumido hoje no Sul e Sudeste do País já é atendido pelas refinarias instaladas nesta Região? Salvo engano, há oito refinarias; uma em Manaus, outra na Bahia, uma que processa lubrificantes no Ceará e as outras na Região Sul e Sudeste do País.

O que o Nordeste consome hoje é atendido por quem?

A demanda de consumo hoje no Nordeste é atendida pela Bahia, onde há refinaria, ou o que é consumido hoje no Nordeste – os derivados – vem de outras regiões do País ou até mesmo do exterior?

Essa pergunta tem uma relação muita estreita com a anterior: qual a demanda de consumo do Nordeste hoje, a sua capacidade de refino?

Quando o Governo fará um estudo mais aprofundado sobre a região ou o Estado onde a refinaria deva ser instalada?

Por último, uma vez que represento o Estado de Sergipe e tenho muito interesse por aquele Estado, inclusive para receber esse investimento: qual a informação que o Ministério pode disponibilizar para a sociedade sobre as reservas da descoberta recente de oços gigantes em águas marítimas no Estado de Sergipe?

É só, Srª Ministra e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Concedo a palavra à Sra. Ministra.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Vamos começar com a discussão sobre de quem será a decisão. Creio que essa será uma decisão do Governo, ou seja, do acionista controlador da Petrobras, levando em conta os interesses da Petrobras também, mas ela terá uma participação decisiva do acionista ou dos acionistas, que, eventualmente, participem do projeto. Porque, de fato, fazer os dois movimentos, ou seja, considerando que, se formos ser bem precisos, a avaliação é que essa tecnologia...

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Teve a parte política ou só a parte técnica?

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Não podemos abrir mão da parte técnica porque a parte política sem a parte técnica não fica em pé. Ou seja, se eu tomar a decisão de fazer uma refinaria onde não é viável fazê-la, não haverá taxa interna de retorno, e o VPL será negativo, ou seja, estarei enterrando a refinaria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não é o caso da Paraíba.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Então, é imprescindível que haja estrutura, que haja uma parte logística pesada, ou seja, há uma série de pré-requisitos necessários para que isso ocorra. De outra parte, é óbvio que há definições que podem ser de nuance, em que a parte política é muito forte. Em um projeto desse porte, cujo investimento fica entre US\$2 bilhões e US\$3 bilhões, ninguém aplica tal quantia sem uma parte, sem uma viabilidade técnica e econômica extremamente consistentes. Esse investimento não se cria só por questões... Acho até que a oposição é falsa. A política é algo que pode ser feito com muita acuidade técnica, pode e deve. Diria a V. Exª que é de fato um conjunto de critérios políticos e técnicos.

A determinação política maior é o fato de reconhecermos que esse não é um mero empreendimento, é um empreendimento estruturante que leva ao desenvolvimento.

Bom, mas voltando ao que eu estava falando, a decisão tem esse aspecto, esse duplo aspecto. Tem que ser algo construído. Não haverá uma decisão **a priori**: ela tem que ser construída, haver a determinação de fazer e as tentativas. Qualquer projeto de engenharia tem essas características. Qualquer projeto de infra-estrutura tem essas características. Há um pouco de decisão e um pouco de concertamento, ou seja, de estruturação comum entre os participantes.

De outro lado, V. Exª tem toda a razão, Senador. Há um superávit de refino, porque o petróleo é algo que sempre esteve ligado ao poder. Quem controlava o refino, geralmente as nações, não só queriam controlar a extração e a produção de petróleo, mas também controlar a fonte de abastecimento, aquela que asseguraria que, ocorrendo alguma turbulência internacional, não haveria descontinuidade no abastecimento.

Então, o investimento em refino se deu por isso e pelo fato de que – como disse o Rockefeller – esse negócio de competição nessa questão do petróleo é algo muito desagradável porque atrapalha os negócios. E quando ele falava isso estava se referindo ao fato de que era muito importante a cadeia ter uma certa verticalidade. Por quê? Porque todo mundo que atuou na atividade petrolífera sabe que o EIP dá o lucro, mas esse lucro é variável, tem oscilações brutais. Quando o preço do petróleo sai de 11 e passa para 36, tem-se um ganho violento. Mas quando faz a trajetória contrária, tem-se uma perda. Ele sofre muito as oscilações. E a área de refino produzia uma margem pequena, mas estável. Daí por que toda a busca da cadeia de petróleo foi por uma certa verticalidade. Isso faz entrar em ação todos aqueles mecanismos de intervenção. Por exemplo, a agência de petróleo nos Estados Unidos intervém e quebra a Stander Oil; ela quebra por isso. Quando eles tentam impedir novamente que haja o controle de todas as etapas eles fazem por isso. Nunca conseguiram de forma integral. Se V. Exª fosse retrair, a maioria controla a produção. As grandes, as **maiores** controlam a produção e o refino, por quê? Porque isso a taxa de lucro delas, tornando a taxa de lucro mais estável e proporcionando às empresas mais condição de cálculo econômico.

Houve uma superprodução na área de refino, com a produção de dez milhões de barris de petróleo/dia. Aliás, a superprodução é outro fato que aterroriza a indústria de petróleo. De um lado, há o temor de que o petróleo acabe e, de outro, que haja um excedente bestial, o preço caia e os lucros sejam destruídos. Houve consertamentos em torno do preço, sendo que o último feito pela Opep estabeleceu a política de cotas, que significa a tentativa de regular a quantidade para o preço não despencar e não arrebentar toda a cadeia.

O superávit no refino é uma realidade mais visível do que o superávit na produção, no EIP, mas é muito difícil que alguém diga que haverá um déficit de fornecimento de petróleo bruto, porque há controle na Arábia Saudita e no Iraque, onde estão as maiores bacias. No caso do refino, há superprodução, mas,

mesmo havendo dez milhões de barris de petróleo/dia, o preço não despenca. Por que? Porque essa não é, eu diria, uma indústria muito óbvia; ela tem algumas características mais complexas, tais como políticas de cotas, relações interpaíses e um ponto crucial, que é o controle do mercado consumidor, que sempre será uma questão estratégica. Já o é desde a época do Canal de Suez. Ter acesso ao mercado consumidor e mantê-lo estabilizado será sempre uma questão estratégica.

Nessa cadeia produtiva, como em qualquer outra, é possível que o produtor aceite margem de risco menor para estabilizar a produção. É por isso que se busca investir em refino. Não estou falando do Brasil, mas de modo geral. No caso específico do Brasil, há um problema: as nossas refinarias produzem mais óleo combustível e menos diesel.

Dizemos que é preciso fazer um **upgrade** das refinarias porque é preciso procurar uma forma de produzir mais diesel e menos óleo combustível, o que será extremamente vantajoso para o País, pois as nossas refinarias não estão inteiramente adequadas ao padrão do nosso petróleo. Fazer o **upgrade** é importante, porque implicará maior eficiência. Isso não é algo que possa considerado apenas como interesse comercial da Petrobrás; é do interesse do País também. Entretanto, a sugestão de fazer nova refinaria deriva do entendimento de que se pode fazer outra refinaria, fazer o **upgrade** e explorar esse fato, que é uma superprodução na área de refino, fazendo um compósito: nova refinaria, **upgrade** e um nível de importação, para ter uma política de fornecimento de petróleo mais adequada para o País.

O setor foi aberto para a iniciativa privada, o que criou condições muito favoráveis na área de EIP, mas, como ainda não resultou em grandes descobertas, isso não está refletindo na área de refinaria. Caso tivesse resultado em alguma grande descoberta, como algum poço bastante grande, teria sido criada nova refinaria. Como é uma área de risco, não sabemos se, no futuro, haverá nova refinaria, pode ser que sim. A Petrobrás detém 98% da produção, da capacidade de refino do País, porque, no passado, houve um processo em que grandes e médias empresas foram constituídas por Estados nacionais. E essas empresas médias conseguiam força também do seu abastecimento interno.

Uma conquista do nosso País foi a criação da Petrobras. O Brasil foi capaz de montar uma empresa do porte da Petrobras, que é resultado do tamanho deste País. Há uma relação biunívoca. O mercado interno brasileiro é extremamente importante para a

Petrobras, pois existe a possibilidade de ser um grande mercado, o que dá capacidade à empresa, como se fosse uma alavanca para a Petrobras, de ter uma política internacional e também uma atividade internacional.

A Petrobras sofre algumas restrições para entrar em mercados externos. A empresa não tem uma rede tão ampla, não tem uma logística. Ela sofrerá as mesmas restrições de outra empresa que entrar no Brasil. Então, é muito importante. Se houver essa descoberta, mudará a relação de 98% do refino. Não havendo a descoberta, a não ser que haja uma associação com a Petrobras, creio que um investidor preferirá fazer uma aliança com quem tiver acesso ao óleo bruto local. Do contrário, a refinaria será objetivamente inviável do ponto de vista de transporte oriundo de outro país, a menos que se faça uma combinação.

O Centro-Oeste é um mercado rigorosamente importador. Ninguém do Centro-Oeste produz para o Centro-Oeste. O mercado do Nordeste já é diferente. Uma parte do mercado do Nordeste é abastecida pela Relan, o que não é suficiente. Ele faz um duplo papel.

Os mercados do Sudeste e do Sul são exportadores. Deve-se apenas excluir o GLP, que tem 30% de importação. O Centro-Oeste é rigorosamente importador. O mercado do Nordeste é importador de gasolina e de diesel, em proporções variadas – menos de gasolina, mais de diesel e menos de querosene de aviação, por questões óbvias –, mas é exportador de óleo combustível. O Nordeste também é importador de GLP. Já o mercado do Norte é importador de gasolina A, em menor proporção, e mais de diesel, por questões óbvias. O Norte consome 93% do diesel elétrico e importa 8,2% de GLP. O mercado do Norte, juntamente com o do Centro-Oeste, é importador de óleo combustível.

Portanto, há uma situação variada. Considerando a gasolina A, o diesel e o GLP, a ordem seria: diesel, GLP, gasolina, combustível de aviação, além da exportação de óleo combustível.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – (Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DILMA ROUSSEF – Sinto muito, Senador. Não trouxe os dados do poço de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – (Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DILMA ROUSSEF – Sem dúvida. Inclusive, há, na Câmara dos Deputados, uma exposição específica sobre ele, feita pela Petrobras, que mostra os valores, os montantes, como é e onde está. Anteci-

po dizendo-lhe que é não aquilo que a ANP divulgou, mas é um poço bastante importante e com óleo bruto e leve de muito boa qualidade, que já foi comparado até a um uísque. Posso estar falando algo que não está preciso, mas acredito que quase dobra a produção de Sergipe, produzindo gasolina de alta qualidade. O poço não é da dimensão que a ANP divulgou, mas é bastante significativo, de muito boa qualidade e cria uma perspectiva muito boa para o País.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL-RJ) – Estou preocupado com nosso horário. Já é meio-dia e meia e ainda há vários inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Estou concedendo um tempo maior para o Senador Almeida Lima, autor do requerimento. Em seguida, teremos 13 inscritos. Solicito que os próximos Senadores sejam os mais breves possíveis assim com a Ministra.

A SRA. DILMA ROUSSEF – Talvez fosse interessante que se fizessem todas as perguntas e eu as anotasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Consulto o Senador Almeida Lima se deseja fazer a réplica.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Peço apenas uma informação complementar. Como V. Ex^a disse, trata-se de um óleo leve. A informação transmitida pela ANP é que se tratava de um óleo API-46º. Pergunto se é exatamente nesse nível, nesse percentual.

Por último, gostaria de deixar um pleito como Senador, no sentido de que a definição final quanto à região e, mais precisamente, ao Estado que vai sediar este investimento da refinaria não fosse uma decisão de Governo, já que V. Ex^a disse que será construída paulatinamente – daí o meu agrado por essa informação. Solicito que a decisão se dê primeiro em caráter preliminar, mediante comunicação ao Congresso Nacional, que representa os Estados e o povo brasileiro, a fim de que, num prazo de 60 a 90 dias, as duas Casas, os representantes do povo possam pronunciar-se e fazer uma análise da conclusão, que entendo deve ser prévia. Ao final desse prazo e realizada uma audiência pública nestas Casas, o Governo toma a decisão definitiva, segundo o critério que V. Ex^a mencionou há poucos instantes, isto é, de que a decisão será construída de acordo com o que o Partido dos trabalhadores e o Governo Lula sempre pregaram, ou seja, com transparência. Portanto, que essa decisão seja do interesse nacional, que seja transparente, que

seja do conhecimento de todos e que nela, evidentemente, sejam apreciados os elementos de ordem técnico-científica no que diz respeito à ecologia, técnico-econômica, além da questão dos elementos econômico-financeiros, de demanda, consumo, produção e também dos elementos de ordem político-social, levando-se em consideração que a Constituição brasileira, no art. 3.º, inciso III, fala da necessidade da eliminação das desigualdades regionais e, evidentemente, o Nordeste brasileiro, como Região deste País, é uma das três – entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste – que sofre, em condições as outras três, mas que se encontram em uma posição bastante inferior às Regiões Sul e Sudeste do País.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para a resposta, a Srª Ministra.

S. Exª tem dois minutos.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – No que se refere ao grau API, está confirmado. Agora, no que se refere a volume, não. O que a Petrobras não confirma é o volume; mas o grau, desde o início, ela reconheceu que era um petróleo muito bom.

Quanto à audiência pública em 90 ou 60 dias, Senador, podemos até ter audiência, mas há algumas coisas que não controlamos. O Governo não tem a disposição de fazer investimentos sozinho. Em alguns casos, por exemplo, para se fazer um investimento de US\$2,8 bilhões, vai ser necessário um processo negocial. Esse processo negocial, não é que ele não seja transparente, é que é um processo cercado de considerações privadas por parte de quem vai investir. Então, até se houver um processo negocial, se esse processo negocial está em andamento, pode ocorrer fora, inclusive, de um controle do Governo, num primeiro momento, através dos Estados, e, a partir daí, uma negociação com a Petrobras. Nesse momento, a não ser que o investidor autorize, é muito difícil divulgar. Então, essa questão da autorização vai necessariamente passar por um tempo de maturação do projeto. Porque, veja bem, não é um projeto exclusivo do Governo: “Nós vamos definir é aqui, e pronto, acabou”. O que estou assinalando é o seguinte: nós teremos o maior prazer em comparecer. Agora, o que não podemos é assumir um compromisso em nome de outros investidores. No nosso nome assumimos vir aqui e relatar aquilo que for do interesse do Senado Federal, o que o Senado Federal desejar. Agora, não podemos fazer o mesmo com relação a nos comprometer em nome dos eventuais investidores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos acatar a sugestão e fazer blocos de três.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador César Borges, em permuta com o Senador Efraim Morais e, posteriormente, o Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. O Senador Roberto Saturnino deixou seu lugar para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Permutou com V. Exª, e V. Exª está em sexto lugar.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Senador Almeida Lima; Srª Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo e Gás. Srª Ministra Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, eu quero cumprimentá-la pelo excepcional trabalho que vem realizando. V. Exª vem causando excelente impressão, pela dedicação e pelo conhecimento que tem demonstrado, desde que assumiu essa Pasta.

O que observo da preocupação do Senador Almeida Lima e de Senadores de cada um dos Estados e dos Governadores é que S. Exªs estão considerando que seria um enorme benefício para suas respectivas Regiões se a Petrobras ali decidir instalar uma nova refinaria. Por exemplo, dialoguei com o Governador Wellington Dias, do Piauí, que, inclusive, alertou para o fato de como seria interessante instalar-se ali a refinaria e que S. Exª gostaria de propor uma forma de democratizar significativamente a rentabilidade dos rendimentos decorrentes da refinaria ali instalada, quem sabe gerando a garantia de uma renda para as pessoas seja no Piauí, no Nordeste, mas é justamente a respeito dessa questão que gostaria de ouvi-la.

Hoje há uma notícia na **Gazeta Mercantil** sobre o extraordinário efeito que a Embraer, ao investir em Gavião Peixoto, estará fazendo sobre aquele Município. Só a pista do aeroporto, naquele Município, é maior do que a área de comprimento do Município. E isso vai causar uma tal expansão, inclusive de empregos, que já se prevê que a população, daqui a poucos anos, passará de cinco para doze mil habitantes.

Obviamente que o investimento em uma refinaria causará um impacto muito positivo sobre a economia. Mas estou examinando um novo modelo para o setor elétrico brasileiro do Professor Ildo Sauer da Universidade de São Paulo, que ainda nem foi publicado. O livro aborda justamente como seria importante se pudesse gerar recursos daquilo que pertence a

toda a sociedade brasileira, sobretudo os recursos advindos das riquezas de minérios e de geração dos mais diversos tipos de energia para algo que pudesse significar de fato a inclusão social de todas as pessoas.

Ora, Ministra Dilma Rousseff, o que gostaria de lhe indagar é: se pudéssemos considerar para o Brasil, seja na hora de definir a localização dessa refinaria, seja no que diz respeito a todos os rendimentos, **royalties** decorrentes da exploração não apenas dos combustíveis derivados do petróleo, mas de todo tipo de energia e riqueza provenientes dos recursos naturais brasileiros, que isso realmente fosse considerado como uma riqueza do povo, como realmente é.

O exemplo mais significativo que conheço dessa consideração é aquele que foi instituído no Estado do Alasca, quando o Governador do Estado, percebendo que tinha surgido uma enorme riqueza petrolífera descoberta, observou a seus trezentos mil concidadãos da seguinte forma: precisamos pensar não apenas na presente geração, mas na geração vindoura. Então, vamos separar 50% dos recursos decorrentes de **royalties** advindos da exploração de recursos naturais, inclusive do petróleo e de outros que não são renováveis, constituir um fundo que vai se acumular, vai ser reaplicado em diversas formas e pertencerá a todos.

Desde então, esse fundo – formado por 50% dos **royalties** decorrentes da exploração de petróleo – passou a ser aplicado em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar a sua economia, a dos Estados Unidos, internacionais e brasileiras – pelo menos seis empresas brasileiras estavam no portfólio do fundo permanente do Alasca em 1995 quando o visitei; e empreendimentos imobiliários. Esse fundo passou de um bilhão de dólares em oitenta para vinte e cinco bilhões de dólares atualmente.

O Alasca tem, hoje, 626 mil habitantes. Cada qual deles, com a única exigência de residir no Alasca um ano ou mais, passou a ter o direito de receber um dividendo que é pago igualmente a todos.

No primeiro ano foram de trezentos, depois de quatrocentos, quinhentos e assim por diante. No ano passado, US\$1,500 **per capita**. Assim, uma pessoa com uma família de pai, mãe e duas crianças, no Alasca, hoje, recebem como direito de participar da riqueza daquele Estado US\$6,000 como direito à cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Exª para concluir pois o seu tempo está exíguo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP) – Na semana passada, fazendo um paralelo entre essa situação e o que vai ocorrer em países de maior reserva petrolífera do mundo, como o Iraque. Com a anuência de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, encaminhei ao Sr. Sérgio Vieira de Mello, funcionário da ONU – que administrará o Iraque nos próximos quatro meses, a partir de ontem –, uma carta, pedindo que considerasse o assunto e o propusesse ao povo do Iraque. S. Sª acaba de me enviar a carta com a resposta, dizendo: “Tomei boa nota de sua sugestão de transpor para o Iraque o exemplo da experiência do Alasca, a qual levarei à consideração das instâncias decisórias que presentemente administram o Iraque”.

Trata-se de uma boa idéia não apenas para o Iraque, mas também para o Brasil. Se algo dessa natureza fosse colocado em prática, com a decisão de se instalar a refinaria em Sergipe, no Piauí, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, onde fosse, certamente haveria a garantia de que todos os brasileiros, de alguma forma, participariam da riqueza criada em algum Estado.

Deixarei com V. Exª a carta que escrevi ao Sr. Sérgio Vieira de Mello, e também com a Srª Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Presidência cumprimenta o Senador pela iniciativa. Conheço bem o Alasca e sei que cresceu graças ao investimento na população que ali reside.

Parabéns.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Sr. autor do requerimento, Senador Almeida Lima, quero agradecer a V. Exª pela oportunidade que nos dá de receber, mais uma vez, aqui, a Ministra de Estado das Minas e Energia, Drª Dilma Rousseff, e sua equipe.

Drª Dilma, V. Exª disse que esse é efetivamente um investimento. E não há dúvida nenhuma de que é um investimento estruturante. Um investimento, eu diria, que faz parte da estratégia nacional de desenvolvimento.

Posso citar o exemplo do meu Estado, a Bahia, que recebeu a primeira refinaria do País. Era um Estado com economia essencialmente agrícola. Sessenta por cento da sua economia provinha de uma única

matéria-prima, o cacau. Atualmente, é uma economia moderna, industrializada, com 55% de sua economia proveniente de serviços, e 35%, da indústria. Isso ocorreu após a instalação da Refinaria Landulpho Alves, que chegou ao nosso Estado.

São Paulo não queria um pólo petroquímico fora de Capuava ou de Cubatão. Mas um Presidente com vontade política, o Presidente Ernesto Geisel, naquela época, impôs a descentralização da indústria petroquímica brasileira. E a Bahia ganhou um pólo petroquímico; posteriormente, o mesmo ocorreu com o Rio Grande do Sul, o Estado de V. Ex^a, graças à política de descentralização da petroquímica. O que demonstra que a vontade política e o desejo do desenvolvimento social se impõem, e devem se impor, aos critérios frios, apenas técnicos ou de mercado.

Em se tratando de um governo que deve primar pelo social – pois essa foi a proposta do PT ao chegar ao Governo –, não é possível deixar que uma decisão de tal magnitude seja exclusivamente estabelecida por ditames do mercado ou simplesmente técnicos. Creio que, mesmo que haja um investidor privado, o Governo será fundamental, por intermédio da Petrobras e da própria facilidade governamental dos entes federativos; o Estado que sediar e o próprio Governo Federal – principalmente este.

O Nordeste é importador de gasolina, óleo diesel, querosene, GLP e colocaria mais um produto, Sr^a Ministra: nafta. O pólo petroquímico da Bahia está com seu desenvolvimento entravado por falta de nafta. A nafta é importada pela Petrobras a preço ARA, preço de Rotterdam, e são embutidos impostos de importação e frete. Isso é repassado para as empresas petroquímicas, e não há um mercado consumidor que arque com todos esses custos. Infelizmente, esse tem sido o raciocínio da nossa grande Petrobras, que tem um imenso serviço prestado ao Brasil, mas que não pode pensar simplesmente nos seus lucros. A Petrobras deve pensar que é também estrutural para o Brasil.

Portanto, Sr^a Ministra, eu gostaria de fazer uma pergunta sobre a questão da nafta: como V. Ex^a vê o suprimento de nafta para o pólo petroquímico do Brasil, em particular o do Nordeste?

E a pergunta principal que eu faria a V. Ex^a é a seguinte: onde fica, nessa decisão, a política de desenvolvimento regional, a política de combate às desigualdades regionais? Sabe-se que está embutido, na política de desenvolvimento regional, o combate à pobreza neste País.

A desigualdade social está, essencialmente, na região nordestina. Não podemos aceitar – per-

doe-me, Sr^a Ministra, mas digo isto com todo respeito – uma decisão meramente técnica, de taxa de retorno de capital. Isso deve ser levado em consideração, mas penso que o Nordeste tem mercado consumidor. Pode não ter, hoje, um suprimento direto, como teve no passado, mas tem condições portuárias nos diversos Estados.

Os Estados do Nordeste estão dispostos a apoiar essa iniciativa integralmente. Todos eles estão dispostos a fazer sacrifícios, como fizemos para atrair o pólo petroquímico, como fizemos para atrair a Ford para a Bahia.

Tudo isso é muito importante, porque vem ao encontro de uma política social de geração de emprego e renda. Precisamos, em determinado momento, começar a ouvir estas palavras no Brasil: geração de emprego e renda, desenvolvimento regional. Assim, não ficaremos apenas com os ditames do mercado ou das taxas internas de retorno.

Essa é a pergunta que eu faria à Sr^a Ministra. Acredito que todo o Nordeste está unido para que essa refinaria venha para a nossa Região. Falo com muita tranquilidade porque, na Bahia, não advogamos a ampliação ou uma nova refinaria, apenas o **upgrade** que V. Ex^a já garantiu para a Relan, que é o suficiente para o Estado. Queremos que o Nordeste brasileiro possa ter mais essa vitória, para combater as desigualdades regionais e sociais.

Eu gostaria de agradecer, porque quem me ce-deu o tempo foi o nobre Senador da Paraíba, e fiz este pronunciamento em nome do Nordeste.

Muito obrigado, Sr^a Ministra e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr^a Ministra Dilma Rousseff, Dr^a Maria da Graça, Sr. Presidente da Comissão, inspirado num baiano, também quero agradecer ao mais lúcido membro do PT: o Senador Eduardo Suplicy, que, na sua virtude, que é excelsa, já decidiu pelo Piauí.

Sr^a Ministra, a História é para ensinar; caso contrário, não haveria razão de estudá-la. O Brasil viveu esse drama. Um homem, cirurgião como eu, disse: “Vou levar essa Capital para o interior, para descentralizar”. A Capital podia ter voltado para os baianos, para Porto Seguro, para Salvador, mas ele resolveu transferi-la para o interior, o que custou caro. Ele também podia ter feito parceria, mas seria ridículo.

Cresci ouvindo o povo dizer nas ruas: “O petróleo é nosso”. V. Ex^a é mais nova, mas foi isso o que

empolgou, o que deu grandeza a este País, o que fez de Getúlio o grande estadista que respeitamos.

Em 1995, visitei o então Ministro Cícero Lucena, da Integração Regional, e um técnico advertiu-me para essa luta. Eu me inteirei do assunto e levei o trabalho ao Presidente. Essa luta sempre existiu, e há o lado técnico, como V. Exª diz. É necessário ter responsabilidade administrativa e sensibilidade política, que V. Exª nos mostra. Quero dizer que V. Exª poderá até ser a próxima Presidente. Basta V. Exª se decidir pelo Piauí para começarmos a campanha!

Ministra, não vai ser um homem, como Juscelino, que interiorizou o País. Olhe as consequências! Agora, por que o Piauí? É claro, V. Exª já decidiu. O Senador Eduardo Suplicy já é nosso. Vou dizer-lhe o porquê. Ministra, V. Exª falou em distribuição. O Piauí é diferente. O nosso Estado não é como os americanos, não, que são quadrados. Ele é comprido. Ele está no meio-norte. O Piauí se limita, em primeiro lugar, nos 706km com o mundo, com o Atlântico; depois com o Ceará, 580km; Pernambuco, 220km; Bahia, 780km; Tocantins, 22km, e também com o Maranhão. Assim, o sul do Piauí é equidistante de todas as capitais e de todos os centros urbanos que precisam do petróleo, conforme V. Exª afirmou – o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

Há também o Porto de São Luís, via férrea, que chega hoje ao pólo de soja, Balsas, que tem a ferrovia Norte/Sul, pertinho, do lado do sul do Piauí, geograficamente quis Deus ajudar a decidir, trouxe este mapa que aqui está aqui. Assim, poderá chegar, via férrea, ao mais moderno porto do Nordeste que é o Itaqui. Há um navio que faz direto Roterdan/São Luís, via férrea, está do lado do Piauí/Balsas. Há o projeto Transnordeste, via férrea também. Há um trabalho no **Jornal do Senado**, do grande Senador Flávio Arns, mostrando a necessidade de o Piauí investir em ferrovias. Então, lá no sul do Piauí, na cidade de Paulistana, que limita com Pernambuco, com a Bahia, com o Tocantins, com o Maranhão, é equidistante, pode o petróleo chegar a Cuiabá, do Senador Jonas, até Rio Branco, do nosso Tião Viana, pode chegar à capital de Rondônia, Porto Velho, a Boa Vista, a Manaus, a Macapá, ao próprio São Luís, a Belém, a Teresina, a Fortaleza, a Natal, a João Pessoa, a Aracaju, a Maceió e à Bahia.

Essas são as razões que devem ser levadas em conta.

Quanto ao desenvolvimento regional, quando Deputado estadual, em 1978 a 1982, fui ao México, convidado para estudar a questão do planejamento familiar. Lá eles têm um ministro da população. Ele é

quem decide onde botar os grandes investimentos. Essa é a grande oportunidade de se resolver a questão da desigualdade. Primeiro, o Presidente Lula tem que resgatar isso, porque nunca houve um grande investimento no Piauí como houve em outros Estados do Nordeste: portos, Sudene, Dnocs, etc. É preciso resgatar a questão do desenvolvimento. É como disse São Francisco: É dando que se recebe. O Piauí foi o único Estado que teve a coragem de se entregar ao PT. Os outros ele já tinha conquistado.

Assim, essa é a nossa luta. Vamos continuar lutando. Essa luta é velha e vamos ganhá-la. Não foi Juscelino, mas uma mulher que teve a coragem de decidir – a Ministra Dilma Rousseff. Por isso, nós queremos o seu apoio e o seu voto, que já foi dado pelo grande, pelo homem de mais virtudes do PT, Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra à Srª Ministra.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Sr. Presidente, inicialmente responderei ao Senador Eduardo Suplicy.

Sem sombra de dúvida, o projeto da refinaria é de grande capacidade, porque vai gerar emprego e renda. Apenas a sua construção gerará 4 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. Ele mantém também, especificamente na operação da refinaria, 700 empregos diretos e 1,8 mil empregos indiretos. Além disso – como já foi dito aqui, se não me engano pelo Senador César Borges –, a refinaria pode também ensinar o restante da cadeia petroquímica e produzir naquela região ou na região em que estiver localizada efeitos bastante profundos. E por isso esse é um projeto estruturante, podendo abranger desde a indústria do pólo petroquímico, propriamente dito, até a questão dos fertilizantes, dos derivados de primeira geração, que serão transformados em produtos que usamos em todas as nossas atividades.

Considerando esses aspectos, chamamos esse projeto de “estruturante”. Obviamente, considerar esse projeto como estruturante só faz sentido se pensarmos em desequilíbrio regional, e essa será a grande variável com que o Governo vai trabalhar. Já disse isto na Câmara Federal e repetirei aqui: a consideração do Governo, quando falamos em projeto estruturante, é que é um projeto estruturante de desenvolvimento. E, obviamente, não somos partidários da enorme concentração de infra-estrutura. No entanto, falamos que temos que levar em consideração as condições técnicas, porque esse projeto pode ficar proibitivo se, além de ser construído, for necessário construir também uma estrutura portuária.

Não somos propriamente um País que hoje disponha de recursos. O Senador fez uma sugestão – que, para mim, é uma das questões mais sérias que precisamos discutir – a respeito dos fundos setoriais. A infra-estrutura existente hoje foi construída, de alguma forma, com base em recursos setoriais.

Essa proposta do Alasca tem uma dimensão ainda maior, porque trata da articulação de um Fundo, que, no caso, é regional, com condições de alavancar investimentos no futuro. A refinaria não tem como esperar, no curto prazo, um processo desse tipo, até porque os nossos **royalties** e as participações governamentais, ou seja, as contribuições do petróleo, hoje são uma das principais fontes arrecadoras do País. E, inexoravelmente, teríamos de discutir de onde tirar os recursos que transferiríamos para esse Fundo. Não é propriamente algo que possamos resolver só no âmbito do Ministério, em que pese considerar que os fundos setoriais serão estratégicos, inclusive, no setor de energia elétrica. Acredito que, se, num primeiro momento, não houver quantidade de recursos suficiente para alavancar investimentos, esse Fundo poderá pelo menos estabilizar e diminuir a percepção de risco, estabilizando taxa de câmbio e também gerando toda uma política de juros e de investimentos de maior fôlego para o setor. Com isso, há uma série de vantagens.

Senador Eduardo Suplicy, considero a idéia de V. Ex^a muito produtiva, no sentido de que temos de ser levados a pensar nessa direção.

Voltando para a questão do Piauí, acredito que estarão na pauta os Estados que hoje estão pleiteando a construção da refinaria em seus territórios. É bom que discutamos isso concretamente. Estão pleiteando a refinaria os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Piauí e Sergipe, no Nordeste; Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Sudeste; Santa Catarina, no Sul; e os Estados do Centro-Oeste.

Acredito – e já disse isso também na reunião com a Bancada do Nordeste – que o Nordeste seja um dos mais legítimos pleiteadores dessa localização. A questão da localização não diz respeito apenas ao Nordeste. É preciso saber necessariamente o lugar, o que implicará necessariamente a avaliação das condições que cercam o referido lugar. Daí por que a decisão sempre será integrada, política e técnica.

Quero tratar da questão abordada pelo Senador César Borges. Acredito que a arte será, de fato, considerar absolutamente viável fazer política de desenvolvimento regional baseado em sólidos critérios. Essa

será a arte, o nosso desafio, diante da necessidade de o nosso País responder.

Vou fazer um raciocínio teórico: implantar a refinaria no Nordeste não significa hoje torná-la menos rentável, menos competitiva ou menos atrativa. Não é viável ligarmos ao Nordeste esses três elementos. Isso não seria real. No Nordeste, a refinaria pode ser tão atrativa quanto no Sudeste – é isso que estou dizendo. Acredito que não seja necessário derrubarmos critérios técnicos para defender a localização da refinaria no Nordeste, por tudo o que vi nos estudos disponíveis. O Nordeste pode hoje receber uma refinaria em condições competitivas.

O que estou dizendo é que a localização não será definida só pelo Governo. O Governo terá um papel fundamental para orientar a decisão no sentido político, mas pesará o critério do investidor. O critério do investidor terá de ser levado em conta; caso contrário, teremos de prover US\$2,8 bilhões, montante de que não dispomos. Fazer isso requer a estruturação de projetos mais maduros.

Se ficar bem configurado que, tecnicamente, o melhor local ou um dos melhores locais é o Nordeste, não vamos discutir isso como um **a priori**. Darei outro exemplo teórico: o norte fluminense, o Espírito Santo, que não é propriamente um Estado rico. Quem também está tentando se articular tem o direito de ser contemplado e avaliado. Obviamente, haverá necessariamente uma decisão política do Governo quanto à localização – posso assegurar isso a V. Ex^{as} –, mas essa decisão política também será escorada em critérios técnicos.

Resolvida essa questão, não acredito que podemos sempre tornar o investimento no Nordeste uma questão de pesados subsídios, porque não o é. Nessa questão, não o é, pois há vantagens. Quando falei da proximidade do mercado consumidor, quis enfatizar que, no Nordeste, há vantagens. Ainda não está amadurecido o processo decisório, que ainda não foi completado. Não sabemos, inclusive, o montante correto com que essa refinaria terá de ser configurada.

Tenho aqui alguns dados. Se nos baseássemos somente neles, teríamos que rever a curva de crescimento. Por exemplo, eu estava esperando que a gasolina crescesse – o menor de 2,6% e o maior de 4,5% –, mas ela caiu 5,5% no período. O **diesel**, o único produto que crescia 8,3%, o qual é estratégico para criarmos uma nova refinaria, teve uma queda de menos 8,5%, mas vai se recuperar.

Precisamos agora ter a noção do tamanho da demanda, qual a estratégia de crescimento e o que poderá ser feito para melhorar as refinarias.

Senador, não está garantido que isso se dará no seu Estado. Eu não disse isso aqui. Eu disse que a Petrobras está fazendo uma avaliação para a expansão de suas refinarias. Não falei no Estado de ninguém. Evitei falar nisso.

Acredito que o espírito do grupo nordestino é correto. É correto pleitear a refinaria para o Nordeste. Considero esse um espírito correto, e o Governo levará isso em conta quando tomar a decisão, até porque, obviamente, temos perfeita clareza quanto à distribuição de renda no Brasil.

Finalizando, quero dizer para o Senador Mão Santa que temos perfeita consciência dessa questão de energia elétrica no Piauí, que é um dos Estados com o menor grau de cobertura; nele está o Município com menor abastecimento de energia elétrica. É questão pacífica para nós a priorização do programa de universalização no Piauí. Está definido, está claramente configurado para nós que o Piauí necessita de uma política que não seja a de mercado no caso de universalização, mas de uma política que tenha parte dos recursos a ela destinados a fundo perdido.

Temos perfeita consciência da questão do Piauí, Senador, mas seria pouco responsável da minha parte se eu assegurasse para V. Exª que só as fronteiras geográficas viabilizariam o Piauí como a localização ideal para uma refinaria. É inexorável que haja porto. Não se pode, com os recursos existentes, prescindir disso. Mas US\$2,8 bilhões não conduzem a refinaria para um lugar onde não haja infra-estrutura. Isso é algo insuperável. Dificilmente seria formatado um projeto dessa envergadura em um local sem infra-estrutura. Essa é uma questão que teremos de solucionar, porque há infra-estruturas prévias, como, por exemplo, as portuárias e as de energia elétrica. Daí a importância que estamos atribuindo, no caso da energia elétrica, à ampliação da cobertura do Piauí. Inclusive, nosso projeto piloto de universalização é no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Em seguida, falará o Senador Eduardo Azeredo e, logo após, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Senador Almeida Lima; Srª Ministra Dilma Rousseff; Srª Secretária, em primeiro lugar, eu aproveitaria a oportunidade para explicitar a minha admiração pelo trabalho da Ministra à frente do Ministério de Minas e

Energia e também enfatizar a importância desta reunião, da iniciativa do Senador Almeida Lima, que nos deu a oportunidade de um debate esclarecedor, elucidativo, sobre a situação do petróleo, notadamente no que toca à implantação de um empreendimento visando ao aproveitamento do nosso petróleo, à implantação de uma refinaria no nosso País.

Senador Mão Santa, não fique triste com as declarações da Ministra, porque S. Exª disse textualmente que não há nenhuma decisão do Governo a respeito da matéria. O que aqui se discutiu foi a oportunidade técnica do empreendimento em qualquer região ou em qualquer Estado do nosso País.

Por isso, Srª Ministra, enalteço a segurança com que V. Exª falou do assunto, o que demonstra a sua real capacidade e o acerto do Presidente Lula em colocá-la em função tão importante para o desenvolvimento do nosso País.

Aqui, já se falou sobre a descoberta de um campo gigante de petróleo no Estado de Sergipe. Isso criou uma séria polêmica no âmbito do Governo, a qual, posteriormente, ganhou campo na imprensa. Aliás, houve uma nota da Petrobras praticamente desmentindo a divulgação de que o Estado de Sergipe teria um campo de petróleo da ordem de 1,9 bilhão de barris, reserva logicamente que ainda não foi provada, mas que é previsível.

A Petrobras disse naquela ocasião: “por ter divulgado a descoberta de forma confusa e incorreta, mesclando informações sobre expectativas iniciais da primeira perfuração, estimadas antes mesmo da perfuração do poço, com dados mais concretos enviados à agência sobre os resultados da perfuração no segundo poço”.

A ANP, dirigida pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros, afirma que somente se referiu às estimativas preliminares sobre o potencial do óleo existente e que não usou a palavra “reserva”. Por outro lado, o especialista Jean-Paul Prates, da Expetro, afirmou que, tecnicamente, a ANP não errou ao dizer que estimativas preliminares indicariam que o volume de óleo seria da ordem de 1,9 bilhão de barris. Segundo o especialista, a ANP deveria, sim, ter esclarecido que poderiam ser extraídos apenas entre 15% a 20% do reservatório.

Se esse raciocínio prevalecer e se forem confirmadas as reservas tão propaladas, o Estado de Sergipe não apenas duplicará o número de barris, como falou V. Exª, mas o multiplicará por oito. Haveria uma reserva de 450 mil barris. Mas não queremos pressioná-la para que diga que Sergipe agora vai ter 450 mil barris de petróleo e atende a uma das condicionantes

para a implantação de uma refinaria, que é a produção de petróleo.

O Estado também atende a outras variáveis. A Petrobras teve uma grande importância para a definição do desenvolvimento de Sergipe. Hoje, no Nordeste, o Estado de Sergipe dispõe da maior renda **per capita**, e isso se deve muito à Petrobras. O porto existente lá, que é de cargas gerais, com grande capacidade para receber navios de grande calado, foi construído pela Petrobras. A fábrica de amônia e uréia, um empreendimento altíssimo, também foi iniciativa da Petrobras. A usina de aproveitamento de potássio, a única da América Latina, também foi iniciativa da Petrobras. A água que bebemos em Aracaju também foi trazida pela Petrobras do rio São Francisco. Dessa forma, existe uma integração perfeita entre os sergipanos e a Petrobras, que é uma empresa amiga de Sergipe.

O Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, caminhando na mesma direção das administrações anteriores, a pedido do Senado Federal, em requerimento de minha autoria, também dirigido a V. Ex^a – sei que S. Ex^a conversou com V. Ex^a sobre isso –, já anunciou na Assembléia Legislativa a criação de um grupo de trabalho, visando ao aproveitamento integral e racional de todas as riquezas minerais de Sergipe.

Em Sergipe, existe em profusão o calcário; existem algumas fábricas de cimento. Lá sobra calcário. Há cloreto de sódio, um rejeito do aproveitamento industrial do potássio, que está sendo jogado no mar. Milhões e milhões de toneladas de cloreto de sódio estão tornando o mar mais salgado, sem resposta positiva alguma para o desenvolvimento regional. Precisamos encontrar uma forma para o aproveitamento do cloreto de sódio, uma riqueza incomensurável de que Sergipe dispõe. Além disso, podemos encontrar ali taquidrita e carnalita, minerais nobres que estão dormitando no subsolo.

Assim, foi importante essa decisão do Ministério de V. Ex^a e do Presidente da Petrobras de montar um grupo de trabalho, a pedido do Senado Federal, visando a um estudo pormenorizado – a localização já existe – de todas as riquezas minerais existentes no subsolo de Sergipe.

Mas, após esse parêntese, eu gostaria de obter uma informação de V. Ex^a, ainda me referindo à questão do poço de Sergipe. V. Ex^a falou que vários Estados lutam pela implantação de nossa refinaria, e Sergipe é um deles. Eu soube que o atual Governador, Dr. João Alves, já contratou uma consultoria para demonstrar, por A mais B, a viabilidade de Sergipe para receber a nova refinaria. As condicionantes ainda não

estão sendo atendidas por Estado algum. Essa é uma questão futura, porque a parceria tão exigida e prevista ainda não foi resolvida em nenhum Estado.

A Agência Nacional do Petróleo entrou nessa polêmica com a Petrobras. Então, pergunto: essas agências estão executando **in totum** o papel para o qual foram criadas? Isso não criou uma dificuldade enorme? Inclusive, as Bolsas tiveram seus índices elevados de um dia para outro. Isso pode implicar em fraudes. Inclusive, há um requerimento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, de nossa autoria, indagando se a CVM está investigando a situação de possíveis perdas de divisas do nosso País com essa especulação financeira. Afinal, sabemos que as refinarias do nosso País não atingem sua capacidade máxima de produção, que está em torno de 1,9 milhão de barris. Como elas não atingiram o total da sua capacidade instalada, isso pode prejudicar ou retardar a definição do Governo em escolher, de imediato, o local para a instalação da refinaria no Nordeste?

Ademais, quero parabenizar V. Ex^a pela lucidez. V. Ex^a praticamente prevê a instalação de duas refinarias: um **upgrade** de uma já existente, que pode atender, inclusive, as exigências do Sul ou da própria Bahia; e uma refinaria que vai introduzir uma sistemática nova, que já havia desaparecido do nosso País, com a perda da Sudene, ou seja, a preocupação com as desigualdades regionais.

Trata-se de um contexto de política estratégica de desenvolvimento que está sendo visto por esta Comissão com muito boa vontade. Elogio esse comportamento do Governo de reconhecer que o Brasil é um todo e não uma parte. O Brasil precisa ser forte e desenvolvido em todos os Estados. O seu desenvolvimento pode ser transformado em felicidade para todos igualmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento a Sr^a Ministra, como mineiro, por estar hoje aqui representando o nosso Estado.

Preocupa-me muito o prazo para as refinarias. Sabemos que essas questões, quando começam a envolver interesses variados, acabam sendo postergadas em demasia. Quero mencionar três questões, e uma delas é o prazo para que o Governo tome uma posição, já que evidentemente vai querer agradar todos os Estados, o que não será possível.

Minha posição é a de que é preciso haver políticas de combate à desigualdade regional. Quando o Presidente Juscelino Kubitschek construiu a Belém/Brasília, houve quem a chamasse de “estrada das onças”. Evidentemente, o objetivo era integrar o País. As linhas de transmissão também têm esse objetivo. Incluiria a refinaria também como uma importante ferramenta de integração regional no Brasil.

Não tenho dificuldades de falar sobre minha preferência. Pelos dados já mencionados em termos de consumo, de localização das jazidas, o Nordeste precisa de uma refinaria. Estes dois pressupostos técnicos, parece-me, foram atendidos: a existência de jazidas próximas e o consumo. É uma questão que gostaria de mencionar sob o ponto de vista de prazo.

As outras duas questões têm um caráter diferente do da refinaria. Aproveitando a presença da Ministra, não gostaria de deixar de fazer algumas perguntas. Uma delas diz respeito às ações de Governo com relação à sonegação de impostos, que, segundo a CPI da Câmara, chegaram a R\$10 bilhões em um ano. Tudo foi feito pela máfia da distribuição de combustíveis. Há a questão das liminares com relação à Cide. São 600 milhões em apenas um mês. As liminares estão sendo concedidas, e, com isso, os impostos deixam de entrar.

Na semana passada, o Presidente Lula chamou de malandros os proprietários de postos de gasolina. Evidentemente, sei que Sua Excelência não quis generalizar; referiu-se apenas a um grupo, ao grupo que se utiliza, por vezes, de métodos ilegais para exercer sua função. Não serei injusto com Sua Excelência, como alguns o foram com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando este, em situação análoga, disse que alguns aposentados eram vagabundos, porque se aposentavam muito cedo. Até hoje isso é explorado. Afirmam que o ex-Presidente Fernando Henrique anunciou que os aposentados eram vagabundos. Não vou dizer que Sua Excelência afirmou que os donos de postos são malandros; afirmou que uma parte o é. E concordo.

A terceira é uma questão mais regional: a exploração do gás em Minas Gerais. Temos conhecimento – e V. Exª deve saber também – de que há sinais de gás no norte de Minas, na região de Montalvânia. A licitação dessa área está parada, pelas informações de que disponho. São dados concretos. A Petrobras já fez os primeiros levantamentos geológicos, no sentido de que existe gás ali. É necessário verificar a questão do custo-benefício de sua exploração. Gostaria de ter uma posição sobre o que pode ser feito para agilizar esse processo, não só a definição, mas também a

licitação dessa área. Evidentemente, isso seria muito interessante para o norte de Minas Gerais, que tem as mesmas características de desigualdade regional apresentadas pelo Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Srª Ministra Dilma Rousseff; Drª Maria das Graças; Srªs e Srs. Senadores, já se falou muito das vantagens e desvantagens de cada Estado. Ressaltaram-se, principalmente, as vantagens. É claro que ninguém viria aqui para apontar desvantagens de seu Estado.

Com relação ao Rio Grande do Norte, representação da qual faço parte no Senado, acredito ser do conhecimento de V. Exª que já temos um investimento da Petrobras, no Pólo de Guamaré, da ordem de US\$14 bilhões, o que, ao longo do tempo, desde quando a Petrobras se instalou em Guamaré, vem produzindo gás, óleo **diesel**, gás de cozinha e, agora, com a planta que está sendo iniciada, querosene de aviação.

A solução encontrada para o escoamento dessa produção foi a chamada solução de quadro de bóia. Toda essa produção de cem milhões de barris de petróleo é escoada por meio de um quadro de bóia, já ali devidamente instalado, que poderia ser considerado, acredito, num estudo da Petrobras sobre o futuro da refinaria.

V. Exª nos disse aqui, claramente, que não há estudo definitivo. Os estudos ainda estão numa fase preliminar ou ainda estão em andamento. Não há uma fase de definição. E nos disse que o Nordeste tem o seu lugar, em termos de região onde se localizaria a refinaria, porque se apresenta também como competitivo, como atrativo. Ficamos muito satisfeitos com isso, porque há uma complementariedade no que toca aos Estados da Região, que são muito próximos.

De fato, cada Estado nordestino, aqui, está lutando pela sua parte, pelo seu quinhão, pela possibilidade de micro localização. Cada representante aqui está lutando pela sua região. Que seja o Nordeste o escolhido! É um direito que assiste, como V. Exª disse, a cada representante.

Pergunto a V. Exª: qual é a previsão de término desses estudos?

E, com relação à parceria, o Estado do Rio Grande do Norte tem um entendimento, por meio do Governo do Estado e do Deputado Federal Ney Lo-

pes, que é Presidente do Parlatino, com o Governo da Venezuela, com a empresa PDVSA, que é a empresa de petróleo da Venezuela. Como V. Exª veria isso numa fase ainda não conclusiva? É o que pergunto a V. Exª. E como V. Exª encara todos esses investimentos já realizados no Rio Grande do Norte, que constituem uma grande base da Petrobras em nosso Estado?

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Srªs e Srs. Senadores, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, permitam-me conceder a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho e, logo após, ao Senador Antero Paes de Barros, ambos inscritos. Em bloco, a Srª Ministra responderá a todos.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Srª Ministra Dilma Rousseff, é com satisfação que estamos aqui outra vez com V. Exª. E será sempre grande essa satisfação na medida em que entendemos que todos esses assuntos do Ministério de Minas e Energia estão muito bem entregues em suas mãos, tanto em relação à área elétrica quanto à Petrobras, área de petróleo e gás.

Só quero trazer, sem entrar na questão da regionalização da refinaria, uma preocupação, que é minha, em relação à Bahia – e penso que deve ser uma preocupação de V. Exª também em relação ao Rio Grande do Sul –, que é a questão da nafta. Vejo a grande importância, hoje, desse produto para os nossos pólos petroquímicos. E não vejo como pode haver um pólo petroquímico forte com a nafta sendo importada. Esse será um problema daqui para frente.

Inclusive, a política de preço deve ser adequada, porque, como V. Exª própria apresentou no começo, aquela queda do consumo da nafta certamente se deu por falta de mercado lá fora. De alguma forma, isso aconteceu devido ao preço do produto. A questão do preço é muito importante, sobretudo para esses dois pólos que estão longe do eixo maior de desenvolvimento do País, que é o do Rio Grande do Sul e o da Bahia. Tenho uma enorme preocupação em relação a isso, porque entendo que o preço da nafta – desde o meu tempo, há imensas discussões com a iniciativa privada sobre o preço desse produto – é um ponto importante. Uma maior produção de nafta é absolutamente importante hoje para o País.

Quero também dizer que, nesses dois anos de Ministério, o que vi foi uma procura muito grande de parceiros. Entendi naquela época – e depois acompanhei – que é muito difícil arrumar um parceiro para a

construção de uma refinaria, por várias razões, que V. Exª já mencionou, como a margem pequena do negócio em si e a capacidade ociosa no mundo. A falta de parceria vai acabar levando a Petrobras a ter que fazer isso sozinha ou a realizar uma parceria no Rio Grande do Sul, em uma própria refinaria existente. Entendo que também para a Petrobrás o refino não é um grande negócio. Creio que a Petrobras talvez tenha de definir essa questão sozinha, sem parceiros.

Esses são os pontos de que tenho receio em relação à nafta, entre outros problemas a que V. Exª já se referiu.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Só desejo acrescentar que, no Pólo de Guamaré, também se produz nafta. O Senador Rodolpho Tourinho falou em nafta.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministra Dilma Rousseff, gostaria de retornar a um tema que tem sido recorrente aqui. Nas economias mais modernas do mundo, os países fazem uma clara opção por possuírem seu próprio parque petrolífero para refino de seus derivados.

Essa necessidade está mais do que demonstrada, inclusive, pela exposição de V. Exª. Como é do conhecimento de V. Exª, hoje o parque nacional está no limite de sua capacidade, o que implica a urgente necessidade da construção de uma nova refinaria.

Já que a construção de uma refinaria leva, em média, quatro a cinco anos, quero indagar o seguinte: quando, de fato – reafirmando a indagação feita pelo Senador de Minas Gerais –, o Governo pretende iniciar a construção dessa nova refinaria? E mais: com que recursos o fará, já que há um grande contingenciamento dos recursos orçamentários em função do acordo com o Fundo Monetário Internacional? Se não conseguir parceria, o Governo tem condições de bancar a refinaria sozinho? O Governo faria essa opção política de bancar o empreendimento, se não ocorrer essa parceria com a iniciativa privada?

Gostaria ainda de saber se V. Exª confirma ou não a declaração do Dr. Guilherme Estrela, da Petrobras, dada em Natal, no mês de abril, de que a refinaria não será construída. Se V. Exª tem conhecimento dessa declaração, o que acha dela?

Gostaria de abordar mais uma questão, Srª Ministra, que me preocupa muito. O meu Estado, por exemplo, tem um potencial de água fantástico para geração de energia. Contudo, um dos grandes entraves para isso é que, no passado, muitas licitações foram feitas, as pessoas se tornaram proprietárias da concessão daquela reserva natural, não fizeram absolutamente nada, sentaram em cima dessas concessões, não negociaram. O interesse nacional, na nossa avaliação, é colocado em segundo plano. Gostaria de saber se o Ministério já tem esse levantamento e se pretende tomar alguma iniciativa para verificar como fica esse processo de geração por parte da iniciativa privada.

Gostaria também de solicitar um esclarecimento de V. Exª. Exatamente um dia depois de o Presidente Lula ter chamado de malandros os donos de postos de gasolina que não repassaram aos consumidores a redução dos preços dos combustíveis, V. Exª, em entrevista coletiva, falou em usar os instrumentos de fiscalização do Governo contra os que cobrassem valores superiores aos da tabela de referência. Gostaria de fazer duas indagações. Em primeiro lugar, pergunto: isso significa que o tabelamento está de volta, mesmo que maquiado com o nome de “tabela de referência”? A segunda preocupação que trago é a seguinte: não seria essa uma senha para os donos de postos? O recado seria: “Façam a redução de preços, que não serão fiscalizados”. Talvez fosse mais ou menos assim: “Vou usar todos os instrumentos de fiscalização disponíveis para aqueles que não reduzirem os preços”. E como ficam os que os reduzirem? Gostaria de saber se o Governo tem estrutura para fiscalizar os milhares de postos de gasolina em todo o País.

Eu finalizaria, Srª Ministra, solicitando um posicionamento do Ministério: existe alguma política para disponibilizar o gás para a sociedade? Estou falando de indústrias, taxistas e de transporte coletivo. O meu Estado, por exemplo, recebe o gás da Bolívia, que gera energia para o desenvolvimento do Estado, cumprindo, assim, um importante papel. O Mato Grosso, de importador, passou a ser exportador de energia, mas o gás não é utilizado para os táxis, o transporte coletivo e o setor industrial, o que poderia melhorar, e muito, a nossa economia. Gostaria de saber se o Ministério tem algum programa para orientar os Estados e ajudar na instalação dessas políticas, que beneficiariam bastante a população, inclusive a mais carente.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra à Srª Ministra.

A SRA. DILMA ROUSSEF – Hoje, parte significativa do gás oriundo do gasoduto Bolívia/Brasil é

destinada a usos não térmicos. Nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso – não tenho certeza de como isso funciona no Mato Grosso do Sul –, em todos esses Estados, o desenvolvimento do mercado de gás veicular e do mercado de gás industrial foi bastante grande. Esses mercados estão tendo um problema seriíssimo, porque o preço do gás boliviano está muito alto: estava em US\$3,3 o milhão de BTU antes do aumento, que estava previsto, mas que não ocorreu.

Em razão disso, o Governo iniciou um processo de negociação com a Bolívia, esclarecendo aos bolivianos que o preço do gás não apenas estava muito alto, como também impedia, sistematicamente, que houvesse um aumento da quantidade ou da participação do gás na matriz energética, o que seria muito importante, principalmente para nós, porque o País tem uma grande dimensão, passou por alguns problemas nos últimos tempos, mas irá retomar seu crescimento e, portanto, tem uma capacidade bastante elevada de demandar gás. Do ponto de vista das reservas bolivianas, o Brasil seria o local privilegiado para se monetizar essas reservas.

Dessa forma, seria também muito oportuno para os bolivianos se eles reduzissem o preço a fim de conquistar participação no mercado, estratégia bastante normal. Isso seria feito sem comprometer as relações previstas nos contratos, que asseguram o mesmo nível de **royalties** e de participação governamental do governo boliviano.

Também pretendíamos uma flexibilização no **take or pay**. Inicialmente, obviamente, houve dificuldade em se estabelecer a negociação nesses termos. O ex-Ministro Rodolpho Tourinho deve ter experiência nessa área. Acredito que tenha facilitado muito o fato de a realidade ser uma boa mestra. O fato de o mercado ter ficado trancado mostrou para os bolivianos que não era apenas um artifício brasileiro puramente para diminuir o preço.

Então, pela primeira vez, a discussão da redução do preço e da flexibilização do **take or pay** foi proposta relativamente ao que estará sendo negociado: estamos trocando isso por uma política de ampliação do mercado, ou seja, se houver uma redução no preço e uma flexibilização no **take or pay**, estaremos sinalizando que será possível aumentar a participação do gás na matriz – caso contrário, não será – e nos comprometendo a fazer uma política de expansão dos diferentes usos do gás, o que está em andamento. Houve duas reuniões para tratar desse assunto. Teremos brevemente a terceira, que será uma reu-

nião mais conclusiva em que as premissas já estão mais ou menos equacionadas entre as partes.

Acredito, portanto, Senador, que será possível uma entrada mais forte do gás nesses mercados outros que não os térmicos, se bem que uma redução talvez também possa beneficiar os térmicos.

A segunda questão diz respeito à situação do **dalm stream** no que se refere à comercialização de combustíveis. No Brasil, pode-se liberar preços, mas esse fato não significa que estamos a conviver com mercados livres, sem imperfeições drásticas ou sem falhas que conduzam à absorção por meio de rendas de monopólio ou extração de excedente. O mercado de combustíveis é um mercado com falhas bastante acentuadas no que diz respeito a concorrências extrapreço que, notadamente, conduz à manipulação da qualidade, ou seja, diminuem a qualidade do produto e, com isso, conquistam benefícios e aumentam a competitividade no mercado. Isso é típico: uma concorrência extrapreço, que visa extrair renda monopolista.

Obtém-se também concorrência extrapreço ou extracusto por meio de liminares, ou seja, consegue-se obter liminarmente certo tipo de ganho.

Então, é um mercado tipicamente não competitivo. Liberdade de preço num mercado desse tipo, se não for fiscalizada, prejudica o consumidor, que será objeto dessa extração ou os agentes de mercado distribuidores ou revendedores mais fracos ou algum revendedor que se encontre em uma posição mais correta.

Enfim, esse é um mercado eivado de falhas. Não estamos pretendendo tabelar, porque isso é extremamente ineficiente, considerando-se que a tendência é levar o preço àquela tabela ou fazer reajustes antecipados. Estamos considerando a realidade, que tem dois pontos. Há que se levar em conta três momentos: o presente, o passado e o futuro. Estou comparando o presente com o momento anterior e procedendo a um rastreamento. Por que uma redução de 10%, que poderia virar uma redução de 6%, virou um aumento? Qual o indicador disso? Eis aí a questão da senha. Por que isso não é uma senha para permissão? Porque, quando fiscalizo, considero pesadamente a qualidade do produto.

Ao entrarmos em todas as distribuidoras e eventualmente em algum posto para fiscalizar, observamos dois aspectos, que a lei nos permite observar: os livros, para ver quais são as notas fiscais de compra, para saber como comprou e o que pagou de tributação, ou seja, para saber se está havendo algum tipo

de concorrência predatória; e observamos também a qualidade do produto, porque, se ele estiver com um preço muito baixo, pode ser um indicador de que está praticando não uma vantagem para o consumidor, é que está praticando a concorrência predatória. Então, vamos considerar dois pontos: se o preço está alto ou se está baixo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – No valor da tabela da referência, há alguns Estados que estavam praticando preço menor. Nesse caso, merece também a fiscalização?

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Total.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Para saber se está ocorrendo isso?

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Por isso. Fomos constatar, porque isso ocorria em determinada distribuidora. O que aconteceu? Não existe uma tabela de referência. Estava sendo praticado um preço em um determinado dia. No dia 2, por exemplo, estava se praticando um preço, aquele preço é de mercado e é dado pela pesquisa da ANP, um preço de mercado. Olha-se no mercado e vê qual preço se pratica. O que se olha naquele preço? A sua distorção, se está para cima, para baixo ou se está na média. Qual era a referência? A única referência que tivemos é que houve uma redução de preço. Uma redução praticada em que ponto? Na refinaria. Essa redução na refinaria repercute diferentemente por Estado, porque há Estados que cobram imposto por dentro, outros, por fora. Enfim, há as mais variadas situações. Há indicação de preço baixo. Qual a indicação de preço baixo? Quem estava aumentando absurdamente, podia estar, no momento anterior, fazendo alguma distorção, porque o preço dele estava baixo demais, não fechava. Então, o que é a fiscalização por rastreabilidade? Em vez de trabalhar com uma tabela, trabalha-se pesquisando oscilações de preço, avaliando porque ele está assim: para baixo ou para cima. O distribuidor tem que explicar como ele está formando a sua margem de lucro se houve uma redução. Quero saber por que, se cinco dias antes a redução era essa, depois que foi para o preço, virou outra qualquer. Aproveito e fiscalizo três aspectos: o mercado teve liminar? Qual a qualidade do produto? Qual o preço que está sendo praticado?

Esse mercado está eivado de imperfeições. Temos estrutura, penso que, para uma boa fiscalização, a estrutura tem que ser maior, mas ela não é uma estrutura homem a homem. Por quê? O que tem de bom? Temos de enfatizar o que é bom. A ANP possui uma boa base de dados. Foi construída uma boa base

de dados na ANP por importação de base de dados da Petrobras antiga e por agregação de novo saber pela própria ANP. Essa boa base de dados da ANP permite um nível de inteligência na fiscalização que, caso contrário, não haveria. Com 500 mil fiscais e uma base de dados de baixa categoria, não se consegue fazer a fiscalização que hoje é possível fazer.

O que tem de ficar claro para a cadeia, que sabe bem disso, é que hoje conseguimos tomar conhecimento de como, em determinado Estado, bairro e posto, o preço está sendo praticado. A base de dados da ANP permite que haja um grau de precisão – obviamente, é grau de precisão e não grau de exatidão –, ou seja, permite se precisar com algum nível de aproximação, com alguma flutuação, com algum nível de erro. A base de dados da ANP permite que se chegue a um determinado agente. Pode-se precisar esse agente. E o que se faz? Faz-se fiscalização por amostragem.

Se me perguntarem se há estrutura, digo que está faltando a estrutura do **enforcement** no seguinte sentido: localizado o problema, tomada a medida pela ANP e pelo Cade, quais são as outras consequências? Quais são os outros contornos eventuais judiciais que podem ocorrer? Há um problema de **enforcement** na fiscalização no que se refere a seus desdobramentos futuros. O que estou dizendo é que pode haver algum grau de melhoria no número de quadros da ANP, que é o que o Governo está cogitando, tanto é que, inclusive, descontingenciamos a fiscalização da ANP e da Aneel. O descontingenciamento da ANP está em curso, e o da Aneel já está liberado. Ou seja, liberamos recursos para isso.

Achamos que essa é uma questão muito importante para as agências, porque ambas atuam em mercados imperfeitos, com falhas, passíveis, portanto, de rendas e excedentes de monopólios. Não se trata de tabelar. Tabelar é um método um pouco ultrapassado. A resolução do ano passado do Conselho Nacional de Política Energética deu ao Ministro de Minas e Energia – não foi o nosso Governo que o fez, mas o Governo anterior, diante daquela barbaridade que era o GLP – o poder de fazer tabela máxima. Esse poder existe e não foi dado pelo Governo atual. Esse poder existe diante talvez da constatação no passado de que a situação era dramática no caso do GLP, com aumentos de dígitos pesados. Não me recordo perfeitamente dos números, mas imagino que o aumento do GLP tenha sido em torno de quase 500%, num período em que o salário não aumentou da mesma forma.

Na questão dos combustíveis – esse é um problema sério –, a lei do petróleo manda que o Ministério e a ANP sejam responsáveis por assegurar que o consumidor seja protegido e possa ter controle sobre preço, qualidade e técnica. É a lei que manda. E há uma resolução de agosto de 2002 que atribui à ANP olhar e fiscalizar preço, qualidade e técnica e que atribui ao Ministério o poder de, com a ANP, definir a tabela máxima, reduzir preço.

Obviamente, o que estamos fazendo, nesse caso específico dos combustíveis, por uma ação conjunta do Governo, é o rastreamento, ou seja, a fiscalização. Há a possibilidade de rastrear como se chegou a um determinado preço. Por isso, não se trata de tabela. Não parto de uma tabela referencial, mas da realidade. Se a realidade indica algo, procedo à análise do preço, pesquiso e verifico como ele foi formado. Então, não ocorre a hipótese de alguém reajustar ou pensar que tem senha para colocar o preço para baixo, para cima, para o lado. Em qualquer hipótese, o que vamos pesquisar é de onde saiu o preço, como é a sua história. Vamos pesquisar o que levou o preço a estar abaixo ou acima. É esse rastreamento que permite a fiscalização inteligente.

Agora, responderei à questão de não haver refinaria no Nordeste. A política de definição de refinaria é formulada pelo Ministério, mas a Petrobrás sempre será ouvida. Se o Diretor Guilherme Estrela declarou que não haveria refinaria, ele foi além das suas atribuições. Não só ele não pode fazer essa afirmação, como eu também não, porque essa decisão não se esgota na órbita dele e tampouco na minha. A decisão séria de implantação de uma refinaria cabe ao Governo. Não é uma decisão unilateral, mas do Governo.

Todos fizeram referência a prazo. Responderei a partir da pergunta do Senador Rodolpho Tourinho, porque penso que S. Ex^a problematizou a questão ao abordar prazo, parceria e recursos. Esse é o problema. Obviamente, US\$2,8 bilhões mais algo em torno de US\$1,7 bilhão para fazer **upgrade** não é um recurso disponível, por mais que a Petrobras seja uma empresa considerável no Brasil – no que se refere a seus rendimentos, é a maior empresa do País. Não podemos dizer: “Não, nós fazemos, deixe conosco”. Não pode funcionar assim. Teremos de buscar parceiros, fazer um esforço para buscar parceiros.

É essa definição que constitui, acredito, o grande desafio. É óbvio que há parceiros com vontade, mas sem dinheiro. Há outros com dinheiro. Extraordinariamente falando, acho que existem interessados. Não posso aqui divulgá-los, porque há graus diferentes de negociação que ainda estão em andamento.

Mas esses interessados existem. Se eles farão ou não, V. Exª sabe perfeitamente, Senador, que essa é uma decisão complexa, que se armará em função da alavancagem etc. Dependemos disso para estipular um prazo claro, mas o Governo pretende tomar uma posição e sinalizá-la com algum nível de definição maior, até porque tem de haver uma avaliação a respeito do projeto em si, ou seja, deverá haver uma formulação maior do projeto.

A alternativa é, a partir de um determinado momento, não ocorrendo essa voluntária busca de parceria, que se assuma essa responsabilidade de forma mais planejada, de forma mais eficaz, mais efetiva, por meio de uma ação de Governo. Mas esperamos que isso ocorra de forma voluntária. Estamos deixando que os agentes apareçam primeiro.

No que se refere à nafta, concordo inteiramente com V. Exª que há alguns combustíveis estratégicos que não podem ser tratados da mesma maneira. A nafta está entre eles, assim como o **diesel**. Então, dimensionar o nosso abastecimento de nafta, hoje, por meio dos nossos próprios recursos é muito importante. Mesmo que se considere que o preço da nafta se forma no mercado internacional, pois ela é uma **commodity**, as condições de crédito são diferentes. Muitas vezes, as condições de crédito do mercado internacional são à vista. No Brasil, pode haver uma política diferenciada de fornecimento.

Concordo com V. Exª que a nafta é um combustível estratégico para o desenvolvimento da cadeia petroquímica. Sem esse combustível, não haverá uma petroquímica forte. É preciso reconhecer que essa não é uma questão banal, pura e simplesmente de liberdade de preços. O Governo terá de avaliar esse ponto, mas precisará fazê-lo com cuidado, porque queremos que os investidores privados fiquem no País, o que implica manutenção de preços de mercado internacional, e, ao mesmo tempo, queremos reforçar a cadeia de nafta.

Precisaremos elaborar uma forma em que a nafta, especificamente, de um lado, e o GLP, de outro, sejam analisados com maior detalhe. Como não existia nenhuma formulação específica sobre isso no Ministério, nós a estamos elaborando.

Por que incluí o GLP? Porque ele integra a cesta básica de consumo. O brasileiro não come arroz, feijão e carne ou massa e farinha, se não tiver como cozinhar. Uma parte tem acesso à lenha, outra parte, não. Então, esses dois combustíveis precisam ser olhados com lupa. É necessário haver um tratamento específico para eles, inclusive nos seus significados

social e de desenvolvimento. Essa é uma preocupação do Ministério. Temos perfeita consciência da questão.

Quanto ao Rio Grande do Norte, recebemos da Governadora Vilma de Faria a informação de que aquele Estado tem uma infra-estrutura que pode ser recuperada no caso da refinaria. Estamos bastante conscientes desse fato. Inclusive, Senador, visitaremos, na sexta-feira, o Rio Grande do Norte; estaremos em Guamaré e iremos realizar uma discussão bastante grande com a Governadora no sentido de viabilizar essa recuperação. Fomos também convidados pela Universidade Federal e pela Senadora Serys Slhessarenko.

O gás do norte, em Montalvânia, é um assunto que de fato deve ser levado em consideração. A Secretária de Gás e Petróleo, aqui presente, vai tomar essa anotação, Senador, e responderemos a V. Exª se a ANP colocará isso em um bloco e como estão os estudos. O que a Petrobras, a ANP e outros estão achando desse gás no norte, em Montalvânia?

Quanto ao prazo, já respondemos.

As ações contra a sonegação estão sendo objeto de discussão no do Governo, inclusive com os órgãos eventualmente responsáveis. Assim como estamos falando com o Cade, estamos falando também com a AGU.

Quanto às agências, vou responder se elas estão executando suas funções. Pode ser dada uma resposta dupla: em parte, sim; em parte, não. No caso dos combustíveis fica claro que em parte não. No caso, por exemplo, da ANP, a agência não conseguiu se estruturar, e não é responsabilidade só dela. Ela não teve um plano de cargos e salários, ela não teve um concurso que viabilizasse a sua condição de fiscalização. É inconcebível supor que só com os fiscais do antigo CPN a fiscalização é viável. E o fiscal é, talvez, o maior exemplar de funcionário público porque ele tem que ter o poder em relação aos demais, o chamado poder de polícia, que chamamos no Brasil de poder de polícia e que os ingleses sofisticam chamando de **enforcement**; mas é esse poder de polícia que o fiscal tem que ter; caso contrário, não se tem o exercício dessa função.

A agência nesse aspecto foi muito coibida, no aspecto de fiscalização do **down stream**; a agência tem um excelente banco de dados e fez um trabalho na área do **up stream** que foi, em vários pontos, um bom trabalho. Todavia, houve um problema tanto no setor do petróleo quanto no setor de energia elétrica. O contorno de energia – que era político e de obriga-

ção do Ministério e do CNPE – ficou incompleto. Então a agência também teve um papel de incompletude porque se a agência avançou no sentido de definir essa política ela o fez de forma muito complicada porque ela impede que se controle. Quando não se tem a definição do marco regulatório claro, o que se tem? Tem-se um problema de dificuldade de controle social. O que o regulador está fazendo? O regulador está definindo esse marco? A troco de quê? Com que poder legal ele define esse marco? Daí por que o TCU, muitas vezes, perguntou quais eram as definições que embasavam aquela justificativa.

Consideramos que as agências terão que ter um papel reforçado porque elas atuam em duas circunstâncias. Elas atuam não só por falha do regulador porque tem-se que assegurar um marco estável para o investidor – é verdade, temos que assegurar isso. Mas elas também têm que impedir, elas têm que ter a legitimidade dada pelo conjunto da população brasileira de impedir que em mercados claramente monopolistas as falhas desse mercado signifiquem a apropriação indevida de ganhos de monopólio e de excedente.

Aliás, esse caráter antimonopolista das agências está na sua origem nos Estados Unidos, está na sua origem na Inglaterra. Elas têm esse caráter de coibir falhas de mercado. Elas também têm, a partir dos anos 90, o papel de coibir falhas de Estado, falhas da burocracia. Ou seja, há manipulação política dos seus objetivos explícitos, claros, definidos pelo Executivo e pelo Legislativo. Isso também não é admissível e isso se chama estabilidade regulatória. Mas esse caráter de apropriação de excedente, em países como o nosso, assume um aspecto muito forte. Então, as agências têm que ter uma forte fiscalização e um poder regulatório bastante grande, além de condições financeiras e quadros para cumprir esse papel. Creio que conclui.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Com satisfação, registro a presença, neste plenário, da Deputada Federal Moema Santiago, pelo Estado do Ceará.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Tem a palavra, V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Gostaria de ratificar à Ministra a questão daquelas concessões às quais me referi. O cidadão tem uma concessão de água para produção de

energia há mais de 20 ou 30 anos. Não a utiliza, não gera energia. Gostaria de saber...

A SRA. DILMA ROUSSEF – Creio que é difícil, tirante a hipótese, concessão de serviço público por mais de 20 anos. Será acima de 30 megawatts? Porque só pode ser acima de 30 megawatts.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Solicitações foram feitas, e as pessoas acabaram sendo proprietárias. Estou abordando esse assunto, porque isso é comum no meu Estado – Mato Grosso –, onde há potenciais hidráulicos fantásticos, e tudo tem dono.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – E não feito?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Não feito. Não deixa ninguém fazer e não faz. Estou trazendo a informação a V. Ex^a.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Penso que a Aneel tem que verificar isso. Eu tomarei as providências. Se V. Ex^a pudesse dar-me algumas...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sim, vou levantar alguns dados técnicos e encaminhá-los a V. Ex^a.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Por favor, mande-me esses dados, porque considero isso grave. Temos de coibir isso, que também ocorre na área de mineração, o que também é grave. Resolvido o problema na área de energia elétrica, asseguro que tomarei providências na área de mineração. São dois momentos: concluir o modelo e partir para uma discussão fundamental sobre mineração.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – São 14h06min. Estão inscritos dois Senadores.

Para concluir, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella e, em seguida, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ministra, Sr^a Secretária, serei muito breve.

Sr^a Ministra, com muita atenção, ouvi V. Ex^a falar mais de duas horas. Entendo que V. Ex^a tende a apoiar uma refinaria no Nordeste. Sei que V. Ex^a vai negar, mas saio daqui com isso cravado em minha alma. Gostaria de lhe dizer algumas coisas. V. EX^a disse que o Nordeste não precisa levantar razões de desenvolvimento regional, porque ele tem grandes argumentos de viabilidade econômica. É verdade. Vivi no Nordeste durante dois anos, no sertão mais seco da Bahia, onde trabalhei. Ministra, para minha surpresa, os índices de miséria do norte fluminense são iguais aos do Nordeste e iguais aos que vi na África.

Mais uma coisa me preocupa: hoje, conforme relatório da ANP, estamos importando 17% de derivados de petróleo. Segundo esse relatório – V. Exª alertou quanto ao perigo das previsões –, até 2010, teremos uma dependência de 35%, quando as regras internacionais admitem o máximo de 20%. Li também que na época de guerra não é difícil comprar petróleo, mas fica mais complicado comprar derivados. Portanto, já que tivemos recentemente um “apagão” da energia elétrica, temos razões para nos preocupar com o “apagão” de derivados de petróleo. Nosso País depende, portanto, principalmente, de óleo diesel, combustível essencialmente social, que transporta nossa comida para um lado e para outro; de gás de cozinha, como V. Exª informou, e de querosene de avião. Esses são os nossos três grandes problemas.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – E a nafta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Também a nafta, mas citei os três maiores. Se compramos 17% de derivados de petróleo do exterior, estamos importando hoje, segundo a ANP, algo em torno de US\$5 bilhões. Seria um bom negócio, se tivéssemos dinheiro para gastar em duas refinarias. E aí começa a se embasar o meu raciocínio. O Sergipe, que nós todos amamos tanto, tem um poço de petróleo – esperamos que seja maior do que Marlin –, mas infelizmente, é de óleo leve, óleo que importávamos da Arábia Saudita na década de 80. O óleo da bacia de Campos, nossa maior reserva, é óleo pesado, que hoje em dia a gente exporta para trazer o leve, misturar com o pesado e usar nas nossas refinarias, que não são adaptadas para esse tipo de óleo, nem na quantidade nem na qualidade.

Vou sair daqui com a impressão – sei que a Ministra vai negar – de que V. Exª está pensando em **upgrade** da Reduc. Mas acredito – e essa é a minha pergunta final – que 25 anos de produção na bacia de Campos, 25 anos em que o ICMS... Por uma medida infeliz, o Senador José Serra – castigado por Deus, pois perdeu a eleição – tirou do meu Estado o único imposto. Srª Ministra, o Rio de Janeiro importa 91% do que consome. Quando vamos ao supermercado com carrinho de compras, vemos que produtos como Nescau, tudo é importado. O Rio só tem ovos; todo o resto é importado. A única riqueza que temos é mineral, que não deixa lá o ICMS.

A minha preocupação, Ministra, é a seguinte: esse petróleo vai acabar na bacia de Campos. O que vai ficar lá? Na Bahia, ficou. Aquele poço de Lobato, que secou, deixou ali uma grande refinaria, a segunda maior refinaria do País, e deixou um pólo petroquímico. O que vai ficar para Campos? O que vai ser da-

quele aeroporto, do hospital, do sonho de tantos norte-fluminenses, que vão, depois de produzirem 83% do petróleo deste País, ser deixados na miséria?

O Senador Eduardo Suplicy falou algo fantástico. Lá, naquela terra fria do Alasca, as pessoas tiveram acesso às riquezas do petróleo. No tropical Rio de Janeiro, na nossa terra brasileira, de tanto calor humano, os nossos corações estão mais frios que os das pessoas do Alasca, porque não vamos deixar nada para aquele povo.

Ministra, a minha pergunta é uma só: será que o Governo Lula, o nosso Governo, vai fazer no futuro, no norte-fluminense, uma Serra Pelada? Quais são os planos para que todo o investimento ali aplicado não seja perdido?

Srª Ministra, peço a Deus que a ilumine quando for fazer a parceria, porque o processo de privatização foi uma catástrofe. A fábrica da Ford em Camaçari... Fiz um requerimento na semana retrasada, Senador Rodolpho Tourinho. O empréstimo com o BNDES foi de US\$2 bilhões: US\$1 bilhão da Ford e US\$1 bilhão brasileiro. Três anos se passaram. A Ford colocou US\$500 milhões; o Governo brasileiro dobrou, colocou US\$2 bilhões. Como pode uma coisa dessas?

Fico com medo dessas parcerias que fazemos, principalmente com americanos. Historicamente, isso tem feito muito mal para o nosso País. A Ford tem um **turn over** de US\$200 bilhões, e estamos aqui falando em US\$2 bilhões com tanta preocupação! Essa empresa americana tem US\$200 bilhões de **turn over**, muito mais que o Presidente Lula nos mandou como orçamento para o próximo ano. É apenas uma empresa, a terceira do país deles. Ficaram de investir US\$1 bilhão e puseram US\$500 milhões. E nós, que tínhamos que colocar US\$1 bilhão, colocamos US\$2 bilhões.

Srª Ministra, que Deus a ilumine! Estamos todos torcendo por V. Exª. Não quero mais me delongar, mas devo dizer: cuidado com as nossas parcerias para a construção das nossas duas refinarias, que espero seja a sua decisão!

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra a Srª Ministra, não apenas para responder ao Senador Marcelo Crivella, mas também para fazer suas considerações finais.

A SRA. DILMA ROUSSEFF – Obrigada, Sr. Presidente.

Espero que sejam duas refinarias. Essa é uma questão que também ainda não está decidida. Não posso negar e nem aceitar nada, Senador. V. Exª tem

todo o direito de supor o que achar mais adequado. Entendo que, nesse processo, não posso considerar o custo evitado. Ou seja, se o projeto for destinado para o Espírito Santo, não pode ser agregado a ele o custo evitado de não ter ido para o norte Fluminense; se for destinado para o norte Fluminense, não posso considerar o custo evitado de ele não ter ido para o Espírito Santo. E é a mesma coisa para o Nordeste. Esse é um projeto que deve ser afirmativo, ou, então, ele não será efetivado.

Aprendi muito na reunião com a Bancada do Nordeste. Na primeira parte da reunião, o pessoal do Nordeste afirmava que, no passado, tinha havido disputa entre os Estados e que essa disputa havia conduzido a essa questão de olhar a refinaria com o custo evitado de ir para um outro Estado que não era o seu. Qualquer decisão será ruim para os demais Estados. Penso que deve ser tomada uma decisão boa para o conjunto do País. Espero que a questão seja analisada nesta ótica: a decisão deve contribuir para o desenvolvimento do País.

Sem dúvida, é melhor fazermos duas refinarias, pois, com duas refinarias, teríamos muito mais poder de fogo em termos de desenvolvimento regional. Poderíamos, assim, alavancar o desenvolvimento. Mas nem sempre isso será feito, porque, de fato, quando se decide, temos que saber que trabalhamos com recursos escassos. E o fato intransponível é o de que a refinaria custa US\$2,8 bilhões, recurso que deverá ser providenciado.

Faz sentido também, como V. Exª bem disse, adaptar as refinarias brasileiras para o petróleo que o Brasil produz. A partir do momento em que houve essa transformação na produção, estamos cogitando fazer isso em todas as refinarias ou em parte delas.

A Petrobras considera, primeiro, a ampliação. Já o Governo considera a hipótese de duas refinarias ou de uma refinaria ou de uma refinaria e ampliação de outra. Isso dependerá, necessariamente, da nossa capacidade de investimento e do crescimento da demanda do País, porque sempre haverá um fator de ajuste.

Finalmente, quero dizer que esse é um projeto com características estruturantes, que quer levar em conta o desenvolvimento das regiões do País. Com ele, e não só nele, queremos gerar emprego e renda nessa região. É um projeto de desenvolvimento no sentido clássico da palavra. É um projeto caro e muito importante para o Governo Lula e será tratado com a prioridade que ele tem. Por isso mesmo, vai ser cuidado de todo cuidado, para dar certo, para não começar de um jeito e ser interrompido ou não ser viável.

Acreditamos que é importante para o País, hoje, buscar uma participação grande na área de refino. Ainda dependemos de importação do **diesel** e produzimos muito óleo combustível, o que é uma questão estratégica para o País resolver. Não há sentido em continuarmos produzindo essa quantidade de óleo combustível para tão pouca combinação de **diesel**, GLP, QAV, nafta e o próprio gás natural. Mas isso é algo estratégico do ponto de vista do desenvolvimento, porque é como se estivéssemos usando de forma indevida uma parte do nosso próprio petróleo, dada a composição da nossa matriz.

Assim, tanto fazer **upgrade** das refinarias que existem como construir uma nova refinaria ou duas refinarias são ações estratégicas para o País. Melhorar as nossas refinarias é uma questão de compromisso com o que existe, ou seja, de maximizar o dinheiro que o conjunto do País já colocou nas refinarias existentes. Construir uma nova refinaria é fundamental, porque mudar essa matriz é estruturante. E, se forem construídas duas refinarias, Senador, será porque esse País terá se desenvolvido a ponto de ser possível fazê-lo.

Agradeço a atenção de todos e espero ter respondido a contento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

– Quero apenas fazer uma rápida observação. Eu gostaria de agradecer à Srª Ministra pela disposição de ficar aqui até às 14 horas e 20 minutos – creio que bateu todos os recordes. Agradeço, particularmente, a S. Exª por ter manifestado o interesse de conhecer o Pólo de Guamaré, no Rio Grande do Norte. Depois, S. Exª também conhecerá esse enorme poço de petróleo em Sergipe. E por aí vai: a bacia de Campos...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Amanhã, S. Exª estará em Campos.

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima) – Eu não esperava, como autor do requerimento, ter a oportunidade de presidir parte desta reunião, ouvindo a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Como ator do requerimento, quero dizer da minha satisfação, sobretudo pela afirmativa de que a refinaria no Nordeste não será um favor e, sim, um direito. O Nordeste tem vantagens expressivas para receber esse investimento.

Em segundo lugar, evidentemente, como representante do Estado de Sergipe, vejo que o nosso Estado encontra-se com essas qualificações.

Como Presidente, quero, ao encerrar esta reunião, agradecer a presença da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, pelo seu comparecimento, atendendo ao convite de minha autoria, deliberado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço também à sua Assessora, Secretária de Petróleo e Gás, Dr^a Maria das Graças Foster, e aos demais assessores aqui presentes.

Agradeço a presença de todos e lembro às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores a realização da reunião extraordinária de hoje, logo após o encerramento da Ordem do Dia, no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h23min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em três de junho de 2003, após a ordem do dia.

Após a ordem do dia em três de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, Presidente em exercício, e com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Íris de Araújo, César Borges, Efraim Moraes, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Ramez Tebet, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Tasso Jereissati. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se à apreciação das seguintes matérias: MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 112, DE 2003, NÃO TERMINATIVA, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor AFONSO SANT’ANNA BEVILACQUA, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”. Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador VALDIR RAUPP. Parecer: A ser apreciado

em votação secreta. Resultado: A Comissão aprova a indicação por 20 votos favoráveis, 04 contrários e uma abstenção. Usaram da palavra os Senadores: Valdir Raupp, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, César Borges, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, Roberto Saturnino e Arthur Virgílio. MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 116, DE 2003, NÃO TERMINATIVA, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor EDUARDO HENRIQUE DE MELLO MOTTA LOYO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil”. Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador FERNANDO BEZERRA. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: A Comissão aprova a indicação por 20 votos favoráveis, 04 contrários e uma abstenção. Usaram da palavra os Senadores: Fernando Bezerra, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, César Borges, Rodolpho Tourinho, Mão Santa, Roberto Saturnino e Arthur Virgílio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente, em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Havendo número legal, declaro aberta a sessão extraordinária da 23ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura a realizar-se no dia 03 de junho de 2003, após a Ordem do Dia no Plenário nº 19 da ala Senador Alexandre Costa.

Pauta:

Item 1: Sabatina.

Mensagem do Senado Federal nº 112, de 2003 não-terminativa, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Afonso Santana Bevilacqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Autoria: Executivo. Relator: Senador Valdir Raupp. Parecer a ser apreciado em votação secreta.

Informo que está conosco também compondo a Mesa o Sr. Eduardo Henrique de Melo Mota, indicado para Diretor do Banco Central do Brasil.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para que proceda à leitura do seu parecer sobre o indicado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “d” da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Senado

Federal o nome do Sr. Afonso Santana Bevilacqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O referido dispositivo confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e os demais Diretores do Banco Central do Brasil.

O **curriculum vitae** anexo à Mensagem presidencial evidencia que o Sr. Afonso Santana Bevilacqua possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1983, o Sr. Afonso Santana Bevilacqua é também mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987 e PhD também em economia pela Universidade da Califórnia – Berkley, 1993.

Exerce no Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro as funções de professor desde 1995 e de Coordenador de Graduação desde maio de 2002, tendo ainda sido Coordenador de Pós-Graduação de fevereiro a maio de 2002.

Relativamente a sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar as relevantes funções que exerceu: consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desde outubro de 1987; realização de trabalho de consultoria para diversos órgãos e entidades internacionais, entre eles o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina com destaque para a elaboração de estudos na área de macroeconomia e de finanças públicas. Desempenhou ainda atividades em diversos projetos relacionados à integração regional, à previsão da balança comercial brasileira, à Previdência Social e à aplicação de um modelo de simulação de produção e emprego.

As funções e os cargos exercidos bem como a expressiva série de artigos, capítulos de livros, relatórios técnicos e monografias publicadas selecionados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desse colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Afonso Santana Bevilacqua para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, autor do relatório da Mensagem nº 2, do Senado Federal (nº 116, de 2003), não-terminativa, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea **d**, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para exercer o cargo de Diretor de Estudos Especiais do Banco Central do Brasil.

Acompanha a mensagem o **curriculum vitae** do Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo e o Aviso nº 526 – Supar/Casa Civil, de 30 de maio de 2003, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo bacharelou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, em 1987. Obteve os títulos de Mestre em Economia na PUC, em 1994; o de MBA e PhD em Economia na Universidade de Princeton*, em 1996 e 1999, respectivamente. Estagiou no Banco Bozano Simonsen Investimento S.A., em 1985, e na Agência Marítima e de Corretores de Navio de Fürmann Müsli und Gunter, de Hamburgo, Alemanha, em 1989. Posteriormente, trabalhou como Diretor-Geral da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado de Pernambuco, em 1990 e 1991; Assessor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em 1993; Pesquisador Associado do Center for International Development, da Universidade de Harvard, de julho de 1998 a junho de 2001; Professor Assistente de Políticas Públicas da John Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard, desde julho de 1998, estando licenciado desde julho de 2001; Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq*, desde agosto de 2001; Consultor do Banco do Brasil no Desenvolvimento e Manutenção de um Modelo de Consistência Macroeconômica para Acompanhamento da Política Monetária, em 2002; Professor Adjunto de Ciências Políticas e Econômicas da Insead, em Fontainebleu, França, de janeiro a fevereiro de 2002; Professor Visitante de Finanças e Economia da Columbia Business School da Universidade de Columbia, desde maio de 2003.

Destaque-se que o Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo é, desde julho de 2001, Professor e Coordenador de Recrutamento do Departamento de

Economia da PUC, ocupando, ademais, a Coordenação de Pós-Graduação, desde julho de 2002.

Em decorrência de suas atividades acadêmicas, o Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo realiza pesquisas científicas regularmente e redige artigos para a imprensa. Seu currículo relaciona 13 publicações técnicas, bem como 32 artigos para o diário **Valor Econômico** e o semanário **BBM Weekly Report**.

Em relação às publicações técnicas, sobressaem-se as seguintes: Compras Governamentais na Alca, Relatório de Pesquisa do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, elaborado em 2003; Imaginary Money Against Strict Relative Prices, publicado na **European Economic Review**, nº 46, de 2002; Openness and Efficiency in Brazilian Banking, publicado em **Mercosul and the Free Trade Area for the Americas**, em 2000; Estrutura do Comércio Agrícola Mundial, Fundamento dos Interesses Liberais e Protecionistas, publicado em **Estudo de Política Agrícola**, em 1994; Globalização e Regionalização – Tendência da Agricultura Mundial e seu Impacto sobre os Interesses Agrícolas Brasileiros, publicado em **Estudo de Política Agrícola V**, em 1994.

O currículo do Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo também contém o rol das disciplinas que ministrou, no total de dez; das principais palestras e seminários que contaram com a sua participação, no total de oito; e das dissertações de mestrado que orientou ou avaliou, no total de sete. O currículo detalha, por fim, as dez publicações nacionais e internacionais que têm o Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo como parecerista e os oito eventos da área de Economia que contaram com a sua participação, na condição de membro da comissão do programa, da comissão organizadora e da comissão científica, ou como co-presidente.

As informações sobre formação acadêmica, experiência profissional e atuação docente que ora relatamos aos membros desta Comissão revelam o nível de qualificação do Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo. Diante do exposto, parece-nos que esta Comissão de Assuntos Econômicos dispõe das informações necessárias à arguição pública e a sua competente deliberação, cabendo lembrar que a Constituição Federal determina a deliberação desta Casa, mediante o voto secreto, por arguição pública.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Após a leitura do relatório do Senador Valdir Raupp e do Senador Fernando Bezerra, passo a palavra ao Sr. Afonso Sant'anna Bevilacqua, para que faça uma breve exposição.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Muito obrigado.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Paulo Octávio, excelentíssimo Sr. Relator, Senador Valdir Raupp, excelentíssimo Sr. Senador Fernando Bezerra, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, é para mim uma honra estar diante desta digníssima Comissão na condição de indicado para compor a diretoria do Banco Central do Brasil.

A economia brasileira sofreu, ao longo de 2002, um choque de proporções extremamente significativas. Tal choque, que provocou até mesmo a redução abrupta de linhas de crédito de comércio exterior, ocorreu em função da retração de financiamento interno e externo por dúvidas, que provaram ser infundadas, sobre a possibilidade de o País realizar uma transição política normal em regimes democráticos como o nosso, com a manutenção da estabilidade macroeconômica.

Desde janeiro de 2003, a política macroeconômica do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, implementada pela equipe liderada pelo Ministro Antônio Palocci Filho, tem conseguido dissipar com sucesso os temores, que existiram durante o ano passado, de que a economia brasileira estaria fadada a ter as dificuldades incontornáveis com o pagamento da dívida pública e a embarcar em um novo ciclo de aceleração inflacionária.

De fato, nos últimos meses, grande parte dos indicadores macroeconômicos têm exibido uma reversão surpreendente em relação aos níveis que se verificaram entre setembro e outubro de 2002, quando a desconfiança em relação às perspectivas para a economia brasileira atingiu o seu auge. Tal reversão deve-se, fundamentalmente, à austeridade das políticas monetária e fiscal e ao rápido encaminhamento das reformas previdenciária e tributária por parte do Governo de Lula.

Um êxito importante da política macroeconômica implementada nos últimos meses foi a reversão da aceleração inflacionária que se verificou no fim de 2002. A elevação da taxa Selic, bem como o aumento da alíquota de recolhimento compulsório e a retomada da confiança foram fatores fundamentais para evitar um descontrole inflacionário.

Há, hoje, por parte dos agentes econômicos, a clara percepção de que a trajetória da inflação para os próximos meses é, inequivocamente, de queda. Apesar disso, a convergência da inflação para as metas estabelecidas pelo Governo para a atuação da autoridade monetária ocorreu em uma velocidade mais lenta que a inicialmente esperada. Caso a inflação permaneça em níveis maiores do que os desejados, há riscos de que os agentes atribuam na formação de suas expectativas de preços um peso maior para a inflação passada que para as perspectivas de inflação no futuro. A redução da inflação é um fator essencial para a retomada do crescimento com distribuição de renda e justiça social, e por isso é importante que essa tarefa seja tratada de forma prioritária, como tem sido feito pelo Governo do Presidente Lula.

A sociedade brasileira incorporou, nos últimos anos, a estabilidade da moeda como um dos seus valores mais caros. Cabe ao Banco Central utilizar, da melhor forma, o instrumental técnico a seu dispor, para garantir que os anseios da sociedade sejam atendidos.

A escolha do regime mais apropriado para a condução da política monetária é um tema que tem sido debatido de forma recorrente na literatura macroeconômica. Nos últimos anos, um crescente número de bancos centrais têm adotado regimes intermediários entre a fixação de regras rígidas e a discricionariedade. Em regimes desse tipo, batizados de regimes de discricionariedade restrita, os gestores da política monetária têm margem de manobra para responderem a choques não antecipados que afetem a economia, mas têm sua atuação limitada por um compromisso inequívoco de manter a taxa de inflação em níveis baixos estáveis ao longo do tempo.

O regime de metas de inflação combina a discricionariedade restrita dos regimes intermediários com mecanismo transparente para a condução da política monetária, que envolve explicitação de uma meta para a inflação e a comunicação freqüente da autoridade monetária com o público por meio de atas e relatórios de inflação, como os produzidos pelo Banco Central do Brasil.

Como outros regimes intermediários, o arcabouço de metas de inflação tem permitido que bancos centrais consigam resultados melhores, tanto em termos de inflação quanto em termos de crescimento.

Caso tenha honra de merecer a aprovação de minha indicação por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal, procurarei dar continuidade ao excelente trabalho que tem sido feito pelo Dr. Ilan Goldfajn e pelo quadro de profissionais

da Diretoria de Política Econômica. Pretendo aprimorar o modelo de meta de inflação e continuar aprofundando a capacidade analítica do Banco Central com a manutenção da excelência nas atividades de pesquisa e na produção em análise de estatísticas econômicas. Além disso, é minha intenção contribuir para incrementar a transparência das ações do Banco Central e fortalecer ainda mais o trabalho de comunicação da instituição com a sociedade brasileira.

Concluo minhas palavras, agradecendo ao Dr. Henrique Meirelles, ao Ministro Antônio Palocci Filho e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela honra de ter tido meu nome indicado para a Diretoria de Política Econômica do Banco Central.

Tenho orgulho de pertencer a uma família de servidores públicos com tradição estabelecida há várias gerações. Meu pai, Coronel José de Escobar Bevilacqua, está hoje na reserva após ter servido com dedicação ao Exército brasileiro por mais de três décadas. Meu avô, o General Peri Constant Bevilacqua, teve uma longa carreira de serviços ao País, interrompida apenas por sua cassação, em 1969, quando ocupava o cargo de Ministro do Tribunal Superior Militar. Meu bisavô, Marechal José Bevilacqua, chegou ao posto máximo da carreira militar. E, finalmente, meu tetravô, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, passou a história como fundador da República Brasileira.

Caso tenha o privilégio de ver minha indicação aprovada por esta Casa, honrarei a memória de meus antepassados e não pouparei esforços no exercício de minhas atividades para dar minha modesta contribuição ao objetivo maior de todos nós, que é a construção de uma sociedade mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Henrique Mello Motta Loyo, indicado para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. EDUARDO HENRIQUE MELLO MOTTA LOYO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Paulo Octavio; Exmº Sr. Relator, Senador Fernando Bezerra; Srªs e Srs. Senadores presentes.

Muito me honra comparecer diante dessa digníssima Comissão na condição de indicado para compor a Diretoria do Banco Central do Brasil.

Se há uma lição inequívoca que a história ensina aos banqueiros centrais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a da modéstia e da humildade. Política monetária de má qualidade que alimente inflação alta e incerta que dê margem a flutuações desnecessá-

as do produto e do emprego pode, certamente, causar sérios danos à economia e bloquear o seu desenvolvimento sustentado. A instabilidade do sistema financeiro traz consequências semelhantes.

A missão da autoridade monetária é remover do caminho esses obstáculos à prosperidade do nosso País. Removê-los, contudo, não basta para que a prosperidade se materialize. Eis aí porque banqueiros centrais devem ser modestos, eu diria mesmo humildes, em relação ao papel que desempenham.

Estabilidade macroeconômica por si só não garante desenvolvimento. Muitas outras ações de Governo que transcendem mandatos dos banqueiros centrais devem conspirar a favor do desenvolvimento. Todas elas são preocupações constantes desta augusta Casa, e cito apenas algumas: criar redes abrangentes e eficazes de proteção e inclusão social, assegurando o acesso de todos a uma renda digna e a serviços públicos de saúde e educação; estimular a difusão de novas tecnologias e o investimento produtivo; disponibilizar uma estrutura eficiente de transportes, telecomunicações e energia; desimpedir o acesso de nossas exportações a mercados no exterior; facilitar a entrada do jovem na força de trabalho; proporcionar às empresas mão-de-obra com a qualificação adequada e incentivar a formalização das relações de emprego; aperfeiçoar a estrutura tributária e inibir a sonegação e racionalizar o gasto público; combater a violência e reprimir a criminalidade. Em todos esses campos, engenho e criatividade do Legislativo e do Executivo serão fundamentais para potencializar as realizações que recursos sempre limitados permitirão.

Já na política monetária firma-se o consenso de que não há espaço para arroubos de originalidade, para o chamado pulo do gato. Como bem lembrou, recentemente, o Ministro Antônio Palocci, nessa área o experimentalismo está quase sempre fadado ao fracasso e, no mínimo, é sempre muito, muito arriscado. O melhor caminho é persistir serenamente na busca do objetivo maior do banqueiro central imbuído da devida humildade; remover, com instrumentos convencionais, o entrave ao desenvolvimento, que é a estabilidade macroeconômica e junto com esse entrave tratar de sair de cena o quanto antes.

Banqueiro central realizado é aquele cujo trabalho se torna corriqueiro e discreto numa vigilante e criteriosa reação aos choques que rotineiramente se abatem sobre qualquer economia. Deve ser sempre esse o objetivo da autoridade monetária.

Nos últimos anos no Brasil a atividade rotineira da implementação da política monetária ficou prejudi-

cada por choques muito maiores dos que os usuais. Estamos saindo de um período atípico de extrema volatilidade, choques gigantescos como os de 2001 e de 2002 não acontecem todo o dia. Nessa hora é fácil nos deixarmos abater por um enorme desânimo em relação às perspectivas para a estabilização duradoura da economia. Mas tenho convicção de que um desânimo tão profundo não se justifica. À medida que progredirmos na correção das nossas vulnerabilidades e dermos mostras críveis de que não há e nunca haverá tergiversação nesse esforço, haveremos de colher os frutos de uma estabilidade macroeconômica duradoura.

A construção paulatina da credibilidade fiscal e monetária nos imunizará contra ocorrência de choques oriundos de crises de confiança e reduzirá o sacrifício exigido para desfazer tanto o impacto imediato quanto o legado adverso de choques que não possamos evitar. Assim o fizeram vários países outrora acometidos das mesmas mazelas macroeconômicas que ora nos afligem. Não há motivo para que não possamos alcançar em breve o mesmo sucesso. Estaremos, enfim, consolidando a tranquilidade para direcionarmos todas as atenções, energias, talentos e recursos financeiros disponíveis no País para atender as enormes demandas de um projeto ambicioso e urgente de desenvolvimento econômico e justiça social.

Dizer que o trabalho do banqueiro central deve perseguir a monotonia inerente à estabilidade, contudo, não quer dizer que deva ser simplório, primitivo e destituído de sofisticação metodológica. Nas últimas décadas, e, sobretudo, nos últimos anos, a técnica da política monetária sofreu uma verdadeira revolução em escala mundial. A taxa de juros consolidou-se como instrumento de preferência em substituição aos agregados monetários e à fixação de taxas de câmbio. Os banqueiros centrais abandonaram o ar olímpico e enigmático que tanta antipatia lhes granjeava, para dar ênfase inédita à transparência e à comunicação com a sociedade. Em parte, essa revolução resultou de sinergias geradas pela oxigenação recíproca entre teoria e prática, graças a um contato cada vez mais estreito entre academia e bancos centrais.

Os melhores bancos centrais passaram a arregimentar para suas instâncias decisórias superiores especialistas de origem acadêmica, atribuindo-lhes, entre outras, a função de manter abertos os seus canais de comunicação com instituições de pesquisa e com seus pares em bancos centrais de outros países. Além disso, mecanismos de decisão colegiada sobre política monetária tornaram-se cada vez mais difundidos.

Na implementação da política monetária estão muitas vezes em jogo questões cuja solução exige acesso a dados reservados do Banco Central e as próprias decisões precisam ser cercadas de sigilo. Ao mesmo tempo, as deliberações remetem a um conjunto riquíssimo de indicadores, muitas vezes conflitantes e seus efeitos têm ramificações igualmente complexas. Em suma, é informação demais para indivíduos solitários processarem com segurança. Por isso é importante que o Banco Central procure contar, em sua instância decisória máxima, com um grupo próprio de profissionais prontos para sugerir, examinar, questionar, discutir, conforme o caso, reformular e, afinal, decidir que medida tomar em cada circunstância. É com este duplo espírito, adensar a capacidade analítica da diretoria colegiada e facilitar ainda mais o contato do Banco Central do Brasil com o estado da arte na formulação da política monetária, que se propõe agora a ativação permanente da Diretoria de Estudos Especiais. Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles, ao Ministro Antônio Palocci e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela honrosa indicação do meu nome para ocupá-la, caso seja do alvitre desta Casa aprovar a indicação.

Coloco-me ao inteiro dispor de V. Ex^{as} para responder às questões que julguem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Encerradas as exposições, passemos às arguições pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, que obedecerão à ordem de inscrição, dispondo cada um de três minutos para as perguntas.

Comunico também a V. Ex^{as} que se encontram sobre a mesa as cédulas de votação que poderão ser utilizadas pelos membros titulares da Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Cada diretor indicado disporá de três minutos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Não, três minutos para cada Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Três minutos para os dois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Três minutos para a arguição e três para a resposta, no máximo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É muito pouco tempo, Sr. Presidente. Para os dois três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Não, três minutos para o Senador e três minutos para o diretor.

O SR. (Não identificado) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem. Temos outras comissões. Já podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – V. Ex^{as} já podem votar. A votação está aberta.

Solicito que o Senador Eduardo Suplicy, primeiro inscrito, aguarde um momento, pois o Relator, Senador Fernando Bezerra, tem o direito de ser o primeiro a arguir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Consulto se o Senador Valdir Raupp tem alguma pergunta a fazer. (Pausa.)

S. Ex^a dispensa.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Dirijo-me ao Dr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo. Sei que é delicadíssimo falar de juros, sobretudo hoje, de modo muito especial.

V. S^a foi muito claro em colocar o termo “não há pulo de gato nessa história”. O Banco Central, segundo o conceito de V. S^a, precisa de homens discretos, que pratiquem regras corriqueiras, e todos nós almejamos que o País tenha uma estabilidade econômica duradoura. Não quero me referir à taxa básica de juros, mas falar da taxa de juros praticada pelos bancos. Minha opinião é a de que há um espaço, e o Governo tem declarado isso mais recentemente. O que V. S^a acredita que o Banco Central, pelo entendimento ou pelo exercício das atribuições que competem essencialmente ao Banco Central, pode fazer com esses **spreads**, que, do meu ponto de vista, são exagerados e têm levado o sistema bancário a lucros bastante consideráveis? Creio que todos fizeram essa pergunta. Talvez não tenhamos nenhuma novidade na resposta, mas isso nos incomoda muito. Fala-se em baixar a taxa de 26,5%, muito alta, mas muito mais alta é a taxa praticada pelo sistema bancário, que vai a 200%, 300%, algo inconcebível. Quem tem a infelicidade de entrar no cheque especial ou de utilizar seu cartão de crédito, é um homem fadado à falência, se já não for falido – um desastre completo.

Eu gostaria de saber sua opinião sobre como o Banco Central poderia interferir de forma clara, enfática, no sentido de que esse **spread** se reduza e essa taxa praticada pelo mercado, aproximando-se um pouco das taxas básicas que são hoje ditadas pelo Governo.

O SR. EDUARDO HENRIQUE DE MELLO MOTTA LOYO – Agradeço a V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, pela oportunidade de tratar desse assunto, que é uma preocupação de V. Ex^a e, tenha certeza, também do Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil tem tido uma atitude bastante pró-ativa ao tentar investigar as causas de o **spread** bancário ser elevado como é no Brasil. Existe um alentado projeto de pesquisa, realizado com bastante sucesso pelo Banco Central do Brasil, pelo seu corpo técnico, que identificou os componentes desse **spread** bancário não só no sentido de uma decomposição contábil, para onde vai essa diferença, mas também realizou uma investigação sobre fatores que determinam o tamanho de cada um desses componentes e que sugerem caminhos pelos quais esses componentes possam ser reduzidos com algum trabalho.

Na verdade, os componentes que foram identificados são conhecidos de todos. São basicamente três elementos diferentes os responsáveis pelo **spread** bancário. São coisas de responsabilidade do Governo e do Banco Central, como a cunha fiscal, que opera sobre as operações de crédito e os níveis do compulsório bancário. Seria desejável que o Governo e o Banco Central pudessem progredir no sentido de eliminar ou pelo menos reduzir consideravelmente essas fontes de diferencial de taxa de juros, embora, em alguma medida, isso seja dificultado pelas circunstâncias macroeconômicas correntes.

O Banco Central foi obrigado, recentemente, a fazer uma elevação do compulsório bancário. Com o progresso do combate à inflação, certamente será possível reverter, em algum momento, esse tipo de medida e, com isso, os **spreads** bancários tenderão a cair.

Outro fator importante é a inadimplência ou a história de que os que pagam o fazem pelos que não pagam. A inadimplência é um problema que também eleva o **spread** bancário. Uma solução possível para isso é lutar, tentar fazer progresso no sentido de permitir que os tomadores possam oferecer garantias que os emprestadores considerem facilmente recuperáveis, e que, com isso, os bons pagadores não tenham que ser punidos pelas falhas dos maus pagadores.

O terceiro componente são os lucros dos bancos. Nesse sentido, há uma série de projetos em estudo que podem contribuir para aumentar a capilaridade do crédito e dar um incentivo adicional à competição no mercado de crédito, como iniciativas de micro-

crédito, crédito cooperativo, que estão atualmente em discussão e que podem ser anunciadas brevemente.

Eu diria, além disso, Senador, que o **spread** não é um adicional fixo à taxa básica de juros. À medida que a taxa básica de juros aumenta, não só aumenta a taxa de juros que os tomadores pagam, mas também o **spread** que eles pagam, aumenta a diferença entre a taxa do tomador e a taxa básica. Isso é algo muito natural. Na verdade, é exatamente porque aumenta ou piora a saúde financeira do tomador, sujeito a taxas de juros mais altas, que acaba aumentando o risco desse tomador e o **spread** bancário também.

Na medida em que, mais uma vez, o combate à inflação faça progresso e permita a gradativa redução da taxa básica, isso também deve contribuir para que os **spreads** se reduzam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para a réplica.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB–RN) – Quero dizer que o senhor tem todas as condições técnicas, é portador de um currículo invejável, mas, com relação a **spread** fez muito mais uma descrição do que influi do que como o Banco Central pode contribuir para isso. Sei também que está vinculada à taxa básica. Mesmo assim, a diferença é brutal. Não há uma só pessoa neste País que não pense ser essa diferença muito grande. Todos vamos repetindo essa história ao longo do tempo, mas ela continua do mesmo jeito.

Desculpe-me pela insistência, mas eu gostaria de saber se há algum mecanismo que possa ser utilizado de imediato, uma vez que há esse reconhecimento por parte de todos. Recentemente, começa a se falar publicamente da questão do crédito mais abundante. Hoje, não há nenhum. Com a desculpa de que o risco é alto e, por isso, a taxa de juros tem de ser alta, é melhor não emprestar, porque um grande mercado tomador de dinheiro, hoje, que é o próprio Governo. E a nossa dívida cresce de uma maneira impressionante em decorrência da taxa de juros.

Há algum tempo, venho acompanhando isso. Fui Presidente da Confederação Nacional da Indústria. A esperança de todos nós é atingirmos uma estabilidade e, aí, sim, o País voltar a crescer e as taxas de juros cair. Espero ainda ver isso, não no final da minha vida, mas ainda como Senador, nos próximos quatro anos.

Portanto, eu gostaria muito de saber se existe tal mecanismo, porque penso que é possível. Ou, então, eu gostaria de saber qual a contribuição que o Con-

gresso Nacional pode dar a essa questão. A ela, é muito vinculada a lei de falência. Então, vamos apresentá-la, mas não penso que somente a lei de falência resolva.

Agradeço, pois, se V. Sª tiver alguma coisa a acrescentar. Continuo na dúvida, porque penso que o **spread** é ainda muito elevado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pergunto se posso fazer, primeiramente, uma breve indagação inicial para depois fazer as demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tendo em vista que temos vários inscritos, peço apenas que a faça dentro do prazo de três minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Professor Afonso Sant' Anna Bevilacqua, V. Sª talvez reconheça a minha pergunta, porque ela não é original. O que vale mais: o amor ou a prostituição? Peço que responda. Pergunto também ao Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo se pode responder a essa indagação. A partir da resposta, farei o restante das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Sr. Afonso, para que responda primeiro.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Senador Eduardo Suplicy, o amor vale mais.

O SR. EDUARDO HENRIQUE DE MELLO MOTTA LOYO – Sem dúvida, Senador, a resposta não pode deixar de ser a mesma: o amor vale mais que a prostituição.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Talvez, por terem uma formação tão avançada, inclusive em institutos internacionais, ambos hão de reconhecer que essa é a frase com que os Professores Paul e Greg Davidson, pai e filho, começam seu livro "A economia para uma sociedade civilizada". Ambos alertam que aquelas pessoas que avaliam que, para se combater a inflação, faz-se necessário negar a oportunidade de emprego àquelas pessoas que queiram dar de si para melhor sustentar as suas famílias são justamente aquelas que avaliam que a prostituição, por alcançar um valor no mercado, valeria mais que o amor.

Em verdade, conforme até consta da sua última frase, Professor Afonso Sant'Anna Bevilacqua, em relação ao seu objetivo de construir uma sociedade justa, se quisermos construir uma sociedade civilizada e justa, precisamos, na hora de elaborar os instrumen-

tos de política econômica, estar levando em conta objetivos que não são simplesmente a busca de interesses próprios, mas também, e sobretudo, aqueles outros objetivos da busca da ética, da verdade, da justiça, da solidariedade e da fraternidade.

Aqui está a ata da última reunião do Copom. Observo que dela constam 11 páginas, com 447 linhas. E delas, há 14 dedicadas ao tema do desemprego.

Gostaria de lhes perguntar, já que ambos farão parte do Copom, se avaliam adequado que as reuniões do Copom passem a ser transmitidas na sua íntegra, e não apenas por esta ata, em que simplesmente se sintetiza o pensamento de todos, como se fosse algo comum. Que se possa transmitir, com muito maior transparência, a reflexão feita no Copom pelos diversos diretores do Banco Central.

Inclusive, um dos senhores é co-autor de publicação de Paul Krugman, que, certa vez, recomendou que as reuniões do órgão correspondente ao Copom no **Federal Reserve** fossem transmitidas ao vivo, para que a opinião pública soubesse todo o raciocínio das pessoas.

Esse assunto será tratado aqui, porque é nossa intenção apresentá-lo na forma de projeto de lei, com duas possibilidades: se o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central avaliarem que será melhor transmitir posteriormente, que seja feito; se avaliarem que pode ser transmitida ao vivo, que assim seja. Uma alternativa é que a **TV Senado** ou a própria **Radiobrás** e a **NBR** venham a transmitir a reunião posteriormente, para que todos saibam o conteúdo, as reflexões e os raciocínios para que conheçamos que razões levaram a manter, elevar ou baixar as taxas de juros.

Como o Sr. Afonso Sant'Anna Bevilacqua fez estudos, por exemplo, sobre o Mercosul, gostaria de perguntar a sua opinião relativamente às diretrizes emanadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro Celso Amorim, no sentido de dar ênfase ao fortalecimento do Mercosul, antes de se pensar em termos a Área de Livre Comércio das Américas. Indago se V. Exª está plenamente de acordo com esse ponto de vista.

Essa pergunta é tão mais relevante porque é inevitável que eu possa perguntar a respeito da sua crítica, formulada em 18 de outubro passado, no jornal **Valor Econômico**, quando fez uma observação de que a contribuição de Lula seria uma contribuição aos disparates econômicos, quando então criticou a elevada taxa de juros, seguida pelo governo do Presi-

dente Fernando Henrique Cardoso. Que opinião faz agora a respeito, na medida em que, naquela época, V. S^a mencionou que só restaria aguardar a volta de elevadas taxas de inflação, se o Presidente Lula fosse eleito.

Finalmente, ao Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, indicado para o Banco Central, como menciona V. Ex^a, dentre as preocupações desta Casa está a criação de redes abrangentes e eficazes de proteção e inclusão social, assegurando o acesso de todos a uma renda digna e a serviços públicos de saúde e educação. Pergunto-lhe que recomendação faz diante de número tão significativo de programas de transferência de renda, são mais ou menos 15, à medida que estão sendo cogitados, inclusive, nas reuniões da Câmara de Política Social pelo Governo do Presidente Lula?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Sr. Afonso Bevilacqua.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade que V. Ex^a me dá de discorrer sobre esses temas, todos de fundamental importância.

Começarei pelo combate à inflação. A referência é negar empregos para o combate à inflação. Na verdade, a contribuição do Banco Central para a geração de empregos se dá por meio da preservação da estabilidade monetária. O objetivo final da política econômica deve ser sempre a geração de emprego, a geração de renda, a redução das desigualdades sociais, um crescimento estável e sustentado para a economia a uma taxa que seja capaz de remunerar adequadamente os trabalhadores, de aumentar de produtividade, de fazer com que o crescimento seja auto-sustentável ao longo do tempo. A contribuição que pode ser dada pelo Banco Central para esse objetivo final é a manutenção da estabilidade monetária, que é fundamental para que os objetivos possam ser alcançados. Não é suficiente, de forma alguma, mas é uma condição necessária para que, por meio das outras políticas do Governo, possamos obter uma taxa sustentada de crescimento ao longo do tempo que atenda os interesses da sociedade.

A segunda pergunta diz respeito às reuniões do Copom poderem ser transmitidas ao vivo. Nos últimos anos, o Banco Central do Brasil tem aumentado muito a transparência do processo decisório em relação à política monetária, com as atas do Copom, aperfeiçoando os relatórios de inflação. Recentemente, o **Center for Economic and Policy Research** da Inglaterra

fez um **ranking** de 20 bancos centrais do mundo, analisando a qualidade da divulgação do processo decisório de política monetária. Colocou o Banco Central do Brasil em terceiro lugar em uma lista de 20 países que incluem economias desenvolvidas. Acredito que os avanços em termos de transparência, de comunicação do processo decisório nos últimos anos, tenham sido muito significativos. A transmissão de reuniões de Copom ao vivo, pela televisão, é uma idéia que deve ser pensada com muito cuidado. Como parte do processo decisório existe uma reflexão, um livre pensar dos componentes do Copom. Se a reunião for transmitida ao vivo creio que haverá duas consequências. Poderia ser utilizado para aumentar a volatilidade dos mercados financeiros, tendo em vista que não se conhece, ainda, a decisão final do Copom. As etapas intermediárias poderiam ser julgadas constantemente como indicativos de uma decisão que poderia ser diferente. De alguma forma, a transmissão ao vivo poderia acabar inibindo o posicionamento de determinados diretores. Creio que poderíamos, de certa forma, acabar incentivando um comportamento mais benevolente em relação à trajetória de juros, o que nem sempre é adequado em função da trajetória da inflação. A minha primeira reação à proposta é a cautela.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E se fosse para transmitir, digamos, no dia seguinte ou 48 horas depois, em um prazo que o Ministro considerasse adequado?

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Creio que haveria a segunda das limitações que mencionei. Ainda assim, faria com que o comportamento dos diretores no processo decisório pudesse ser alterado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. S^a sentir-se-ia inibido de falar o que pensa se todos viessem a conhecer?

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Não, não me sentiria inibido, mas, possivelmente, isso afetaria a qualidade do debate. O debate é feito com uma troca de idéias que pode acabar evoluindo para uma determinada posição que a diretoria colegiada tome por unanimidade. Isso inibiria essa troca de idéias.

Quanto à posição do Governo de fortalecer o Mercosul para a negociação da Alca, creio que seja uma posição adequada. Penso que o Mercosul serve, entre outras coisas, ao interesse da política externa brasileira em relação às negociações comerciais. Para a negociação da Alca, uma negociação feita em bloco pelo Mercosul, certamente, terá maior possibili-

dade de atingir objetivos que sejam do interesse do País do que uma negociação feita de forma isolada por cada membro do Mercosul.

Finalmente, a crítica feita no **Valor Econômico**, em outubro. Aquele artigo que tinha na minha coluna mensal do jornal **Valor Econômico** foi uma manifestação de caráter técnico a uma declaração feita pelo então candidato a uma decisão do Copom, com a qual não concordei. Naquele momento, havia uma aceleração das expectativas de inflação, a taxa de câmbio estava depreciada, e, no meu entender, era importante que a taxa de juros básica fosse elevada.

Por meio das medidas que foram feitas pelo Governo, na área de política macroeconômica, desde janeiro, não tenho, hoje, dúvida alguma de que o Governo do Presidente Lula compreende com perfeição o valor das decisões do Copom e a atuação do Banco Central.

Tenho profundo respeito pela pessoa do Presidente da República e concordo perfeitamente com a política macroeconômica que tem sido implementada, que, na minha avaliação, é uma política adequada para os desafios que a economia brasileira tem no momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Consultado o Senador Eduardo Suplicy se a mesma questão é para o Dr. Eduardo Henrique também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, formulei diversas questões comuns a ambos e algumas específicas para ele, que acredito que tenha anotado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dr. Eduardo Henrique, o senhor dispõe de três minutos.

O SR. EDUARDO HENRIQUE DE MELLO MOTTA LOYO – Pois não, tentarei fazer em três minutos.

Em primeiro lugar, Senador, sem dúvida, a política monetária, mesmo quando é austera e impõe o efeito doloroso de desaceleração do nível de atividade no curto prazo, continua sendo movida pelo amor e pelo objetivo, como disse o Dr. Afonso Bevilacqua, de alcançar benefícios a longo prazo, benefícios sustentáveis para a sociedade como um todo.

A inflação, como V. Exª reconhece, é um imposto especialmente perverso e que tende a desfazer grande parte dos progressos que se possam fazer com programas sociais que tentem melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades no País.

Quanto à transmissão das reuniões do Copom, tenho a mesma opinião do Dr. Afonso Bevilacqua. Penso que, de fato, a discussão técnica se beneficia

de um determinado grau de informalidade e de livre pensar que não seria compatível com a transmissão ao vivo ou mesmo numa data posterior a essa discussão.

Agora, só me resta dizer que, se a lei assim estabelecer, assim será, e o Banco Central se adaptará às regras que a lei determinar.

Quanto aos programas sociais, prefiro ser breve. Não sou um especialista nessa questão. Não sou, nem de longe, o especialista que V. Exª é. Entendo que seja preciso ter uma posição ativa e ambiciosa ao fazer algo que retire o Brasil da posição vergonhosa que ocupa no **ranking** mundial de desigualdade. Reconheço apenas superficialmente as propostas de V. Exª nesta área, que são muito interessantes. Há o programa da rede cidadania. Já tive o prazer de ler a respeito disso. Penso que é uma das possibilidades que se podem aventar nesse caminho. Evidentemente, os programas sociais são importantes, mas precisam ser entendidos como programas de redistribuição. Na verdade, é preciso saber, primeiro, de onde saem os recursos, já se conhecendo as necessidades de estimação deles. Mas apóio integralmente as iniciativas que contribuam para reduzir a desigualdade de renda neste País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve observação.

Eu queria relatar aos dois indicados para a direção do Banco Central a preocupação que transmi ao Ministro Jacques Wagner, na última semana, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Diferentemente do que pude observar na Ata da última reunião do Copom, talvez, na véspera da próxima, haja uma reunião do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda e dos Diretores do Banco Central com o Ministro do Trabalho, para que seja feita uma análise, a mais completa possível, da situação de desemprego e das suas conseqüências. Na minha avaliação, conforme consta na referida Ata, a situação de desemprego foi muito pouco considerada; sugiro que o seja com maior atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Saúdo o Sr. Presidente e os demais Senadores e Senadoras. Penso que V. Sªs, Afonso e Eduardo, estão tendo oportunidade de participar de uma equipe da maior competência, não só no Banco Central como no Governo. São pessoas marcadas por um grande espírito público.

Vejo na figura de Henrique Meirelles um dos profissionais mais competentes na trajetória do sistema financeiro nacional e internacional. É um homem que abriu mão de um mandato, tendo sido o Deputado mais votado em Goiás, para servir ao País, ao Banco Central, sendo que praticamente já encerrou sua carreira no sistema financeiro. Nessa decisão, mostra espírito público, e terá todo o meu apoio na opção que fez.

Da mesma forma, Antonio Palocci, um amigo de mais de 30 anos, é a expressão da competência política, da serenidade, da firmeza, da habilidade e vem conduzindo adequadamente a política econômica.

V. S^{as} têm um currículo excepcional para as funções a que estão sendo indicados. Tenho certeza de que vão incorporar-se com plenitude e trazer uma grande contribuição ao trabalho do Banco Central.

Quero registrar também – tenho insistido nisso em todos os meus pronunciamentos, mas é difícil, porque, em geral, a imprensa não tem dado espaço para esse tipo de reflexão – que todos os indicadores macroeconômicos relevantes deste País melhoraram durante esses cinco meses. O saldo comercial deste mês é recorde histórico; são mais de US\$8 bilhões nos últimos cinco meses. As exportações cresceram 30% nesse período. A safra agrícola de 116 milhões de toneladas é recorde histórico; o crescimento na produção é de 19,5%. Esse desempenho no saldo comercial permitiu que o déficit de transações correntes, que é o indicador que expressa a nossa vulnerabilidade externa, caísse de um patamar de US\$23 bilhões para menos de US\$4 bilhões, estabilizando-se, portanto, em um nível que expõe o Brasil, cada vez menos, à volatilidade e à instabilidade financeira internacional. Isso permitiu que a taxa de câmbio saísse de um patamar de quase R\$4,00 e se estabilizasse nesse padrão de R\$3,00, melhorando substancialmente a dívida pública, porque uma parte significativa dela está indexada com a taxa de câmbio. A melhora na relação dívida pública e PIB junto com o esforço fiscal tremendo que o Governo está fazendo – e o resultado disso também é muito significativo – permitiram que o **spread** do País desabasse nesses cinco meses. Hoje mesmo, uma agência de classificação de risco melhorou a posição do Brasil, e todas o vêm fazendo ao longo desse período. A melhora na relação dívida e PIB veio acompanhada também de uma mudança muito importante nas taxas de inflação. Assumimos o Governo com uma inflação alta e em aceleração. Hoje, a inflação está em queda, em todos os indicadores. Portanto, tenho muita segurança de que estamos promovendo uma transição e superando

a essência da vulnerabilidade do modelo anterior, que era o déficit de transações correntes, que era a exposição à instabilidade financeira internacional, num cenário extremamente adverso da economia mundial, tanto do ponto de vista financeiro quanto no nível de comércio e da produção. Tivemos uma evolução muito promissora. No entanto, tenho feito comentários sempre na perspectiva de construir e ajudar a fortalecer e acelerar essa trajetória.

A primeira discussão que fiz – e sinto-me muito gratificado pela decisão do Banco Central – foi quando a taxa de câmbio começou a bater em 2,8 por 1, portanto, estimulando uma entrada de capital volátil e gerando a valorização da taxa de câmbio do real, o que poderia prejudicar a competitividade das exportações. A minha sugestão era que o Banco Central utilizasse os instrumentos disponíveis para permitir ao mercado encontrar uma taxa de equilíbrio que combinasse o esforço de combate à inflação e a melhora nas finanças públicas com o crescimento das exportações. À medida que o Banco Central decide, de forma correta, reduzir a sua exposição em títulos indexados ao dólar – em vez de rolar 95% dos títulos, reduz para 77,5% na última rolagem –, ele está contribuindo para o mercado encontrar o seu ponto de equilíbrio, está exercendo o seu papel de autoridade monetária.

Portanto, no debate que fiz há um mês e meio, em que a discussão era se o Banco Central devia intervir ou não, eu dizia que não era uma questão de intervenção, mas de utilizar os instrumentos que ele tem para ajudar o mercado encontrar o ponto de equilíbrio. E essa é a função da autoridade. Assim como o Banco Central vendeu dólares quando o dólar subia, ele pode, sim, oferecer o **hedge** ao mercado e reduzir a sua dívida em dólares, o seu passivo em dólares, e ajudar o mercado a encontrar o ponto de equilíbrio. Foi correta a medida, houve pequena turbulência num primeiro momento, e agora o câmbio está se estabilizando, o que ajuda o exportador a formar seu preço futuro, a fechar contratos. Enfim, essa providência ajuda no combate à inflação, e o episódio está bem equacionado.

Em relação ao nosso debate de hoje sobre a taxa de juros, primeiro, não posso aceitar que, quando fazemos sugestões ou comentários sobre a taxa de juros, seja desprezado tudo o que eu disse até agora e que tenho reafirmado em todas as minhas intervenções. Ou seja, à medida que todos os indicadores macroeconômicos melhoram, a perspectiva aberta para o Brasil é de queda gradual, consistente e sustentável da taxa de juros.

Estou totalmente de acordo em que, primeiro, a redução da taxa de juros não pode ser açodada, apressada, populista ou voluntarista, porque a situação não se sustenta, e, se não se sustenta, voltar atrás é pior do que ter tomado a decisão de redução. Então, ela deve ser adequada, consistente e sustentável. É evidente que a decisão é fundamentalmente técnica, mas tem um elemento político. Tanto é que o Copom vota, e nem sempre vota por consenso, ainda que muitas vezes a decisão seja consensual.

Quero chamar a atenção de V. Ex^{as} quanto à taxa de juros e gostaria de fazer um comentário. A taxa de juros era de 2,33% ao mês em janeiro, segundo o IGPM. Em abril, foi de 0,92%, e o último indexador é negativo: menos 0,25%. Saímos de um patamar de 2,33% para uma deflação de 0,25%, num dos indicadores fundamentais de formação de preço no atacado. O IPC-Fipe caiu de 2,19%, em janeiro, para 0,57% em abril – uma queda violenta. E as projeções sinalizam 0,2%. O IGP-DI caiu de 2,17% para 0,41%. O INPC caiu de 2,47% para 1,38%. O IPCA caiu de 2,25% para 0,97%. Todos os indicadores apontam queda: o índice do Dieese de hoje é o menor dos últimos doze meses, o índice da cesta básica aponta deflação.

Ora, se todos os indicadores de inflação apontam para uma trajetória de queda, venho a esta tribuna dizer que estava correta a decisão, com a mesma coragem com que vim a público defender o aumento da taxa de juros e o aumento do compulsório dos bancos, em janeiro, para reduzir a liquidez, o que significava menos crédito, porque os instrumentos de que o Banco Central dispunha, sobretudo para o combate à inflação, são a política monetária e cambial – especialmente a política monetária. Cinco meses depois, pergunto: com toda essa evolução promissora dos indicadores de inflação, não temos um espaço para começar a discutir com seriedade, consistência e credibilidade uma trajetória de queda da taxa de juros gradual, cuidadosa e sustentável? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é associada à primeira. Na ata do Copom, um dos argumentos para não iniciar um viés de baixa ou uma trajetória de queda era os reajustes salariais. Nesse período, 45% das categorias tiveram reajuste salarial na data-base abaixo do INPC, e a massa salarial, por todos os indicadores, do IBGE e do Dieese, caiu substancialmente. Não é difícil imaginar que, com a inflação que tínhamos e com o desemprego, a capacidade de negociação do salário seja bastante limitada. Então, a não ser no setor exportador, as categorias profissionais não estão con-

seguindo a reposição de perdas e a massa salarial é um indicador claro disso.

O terceiro elemento fundamental para justificar a manutenção da taxa de juros era a inércia inflacionária. Pergunto: em que medida a inércia inflacionária poderá ser resolvida pela taxa de juros? Há vasta literatura sobre essa questão. É evidente que a taxa de juros tem alguma incidência, mas não quebra a inércia.

O Governo tem tomado medidas para reverter o quadro da inércia inflacionária, ou o acordo com os usineiros do álcool não foi exatamente para chamar a atenção e repactuar para reduzir o preço? E a questão do preço do petróleo e da gasolina? Agora fizeram um esforço final sobre os postos de gasolina, mas o Governo reduziu a nafta, o óleo diesel, o óleo combustível e todos os outros formadores de preço na estrutura de transportes. O mesmo ocorre no setor siderúrgico, enfim, o Governo vem fazendo grande esforço para reduzir a inflação, por meio de acordos setoriais, negociações específicas e instrumentos disponíveis fora do Banco Central, principalmente revendo contratos dos setores terceirizados, porque a questão da energia, petróleo e as tarifas dolarizadas, as agências de regulação, tudo isso aponta para uma trajetória de queda de inflação, a fim de não repassar o impacto da taxa de câmbio passada.

Por isso reafirmo que considero o cenário futuro promissor em termos de queda de juros. Espero que tenham o privilégio de participar de uma reunião do Copom que aponte para essa direção.

Para concluir, Sr. Presidente, quero falar do **spread** bancário. O argumento de que a taxa de juros na ponta é alta porque o **spread** é alto é um clássico da literatura, mas não é evidência empírica recente nos estudos do Banco Central. De junho de 2000 a dezembro de 2002 – disponho desse estudo do Banco Central –, o **spread** das pessoas jurídicas caiu de 6% para 2%, queda de dois terços no nível residual. Se a inadimplência, que é um componente do **spread**, caiu de 6% para 2%, por que o **spread** subiu de 13% para 17%?

Em segundo lugar, falo das pessoas físicas. Se a inadimplência subiu de 5,5% para 8%, por que o **spread** caiu de 59% para 55%? Será que os bancos não estão utilizando exatamente a inadimplência para maximizar sua taxa de lucro e não necessariamente para incorporá-la como elemento fundamental do **spread**? Nesse sentido, por que não usar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para aumentar a concorrência no sistema e baixar a taxa na ponta,

usando não apenas a Lei de Falência, mas os instrumentos que o Poder Público tem para forçar uma queda da taxa de juros?

Desculpem-me por extrapolar o tempo, mas fazer uma discussão complexa como essa em três minutos é difícil. Por isso preferi explicar com mais profundidade a questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A quem é dirigida a primeira pergunta?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Podem escolher quem vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Dr. Afonso Bevilacqua, que dispõe de três minutos para a resposta.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante, pela oportunidade de tratar de todos esses temas. Realmente, é uma oportunidade ímpar, na minha carreira profissional, participar de uma equipe de profissionais de extremado espírito público, como a equipe dirigida pelo Presidente Henrique Meirelles e pelo Ministro Antônio Palocci, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os indicadores macroeconômicos do País melhoraram de forma muito significativa nos últimos meses, conforme V. Ex^a anotou na sua pergunta. A apreciação da taxa de câmbio nominal, a partir de fevereiro deste ano, foi fundamental para que melhorássemos as perspectivas em relação à trajetória do endividamento público. Isso proporcionou uma melhoria das perspectivas em relação à avaliação de risco do País, que melhorou de forma espetacular nesses últimos meses: saímos de 2.400 pontos em setembro para uma taxa de risco, hoje, um pouco abaixo de 800 pontos base.

Houve também uma melhora muito significativa nas perspectivas para a inflação. Na transição entre 2002 e 2003, a discussão em torno da inflação era no sentido de saber se haveria ou não uma aceleração inflacionária de proporções maiores; hoje, não há essa discussão. A inflação é considerada sob controle em um nível ainda elevado – voltarei a esse tópico mais adiante –, mas já não existe a perspectiva de um descontrole inflacionário como existia há alguns meses.

Concordo com V. Ex^a que a utilização do instrumental à disposição do Banco Central para a redução na exposição cambial é uma decisão correta, pois permite que se reduza de forma significativa a vulnerabilidade da dívida pública brasileira, variações na

taxa de câmbio, ou seja, permite que consigamos reduzir a vulnerabilidade, o que não controlamos, que é sempre uma decisão de política econômica adequada.

Em relação à taxa de juros, também vejo as perspectivas para o futuro como favoráveis em função desse sucesso que a política monetária obteve nos últimos meses, transformando a perspectiva de um descontrole inflacionário que havia na transição de 2002 para 2003, como mencionei, numa taxa de inflação que está razoavelmente controlada em um nível ainda elevado, tendo em vista as metas estabelecidas pelo Governo para a atuação do Banco Central em médio prazo.

Considero que a decisão do Copom, tomada na última reunião, de manter a taxa de juros foi uma decisão técnica adequada. As decisões de políticas monetárias tomadas por critérios técnicos acabam fazendo com que haja sempre, a médio e longo prazos, uma taxa de inflação menor, uma taxa de crescimento maior. Isso é o que a evidência acumulada em outros países nos ensina. Sempre que predominam os critérios técnicos nas decisões de políticas monetárias, conseguimos fazer com que haja mais estabilidade em termos de preços e uma taxa de crescimento maior na economia.

Os indicadores recentes de inflação mostram uma queda, principalmente nos índices de preço por atacado. Nos índices de preço ao consumidor, a queda ainda não é tão significativa, levando-se em consideração as metas estabelecidas pelo Governo para a atuação do Banco Central.

Penso que a evolução promissora dos indicadores, como V. Ex^a mencionou, certamente justifica uma séria discussão da redução nos juros quando as perspectivas para a trajetória da inflação forem adequadas para darmos início a esse processo. Na última reunião do Copom, considero que o quadro ainda não permitia que esse processo tivesse início.

Em relação à inércia inflacionária e à taxa de juros, penso que esta pode sim, para as taxas de inflação de hoje, cumprir um papel importante para quebrar a inércia inflacionária. Do ponto de vista de discussão técnica, a situação hoje é muito diferente da existente na década de 80 e nos princípios da década de 90, em que havia um processo de inércia disseminado na economia, uma inércia formalizada por meio de mecanismos de indexação. Hoje, esse não é o caso. O combate à inflação que está sendo feito pelo Governo do Presidente Lula vai permitir, exatamente, que esses mecanismos formais de inércia não sejam

reintroduzidos na economia e que possamos ter uma taxa de inflação baixa em bases sustentáveis.

Em relação ao papel de negociações e de outros instrumentos fora da alçada do Banco Central, penso que, tendo em vista que esses instrumentos ajudam na redução da inflação, ainda é melhor, mas não os vejo como substitutos para a utilização da política monetária para redução da taxa de inflação. Estamos num momento em que a taxa de inflação em 12 meses está num nível que costuma ser, pela experiência de outros países, transitório entre taxas de inflação muito mais altas no futuro ou taxas de inflação mais baixas. Inflações baixas de dois dígitos não são sustentáveis a médio e longo prazo. Vejo como muito adequada a decisão do Governo do Presidente Lula de reduzir a taxa de inflação em relação aos níveis que estamos observando nos 12 meses imediatamente ocorridos. Acho fundamental o papel da taxa de juros para que consigamos reduzir a taxa de inflação efetivamente. Passaria a questão dos **spreads** ao Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO HENRIQUE DE MELLO MOTTA LOYO – Faço minhas as palavras do Dr. Afonso Bevilacqua a respeito dos outros temas. Sem dúvida, a melhoria dos indicadores ressaltados pelo Senador Aloizio Mercadante é verdadeira, importante e um alívio para todos nós. Mas, como disse o Dr. Afonso Bevilacqua, é preciso que essa melhoria geral de indicadores se materialize de fato numa queda mais consistente da taxa de inflação não apenas a referente aos índices de preços por atacado ou ao Índice Geral de Preços, que envolve um componente muito forte de preço por atacado, mas também ao IPCA, que é a meta com que o Banco Central trabalha.

Mais importante ainda do que simplesmente olhar para o IPCA é olhar, inclusive, para o seu núcleo de inflação, que mostra, nos níveis em que ainda está, que a inflação que ainda estamos vendo no IPCA não é um caso de alguns poucos preços subindo muito mais do que todos os outros. Mas se trata ainda de um processo generalizado na economia, embora muito mais lento e muito mais corrigido do que foi há meses.

De fato, se a inflação continuar dando sinais de redução e se esse progresso for feito rapidamente, acho que isso seria muito importante para que, de fato, não retornássemos para uma situação em que, com a institucionalização e a formalização dos mecanismos de indexação, a política monetária ficasse condenada a uma impotência, que não é o caso hoje. A única saída é por cima, como vimos em décadas passadas, em que a inflação simplesmente acelera,

acelera e acelera; e, um dia, vamos tentar uma solução dramática e drástica para reduzir uma inflação já muito elevada. Acho que nenhum de nós quer rever esse filme, que é infeliz.

A respeito do problema dos **spreads** de fato, conforme o que conheço dos estudos do Banco Central do Brasil a respeito da sua composição, os **spreads** têm diversos fatores que os compõem e não é, necessariamente, o caso em que a melhoria de um indicador – embora possa haver a piora em outro – que se observou em algum desses componentes ou em alguma dessas causas tenha que forçosamente se refletir no resultado final. Concordo com V. Exª que isso é um problema grave que precisa ser acompanhado pelo Banco Central em todos os momentos. Mas creio que determinados – não diria componentes – fatores de formação dos **spreads** bancários, como a própria taxa básica, como revelam estudos do Banco Central, e os indicadores do nível de risco país, são importantes para a formação do **spread** bancário. Tenho confiança de que, com a melhoria, já ocorrida, desses indicadores – melhorará ainda mais e continuará melhorando –, poderemos ter algum progresso nesse sentido.

Em relação ao uso de outros instrumentos que mais diretamente possam ampliar a oferta de crédito e, portanto, reduzir o **spread** bancário, diria que, de imediato, não é exatamente esse o objetivo que eu teria em mente. Na verdade, se o objetivo fosse simplesmente reduzir o **spread** bancário com mais vigor, o Banco Central até teria instrumentos ao seu alcance, como, por exemplo, a redução dos compulsórios, mas, como V. Exª mesmo ressaltou em seu comentário, essa ação fica limitada pelas perspectivas de desaceleração da inflação.

O mais importante na atuação sobre os **spreads** bancários não é ter instrumento que corrija com muito vigor e de forma pontual o que acontece, mas sim algo que permita que, a longo prazo, a estrutura de crédito no País se modifique e que tenhamos uma oferta de crédito muito maior. Na verdade, esse é o interesse do próprio formulador de política monetária, porque, como se sabe, um dos canais pelos quais a política monetária é transmitida para a economia é o de crédito. Quando a economia é muito limitada na quantidade de crédito existente, o trabalho da política monetária fica muito dificultado. Portanto, seria, inclusive, facilitador da política monetária, a longo prazo, ter uma oferta de crédito mais ampla e mais disseminada na economia.

Esse é o objetivo que acredito que deve nortear as ações nesse campo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não usarei os três minutos de réplica a que teria direito, mas um minuto.

Apenas gostaria de fazer dois registros: O primeiro quanto à eficácia da taxa de juros sobre a inércia inflacionária, algo absolutamente discutível, principalmente porque a taxa de juros vai incidir no corte da demanda agregada sobre os preços livres, mas muito pouco sobre preços administrados. Por isso, o melhor instrumento para reduzir a inércia inflacionária – uma vez que não está comprovado empiricamente que os salários estão alimentando essa inércia – seria atuar sobre os preços administrados pelos serviços públicos, repactuar contratos e repensar o papel das agências reguladoras, a exemplo do petróleo. Quer dizer, à medida que se permite uma queda no preço do petróleo, está-se projetando uma queda da taxa de inflação. Isso vale para a energia, porque sobre a taxa de juros não haverá incidência nenhuma, nem sobre o preço do petróleo nem sobre o preço da energia nem sobre os preços administrados.

Então o Governo tem que utilizar outros instrumentos para reduzir a inércia, para abrir espaço para que os juros possam cair mais rapidamente e de forma sustentável.

O segundo comentário: toda decisão é técnica, mas o fato de dizer que é técnica não legitima a decisão necessariamente; só saberemos ao longo do tempo se a decisão foi correta. Tanto há uma decisão política que é debatido e votado, por isso é legítimo este debate.

É democrática, saudável, educativa para o País a existência de uma discussão sobre política econômica qualificada, mas não é correto, é inaceitável desqualificar o Banco Central ou atacar as pessoas. Isso não contribui em nada. As pessoas precisam de argumentos, dados, informações e de aprofundar esse debate, para que o Brasil amadureça e encontre a melhor resposta.

Tenho um projeto de lei propondo que todos os textos publicados pelo Governo brasileiro, autarquias, fundações, em outra língua, sejam também em português. Em um sítio do Banco Central, há muitos textos em inglês, sem tradução. Antes que minha lei seja aprovada, solicito que seja tomada a providência de traduzir os textos para o português, para que as pessoas possam ter acesso às informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Afonso Bevilacqua, meus cumprimentos a ambos.

Nós todos sabemos muito bem – eu me dirijo ao Dr. Afonso Bevilacqua, evidentemente cumprimentando os dois, o Dr. Afonso e o Dr. Eduardo – que a inflação é o pior imposto que existe, pois ela atinge especialmente as pessoas das camadas mais pobres, que não têm como se defender dela.

A persistência no combate à inflação me parece inequívoca; e temos que seguir sempre nessa linha. Estranha-me que algumas pessoas estejam criticando a postura do artigo, Dr. Afonso Bevilacqua, pois, no meu modo de entender, não há nada o que questionar. O artigo está perfeito, inclusive no ponto em que diz “os juros poderão ser reduzidos quando a inflação e as expectativas em relação à sua trajetória futura voltarem a apontar para as metas estabelecidas para a condução da política monetária. Para que esse movimento ocorra, é necessário que a credibilidade da política monetária não seja posta em dúvida”.

Penso que aí esteja toda a questão. Quando o Senador Aloizio Mercadante lembra aqui que os macronúmeros do Brasil estão bem, S. Ex^a está se esquecendo de que, na verdade, esses números estão voltando ao patamar anterior às eleições. O dólar, por exemplo, está no patamar de 3, ainda superior ao dólar do ano passado, corrigido pelo INPC. Se calcularmos 2% sobre de 2,40, daria 2,88.

A safra agrícola refere-se a um período anterior. Evidentemente, ninguém planta para poder colher em curto prazo, como seria, nesse caso, de cinco meses de Governo. O risco Brasil também está voltando aos patamares anteriores. O que se deduz? Deduz-se que, na verdade, estamos tendo de provar que o Governo é responsável e que há necessidade de credibilidade, para depois retomar o desenvolvimento no Brasil. Já poderíamos estar com o desenvolvimento há muito tempo. Não haveria necessidade de provar essas questões.

O que mudou, Dr. Afonso Bevilacqua, foi o Governo. Ele mudou em relação ao que dizia na época da campanha, para agradar e conseguir votos, no sentido de que os juros tinham de baixar, de que a subida de juros era equivocada, de que ela não resolveria o problema da inflação. Então, essas questões têm de ficar muito claras. Defender o combate à inflação é obrigação de todos nós.

Fui prefeito na época de inflação alta e fui governador num período sem inflação, após o Plano Real. Ora, seria muito melhor ser governante na época da inflação alta. Todos sabem disso. Os problemas brasileiros surgiram na administração, especialmente dos Estados e dos Municípios, depois que acabou a inflação, pois os esqueletos e os passivos apareceram. Era muito fácil governar com as receitas indexadas e as despesas sendo aumentadas na medida em que fosse possível.

Registro aqui o posicionamento da Oposição, ou seja, a de que o nosso voto é evidentemente favorável, na perspectiva de que não haja mudança desta política. O Governo mudou para melhor e para uma posição que criticava no passado. Não há dúvida sobre isso. Nós, entretanto, estamos preocupados com desemprego recorde, perda permanente do poder de compra, os salários sem correção ou com a correção abaixo da inflação. Esses são os dados reais. Os dados macroeconômicos melhoraram, sim. Eles melhoraram e poderiam já estar melhores desde o início do ano. Foi preciso que o Governo provasse que é responsável para que chegássemos aos números atuais; mas os dados do dia-a-dia da população brasileira não estão bons. Volto a dizer: poder de compra em baixa e desemprego recorde.

Portanto, é importante que, a essa altura, que a equipe do Banco Central se debruce sobre outras alternativas, para que o Brasil volte a crescer. A questão dos juros é crucial. Eles estão realmente muito acima do que seria razoável para um país com a economia do Brasil. Entretanto, não é com brigas internas, dentro do Governo, que teremos a solução dos juros. Isso tem de ser decidido de maneira técnica, considerando a realidade do País. Mas é momento para que o Banco Central se volte para a realidade brasileira, e não apenas para os grandes números, para os números do dia-a-dia.

Registro, Dr Afonso, – além de dizer que concordo com o seu artigo, pois ele está perfeito – que vi a sugestão de os bancos oficiais poderem ser utilizados na guerra dos juros no Brasil. Ora, banco oficial somente se justifica se puder exercer uma política de governo. Se não, para ser igual a um banco comercial... sabemos que os bancos oficiais não têm a mesma agilidade de um banco privado.

A pergunta que faço, com base na sugestão do Senador Aloizio Mercadante, é sobre a utilização de bancos oficiais para a redução de juros e, em seguida, o meu posicionamento de quanto confortável V. Exª se sente no sentido de ter a segurança de que o Governo não vai mudar outra vez. Ele já mudou uma

vez e que não mude outra. Até agora a mudança, no meu modo de pensar, foi benéfica porque o Governo caiu na realidade e percebeu que não era com teses eleitoreiras que se poderia governar um País como o Brasil. Essa era a abordagem que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Dr. Afonso.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Os pontos levantados por V. Exª são muito importantes. A persistência no combate à inflação é fundamental. Como V. Exª ressaltou, a inflação é o pior dos impostos. Esse é um fato sabido e às vezes esquecido. Volatilidade macroeconômica e taxas de inflações elevadas acabam gerando efeitos muito perniciosos sobre a distribuição de renda. Penso que devemos sempre colocar como uma prioridade a manutenção da estabilidade monetária. É essa a contribuição fundamental que o Banco Central pode dar ao desenvolvimento sustentado de médio e longo prazo do País.

Nos últimos anos houve uma conscientização cada vez maior da sociedade brasileira em relação ao valor da estabilidade de preços, e os representantes da sociedade têm entendido isso de forma muito adequada. Hoje, já não é mais uma questão em aberto no debate político no País a manutenção de estabilidade macroeconômica. Temos necessidade de políticas fiscais responsáveis, e a estabilidade de preços é aceita por todos os grupos da participação política.

Eu me sinto muito confortável com a política macroeconômica do Governo do Presidente Lula implementada nos últimos meses. Eu a vejo como a que atende de forma mais adequada aos interesses da sociedade e do País. Eu considero que estamos vivendo um momento muito importante do ponto de vista da sociedade brasileira, em que – como eu disse – se aceita que a estabilidade monetária e a disciplina fiscal são fatores fundamentais para a criação do ambiente propício ao crescimento sustentado de médio e longo prazo. Nós estamos em condições de efetivamente atacar todos os outros empecilhos a esse nosso crescimento de médio e longo prazo, e a contribuição do Banco Central é bastante importante.

Em relação à provisão de crédito por parte de bancos oficiais, eu os considero como tendo uma capilaridade maior na economia. Eles estão distribuídos, como no caso do Banco do Brasil, por exemplo, por um número muito maior de Municípios. A atuação dos bancos por meio de critérios técnicos pode fazer com que nós tenhamos provisão de crédito adequada, aproveitando essa capilaridade que os bancos ofi-

ciais têm, que é uma vantagem em relação aos bancos privados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Dr. Afonso Sant’anna Bevilacqua, Dr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, a análise dos currículos aqui apresentados por si só é suficiente para a aprovação da indicação que o Governo faz a essas importantes diretorias do Banco Central, em especial a Diretoria de Política Econômica, mas também a Diretoria de Estudos Especiais. Trata-se de currículos bastante densos. Eu parabeno ambos por terem conquistado, com a idade que possuem, esses currículos. Para o Dr. Afonso Sant’anna Bevilacqua eu me permito dizer, um pouco em tom de brincadeira, que felizmente o senhor não foi para o Exército, uma vez que tem o pai coronel, o avô general, o bisavô marechal e o trisavô fundador da República: Benjamin Constant. Felizmente temos aqui um economista para servir ao País.

Dito isso, Sr. Presidente, realmente o comentário que eu queria fazer o Senador Eduardo Azeredo já fez. Estamos retomando, voltando à situação na qual estávamos há um ano que foi causada – o artigo do Dr. Afonso Sant’anna Bevilacqua coloca muito bem – por declarações e por incertezas do período político-eleitoral, declarações e programas do próprio Partido do atual Presidente da República. Se ele mudou sua política macroeconômica – e temos de saudar isso por conta da redução da taxa de câmbio, da redução do risco Brasil e mesmo da redução da inflação –, por outro lado, há boa parte da sociedade brasileira, dos seus eleitores, esperando medidas para promover o crescimento econômico e, principalmente, combater as desigualdades sociais. No seu discurso, o Dr. Eduardo Henrique de Mello enumera uma série de elencos de anseios da sociedade, que precisam complementar a política macroeconômica.

Mas, na verdade, isso não está acontecendo. Quer dizer, esse ajuste fiscal e monetário, duro, drástico, draconiano que o Governo tem implementado, nesses cinco meses, inclusive, levando o País a um superávit primário que ninguém esperava. O Governo tinha um acordo com o FMI de 3,75 e propõe para os próximos três anos um acordo de 4,25. Hoje está efetivamente praticando um superávit primário de 6,70. Sem sombra de dúvida, isso tem um custo social imenso para o País. Não era isso que se esperava do Governo Lula; ao contrário.

Podemos dizer que o País hoje está paralisado. Ele está comemorando ao inverso, quer dizer, está la-

mentando, porque há taxas de desemprego recorde em São Paulo, 20,6%, o que, historicamente, nunca aconteceu. Estamos também alcançando, e hoje todos os jornais publicam isso, a maior carga tributária da história brasileira, passamos da barreira dos 40%, e estamos em 41%, coisa nunca vista na história brasileira. Isso começou no período da transição. Claro que vinha do Governo passado, de 26% para 35%, mas, com a complacência do Governo passado, foram implementados, através da Medida Provisória nº 66, medidas de aumento da carga tributária. E, agora, o que estamos assistindo é uma voracidade do Governo com relação à parte tributária.

Mas, diante disso, as taxas de juros estão na esferosfera, o cidadão brasileiro está pagando, anualmente, 105% de juros no empréstimo pessoal, a taxa do cheque especial está chegando a 196% a.a. Isso é uma escorcha sobre o povo brasileiro.

Por outro lado, a produção industrial caiu 3,4%, de fevereiro para março, as vendas da indústria nesse mesmo período caíram 11,82%, as vendas do comércio, de março do ano passado para março desse ano, caíram 11,31%, o desemprego, como já disse, está aumentando, e o Governo investindo absolutamente nada nas suas políticas compensatórias, quer dizer, paralisaram o investimento.

Então, minha pergunta genérica seria a seguinte: se os índices macroeconômicos estão tão bons e os sociais tão ruins – os indicadores de emprego e desemprego –, não chegou o momento de equilibrar essa política? Até quando vai esse conservadorismo para dar essa tranquilidade que o mercado exige do povo brasileiro para combater a inflação, se já estamos num período quase de deflação, como apontam os índices? Quando haverá o ponto de inflexão para se dar esperança e alívio nesse custo social ao povo brasileiro? Essa é a pergunta que faço, de forma genérica. Hoje protestos estão surgindo em todo o País, da Fiesp à CNBB. E, ontem, o Vice-Presidente da República, mais uma vez, cobrou uma atitude do Governo e manifestou sua posição, sobre a qual pergunto a opinião dos senhores. É o Vice-Presidente da República, empresário preocupado com o desenvolvimento e o crescimento econômico, que diz que a inflação é de custos e não de demanda. Os custos são provenientes de taxas que estão inviabilizando os recursos para os investimentos produtivos. Então, vamos até quando? Vamos matar o doente? Até quando vamos pedir sacrifício ao povo brasileiro? Os preços administrados sobem. Ouvi o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, falar em desqualificar o Banco Central. Quem desqualificou, até agora, o Banco Central foi o

Vice-Presidente da República. Não foi sequer a Oposição, não foi o PFL, não foi o PSDB; quem desqualificou o Banco Central – dizem que foi a queda do Dr. Goldfajn, que o antecedeu, Dr. Bevilacqua, foi uma desqualificação generalizada da capacidade do Banco Central e do Copom de mudar essa política.

Do ponto de vista específico a cada um dos senhores futuros diretores do Banco Central eu pegaria frases do discurso dos senhores.

Com relação ao Dr. Bevilacqua, ele disse: “A elevação da taxa Selic, bem como o aumento da alíquota de recolhimento compulsório e a retomada da confiança foram fatores fundamentais para evitar o descontrole inflacionário”. Muito bem. O custo já sabemos: desemprego, recessão na economia. Mas até quando vai essa política? Já não acha V. S^a, que será o Diretor de Política Econômica do Banco Central, o momento para dar um basta e fazer esse ponto de inflexão?

Segunda pergunta: cabe ao Banco Central utilizar-se da melhor forma instrumental-técnica a seu dispor para garantir que os anseios da sociedade sejam atendidos. E quais são esses anseios da sociedade hoje? Creio que, unanimemente, é a retomada do crescimento econômico o quanto antes, geração de emprego e renda.

Por outro lado, o Dr. Eduardo Henrique de Mello Motta coloca uma obviedade – desculpe-me, doutor –, porque isso está repetido muitas vezes por autoridades monetárias do Governo, até pelo Presidente muitas vezes. É claro que ninguém defende volta de inflação. V. S^a diz: “Política monetária de má qualidade, que alimente inflação alta e incerta, que dê margem a flutuações desnecessárias do produto e do emprego, pode, certamente, causar sérios danos à economia e bloquear seu desenvolvimento sustentável”. Ninguém deseja, efetivamente, em sã consciência, uma política monetária dessa. Pede-se o mínimo para aliviar esse custo social que já comentamos. Então será que V. S^a acha que alguém deseja essa volta da inflação? Efetivamente, o País não quer conviver com isso. Agora, também não pode conviver com esses lucros exorbitantes do sistema financeiro brasileiro, só vivendo de empréstimo ao Governo. O setor produtivo não é capaz mais de tomar empréstimo. É claro que qualquer um vai preferir emprestar ao Governo, que é um tomador seguro hoje.

Uma outra pergunta é exatamente sobre o que V. S^a disse, que “estabilidade macroeconômica por si só não garante desenvolvimento. Muitas outras ações do Governo, que transcendem o mandato dos banqueiros centrais – dos senhores, portanto –, devem

conspirar a favor do desenvolvimento”. Acho que devem impor, inclusive, não conspirar, mas impor uma política de desenvolvimento econômico. Aí V. S^a cita aqui redes abrangentes a fiscais de proteção, inclusão social, segurança, acesso a uma renda digna. Isso não está existindo, não conseguimos vislumbrar essas políticas. O Senador Eduardo Suplicy brada aqui a todo o momento por uma política de renda mínima. Todos nós queremos um alívio social para o povo brasileiro, mas essa política que está aí, a permanecer dessa forma, sempre com essas desculpas óbvias, não. Em lugar dessa só há uma saída: política monetária inflacionária. Não! Acho que existem outras saídas de políticas macroeconômicas, e V. S^{as} conhecem isso e sabem que há. Essa política de meta inflacionária para combater inflação, principalmente de demanda, poucos economistas no mundo a defendem, talvez um economista, mas não na situação brasileira, com essa dependência do capital externo e essa dívida enorme do Brasil. Poucos defendem combater a inflação através de meta inflacionária.

São essas as perguntas que faço, parabenizando, no fim, a ambos pelo excelente currículo que conheci aqui.

O SR. AFONSO SANT’ANNA BEVILACQUA –

Começaria pela primeira pergunta. Não fui para o Exército, mas meu irmão mais velho representou a família na tradição. Até a minha geração, a tradição foi mantida.

É muito importante a introdução de outras medidas para a promoção do crescimento econômico, melhoria na distribuição de renda, como V. Ex^a mencionou. Certamente, apenas o combate à inflação não é suficiente para que tenhamos taxas elevadas e sustentadas de crescimento ao longo do tempo, mas é o combate à inflação, feito pela autoridade monetária, é o ingrediente fundamental para chegarmos a esse crescimento sustentado. Vários dos outros fatores que determinam o crescimento da economia a médio e longo prazo estão fora da alçada direta da autoridade monetária, fazem parte de outros programas do governo e de ações conduzidas por outras agências do governo. Tenho a firme convicção de que os resultados positivos obtidos até agora na esfera macroeconômica serão seguidos por resultados igualmente positivos em outras esferas de atuação do governo.

Os superávits primários têm sido elevados recentemente em função da necessidade de estabilizar a trajetória da relação dívida/PIB. Um dos fatores fundamentais na deflagração da crise de confiança que atravessou a economia brasileira no ano passado foi,

efetivamente, a percepção de que a trajetória da dívida poderia se tornar insustentável. A única forma de assegurar que a trajetória da relação dívida/PIB é efetivamente sustentável é através da geração de superávits primários, que abrirão o caminho para uma redução da taxa de juros real da economia, através de uma redução na percepção de risco. Esse é o mecanismo em que todos nós temos confiança e convicção de que vai ser colocado em funcionamento, dada a persistência em relação à disciplina fiscal.

Os sinais que temos de deflação são sinais ainda nos índices de preços por atacado. Nos índices de preço ao consumidor, temos uma taxa de inflação, em 12 meses, que está entre 16% e 17% ao ano. O núcleo de inflação, como o Dr. Eduardo Loyo mencionou ainda há pouco, que é uma medida importante de tendência da inflação preços ao consumidor na economia, está em níveis ainda muito elevados, levando-se em consideração as metas dadas pelo governo para atuação da autoridade monetária.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então V. S^a entende que teríamos que chegar naquela taxa anual de oito e meio para poder iniciar um outro tipo, a fase 2?

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – A política monetária, na verdade, é feita de forma suave, à medida que se consolidam os sinais de que a trajetória é efetivamente para essas metas estabelecidas para 2003 e 2004, e há espaço para que se inicie uma redução na taxa de juros. A minha avaliação coincide com a avaliação do Copom, na última reunião, em que essas condições ainda não estavam presentes, em função, entre outros fatores, de uma inércia mais elevada do que se esperava, detectada, por exemplo, pelo núcleo de inflação, detectada pela persistência de reajustes em termos de abrangência na composição do índice.

Na última reunião do Copom, esses sinais ainda não eram suficientes para que o ciclo de redução de taxa de juros pudesse ser iniciado. A persistir essa queda na inflação, potencialmente numa velocidade mais elevada, o caminho para o futuro certamente é de uma economia com taxas de juros reais, significativamente menores do que temos hoje. Assim como foi no período de 2000, início de 2001, quando existia uma situação em que não tínhamos choques significativos, como tivemos, ao longo da segunda parte de 2001 e de 2002, e foi possível ter taxas de juros reais muito mais baixas que as que temos hoje. Hoje as taxas de juros reais são elevadas porque estamos numa trajetória de desinflação. Precisamos reduzir a inflação em direção às metas estabelecidas pelo Ban-

co Central. E a forma de se fazer isso é através de taxas de juros reais elevadas num curto prazo. À medida que a taxa de inflação ceda, a taxa de juros nominal começará a cair também para que possamos ter taxas de juros reais mais baixas.

À queda da inflação se segue uma queda da taxa de juros nominal. Essa é certamente a perspectiva, olhando a previsão de tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a faria uma previsão de tempo?

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Eu não me arriscaria de forma nenhuma, Senador, a fazer previsão em relação ao futuro, porque ainda não temos todos os elementos que vão ser utilizados pelo Copom na sua próxima reunião. Mas até lá imagino que a quantidade e a qualidade das informações disponíveis certamente permitirá que seja tomada uma decisão adequada em relação à trajetória dos juros básicos na economia.

Com isso, de alguma forma, respondo à primeira pergunta específica em relação à inflexão, em relação aos anseios da sociedade.

No meu discurso inicial, de forma específica, os anseios da sociedade estavam ligados à estabilidade monetária como valor que a sociedade brasileira tem hoje como muito caro. Era uma afirmação particular em relação à estabilidade monetária. Os anseios são de crescimento, de geração de renda, de emprego, são os objetivos da política macroeconômica e, para tanto, o Banco Central pode ser bastante ativo na promoção da estabilidade monetária, que, como mencionei anteriormente, não é suficiente para que consigamos o crescimento de longo prazo, mas certamente é necessário haver estabilidade macroeconômica para que todos esses outros fatores que vão acabar determinando o crescimento da economia possam ter impacto.

Outra saída de política macroeconômica, em relação ao combate à inflação, não vejo neste momento. Estamos num ponto muito importante na guerra contra a inflação. Neste momento, é importante termos persistência, como citado na última reunião do Copom, para que a batalha seja vencida de uma vez por todas e, no futuro, dediquemo-nos ao crescimento, quando a inflação já não será fundamental como é hoje.

Uma taxa de inflação razoável na economia é aquela cujos efeitos não proporcionam preocupação em nossas decisões cotidianas. Quando chegarmos a essa taxa de inflação, compatível com as metas estabelecidas pelo Banco Central, as preocupações da

política macroeconômica **stricto sensu** serão mais elevadas. Neste momento, entretanto, vejo o combate à inflação como muito importante.

Como mencionei no discurso de abertura, é fundamental dar prioridade ao combate à inflação como tem sido feito pelo Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO – Sr. Presidente, Senador Paulo Octavio, Dr. Afonso Bevilaqua, Dr. Eduardo Loyo, farei referência às taxas de juros, considerando, entretanto, o aspecto mais prático.

De acordo com uma pesquisa sobre as médias de mercado atuais, em CDB, paga-se ao aplicador até 26%; Selic, 26,5%, naturalmente. A média do cheque especial hoje é de 9% ao mês ou 180% ao ano; o crédito pessoal, 5% ao mês, 80% ao ano; para pessoa jurídica e mútua, o desconto é de, 2,8% 2,9% 3%, o que dá 42% ao ano. Isso acaba gerando um **spread** fantástico, que, no cheque especial, atingiria hoje 127%; no crédito pessoal, 41%; para pessoa jurídica mútua, o desconto é de 13%, o que é absolutamente inadmissível.

Quanto aos fatores que compõem o **spread** – nível de risco País, inadimplência, taxa base – se somarmos tudo isso e mais alguma coisa, não se chega a esses **spreads** praticados hoje no Brasil, mesmo porque a inadimplência média do sistema hoje na pessoa jurídica é menor do que na pessoa física: entre 8% e 10%. Com a taxa básica de 26,5%, vai-se para 36,5%; não sei o que se pode acrescentar ao risco país. Enfim, não se chega a 127%, pois não há como. Essa é a primeira consideração da qual volto a falar depois.

Isso aqui é para o Banco Central, que conforme, se não me engano, o Dr. Afonso, ou o Dr. Eduardo, o Banco Central tem instrumentos para reduzir **spread**. Então, está na hora de agir. O problema não é novo, não é deste Governo, é antigo. Mas está na hora de se agir com relação aos bancos. Em alguns casos acredito que não seria mais para o Banco Central e sim para a polícia. Um banco estrangeiro, de primeiríssima linha, está cobrando hoje no cheque especial até 15%, o que dá uma taxa anual de 450% ao ano. Portanto o **spread** dele vai a mais de 300%.

Agora, por que não se tentar romper de alguma forma essa ligação tão grande entre os bancos e os governos? Porque isso desestimula os bancos – e isso não é coisa nova – de emprestarem seus recursos ao setor privado. Então, fica tudo alocado ao setor público, como já foi dito aqui, e é claro que tem o me-

nor risco o governo. Fica-se no melhor dos mundos e o consumidor, o assalariado, a micro, pequena e média empresa se danam. Isso não pode continuar. Pergunto: qual é a sensibilidade para redução da taxa de juros, na medida em que está a Selic a 26,5% e o cheque especial a 180% ao ano? Se baixarmos 0,5% na Selic, ou se baixar 3% no movimento – que dificilmente o Banco Central faria na atual circunstância, baixar 3 pontos percentuais – qual é a sensibilidade para alteração na ponta, no crédito ao consumidor ou no cheque especial que estão cobrando 180%?

Então, vejo esse descolamento entre aquilo que hoje são as taxas de juros e as taxas de juros praticadas no mercado de pessoa física e jurídica. Uma vez que os bancos têm esses **spreads** excepcionais e não há empréstimos para o setor privado, em que se procura aumentar o emprego e que não há nenhum empréstimo de longo prazo feito no mercado, por que não se aumenta a exigibilidade para aplicação em crédito imobiliário? Por uma razão simples: a geração de empregos é grande na construção civil. Então, por que não se fazer isso? Empréstimo de 20% ao ano, o que é absolutamente factível para os bancos, com os lucros que estão tendo, terem a condição de suportar isso.

Essa questão de redução de **spread** é absolutamente fundamental. Quando as taxas de juros básicos caírem neste País devem ser acompanhadas na ponta, tendo assim um efeito em cima do mercado, das coisas reais da economia, que é o consumidor, a venda da geladeira, fogão, da casa, empréstimo pessoal, cobrança escorchante de juros no cheque especial, que tudo se acabe e se revitalize do outro lado.

Acho difícil o governo alterar a sua política utilizando o Banco do Brasil ou Banco do Nordeste, visto que o Banco do Brasil hoje tem um número muito grande de acionistas. Concorro com o Senador Eduardo Azeredo quando diz que se for para ter um banco de mercado seria melhor não ter. No fundo, o Banco do Brasil também está próximo da cobrança desses mesmos **spreads** bancários. Só gostaria de lembrar, quando me referi a bancos estrangeiros, que lá fora o **spread** máximo é de 5%.

Então, o grande papel do Banco Central é fazer essa adaptação à realidade e separar aqueles que estão mais para caso de polícia do que para o Banco Central, que quando quer ser atuante efetivamente o é.

O último ponto que gostaria de colocar é em relação às agências estaduais de desenvolvimento que foram conservadas no modelo atual e que, no meu

entendimento, ainda são bancos. Estamos no fundo imaginando que esse tipo de problema estaria resolvido e creio que não está. Tenho de batido com o Banco Central, há algum tempo, quando era Secretário de Fazenda, que desse às agências estaduais de desenvolvimento, que são importantíssimas, mas tirasse delas esse aspecto de banco, porque não têm a menor condição de ser banco por todas as razões que todos os outros bancos estaduais tiveram problemas.

Eram essas as considerações que tinha a fazer.

Desejo aos senhores muitas felicidades no Banco Central e que tragam realmente – já que ambos têm muita ligação com o mercado, conforme o Senador César Borges se referiu aos seus currículos –, esse aspecto prático, essa coisa que precisamos buscar para desenvolver o País. Nem falei da área de crédito rural, que considero tão importante, quando assistimos essa economia real no Brasil, que é a área rural do País hoje, com fantástica produção de grãos e nem nos referimos a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Consulto o Senador Rodolpho Tourinho se, antes das respostas, poderíamos ouvir os dois Senadores, para ganharmos tempo, e a resposta viria em seguida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, queria cumprimentar esses jovens brasileiros, um pernambucano e o outro gaúcho. O pernambucano tem 37 anos, nasceu quando eu me formei em Medicina. O outro, também, muito novo, 44 anos. Como Cristo, com 33 anos, deu-nos tanta luz, nós esperamos essas luzes.

Queria dizer o que penso. Já vai muito tempo, em 1942, aqui neste Senado, quando eu nasci, os Srs. não tinham nascido, surgiu um Senador, Alberto Pasqualini, sobre quem o nosso grande Senador de virtudes, Pedro Simon, escreveu quatro volumes. Não li, mas quando S. Ex^a sintetizou em um volume, eu o li. Alberto Pasqualini* dizia que esse negócio de juro alto aqui, em 1942, ia levar o País ao caos, a essa violência que vemos hoje.

Antes dele, Ruy Barbosa, da Bahia, em homenagem a esses dois baianos que estão aqui, dizia: “Dê primazia ao trabalho e ao trabalhador”. Ele vem antes e o capital vem depois, nasceu do trabalho.

Esse negócio de juros altos ninguém acredita, aceita, pois é coisa de banqueiro mesmo e nós estamos pensando no povo.

Fernando Henrique Cardoso venceu por quê? Ele venceu porque havia aquele clima de inflação. É como diz Ortega y Garcez: “O homem é o homem e a sua circunstância”. Ali foi a inflação, se foi Itamar Franco ou se foi ele, mas ele acabou, ganhou. Isso não é mais vitória que vocês vão dar para Palocci, não. Eles debelaram a inflação, destruíram e está domada, e não vai ficar essa história de prevenção, pois ela já foi curada.

Era uma cultura e isso não será mérito de Palocci. Palocci é médico, como eu, ele é sanitarista e eu sou médico-cirurgião, como Juscelino, rápido, vivido e sofrido. Foi longo e sinuoso o nosso caminho. Então, eu tenho uma experiência.

Esse negócio de juros altos não dá, porque não dá mesmo. Quando fui candidato a Prefeito da minha cidade, tinha cheque-ouro e precisei entrar nele. Está aí a nossa Presidente, que conhece a minha esposa, D. Adalgisa, que ainda hoje tem trauma e diz que a pior vida foram os quatro anos de Prefeito, porque eu quis botar aquilo em dia e passei quatro anos sofrendo. Eu era médico, tinha uma renda boa, era um cirurgião famoso. Então a profissão me absorveu, e diminuí o ritmo. Sofri juntamente com a minha esposa. Agora, a experiência de Governador de Estado.

Tive o privilégio de criar 14.600 mil microempresas. O pessoal é bom, é trabalhador, mas com esses juros, não dá, não! Vou dar um exemplo – um exemplo vale por dez mil palavras: o Piauí não é São Paulo, não; mas as mulheres, habilidosas, sabem fazer uma gravata bonitinha. Como podem competir, nessa globalização, com a gravata da Europa, cujo capital é dez vezes mais caro? Lá, é dez vezes mais barato; nos Estados Unidos, quinze; dizem que, no Japão, é vinte. E essa mesma gravata entra aqui, com esse negócio de globalização.

Então, está tudo falindo! Não está nada bom, não! Está muito bom para nós. Aposentei-me, como médico; sou ex-Governador, Senador. Está bom!

Vou dizer o seguinte: quis Deus estar este homem da indústria aqui; ele é autoridade ali, o Fernando Bezerra, no Piauí. O nome do melhor auditório do Piauí é o do industrial Fernando Bezerra. É mais bonito do que o Senado. Ele era Presidente da Federação das Indústrias e recebeu esta homenagem.

Eu estava recebendo uma comenda, no fim de semana, de um empresário, um homem de bem – porque o empresário é um herói, é como Rui Barbosa

dizia: “É um herói anônimo que falta a oportunidade histórica”; um herói, é um idealista – Joaquim Costa, que foi Vice-Presidente da Federação das Indústrias, um homem de caráter – e foi Secretário de Indústria e Comércio. Na hora, eu não sei se ele me chamou de Governador ou Senador. Conversando, ele disse assim: “Senador Mão Santa, a vida fora está muito difícil” – fora era fora do Governo. Porque, além desse juro, há o que foi relatado aqui: o imposto mais proibitivo do mundo. Junto a isso, eu não sei.

Os que estão sobrevivendo, doutores, é porque têm capital próprio: Antonio Ermírio de Moraes; no Piauí, João Claudino; aqui, o nosso Paulo Octavio, enfim, quem tem um capital próprio. Mas um jovem, idealista, preparado tecnicamente, que não está no Governo, não tem condição. Aí, vem a violência, o desemprego.

Portanto, quero que vocês, jovens, cheguem lá e dêem a advertência de um jovem como vocês. John Fitzgerald Kennedy, com classe, diz: “Se nós, a elite, os privilegiados, que estamos no poder, não olharmos para os pequenos que sofrem, os necessitados – eu digo, agora, os desempregados, somando-se aos dele –, esta sociedade livre perecerá”. É isto o que está acontecendo: está todo o mundo se matando. Então, temos que matar os juros.

E vou mais além: sou médico. Não vou dar todo esse louvor a Antonio Palocci, não. Sabe qual é o meu raciocínio? Ele está levando, mas não está levando para o bem, não. Ele está assim: vamos supor que vou para a Bahia num Boeing. O avião passa mal: “Rapaz, há aquele cirurgião ali, o Mão Santa. Ele tem coragem, me ensina, e eu piloto”. Mas se vier uma turbulência e pousar, eu não sei não!

O Lula foi eleito pelas circunstâncias: era o desemprego. Foi isso que fez a eleição do Lula. E se continuar assim, cai o governo e tudo muda. Essa situação passará ligeiramente. É só estudar História: “Até tu, Brutus”? Houve o Collor, observem o Presidente do Peru. Eu vi, eu estava lá. Fiz campanha pelo outro, que foi Vice, e vi: “Não, era índio, ele é índio, é do povo”. Está com 14% da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para concluir, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Então, vou concluir

Sei que o Banco Central é o guardião do dinheiro, mas estão guardando demais o dinheiro. Soltem um pouco para o povo. Inspirem-se naquele Banco de Bangladesh, do Professor Yunus, que chegou aos Estados Unidos. O Bill Clinton não aceitou, mas pas-

sou para Hillary Clinton o envolvimento com esse programa, para dar possibilidade aos que querem trabalhar.

Então, o nosso apreço. Os dois têm um **currículo** brilhante. Estamos entusiasmados com essa esperança de mudança no Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, não vou fazer um questionamento, mas uma ponderação ao Dr. Afonso e ao Dr. Eduardo, que, com certeza, estarão na próxima reunião do Copom, que vai decidir sobre a taxa de juros no mês que vem.

A meu juízo, o Copom errou na última decisão, porque já estava no momento de dar um sinal, nem que fosse um viés de baixa, mas um sinal de inversão da tendência de juro alto.

A meu juízo, também, muito provavelmente errou pela vontade de afirmar a técnica contra a política. A velha história de que o Banco Central tem que ser imune a pressões políticas e tem que afirmar a técnica é uma discussão muito antiga. O Vice-Presidente José Alencar chamou a isso de pirraça. É alguma coisa que tem explicação na vontade de se mostrar imune ou independente de pressão política.

O resultado não foi bom. A economia está caindo muito mais rapidamente do que a inflação. E a economia, quando desaba, é um caso muito sério, porque, afinal de contas, a finalidade é a economia. E é óbvio que, nessas circunstâncias, a pressão política vai aumentar. Aqui, hoje, houve uma demonstração disso, há uma unanimidade contra os juros elevados.

O meu receio – mais do que receio, medo – é de que, no mês que vem, o Copom, mais uma vez, para afirmar a independência da técnica sobre a pressão da política, decida manter a taxa no patamar, o que vai ser um desastre, um verdadeiro desastre. E a economia vai ao fundo do poço. Quando a economia vai ao fundo do poço, para sair de lá, leva quase um ano e aí já foi metade do Governo de Lula, embora por um erro que, a meu juízo, tem fundamento nessa questão da técnica contra a política. Isso é muito perigoso.

Eu queria fazer essa ponderação, que não é propriamente um questionamento, para que os nossos dois novos diretores, quando forem participar da reunião do Copom, levem em consideração esta minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra, o Dr. Afonso Bevilacqua, para responder aos três Senadores.

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Sr. Presidente, eu começaria respondendo ao Senador Rodolpho Tourinho.

Uma das perguntas muito importantes feitas por V. Exª foi: “Por que não se tenta romper essa ligação tão grande entre os bancos e o Governo na questão do crédito?”

Para tentar romper essa ligação, seria necessário fazer com que o setor público deixasse de ser o grande tomador de recursos que é hoje na economia. Então, nesse sentido, as medidas adotadas para a estabilização e posterior redução da relação dívida/PIB, o aumento do superávit primário no início desse ano, vão exatamente na direção de tornar o setor público um devedor menos presente no mercado de crédito, com recursos escassos na economia brasileira e abrir espaço para que o setor privado possa se beneficiar de um crédito que estará disponível possivelmente em maior quantidade e a taxas de juros mais reduzidas do que as que temos hoje na ponta do tomador final.

Em relação ao papel do **spread** e à questão de adequá-lo à realidade, não há dúvida de que os **spreads** bancários no Brasil são mais elevados do que em outras economias. Certamente na economia que V. Exª citou, a norte-americana, eu imagino que uma boa parte das explicações para que tenhamos essa diferença de **spread** já foi dada pelo Dr. Eduardo, em relação aos determinantes, aos componentes do **spread** bancário, que têm sido identificados nesse projeto que vem sendo feito pelo Banco Central há mais de três anos.

Há hoje um entendimento maior do que tínhamos há pouco tempo em relação aos determinantes do **spread** bancário. Algumas das causas para que esses **spreads** sejam elevados como são foram citadas pelo Dr. Eduardo e estão efetivamente no controle da autoridade monetária.

Passando agora para as questões levantadas pelo Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com licença, quero acrescentar uma pergunta: como é que na Europa as taxas de juros são baixas e não tem inflação?

O SR. AFONSO SANT'ANNA BEVILACQUA – Vou começar pela última questão.

Os juros são baixos, entre outras razões, porque, no passado, a inflação foi baixa, o risco macroeconômico de que tenhamos uma aceleração inflacio-

nária é muito mais baixo. Isso faz com que, ao longo do tempo, a própria estabilidade monetária abra espaço para taxas de juros mais reduzidas. Um dos fatores para taxas de juros mais elevadas é a perspectiva de que possa haver algum tipo de descontrole inflacionário, como foi o caso na virada de 2002 para 2003. Essa é uma razão fundamental para que a taxa de juros no Brasil seja mais elevada do que em outras economias. Ela é mais elevada do que em outras economias devido à trajetória recente da inflação, à estabilização da inflação depois da ameaça da aceleração inflacionária no início do ano. Hoje estamos abrindo paulatinamente o caminho para que no futuro possamos ter taxas de juros muito menores.

Concordo com a avaliação de V. Exª. Ou seja, taxas de juros nesses níveis, mantidas permanentemente, seriam catastróficas do ponto de vista de atividade. Eu não acho que seja essa a trajetória da política monetária. Acredito que a política monetária está tendo efeitos significativos sobre a redução da inflação. Ela foi muito importante para o controle da aceleração inflacionária no final do ano passado e tem sido importante para que as taxas mensais estejam caindo. Tenho confiança de que estamos no caminho certo e que a inflação continuará sendo reduzida.

Com relação aos comentários do Senador Roberto Saturnino sobre a última reunião do Copom, a decisão tomada por esse órgão foi pautada por critérios técnicos. O Banco Central, como qualquer agência do Governo, certamente tem que trabalhar ouvindo as manifestações de diferentes setores da sociedade a respeito do que é feito pela agência. Um dado para a atuação do Banco Central, um dado para a atuação do Copom, é que existem diferenças de percepção em relação à política monetária. Não creio que isso tenha sido um fator determinante na decisão tomada pela diretoria colegiada do Banco Central na última reunião. De acordo com a minha avaliação, a decisão foi tomada por critérios técnicos, com os quais eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Já tínhamos dado por encerrada a reunião, mas estamos reabrindo-a em homenagem ao PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, agradeço muito a V. Exª.

Serei bastante breve.

Vou me referir, primeiro, ao Dr. Bevilacqua cujas idéias conheço bem, mas, infelizmente, trabalhos que eram emergenciais, ligados ao exercício da liderança do meu Partido aqui na Casa, impediram-me de estar

presente e de me deleitar com a competente exposição dos Senhores.

Queria, antes de mais de nada, dizer-lhe que dou os mais sinceros parabéns pela lucidez demonstrada num artigo já discutido aqui, aquele célebre artigo seu do Valor Econômico do dia 18 de outubro de 2002, aquele em que o Senhor faz críticas à postura que, a seu ver e a meu ver, é equivocada, a do atual Presidente da República, e não cabe nem discussão sobre isso porque, quando o Presidente o nomeia, quando o Presidente muda as suas idéias, ele próprio faz uma revisão significativa e positiva dos despautérios colocados à época e que mereceram a sua admoestação. Portanto, não vejo nenhum constrangimento; ao contrário. Corresponde essa virada ao choque de responsabilidades que Sua Excelência tomou ao chegar ao poder, e inclusive vejo que vem fazendo um bom trabalho quando nos referimos às políticas macroeconômicas, e, portanto, quando nos referimos à forma como o Banco Central tem lidado com a questão dos juros, enfim, visando cumprir as metas de inflação. Tive ocasião de lhe dizer pessoalmente isso.

Vejo três tipos de falas a respeito de juros. Vejo voluntaristas que dizem que querem que os juros baixem porque conversaram ontem à noite com Nossa Senhora e ela não perdoa que os juros subam; e sou um azarado, porque ela nunca conversou comigo, nunca me deu a menor atenção, por mais que eu ore. Vejo pessoas que representam setores e cada setor olhando para o seu umbigo, olhando para o curto prazo, querem que os juros baixem de qualquer maneira, mesmo que depois tenham que subir e mesmo que depois os setores percam. Ou seja, é um velho cacoeite da chamada burguesia brasileira de não olhar além do tático, não conseguir olhar o estratégico. E devo lhe dizer que vejo um terceiro segmento que, a meu ver, trata com responsabilidade a questão dos juros. Procuro me incluir neles e sei que ambos os candidatos o fazem e merecem essa inclusão também.

Quero primeiro registrar que, na minha opinião, o trabalho conjunto do Ministro Palocci com o do Dr. Meirelles é um trabalho correto. Houve aquele choque na economia a partir de uma certa desconfiança a respeito dos rumos que tomaria o novo Governo, aquilo agitou a nossa economia, os fundamentos se deterioraram, e, competentemente, em poucos meses, ambos fizeram as taxas, os indicadores voltarem àqueles patamares que não eram essa Brastemp toda, mas há ainda países em que continuamos em desvantagem em relação aos indicadores dos países emergentes, com capacidades muito menores do que as nossas, mas, pelo menos, já voltamos àquela nor-

malidade medíocre que tem mantido este Brasil, que precisa se reformar cada vez mais para poder sair da normalidade medíocre e procurar buscar a normalidade brilhante, que é a que cabe a um país como o Brasil.

Mas quando vejo que o risco-país Brasil voltou para 800 pontos, já esteve em 700, pode cair abaixo de 600, sem reformas profundas não vai para os 150 do Chile, mas quando vejo que sobre qualquer indicador que se trate a inflação ela é descendente, quando pegamos o quadrimestre e o anualizamos, quando pegamos de janeiro a dezembro e fazemos a projeção, quando pegamos de abril a abril do ano que vem e fazemos também a projeção, vamos encontrar três números diferentes e a mesma verdade: a inflação está descendente.

Entendo que caberia um pouco de ousadia e, portanto, essa ousadia poderia significar um certo corte nas taxas básicas de juros sem que isso – e aqui vai uma homenagem tanto ao Ministro Palocci quando ao Dr. Meirelles – significasse reacender a desconfiança sobre o Governo, até por que o Governo, a partir do momento em que fez o superávit subir de 3,88 para 4,25, está mostrando que não há razão para que os mercados, salvo se, a pretexto de especulação, os mercados desconfiarem da intenção dos governos.

Estou dando a minha opinião e não pediria a de V. Ex^{as}. Eu me portarei com educação o tempo inteiro. Estou dando a minha opinião, que não é a do voluntarista, nem a do setor. A minha opinião é de quem entende que os bons resultados mereceriam ser coroados com o início do rebaixamento das taxas de juros, até porque tenho a absoluta convicção de que a inflação está sendo domada, e será domada. No momento em que não faz o gesto de ousadia, o Governo pode estar mostrando falta de confiança nele próprio e pode estar inutilmente demorando com um remédio amargo e pesado demais, enfiando o País, talvez, na rota de uma recessão muito dura, da qual poderá demorar a sair.

Vemos certos indicadores na União Européia, no Japão e na nossa vizinhança, e os sinais que os Estados Unidos mostram ainda não são tão positivos. Os indicadores do setor manufatureiro, por exemplo, têm melhorado um pouco nos Estados Unidos – não sei se é uma tendência. O aumento da compra e venda de imóveis nos Estados Unidos é um sinal de alento, mas não há confirmação ainda de que aquele grande país esteja pronto a reaquecer para valer a sua poderosa economia.

Acho que o Brasil teria de fazer alguma coisa aqui. Quando falo em 25% de juros, queria voltar a 30 de dezembro, que era uma hora crítica para a economia brasileira. Os indicadores estão tão melhores que não sei por que os juros teriam de estar acima disso.

Portanto, ao fazer essa fala, não queria ser confundido nem com quem defende o setor de qualquer jeito – isso não é bom – e nem com o voluntarista que conversou ontem com Nossa Senhora, não sei se foi a de Nazaré ou a de Fátima. É típica de quem conversa com Nossa Senhora essa história de que os juros têm que baixar porque é ético baixar juros. Enfim, não quero me situar no ramo da tolice, da asneira, da asnice. A minha confiança no trabalho que vem sendo feito me diz que poderá ser um erro grave o Governo não mexer nas suas taxas básicas de juros agora e testar a própria confiança, que, tenho certeza, ele próprio granjeou perante o mercado.

Portanto, Dr. Bevilacqua e Dr. Eduardo Henrique, entendo que é uma verdade que o Banco Central de um país moderno deva ser autônomo. Entendo que a decisão deva ser técnica e, por outro lado, o técnico não precisa ser necessariamente surdo. Ele pode ser técnico e não ser surdo. Então, é natural que eu opine, como Parlamentar. Não recebi o mandato dado pelo povo do Amazonas para não opinar sobre os juros ou sobre o câmbio. Ao contrário, foi precisamente um dos temas. Ou seja, quero opinar sobre qualquer coisa, política externa, política interna e todas as coisas. Nenhuma pressão poderia significar que haveria pressão só do mercado. A pressão normal, legítima, se é que podemos entender como pressão... Eu opinar, o Senador Paulo Octávio opinar, qualquer Parlamentar ou qualquer cidadão brasileiro, na democracia que ajudamos a construir, opinar, isso não é pressão.

Ao final, o que se imagina é que, para o bem ou para o mal, certo ou errado, correta ou equivocadamente, o Banco Central vai tomar a sua decisão, que é técnica. Não há como não ser uma decisão técnica. Assim, questiono se é da melhor técnica não mexer nos juros agora. Isso prova, de qualquer maneira, a convicção numa política – não tenho dúvida alguma, aquela coisa de São Tomé em dobro, querer ser duas vezes São Tomé. É técnico, diante de tantos êxitos macroeconômicos e de tanta credibilidade, conquistada por quem não a tinha antes, dizer que não caberia a mexida agora? Deve-se levar em conta que seria, talvez, uma sinalização para a economia brasileira, ao mesmo tempo com uma clara demonstração de que não se está fazendo absurdos. Ou seja, se pego 1,25% dos juros americanos e coloco 12% de inflação

brasileira, colocando 8 pontos de risco-Brasil, tenho 21,5%. Teoricamente, poderia pensar em juros de 21,5% – não estou falando disso. Tinha falado em 1,5 a menos, 25%; quem sabe agora nada ou 0,5%. Ou seja, é um juro ainda muito caro, que ainda atrai fortemente os capitais de curto prazo. O **smart money** atrai demais esse capital – não sou contra. Depois de uma crise dessas, esse capital termina tendo a sua utilidade, mas os malefícios são muito claros quando nos deparamos com uma situação em que os juros altos permanecem altos por tempo demasiado.

Portanto, não tenho nenhuma colocação a fazer e nem lhes peço resposta objetiva sobre isso, até por que sei que vão lá para cumprir, como homens de confiança do presidente Meirelles, uma política que ajudarão a formular, mas com a qual concordarão. Quero apenas registrar que, se porventura o governo resolver manter a taxa de juros, lamentarei, mas continuarei entendendo que é uma atitude honesta, de pessoas honestas, de boa-fé que são.

Se baixar, entenderei que é uma atitude honesta, técnica, de pessoas sérias e que compreenderam que era hora de mostrarem mais confiança nelas próprias e na política que vão fazendo, dando uma sinalização para o País de que não tem por que se aprofundar o caminho para uma recessão, que poderá ser aguda e dolorosa, com todas as complicações sociais que daí possam advir.

Desejo boa sorte no trabalho que, com toda certeza, competentemente, vão desenvolver como diretores do Banco Central.

Muito obrigado aos senhores.

Obrigado, Sr. Presidente, pela consideração de ter-me permitido falar quase que depois de término da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Encerra da a arguição, a presidência solicita aos indicados que aguardem na secretaria da comissão para que seja processada a votação secreta em que será utilizado o sistema de cédulas. (Pausa)

Todos votaram?

Gostaria de chamar o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Lúcia Vânia para que façam o processamento da votação e a apuração devida. (Pausa)

A presidência agradece à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Eduardo Suplicy pela diligente apuração.

Ao fim da apuração dos votos, verificamos os seguintes resultados:

Item nº 1. Dr. Afonso Santana Bevilacqua: 20 votos “sim”, 4 votos “não” e uma abstenção. Conseqüentemente, está aprovado.

Item nº 2. Dr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo: 20 votos “sim”, 4 votos “não” e uma abstenção.

A comissão, portanto, aprova a indicação dos Srs. Afonso Santana Bevilacqua e Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo para exercerem cargos de direção no Banco Central do Brasil.

Agradeço a todos pela presença e cumprimento os diretores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h07min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em dez de junho de 2003, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia dez de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, Presidente em exercício, reúne-se A Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores: Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, José Agripino, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Almeida Lima, Osmar Dias, Patrícia Saboya Gomes e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os seguintes Senadores: Ramez Tebet, Romero Jucá, João Alberto Souza e Eduardo Azeredo. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, procede-se à EXPOSIÇÃO DO Dr. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA, PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 1999, QUE “ESTABELECE REGRAS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, E PARA DISCORRER SOBRE O PAPEL A SER DESEMPENHADO PELO BNDES, AO LONGO DO

GOVERNO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nºs 31 E 04-CAE/2003, DE AUTORIA DOS SENADORES ALOIZIO MERCADANTE E ARTHUR VIRGÍLIO, RESPECTIVAMENTE. Usaram da palavra os Senadores: Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Geraldo Mesquita Júnior, Sérgio Guerra, Pedro Simon, César Borges, Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Antero Paes de Barros, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente, em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 10 de junho de 2003, às 10h36min, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Pauta:

Exposição do Dr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1999, que “estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional, e dá outras providências”, e para discorrer sobre o papel a ser desempenhado pelo BNDES, ao longo do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em atendimento aos requerimentos nºs 31 e 04-CAE/2003, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio, respectivamente

O Dr. Carlos Francisco Lessa já se encontra na Secretaria da Comissão. Convido os Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon para que introduzam o Presidente do BNDES no plenário da Comissão. (Pausa)

O Dr. Carlos Francisco Lessa já está conosco.

Desejo informar que, depois da exposição do convidado, abriremos a fase de interpelação pelas Srs. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos. As inscrições estão sendo feitas na Mesa. A palavra será concedida na ordem de inscrição, com preferência para os autores do requerimento, Senadores Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio. Cada interpelante dis-

põe de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Tenho o prazer de passar a palavra ao Dr. Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, para fazer sua exposição.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Agradeço pela oportunidade de ter contato com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Penso que qualquer membro do Poder Executivo tem que estar sempre à disposição do Poder Legislativo para, na medida do possível, esclarecer, informar sobre o desempenho da área executiva de que é responsável.

Entendo que está em discussão um projeto de lei – creio tratar-se do Substitutivo nº9/99 – de grande importância para o futuro do BNDES e, portanto, compete a mim, como Presidente desse Banco, inicialmente, esclarecer um pouco a natureza de um banco de desenvolvimento. Trata-se de uma instituição que, de certa forma, desenvolveu-se a partir de algumas poucas experiências internacionais, por exemplo, o Banco Mundial – BID e de um outro de um país da periferia, sendo que o nosso BNDES é o segundo banco de desenvolvimento mundial por volume de operações. Porém, existem outros. Na América do Sul, temos a CAF, Corporação Andina de Fomento; há o Fundo da Bacia do Rio da Prata – Fonplata, que é pequenininho, na região do rio da Prata, e no resto do mundo há uma ou outra experiência parecida.

Um banco de desenvolvimento é necessariamente um banco – gosto de pensar assim – preocupado com o futuro imediato. Ou seja, é uma instituição que tem que combinar duas dimensões. Uma dimensão que seria um pouco Dom Quixote, uma dimensão de sonho do desenvolvimento com uma dimensão Sancho Pança, que é a prudência e o desempenho estritamente bancário. Tem-se que combinar essas duas dimensões, o que é uma combinação por vezes difícil de ser feita.

O BNDES surgiu no Brasil nos anos 50. Na verdade, para ser preciso, a data de fundação foi 1952. É muito difícil reconstituir a história econômica brasileira desse meio século sem fazer referências ao BNDES, quero dizer, para o erro ou para o acerto, essa trajetória tem muita participação do BNDES.

Se resumíssemos muito, eu diria aos senhores que nos anos 50 foi classicamente o banco da infra-estrutura; nos anos 60, o banco que consolidou bases industriais relevantes, como, por exemplo, o complexo metalmeccânico na indústria automobilística. Foi ao mesmo tempo o banco da siderurgia, da pe-

troquímica, da indústria de bens de capital, do papel e celulose. Foi também o banco pioneiro no Brasil ao apoio à pequena e à média empresa desde os anos 60. Na verdade, é o único banco que faz financiamentos de médio e longo prazos para as pequenas e médias empresas.

É o banco que financia a indústria de bens de capital, financiando o comprador de máquinas e equipamentos; segura o desempenho da indústria mecânica. Nos anos 90, para encurtar um pouco a história, foi responsável pelo processo de privatização no Brasil.

Costumo dizer que a função ou a missão de ser o banco de mutações patrimoniais da organização brasileira como banco da privatização desviou o BNDES da sua missão histórica que era a de banco de desenvolvimento. Um banco em desenvolvimento é um banco que está vocacionado a ampliar a capacidade produtiva e não a transferir ativos preexistentes. Porém, o BNDES cresceu muito nessa função de privatização. Pouco depois, passou por um grande crescimento recebendo as funções de financiamento de exportações no Brasil. Era uma tarefa de pequena monta e que ganhou uma imensa expressão, principalmente no final dos anos 90 e no início deste século, devido ao fechamento das linhas de financiamento clássicas dos bancos internacionais.

Na verdade, o BNDES apareceu como uma espécie de Eximbank brasileiro. Por que faço referência a esse fenômeno? Porque uma das características dos bancos de desenvolvimento é que, de certa maneira, são prisioneiros do seu passado, no sentido de que tanto a sua carteira ativa quanto a passiva expressam decisões tomadas no passado e que predefinem o curso das ações futuras.

Vou ilustrar o que aconteceu, por exemplo, com a privatização. Os Srs. Senadores terão uma idéia bem clara pela evolução dos ativos do banco. O BNDES, em 1995, tinha R\$40 bilhões de ativos. Hoje, tem R\$151 bilhões. É um crescimento espetacular, mais de 200% de crescimento nominal dos ativos, sendo que a economia brasileira cresceu muito pouco nesses anos.

Essa imensa expansão dos ativos se deveu à privatização e à exportação. São duas funções relevantes, não vou discuti-las, mas não são funções intrinsicamente ligadas à sua missão tradicional de desenvolvimento. Essa expansão teve a seguinte consequência: levou o BNDES a crescer muito sua exposição a financiamento externo. Em 1995, as fontes externas do BNDES eram 8% e, hoje, são 20%.

Os senhores poderiam perguntar: qual é o problema? Um banco de desenvolvimento é tão mais apto a fomentar quanto mais barato é o dinheiro médio que captura. À medida que cresce o seu **mix** de recursos externos caros, reduz-se a sua capacidade de operar diferencialmente. No meu ponto de vista, foi excessiva a exposição ao financiamento bancário internacional, mas não ao financiamento de agências internacionais, que é confortável. Mas o mercado de capitais internacional apresenta para o BNDES, hoje, uma exposição incômoda. E pelo lado ativo, constituiu-se um ativo que, sob muitos aspectos, sua recuperação é duvidosa.

O problema da recuperação é que um banco de desenvolvimento empresta basicamente o que recupera de operações realizadas no passado. Por exemplo, V. Ex^{as} devem estar informados do que ocorre com a Eletropaulo, cujas controladoras – a AES Elpa e a Transgás – são devedoras do BNDES em US\$1,2 bilhão, e não pagam a sua dívida. Isso representa, no fluxo de caixa deste ano, a não entrada de US\$1,2 bilhão. Para ser absolutamente preciso, US\$1 bilhão, pois US\$200 milhões deveriam entrar no início do próximo ano. Cito o exemplo da Eletropaulo, porque o caso já é público; não posso citar outros, por uma questão de sigilo bancário. Porém, não seria um equívoco se dissesse a V. Ex^{as} que grande parte dos ativos gerados pela privatização são de recuperação, no mínimo, difícil e, em alguns casos, duvidosa.

Com respeito à exportação, também surgiu uma forte restrição no BNDES para o futuro. E tal restrição está, de certa maneira, ligada a uma glória brasileira: o fato de o Brasil ser exportador de aviões a jato. Na verdade, atualmente há apenas quatro fabricantes de aviões a jato comerciais no mundo, que são: a Airbus (francesa), a Boeing (americana), a Bombardier (canadense) e a Embraer (brasileira). A Embraer é uma empresa que demonstra, à saciedade, a capacidade que tem um País como o Brasil de ser competitivo em um produto de alta tecnologia, e tecnologia de ponta. Porém, o que não é dito é que toda glória tem seu débito: a Embraer só pôde voar, porque o BNDES se comprometeu a financiá-la. Um avião é financiado por 14 anos para o comprador. E para poder voar com normalidade, é necessário que todo ano haja um grande financiamento de novos aviões. Dessa forma, a exposição do BNDES a uma empresa como a Embraer cresceu. Atualmente, há, em nossos ativos – quer diretamente com a Embraer quer indiretamente com companhias de aviação financiadas indiretamente por nós via aviões da Embraer –, uma vez e meia o patrimônio líquido do banco com a Embraer.

Apresentei essa informação a fim de que fique bem claro que o BNDES não é um instrumento que pode ser manejado para qualquer lado com rapidez. Deve ser manejado a serviço de novas orientações dadas pelo Governo e pelos Poderes da República. Porém, a mudança de curso é muito lenta, pois há um passado que se projeta sobre o presente e até mesmo sobre o futuro da instituição. E não existe a flexibilidade que, à primeira vista, poderia sugerir. Por que digo isso? Porque eu gostaria de tecer considerações a respeito do projeto de lei, dizendo que, se extrairmos das operações do BNDES as operações com exportação – e, infelizmente, as regiões brasileiras de menor desenvolvimento têm hoje uma pequena participação no conjunto de exportações –, as aplicações do BNDES na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste, quer por operações diretas quer por operações indiretas, via agentes nossos, se aproximam da marca de 30%.

Creio que foi distribuído a V. Ex^{as} uma pequena ajuda de memória. No final, há uma tabela em que poderão observar resultados de ações espacialmente difundidas. No ano de 2002, para ser preciso, foram 29,8% dos recursos. Houve momentos no passado em que o BNDES aplicou mais recursos em regiões de menor desenvolvimento relativo. Por exemplo, quando o pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, estava em construção, houve anos em que o BNDES aplicou uma parcela proporcionalmente muito maior de recursos na região Nordeste. O que desejo colocar é que, se não fosse o processo de privatização e a missão de financiar as exportações que o BNDES assumiu, muito provavelmente a expressão do BNDES em relação às regiões menores em momentos relativos do Brasil teria sido muito maior do que foi nesse momento.

Quero dizer que sou Presidente do BNDES apenas há cinco meses e, obviamente, orgulho-me de presidir o que é uma burocracia de qualidade, uma instituição basicamente sólida do aparelho do Estado brasileiro, porém, não fui o gestor das orientações que prevaleceram na administração do BNDES nos anos 90. Sou gestor de um BNDES que é marcado por essas decisões. Se V. Ex^{as} me perguntassem qual é a diretiva central do BNDES hoje, eu resumiria dizendo o seguinte: o BNDES está centralmente preocupado em retomar o desenvolvimento, porém, num padrão que é o contrário do passado, a fim de que a inclusão social não seja uma categoria resultado, mas seja uma diretiva central do próprio processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, pretendemos a vulnerabilidade externa do Brasil.

Ao construir essa proposição, o BNDES fica naturalmente comprometido em dar continuidade ao esforço exportador brasileiro. Por quê? Porque é pela folga externa do País, ou seja, pelo superávit comercial, que o Brasil ganhará fôlego para propiciar decisões mais relevantes para o seu destino no futuro. Então, é extremamente importante que o BNDES continue a manter um esforço exportador, se bem que, como V. Ex^{as} sabem, o esforço exportador, às vezes, está sujeito a vicissitudes em razão de câmbio, de tendências da economia mundial e até mesmo de outras dificuldades. Porém, eu diria que este ano o BNDES vai conseguir, no bojo das instituições gerais brasileiras, apoiar a vigorosa expansão de financiamento das exportações.

Em segundo lugar, o BNDES precisa ajudar o País a retomar o crescimento. Se V. Ex^{as} me perguntarem como está acontecendo isso, eu diria que, do ponto de vista de grande empresa, está indo mal, porque no momento as cartas consultas ao banco, no segmento grandes empresas, estão muito abaixo nesse quadrimestre do que foram no igual quadrimestre do ano passado. Na verdade, apenas festejamos a chegada de um grande projeto industrial ao banco neste mês, que por acaso é um projeto no Nordeste legal. Trata-se do projeto Veracel, que é um grande projeto de papel e celulose que será executado no sul da Bahia. Porém, de modo geral, as grandes empresas não têm trazido ao BNDES projetos. Pudemos, com muita satisfação, há três semanas, aprovar o projeto de uma hidrelétrica na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Aprovamos também a conclusão da Usina de Pedra de Cavalo, que também é na Bahia. Também são muito poucos os pedidos de financiamento de infra-estrutura pelo setor privado. Temos tido certo crescimento e certo dinamismo na pequena empresa, pois cresceram as solicitações delas ao banco.

Nós, do BNDES, estamos extremamente preocupados em aumentar a capilaridade das operações do banco no capítulo pequenas e médias empresas. Com respeito à pequena empresa, há uma inovação relevante que o BNDES pode colocar em prática este ano. Na verdade, a inovação, conceitualmente, começou a ser concebida em 1994. O Presidente Fernando Henrique Cardoso a inaugurou em setembro do ano passado, porém, quando assumimos o banco ainda não havia sido colocado em execução. Trata-se do Cartão BNDES, ovo de Colombo. O que é o Cartão BNDES? É um cartão de crédito. Há um portal no BNDES em que todos os fabricantes de máquinas e equipamentos registram seus produtos, e os bancos

credenciados pelo BNDES, ao entregar o cartão de crédito a uma empresa, abrem acesso automático dela para comprar pelo portal BNDES os produtos que estão no catálogo. A linha de crédito é de até R\$50 mil, e é crédito rotativo. Nessa linha, estamos operando com a menor taxa do banco, 1,8%, que é uma taxa muito confortável.

A primeira operação foi simbolicamente feita em Alegrete, por um pequeno supermercado, que comprou uma balança marca filizola. Em Natal, há um mês, mais ou menos, tivemos a satisfação de assinar com a Federação Nacional do Trigo um acordo pelo qual as padarias de todo o Brasil passam a ter acesso ao Cartão BNDES. Por curiosidade e informação, são 54 mil padarias associadas.

A idéia do BNDES é de que, com um cartão, poderemos chegar a qualquer cidade de 10 mil habitantes, onde haverá uma ou duas pequenas empresas que poderão ter acesso a esse cartão. Da mesma maneira, o BNDES já vinha tentando criar postos avançados, já que ele é uma burocracia muito pequena concentrada no Rio de Janeiro, com pequenos escritórios de apoio em Brasília, em Recife e em São Paulo. Porém, estamos criando postos avançados, que são instituições, geralmente federações de indústria, mas podem ser também agências de desenvolvimento local, que assumem, por treinamento nosso, um papel de porta-voz das nossas linhas e eventual apoio a pessoas que queiram consultar o Banco. Já temos 41 postos avançados. É interessante que 19 deles estão nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que demonstra um funcionamento bastante equilibrado. Já temos também um funcionando no Amapá, que já nos trouxe algumas consultas, pequenas, porém significativas.

Acredito que o meu tempo já esteja chegando ao final, mas quero dizer aos Srs. Senadores que está na dimensão de sonho do BNDES ampliar significativamente os projetos de desenvolvimento em todas as regiões do País, muito especialmente nas regiões com menor desenvolvimento. Estamos particularmente felizes com o simbolismo de alguns gestos que podemos fazer. Um deles é apoiar, no Estado do Acre, agora, a partir de uma iniciativa do Ministério da Saúde, mas a que o BNDES dará profundidade, uma fábrica de material cirúrgico, principalmente luvas cirúrgicas e preservativos, utilizando o látex, que vai marcar um pouco a posição do Banco em procurar levar o desenvolvimento industrial como ação de fomento a todas as regiões do País.

Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo a atenção de V. Ex^{as} para duas dificuldades reais e que seria,

vamos dizer, errado desconhecê-las. A primeira delas diz respeito aos limites de endividamento de Municípios e Estados. Um banco funciona sempre na medida em que há um demandante. No caso, o demandante público hoje se encontra bloqueado pelos limites de endividamento e pela dificuldade de conseguir descontingenciamento para acesso ao crédito. Então, existem muitos municípios que poderiam estar realizando obras de infra-estrutura que teriam um significado do ponto de vista de emprego, de mão-de-obra, de geração de renda, de aperfeiçoamento da vida social, mas que não podem se endividar, apesar de serem municípios bem administrados e adimplentes. Não podem, porque estão submetidos aos contingenciamentos globais, que limitam também a capacidade dos agentes financeiros públicos em financiar qualquer agente público. Isso retira do repertório de possíveis demandantes uma variedade muito grande de protagonistas que poderiam estar nos ajudando, ajudando o Brasil a desenvolver sua infra-estrutura e criar suportes e externalidades para o desenvolvimento das forças produtivas.

Isso é uma recessão que o País vive de maneira dramática no segmento público, digamos assim. No segmento privado, dependemos da manifestação de vontade de se endividar por parte do empresário privado. E um banco necessita, além disso, da demonstração de que esse empresário tem condições de honrar o seu empréstimo, pois o banco é gestor de recursos que não são próprios. No caso do BNDES, somos administradores do fundo. Nossa principal fonte é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que, remunerado por nós, dá lastro, basicamente, ao seguro-desemprego, para citar a mais importante tarefa. Temos que remunerar o FAT, o que significa dizer que o BNDES não pode subsidiar operações de crédito, mas poder operar, sim, a menor taxa possível a partir dos seus recursos, mas isso coloca um limite. Por exemplo, hoje, os fundos constitucionais operam em condições mais favoráveis que o dinheiro mais barato de que o BNDES dispõe. Hoje estão com uma taxa mais favorável. Chamo a atenção de V. Ex^{as} para o fato de que há saldos de recursos de fundos constitucionais não aplicados no Banco do Nordeste, no Basa e até, recentemente, havia no Banco do Brasil. Por quê? Porque o Banco do Nordeste e o Basa, que são agentes repassadores do BNDES, são importantes parceiros nossos, sofrem a limitação do postulante, do demandante do recurso. Então, a ação de um banco de desenvolvimento não pode ser a de um balcão, que fica parado esperando que cheguem os pedidos. A ação

de um banco de desenvolvimento tem que ser promotora de filiação de novos projetos.

O BNDES acompanha com muito interesse as gestões que têm tido lugar no Nordeste quanto a uma siderúrgica. Acreditamos que o Nordeste esteja maduro para ter essa siderúrgica, seria extremamente conveniente que houvesse essa siderúrgica, da mesma maneira que a idéia de uma nova refinaria no Nordeste abre o capítulo da reformulação da petroquímica. Hoje, qualquer refinaria tem uma corrente de eteno, não se pode instalar uma nova refinaria sem instalar junto novos aproveitamentos petroquímicos.

Tanto a nova refinaria quanto a siderúrgica são projetos de grande poder reestruturante que estão em carteira, da mesma maneira que a Transnordestina é uma operação extremamente importante para a logística, em termos de Nordeste. Se estivéssemos pensando em termos de pesca e construção naval, existem oportunidades importantes a serem desenvolvidas. Desde logo, o Cabedelo da Paraíba poderia ser uma importante base pesqueira, e poder-se-ia pretender a pesca de alto-mar do atum, hoje feita por pescadores estrangeiros. O Brasil praticamente não pesca. Poderíamos ter uma quota de 80 a 100 mil toneladas de atum. Um pedaço grande dessas capturas pode ser feito por uma indústria de pesca sofisticada do Nordeste.

O camarão nordestino teve o apoio do BNDES desde o primeiro momento. Esperamos aprofundar esse apoio e estamos extremamente interessados em apoiar uma aquicultura que venha a se desenvolver na região como uma fonte de suprimento protéico.

Desde logo, eu gostaria de sinalizar que existem alguns projetos muito interessantes para as Regiões Norte e Nordeste ligados a esse novo fenômeno da agricultura de grãos que surgiu, cuja mancha ocupou a Amazônia meridional, um pedaço do Maranhão e um pedaço do Piauí. Essa expansão de grãos – acredito que o BNDES tenha muito a ver com isso, porque somos um grande banco financiador de máquinas e equipamentos agrícolas, que foi fundamental para essa explosão dos grãos – simplifica restrições para a cadeia alimentar. Hoje, a produção de proteínas no Nordeste passa a ser extremamente facilitada por essa grande quantidade de grãos. O Nordeste e o Norte podem, perfeitamente, pretender expandir a produção, por exemplo, avícola e suína, desde o momento em que passarem a ter rações derivadas da prensagem da soja. Aliás, está na hora de começarmos a fomentar projetos de prensagem de soja no Maranhão e no Piauí, porque no oeste da Bahia já

existem. Na Amazônia meridional – alguns já chegaram lá na Região Centro-Oeste –, diversas plantas estão sendo inauguradas; está na hora de levar as plantas mais para cima.

Há algumas linhas de grande potencialidade. Instituições como o Basa, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o BNDES têm que se reunir como um comitê promotor, dentro da idéia de promover o desenvolvimento com inclusão social. Entre nós, vamos ter presente um ponto que considero extremamente importante: o Banco pode desenvolver ao máximo os seus esforços de fomento, mas, se não prevalecer uma cultura de desenvolvimento e uma aposta no futuro, vivenciaremos o problema de 2003. Como Presidente do Banco, fico extremamente preocupado com o fato de as consultas estarem abaixo dos padrões de 2002.

Quando digo isso, refiro-me às consultas de todo o Brasil. Tenho conversado com alguns Governadores das regiões de menor desenvolvimento, captando projetos. Outro dia, consegui um projeto – cujo nome não posso fornecer por questões de sigilo bancário –, que nos deu muita felicidade. Mas é apenas um projeto. Então, considero muito importante que o BNDES, junto com os outros bancos, com instituições como o Sebrae, as universidades, os centros técnicos e os núcleos de excelência tecnológica promovam importantes seminários para verificar como vamos tocar para frente a fruticultura, a siderurgia, a construção naval, e outras. Cada capítulo desse tem que ser trabalhado em profundidade para que se gerem as respostas empresariais que permitam aos bancos poderem aplicar recursos.

Sr. Senador, encerro por aqui e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dr. Carlos Lessa, parabéns pela exposição. Se faltam consultas empresariais, aqui temos muitas consultas do Senado, uma lista de pelo menos 13 Senadores inscritos.

Peço aos Srs. Senadores que usem o tempo regimental de três minutos para que todos possam ter as suas questões respondidas. A cada pergunta de três minutos, no máximo, o senhor também terá três minutos para a resposta.

O primeiro orador e autor do Requerimento é o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se V. Exª me permite, eu gostaria de dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Pois não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Que se agrupassem aqueles que vão indagar em grupos de três para permitir o fluxo das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sugestão devidamente acatada, Senador Garibaldi Filho.

Vamos ouvir, em primeiro lugar, os dois autores do requerimento, Senadores Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio. Após ouvi-los, passaremos a fazer em grupo as questões.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Eu queria parabenizar a exposição do Presidente Carlos Lessa. Acredito que seja extremamente saudável o debate que estamos fazendo, compartilho da argumentação do risco de engessarmos os recursos do BNDES e as implicações que isso pode ter para o futuro do País.

Aproveito o pouco tempo que tenho pra tratar de alguns aspectos que não aforam debatidos sobre o PLS nesta Comissão. Eu gostaria que fossem debatidos, se possível, hoje.

A primeira questão diz respeito a restringir o financiamento no art. 3º às atividades produtivas, o que impedirá que alguns programas como o Prodetur, que são programas de turismo no Nordeste, continuem sendo financiados pelo BNDES, porque ele determina que o financiamento é exclusivo do setor privado e a atividades produtivas.

No § 2º do art. 3º, há uma outra passagem que é extremamente preocupante, que exige que o risco seja compartilhado para os projetos entre o BNDES e os agentes de financiamento. Ora, só em operações do tipo Finame, que hoje são feitas por cartão de crédito diretamente ao pequeno empresário, se for exigido que o risco seja compartilhado, cada projeto terá de ter um parecer. Além de se burocratizar todo o processo e inviabilizar os empréstimos automáticos, vamos arrebentar o financiamento à micro e à pequena empresa, especialmente para essa região, se for exclusivo, pois foram feitos 117.571 contratos.

Como se fará análise de crédito compartilhado projeto a projeto? Isso engessa, burocratiza e inviabiliza o financiamento automático, uma das formas de o pequeno ter acesso ao crédito. Ao contrário, o banco está permitindo que, com cartão de crédito, a pessoa

vá direto ao portal do BNDES e financie. O primeiro financiamento foi para um sujeito de um supermercado do Rio Grande do Sul – não lembro a cidade – que financiou uma balança. Como haverá risco compartilhado com esse tipo de operação? É equivocada a proposição.

Tenho uma outra preocupação que deveria ser levada em consideração, pois creio que é um problema bastante sério. Segundo o art. 4º do projeto, os financiamentos em infra-estrutura limitam-se às empresas privadas de concessão pública – ou seja, o setor público não pode ter financiamento. Há um agravante: fixa-se um prazo máximo de financiamento de acordo com as cláusulas do BNDES. Por exemplo, a usina de Belo Monte, na Amazônia, tem um tamanho semelhante ao de Itaipu. É um investimento de longo prazo, de baixa maturação e de baixo retorno. Como se pode financiar um empreendimento desse tamanho em relação às cláusulas regulares do banco? Tem de haver um tratamento diferenciado. É um projeto da Amazônia. Isso é um exemplo de que esse engessamento é improcedente e é contrário à preocupação do desenvolvimento regional.

O art. 5º do projeto reduz o financiamento para educação, saúde e saneamento básico, em contrapartida de agentes financeiros internacionais. Pergunto o seguinte: como o BNDES vai financiar, no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, Estados e Municípios que não têm financiamento estrangeiro? Se se exige a contrapartida, o banco não vai poder financiar projetos de saneamento, que são essenciais inclusive para a saúde pública do País – aliás, esse é um debate que temos de fazer, pois essas obras geram muitos empregos –, para Municípios e Estados que não têm a contrapartida do financiamento estrangeiro. Do meu ponto de vista, essa determinação é totalmente improcedente, pois ela está na linha do engessamento, que não considero o melhor caminho para tratarmos desse assunto.

O art. 8º diz que aquilo que não for financiado dentro dos 35% é repassado imediatamente para os fundos constitucionais. Nesse ponto, chamo a atenção para dois problemas: primeiro, os fundos constitucionais não estão emprestando os recursos disponíveis, sendo que os fundos constitucionais têm condições mais favoráveis que o BNDES para emprestar. Eles têm rebatimento de dívida, prazo de carência etc. Por exemplo, em 2002, o Fundo do Nordeste emprestou R\$254 milhões de R\$1,8 bilhão que estavam alocados. Como vamos colocar mais recursos nesse fundo? O problema do fundo, hoje, não é a falta de recursos e, sim, falta de projetos, falta de visão de de-

envolvimento regional, falta de um plano nacional de desenvolvimento. Se vamos transferir mais recursos, vamos criar um problema de passivo e de ativo, porque as condições das fontes de financiamento do BNDES não são as mesmas dos fundos constitucionais. No BNDES, existe a TJLP em 10 anos. Nos fundos constitucionais, as condições são muito mais favoráveis, e os recursos do BNDES são, muitas vezes, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, com quem tem cláusula contratual, ou são do exterior.

Como podemos fazer um descasamento como esse, transferindo recursos para os fundos constitucionais? Por exemplo, o Plano da Amazônia Integral – PAI – dispunha de R\$3 bilhões para serem investidos desde 1994, mas só foram liberados R\$1,7 bilhão. Os recursos estão lá, mas não há projetos para liberação.

Isso mostra que não é um bom caminho esse que está sendo proposto.

Ainda chamo atenção para um outro aspecto do projeto, que me parece extremamente grave, que é o art. 9º relativo ao Bandespar.

O Bandespar é um instrumento de capitalização de empresas no mercado de capitais. Qual é minha preocupação? O projeto estabelece que o Bandespar vai poder financiar as empresas, mesmo havendo atraso na liberação dos recursos.

Há um trecho do texto, para o qual chamo atenção do Relator, que diz o seguinte: “(...) Os empreendimentos aprovados com benefícios do Finam e do Finor, seus sucedâneos, Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, cujos cronogramas e implantação estejam em atraso pela escassez ou retardamento da liberação de recursos dessas fontes”.

O Bandespar vai utilizar seus recursos para capitalização das empresas, mesmo nessas condições. Muitas vezes – embora nem sempre –, o atraso no cronograma e na implantação é produto de auditorias e de irregularidades. Como se vão colocar recursos do BNDES para financiar compulsoriamente uma empresa para a qual não foram liberados recursos por problema de irregularidade, que não está contemplada no projeto?

Por todos esses aspectos, deveríamos discutir, com muito cuidado, o engessamento setorial e regional do BNDES. Penso que temos outros instrumentos para estimular o financiamento regional, que é um tema legítimo. Há uma carência de recursos disponíveis na Região Norte e, especialmente no Nordeste e no Centro-Oeste. É verdade que os recursos do BNDES para essas Regiões vêm crescendo 25% acima da média nacional, vêm tendo um acréscimo,

mas, de qualquer forma, é procedente a necessidade de aumentar a linha de financiamento e, sobretudo, de ter projetos estruturantes de desenvolvimento que alavanquem essas Regiões. Mas não creio que engessando, da forma como está sendo proposto, com uma série de artigos que são extremamente problemáticos e que merecem uma discussão qualificada por parte desta Comissão, artigos que terão efeito ao avesso do que se pretende, possamos contemplar o problema do desenvolvimento regional.

Peço que discutamos isso com calma, com muita atenção, com profundidade e que, em razão da demanda – que é extremamente legítima, sobretudo dos Senadores dessas Regiões, que buscam o desenvolvimento regional –, apressada e açodadamente não prejudiquemos a micro e a pequena empresa. Com todos os créditos tendo risco compartilhado, será inviabilizado o financiamento para a micro e pequena empresa.

Peço ainda que não se prejudiquem projetos como o Prodetur, que ficam proibidos em razão das normas que estão aqui sendo rigidamente estabelecidas; que não se prejudiquem os Estados e Municípios que não têm financiamento internacional para receber a contrapartida do BNDES, item que está também estabelecido nesse projeto; que não se prejudiquem os investimentos, sobretudo o Bandespar, com regras que podem permitir que empresas que estão com os repasses atrasados por auditorias e por irregularidade – vimos isso no caso da Sudam, e são do conhecimento nacional – possam ter recursos do Bandespar; e que haja uma discussão de fundo porque, mesmo nos fundos constitucionais, há excesso de recursos e falta de projetos.

Deve haver projeto de desenvolvimento e política regional de desenvolvimento.

O que foi Camaçari? Aquele é um projeto estruturante de desenvolvimento. Também o é a construção de um porto, ou de uma refinaria, ou Carajás. Esses são projetos que temos de financiar, que impactam a região, que ajudam as exportações e o desenvolvimento, mas não é com uma cláusula burocratizante, engessando, sem rigor e sem análise mais profunda do papel estratégico do BNDES, que vamos resolver esse problema. Talvez iremos emperrar uma parte da liberdade de ação, que é essencial.

Concluo sugerindo uma alternativa, sobretudo àqueles que têm essa motivação. A LDO, hoje, exige audiências semestrais do BNDES para prestar contas dos seus investimentos. Por sinal, esse é um trabalho que eu e o então Deputado Sérgio Guerra fizemos na Câmara, quando votamos a nova LDO – V. Exª, inclu-

sive, era o Relator nessa época, e elaboramos juntos essa cláusula.

Por que não colocamos as metas de financiamento regional na LDO? Nesse caso, teríamos uma audiência de avaliação, se foi ou não cumprida. Sem essas outras cláusulas que estão enrijecendo, eu diria, em alguns casos equivocadamente, a ação do Banco, vão ser prejudicadas a micro e a pequena empresa, o setor público e a infra-estrutura.

Vamos colocar na LDO essa cláusula de metas regionais de financiamento, com o debate permanente do Congresso, fiscalizando e cobrando para ver quais são as demandas, os projetos, se houve avanços ou não. Teríamos uma dinâmica muito mais saudável. Podemos, a cada ano, estar acompanhando a evolução. Regionalizamos os recursos do BNDES, sem o contingenciamento, que considero extremamente preocupante e merecedor de uma análise mais cuidadosa por parte dessa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem a palavra o Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Senador, eu gostaria de, primeiro, sublinhar que o BNDES, certamente nos anos 90 – até porque esse dinheiro foi desviado, como expliquei a V. Exªs, da sua missão clássica, central –, foi muito mais atraído à missão da privatização e exportação. Mas, apesar disso, o BNDES aplicou, entre 1995 e o ano 2000, mais de 23 bilhões nas três Regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fundos constitucionais aplicaram, no mesmo período, R\$7,9 bilhões.

O que eu quero dizer é que o esforço do BNDES foi, proporcionalmente, quase três vezes e meia o esforço feito pelos fundos constitucionais. Não creio que tenham sido procrastinados pleitos de financiamento. Pode ser que, eventualmente, um ou outro tenha atravessado dificuldades. Às vezes, os rituais de análise são extremamente complexos, desgastantes e demorados. Porém, a princípio, eu diria que o BNDES é extremamente aberto a projetos. Creio que a crítica que poderia ser feita ao Banco, no passado – e espero que no presente consigamos superá-la –, é a de que o BNDES teria que assumir uma atitude mais de banco de fomento. Ou seja, teria que ter uma atitude mais motivadora de projetos, de reuniões, de discussões, buscando articulações que permitissem que novos projetos surgissem.

Novamente quero chamar a atenção para o fato de que, pela visão doutrinária neoliberal, esse papel

não é típico do BNDES, não o seria. Há uma idéia de que o mercado é virtuoso e que gera, por si, as demandas. Cabe a um banco examinar se o pleito é consistentemente apresentado por alguém credenciado para fazê-lo. Até debitar a relativa inércia do BNDES a um tipo de visão de mundo que prevaleceu nos anos 90 – a visão de que o mercado por si só é virtuoso e capaz de reproduzir suas benesses. Entendo que é necessário, de novo, uma postura ativa de desenvolvimento para promover, de forma redundante, um desenvolvimento das regiões de menor dinamismo do País ou com problemas mais sérios. Creio que no momento em que a inclusão social aparece como diretiva central, naturalmente coloca-se a questão regional em um patamar muito especial.

Permito-me chamar a atenção para um tipo de desenvolvimento analítico que hoje é comum no debate sobre desenvolvimento regional. Ao “especializar” o desenvolvimento, deve-se pensar a região na sua dimensão macro, na sua dimensão meso e local. O esforço pelo desenho do desenvolvimento regional não pode ficar circunscrito só à região vista como um todo; tem que ser capaz de avançar na desagregação das suas mesorregiões, onde são possíveis as cadeiras produtivas, os chamados arranjos produtivos locais, as ações interativas para criar vantagens comparativas relativas.

Há um exemplo extremamente interessante no Ceará. Falo do pólo calçadista que se criou nos anos 90, e que hoje dá ao Ceará o segundo lugar na exportação de calçados. O Ceará era um Estado sem tradição nesse segmento. Por exemplo, cito a brecha que aconteceu com o camarão e que já está gerando, hoje, exportações que beiram US\$200 milhões. Obviamente, pode haver um espaço adicional de desenvolvimento e de sofisticação na estrutura. Não se deve pensar o camarão na região, mas pensar, na Região Nordeste, quais são as mesorregiões que estão vocacionadas para a marinocultura, para a aquicultura, e fortalecê-las, no que parece ser um potencial, uma vocação, uma atividade de grande dinamismo. Esse tipo de olhar é o que o Banco do Nordeste tradicionalmente teve com o seu Etene – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, que produziu algumas excelentes sugestões para o desenvolvimento das regiões. Infelizmente, por razões que não sei quais são, o Etene perdeu muito de suas equipes, de sua densidade de trabalho.

Uma das coisas que poderíamos buscar desenvolver, jogando de maneira articulada com os outros bancos regionais – o Basa, o Banco do Nordeste e o BB –, caso assumíssemos o papel de um banco voca-

cionado, ou ao menos observando com um olhar especial o Centro-Oeste, seria a oportunidade de desenvolver “Etenes” que pudessem dar sustentabilidade a uma discussão mais profunda sobre o desenvolvimento da região. De qualquer maneira, registro com satisfação o aparecimento de duas novas agências: a Adene e a Ada. Creio que terão, agora, mais esse papel de articular a harmonizar distintas dimensões espaciais do que as antigas instituições que administravam e, assim mesmo, de natureza mais geral.

Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante pela intervenção e gostaria de sublinhar muito a questão do Banespar.

O Banespar, que é o grande instrumento de que o Brasil dispõe para fomentar mercados de capitais, ficaria muito travado se colocassem em sua carteira participações acionárias de liquidez muito baixa ou sem liquidez. Isso teria um efeito muito frenatório de uma missão estratégica que é dada ao Bnespar. O art. 9º do Substitutivo teria esse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Relator do PLS nº 9/99, antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que também é autor do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio; Sr. Presidente do BNDES, Carlos Lessa, Srs. Senadores, agradeço pela presença do Presidente do BNDES nesta Casa para fazer suas explanações, atendendo a requerimento dos Senadores e também em razão de uma discussão que tivemos aqui, na semana passada, sobre um projeto que está tramitando nesta Casa desde 1999, de autoria do Senador Jefferson Péres. Tal projeto teve o seu início ainda no tempo do Senador Beni Veras, do Estado do Ceará, e, agora, finalmente, vai à votação, nesta Comissão, depois de quatro anos de discussões e estudos, apesar de o Senador Aloizio Mercadante ter considerado que os estudos e as discussões de quatro anos não foram suficientes e que houve uma visão, como diríamos no nosso Nordeste, avexada, corrida e, de uma certa maneira, pouco cuidadosa em relação ao problema. Na sua visão, certamente, deveríamos ter mais quatro ou cinco anos de estudo, quando terminaria o mandato do Governo Lula, para que estivéssemos mais amadurecidos sobre o problema.

Na verdade, o que estamos propondo, depois de tantas discussões e até em conjunto com o Senador Jefferson Péres, é reduzir a participação mínima

colocada para o Banco do Nordeste para 35% das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, muito aquém da participação da população na região, no sentido de garantir um mínimo de aplicações de uma instituição de desenvolvimento nacional para as regiões menos desenvolvidas do País. Vou repetir, um mínimo de 35% para um banco de desenvolvimento, para uma população que deve beirar os 45% a 50%, de um banco de desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas. Isso no sentido de se garantir que pelo menos esse mínimo seja aplicado, já que secularmente o Nordeste tem ficado em segundo plano, por não se tratar de uma prioridade e porque todos os estudos são considerados precipitados e devem ser postergados.

Acreditava que, agora, finalmente, teríamos essa oportunidade, já que se trata de um Governo de um partido que tem na inclusão social a sua bandeira mais importante e principal. Mas, de fato, continuaremos a ter muitas ações simbólicas, mas estamos longe de atitudes concretas em relação a uma atitude maior de inclusão social, principalmente em relação às regiões mais desfavorecidas do Brasil.

E acreditamos que, com essa visão, pelo menos esse mínimo estaria garantido. Lembro-me de que, certa feita, o Senador Fernando Bezerra teria considerado 35% muito pouco. Mas não é que 35% sejam muito pouco, está-se considerando o mínimo. Acreditamos inclusive que o banco teria condições de aplicar muito mais, e poderia até, com essa visão, aplicar muito mais do que isso.

Quando o Senador Aloizio Mercadante pediu vista, evidentemente percebi, como todos nós que procuramos evitar, que não se tratava simplesmente de estudar melhor, mas uma procrastinação para evitar que o projeto fosse aprovado naquele momento. Isso estava bem claro e agora se confirma com a posição clara que S. Ex^a vem assumindo aqui e que não é parecida com a que assumiu durante a reunião.

O interessante é que não vejo, nas colocações do Senador Aloizio Mercadante, nenhuma posição clara com relação à essência, ou seja, um mínimo de garantia para as regiões mais pobres. O Senador abordou uma porção de questões acessórias, que poderiam ser melhoradas aqui e ali, com o que concordo. Por que não melhorar? Entretanto, isso é acessório. A maior preocupação aqui foi no sentido de preservar o risco do BNDES, para que a proposta fosse o mais técnica possível, sem expor o BNDES em demasia, mais do que ele é exposto em outras regiões do País.

Há algumas falácias, Sr. Presidente. V. Ex^a me desculpe, mas é inaceitável dizer que as ações do BNDESPar em empresas dessas regiões teriam menor liquidez e menor rentabilidade do que as de outras regiões do País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Não foi isso o que disse, não, Sr. Senador. Talvez V. Ex^a tenha me interpretado mal. O que eu disse foi que, entrar com ações do BNDES em empresas que estão com um cronograma de implantação ou em dificuldades, cria uma carteira com ações de baixa liquidez, e isso é verdadeiro para qualquer região. Apenas fiz referência ao dispositivo 9º, que dizia respeito ao Finor.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Creio

que o propósito desse artigo é que muitas das empresas em implantação nessas regiões têm dificuldades em razão de atrasos nos cronogramas de bancos oficiais e da falta de recursos pelo não cumprimento dos cronogramas. O caso mais clássico, vamos dizer assim, é o da antiga Sudene.

E por falar em Sudene, concordo inteiramente que a questão da Região Nordeste vem sendo postergada, e que isso não começou a ocorrer neste Governo, mas é algo histórico, cultural. O que me dá pena é ver que isso está se aprofundando agora. Não quero olhar para o passado; quero olhar para frente. Então, estamos fazendo proposições que visem realmente a que questões importantes, graves, do Brasil sejam colocadas como prioridades de uma vez por todas.

Está na hora de pararmos, Senador Aloizio Mercadante e Sr. Presidente, de ficar simplesmente falando em passado, no passado neoliberal. Vamos olhar para frente e ver o que podemos fazer juntos, em que podemos trabalhar juntos para construir um Brasil mais justo.

O Senador Aloizio Mercadante, na ânsia de desqualificar o projeto, disse, por exemplo,...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– V. Ex^a me concede um aparte, depois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Peço

que o Senador Tasso Jereissati conclua; o Sr. Carlos Lessa responderá, e depois passarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – S. Ex^a

disse, por exemplo, que estamos proibindo o financiamento do turismo.

O art. 2º, I, trata de financiamento às atividades produtivas, inclusive as do setor de prestação de ser-

viços, abrangendo segmentos de comunicação e turismo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O financiamento do Prodetur não é privado. Como o artigo diz que é exclusivo ao setor privado, impede, sim, o Programa Prodetur.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não. O financiamento do Prodetur, Senador Aloizio Mercadante, é feito para os Governos Estaduais e não para o Governo Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Por isso mesmo não pode. Só pode para o setor privado e serviços... Art. 3º do PLS.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não, Sr. Senador, absolutamente.

Numa própria proposição de que V. Exª reclamou aqui, Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Leia o **caput** do art. 3º.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Vou ler. Quando fala em financiamento da contrapartida de projetos financiados por entidades externas, contempla, exatamente, esse setor.

Voltando ao âmago da questão: é um financiamento mínimo para as regiões mais pobres feito por um banco de desenvolvimento, que não atinge sequer a relação população do Nordeste/população brasileira.

E isso fica cada vez mais estranho para nós todos quando lemos, por exemplo, em publicação recente, sobre o que seria a grande prioridade do BNDES. Ouvi algo sobre isso ontem também, em entrevista do Ministro José Dirceu. S. Exª disse que a grande prioridade, em termos econômicos, estratégicos e de integração, do Governo Federal é a integração com o Mercosul. Isso foi repetido numa entrevista de V. Exª – se não me engano para o jornal **Folha de S.Paulo**, de domingo ou de sábado –, na qual afirmou que a prioridade é o financiamento e a integração de países do Mercosul ou de países que venham se integrar ao Mercosul. Se não estou errado, V. Exª fala até em financiamentos à Bolívia etc.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Quando não integramos o próprio Brasil, quando as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não estão integradas, são inteiramente marginalizadas do consumo e da vida social e econômica deste País, estamos falando em financiar países estrangeiros do Mercosul como prioridade nacional e não aceitando discutir

uma ação como essa, que visa integrar minimamente as regiões mais pobres deste País? É isso que fica difícil aceitarmos, que fica bem claro e evidente!

Já foi inclusive dito, numa reunião desta Casa anteriormente, que não poderíamos pensar, neste momento, em colocar dinheiro preponderantemente, prioritariamente, no Nordeste, pois a prioridade eram as exportações e essa integração com os países do Mercosul.

Lembro que, se não fôssemos brasileiros – nós, nordestinos, nortistas e do Centro-Oeste –, somos gente e somos uma população maior do que Bolívia, Paraguai e Venezuela juntos. Somos uma população maior e não tem sido, nem do ponto de vista simbólico, no discurso das grandes prioridades, mencionado em nenhum momento que essa seria a primeira grande integração que o Governo Federal, a política econômica e, portanto, o seu banco de desenvolvimento iriam promover.

Essas são as minhas considerações. Se existem detalhes no projeto, aqui e acolá, que possam ser aprimorados, que aumentem ou diminuam o risco ao BNDES, estamos abertos à discussão, contanto que o âmago, a questão central – vamos priorizar ou não, de uma vez por todas, as regiões mais pobres neste País, que é a única maneira de se fazer um País mais justo – seja colocada em discussão.

É essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Agradeço a intervenção do Senador, mas não aceitaria com facilidade a idéia de “não aceitar discutir”, porque creio que o simples fato de vir aqui prova que estamos aceitando discutir. Não aceito essa parte.

Agora, eu queria esclarecer a questão do Mercosul, ou melhor, a questão da América do Sul como um todo. O Brasil tem que fazer um grande esforço de exportação. O Brasil tem que gerar superávits cambiais e a região que apresenta, à primeira vista, melhores perspectivas para isso é a América do Sul. O Brasil tem procurado fortalecer as suas relações com a América do Sul.

Na América do Sul, existem importantíssimas interarticulações que ainda não foram feitas e que potencializariam o desenvolvimento de toda a região. Darei um exemplo muito localizado com a Venezuela: a estrada que sai de Manaus, passando por Caracará e Boa Vista e segue em direção ao Caribe foi recém asfaltada. Houve um salto à frente nas relações

comerciais entre o interior da Amazônia e a Venezuela. Há uma barreira comercial que a Venezuela aplica ainda à Zona Franca de Manaus, mas está no bojo das negociações entre Brasil e Venezuela reduzir essa barreira. Não temos a menor dúvida de que a articulação Brasil-Venezuela é extremamente benéfica para a Amazônia e muito especialmente para os Estados do Amazonas e de Roraima, que já estão sendo beneficiados pela intensificação desse trânsito, inclusive, eventualmente, com alguma exportação começando a ser feita pelo Caribe.

O que quer a Venezuela? Quer comprar do Brasil produtos produzidos no País.

O BNDES garantirá linhas de financiamento de exportações de empresas brasileiras para a Venezuela. O Brasil fará algo parecido em relação à Bolívia. O único país com o qual o Brasil está fazendo algo diferente é com a Argentina, porque o nosso Presidente da República pactuou com o Vice-Chanceler uma linha de financiamento de US\$1 bilhão, que seria assim disposto: US\$500 milhões do Brasil para a Argentina e US\$500 milhões da Argentina para o Brasil.

Há uma inovação: eventualmente, o BNDES financiaria produtores argentinos. Por trás disso, está a necessidade de elevar o comércio Brasil-Argentina aos padrões dos anos 90. Esse comércio de mais ou menos 40% tem efeitos bastante incômodos para uma série de atividades e empresas produtivas do País. Então, restaurá-lo é importante para fortalecer as economias brasileiras afetadas.

No momento, os argentinos estão vivendo uma crise brutal, porque seu acesso a bancos internacionais é nulo. Então, na verdade, enquanto prevalecer a fragilidade da Argentina, o Brasil estaria dando, via BNDES, algum oxigênio para o comércio Brasil-Argentina. Com que recurso? Não do FAT, mas recursos caros captados no mercado internacional que não servem para a política de desenvolvimento regional – são as famosas outras moedas que pesam muito no passivo do banco e teriam aplicação ao apoiar o comércio Brasil-Argentina. No mais, a política do continente sul-americano adotada pelo Brasil é de apoio à exportação.

Se retirássemos o Eximbank do BNDES, muito provavelmente ele estaria hoje cumprindo o percentual que consta do projeto de lei, porque estamos com 30% sem as operações de exportação e é muito fácil ir de 30% para 40%. Entretanto, se for 35% sobre o conjunto das operações do BNDES, não conseguiremos executar, a não ser que retiremos sua função de exportação.

Atualmente, a participação do Nordeste nas exportações brasileiras caiu significativamente e, aparentemente, por várias razões. Uma delas foi o deslocamento da produção do algodão – grande parte está sendo produzida no Centro-Oeste, em condições muito eficientes. Temos também algodão importado, mas, parece-me que, no Nordeste, surgirá uma luz interessante com a nova variedade de mocó desenvolvida pela Embrapa, que é o algodão colorido. Já ouviram falar disso? Pode ser algo muito interessante.

Senador, sou muito mais velho do que V. Ex^a. Por acaso, acompanhei a fundação da Sudene e quero crer que, da minha biografia pessoal, constarão experiências que tive oportunidade de vivenciar em Recife e me marcaram profundamente. Comecei minha vida profissional como professor, dando aulas no Pará, na antiga escola em que Armando Mendes era o Diretor. Tenho uma antiquíssima prioridade afetivo-emocional pelas questões do Nordeste.

Tivemos a oportunidade de fazer uma reunião de trabalho extremamente profícua com todo o pessoal da nova Sudene, na semana passada, no Rio de Janeiro. Por isso, quero dizer a V. Ex^a que precisamos desenvolver projetos para o Nordeste. Não conheço detalhes, mas sei que empresários nordestinos e investidores internacionais estão desenvolvendo o projeto de uma siderúrgica, localizada em Fortaleza, que, à primeira vista, me parece muito interessante.

A retomada da discussão sobre a Ferrovia Transnordestina é igualmente um projeto extremamente importante.

Eu gostaria de informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão surgindo oportunidades muito interessantes ligadas ao álcool. Na verdade, os mercados asiático e europeu vêm revelando necessidade de substituir fontes poluentes por não-poluentes. O álcool ganha mercado em mescla de combustíveis. Agora, o Brasil precisa expandir muito a produção de álcool para responder às potencialidades no mercado japonês ou no mercado europeu.

Vejo algumas grandes janelas para discutir com seriedade o desenvolvimento. Coloco-me contra o engessamento do BNDES, não por desconhecer a imensa importância que tem o desenvolvimento regional, mas porque penso que não é pelo lado da fixação da disponibilidade de recursos que geramos projetos. Se a fixação de recursos gerasse projetos, os fundos constitucionais seriam totalmente aplicados. Eles não estão aplicados totalmente, falta ação de fomento. Se V. Ex^a fizer o seu discurso dizendo que o BNDES deveria ter feito muito mais fomento na Região Nordeste ou na Região Norte do que foi feito, eu

concordaria com V. Ex^a e me comprometeria a fazer esse fomento. Aliás, até lhe convidaria para ajudar a conceber formas de fomento.

O ponto que eu queria chamar a atenção é que, concordando com seu diagnóstico, com sua visão de valores, creio que engessar o BNDES não é uma boa solução. A grande solução é desenvolvermos procedimentos para fomentar projetos, alavancar projetos importantes. Isso é uma tarefa difícil. Quero crer que hoje é difícil no Brasil como um todo. Estamos com uma queda importante das consultas no banco. Temos que retomar a idéia do desenvolvimento, e o desenvolvimento regional é uma idéia central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento, consulto o Senador Aloizio Mercadante, se gostaria de usar da palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Como usei da réplica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Peço que seja o mais rápido possível, Senador, porque temos dez inscrições.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Peço a questão de ordem, porque se conseguirmos fazer um debate, o Senador Tasso Jereissati vai querer falar.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – O Presidente Lessa é o entrevistado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos evitar o debate paralelo.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Um minuto, porque o Senador Aloizio Mercadante está com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Vou ser breve. Primeiramente, não procede a avaliação que o Governo tem o interesse em obstruir. Pedimos uma sessão para termos o debate que estamos tendo hoje.

Em segundo lugar, tampouco procede a afirmação de que tivemos tempo para estudar esse projeto. Estou na Casa há cinco meses, não estou aqui desde 1999. Esse projeto é do Senado, não é da Câmara. Dois terços dos Senadores chegaram agora, e o Governo está no poder há cinco meses. Penso que procede não ter sido discutido na Legislatura anterior, mas não agora.

Finalizando, são importantes as motivações do Senador Tasso Jereissati em assegurar financiamentos ao Nordeste e a do Senador Jefferson Péres em

desenvolver a Amazônia. Penso ser um tema fundamental, porque o Brasil de fato tem dado as costas para a Amazônia. Como desenvolver a Amazônia é uma grande questão nacional, o ponto central do projeto. Estamos oferecendo um debate alternativo de fixar uma meta na LDO, que permita ter uma perspectiva de regionalização do financiamento do BNDES, porque o espírito da LDO é exatamente o Legislativo começar a discutir financiamento do BNDES, fiscalizar, acompanhar e dar transparência. Temos uma alternativa viável e consistente.

O que o Senador chamou de detalhe do projeto, mostra que eram importantes a audiência e o estudo. Qual a dificuldade que temos, para concluir? Temos 700 projetos para votar na CAE e 900, na CCJ. Os pareceres são do Governo anterior. Às vezes, precisamos realmente de um tempo, porque não sabemos a ordem de entrada na pauta. E os pontos que levantei aqui, não dá para ter risco compartilhado para todas as operações, não dá para ser....

Só gostaria de concluir. O Relator está de acordo, o que mostra que foram importantes a audiência e o debate. Temos uma alternativa, e pediria que, sem emoção, raciocinássemos, porque ela é tão eficiente na meta, na preocupação, na motivação do Senador Jefferson Péres, que é a LDO, e na preocupação do Relator, em vez de engessarmos o BNDES por meio desse PLS, com riscos inclusive para a intenção dos autores que é o desenvolvimento regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, nem sou Membro desta Comissão. Pelo Regimento, eu ficaria no final. Mas sou autor do projeto, e o Senador Arthur Virgílio foi autor do requerimento. E se os outros não quiserem me ceder, não cedam, fico à mercê da solidariedade. Peço que me seja dada, logo depois do Senador Arthur Virgílio, uma oportunidade de falar por três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Ex^a tem todo o direito, Senador Jefferson Péres, como autor do projeto.

O SR. – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra pela ordem para solicitar a V. Ex^a, que acatou a

proposta do Senador Garibaldi Alves Filho, que se proceda dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Faremos bloco de três, a partir da exposição do Senador Arthur Virgílio.

O SR. – Porque se o tempo for distribuído como está sendo até agora, sairemos daqui às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª tem três minutos para a questão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, digo algo que já virou praxe: quero usar os mesmos três minutos que tiveram os demais inquiridores, porque os três minutos aqui são elásticos. Eu queria transportá-los para minha vida, já que morro de medo de morrer. Então, eu queria ter uma vida da idade que eu tivesse, mais aquilo que o Senado concede de extra para o Sr. Carlos Lessa.

Sr. Presidente, saúdo a tranqüila – o que me alegra – e cavalheiresca exposição do Professor Carlos Lessa, a quem faço alguns questionamentos. Em primeiro lugar, retomo a frase final do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, sobre a história do “pouco tempo”. Não creio que tenha havido pouco tempo. O fato de S. Exª, eu e outros Colegas termos chegado ao Congresso agora não elide, não elimina a cultura da Casa, que independe da minha presença, da presença ilustre Senador Aloizio Mercadante – mais da minha do que da de S. Exª, evidentemente –, ou seja, a cultura dispensa a presença de cada um de nós. Os Senadores que aqui estiverem, suplentes, titulares, com o mandato no fim ou o mandato no começo, tocam a Casa, e o Brasil é um país de cultura parlamentar bastante apreciada no mundo inteiro. Portanto, parece-me que também não é justo o que dissemos em relação ao Senador Jefferson Peres, inclusive: a idéia de que teria havido uma visão apressada do projeto. Creio que não. S. Exª é um homem metódico, que estudou bastante, e está em jogo, a meu ver, pouca coisa. Se se tira essa história do Eximbank, desculpe-me, do apoio às exportações, temos que, no último ano, o BNDES investiu nas regiões 29,8%.

Creio que seria fazermos um esforço, que eu não chamaria nem de engessamento, mas uma contribuição efetiva, clara, não retórica, não marqueteira de, efetivamente, acreditarmos que dá para se trabalhar a queda das desigualdades regionais se estabelecendo, por letra de lei, que não menos que 35% se destinasse às regiões que hoje estão em 29,8%.

Professor Carlos Lessa, vi V. Sª falando um pouco a respeito – não vim aqui hoje discutir com V. Sª essa questão – da doutrina neoliberal ou não neolib-

ral, enfim, mas V. Sª, em algum momento, tocou nisso. Eu ficaria tentado a perguntar-lhe se lhe parece neoliberal a chamada “A Agenda Perdida” do Professor José Alexandre Scheinkman, que tem sido seguida pelo Professor Marcos Lisboa, que é o braço direito intelectual do Ministro Palocci. E, mais ainda, se lhe parece neoliberal, por exemplo, dizer o Ministro Palocci, com toda a clareza, numa reunião do Banco Mundial, que, se precisar, lá vai o superávit para 5,3%, numa tentativa de estabilizar a relação dívida/PIB em patamares que diminuam a percepção de risco Brasil.

Não quero, de jeito algum, fazer a inimizade de V. Sª com o Ministro Palocci. Volto, então, às perguntas que me destino a fazer a V. Sª. Uma delas é relativa ao financiamento das exportações de países vizinhos nossos, alguns deles sequer ainda na órbita do Mercosul. Temos notícias hoje, como as do Jornal **Folha de S. Paulo**: “Indústria leva tombo histórico em abril”. E ainda: “Produção de carros, móveis e eletroeletrônicos desaba”. Não sei se essa idéia meritória de o Brasil exercer influência, puxando para a órbita do Mercosul, em podendo, em tendo excedentes essa idéia meritória, se ela caberia neste momento em que estamos vendo o País, Professor Carlos Lessa, literalmente parado. A expectativa de crescimento projetada por diversos técnicos é a de que teríamos uma contribuição mínima do restante do País, para o crescimento positivo do PIB, em torno de 1,6%. Quase tudo, 1,5%, talvez, disso significasse o esforço exportador. O restante, apenas 0,1% ou algo assim, a se confirmar esse tal 1,6%. Essa é uma pergunta que faço a V. Exª.

A outra refere-se a um assunto, pelo qual também já fui muito criticado. Estar na vida pública é isso. A Fundação Dom Cabral entrevistou os presidentes de 41 grandes empresas de vários Estados e, não obstante a avaliação geral positiva do Governo do Presidente Lula quanto ao BNDES, 95% dos entrevistados estão insatisfeitos com a falta de rumo do Banco. Quem diz que há falta de rumo não sou eu, são os entrevistados. Espero que V. Exª encontre um melhor rumo e faça a sua gestão no BNDES com o mesmo brilho que me levou a admirá-lo em período que já vai longe. Graças a Deus, foi o período de combate ao regime militar. Mas eles não vêm com bons olhos o fato de não estar claro como será a atuação do Banco. Eles não sabem qual papel o BNDES terá na reestruturação econômica do País e temem a utilização do Banco como hospital de empresas, como V. Exª admitiu, em certa ocasião, à imprensa brasileira.

Ainda pergunto ao Presidente Carlos Lessa o seguinte. O BNDES empresta recursos a taxas consideradas altas pelo mercado. Com a recessão em que vivemos, qual é o grau de inadimplência, hoje, no Banco? Fiquei feliz, pois entendi que V. Ex^a reconheceu, ao contrário dessa história de herança maldita pra cá, herança maldita pra lá. Isso é algo que fica meio esquizofrênico. Há quem diga: “No Governo Lula, safra recorde de grãos”. Dá a impressão de que começaram a plantar. O Presidente Lula nem descançou. Coitada da D. Marisa! O Presidente foi correndo plantar, para colher logo três meses depois.

Qualquer compêndio básico do Ministério da Agricultura diz “safra 2002/2003”, ou então, a safra é uma virtude, uma conquista do atual Governo. As exportações, com saldo recorde na balança comercial, também significariam uma conquista deste Governo. Trata-se de um Governo que, antes de vencer a eleição, tão patriótico e tão lúcido, já estava o Ministro Furlan – antes da eleição – viajando como “uma pata tonta” por aí, para dizer que os contratos não foram feitos pelo Presidente Embaixador Sérgio Amaral. Todos os contratos foram feitos antes.

Essas ponderações fazem com que o debate se apequene, porque acaba fazendo uma divisão social do trabalho, o que não aceito, da seguinte forma: “Aquilo que for ruim é seu; tudo aquilo que for bom é meu.” É algo infante-juvenil, porque, Presidente Carlos Lessa, chega um momento em que o Governo Lula olhará para trás e perguntará “E agora, coloco a culpa em quem?” É aquela velha história. Talvez em V. Ex^a; talvez, de repente, fiquemos privados do concurso de V. Ex^a ao Governo; talvez, coloque a culpa em outro Ministro, ou seja, em vez desse jogo, que me parece primário, de se tentar estigmatizar o passado sempre, como forma de se ganhar tempo político para o futuro, parece-me que o melhor mesmo é discutirmos para valer as questões como estão aí, sem o comportamento de dizer “mas, isso não é meu”. E pergunto: “se não é meu, o que faria V. S^a aí?”. Ao que se retrucará: “Mas isso não é do Lula; é do tempo do Fernando Henrique.” Então, digo “Mas, então, por que o Lula venceu a eleição? Foi para fazer o quê?”

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Peço que V. Ex^a conclua, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Para concluir. Confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que os meus três minutos ainda estão aquém do necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O tempo utilizado por V. Ex^a ultrapassou o do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Acredito que os “neominutos” do Senador Aloizio Mercadante continuam mais diminutos do que os poucos que eu utilizei até agora, mas finalizarei, então, até para contribuir com V. Ex^a, Sr. Presidente. Eu tinha muitas perguntas, enfim.

Basicamente, reafirmo o meu apoio ao projeto do Senador Jefferson Péres, que manifestarei da tribuna do Senado e aqui, concordando com a idéia do adiamento. E sei que não houve nenhuma manobra procrastinadora. Tenho certeza disso. Mas concordamos pura e simplesmente, porque não teria mesmo cabimento. Depois refletimos. Eu não ouvi V. S^a, mas, até o momento, a minha convicção não mudou.

É retórica dizer que se quer o tombo nas desigualdades regionais, sem se tomar atitudes efetivas. E essa que o Senador propõe é um efetivo tombo nas desigualdades regionais, até porque S. Ex^a não limita em 35%. S. Ex^a diz que, a partir daí, será um mínimo de 35%, sem o que estaríamos aprofundando as desigualdades e não aumentando as suas oportunidades.

Agora, há um assunto que é menos agradável. Deixarei V. S^a muito à vontade para responder. Se há algo em que creio é na honradez de V. S^a. Eu tenho absoluta convicção disso.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, Sr. Presidente, eu estou tentando fazer primeiro o amaciamento, dizendo que de fato discordo muito das idéias do Sr. Carlos Lessa, mas tenho certeza de que se trata de uma pessoa muito íntegra.

Há algo aqui que me chama a atenção. O BNDES liberou empréstimo de R\$25 milhões para a Uniforja, uma cooperativa de metalúrgicos de Diadema. Uma parte desse dinheiro, R\$600 mil, foi destinada a pagamento de serviços de consultoria prestados pela Trevisan, cujo sócio majoritário é integrante da Comissão de Ética Pública do Gabinete da Presidência da República e do Conselho de Desenvolvimento Econômico?

Além disso, esse consultor competente – deve ter sido pago até pouco a ele, talvez mereça mais – ainda receberá R\$1,2 milhão ao longo de três anos?

Faço, sem nenhum preconceito, essa pergunta, porque queria apenas saber – como se diz na televisão, nos horários mais amenos: eu só queria entender.

Muito obrigado. Espero ter ficado em três minutos, no padrão que a Casa generosamente estipula para os Senadores que aqui pedem a palavra, sobre-

tudo, Sr. Presidente, quando não é pela inscrição, mas pela ordem; aí a generosidade se estende.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador, o padrão do prazo foi justamente para os autores do requerimento.

Com a palavra o Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Agradeço a intervenção do Senador Arthur Virgílio, que colocou variados pontos que vão me permitir esclarecer algumas questões.

Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: o Ministro Palocci, ao fazer uma política macroeconômica, não tem uma opção neoliberal. Na verdade, o neoliberalismo diz respeito ao grau de confiança, ou não, nos sinais de mercado. O pensamento neoliberal se caracteriza pela crença absoluta no poder de mercado. Então, dou um exemplo com um banco de investimento típico, construído por uma concepção neoliberal, que funciona da seguinte maneira: o candidato ao financiamento é ranqueado, recebe uma avaliação de risco; se ele tiver uma alta avaliação, o projeto dele, em princípio, é bom, porque o que é bom para ele, é bom para o banco, logo, é bom para o país. Essa visão é a que faz do mercado o diretor das alocações de recursos de um banco.

Um banco de desenvolvimento não é assim; ele tem um projeto de desenvolvimento, verifica se a proposta do empresário converge ou não com aquela estratégia de desenvolvimento e passa para a bancabilidade do projeto e do postulante. Por isso, o banco de desenvolvimento não é concebido como uma estrutura neoliberal.

Muito corretamente, o Governo passado tentou reformar o BNDES, convertendo-o num banco de investimento, porque isso era coerente com a sua visão neoliberal. Mas o neoliberalismo não tem nada a ver com a macroeconomia no sentido amplo, tem a ver com essa confiança irrestrita no funcionamento de mercado.

Aliás, mercado por mercado, as regiões de menor desenvolvimento do País, pelos sinais de mercado, continuarão esperando o futuro, enquanto o mercado não lhes der futuro. Quando se propõe desenvolvimento regional, está se propondo uma ação que não é liberal, é uma ação de transformação intencional, um exercício de vontade.

Agora eu queria avançar um pouco mais dizendo a V. Ex^{as} que a aposta na exportação se dá pelo seguinte: o dinamismo de economia depende ou do investimento, ou da demanda externa. Como o inves-

timento hoje no Brasil está deprimido, porque estamos com juros muito altos, e o investimento público está freado por restrições de natureza fiscal, a grande variável para se acionar o desenvolvimento brasileiro é a exportação. Por isso é que todo Governo da República – não somente esse, mas também o Governo anterior – apostava pesadamente na idéia da exportação: para introduzir dinamismo via extracomponente.

Hospital e empresa. Poucas vezes na vida, apanhei tanto por uma frase que fiz, na minha posse como Presidente, em que eu disse que o BNDES seria o hospital de empresas e não de empresários. O interessante é que eu citei como exemplo a Aracruz Celulose, uma empresa privada que quebrou, a qual o BNDES colocou na sua UTI, recuperou, privatizou, e hoje é a empresa brasileira melhor sucedida na bolsa de Nova York. A Aracruz Celulose acabou de apresentar o Projeto Aracel. Os donos originais foram afastados, e a empresa foi recuperada.

Aliás, uma nova companhia de aviação que vier a surgir nos céus do Brasil não será mais de propriedade das antigas companhias de aviação, será uma nova composição. Isso significa o quê? A aviação brasileira não pode desaparecer.

Esse era o sentido que eu dei ao hospital. Apanhei muito por isso e nunca mais uso a palavra. Aliás, uma coisa curiosa é como eu descobri que hospital é uma palavra que dá medo, mas, na hora da doença, todos vão ao hospital. É curioso, porque as pessoas têm medo da expressão, mas, com qualquer aflição, correm para o hospital. Mas tudo bem: vou em frente e me penitencio nisso.

Quanto a essa questão da Fundação Dom Cabral, não a conheço e não tive acesso à pesquisa. Obtive os resultados pelo jornal. Aliás, até gostaria de fazer um apelo para que essa Fundação me enviasse a pesquisa, porque é extremamente interessante perceber quase que uma unanimidade em rejeição, se a pesquisa foi bem feita. E, se foi bem feita, é um dado a se considerar.

Agora, o que quero dizer a V. Ex^a – e vou dizer isso de maneira muito clara e muito serena – é que sempre dou a César o que é de César e reconheço o que é verdadeiro. Então, a safra de grãos brasileira é um imenso sucesso. Não é um sucesso do atual Governo. É um sucesso construído na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E foi construído porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso quebrou sua visão neoliberal e autorizou o BNDES a aplicar uma política de apoio na aquisição de máquinas e empilhadeiras agrícolas com juros

pré-fixados e prestação pré-fixada. E o Tesouro Nacional garantiu eventual perda na compensação de juros. Por isso, foi possível ao BNDES financiar uma quantidade gigantesca de máquinas agrícolas, e a agricultura brasileira pôde chegar a essa espetacular expansão na produção de grãos. Quero conceder ao Governo Fernando Henrique o grande mérito de ter produzido o maior êxito macroeconômico concreto de produção da sua região. Isso ocorreu quando o então Presidente da República pecou em relação à doutrina neoliberal. Realmente, foi um espetáculo; é um espetáculo. Hoje, em matéria de grãos, o Brasil está em uma situação hiperconfortável, porque o neoliberalismo não foi obedecido nesse particular. É curioso, porque isso decorreu exatamente de infração cometida por Fernando Henrique contra as regras do jogo de uma concepção neoliberal, vamos dizer, a **toute cour**.

Finalmente, sobre a questão da Uniforja, Senador, eu gostaria de fornecer os seguintes esclarecimentos: primeiro, a operação Uniforja foi examinada pelo BNDES na administração anterior. A análise estava praticamente concluída, e a operação, no início da nossa administração, foi apenas aprovada. Não foi uma operação bancária convencional, porque a Conforja, que foi uma grande empresa produtora de forjados no Brasil, foi à falência, quebrou, estava sucateada. Aparentemente, havia 600 ou 700 operários – não sei ao certo – que tinham créditos trabalhistas contra a empresa. Metade deles organizou quatro cooperativas. Essas quatro cooperativas, com a assistência do Sr. Trevisan – que conheço muito pouco –, conseguiram recompor a carteira de encomendas da Conforja. Por que a carteira era importante? Porque os mutuários, ex-cooperativa de trabalhadores de uma empresa falida, não podiam dar garantias bancárias. As únicas garantias bancárias diziam “recebíveis em cima de contratos”. Pelo que sei, houve um trabalho fantástico, levado ao longo desses anos – e por isso demorou tanto a análise –, para construir encomendas e, em cima das encomendas, poder financiar. O financiamento foi feito com base nas encomendas.

Terei que apurar um ponto, porque estou tomando conhecimento disso pelos jornais de hoje, mas suponho que o contrato do consultor tenha sido um contrato a risco do êxito da operação. Tendo sido exitoso, recebeu a remuneração. É muito freqüente encontrar-se advocacia em que esse tipo de cláusula é adotado. Terei oportunidade de conhecer de perto o fato. Porém, em princípio, um advogado que aceita representar um cliente que não tem dinheiro para pagar constrói o seu contrato para ser reembolsado após o

êxito, se houver êxito. Imagino que tenha sido um contrato desse tipo. Vou tentar saber.

De qualquer maneira, o que quero dizer a V. Exª é que essa operação foi feita pela área de inclusão social do banco, e nós, do banco, acreditamos que, em situações parecidas, em que empresas quebram e os operários ou ex-funcionários têm créditos trabalhistas, tais funcionários podem ser utilizados para fazer renascer a empresa, desde que haja uma engenharia especial. Não sabemos ainda exatamente como é essa engenharia, mas a Uniforja é uma espécie de projeto exemplar no que tange à primeira tentativa para aprender como fazer.

Essa é a explicação que posso lhe dar, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, posso usar o tempo de réplica, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E desta vez serei breve mesmo, mais do que o Senado.

Entendo, Sr. Presidente Carlos Lessa, não importa onde começou e onde terminou, o que importa para mim é a regularidade em si; não duvido que ela exista. Prefiro acreditar nela a acreditar no contrário. Não sou candidato a Torquemada. Confio muito na dignidade de V. Sª, confio tanto quanto costume discordar das suas idéias atuais, quando aborda o quadro econômico. Por exemplo: não vejo que o Governo Fernando Henrique tivesse sido neoliberal; ao contrário, ele propôs a criação de um Estado que nasce com a contemporaneidade, ou seja, nenhum Estado gostaria assim o neoliberal; o Estado necessário seria a forma moderna, na minha concepção, proposta pelo Partido. E o outro Estado, se nós o revivêssemos, seria parecido a querermos fazer a Marta Rocha **miss** outra vez, com cadilaque rabo de peixe, aqueles concursos que tinham com maiô catalina; enfim, tudo aquilo que passou e representou uma época.

Agências reguladoras é um tema que tem que ser debatido para valer entre nós. Para mim, o cerne da compreensão sobre se alguém entende ou não o novo papel do Estado está em saber se entende bem ou não o papel de agências, que têm defeitos, mas que, a meu ver, têm que ser aperfeiçoadas ao longo do tempo e não minimizadas e transformadas em departamentos dos Ministérios. Mas isso é para uma outra hora.

Quanto ao Ministro Palocci – e aí encerro –, fico muito feliz... Aliás, quanto à Fundação Dom Cabral,

torço para que ela esteja errada: 95% é muito, de fato. Se porventura ela estiver errada, é que V. Exª está certo demais. Já começa a ficar perigoso também. Bom, quanto ao Ministro Palocci, fico feliz em saber que as divergências de V. Sª e ele no campo das idéias são menores do que eu pensava e, portanto, são maiores do que eu gostaria, mas menores do que eu supunha pelo noticiário: Marcos Lisboa; a tal história da Agenda Perdida. Sinto que se aquilo ali não é neoliberalismo, muito menos seria o que foi praticado...

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – O que eu disse é que a política macroeconômica não é neoliberal; a Agenda Perdida é um documento neoliberal, sim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Então, aí recomendamos ao companheiro Palocci que use menos, porque ele está usando muito e com competência, a meu ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Felicidades ao senhor.

Tenho outro inquirido em outra Comissão, que é o Dr. José Eduardo Dutra; sou também requerente de S. Exª e vou lá para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Acatando a sugestão do Senador Garibaldi Alves Filho, passamos então às perguntas em bloco de três.

Passo a palavra ao Senador Jefferson Péres e, em seguida, aos Senadores Geraldo Mesquita e Sérgio Guerra, respectivamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Vou ser breve mesmo, Sr. Presidente, porque estou falando por concessão dos companheiros.

Em passant, direi o seguinte: as objeções feitas pelo Senador Aloizio Mercadante merecem ser discutidas e são todas perfeitamente sanáveis. Só não concordo com a fala do engessamento do BNDES; isso não ocorre, Sr. Presidente, até porque não prestaram atenção ao final do art. 8º.

Professor Lessa, diz aqui que, quando os limites não forem atingidos, o BNDES não puder por falta de demanda atingir os limites, ele repassará aos agentes regionais – Basa, Banco do Nordeste, Banco do Brasil. Mas aqui diz o seguinte no final: "...desde que esses agentes financeiros oficiais demonstrem a demanda de projeto não atendido por insuficiência de recursos". Ou seja, se eles tiverem insuficiência de recursos, aí o BNDES repassará, mas se eles tiverem com sobra de recursos, o BNDES ficará com essas sobras para aplicar em outras regiões.

Mas, indo ao cerne da questão: Professor Lessa, V. Exª, que é um keneyiano, é um cepalino – e

tem dito isso – sabe que a economia de mercado é tremendamente eficiente na geração de riqueza, mas não na distribuição de riqueza, seja no sentido setorial, seja no social, seja no espacial; a tendência é a concentração. Não faço discurso de coitadinho, não: os sulistas discriminam o Norte, perseguem o nortista. Não é nada disso, não. É que os investimentos e os empréstimos vão para lá por força de gravidade; os fatores locacionais das regiões mais ricas atraem naturalmente, puxam os investimentos. Por outro lado, o centro de decisão nacional, o centro dinâmico da economia e da política nacional está no Sul. Há dificuldades de empresários do Amazonas se deslocarem para cá e não têm o mesmo o poder de pressão, Professor Lessa, que têm os grandes empresários do Sul. No Amazonas, por exemplo, em 1997, a Federação de Indústria publicou uma nota, dizendo que desistia de buscar recursos no BNDES, tamanha a dificuldade. Em 1998 e em 1999, tive que acompanhar o dono do maior estaleiro de Manaus, na gestão Francisco Gross, porque simplesmente havia um bloqueio, não se emprestava para a indústria naval do Amazonas.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Senador, posso apenas dar uma explicação?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Pois não.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Não se emprestava para indústria naval alguma. Quando cheguei, o Fundo de Marinha Mercante tinha um bilhão e oitocentos milhões. Já conseguimos aprovar uma quantidade enorme de embarcações. Isso era uma coisa que estava travada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Então, ele apelou para outra linha, porque o empréstimo saiu para o estaleiro.

Então, Professor Lessa, o BNDES tem que ser realmente um instrumento na correção de desequilíbrios intersetoriais e inter-regionais. Como disse o Senador Tasso Jereissati, será muito triste se, no final, o BNDES tiver concorrido para a correção ou redução dos desequilíbrios internacionais na América do Sul, Bolívia, Argentina etc., e não tiver integrado internamente às regiões do país.

Para concluir, Professor Lessa, o que se pretende, e que o Brasil não tem, é um projeto nacional para a Amazônia, como não tem para o Nordeste. E quando tiver esse projeto nacional, o BNDES terá de ser um instrumento dessa política. A Amazônia é 60% do

Brasil. Lá estão 25% da biodiversidade nacional. E não é preciso dizer mais nada. Um projeto emblemático do Brasil seria um projeto para a Amazônia, porque a Amazônia está no dilema, no futuro, entre dois infernos: um, é o inferno de não deslanchar, o inferno do subdesenvolvimento de viver daqui a alguns anos nas mesmas condições da África sub-saariana; o outro inferno é o falso desenvolvimento. É aquele desenvolvimento que nos fará caminhar sobre as ruínas da natureza devastada. Não queremos esse tipo de desenvolvimento. Daí a necessidade da ação do Estado para um modelo de desenvolvimento diferente para a Amazônia.

Professor Lessa, o BNDES tem que nos ajudar nisso, porque essa missão é histórica. Se daqui a 20 anos – permitam-me essa afirmativa da qual estou convicto –, o Brasil tiver elevado o Sul/Sudeste a padrões europeus, ao nível da Europa ocidental, mas ao lado de uma Amazônia e de um Nordeste africanizados, a História nos julgará por isso. A medida do sucesso ou do fracasso da civilização brasileira serão a Amazônia e o Nordeste.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Paulo Octávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezado Dr. Carlos Lessa, é fantástica a sua presença entre nós, e eu diria tão boa que, se pudéssemos repetir essa conversa outras vezes, seria melhor ainda.

Dr. Lessa, o projeto do Senador Jefferson Péres atrai inexoravelmente na sua discussão o termo “engessar”. Com relação à nossa região, a Amazônia, eu colocaria ao lado dessa expressão uma outra expressão: “condenar”. O Senador Jefferson Péres, assim como o Senador Mercadante, estão certos – um, ao propor algo que permite uma mudança de postura, de disposição, inclusive, de organismos como o que V. S^a preside, com relação à Amazônia; e o outro, atraindo, inclusive, o debate com V. S^a, para permitir que algumas questões menores nesse projeto sejam aperfeiçoadas. Em princípio, tenho enorme simpatia pelo projeto exatamente porque me permite raciocinar dessa maneira.

Nesse final de semana, estive no meu querido Estado do Acre, no extremo do Estado, em Cruzeiro do Sul. O Superintendente do Sebrae, o meu prezado amigo Dr. Sabino, levou pela décima vez um agente

da Caixa Econômica, dessa vez, o Superintendente da Caixa Econômica, para conversar com micro e pequenos empresários daquela cidade. Digo pela décima vez porque isso se repete, e não vislumbramos resultados concretos. E ele permitiu-me perceber exatamente o que está ocorrendo e o que precisamos fazer. É claro que ele, como os demais, expôs, inclusive com **slides**, os produtos que a Caixa Econômica oferece para sua clientela.

Inquirido pelos participantes da reunião, micro e pequenos empresários, que não se conformam em serem tratados, naquele distante município do nosso País, da mesma forma que um empresário em São Paulo é tratado, ele disse: “olha, estou aqui para cumprir a política do banco”. E ele está certo; ele não poderia fazer nada diferente disso.

Então, Dr. Lessa, a minha conclusão é a seguinte: precisamos mudar a política mesmo, não é verdade? V. S^a trouxe um exemplo fantástico da determinação do ex-Presidente Fernando Henrique de mudar as regras para permitir financiamento para um grande conjunto de equipamentos, o que permitiu exatamente esse assombro da nossa safra atual. O que ele fez? Ele quebrou as regras, e tivemos um resultado fantástico.

Voltando ao que eu estava falando de início, Dr. Lessa, engessada está aquela região há muito tempo, secularmente; melhor dizendo, está condenada ao atraso, ao subdesenvolvimento, ao abandono. Costumo dizer que o Poder Público, neste País, que ostenta índices vergonhosos de concentração de renda, por meio de seus agentes, inclusive financeiros, atua como um braço pesado nessa política que alimenta esse processo de concentração de renda.

O Senador Jefferson Péres falou que isso ocorre por gravidade, mas se entendermos o propósito, a finalidade de uma entidade como a que V. S^a preside hoje e de forma competente, ficamos cheios de esperança de que essas coisas possam ocorrer de forma mais profunda, ou seja, de que a política possa ser alterada, mudada, de forma mais profunda, mais consistente, fazendo com que tenhamos um compromisso mais sério com aquela região, com a Região Amazônica, com o Nordeste, com o Centro-Oeste brasileiro. Essas regiões, de fato, não têm atenção dos agentes públicos financeiros – e não se diga, Dr. Lessa, permita-me a franqueza, que isso ocorre em grande parte por falta de apresentação de projetos. E V. S^a trouxe uma notícia muito interessante a respeito da instituição dos postos avançados.

E, para concluir, eu teria mais alguns assuntos, mas quero colaborar com a utilização melhor do nos-

so tempo, porque outros companheiros pretendem falar. O Presidente Lula, por exemplo, usa muitas metáforas e figuras de linguagem. Vou me permitir usar uma em relação ao nosso campeonato de futebol, em que há times da primeira divisão, da segunda divisão – não sei quantas divisões. E eu diria que, se o processo de desenvolvimento pudesse ser comparado a um grande torneio de futebol, nós, na Amazônia, estaríamos participando da décima divisão. É um negócio dramático.

E olha, Dr. Lessa, com essa certa negligência que temos com essa região, permitimos que aquela região se desenvolva de qualquer maneira, aos tranços e barrancos, de forma equivocada, inclusive. Temos ali uma vocação de desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente, com cuidado enorme em relação à nossa pujante floresta.

O que precisamos é que o BNDES, o Banco do Brasil, os agentes financeiros públicos de nosso país nos ajudem a conceber esse desenvolvimento que queremos para aquela região, que nos ajudem a melhor concebê-lo e que nos ajudem a melhor executá-lo para que as coisas não fiquem ao léu, para que não fiquemos sujeitos à investida de centenas, talvez milhares, de “alienígenas” que estão dentro das matas.

Eu estava no hotel, nesse final de semana, e ouvi uns gringos conversando sobre o que eles estão fazendo em nossa região. A sugestão que trago é a de que o BNDES, nessa linha de instituição de postos avançados, estabeleça um contato mais sólido com as universidades federais que atuam naquela região. Elas poderão ser um agente importante na identificação de projetos que possam ser financiados, na concepção de um modelo de desenvolvimento que elas possam ser utilizadas nesse sentido, permitindo, assim, que nos livremos de ameaças sérias presentes na nossa região. Fechamos os olhos para elas e daqui a pouco elas estarão nos pegando pela perna.

Quero agradecer a oportunidade e louvar a presença de V. S^a neste debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente Paulo Octávio, Presidente Dr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre fui da opinião, já afirmei isso outras vezes, que o BNDES é uma instituição brasileira das mais relevantes, uma das melhores instituições brasileiras. Penso que continuará a ser assim, seguramente, na gestão de V. Ex^a.

O Presidente Carlos Lessa é, notoriamente, um homem público qualificado, um profissional de primeira qualidade. Na minha Região, a Nordeste, muitos o conhecem e todos o respeitam. A palavra de V. Ex^a hoje tem sido extremamente ponderada, como de resto é a sua vida. Foi muito bom, muito importante V. S^a vir aqui discutir com os Senadores.

No primeiro capítulo das minhas observações, eu diria que o projeto, no geral, precisa de reparos, alguns pontos foram levantados aqui pelo Senador Aloizio Mercadante, mas a parte central do projeto, a meta dos 35%, não. Rigorosamente, se tivermos uma visão mais ampla e observarmos de forma mais genérica o que faz o setor público no Brasil há muitos anos, veremos que ele não tem sido fator de redistribuição de renda e tem agravado o problema da distribuição dos investimentos entre as regiões, com saldos amplamente negativos e progressivamente contrários a Regiões como o Nordeste e, seguramente, o Centro-Oeste e o Norte.

O BNDES, na minha opinião, com o papel e a importância que tem e que deve ser, na forma que V. Ex^a definiu, tem que estar na contramão dessa tendência. Se ficar compatível com essas tendências, ele não estará cumprindo o seu papel. Necessariamente, para ser efetivo nas suas funções de fomento, tem que estar na contramão dessas tendências, pela relevância que tem como instituição para fomento e desenvolvimento econômico, já demonstradas nos seus anos de vida.

Acho que os 35% não são metas excessivas, imprudentes. Ao contrário, são metas lógicas. No ano 2000, por exemplo, os dados aqui anotados informam que, para essas regiões, o banco aplicou algo em torno de 32%. Então, não estamos falando de um número alienado, um número imprudente, não estamos falando disso. Estamos falando, sim, de metas objetivas, de constrangimentos, é verdade. E os constrangimentos são indispensáveis para mudanças de tendências, principalmente quando o capítulo é distribuir renda entre regiões ou entre camadas sociais.

O exemplo do pólo petroquímico de Camaçari não vale. Ele se deu exatamente por conta de constrangimentos muito fortes e pela decisão constrangedora de um governo militar para, nesse caso, fortalecer o Nordeste. Não foi o mercado que resolveu aquilo. Terá sido o Presidente Geisel, o Senador Antonio Carlos Magalhães e muita gente, mas foi um constrangimento forte. O dinheiro público da Sudene, por exemplo – conheço bem a Sudene – foi repassado para fazer participação acionária nos projetos de lá.

Isso nunca aconteceu antes e nunca aconteceu depois.

A defesa desse constrangimento novo, desses 35% tão ponderados, faz parte da defesa de um conjunto de mudanças, não vale a pena considerá-lo isoladamente, que incorpora, obviamente, a recuperação da Sudene. Por exemplo, vale também como demonstração de que os constrangimentos são válidos o fato de que, nessa campanha eleitoral, todos os candidatos a Presidente tiveram que se comprometer com fazer a Sudene de novo de uma outra forma, porque houve uma pressão, houve um constrangimento.

Nesse primeiro capítulo, queria dizer que não faz sentido, do ponto de vista público, homens públicos do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, como não deveria fazer sentido para brasileiro nenhum, reclamar desse aparente engessamento. Não é engessamento, são metas ponderadas. Segundo, são metas que geram constrangimentos, que precisamos produzir. Se nós, do Nordeste, tivéssemos metas anotadas para serem cumpridas e tendo como ser acompanhadas e fiscalizadas, a situação não era a que está aí. No tempo, os discursos são sempre semelhantes, vêm desde os governos militares, as intenções anunciadas são as mesmas e o cumprimento dessas intenções nunca se deu. Ninguém no Nordeste acredita mais em conversas porque os fatos demonstram que as conversas não valem.

Temos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – estava agora conversando com o Senador Tasso Jereissati, que é uma pessoa extremamente ponderada como V. Ex^a. Certa vez, o Senador Tasso Jereissati, notou que o chamado Conselho, que está reunido ou que se reúne sempre, tem 2 ou 3 nordestinos. Será que isso é bom para o Nordeste, em 80 ou 70 pessoas, seja lá quantos forem? Se houvesse uma meta qualquer, algum objetivo quantificado, não seriam 2 ou 3 pessoas, a nossa participação seria outra. E não tenho dúvidas de que as intenções do Presidente Lula, como as intenções do Presidente Carlos Lessa, são na direção de fortalecer projetos nessas regiões e melhorar a distribuição entre as pessoas, camadas sociais e entre as regiões. Não tenho dúvidas disso.

É preciso também, e com a maior honestidade, apesar de reconhecer que o BNDES é uma grande instituição – eu, por exemplo, tenho experiência positiva com o banco, estou muito perto desse projeto da Ferrovia Transnordestina, o banco ter sido bastante construtivo nesse projeto. O BNDES é uma instituição, para os nordestinos, em geral, de difícil acesso.

Difícilíssimo acesso. A capilaridade do banco é amplamente discutível ou, na verdade, não se dá.

A demonstração objetiva de que os fundos não aplicam os recursos disponíveis não vale. Há uma questão grave de adequação desses financiamentos que não foi resolvida por falta de políticas gerais, como foi resolvida na questão da agricultura no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Há que se encontrar formas também de adequar linhas de financiamento de forma a que sejam compatíveis com as situações econômica e social do País e forcem um processo de redistribuição de renda e de incorporação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na direção de, progressivamente, superar o atraso que cada vez mais aumenta entre essas Regiões e o resto do País mais desenvolvido, o que não se pode aceitar e é uma meta de todos.

Então, a minha opinião, Presidente, é que, neste caso, não há como procurar argumentos novos. No geral, concordo com tudo o que V. Ex^a disse; evidentemente, num ponto ou noutro, podemos ter discordância. Até imaginei, embora fosse quase impossível, um banqueiro, por melhor que fosse o seu compromisso social e político, ter uma visão muito diferente da que V. Ex^a anuncia, que V. Ex^a pudesse até defender esses 35%. Eles não são rigorosamente complicadores relevantes, mas são facilitadores de políticas para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Essa é a opinião que trago com a maior tranquilidade e confiança a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Senador Jefferson, concordo inteiramente com V. Ex^a no sentido de que temos que ter um projeto nacional para a Amazônia, eu até diria que, como tenho alguns componentes pessoais antiquados, por exemplo, gosto muito do Projeto Calha Norte e gostaria muito de vê-lo revivificado, aliás, o BNDES vai tentar ter alguma atuação lá, porque tenho muita preocupação com a propriedade da Amazônia para os meus descendentes. Quero que meus netos olhem o mapa e digam que a Amazônia é brasileira. Considero isso extremamente importante.

Eu queria dizer o seguinte: só pode haver um projeto nacional amazônico, se houver um projeto nacional para o Brasil, quer dizer, temos que conceber um projeto para o Brasil que tenha espaço para integrar – eu queria usar a palavra do Senador Jereissati, que foi muito feliz na idéia da integração nacional, que é absolutamente fundamental. Assino embaixo de to-

das as palavras do Senador quanto à necessidade da integração, aliás, toda vez que olho o Nordeste, não consigo tirar o olhar da ferrovia Rio/Norte e da Transnordestina como dois eixos que são absolutamente fundamentais para aperfeiçoar a integração da Região. Da mesma maneira que considero que o investimento portuário feito na Região tem que ser tornado efetivo pela construção das malhas correspondentes alimentadoras. Há um problema sério de infra-estrutura na Região, como também há na Amazônia, mas a verdade é, sabemos que infra-estrutura tem que se fazer mesmo com gasto fiscal, porque é muito difícil conseguir empresário privado que assuma o risco de projetos impulsionadores de desenvolvimento, projetos que irão criar mercados a longo prazo.

Enfim, o que eu queria dizer, Senador, é que as suas observações, para mim, são bastante tranquilizadoras. V. Exª chamou atenção para o final do art. 8º, porque a verdade é a seguinte: é que tanto o Banco do Nordeste, quanto o Basa e o Banco do Brasil são agentes do BNDES, e estamos continuamente insistindo que essas agências funcionem.

Aliás, Senador Sérgio Guerra, eu queria dizer a V. Exª que a nossa capilaridade depende muito dos 175 agentes que o Banco tem, só que sabemos que há muitos agentes do banco que são muito pouco ativos, e temos agentes que funcionam de maneira muito precária, essa é a verdade. Agora, o BNDES é uma estrutura muito enxuta, muito compacta – havia até num anteprojeto a sugestão que eu fosse ouvido nos escritórios regionais – deixe-me dizer o seguinte: a análise de um projeto de investimento exige um profissional que tenha muita competência, porque, às vezes, tem que entrar até na solução tecnológica que foi dada na estrutura financeira; são equipes muito pequenas e pouco numerosas de que o Banco dispõe. A centralização é derivada disso. Esperávamos que a capilaridade fosse dada pelos bancos, pelos agentes, só que, por exemplo, no Nordeste, a principal capilaridade nossa depende do Banco do Nordeste. Na Amazônia, a principal capilaridade nossa depende do Basa; no Centro-Oeste, não há mais um banco desse tipo, mas o Banco do Brasil tem cumprido esse papel, dependemos muito dos nossos agentes.

Por isso, penso que seria muito interessante; vou até lançar a sugestão aos outros bancos para que fizéssemos um seminário e, quem sabe, se Senadores não gostariam de participar dessa discussão de como é possível potencializar a atuação dos Bancos. Sinto que há muitos problemas nesses encadeamentos.

O Senador Geraldo Mesquita sublinhou, de maneira, a meu juízo, muito correta, a idéia de que é ab-

solutamente necessário termos – usando a expressão do Senador Jefferson Péres – um projeto. S. Exª até lembrou, aqui, – – e S. Exª tem toda a razão – que as universidades podem ter um papel muito importante no nesse processo. Só que o BNDES pode mobilizar a universidade, mas ele não é exatamente o agente para isso. Mas, por exemplo, se os Governadores da Região Nordeste fizerem uma reunião com as universidades e nos convidarem para participar dessa reunião, nós iremos com máximo prazer. Aliás, eu gostaria muito de ver o tema “desenvolvimento” voltando a freqüentar os debates públicos. Senador Jefferson Péres – nós nos conhecemos de longuíssima data –, V. Exª sabe que, no passado, isso era tema que se discutia; e ele saiu de pauta, mas ele tem que voltar à pauta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Discuti com V. Exª esse assunto na Fundação Getúlio Vargas, em 1968.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Isso! Entretanto, nos anos 90, o tema saiu da pauta. Quer dizer, um pouco, todos nós temos a sensação – ouviu, Senador Guerra – de que estamos atrasados, e estamos mesmos! Eu acho que o Brasil perdeu uma pauta fundamental, que tem que ser reconstruída! Aliás, as universidades teriam que ser mobilizadas para essa discussão imediatamente. Aproveito a oportunidade para comunicar a V. Exª que eu tenho tratativas com o Reitor da Universidade do Pará, o Professor Alex, um Sociólogo brilhante – eu o conheço bastante –, exatamente para tentar abrir caminho para uma reunião desse tipo. Seria muito importante contar com a participação dos Senadores da Região para fazer um mutirão intelectual para pensar o problema.

Na questão regional, há um problema, para o qual o Senador Jefferson Péres chamou a atenção, por se tratar de problema realmente complicado. É o seguinte: a região mais desenvolvida funciona como uma espécie de pólo de gravidade que atrai para si não apenas recursos, mas talentos, atenções, etc. Como mudar essa tendência? Como instalar centros que ampliem a produção e retenham os ganhos da produção nas regiões foram dinamizadas? Esse é o problema do desenvolvimento. Por isso, a idéia do espacialidade. Hoje, estamos muito interessados em cadeias produtivas, em arranjos produtivos, em me-soeconomia, tentando pensar em como fixar, na região, o que for gerar dinamismo. O problema é sério! É o problema como V. Exª colocou. Este problema precisa voltar a ser discutir com maior intensidade e com novas informações.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O próximo bloco estão inscritos os Senadores Pedro Simon, César Borges e Fernando Bezerra.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, vou, inclusive, cometer uma indelicadeza, porque vou fazer a pergunta e sair, porque tenho um almoço em que a minha presença é imprescindível.

Quero, aqui, dizer da minha profunda admiração pelo conferencista, e que não aceito as críticas, ainda que indiretas, formuladas a S. S^a. Trata-se de uma pessoa extraordinária, de uma das biografias mais notáveis que temos. Trata-se de pessoa que, desde o início, lá na sua mocidade, identificou-se com a causa e lutou por ela. Se, hoje, temos uma democracia, temos que olhar para o Professor e vermos nele o homem que lutou e que deixou de lado os seus interesses, que deixou praticamente de lado tudo o que se podia imaginar, e, no caso, inclusive, qualquer tipo de carreira política, para se dedicar exatamente à luta pela democracia.

O Professor tem autoridade para olhar para qualquer um de nós, de cima para baixo e dizer que fez a parte dele. Dificilmente alguém tenha feito a parte dele melhor do que ele. E não apenas na luta, no trabalho, mas nos documentos que S. S^a, à época, inclusive do velho MDB, propondo soluções para sairmos dessa crise, documentos que ele apresentou; as suas lutas – infelizmente, nem sempre o Partido seguiu o seu caminho seguiu o seu caminho, seguiu a sua orientação. Mas S. S^a é uma das pessoas mais notáveis e mais extraordinárias que conheço. É uma das pessoas que merecem a dignidade, o respeito, e nem na base da ironia podemos aceitar qualquer tipo de arranhão ao nome de S. Ex^a.

Também posso dizer que lá no Rio Grande do Sul, nobre Presidente, como sabe V. Ex^a, temos um pedaço que é um Nordeste, eu diria que em situação piorada, porque era uma região que foi boa e hoje está praticamente marginalizada, sem nenhuma chance. Trata-se de um assunto de que falarei com V. Ex^a em outra oportunidade, não agora, porque o assunto está sendo levado para outro lado.

Quero dizer, com toda franqueza, Sr. Presidente, que vejo com simpatia os nordestinos e o pessoal do Norte defender o fato de o Banco olhar para eles, porque, na verdade, se fecharmos um olho, é tudo São Paulo, vai e vem e as coisas ficam por aqui.

O nosso amigo Mercadante tem que entender que é Líder de um Governo que é do PT e cujo Presi-

dente da República é de Pernambuco. Embora muitos pensem que Sua Excelência seja de São Paulo, porque mora em São Paulo, na verdade nasceu em Pernambuco e faz questão de dizer que é pernambucano.

Sou o primeiro a estar a favor de se olhar para o Nordeste, para se dar força para o Norte e para o Nordeste, no que for possível. Tenho certeza de que V. Ex^a está a favor, mas, lamentavelmente, não sei o que o sucessor de V. Ex^a ou os seus antecessores poderiam fazer.

Quando vejo o BNDES, agora, querendo cobrar e analisar o comportamento desses cinco meses e querendo atingir V. Ex^a, que tem 5% de bom e 95% de ruim no que tange ao BNDES, tenho que olhar para trás, tenho que ver o BNDES encarregado das privatizações e dando dinheiro para as multinacionais fazerem as privatizações... Se isso é uma função do BNDES, entregar para a Sr^a Landau, Diretora do BNDES, que foi quem fez todo o projeto, todo o plano de tudo que deveria ser feito para fazer as privatizações pelo BNDES. Depois que a Sr^a Landau, Diretora do BNDES, fez todas as planos, fez todos os projetos de como privatizar o BNDES, ela saiu e foi para um outro banco estrangeiro, que tinha como função orientar as empresas multinacionais que iam comprar as empresas nacionais. A mesma Sr^a Landau, que foi a Diretora do BNDES, que coordenou todo o plano de privatização, foi, com a maior cara-de-pau, diretora de um outro banco, que esteve aqui no Brasil e orientou as empresas que queriam entrar no BNDES para pegar dinheiro para participar das privatizações. Isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Para concluir, eminente Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É essa triste realidade do que aconteceu com o nosso BNDES.

Por isso, se as coisas estão mal, se estão difíceis, acho que é muito mais pelos anos anteriores do que pelos cinco meses de V. Ex^a.

Por isso, a minha solidariedade e o meu respeito muito grande, a minha desculpa por não poder ficar aqui e fico devendo ao Rio Grande do Sul a cobrança do Rio Grande. Mas, de qualquer maneira, lembre-se que um pedaço do Rio Grande do Sul está numa situação tremenda.

Muito obrigado.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir desculpa porque, em função de ser o Primeiro-Ministro da nossa terra de origem, precisamos nos

retirar e pedir desculpas, porque eu gostaria muito de ficar até o fim dessa discussão.

Se o Senador Pedro Simon, que é o decano de toda a colônia libanesa, tem que chegar na hora, imaginem eu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes; Sr. Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, parabenizar o Dr. Carlos Lessa pelas posições que tem assumido publicamente, posições polêmicas, mas que, a meu ver, são corretas e que devem ser ouvidas pelo Governo de que V. Ex^a faz parte e que tanta esperança despertou e ainda desperta no País para a solução dos graves problemas nacionais.

Eu citaria, em primeiro lugar, uma entrevista aqui que V. S^a deu ao jornal **Folha de S. Paulo**, publicado no domingo, em que se propõe a uma tarefa que considero da maior importância e que entendo que deveria presidir as ações do atual Governo, como de qualquer outro governo, ou seja, recuperar a bandeira do passado, a bandeira do desenvolvimento. Isso está escrito. Isso aqui é considerado até absolutamente antiquado. A bandeira do desenvolvimento está caída no chão. Estou querendo pegá-la. Isso significa tomá-la no presente e aqui a inclusão social é o vetor central. Isso é inquestionável, é uma verdade muito transparente, muito meridiana. O que o País precisa, antes de tudo, é desenvolvimento. Se queremos combater a chaga social que tanto nos desonra como País temos que promover o desenvolvimento.

Outra política que V. Ex^a defende com coragem – eu aplaudo – e está nos jornais de ontem: V. Ex^a e o Ministro José Dirceu se insubordinam contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que é preciso rever essa lei e flexibilizá-la. Para quê? Para que o BNDES, assim como a Caixa Econômica Federal, que já teve um papel importante nas políticas públicas de saneamento, de habitação, volte a financiar o setor público. O setor público hoje não pode receber financiamento. Nós temos aqui um projeto do Senador Romeu Tuma que modifica o cálculo do endividamento dos Estados, para que haja a correção da receita dos Estados pelo IGPDI, como é feito com as despesas. Infelizmente, o Governo está criando obstáculo.

Assim, acho que V. Ex^a levantou bandeiras importantes; no entanto, o Governo do qual participa, infelizmente, ainda não se sensibilizou com essas bandeiras. Por isso a própria imprensa levanta essas con-

dições entre o seu discurso e o do Ministro Palocci, entre o seu discurso e talvez até o discurso do Ministro Furlan. V. Ex^a tem rejeitado esse tipo de dicotomia, mas na verdade ela existe. V. Ex^a está com a razão. Ou fazemos isso de imediato, ou vamos ter um problema social grave no Brasil. O que está acontecendo hoje é que a produção industrial está caindo, a taxa de desemprego está aumentando. V. Ex^a coloca aqui que sequer cartas consultas existem no BNDES. Se elas não existem é porque não há confiança no cenário de desenvolvimento do País. Os números são impressionantes. As consultas de janeiro a março somaram R\$5,6 bilhões, 57% abaixo do registrado, no primeiro trimestre de 2002. Em março as consultas somaram R\$1,748 bilhão, número considerado baixo para esta época do ano. Também as aprovações e enquadramentos caíram drasticamente, somando R\$3,8 bilhões, com queda de 65% em relação ao primeiro trimestre de 2002, e assim por diante.

Essa é a situação.

Chegamos agora ao Nordeste. Apesar de o Senador Pedro Simon já não estar aqui, ele fala que há pobreza no Sul. Há. Quanto? O percentual de 8%. A pobreza do Sudeste é de 7%. Sabem V. Ex^{as} qual é a pobreza do Nordeste brasileiro? Vinte e oito por cento.

Lamentavelmente, para nossa decepção, o discurso que ouvimos hoje do Líder do Governo, Aloizio Mercadante, do próprio Governo, não difere absolutamente do discurso que estávamos ouvindo até no Governo passado. Recordo-me de que participei junto com os governadores do Nordeste – aqui estava Tasso Jereissati, aqui está o ex-Governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves – de uma reunião em que foi dito que o BNDES só aplica 12% no Nordeste porque não há projetos. Se houver projetos o dinheiro será aplicado. Temos o pólo petroquímico, exemplos novos, como a Ford. Mas houve uma política definida de parte do Governo para que a Ford fosse para o Nordeste? Não. O pólo petroquímico, como disse o Senador Sérgio Guerra, foi imposição de um governo autoritário. A Ford foi para lá depois de uma luta imensa contra a resistência do Sul e Sudeste, até dentro do próprio Governo anterior. Quer dizer, não há uma política definida, estruturada para apoiar o desenvolvimento do Nordeste. Não é a vontade de Governo. É um esforço ou da iniciativa privada ou é um esforço dos Governos Estaduais.

Por exemplo, no caso da Veracel, o sul da Bahia é o melhor lugar do mundo para a plantação e o crescimento do eucalipto. É por isso que a Veracel está na Bahia, se não ela não estaria na Bahia. Essa é, infelizmente, a realidade.

Quando V. Exª disse que não tem cartas-consulta, é preciso que o BNDES – e V. Exª disse isso em sua explanação – saia de uma posição passiva, cômoda, de aguardar as consultas dos empresários e assuma o seu papel, efetivamente, de promover o desenvolvimento, sendo um indutor, por meio desse comitê promotor, atuando precisamente para alocar os recursos. Não podemos ficar na história do círculo vicioso: não há projetos, não há recursos; não há recursos, não há projeto. O que o projeto do Senador Jefferson Péres define – aprovado pelo relator, Senador Tasso Jereissati – é exatamente a alocação de recursos para que possamos disponibilizar, por meio de uma política agressiva de indução, os investimentos no Nordeste.

Essa é a sugestão que faço, pedindo que V. Exª possa, efetivamente, explicitar melhor para nós se há essa política definida do BNDES, mesmo que ela não seja geral, porque aqui esteve o Ministro Ciro Gomes – e não quero colocar o Ministro contra V. Exª –, que disse textualmente que o BNDES é uma ferramenta que se omitiu da missão de reduzir as desigualdades regionais.

Creio que o País não aceita mais essa situação. E qual é a política efetiva? Porque estamos aprovando esse projeto, que, por si só, não é o bastante. Ele é fundamental para lhe dar os instrumentos necessários, mas o que a organização que V. Exª está presidindo tem de política efetiva para promover, para induzir os investimentos, através desse comitê promotor? Essa é a minha pergunta.

Agradeço-lhe e parabeno-o mais uma vez pela sua coragem em suas posições, que são importantes. Mantenha-as, porque é importante para o Brasil combater as desigualdades sociais e regionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, professor Carlos Lessa, Srªs e Srs. Senadores. Meus agradecimentos ao Senador Roberto Saturnino pela permuta do tempo, uma vez que também tenho um compromisso, para o qual já estou atrasado.

Serei breve. Primeiramente, quero me associar, Professor Lessa, a tudo o que foi dito a respeito da sua história, da sua competência, da sua honradez, de tudo que fez pelo Brasil. Associo-me a isso, na convicção que tenho de que V. Exª é um homem com

uma história no Brasil e de quem o Brasil muito espera ainda.

Talvez fosse desnecessária a minha palavra, porque tantos já disseram tantas coisas que, certamente, a minha palavra será, em alguns aspectos, repetitiva. Mas eu queria dizer que essa não é uma questão partidária, isso é importante para mim, porque faço sou Líder de um Partido da base do Governo e, mais ainda, um dos Vice-Líderes do Governo nesta Casa e poderia parecer que me confronto com o Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, com quem neste aspecto, tenho algumas divergências. Tenho convergências e tenho divergências.

Assim como o Senador Sérgio Guerra, entendo que o projeto pode ser melhorado. Com relação ao foco, ao âmago da questão, como disse o Senador Tasso Jereissati, dos 35%, é nesse ponto que divirjo, muito embora eu tenha as minhas preocupações com a questão do engessamento. Creio que, num país como o Brasil, que tem tantas demandas, é altamente arriscado o engessamento e isso me preocupa um pouco. O que vejo é que o Banco tem, como V. Sª disse aqui, uma dimensão mundial na sua especialidade. E é exatamente por isso, apesar do tamanho que o Banco tem, os recursos disponíveis são poucos porque as demandas são muitas para que este Brasil possa, efetivamente, desenvolver-se como esperamos. E nesse ponto entra a questão do desenvolvimento regional. Creio que o foco deve ser a existência de políticas de desenvolvimento regional, uma política que se vem deteriorando desde o final do Governo de Juscelino Kubitschek. Portanto, chegamos a este ponto hoje. Não é o BNDES, mas, nós, nordestinos.

Eu queria que os companheiros do Centro-oeste e do Norte entendessem que, quando falo do Nordeste, quero me referir a todas as regiões menos desenvolvidas. Cito o Nordeste porque é a minha região. Falta política de desenvolvimento regional, e não é possível conceber política de desenvolvimento regional sem a ação de um banco com a dimensão do BNDES.

Na sua amplitude, V. Sª reconheceu que o banco talvez tivesse que sair em busca de projetos e participar mais do fomento ao desenvolvimento regional.

Registrei aqui a questão dos fundos constitucionais. Não creio que seja problema de demanda; creio que é questão também de se ver os fundos, porque no Centro-oeste o FCO está todo ocupado. Há demanda. O Banco do Nordeste é que opera mal. Essa é uma briga antiga que tenho e que tive inclusive com o ex-Governador César Borges. Creio até que ele me entende um pouco mais; eu também o entendo, na

defesa que fazemos juntos do Banco do Nordeste, da forma de aplicação equivocada. O banco inventou um mix de aplicação de recursos, numa cesta, para operar, que complicou até para definirmos o parcelamento do débito agrário, a renegociação do débito agrário, uma vez que ele coloca o FNL com o dinheiro do BNDES. Isso complica tudo, porque cada um tem uma conotação diferente.

Portanto, quero apenas dizer que o cumprimento por tudo, pelo foco da inclusão social como principal vetor que devemos ter hoje no Brasil, tendo o desenvolvimento econômico como a grande alavanca, capaz de promover essa inclusão social.

O senhor se referiu a uma refinaria, a uma siderurgia; referiu-se à agricultura, ao avanço dos camarões hoje, que abrangem US\$200 milhões, e que não recebeu, à exceção do BNDES – fiquei surpreso com o que o senhor disse –nem um centavo!

Esse é um projeto que serve de exemplo, no sentido de que, quando o Governo não atrapalha – no Brasil, o papel do Governo tem sido muitas vezes o de atrapalhar –, as ações econômicas se desenvolvem. A indústria do camarão é um exemplo típico disso. Procuraram atrapalhar, não houve incentivo nenhum, e o setor se desenvolveu.

Por último, quero falar de uma questão sobre a qual tive oportunidade de conversar com o senhor: a fruticultura. Trata-se de uma cultura de pesquisa, de sacrifício, que se desenvolveu ao longo do tempo e que está, hoje, falindo em toda região, porque os juros atuais – o Dr. José de Alencar que o diga – são uma extorsão, um crime contra este País. Nesse caso, o BNDES deveria ter um olho para o Nordeste e olhar a fruticultura como uma forma de recuperação. Vamos ser francos: não há, por parte do BNDES, muito interesse. O Brasil tem tantos problemas que vamos ficar em segundo plano sempre!

Vou votar pelos 35%, reconhecendo que o meu Líder, o Senador Aloizio Mercadante, tem razão, quando diz que podemos melhorar o projeto, mas não podemos ficar nessa conversa, esperando todo o tempo. A vez do Nordeste é hoje, é amanhã, é depois... e nunca! As outras prioridades são, por exemplo, a Embraer. Creio que prioritárias são as exportações, porque são importantes para o País. É o desenvolvimento fundamental, mas cansamos disso.

Falo aqui com o coração de nordestino, de quem viveu essa experiência e que sabe que se não lutarmos para valer, mesmo com o risco de uma política equivocada do engessamento, mesmo com esse risco, que reconheço, voto pelas regiões menos desenvolvidas e voto pelos 35%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Lessa para a resposta.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – O Senador Simon já se retirou, e eu não saberia dizer nada a S. Ex^a, a não ser muito obrigado.

Ao Senador César Borges, eu queria dizer a S. Ex^a que, por alguma razão não consigo entender bem, a imprensa, sistemicamente, faz referência a tensões minhas com o Ministro Furlan ou com o Ministro Palocci, e já disseram, inclusive, com o Ministro José Dirceu também. Eu as procuro e não as encontro.

Com o Ministro Furlan, temos desenvolvido um diálogo extremamente profícuo e voltado à prioridade das exportações.

O Ministro Palocci cuida da macroeconomia, eu cuido da política de desenvolvimento. Para mim, a macroeconomia é um dado que S. Ex^a administra. Tenho que me mover a partir daquele cenário. Penso que o cenário macroeconômico, hoje, dificulta levar à frente ações de desenvolvimento, mas não as impede nem bloqueia. Há que abrir caminho.

O Ministro Ciro disse que, nos anos 90, o BNDES se omitiu com respeito à questão regional. Concordo com o Ministro Ciro. Penso que o BNDES, de certa maneira, na segunda metade dos anos 90 foi desviado muito de sua missão, que era o desenvolvimento, e o Brasil ficou com crescimento muito reduzido nos anos 80 – V. Ex^a se lembra que os jornalistas chamam os anos 80 de década perdida. Os anos 90 reproduziram, também, o lento crescimento dos anos 80. Já são 20 anos que o Brasil cresce pouco. Talvez seja por isso que uso muito a expressão “buscar a bandeira do desenvolvimento”, que está esquecida.

Na verdade, penso que os amazonenses, os nordestinos, os nossos brasileiros do Centro-Oeste deviam formar a primeira linha da retomada da bandeira do desenvolvimento, porque se pode até criticar o padrão de desenvolvimento do passado, mas sem desenvolvimento é impossível enfrentar a questão regional.

Então, a questão do desenvolvimento se superpõe a todos nós. O Senador Fernando Bezerra fez referência a que fiz citações quanto à refinaria, à siderurgia. Digo a V. Ex^a que, para nós do BNDES, é uma maravilha que esteja se gestando uma discussão para um projeto siderúrgico e que haja possibilidade de uma nova refinaria que alavanque a petroquímica.

No Nordeste, da mesma maneira que na aventura do camarão, em que tivemos uma pequena parti-

cipação, naturalmente para estruturar melhor, devemos ter uma participação maior. Por exemplo, hoje sei que já é um problema a produção de rações para camarão. Há um espaço aberto para produzir essas rações, da mesma maneira que instalações para produzir alevinos e reforçar a atividade são extremamente necessárias.

Pode ser até que seja uma ilusão, mas penso que a aquicultura é, provavelmente, das alternativas protéicas, a que pode gerar respostas com maior rapidez dentro do Nordeste.

O SR. – Como é que vai funcionar o comitê?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Lancei como idéia, e gostaria muito que os Srs. Senadores nos ajudassem nisso, promover um fórum de discussão de bancos de desenvolvimento públicos vocacionados em relação à região, ao desenvolvimento regional, à questão regional. Penso que é uma discussão prioritíssima para isso.

Estou assumindo a crítica do Ministro Ciro. Estou dizendo que, na nossa administração, vamos tentar assegurar o desenvolvimento e levar para a frente a discussão.

Dependemos muito das iniciativas regionais, porque, muitas vezes, os projetos nascem quando se articulam interesses, percepções, estudos que fazem amadurecer uma possibilidade.

Vou trabalhar, agora, como Dom Quixote. A todo momento, chegam-me notícias que a mamona pode dar origem a uma nova e importante atividade de produção de bioenergia.

O SR. – Desculpe a interrupção, mas pensei que era importante. Penso, Sr. Presidente, que como parte dessa política de desenvolvimento do banco – sei que a política de desenvolvimento regional será comandada pelo Ministério da Integração Nacional, com o Ministro Ciro Gomes, mas só para lhe informar –, existe um estudo feito pela Monitor, que é uma empresa ligada ao Microporer. Esse estudo foi feito para identificar os **clusters** regionais. Seria transformar essas vantagens comparativas em competitivas; ter foco nesta política e, aí, dizer que o BNDES tem uma enorme possibilidade de financiar, não vai faltar projeto.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Senador, recentemente assinamos um acordo com o Banco do Brasil exatamente pensando nos arranjos produtivos. A idéia é a seguinte: o Banco do Brasil assumir, num arranjo produtivo, o papel de banco municipal – função que não existe na organização brasileira – e o BNDES passaria a ser o operador das ações em investimento, e, ao mesmo tempo, atrairia para esse acordo o Se-

brae, as organizações acadêmicas ou de pesquisas, etc. Os arranjos do Nordeste, já combinamos, vamos começar trabalhando um na Região Sul e o outro na Região Nordeste, para desenvolver a metodologia de intervenção, porque não sabemos, ainda exatamente, como lidar com essa nova dimensão de planejamento que, hoje, tem sido chamada de mesoplanejamento, para não falar sequer no local ou no regional. Queremos aprender como fazer. Muito provavelmente escolheremos a fruticultura ou a indústria do camarão ou, quem sabe, um pólo de confecções para começarmos a acumular experiência.

O Ministério do Planejamento fez um levantamento em que identificou, no Brasil, 80 configurações que poderiam ser acionadas nesse sentido. Digo a V. Ex^a, com toda a modéstia, que nós, no Banco, precisamos aprender como lidar com essa nova situação. Afirmando a V. Ex^a que iremos nos esforçar para aprendermos a lidar com essas questões. No momento, não sabemos ainda, mas vamos aprender.

Eu gostaria de dizer algo a respeito dos 35%. Obviamente o Poder Legislativo é inteiramente soberano, independente das observações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante a respeito de problemas técnicos, de problemas que existiriam no atual substitutivo. Há uma questão que, diria, com respeito ao engessamento, tenho que os advertir. Se a fixação dessa percentagem de 35% ficasse com operações do banco, exclusive operações ligadas à exportação e exclusive operações ligadas a refinanciamento obrigatório de certas operações que pesam sobre as nossas costas, tranquilamente, eu não ficaria incomodado. A minha dificuldade é se for fixado 35%, o BNDES tem que se retirar do papel de financiador de exportação, porque é impossível, não dá para fazer, pois os 35% vão pegar mais 60% de todos os recursos do Banco, fora os recursos alocados com exportação.

Então, aqui, é necessário pensar sobre isso com cuidado, porque senão engessa. Há um outro ponto, Srs. Senadores, para o qual quero chamar a atenção de V. Ex^{as}: um Banco, tipo BNDES, hoje, opera muito o passado. Quer dizer, se o Congresso Nacional quisesse criar um banco da privatização e transferir para esse banco os ativos e os passivos da privatização, eu abriria uma garrafa de champagne! Não podemos fazer isso. Mas, quero dizer que temos que resolver da melhor forma possível para o Brasil. Até porque o que foi privatizado é fundamental para este País funcionar. Privatizaram a eletricidade, as telecomunicações, as ferrovias. O Brasil pode funcionar sem ferrovia, sem energia e sem telecomunicações? Mas, o problema do remanejamento disso consome muito da minha energia, que gostaria de estar usando para pensar no... Precisamos da ajuda de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Vamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino; em seguida, a concederei aos Senadores Antero Paes de Barros e Garibaldi Alves Filho.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, lamento que os responsáveis, o Senador Jefferson Péres, autor, e o Senador Tasso Jereissati, relator, não estejam presentes, porque, nessa discussão, a presença, o convite e a aceitação do Dr. Lessa trouxeram muita iluminação sobre esse projeto e mostraram que é possível, sim. Não há um impasse, não há uma contradição entre a posição do Governo e a posição dos nordestinos ou amazônidas, dos que estão olhando pela sua região, não há, absolutamente, porque esta também é a posição do Governo e, por conseguinte, forçosamente, será do BNDES.

Agora, é preciso encontrar as soluções de harmonização. Penso, por exemplo, que o melhor instrumento, o mais eficaz dos instrumentos – é possível se percorrer a história das experiências exitosas de redução das desigualdades regionais – vai sempre recair na questão do investimento público, especialmente infra-estrutura, ou recursos públicos que vieram de renúncia fiscal orientado por um projeto em desenvolvimento. Quer dizer, a questão do investimento público é decisiva.

A sugestão do Senador Aloizio Mercadante de se olhar para a LDO, para o Orçamento e para o Plano Plurianual é decisiva se realmente queremos eliminar as diferenças entre as regiões menos desenvolvidas e as mais desenvolvidas do País.

Agora, é preciso superar a visão privatista que foi a visão mercadista, que foi a visão neoliberal e que ainda está presente até no Substitutivo do Senador Tasso Jereissati. Quer dizer, é preciso que encaremos o investimento público como um instrumento essencial de desenvolvimento. Por exemplo, tenho conhecimento de que a Eletrobrás olha com muito interesse, com muita prioridade a realização de dois projetos hidrelétricos no rio Madeira que favorecerão enormemente o desenvolvimento na região Norte do País...

O SR. – Centro-Oeste e Norte.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – ...mas ele está com restrições. A Eletrobrás não pode investir porque há leis que restringem o investimento público, restringem o financiamento do BNDES.

O SR. – Nós estamos amarrados.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Temos que fazer um entendimento em que vamos, sim, buscar uma solução alternativa que contemple a um objetivo, enfim, o anseio dos desenvolvimentistas do Nordeste, da Amazônia, mas é preciso casar essas coisas todas; é preciso que o investimento público seja liberado dessas restrições que ainda existem. É

preciso que haja também uma visão de planejamento do próprio desenvolvimento nacional, sem o que não vai haver desenvolvimento de Nordeste, de Centro-Oeste nem de Amazônia e que haja comprometimento também dos bancos regionais.

Penso que é perfeitamente possível equacionarmos um projeto que não seja colocado em votação: ou é o Substitutivo Tasso Jereissati ou não é nada! Precisamos de um tempo. Não é que vamos demorar um mês nem dois meses. Acredito que é uma questão de dez ou quinze dias e chegaremos a um entendimento a respeito de uma formulação que passe por outros condicionamentos, inclusive a liberação dos investimentos públicos, a liberação do BNDES de financiar investimentos públicos e tudo mais. E com isso se obtém o desejado.

Então, o apelo que faço é esse. Lamento que não estejam aqui presentes os responsáveis pelo projeto, mas acredito que é possível se chegar a um entendimento. O BNDES e o Dr. Lessa podem colaborar enormemente na sua formulação, e encontrarmos a solução que contemple a todos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Dr. Carlos Lessa, especialmente por sua visão aqui exposta a respeito das finalidades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Creio que isso nos agrada muito.

Eu gostaria de fazer algumas indagações. Primeiro, se o BNDES já tem adotado providências para recuperar esse crédito com relação à Eletropaulo, de 1,2 bilhão, entretanto, com um bilhão já vencido. Quais as providências adotadas, e dentre essas providências estaria a possibilidade de o BNDES assumir ou determinar uma nova privatização; ou até assumir, realmente, o sistema de energia, gerenciado hoje por alguns empresas.

Faço algumas considerações. Quando colocamos a prioridade de exportação, a prioridade da integração do Mercosul, penso que isso em nada traz obstáculos ao que pretende o Senador Jefferson Péres em sua proposta, relatada pelo Senador Tasso Jereissati. Por quê? Porque os Estados do Centro-Oeste, como o meu Estado, Mato Grosso, podem contribuir e têm contribuído extraordinariamente com a exportação. Mato Grosso, hoje, é o maior produtor de grãos do Brasil. Há, inclusive, um projeto – financiado em parte pelo BNDES, em parte pela Sudam –, o Projeto da Ferronorte, que é um projeto estruturante e importantíssimo e que precisa....

O Sr. – Ter continuidade.

O ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Isso: ter continuidade. Entraves burocráticos têm impedido esse projeto.

Quanto ao Mercosul, é interessante a existência de um entrave ao Mercosul na hidrovía Paraguai-Paraná e outro na hidrovía rio das Mortes-Araguaia – Tocantins. Na hidrovía Paraguai-Paraná, Mato Grosso está infinitamente mais perto; é a porta do Mercosul. Parece-me que é tratado como não tendo nenhuma ligação ao Mercosul. A hidrovía já está autorizada no Estado de Mato Grosso do Sul. Ela só não está autorizada no Estado de Mato Grosso. Os ecologistas fazem uma enorme confusão, e isso está na Justiça – e eu sou pantaneiro. Eles entendem que fazer o porto em Cáceres traria prejuízos ao Pantanal, porque o rio tem a sua sinuosidade e, eliminando a sinuosidade do rio, a água correria mais rápido. Isso é verdade, mas o porto é em Morrinhos, 80 quilômetros abaixo, e não há nenhuma obra ou correção a ser feita no rio. Havia um projeto bem anterior para ser feito em Cáceres, e os ecologistas se baseiam em um estudo antigo para impedir algo fundamental para a integração e o fortalecimento do Mercosul, assim como ao fortalecimento da nossa economia.

Estou dizendo isso para apoiar o Projeto. Por quê? Vejam bem, no ano de 2000, tivemos 68,2% dos recursos do BNDES aplicados nas regiões Sul e Sudeste, e 32,8% aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No ano de 2001, tivemos 70,6% aplicados no Sul e no Sudeste, e 28% aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2002, Norte, Nordeste e Centro-Oeste caíram para 24,8%, e Sul e Sudeste aumentaram para 74%. A previsão para 2003 é um pouco mais de 29%, com 70% para Sul e Sudeste.

O Sr. – Isso não é previsão. É o verificado até agora.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – É o que foi verificado.

Então, temos 29% de aplicação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 70,3% no Sul e no Sudeste.

O art. 5º mostra uma questão fundamental. Farei uma afirmação aqui sem nenhum receio de errar. Não vamos diminuir as desigualdades regionais no Brasil se não investirmos na educação. Há uma relação direta entre educação e pobreza. Quanto maior o conhecimento, maior o acesso ao emprego. Quanto menor o conhecimento, maior o acesso ao desemprego, e o art. 5º do projeto traz, aqui, a possibilidade do financiamento público. Nós reclamamos muito do financiamento público, pois há realmente números inaceitáveis.

Vou apresentar números do meu Estado – deve ser essa a realidade, ou um pouquinho pior, na Ama-

zônia e, talvez, semelhante para pior, no Nordeste. O Mato Grosso só atende 32% do seu alunado no ensino médio. Temos 97% das crianças na sala de aula no ensino fundamental, mas queremos chegar a 100%, dentro da proposta do Presidente Lula de zero de analfabetos. Enquanto não encontramos uma cidade do interior de São Paulo que não tenha ensino médio, temos, no meu Estado, na Amazônia e no Nordeste, cidades do interior que não têm ensino médio. E não têm por quê? Porque não há professores, especialmente professores de Física, Química, Biologia e Matemática, para dar aula no ensino médio. E o art. 5º do projeto estabelece algo que considero fantástico: o financiamento da expansão e melhoria do serviço público de educação, saúde e saneamento no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste.

Portanto, o que falta para 35% são 5%. Se esses 5% forem jogados na saúde, no saneamento e na educação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste... Podem argumentar dizendo que não há projetos. Como não há projetos? Há projetos, sim, dos municípios e dos Estados. E no art. 5º está dito que esse financiamento é exclusivamente público.

Portanto, entendo que não dá para não aprovar o projeto. Penso que é urgente a aprovação desse projeto. Nós, que tanto temos reclamado – ainda hoje ouvi o Ministro José Dirceu falando em financiar municípios –, podemos usar isto aqui para fazer financiamentos e diminuir as desigualdades. Essas pessoas, tendo mais acesso à educação, evidentemente, competirão de forma mais igualitária para ter acesso aos recursos.

Finalizando, eu gostaria ainda de deixar colocada uma questão para o Dr. Carlos Lessa, a respeito do Banco do Centro-Oeste, para o qual houve uma previsão constitucional. Outras regiões têm os seus bancos de desenvolvimento, e eu gostaria de saber a respeitável opinião de V. Sª sobre o apoio com o qual poderíamos contar para que tornássemos verdadeira a intenção do constituinte Rodrigues Palma, que colocou na Constituição a necessidade da criação do Banco do Centro-Oeste.

Eram essas as indagações que tinha a fazer.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Cumprimento o Sr. Presidente César Borges e o professor Carlos Lessa, presidente do BNDES.

A esta altura, depois de tantas perguntas, de tantas colocações, queria apenas aqui fazer uma saudação ao professor Carlos Lessa, que conheci no

BNDES quando ele era diretor daquele banco e eu era prefeito de Natal.

Cheguei ao BNDES com um projeto de uma usina de reciclagem de lixo – naquele tempo, algo pioneiro no Nordeste e até mesmo no Brasil –, e o Dr. Carlos Lessa me deu toda atenção, apreciou toda a análise que havia sido feita em torno do projeto, que veio realmente a ser executado.

Depois que o Dr. Carlos Lessa saiu, voltei ao BNDES, mas dessa vez não tive tanto êxito. Tinha a intenção de ver, naquela oportunidade já como governador, se funcionaria uma fábrica de barrilha no Rio Grande do Norte, cujo grande credor era o BNDES. Levei a tiracolo, podemos dizer assim, um empresário americano – depois se chegou à conclusão de que ele não era esse investidor que esperávamos que fosse. O que é certo é que não tivemos o mesmo êxito nessa empreitada.

Quero apenas me colocar à disposição dos Senadores que quiserem encontrar, como disse o Senador Roberto Saturnino, uma solução de convergência, em que se possa, ao mesmo tempo, atender aos anseios de desenvolvimento do Nordeste e não engessar o BNDES, não trazer uma situação vexatória para o BNDES, no que toca à suas obrigações, aos seus deveres para com o desenvolvimento do País.

Então, eu gostaria de deixar registrada a minha satisfação por ver o Dr. Carlos Lessa comandando o BNDES. E tenho certeza de que S. S^a imprimirá – está na instituição há apenas cinco meses – novos rumos ao Banco.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço licença para ir almoçar, porque estou deixando duas deputadas esperando e estou vendo a hora de perder o voto dessas deputadas do meu Estado, que estão participando de um congresso de Deputadas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, passo a palavra ao Dr. Carlos Lessa para responder aos três Senadores, e, depois, aos dois Senadores inscritos, Senador Mão Santa e Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – O Senador Roberto Saturnino foi, com a objetividade que o caracteriza, ao grão. O problema de políticas regionais é, reduzido à sua expressão mais singela, um problema de investimento público que modifique características estruturais da região. Falou-se da integração, que é muito importante, mas esta se dá com investimentos. Isso é fundamental.

E o Senador fez referência a um projeto que realmente nos deslumbra, que são as duas hidrelétricas do rio Madeira, que criam uma aquavia de 1.600 km e abrem uma região de mais de 25 milhões de hectares, no Brasil, na Bolívia e no Peru. Trata-se de um

projeto múltiplo, que só pode ser feito pela Eletrobrás e vai exigir financiamento do BNDES. A Eletrobrás quer fazê-lo, tem recursos; o BNDES gostaria de financiar, mas não podemos. Na verdade, há muitas blindagens desse tipo.

O Senador Antero Paes de Barros chamou atenção para a importância da educação e disse que, se Estados e Municípios puderem pegar financiamento para aperfeiçoar as redes educacionais secundárias, absorvem-se esses recursos com rapidez. Concorro com o Senador, no entanto, não podem fazê-lo, porque estão também blindados.

Portanto, há um problema muito sério, porque o protagonista público hoje está retirado do conjunto de interlocutores dos bancos. Só temos interlocutores na área privada. Esse é um problema que vai exigir, a meu juízo, inclusive, uma engenharia institucional criativa, porque estamos, realmente, extremamente reduzidos na nossa capacidade de atuação.

Vou até aproveitar a oportunidade que me foi propiciada pela intervenção do Senador de Mato Grosso para dizer algo que me parece muito importante. Há um banco na América do Sul chamado Corporación Andina de Fomento (CAF), que tem, na verdade, mais ou menos 40% do tamanho do nosso BNDES, mas é um banco de muito bom prestígio, de muito boa qualidade de trabalho. E o Governo brasileiro tomou a decisão de ser o principal acionista do CAF. Então, o Brasil vai subscrever uma participação na corporação e vai se converter no seu maior acionista. E nós, do BNDES, já estamos promovendo um seminário conjunto de trabalho entre o CAF e o BNDES para discutir projetos de integração. Muito provavelmente, essas hidrovias que lhe preocupam vão aparecer nessa discussão, Senador.

V. Ex^a tem toda a razão de chamar a atenção para a questão das hidrovias como uma infra-estrutura que o Brasil não tira partido e que teria uma imensa potencialidade para o País. Então, aproveitando a oportunidade, eu gostaria de anunciar que estaremos promovendo essa discussão, na primeira semana de agosto, no Rio de Janeiro. Na linha de mínima, gostaríamos de fornecer a pauta e a programação dos trabalhos para o Senado. Mas, se os Senadores quiserem participar, serão extremamente bem-vindos. Temos a esperança de que, desta reunião, saia uma carteira de projetos, que podem ser co-financiados pelo Bndes e pelo CAF.

A intervenção do Senador de Mato Grosso foi muito rica de sugestões. Tenho que dizer a V. Ex^{as} que espero que a nossa administração venha a fazer do Bndes um grande instrumento de retomada da dis-

cussão de projetos de desenvolvimento, arranjos produtivos, articulações etc.

Essa é uma discussão que podemos propor. Porém, ela só prosperará na medida em que os brasileiros interessados nos temas se agregarem a ela.

Por exemplo, V. Exª, Senador Antero Paes de Barros, é uma pessoa que tem na cabeça visivelmente todo um elenco de projetos importantes para a Região Centro-Oeste. Se V. Exª quiser patrocinar um encontro nosso com as universidades da região para discutirmos o tema em profundidade será extremamente bem-vindo.

Aliás, em tempo, o Ministro Ciro Gomes já me disse que o fundo constitucional do Centro-Oeste está com uma demanda maior do que os recursos, e já estou tentando combinar com o Ministro para que essa sobra de projetos seja passada para o Bndes examinar, porque é tipicamente uma demanda que podemos atender.

Respondendo a V. Exª finalmente. Sou inteiramente favorável a que haja um banco de desenvolvimento para o Centro-Oeste. O Bndes, no passado, tinha a interlocução de muitos bancos de desenvolvimento. Quase todos os Estados brasileiros tinham banco de desenvolvimento. Nos anos 90, quase todos desapareceram. Muitos Estados, hoje, não têm sequer uma agência de desenvolvimento. Estamos fazendo muita força para que os Estados recriem as agências de desenvolvimento, que são interlocutores naturais para esse jogo interativo que tem que ser feito com respeito às questões nacionais e sub-regionais, digamos assim.

O Nordeste, por exemplo, está particularmente atrasado. Só um Estado tem agência de desenvolvimento no momento. Estamos preocupadíssimos com isso. V. Exª pode estar certo de que o Bndes não é decisivo para que surja esse banco, mas se formos consultados, direi que, a exemplo do Basa e do Banco do Nordeste, a Região Centro-Oeste ganharia muito tendo um banco de atuação mais vocacionada para aquela Região.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (Bloco/PL-RJ) – Dr. Carlos Lessa, as minhas congratulações. Gostaria de fazer minhas as palavras de todos Senadores elogiosos.

Acho que o problema estaria salvo se a Presidência fosse um cargo vitalício. Se o Bndes estivesse sempre na mão de V. Exª, todo o Nordeste e o Norte estariam seguros e satisfeitos. Todos sabemos da sua

participação no Nordeste. Eu mesmo recebi um telefonema de meu irmão, Paulo de Tarso Moraes de Souza, que é seu amigo, de Leonides Filho, dizendo do encantamento que têm pelas posições de V. Exª. Mas lembro que essa disputa é velha. Dom Pedro I, diante de uma seca no Nordeste, disse “venderei oito brilhantes de minha coroa” e parece que não os vendeu, porque a coroa está intacta em Petrópolis.

Até o Presidente Médici, que era durão, totalitário, foi lá, sensibilizou-se e disse: “O Governo vai bem, mas o povo vai mal”.

Tive a destinação de presidir a última reunião da Sudene no Brasil, na minha cidade, Parnaíba, do Piauí. As coisas mudaram muito. Parnaíba teve até um banco. Os Estados tiveram muitos bancos e eles foram desaparecendo. Então, não tem mesmo um mecanismo de desenvolvimento.

O Bndes é meio distante. Somos muito agradecidos ao Banco do Nordeste. É lamentável ter que dizer que 80% dos investimentos, quando governei o Piauí, era oriundo do Banco do Nordeste. Projetos existem. Ele já sofreu muito, como na própria extinção da Sudene, que todos queremos ressuscitar, mas o fato é que assistimos o enterro, a última reunião. Mas projetos empresariais existem.

Lembro muito bem que, presidindo a reunião, com um conselho de governadores, depois daquele desenrolar de aprovações técnicas pelos técnicos, foram aprovados uns dez projetos, inclusive dois de muito interesse: uma fábrica grande de cimento, do grupo João Santos, e uma fábrica de bicicletas. Daí eu ter realizado as reuniões no Piauí. Pergunto como ficam esses projetos que, com toda a certeza, foram dezenas naquela reunião, porque tinham alguns do interesse dos outros Estados. O Presidente, hoje, desta solenidade, o Governador César Borges, sabe como funciona. São mais de duzentos projetos aprovados tecnicamente, portanto o Nordeste não tem projetos, não tem mesmo, é só o recurso e o dinheiro. Penso que está na hora do Nordeste participar.

Realmente, o senhor é uma benção para todos nós. Nunca vi, nesses cinco meses de Senado, uma pessoa gozar de tanto prestígio. E é merecido. Mas acontece que, muitas vezes, cai um presidente de um banco que não conhece o Nordeste e, infelizmente, ainda há os que não gostam do Nordeste e que fazem questão de dizê-lo publicamente. São preconceituosos. Não conhecemos o futuro e penso que é bom refletirmos.

Penso que essa lei é compartilhar a comunhão, é dividir o pão. Essa lei oferece um percentual que é muito menor que a população, é praticamente a popu-

lação do Nordeste e ainda tem mais para os irmãos da Amazônia e do Centro-Oeste, tão bem representado aqui pela beleza da Senadora Lúcia Vânia. Não creio que se deva engessar. São modernizações administrativas e o Parlamento e a legislação existem para isso.

Falei que deveriam ser leis boas e justas. Assim, foram do mesmo pensamento: o de engessar. Estamos engessando os prefeitos e os governadores, quando os legisladores colocaram 25% para a educação e 12% para a saúde, e é para a educação e saúde serem como o sol, igual para todos. O BNDES, na prática, não tem sido. Um quadro vale por dez mil palavras. Fui prefeito, governei o Piauí e consegui umas boas ações no Banco do Nordeste. A gratidão é a mãe de todos e tenho de agradecer por uns vinte processos desses, de andamento.

Está na hora do Nordeste compartilhar com a certeza, infelizmente, de que o cargo não é vitalício, porque, se assim o fosse, por eleição dos eleitores do Centro-Oeste e do Nordeste, o senhor estaria lá para sempre e todos estaríamos tranquilizados e acabaria essa diferença social. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, César Borges, professor Carlos Lessa, em primeiro lugar gostaria de enaltecer a trajetória profissional e de vida de V. Ex^a, muito bem colocada aqui pelo Senador Pedro Simon. Acredito que essa trajetória, essa biografia, é exemplo para todos os brasileiros e exemplo, principalmente, para a nossa juventude. Parabéns pelo seu trabalho.

A Região Centro-Oeste, a qual pertencço, vive hoje um dos momentos mais importantes do seu desenvolvimento. Temos como instrumento indutor desse desenvolvimento o incentivo fiscal, que é criticado por muitos, mas é o único instrumento que temos para desconcentrar a política industrial.

Temos o Fundo do Centro-Oeste, criado pela Constituinte, que foi suficiente nos primeiros anos, mas hoje se torna inteiramente insuficiente.

Há poucos dias, o Ministro Ciro Gomes esteve nesta Casa e comprometeu-se conosco a fazer aquilo que V. Ex^a abordou anteriormente, ou seja, levar os contratos já aprovados pelo Banco do Brasil ao BNDES para tentar sua viabilização.

Hoje estão em Brasília todos os Governadores da região, para tentar resolver esse problema com o Ministro Ciro Gomes.

Portanto, pergunto se há possibilidade quanto a essa situação. Em havendo essa possibilidade, gostaria de, para acrescentar, declarar o meu apoio ao projeto do Senador Tasso Jereissati, que, na verdade, consolida o que estamos conseguindo – se conseguirmos – por intermédio do Ministro. Em vez de ficarmos à mercê da boa vontade e do esforço do Ministro, obteríamos esse recurso automaticamente, sem nenhuma intervenção, o que seria mais fácil para o Estado de Goiás.

Em relação ao Banco do Centro-Oeste, cumprimento V. Ex^a pela declaração de apoio ao Banco, embora o Estado de Goiás já tenha uma agência de fomento. Esse é um instrumento importante, mas naturalmente falta um incremento maior. Esperamos que esse incremento nasça com a prometida criação da Agência do Centro-Oeste, mas, de qualquer forma, talvez o banco seja algo mais completo que atenderá à região como um todo.

Portanto, a minha pergunta refere-se especificamente ao FCO. Declaro o meu apoio ao projeto do Senador Jefferson Péres, relatado pelo Senador Tasso Jereissati.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Lessa.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Senador Mão Santa, ao ouvir V. Ex^a quase escutei a dicção do Sr. Paulo de Tarso. A ponderação de V. Ex^a é correta. Evidentemente, as instituições são muito maiores e muito mais permanentes do que as pessoas. Aliás, como dirigente do BNDES, preocupo-me com o engessamento exatamente por isso. Não tenho a menor dúvida de que, se nós, brasileiros, elaborarmos um projeto de desenvolvimento para o País com inclusão social, a questão regional ocupará uma posição absolutamente estratégica nessa proposta. E deveremos criar muitos novos dispositivos para enfrentarmos a questão.

Pensando um pouco em voz alta, direi algo que até poderá parecer exagero: a integração nacional exigirá, em matéria de infra-estrutura em relação às regiões menos desenvolvidas, um esforço proporcionalmente equivalente ao que o Brasil fez, nos anos 50, para conseguir lançar as bases sem industrialização pesada. Há pouco tempo, um Senador falou da Ferronorte. Lembrei-me da Norte-Sul e também da Transnordestina. Muitos portos no Nordeste foram construídos, mas não há sequer acesso. Portanto, há um investimento portuário extremamente subutilizado. As hidrovias não estão ainda adequadamente construídas. Daqui a pouco, se o Nordeste crescer

mais, faltará energia na região. Uma parte expressiva da população da Amazônia vive ainda hoje sem eletrificação, sem ligações em rede de energia, ou utiliza geradores a diesel, uma forma extremamente precária de suprir energia. Na verdade, a infra-estrutura deve ser repensada e reequacionada. O Brasil, para voltar a crescer, deve novamente investir muito em infra-estrutura.

Posso dizer algo a V. Ex^{as}? Se não retomarmos os investimentos em geração de energia e se o Brasil voltar a crescer 4% ou 5% ao ano, voltaremos a uma situação de estrangulamento total, de colapso de abastecimento de energia. Na verdade, V. Ex^a sabe disso até por toda a minha trajetória à qual fez referência. Faço como minhas todas as preocupações dos brasileiros que estão preocupados com o desenvolvimento regional, mas agrego a preocupação com o desenvolvimento regional, que deve ser um pensamento dominante daqueles que se preocupam com o desenvolvimento regional.

Se não logramos criar um plano de desenvolvimento nacional para este País, toda a discussão em torno do regional ficará **sub judice**, condicionada. Temos que construir um padrão de desenvolvimento que supere essas distâncias regionais. Posso fazer uma pequena provocação? Penso que, por exemplo, eletrificação rural é um tema absolutamente estratégico, porque o brasileiro que não está ligado à rede de energia vive no século XVIII. A mais radical passagem dele para a modernidade é a ligação à rede de energia. Então, se estamos falando de desenvolvimento com inclusão social, eletrificação rural é – vou usar uma expressão redundante – uma prioridade prioritária. E onde estão os maiores índices de não-atendimento? No Centro-Oeste e na Amazônia. Creio que o próprio Nordeste está melhor do que as outras duas regiões.

Enfim, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui no Senado. Declaro, em nome da minha Diretoria e dos meus companheiros, que estamos à disposição dos Srs. Senadores para todo e qualquer esclarecimento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Permitte-me um aparte, por favor?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Pois não.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Gostaria que V. S^a me respondesse se seriam apoiados pelo BNDES os fundos do Centro-Oeste.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA O Ministro já conversou comigo e me disse que, em princípio, sim, não o fundo propriamente dito, mas os projetos que o Fundo não pôde viabilizar podem passar pelo crivo do

BNDES. Se forem projetos de pequena dimensão, o Banco do Brasil poderá decidir e pedir nosso apoio via Banco do Brasil. Se forem projetos de tamanho maior, é necessária análise do BNDES.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Com as mesmas condições de juros do FCO?

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Esse é que é o problema, porque somos os administradores do Fundo dos Trabalhadores e, portanto, temos que remunerá-lo. Não podemos pagar ao Fundo menos que o FAT espera. Então, as taxas dos fundos constitucionais são inferiores às dos bancos. Há um problema de descasamento, que, porém, é uma questão técnica que pode ser superada, por exemplo, se o Ministério da Fazenda nos der cobertura da diferença ou eventualmente algum ajuste que possamos fazer com o Ministério. Já estamos conversando com o Ministro sobre isso.

Deixe-me dizer a V. Ex^a, Senadora, algo que considero muito importante. Toda vez que surgem bons projetos, em princípio, a obrigação dos Bancos de desenvolvimento é abrir caminho para eles. Então, se o Centro-Oeste está gerando projetos sobre o Fundo Constitucional, é preciso dirimir esta questão. O que não é possível é frear o desenvolvimento por não equacioná-la. Vamos ao BNDES estudar o tema como prioridade e já assumimos o compromisso com o Ministro de avançar nesta discussão.

Concluo meu raciocínio, dizendo apenas mais uma coisa. Encontra-se aqui a Dr^a Igreja, nossa assessora parlamentar de Brasília, onde temos um pequeno escritório. Está aqui o meu chefe do escritório regional. Ressalto a V. Ex^{as} que, em princípio, pedidos de esclarecimento e informações dos Senadores, para nós, são pedidos de grande prioridade. Independentemente do sistema processual que V. Ex^{as} têm – requerimento –, numa estrutura informal, o nosso escritório em Brasília deve em princípio procurar dar os esclarecimentos de que precisam. E, se for necessária alguma consulta, os escritórios do Rio de Janeiro estão inteiramente à disposição para as reuniões. Agradeço-lhes a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço-lhe a presença, Dr. Carlos Lessa, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h55min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas durante a 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

(1º a 31 de julho de 2003)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

I - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	2
De iniciativa do Presidente da República	5
Total	7

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.*

Sessão: 02.7.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.*

Sessão: 02.7.2003

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 - Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que *dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Sessão: 09.7.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2003 (nº 354/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido às seguradas empregada e trabalhadora avulsa gestantes.*

Sessão: 15.7.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002 (nº 4.828/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.*

Sessão: 15.7.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2003 (nº 3.206/2000, na Casa de origem), que *altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – para dispor sobre a emissão anual de atestado de pena a cumprir.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2003 (nº 1.152/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.*

Sessão: 23.7.2003

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	04
De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	02
Total.....	06

Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, para implantar o registro digital do voto.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações de controle e manutenção da ordem pública e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que *dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências, tendo como base o texto aprovado pela Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2003.*

Sessão: 23.7.2003

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2003 (nº 5.073/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.*

Sessão: 23.7.2003

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002 (nº 659/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001, de autoria do Senador José Sarney, que *institui a Política Nacional do Livro, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados ..	79
De iniciativa do Senado Federal	05
Total.....	84

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2003 (nº 493/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.*

Sessão: 02.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003 (nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.*

Sessão: 09.7.2003

Projeto de Resolução nº 27, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal (autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM).*

Sessão: 16.7.2003

Projeto de Resolução nº 28, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *retifica a alínea “i” do art. 2º da Resolução nº 25, de 13 de março de 1997 (autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de trinta bilhões e oitocentos e vinte milhões de ienes, equivalentes a duzentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Export Import Bank of Japan - Jexim).*

Sessão: 16.7.2003

Projeto de Resolução nº 29, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República*

Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).

Sessão: 16.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2003 (nº 1.910/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE CARNAVALESCA 25 HORAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003 (nº 1.644/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda, celebrada em Santiago, em 3 de abril de 2001.*

Sessão: 22.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação Técnica, celebrado na cidade do Cabo, em 1º de março de 2000.*

Sessão: 22.7.2003

Projeto de Resolução nº 31, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera a Resolução nº 2, de 25 de janeiro de 1999, que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações celebrado com a União, com a interveniência do Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC, da Caixa Econômica Federal - CEF e do Banco Central do Brasil - BACEN, em 12 de novembro de 1998, no valor de R\$ 954.224.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais).*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Resolução nº 32, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a primeira fase do “Projeto de Reorganização do Sistema Estadual de Saúde do Estado da Bahia”.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003 (nº 2.317/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2003 (nº 1.697/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Sul – Mercosul, em 22 de junho de 2001.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2003 (nº 1.061/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do Mercosul, concluído em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos Setoriais, adotados pela Decisão 9/98, do Conselho Mercado Comum, em 23 de julho de 1998.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2003 (nº 726/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.*

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2002 (nº 1.395/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Jardim de Cajobi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2002 (nº 1.952/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2002 (nº 1.951/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Kyno*

Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2002 (nº 1.950/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 613, de 2002 (nº 1.769/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Rádio Juventude Comunitária de Ferros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferros, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 614, de 2002 (nº 1.772/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Gaivota a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 643, de 2002 (nº 1.729/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2002 (nº 1.761/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaguareense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguara, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2002 (nº 1.799/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição para executar*

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2003 (nº 1.521/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2003 (nº 1.984/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2003 (nº 2.046/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Campos de Júlio/MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2003 (nº 2.076/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Rica de Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2003 (nº 2.078/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2003 (nº 2.079/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação*

Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2003 (nº 2.080/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2003 (nº 2.067/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos da Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2003 (nº 2.115/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Serra Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2003 (nº 1.867/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Terra Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terra Nova, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2003 (nº 2.063/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Comunidade Cristalinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2003 (nº 2.073/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Rio das Pedras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2003 (nº 2.417/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 601, de 2002 (nº 1.413/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Guarapari para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2002 (nº 1.809/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Cidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 622, de 2002 (nº 1.726/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural e Beneficente "Bacia do Rio Paraguai" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2002 (nº 1.710/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Roque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2002 (nº 885/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa Alvorada FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Alvorada do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 657, de 2002 (nº 1.760/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação das Mães Igarapegrandenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Grande, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2002 (nº 1.735/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tarauacá, Estado do Acre.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2002 (nº 1.986/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2002 (nº 1.987/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Favo de Mel - Ascomfáv a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2002 (nº 1.878/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Libertas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2003 (nº 2.203/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM S. L. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2003 (nº 1.750/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Alan Kardec de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2003 (nº 1.594/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Promocional da Paróquia de Itirapina - APPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2003 (nº 1.876/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Bem Viver a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Içá, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2003 (nº 1.898/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2003 (nº 1.943/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Ilha Comprida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Comprida, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2003 (nº 1.982/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Antonino Silveira Reis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2003 (nº 1.990/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

Comunitária de Comunicação de Alto Rio Doce a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2003 (nº 2.006/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Maia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2003 (nº 2.018/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV Pampa Zona Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2003 (nº 2.026/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida (ACCASA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2003 (nº 2.037/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Monte Alegre - Um Bem da Comunidade 88,1 Mhz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2003 (nº 2.042/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Assu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assu, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2003 (nº 2.074/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Ministro Sérgio Motta de Comunicação, Cultura e Ação Comunitária a executar serviço*

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

de radiodifusão comunitária na cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2003 (nº 2.054/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2003 (nº 2.055/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Entrefolhense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Folhas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2003 (nº 2.064/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Iracema - RR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iracema, Estado de Roraima.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2003 (nº 2.087/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nordeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Picos, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2003 (nº 2.114/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Jornalismo de Santana de Cataguases para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2003 (nº 2.128/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Católica de Radiodifusão Belavistense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 2003 (nº 2.149/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2003 (nº 2.155/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2003 (nº 1.414/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Geral dos Trabalhadores de Cocalzinho de Goiás - Agetaco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocalzinho de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2003 (nº 2.204/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário Santa Maria de Guaxenduba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icatu, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2003 (nº 1.939/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Maximiliano de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maximiliano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2003 (nº 1.960/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Karababá de Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carauari, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2003 (nº 2.135/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Panpeana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2003 (nº 2.205/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lídia Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Roma, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2003 (nº 2.213/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza o Serviço de Radiodifusão Comunitária do Barreiro Mundial FM (SRCB Mundial FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2003 (nº 1.972/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Mídia Comunitária Cidade das Brisas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2003 (nº 1.893/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Brígida, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2003 (nº 1.926/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Ação de Castilho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castilho, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2003 (nº 2.178/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Tocantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantins, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2003 (nº 2.179/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alpinopolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2003 (nº 2.032/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2003 (nº 1.819/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Rádio CV AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Gama, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2003 (nº 2.416/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre João Sticker para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jucás, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2003 (nº 2.400/2002, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Camocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.7.2003

**IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE
MISSÃO DIPLOMÁTICA:**

De iniciativa do Presidente da República. 04
Total..... 04

Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.*

Sessão: 09.7.2003

Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.*

Sessão: 09.7.2003

Mensagem nº 128, de 2003 (nº 249/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Soares Alvim Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.*

Sessão: 22.7.2003

Mensagem nº 138, de 2003 (nº 282/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.*

Sessão: 22.7.2003

V - MENSAGEM RELATIVA A ESCOLHA DE AUTORIDADE:

De iniciativa do Presidente da República.....01
Total.....01

Parecer nº 867, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 119, de 2003 (nº 224/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Alberto Esteves Scaloppe, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, para completar o mandato, na vaga decorrente da renúncia de Ronaldo Porto Macedo Júnior.*

Sessão: 22.7.2003

**IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE
MISSÃO DIPLOMÁTICA:**

De iniciativa do Presidente da República. 04
Total..... 04

Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.*

Sessão: 09.7.2003

Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.*

Sessão: 09.7.2003

Mensagem nº 128, de 2003 (nº 249/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Soares Alvim Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.*

Sessão: 22.7.2003

Mensagem nº 138, de 2003 (nº 282/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.*

Sessão: 22.7.2003

V - MENSAGEM RELATIVA A ESCOLHA DE AUTORIDADE:

De iniciativa do Presidente da República.....01
Total.....01

Parecer nº 867, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 119, de 2003 (nº 224/2003, na origem), pela qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Alberto Esteves Scaloppe, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, para completar o mandato, na vaga decorrente da renúncia de Ronaldo Porto Macedo Júnior.*

Sessão: 22.7.2003

VI- REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDO

De iniciativa do Senado Federal	01
Total.....	01

Requerimento nº 528, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar as sucessivas e violentas invasões de terras, praticadas pelo chamado Movimento dos Sem Terra – MST.*

Sessão: 03.7.2003

VII - MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS:

De iniciativa do Senado Federal	08
Total.....	08

Requerimento nº 117, de 2002, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros senhores Senadores, *que requer, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal e com fundamento no artigo 2º da Resolução nº 2 de 2001, a realização de Sessão Especial, no dia 27 de março de 2003, às 10:00 horas, com a finalidade de conferir o Diploma de Mulher - Cidadã Bertha Lutz às cinco mulheres escolhidas pelo Conselho do Diploma Mulher - Cidadã Berta Lutz, por terem oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero.*

Sessão: 02.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 386, de 1999, de autoria do Senador Djalma Falcão, *que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, a fim de estabelecer critério para o porte de armas de fogo.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 614, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, *que proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional, e dá outras providências.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, de autoria do Senador Renan Calheiros, *que proíbe a comercialização de armas de fogo e munições em todo território nacional, e dá outras providências.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, *determinando que 5% (cinco por cento) do preço de bilheteria de filme estrangeiro seja destinado a financiar filme brasileiro, e dá outras providências.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei

do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2002, de autoria do Senador Romeu Tuma, *que altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2002, de autoria do Senador Romero Jucá, *que acrescenta o parágrafo único ao artigo 14 da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, *que altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências, para vedar o porte de armas no interior de veículos que efetuem transporte interestadual ou internacional de passageiros.*

(Prejudicado, em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 292, de 1999)

Sessão: 23.7.2003

VIII - MATÉRIA REJEITADA:

Do Senado Federal.....	01
Total.....	01

Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2002, de autoria do Senador Freitas Neto, *que dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.7.2003

IX - MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR:

Total.....	01

Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão, *que altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, para dispor sobre o direito dos estagiários a férias e dá outras providências.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 534, de 2003)

Sessão: 07.7.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

X - OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal	27
Total.....	27

Requerimento nº 488, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do inclito Desembargador Antonio Goes, ocorrido sábado, dia 21 de junho de 2003, na cidade de Aracaju-SE, e que seja enviado à família enlutada e ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 517, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, *solicitando voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Município de Goiânia - GO, pelo falecimento do Líder Político Goiano, o ex-Prefeito de Goiânia e ex-Deputado Estadual Hélio Seixo de Brito, ocorrido no dia 1º de julho de 2003, em Goiânia.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 518, de 2003, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando voto de profundo pesar, e apresentação de condolências à família e ao Município de Goiânia – GO, pelo falecimento do Líder Político Goiano, o ex-Prefeito de Goiânia e ex-Deputado Estadual Hélio Seixo de Brito, ocorrido no dia 1º de julho de 2003, em Goiânia.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 521, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso ao Diretor-Presidente do Jornal A Notícia, de Joinville/SC, Moacir Thomazi, ao jornalista Luis Fernando Assunção e ao fotógrafo Pena Filho, pelas razões que menciona.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 522, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do comunicador Hilton Lopes, ocorrido no dia 28 de junho de 2003, na cidade de Aracaju/SE.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 527, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando votos de congratulações ao Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul pelo transcurso, no dia 2 de julho de 2003, do Dia do Bombeiro.*

Sessão: 02.7.2003

Requerimento nº 530, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, *solicitando Voto de Pesar pelo falecimento do General-de-Exército Adhemar da Costa Machado.*

Sessão: 03.7.2003

Requerimento nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna.*

Sessão: 04.7.2003

Requerimento nº 533, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplausos aos Grupos Folclóricos Caprichoso e Garantido, pela notável participação no Festival de Parintins, no Amazonas.*

Sessão: 07.7.2003

Requerimento nº 538, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity, ocorrido hoje, dia 8 de julho de 2003, em São Paulo.*

Sessão: 08.7.2003

Requerimento nº 545, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Deputado Federal e ex-Ministro do TCU, Sr. Thales Ramalho, pelo transcurso de seu 80º aniversário.*

Sessão: 08.7.2003

Requerimento nº 568, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, pelo transcurso de seu 71º aniversário de criação.*

Sessão: 09.7.2003

Requerimento nº 569, de 2003, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Romero Jucá, *solicitando votos de contratulações pelos 113 anos da cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, ocorrido no dia 9 de julho de 2003.*

Sessão: 10.7.2003

Requerimento nº 576, de 2003, de autoria do Senador Fernando Bezerra, *solicitando a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Prefeito Francisco Rodrigues da Rocha.*

Sessão: 15.7.2003

Requerimento nº 580, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, *solicitando voto de aplauso ao Banco da Amazônia S/A (BASA) pela*

passagem dos seus sessenta e um anos de existência, transcorrida no dia 9 de julho de 2003.

Sessão: 16.7.2003

Requerimento nº 581, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, *solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Voleibol, pela conquista do tricampeonato em nível mundial de voleibol masculino.*

Sessão: 16.7.2003

Requerimento nº 590, de 2003, de autoria do Senador Reginaldo Duarte e outros Senadores, *solicitando voto de aplauso à jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S. Paulo, pela publicação de reportagem sobre o concurso de garis da Comlurb.*

Sessão: 16.7.2003

Requerimento nº 591, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de aplauso ao jornalista Xico Sá, do Jornal do Brasil, pela publicação de reportagem sobre a população carente no serião de Minas Gerais.*

Sessão: 16.7.2003

Requerimento nº 597, de 2003, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra e Roberto Saturnino, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 21 de julho de 2003, do Dr. João Pedro Gouvêa Vieira, Presidente do Conselho de Administração da Petróleo Ipiranga e da Refinaria de Petróleo Ipiranga.*

Sessão: 22.7.2003

Requerimento nº 601, de 2003, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, no dia 18 de junho último, do jornalista Edwaldo Martins, em Belém-PA.*

Sessão: 22.7.2003

Requerimento nº 605, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ary Carvalho, Presidente do Grupo de Comunicação O Dia, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 22.7.2003

Requerimento nº 614, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do repórter-fotográfico da revista Época, Luiz Antônio da Costa, ocorrido hoje, dia 23 de julho, de 2003, em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Sessão: 23.7.2003

Requerimento nº 615, de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia

Carepa, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Maestro Altino Pimenta, ocorrido hoje, dia 23 de julho de 2003.

Sessão: 23.7.2003

Requerimento nº 618, de 2003, de autoria do Senador Heráclito Fortes, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da sessão do dia 28 de julho de 2003.*

Sessão: 28.7.2003

Requerimento nº 619, de 2003, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da sessão do dia 28 de julho de 2003.*

Sessão: 28.7.2003

Requerimento nº 620, de 2003, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Paulo Paim, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da sessão do dia 28 de julho de 2003.*

Sessão: 28.7.2003

Requerimento nº 622, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, *solicitando a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Manoel Esperidião Pereira, ocorrido em 23 de julho de 2003.*

Sessão: 29.7.2003

Requerimento nº 625, de 2003, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Thereza Magalhães Brasil, sobrinha-neta do fundador de Boa Vista/RR.*

Sessão: 30.7.2003

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de julho de 2003)

Deliberativas ordinárias.....	06
Não deliberativas	16
Total	23

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de julho de 2003)

MATÉRIAS APROVADAS.....	102
I - Projetos aprovados e enviados à sanção	7
II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	6
1 - Em decisão terminativa.....	3
1.1 - Projeto de Lei do Senado	3
2 - Por decisão de Plenário.....	4
2.1 - Do Senado Federal.....	2
2.2 - Da Câmara dos Deputados	2
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	84
1 - Concessões de telecomunicações.....	71
2 - Acordos Internacionais	8
3 - Operações de crédito.....	5
IV - Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	4
V - Mensagem relativa à Escolha de Autoridades	1
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	10
VI- Matéria rejeitada.....	1
VII - Matéria retirada pelo autor	1
VIII - Matérias declaradas prejudicadas	8
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	112
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 31 DE JULHO DE 2003

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA (17 de fevereiro a 31 de julho de 2003)

Deliberativas Ordinárias.....	56
Deliberativas Extraordinárias	02
Não Deliberativas.....	49
Reuniões	04
Especial	02

Total 113

MATÉRIAS APROVADAS.....611

I – Medidas Provisórias aprovadas 43

1 – Aprovada, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela
Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 11

2 – aprovadas, convertidas em Projeto de Lei de Conversão pelo Senado, e
enviadas à sanção..... 1

3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....23

4 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 8

II - Projetos aprovados e enviados à sanção.....23

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....52

1 - Em decisão terminativa.....24

1.1 - Projeto de Lei do Senado Federal..24

2 - Por decisão de Plenário.....29

2.1 - Do Senado Federal 24

2.2 – Da Câmara dos Deputados..... 5

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação.....417

1 - Concessões de telecomunicações 391

2 - Acordos Internacionais 14

3 - Operações de crédito..... 11

4 – Criação de Grupo Parlamentar..... 1

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática	30
VI – Mensagens relativas à escolha de Autoridades	24
VII - Requerimento de informações sigilosas	4
VIII - Pareceres aprovados pelo Plenário	4
IX - Requerimentos de voto de aplauso, censura ou semelhante	12
X - Requerimentos de voto de Repúdio	1
XI – Criação de Comissão Temporária	1
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	74
X – Matéria impugnada nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno ...	1
XI - Matérias prejudicadas	21
XII - Matérias rejeitadas	32
XIII - Matérias retiradas pelos autores	20
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	685
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA.....	23
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	3

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. S/N	Senhor Márcio Thomaz Bastos – Ministro de Estado da Justiça	Comunicando que foi lido e aprovado requerimento de autoria do Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, com vista à criação de Comissão Mista Especial destinada a fiscalizar, em todo o território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições.
Of. Nº 136/2003	Senhor Luiz Fernando Furlan – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Comunicando que encaminhou o Requerimento de Informação nº 373/2003, de autoria do Senador César Borges, sobre a destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a outros países.
Of. Nº 331/2003	Senhor Francisco Mesquita Neto – Presidente da Associação Nacional de Jornais – Brasília – DF.	Informando que não foi protocolado, na Secretaria do Conselho de Comunicação Social, nenhum pedido de renúncia de qualquer membro titular ou suplente.
Of. 337/2003	Senhor José Luiz Motta de Avellar Azeredo – Coordenador da Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Comunicando que encaminhou o Requerimento de Informação nº 373/2003, de autoria do Senador César Borges, sobre a destinação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a outros países.
Of. S/Nº	Senhor Senador Eduardo Suplicy e Ney Suassuna	O Senhor Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal, informa que designou os referidos Senadores, para participarem do Seminário Internacional de Parlamentares da América Latina, a ter lugar em Jerusalém, no período de 13 a 18 de julho de 2003.

Of. S/N	Senhor Valmir Campelo – Presidente do Tribunal de Contas da União	O Senhor Senador José Sarney – Presidente do Senado Federal, comunica que devolveu o OF. Nº 801/2003/3ª Secex (TC008.173/2003-3), do referido Tribunal, objeto do Aviso nº 980- GP/TCU, de 3 de julho de 2003.
Of. Nº 340/2003	Senhor Jaime Antunes da Silva – Diretor-Geral do Arquivo Nacional - RJ	Visando aperfeiçoar procedimentos empregados na guarda e preservação de documentos legislativos tais como emendas à Constituição, leis, decretos legislativos, resoluções e outros, o Senhor Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, Consulta a respeito dos seguintes pontos: 1) qual o tipo de papel recomendado para a produção dos referidos documentos? 2) qual o tipo de tinta e a forma de impressão ideais para aumentar a sua durabilidade?
OF. S/N	Senhora Sarah Filotas – Terceira Secretária – Divisão Política – Embaixada do Canadá – Setor de Embaixadas Sul – Brasília – DF.	Em obediência à Resolução nº 5/2003, do Senado Federal, foi instalado no dia 8 de julho de 2003, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7, o Grupo Parlamentar Brasil-Canadá.
OF. S/N	Senhor Jean-Pierre Juneau – Embaixador do Canadá – Setor de Embaixadas Sul – Brasília – DF.	Em obediência à Resolução nº 5/2003, do Senado Federal, foi instalado no dia 8 de julho de 2003, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na Ala Alexandre Costa, Plenário nº 7, o Grupo Parlamentar Brasil-Canadá.
OF. S/N	Senhor Michael Wesely – República Federal da Alemanha	Requer autorização para que possa, pela segunda vez, tirar fotografias no Senado Federal, com o intuito de produzir um catálogo e uma exposição no Brasil e na Alemanha.

OF. Nº 407/2003	Senhor Jorge Cassimiro – Chefe da Seção de Recuperação de Acórdãos – Supremo Tribunal Federal	Solicitando cópia do Relatório e Votos, ou despacho, constantes dos autos da ação Penal 305 QO/DF, cujo relator é o Ministro Celso de Mello, bem como do Inquérito 519 QO/AM, que teve como Relator o Ministro Moreira Alves.
OF. S/N	Senhor Alberto Correia Neto – Embaixador da República de Angola	O Senhor Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, comunica que endereçou convite ao Secretário- Geral da Assembleia Nacional da República de Angola, Doutor Diogo de Jesus, a vir conhecer o Senado Federal e as atividades nele desenvolvidas, no período de 28 de julho a 1º de agosto de 2003.

CONGRESSO NACIONAL – 2003
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
(Período 1º a 31-7-2003)

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Julho	-	RQN nº 10/2003- CME	Requer a criação de Comissão Mista Especial destinada a fiscalizar, em todo o território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições.	8-7-2003, às 19 horas	Leitura e designação dos membros da Comissão.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 373/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 4-7-2003, o PLN nº 19, de 2003, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 54.028.297,00, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente” e foi despachado à CMO.
Of. nº 374/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 4-7-2003, os Avisos nºs 33 a 39, de 2003-CN (nºs 950, 1.132, 1.286, 1.287, 1.294, 1.302, 1.320-SGS-TCU/2003, na origem), do Presidente do TCU, e foram despachados à CMO.
Of. nº 375/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 4-7-2003, os PLNs nºs 14 a 18, de 2003, e foram despachados à CMO.
Of. nº 378/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo em vista a apresentação de requerimento de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, consulta sobre a viabilidade da realização de sessão solene do Congresso Nacional no dia 17 de novembro próximo, destinada a comemorar o centenário da assinatura do tratado de Petrópolis. Em aquiescendo, solicita a indicação do orador da CD na solenidade.
Of. nº 380/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Tendo sido apresentado o requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a referida Comissão. A Comissão será composta de 11 membros titulares e igual número de suplentes, e de acordo com a Resolução nº 2, de 2000-CN, composta ainda por mais um titular e suplente. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.
Of. nº 381/2003-CN	Sen. Efraim Morais – Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	Tendo sido apresentado requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros desse Bloco que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em anexo. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.
Of. nº 382/2003-CN	Sen. Tião Viana – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)	Tendo sido apresentado requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros desse Bloco que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em anexo. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.
Of. nº 383/2003-CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	Tendo sido apresentado requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros desse Bloco que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em anexo. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.

Of. nº 384/2003-CN	Sen. Jefferson Peres– Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT	Tendo sido apresentado requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros desse Bloco que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em anexo. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.
Of. nº 385/2003-CN	Sen. Mozarildo Cavalcanti – Líder do Partido Progressista Social - PPS	Tendo sido apresentado requerimento de criação da Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições”, solicito a V. Exa. a indicação dos membros desse Bloco que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a proporcionalidade partidária em anexo. Dada a relevância do assunto, a Presidência comunica que pretende designar os membros que comporão a Comissão, na sessão convocada para 8-7-2003, às dezenove horas, no Plenário do Senado Federal, na qual deverá ser lido e votado o respectivo requerimento.
Of. nº 389/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos, na sessão do Senado Federal realizada em 14-7-2003, os PLNs nºs 26 a 28, de 2003, e foram despachados à CMO.
Of. nº 391/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 14-7-2003, os os Avisos nºs 40 a 44, de 2003-CN (nºs 1.346, 1.354, 1.359, 1.362, 1.368-SGS-TCU/2003, na origem), do Presidente do TCU, e foram despachados à CMO.
Of. nº 398/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 22-7-2003, a Mensagem nº 90, de 2003-CN (nº 344/2003, na origem), em aditamento à Mensagem nº 69, de 2003-CN, incluindo matérias na sessão legislativa extraordinária convocada. Informa, ainda, que a referida Mensagem Presidencial foi publicada no Diário do Congresso Nacional.
Of. nº 401/2003-CN	Dep. João Paulo Cunha - Presidente da CD	Comunicando que foi juntada ao processado da Mensagem nº 23, de 2003-CN, e lida na sessão do Senado Federal, realizada em 29-7-2003, a Mensagem nº 91, de 2003-CN (nº 345/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2003, e foi encaminhada à CMO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2003 - CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA****REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

REUNIÃO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ORDINÁRIAS							4						4
EXTRAORDINÁRIAS													
CONJUNTAS													
TOTAL							4						4

**PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO DURANTE A 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA****PROJETO DE LEI DO SENADO**

TERMINATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO							2						2
PELA REJEIÇÃO							1						1
PREJUDICIALIDADE													
N. T. SUBSTITUTIVO													
TOTAL							3						3

NÃO TERMINATIVO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO							1						1
PELA REJEIÇÃO													
PREJUDICIALIDADE													
N. T. SUBSTITUTIVO													
TOTAL							1						1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

P L C	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO							1						1
PELA REJEIÇÃO													
N. T. SUBSTITUTIVO							1						1
TOTAL							2						2

TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELA CCJ

PARECERES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PELA APROVAÇÃO							4						4
PELA REJEIÇÃO							1						1
N. T. SUBSTITUTIVO							1						1
APR.IND. AUTORIDADE													
P/ PREJUDICIALIDADE													
Pela remessa à Presidência do Congresso Nacional													
TOTAL							6						6

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
REALIZADAS							1						1

REQUERIMENTOS CCJ

REQUERIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
							1						1

Comissão de Assuntos Econômicos
Relatório de Atividades
Julho – 2003

Reuniões Convocadas e Realizadas na 1ª Sessão Legislativa
Extraordinária da 52ª Legislatura

Reuniões Realizadas

Ordinárias	2
Extraordinárias	1
Conjuntas	
Total	3

Pareceres Apreciados - 2003
1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

MSF	JULHO
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	3
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	
INDICANDO AUTORIDADES	1
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	4

PRS	JULHO
PELA APROVAÇÃO	2
PELA REJEIÇÃO	
TOTAL	2

PLC	JULHO
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	
TOTAL	1

EMENDAS Nºs 02, 03, 04 e 05 de PLENÁRIO	JULHO
PELA APROVAÇÃO	
PELA REJEIÇÃO	4
TOTAL	4

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
22-07-2003	MSF Nº 119, DE 2003, NÃO TERMINATIVA, que Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, a partir de 18 de setembro de 2003.

RELATÓRIO

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

JULHO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 52ª LEGISLATURA**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

JULHO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....02

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....02

Total de Proposições Apreciadas.....170

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	JULHO
PELA APROVAÇÃO	168
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	168

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	JULHO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
TOTAL	02

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS

MARÇO/JUNHO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
 Reuniões Extraordinárias Convocadas.....25
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....25

JULHO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
 Reuniões Extraordinárias Convocadas.....02
 Reuniões Extraordinárias Realizadas.....02

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	INS(NT)	AVISOS	EMENDAS - PLEN	DIVERSOS	MSF
PELA APROVAÇÃO	445	05	05	-	01	12	02	-	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-	01	03	-	01	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	445	06	08	-	02	12	02	-	-	-	-

TOTAL GERAL: 475

JULHO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....02

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....02

PARECERES	PDS	PLS(T)
PELA APROVAÇÃO	168	01
PELA REJEIÇÃO	-	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-
TOTAL	168	02

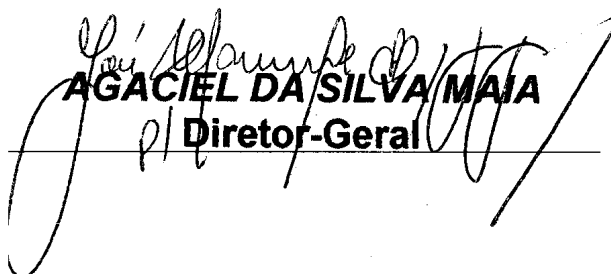
TOTAL DE MATÉRIAS MARÇO/JULHO:475

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 089 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Subcomissão Técnica nomeada por meio da Portaria nº 111, de 2002, e prorrogada pela Portaria nº 55, de 2003, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 31 de julho de 2003.

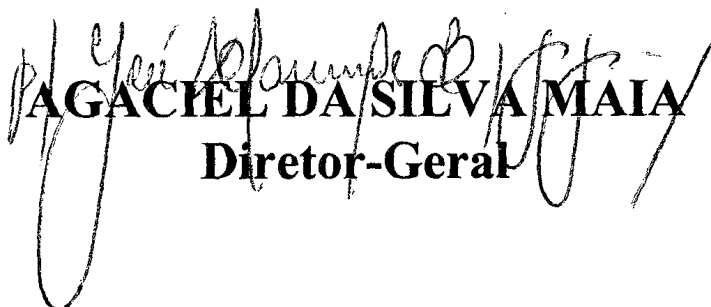

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

Ato do Sr. Diretor-Geral do Senado Federal, nº 4.137/03, publicado no DSF de 02/07/03, que aposentou o servidor **PEDRO RICARDO MELO**, da Secretaria Especial de Informática - SEI.

No presente Ato, onde se lê: “do artigo 8º da Emenda Constitucional,” leia-se: “do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998,”.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4451 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE declarar vago, a partir de 26 de dezembro de 1996, o cargo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, ocupado pelo servidor JOSÉ PAULO DE AZEVEDO, em consequência de seu falecimento.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


MAGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4452 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE declarar vago, a partir de 25 de janeiro de 1997, o cargo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, ocupado pelo servidor LUIZ GONZAGA TEMPORAL FILHO, em consequência de seu falecimento.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4453 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE declarar vago, a partir de 26 de maio de 2003, o cargo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, ocupado pela servidora MARIA DAS GRAÇAS BORGES RABELO, em consequência de seu falecimento.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.

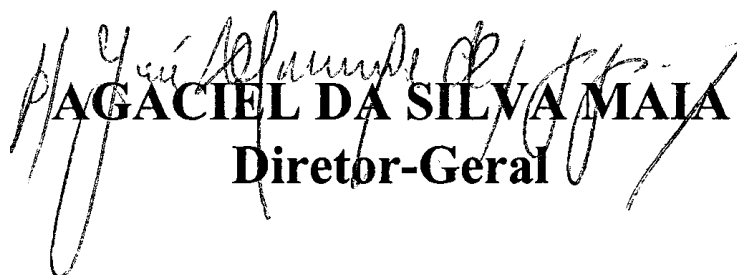

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4454, DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE declarar vago, a partir de 24 de abril de 1998, o cargo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, ocupado pelo servidor PAULO HUMBERTO XAVIER CANALE, em consequência de seu falecimento.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4455 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, RESOLVE declarar vago, a partir de 20 de abril de 1996, o cargo de Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, ocupado pelo servidor DANILO SOARES DE AZEVEDO, em consequência de seu falecimento.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4456 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001030/03-5, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o servidor **PEDRO JORGE MORETI**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos dos incisos I e II, alíneas “a” e “b” do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o art. 186, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4457 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001039/03-2, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o servidor **SILVIO ARY TOMAZ NUNES**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - **SEI**, nos termos dos incisos I e II, alíneas “a” e “b” do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o art. 186, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4458 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001042/03-3, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o servidor **FERNANDO TEIXEIRA ALVES**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - **SEI**, nos termos dos incisos I e II, alíneas “a” e “b” do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o art. 186, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4459 , DE 2003

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001026/03-8, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a servidora **ANA MARIA BARBOSA FERREIRA BANDERA**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 30, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos dos incisos I e II, alíneas “a” e “b” do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o art. 186, inciso III, alínea “c”, da Lei 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.

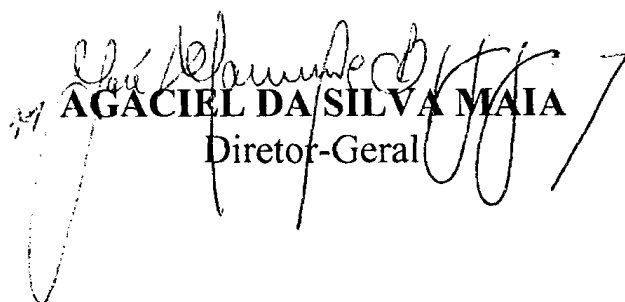

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4460 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.824/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEIDMAR ELIAS DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.

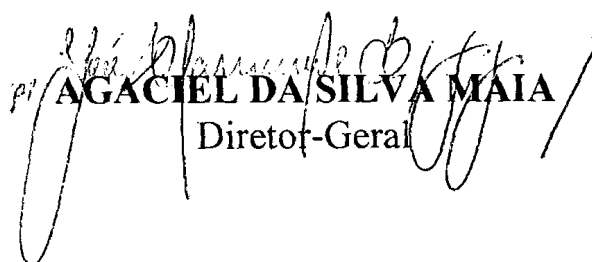

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4461 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013804/03-0,

R E S O L V E exonerar **FLÁVIO ROGÉRIO VENZKE**, matrícula n.º 34069, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete da Quarta-Secretaria e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.

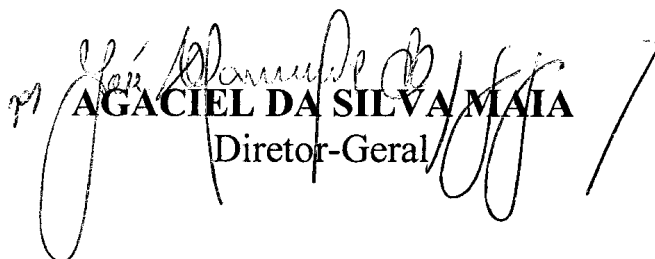

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4462 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013803/03-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SABRINA CRAIDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4463 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.815/03-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILMAR COSTA DA SILVA**, matrícula n.º 33.494, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Eurípedes Camargo, a partir de 01 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4464 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.790/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHEL PATRICIO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 31 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cludes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Silhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PI)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RR)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada 18.02.2003)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES

Titulares	Suplentes

MINORIA (PFL/PSDB)

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE

PPS(*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes

PT

Carlito Merss-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC

PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ

PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ

PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO

PTB

Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR

PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO

PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE

PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA

PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO

PC do B

Vanessa Grazziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN



EDIÇÃO DE HOJE: 472 PÁGINAS